



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIELE DE OLIVEIRA SILVA

**A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA COMO
POSSIBILIDADE DE RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS
ASSENTAMENTOS 20 DE MARÇO (MS) E ELI VIVE (PR)**

MARIELE DE OLIVEIRA SILVA

**A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA COMO
POSSIBILIDADE DE RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS
ASSENTAMENTOS 20 DE MARÇO (MS) E ELI VIVE (PR)**

Trabalho de conclusão, nível doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eliane Tomiasi Paulino.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Mariele de Olivera .

A transição agroecológica como possibilidade de recriação camponesa nos assentamentos 20 de Março (MS) E Eli Vive (PR). / Mariele de Olivera Silva. - Londrina, 2020.

443 f.

Orientador: Eliane Tomiasi Paulino.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Recriação Camponesa - Tese.
2. Transição Agroecológica - Tese.
3. Assentamentos da reforma agrária - Tese. I. Paulino, Eliane Tomiasi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

MARIELE DE OLIVEIRA SILVA

**A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA COMO POSSIBILIDADE DE
RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS 20 DE
MARÇO (MS) E ELI VIVE (PR)**

Trabalho de conclusão, nível doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Três Lagoas - UFMS

Membro: Profº. Drº. Miguel Ettinger de Araujo Junior
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Membro: Profa. Dra. Roselí Alves dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Francisco Beltrão - UNIOSTE

Membro: Profº. Drº. Rodrigo Simão Camacho
Universidade Federal da Grande Dourados/Faculdade Intercultural Indígena - UFGD

Londrina, 30 de Outubro de 2020

Dedico este trabalho:

Às famílias campesinas, que, na insistência em lutar e permanecer na terra, transmitem práticas e saberes coevoluídos com a natureza. E, em tempos de desmatamentos, incêndios e pandemias, nos indicam que há possibilidade de reconexão.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é resultado de uma travessia repleta de percalços, encontros, diálogos, saberes, permanências e companheirismo; assim, faço presente Marielle Franco, em suas palavras: “*Eu sou porque nós somos*”. E, por sermos juntas e juntos, expresso minha gratidão:

Aos ensinamentos da Dona Marta, mãe, que nessa travessia transmitiu a força feminina negra que abastece minha luz. À batalha diária de Seu João, pai, que compartilhou a vivência da persistência que guia meus passos. À compreensão em suas múltiplas formas expressa pelo incentivo do maninho James, maninha Maysa e maninha Marciele. Aos sinônimos de amor apreendidos nos abraços carinhosos das queridas sobrinhas e queridos sobrinhos Patrícia, Marcos, Enzo e Eloá. Agradeço ao tempo pelo dom da memória, porque os bons momentos foram certamente com vocês.

Ao companheiro, confidente e amigo Samuel, que tornou a travessia em Londrina menos solitária, assim como os incentivos que tornaram as noites de estudos menos cansativas, e a parceria necessária para continuar. Igualmente a Vanda, Genilda, Bethania e a pequena Helena, que carinhosamente deram apoio.

Às horas de conversas desconversadas com as amigas e amigos: Camila, Soraya, Rosemary, Anaí, Mariana, Henrique e Pedro. E a Josilene, por acolher minhas angústias acadêmicas e pessoais, por tornar parte dos dias difíceis em cargas leves.

Aos companheiros do Grupo de Estudos GETT/Geo Agrária (UFMS/CPTL). Aos amigos Danilo, André e Silas. Mieceslau, pelas inúmeras contribuições para minha formação acadêmica e pessoal, tanto nos debates, quanto nas saídas de campo. Ao Marco, irmão com que este grupo me presenteou, que caminhou e sofreu junto nesta travessia de doutoramento: amigo, obrigada por não desistir, por não soltar a minha mão. Aproveito para igualmente agradecer a Gabriela, por estar sempre presente com palavras de incentivo. Vida longa!

Ao acolhimento imediato do Grupo de Estudos Agrários/UEL: Pedro, Juliano, Alene, Estevan, Thiara, Letícia, Felipe e Henrique. A Fabiana, companheira de apartamento. Em nome de Letícia, agradeço aos colegas discentes de pós-graduação. Em nome de Jhiovanna, à equipe técnica dos projetos da UFMS, e em nome de Juliana, à equipe técnica dos projetos da UEL.

Em nome de Edna, Regina e Anderson, aos servidores da UEL que sempre me receberam, tanto no início, quanto no final do dia, com belos sorrisos no rosto, tornando o espaço acadêmico mais familiar e amigo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e a todos os seus funcionários/trabalhadores. À Fundação Araucária, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

À Prof.^a Dra Roselí e ao Prof. Dr. Rodrigo, pelo aceite dessa parte relevante do doutoramento. Ao Prof. Dr. Miguel, pelas contribuições ainda na qualificação. À Prof.^a Dra Rosemeire, pelas contribuições na qualificação e defesa, assim como as orientações iniciais ainda na graduação e mestrado, e o acolhimento com palavras de encorajamento na conclusão do trabalho.

À minha orientadora, Prof.^a Dra Eliane, antes de tudo pela paciência com as incansáveis vezes em que extrapolei os prazos, e pelos aprendizados nas aulas e nas orientações da pesquisa. Obrigada, professora, pelo compartilhamento ímpar de conhecimento prático e teórico, que preencheu as diversas lacunas desta pesquisa.

Às famílias visitadas para a elaboração deste trabalho, que me partilharam com toda a atenção e carinho suas vivências e práticas, aquelas que me acolheram em suas casas durante as saídas de campo, tanto no Mato Grosso do Sul quanto no Paraná.

Por fim, a todas e todos que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos na conclusão deste trabalho.

SILVA, Mariele de Oliveira. **A transição agroecológica como possibilidade de recriação camponesa nos assentamentos 20 de Março (MS) E Eli Vive (PR).** 2020. 444 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Nos dias atuais, a projeção do campo brasileiro se dá pelo destaque do setor que representa a agricultura capitalista, em grande parte responsável pelo volume da produção de grãos exportada para o mundo. Não obstante, inúmeras crises indicam haver forte correlação da questão alimentar e da questão ambiental com a agricultura capitalista e sua forma peculiar de ocupação de grandes extensões de terras. Após analisar algumas expressões desta correlação no campo brasileiro, foram priorizadas experiências de agroecologia pretensamente capazes de promover o resgate de práticas mais sustentáveis e ecológicas dos agroecossistemas. Com base em vários estudos que tem demonstrado sua relevância como alternativa de reprodução camponesa, pela capacidade de dinamizar a produção de alimentos de forma ecologicamente justa, socialmente sustentável e economicamente viável, o objetivo da pesquisa foi estudar como ela tem se apresentado como estratégia de reprodução para famílias camponesas. Para tanto, foram selecionadas duas experiências em projetos da reforma agrária: o primeiro é o Eli Vive II, situado no município de Londrina, estado do Paraná, onde a produção de grãos se sobressai no espaço agrário. O outro é o 20 de Março, situado em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, onde se expande o monocultivo do eucalipto. Ambos os modelos predominantes são forjados sobre uma estrutura fundiária altamente concentrada, razão pela qual os sujeitos dessa pesquisa trazem as marcas da histórica luta contra a opressão e a violência. São testemunhas vivas dos processos de expulsão da terra, mas também da saga vitoriosa que lhes permitiu conquistar um lugar de reprodução social. O chão da reforma agrária comporta diversas estratégias de recriação, dentre elas a transição dos espaços produtivos para uma agricultura mais sustentável articulada a mercados locais. Conclui-se que tais iniciativas têm conquistado gradativa visibilidade pelo caminho da produção de alimentos, pavimentando um caminho possível para a conquista da autonomia.

Palavras-chave: Reforma agrária. Recriação camponesa. Transição agroecológica.

SILVA, Mariele de Oliveira. **The agroecological transition as peasantry recreation possibility at the “20 de Março” (MS) and “Eli Vive” (PR) settlements.** 2020. 444 p. Tese (Doutorado em geografia) Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, 2020.

ABSTRACT

These days, the projection of Brazilian field is highlighted by the sector which represents the capitalist agriculture, responsible for the volume of the production of grains exported to the world. Notwithstanding, there are numerous crisis that indicate a strong correlation of the feeding and environmental situations with the capitalist agriculture and its peculiar form of occupation of large extensions of land. After analyzing some expressions of this correlation in the Brazilian field, it was prioritized agroecological experiences intended to be capable to promote the rescue of more sustainable and ecological practices of the agroecosystems. Based on several studies that have demonstrated their relevance as alternative to peasantry reproduction, by their capacity to dynamize the production of food in an ecologically and fair way, socially sustainable and economically feasible, the aim of this research was to study how it has been presented as a strategy to the reproduction for the peasantry families. To that end, it was selected two experiences in agrarian reform projects: the first is the “Eli Vive II”, located in the municipality of Londrina, in the estate of Paraná, where the production of grains distinguishes itself in the agrarian space. The other is the “20 de Março”, situated in Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, where the monoculture of eucalyptus has been expanding. Both prominent models were forged over a highly concentrated land-based structure, the reason why the subjects of this research bring with themselves the marks of such historical fight against the oppression and violence. They are live witnesses to the land banishment processes, but also to the victorious saga that have allowed them to conquer a place for social reproduction. The agrarian reform land has several recreation strategies, among those the transition from productive spaces to a more sustainable agriculture articulated for local markets. The one concludes that such initiatives have been achieving gradual visibility among the ways of food production, smoothing the way for a possible conquest of the autonomy.

keywords: Agrarian reform. Peasantry recreation. Agroecological transition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Assentamento Eli Vive II - Londrina/Paraná.....	157
Figura 2	Croquis sítios com arrendamentos soja – Assentamento Eli Vive II.	184
Figura 3	Territorialização do monopólio do setor de alimentos - Cargill Agrícola Ltda.....	194
Figura 4	Substâncias comestíveis das principais indústrias alimentícias do Brasil.	213
Figura 5	Cartaz Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1985 e 1990.	216
Figura 6	Propagandas de redes fast food, Três Lagoas/MS e Londrina/PR, 2020.	244
Figura 7	Doações de cestas agroecológicas feitas pelas famílias camponesas do assentamento 20 de março a famílias de Três Lagoas durante a pandemia COVID-19, Três Lagoas, 2020.	251
Figura 8	Doações de alimentos durante a pandemia COVID-19, Paraná, 2020.....	252
Figura 9	Doações de alimentos pelas famílias camponesas do assentamento Eli Vive II durante pandemia, 2019.	254
Figura 10	Redes e movimentos da Articulação Nacional de Agroecologia, 2021.	276
Figura 11	Balanço entre trabalho e consumo, Chayanov (1974).	285
Figura 12	Habitações – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	288
Figura 13	Projeto UFMS, equipamentos, materiais de consumo e insumos – Assentamento 20 de Março.	298
Figura 14	Projeto UEL, equipamentos, materiais de consumo e insumos – Assentamento Eli Vive II.	304
Figura 15	Atividades dos projetos de extensões nas Universidades UFMS e UEL.	305
Figura 16	Transportes adquiridos pelas famílias camponesas, Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	307
Figura 17	Episódio de incêndio – Assentamento 20 de Março.	310

Figura 18	Práticas de manejo de agricultura mais sustentável para formação da agrofloresta – Assentamento 20 de Março.....	316
Figura 19	Problemas com erosão, solo exposto e declividade – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	320
Figura 20	Camponeses multiplicadores dos serviços ecossistêmicos – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	325
Figura 21	Serviços ecossistêmicos nos sítios camponeses – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	327
Figura 22	Replantio de mudas nativas – Assentamento Eli Vive II.	334
Figura 23	Bananal atingido por rajadas de vento – Assentamento 20 de Março.	336
Figura 24	Croquis sítios com pastagens degradadas – Assentamento 20 de Março.	339
Figura 25	Produção de autoconsumo e excedente – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.	350
Figura 26	Cultivo, colheita e preparação para comercialização, Assentamento Eli Vive II.	353
Figura 27	Croquis sítios com agricultura convencional – Assentamento Eli Vive II.	358
Figura 28	Oficina e preparo de caldas – práticas agroecológicas camponesas e camponeses Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.	364
Figura 29	Oficina e preparo de iscas – práticas agroecológicas camponesas Assentamento Eli Vive II.	366
Figura 30	Pragas e doenças – olericultura agroecológica Assentamento Eli Vive II.	368
Figura 31	Armação de microrganismo eficiente – receita de arroz, Assentamento Eli Vive II.	369
Figura 32	Barreiras de proteção – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.	370
Figura 33	Mulheres agricultoras camponesas – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.	372
Figura 34	Limites produtivos – olericultura agroecológica Assentamento 20 de Março e Eli Vive II....	373

Figura 35	Dificuldades de locomoção devido as condições das estradas de acesso ao Assentamento Eli Vive II.	374
Figura 36	Práticas agroecológicas de cobertura de solo – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	385
Figura 37	Cobertura de solo – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.	387
Figura 38	Escola Estadual Francisco Xavier Trannin – Distrito de Arapuá/MS.	389
Figura 39	Escola Municipal do Campo Domingues Egidio Brunetto – Assentamento Eli Vive II.	391
Figura 40	Juventude camponesa – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.	396
Figura 41	Famílias camponesas em transição agroecológica – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.....	399

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1	Localização dos projetos de assentamento 20 de Março/MS e Eli Vive/PR	27
Mapa 2	Localização dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná	113
Mapa 3	Projetos de assentamentos, Mato Grosso do Sul – 2019	145
Mapa 4	Estrutura fundiária, Mato Grosso do Sul - 2017	147
Mapa 5	Geografia dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.....	147
Mapa 6	Projeto de assentamento 20 de Março, Três Lagoas/MS	150
Mapa 7	Projetos de assentamentos, Paraná – 2019	154
Mapa 8	Geografia dos assentamentos rurais do Paraná, 2019	155
Mapa 9	Índice gini da estrutura fundiária do Paraná, 2012	155
Mapa 10	Territorialização do desmatamento nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, 2018 a 2020	164
Mapa 11	Territorialização do eucalipto no Distrito de Arapuá	169
Mapa 12	Territorialização das unidades sucroenergéticas – Mato Grosso do Sul	175
Mapa 13	Territorialização das unidades sucroenergéticas – Paraná	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Porcentagem de estabelecimentos por uso de implementos e máquinas – Censo Agropecuário 2017.....	72
Tabela 2	Porcentagem de estabelecimentos por uso de agrotóxicos – Brasil 2006-2017.....	72
Tabela 3	Distribuição dos recursos do Plano Safra (em bilhões de reais).	104
Tabela 4	Violência contra posse e propriedade no período de 1990 a 2019.....	110
Tabela 5	Aumento da concentração fundiária no Paraná.....	122
Tabela 6	Aumento da concentração fundiária no Mato Grosso do Sul.....	130
Tabela 7	Brasil – Reforma Agrária, 1985 a 2016.....	138
Tabela 8	Violência contra posse e propriedade, Mato Grosso do Sul – 2006 a 2019.....	143
Tabela 9	Violência contra posse e propriedade, Paraná – 2006 a 2019.....	152
Tabela 10	Produção de alimentos nos pequenos estabelecimentos – Mato Grosso do Sul e Paraná.....	160
Tabela 11	Área (ha) ocupada pela silvicultura – Mato Grosso do Sul e Paraná, 2005-2012.....	172
Tabela 12	Área (ha) ocupada pela silvicultura – Mato Grosso do Sul e Paraná, 2013-2017.....	172
Tabela 13	Variação da área colhida no Mato Grosso do Sul (em ha).....	173
Tabela 14	Área colhida no Paraná (em ha).	181
Tabela 15	Principais culturas segundo o consumo de agrotóxico, Mato Grosso do Sul e Paraná - 2015.....	186
Tabela 16	Distribuição dos domicílios particulares, por situação de insegurança alimentar.....	204
Tabela 17	Indicadores do consumo de substância comestíveis entre adultos (≥ 18 anos; n=60.202) – 2013 (em %).	211
Tabela 18	Consumo de substâncias comestíveis entre escolares do 9º ano do ensino fundamental – 2015 (em %).	212

Tabela 19	Contribuição do PAA e PNAE na geração de renda para famílias camponesas no assentamento 20 de Março, 2012/2015 (em mil R\$).....	227
Tabela 20	Contribuição do PNAE na geração de renda para famílias camponesas no assentamento 20 de Março, 2014 e 2015 (em mil R\$).....	227
Tabela 21	Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar.....	232
Tabela 22	Retrocessos no PAA, 2016 a 2019.	236
Tabela 23	Composição cesta básica (consumo per capita mensal).	238
Tabela 24	Consumo de substâncias alimentícias e fast food, 2019 (em 1.000 pessoas).....	242
Tabela 25	Evolução da aquisição alimentar (per capita anual Kg), 2002/2018.	243
Tabela 26	Registro de doenças crônicas vinculadas a alimentação, 2013 e 2019 (em 1.000 pessoas).....	245
Tabela 27	Contribuição dos projetos Sacolas Camponesas e Agroecológicas na geração de renda para famílias camponesas, assentamento 20 de Março e Eli Vive II 2016/2018 (estimativa em R\$).....	306

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Variação no número de estabelecimentos no Paraná segundo a condição do produtor.....	121
Gráfico 2	Menos terras para os camponeses e mais terras para os aquinhoados no Paraná das duas últimas décadas.....	123
Gráfico 3	Evolução da estrutura fundiária – Mato Grosso do Sul – 1995/1996 a 2017	131
Gráfico 4	Condição do produtor – Mato Grosso do Sul – 2006 a 2017 (em número de estabelecimentos).....	132
Gráfico 5	Participação de Mato Grosso do Sul e Paraná na balança comercial – exportação milho/soja – 2007 a 2020.	197
Gráfico 6	Recursos aplicados na aquisição de alimentos do PAA, Brasil-Mato Grosso do Sul-Paraná, 2003 - 2012.....	226
Gráfico 7	Escolas e entidades recebedoras de alimentos da Associação dos Agricultores (as) familiares do Assentamento 20 de Março, PAA-PNAE/2013.	228
Gráfico 8	Evolução do custo da cesta de alimentos em Mato Grosso do Sul e Paraná; e evolução do salário mínimo nacional – 2012 a 2020.	240
Gráfico 9	Estabelecimentos com produção orgânica nacional, 2006 e 2017.	263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Territorialidade dos principais conflitos pela terra – Brasil 1950 a 1970.....	85
Quadro 2	Cultivos de lavouras Norte Velho e Norte Novo, Paraná – 1966 e 1968.....	120
Quadro 3	Organização malha fundiária Mato Grosso do Sul e Paraná, 2017. (em hectares).....	141
Quadro 4	Índice dos desmatamentos Mato Grosso do Sul e Paraná, 2020.....	166
Quadro 5	Cálculo do Salário Mínimo Necessário.....	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF	Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas
ACOPA	Associação dos Consumidores Orgânicos do Paraná
ADM	Archer Daniels Midland
ADUFMS	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
AGROECOL	Seminário de Agroecologia
AGROSTAT	Sistema de Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio
AMCEV	Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AOPA	Associação da Agricultura Orgânica do Paraná
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APOL	Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina e Cornélio Procópio
APP	Área de Preservação Permanente
ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S/A
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CC	Custo da Cesta Básica
CCCAS	Canais Curtos de Comercialização Alimentar
CEAO	Conselho Estadual de Agroecologia
CEDOC	Centro de Documentação
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CESP	Companhia Energética de São Paulo

CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CF	Constituição Federal
CFAR	Curso de Formação – Agentes de Reflorestamentos
CLADES	Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação das Nações Unidas
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
COVID-19	Corona Vírus Disease
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPTL	Campus de Três Lagoas
CRASE	Centro de Referência de Assistência Social e Educacional
CSA	Agricultura Apoiada pela Comunidade
CTAS	Centros de Tecnologias Alternativas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAPS	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DRPAS	Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas

DTR	Departamento dos Trabalhadores Rurais
EBAA	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EM	Microrganismo eficiente
EMATERS	Empresas Estaduais de Extensão Rural
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETTAR-MS	Federação dos trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado Mato Grosso do Sul
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEE	Grau de Eficiência da Exploração
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GUT	Grau de Utilização da Terra
HA	Hectares
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
IHU	Instituto Humanista Unisinos
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEC	Instituto de Sociología y Estudios Campesinos
JBS	João Batista Sobrinho
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTEL	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral
MASTEN	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste

MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Estudos Agroecológicos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAP	Programa de Abastecimento Popular
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PCA	Programa de Complementação Alimentar
PCBA	Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos
PDRT	Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIMA	Produção Integrada Madeira e Alimentos
PL	Projeto de Lei
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNARA	Política Nacional de Redução de Agrotóxicos
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLCC	Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNS	Programa de Nutrição em Saúde
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POPS	Poluentes orgânicos persistentes
PROAB	Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda

PROCAB	Projeto de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda
PROCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRODEGRAN	Programa Especial da Região da Grande Dourados
PRODEPAN	Programa de Desenvolvimento do Pantanal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSA	Programa de Suplementação Alimentar
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA	Projeto de Tecnologias alternativas
PTA/FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
S/A	Sociedade Anônima
SA	Segurança Alimentar
SAFS	Sistemas Agroflorestais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná
SIGEF	Sistema de Gestão fundiária
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPG	Sistema Participativo de Garantia
STR	Sindicato dos trabalhadores Rurais
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento
SUS	Sistema único de saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
VIGITEL	Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico
VIS	Visualizações do Comércio Exterior Comex

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 RECRIAÇÃO CAMPONESA ANTE A MONOPOLIZAÇÃO DA TERRA E ALIMENTAÇÃO	34
1.1 TERRA, ALIMENTOS E CAPITAL COMO DENOMINADOR COMUM	35
1.1.1 As Mediações Do Estado Classista Na Definição Do Agrário Brasileiro.....	49
1.2 SISTEMAS ALIMENTARES: POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO VIÉS DO CAPITAL.....	59
1.3 MONOPÓLIOS MUNDIAIS NO CONTROLE DA ALIMENTAÇÃO	94
2 MATO GROSSO DO SUL E PARANÁ: CONTRADIÇÕES DA APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA E DA AGRICULTURA MUNDIALIZADA	112
2.1 USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA DEFINIÇÃO DO AGRÁRIO PARANAENSE E SULMATOGROSSENSE.....	114
2.2 ROMPENDO O LIMITE DA TERRA CERCADA: PRESENÇA E LUTA DO CAMPESINATO EM MATO GROSSO DO SUL E PARANÁ	134
2.3 AGRICULTURA MUNDIALIZADA: PRODUÇÃO PARA QUÊ? E PARA QUEM?	160
3 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CRISE DE ALIMENTOS.....	206
3.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO MARCO DA PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR CONVENCIONAL	207
3.2 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: DE AUTONOMIA AMEAÇADA A POSSIBILIDADE DE RECRIAÇÃO	256
4 AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO CHÃO DA REFORMA AGRÁRIA: PROJETOS DE ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO E ELI VIVE II	279
4.1 A PRÁXIS AGROECOLÓGICA: O ASSENTAMENTO COMO PONTO DE PARTIDA PARA PRODUÇÃO DE RIQUEZA E DE COMIDA	281

4.2	CAMPONESES ENQUANTO SUJEITOS EM BUSCA DE ECOSISTEMAS SUSTENTÁVEIS	308
4.3	A PRÁXIS AGROECOLÓGICA: A REVALORIZAÇÃO DO SÍTIO CAMPONÊS COMO ESPAÇO DO TRABALHO FAMILIAR E AUTONOMIA CAMPONESA	343
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	400
	REFERÊNCIAS.....	408

INTRODUÇÃO

Ao propormos esta tese acerca das contribuições da transição agroecológica à recriação do campesinato, destacamos que, historicamente, essa classe tem encontrado dificuldades de reprodução provocadas tanto pela monopolização capitalista da terra quanto pelo processo de homogeneização do espaço agrário. A primeira caracteriza-se pelo domínio privado estabelecido pela classe dos latifundiários capitalistas sobre a terra, em detrimento de todas as outras classes, pelo princípio da especulação. Nele, a terra gradativamente perde seu sentido de bem comum e torna-se apenas uma mercadoria, que, concentrada, serve de antemão como reserva de valor, mas passível de ser negociada pela compra e venda em condições favoráveis de maior extração da renda fundiária.

É também o princípio da especulação que rege o processo de homogeneização do espaço agrário pelo modelo de agricultura capitalista, em que os frutos da terra não são cultivados para saciar a necessidade de suplementação alimentar da sociedade, e sim, a necessidade de acumulação da classe latifundiária capitalista a todo custo. Nisso, maiores proporções de terras têm sido direcionadas para a produção de culturas em cumprimento à demanda do mercado mundial, como carne, grãos, cana-de-açúcar e silvicultura, ao passo que aquelas antes cultivadas com alimentos básicos – arroz, feijão, mandioca, entre outras – são suprimidas.

De outra forma, com um sistema alimentar capitalista alinhado ao processo de acumulação, latifundiários capitalistas têm coordenado as regras que determinam o funcionamento da alimentação desde a produção e estoque, perpassando a distribuição, até o consumo; tal controle lhes autoriza padronizar o preço do alimento independentemente das condições de cada localidade. Variáveis definem mundialmente o que se deve produzir e quanto deve custar. Isso impulsiona o aumento de pessoas expostas ao risco de insegurança alimentar e fome onde antes não havia o problema, e aumentam onde já estava instalado.

Diante dessa mercantilização da natureza, terra, água e alimento perdem sua condição primordial à sobrevivência da espécie humana para atender às demandas do capital. Também com a mercantilização, nota-se a

subjulação dos povos da terra, principalmente camponesas e camponeses, que em todas as partes do mundo são violentamente expulsos da terra e/ou, quando resistem, são compelidos a inserir-se no processo de acumulação de capital, aderindo ao pacote tecnológico da agricultura capitalista e/ou integrando precariamente o mercado.

Porém, as ações de bloqueio e sujeição não são hegemônicas: também a resistência camponesa se coloca em movimento de luta contra o monopólio privado da terra, imposto pelos latifundiários capitalistas, entendidos como única classe porque têm na apropriação da terra a condição de extraírem lucro e renda fundiária. Assim, camponeses em todas as partes lutam a favor da terra de direito, pela recriação em condições mais autônomas. É justamente aqui que a agroecologia se apresenta como potencialidade para reprodução social do campesinato, estruturada em três dimensões: ecológica e técnico-agronômica; socioeconômica e cultural; e sociopolítica.

Essas dimensões se desdobram, de um lado, na conversão das técnicas agrícolas convencionais para práticas alternativas. Nelas, a agroecologia busca revalorizar os sistemas produtivos tradicionalmente organizados pela agricultura camponesa, com manejo apoiado na diversificação da produção com o mínimo de insumos químicos e maquinários; práticas agrícolas compatíveis com a dinâmica ecológica da natureza; resgate e conservação da biodiversidade.

E, de outro, na comercialização, na qual a agroecologia prioriza o resgate da equidade social, desenvolvendo ferramentas que promovam de forma justa a circulação e o consumo da produção de base agroecológica. É nela que encontramos a dinamização e fortalecimento de mercados locais, que restabeleçam a proximidade entre camponeses e consumidores, com a finalidade de disponibilizar alimentos com preço justo e acessível à comunidade local, remunerando dignamente os seus agricultores.

Inseridos na perspectiva da produção/comercialização, com base nos princípios agroecológicos, destacamos os projetos de extensão: *Dinamizando a agricultura familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas – MS* (PREAE/UFMS/CPTL/2015), coordenado pela Prof.^a Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida (2015) e um dos suportes de viabilização para a organização do *Grupo de Consumo Sacolas Agroecológicas* na Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas; e primeiro plano-piloto deste, o Projeto de Extensão Rural *Fomento a sistemas agroecológicos para inclusão tecnológica, produtiva e mercantil de mulheres camponesas* (UEL/CCE/2016), coordenado pelas Prof.as Dras. Eliane Tomiasi Paulino (orientadora desta pesquisa) e Rosângela Maria Pinto Moreira (2016), base para consolidação da rede Agricultura apoiada pela Comunidade (CSA), *Sacolas Camponesas*, na Universidade Estadual de Londrina.

Cientes de que um dos maiores empecilhos para as camponesas e os camponeses promoverem a dinamização dos seus sistemas produtivos é eliminarem os mecanismos de transferência da renda gerada na unidade econômica familiar para as mãos de outrem, as duas experiências se propuseram a dinamizar canais curtos de comercialização alimentar.

Dentre as agricultoras e agricultores parceiros dos projetos estão algumas famílias camponesas assentadas nos projetos de reforma agrária 20 de Março (Três Lagoas-MS) e Eli Vive (Londrina-PR), que já vinham sendo acompanhados pela equipe proponente dos projetos.

Na primeira avaliação anual, notou-se a participação direta das Sacolas Agroecológicas para o aumento de renda das famílias parceiras do projeto. Similarmente, a verificação anual do projeto Sacolas Camponesas indicou a mesma ação exitosa na renda das mulheres camponesas. Para além dos ganhos monetários, as avaliações também indicaram papel relevante dos projetos em auxiliar as famílias a garantir infraestrutura mínima nos sítios, acessar insumos, produtos e assistência técnica para a diversificação da produção no manejo agroecológico, colaborando simultaneamente na ampliação dos canais curtos de comercialização direta como feiras municipais e em condomínios.

Indicativo expressivo, uma vez que o 20 de Março e o Eli Vive estão entre os projetos de reforma agrária que não tiveram liberados recursos e serviços disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para garantir inclusão social, econômica e produtiva dos camponeses assentados, sendo, inclusive, critério para emancipação dos assentamentos. Circunstância que, investigada em outras oportunidades (SILVA, 2014), se evidenciou como um dos determinantes para desistência de lote no 20 de Março, assim como geradora de prejuízos à comercialização da

produção no Eli Vive (TAROBA LONDRINA, 2015). Tais condições não são únicas, mas comuns a diversas regiões do país, visto que também aparecem nas análises de Paulilo (1994), Bruno e Medeiros (2000), Sabourin (2008) e Cosme (2015).

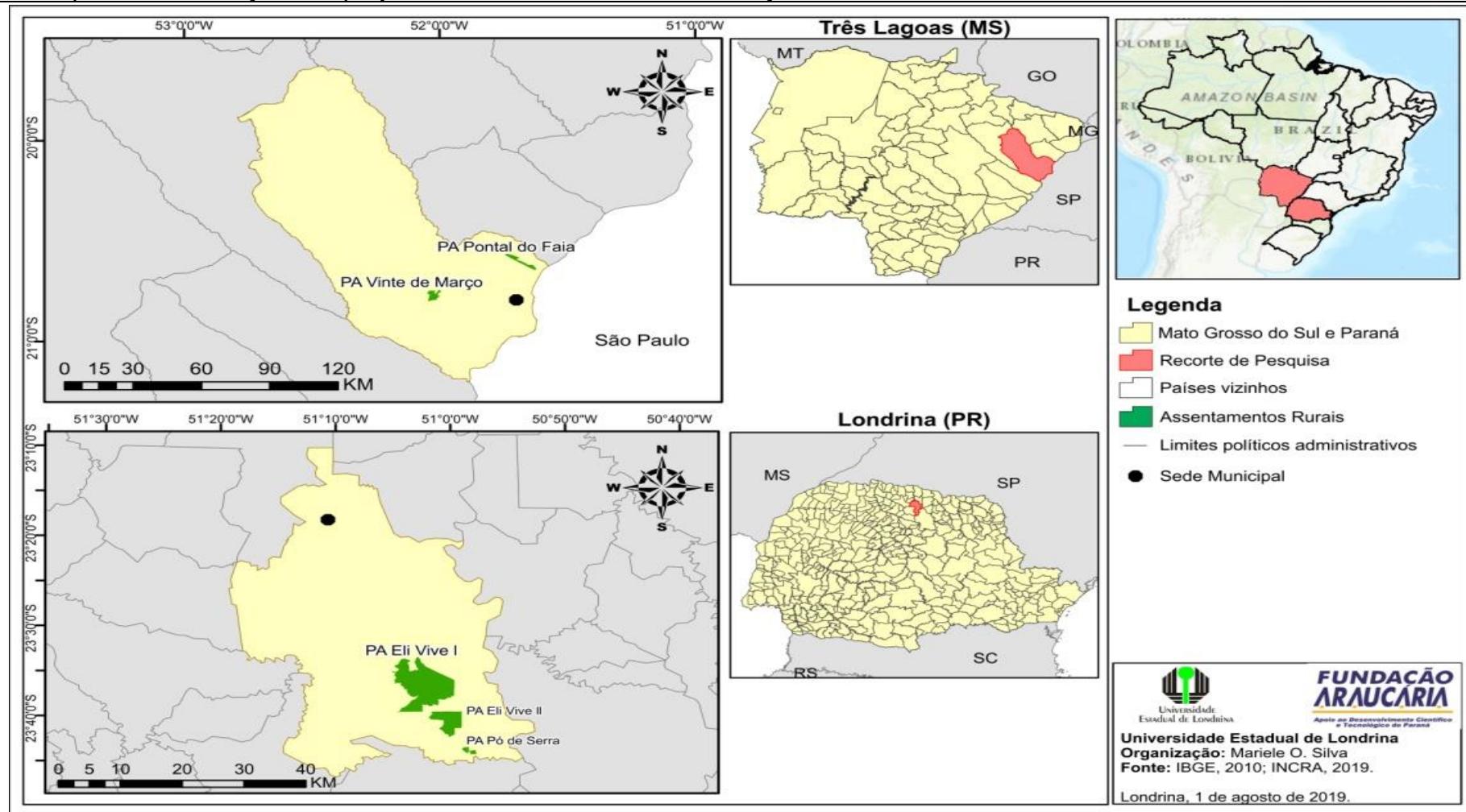
Destarte, além dos limites de acesso à terra, também os camponeses têm encontrado dificuldades de nela permanecer. Isso nos provoca outras questões, para além daquelas constantes na avaliação dos projetos, e que instigaram este trabalho de pesquisa, a saber: quais são os principais desafios enfrentados pelo campesinato para entrar na terra? Como a transição agroecológica tem respondido aos limites de permanência das famílias camponesas no assentamento da reforma agrária, frente a infraestruturas mínimas?

Com base nesses pressupostos, definimos como objetivo geral do trabalho averiguar a contribuição da transição agroecológica à reprodução social das famílias nos assentamentos 20 de Março e Eli Vive.

A partir daí, verificou-se que as experiências das famílias do 20 de Março e do Eli Vive demonstram que as práticas de agricultura mais sustentável, com base na agroecologia, têm contribuído para permanência do campesinato na terra, visto que, frente aos limites de recriação, são essas práticas que vêm dinamizando no próprio sítio camponês espaços produtivos de autoconsumo e excedente responsável, por ocuparem e remunerarem de maneira socialmente justa e mais autônoma a força de trabalho familiar.

Resultado da luta pela terra a partir da política de reforma agrária, os projetos de assentamento 20 de Março e Eli Vive, lócus desta pesquisa, estão localizados respectivamente na região leste de Mato Grosso do Sul e no norte do Paraná. Estados cujas malhas fundiárias constituem-se a partir da concentração de terras em grandes e médios latifúndios, e que, no último Censo Agropecuário/2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se revelaram ocupando, no Mato Grosso do Sul, aproximadamente 95%, e, no Paraná, 78% do total de hectares declarados agrícolas nos estados (IBGE, 2017).

Mapa 1 – Localização dos projetos de assentamento 20 de Março/MS e Eli Vive/PR.



Fonte: IBGE, 2010; INCRA, 2019.

A irrefutável distribuição desigual da terra, exposta pela pouca expressividade da área ocupada pelos pequenos estabelecimentos, confirma o entendimento que delineia esta pesquisa, de que há uma permanente questão agrária mal resolvida, mantida pelos latifundiários capitalistas e igualmente sustentada pelas empresas dos setores capitalistas, com fim único de obter a renda provida pelo monopólio privado da terra, e que, nos últimos anos, tem se agravado de forma violenta contra os povos do campo, indígenas e camponeses, que resistem de inúmeras formas às investidas do capital.

Recriação verificada a partir da concepção teórica na qual nos pautamos, de que a reprodução do campesinato reflete um processo contraditório e desigual específico do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Defendida por Martins (1981) e A. Oliveira (2010), nela se considera que, embora os camponeses estejam apoiados em relações não tipicamente capitalistas, não podem ser considerados como estranhos ao capital, mas como classe social forjada pelo capitalismo, ainda que em condições de sujeição.

Amparadas por outros estudos de A. Oliveira (2010), como Shanin (1983), Marés (2003), Fernandes (2004), Almeida (2006), Paulino (2006) e Fabrini (2010), consideramos que essa contradição decorre do fato de que, no capitalismo, a geração de capital também depende da subordinação direta e indireta do campesinato e da produção que contém seu trabalho – renda camponesa da terra.

O que se expressa na própria constituição da propriedade privada camponesa, fundamental para o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, quando torna a terra produtiva, solucionando parte dos imbróglios do latifúndio improdutivo. E até mesmo na agricultura camponesa familiar, principal responsável pela produção de alimentos básicos que serve ao capital, tanto para manter baixos os valores do salário quanto para prover matéria-prima de baixo custo.

Os estudos de J. Castro (1961, 1984) e A. Oliveira (1986, 2009, 2016) foram centrais para entender como a sujeição dos camponeses e a renda provida por seu trabalho ao capital se dá na escala da produção, a partir de duas ações monopolistas definidas por A. Oliveira (2010): territorialização dos

monopólios e monopolização do território. Enquanto Friedmann (1987, 2004), Ploeg (2008), Rubio (2009), McMichael (2016), Coca (2016) e Valério (2019) nos permitem apreendê-la na comercialização a partir da estruturação do sistema alimentar capitalista.

As considerações de Pollan (2006, 2013), Holt-Giménez e Patel (2010), Ziegler (2013) e Esteve (2017) foram relevantes para compreender como o controle do capital na produção e comercialização de alimentos se desdobra sobre a soberania alimentar.

No arranjo dessa relação contraditória, Almeida (2006), Paulino (2006) e Shanin (2008) contribuíram no entendimento de que a recriação camponesa não resulta apenas da contradição do capitalismo, como igualmente procede de um conjunto de estratégias ou ações próprias de sua condição e posição no estrato social, um modo de vida que tende a transformar o todo.

Nas considerações de Chayanov (1974) e E. Woortmann (1994), apreendemos as formas como esse modo de vida se expressa na organização de fração do território capitalista em sítio camponês, lócus de excelência do trabalho familiar que dá condições aos agricultores camponeses para serem, ao mesmo tempo, donos do meio de produção próprio e da força de trabalho necessária para sua reprodução social.

As ponderações de E. Woortmann; K. Woortmann (1997), Mazoyer; Roudart (2010) e Toledo; Barrera-Bassols (2015) nos auxiliaram a identificar como, ao longo do tempo, é também no sítio camponês que as práticas de manejos mais ecológicas e sustentáveis são feitas para reorganizá-lo como sistema de insumo – produtos. Assim como os estudos de Altieri (1989, 2007), Gliessman (2000) e Buquera (2015) contribuíram para compreendermos que é no fortalecimento desses sistemas que a agroecologia tem contribuído para constituição de relações socialmente justas e economicamente viáveis.

É a partir dos referenciais teóricos e conceituais supracitados anteriormente que pretendemos compreender, geograficamente, condições de bloqueio e as estratégias de (re) criação camponesa nos projetos de assentamento da reforma agrária. Para o seu alcance, foi salutar o diálogo entre a teoria e a pesquisa empírica, esta última articulada a partir de evidências concretas expressas por informações coletadas em campo nos projetos de reforma agrária, recorte territorial desta pesquisa.

Com o intuito de apreender o papel da transição agroecológica para reprodução social do campesinato, os instrumentos para a coleta de dados primários no campo foram estabelecidos a partir do uso de fontes orais, entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Para essa fase da pesquisa, o recorte temporal restringiu-se entre agosto de 2016 e agosto a outubro de 2020, caracterizado pelas visitas a 25 sítios camponeses, tratando-se de 16 no assentamento 20 de Março e nove no assentamento Eli Vive II. O critério de escolha baseou-se em diálogos com famílias que praticam ou praticaram o manejo com base agroecológica na dinamização da produção do sítio, particularmente a horticultura – olerícolas e frutícolas.

Devido à pandemia de Covid-19, em 2020, os diálogos foram realizados através do celular, correspondendo apenas à complementação das informações já coletadas. A respeito do uso das fontes orais, a pesquisa com base nas considerações de M. S. Borges (1997) guiou-se por propiciar espaços à voz dos próprios personagens da história, para, depois, analisar o discurso, os elementos históricos e o movimento da luta, materializados nas falas. Ou seja: estabelecer, mediante os relatos orais, o critério da pertinência ao tema, os recortes e respectivos sujeitos do dizer, elaborando com isso uma inter-relação entre a fala e os objetivos da pesquisa, para, então, analisar os dizeres à luz dos fundamentos teóricos que sustentam a investigação.

Informações complementares a respeito das transformações territoriais nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná foram coletadas no IBGE, pelos portais dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017; no INCRA, tanto pelo Anuário Estatístico da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) quanto pela Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), a plataforma MapBiomass Alerta, com verificação dos alertas de degradação e regeneração de vegetação nativa por satélites.

Foram coletados dados referentes a conflitos de terra e projetos de reforma agrária pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA).

Créditos disponibilizados pelo governo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS); participação dos estados nas relações de exportação a partir do Sistema de Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio (AGROSTAT Brasil), e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Questões alimentares e vulnerabilidade social a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE), pela Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos (PCBA), dieta alimentar nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS); da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE).

A reunião das concepções teóricas a informações obtidas foi analisada em quatro capítulos que formam a unidade desta tese.

No capítulo 1. **Recriação camponesa ante a monopolização da terra e alimentação**, analisamos como os bens essenciais à reprodução humana (terra, água e alimentos) são subjugados à lógica do capital, e seus desdobramentos na reprodução camponesa. Analisaram-se as principais políticas de gestão da estrutura fundiária brasileira, a saber: Sistema de Sesmarias (1532-1822); Posse livre (1822-1850); Lei de Terras (1850) e Estatuto da Terra (1964). Bem como suas funcionalidades, como bloqueio legalizado pelo Estado à reprodução social do campesinato. Também se estudou o lugar desta classe e o sentido da alimentação no viés do sistema alimentar capitalista.

No capítulo 2. **Mato Grosso do Sul e Paraná: contradições da apropriação privada da terra e da agricultura mundializada**, estudou-se em dados o movimento de reconcentração fundiária, desde a formação dos territórios capitalistas de Mato Grosso do Sul e Paraná até o momento. Analisamos a forma como o uso e ocupação de terras nos estados pelos projetos de colonização, liderados por companhias particulares e públicas, tiveram como fim único o de especular com a terra. É possível notar o quanto isso esgotou, pelas duras penas da interdição e violência, as alternativas de reprodução social do campesinato em vias emancipatórias.

Para além dos limites, também se averiguou a territorialização dos camponeses, que, mesmo não alterando de forma direta a estrutura fundiária altamente concentrada, estabelece resistência a sua extinção a partir de

aproximadamente 204 projetos de assentamento no estado de Mato Grosso do Sul, e 329 projetos no Paraná.

Atentando-se para a realidade no chão da reforma agrária, revelou-se, com o estudo in loco nos assentamentos 20 de Março e Eli Vive II, a inoperância do Estado classista na liberação de infraestruturas mínimas, e sua repercussão para a evasão das famílias camponesas, assim como as alternativas de recriação engendradas por aqueles que resistem.

No capítulo 3. **A dimensão territorial da crise de alimentos**, destacamos os determinantes imediatos da insegurança alimentar e da fome que têm indicado o retorno do país ao mapa da fome novamente. Averiguaram-se os avanços e retrocessos das ações executadas em nível nacional, atendendo-se às formas como contribuem ou não para a autonomia camponesa.

Destaca-se, de um lado, a proposta de segurança alimentar instituída pela FAO em nível mundial, preconizada na equalização entre oferta e demanda, pilar central para o sistema alimentar capitalista. E, de outro, a proposta da La Via Campesina, representada pelos povos da terra em defesa da Soberania Alimentar, pelo controle da produção, circulação e consumo de alimentos em níveis locais, em contraposição à transferência de riqueza para outras nações.

Ele também é dedicado a estudar os fundamentos teórico-metodológicos da agroecologia como caminho possível de construção de outra agricultura e sociedade. Nesse sentido, apontamos que diversas pesquisas têm evidenciado como a transição da agricultura convencional para uma base agroecológica tem auxiliado a recriação emancipatória do campesinato assentado. Tratamos de debatê-la a partir de suas três dimensões articuladas: ciência, movimento e prática.

No capítulo 4. **As experiências de transição agroecológica no chão da reforma agrária: projetos de assentamento 20 de Março e Eli Vive II**, evidenciamos as formas pelas quais o campesinato tradicionalmente reserva memórias bioculturais que superam as regras do tempo e permanecem em suas práticas de manejo ao longo da sua coevolução com a natureza, sendo, assim, sujeitos atuantes na formação de sistemas ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis.

Práticas essas que, resgatadas pela perspectiva da transição agroecológica, têm dinamizado espaços de produção e trabalho fundamentais à geração de renda e reprodução das famílias na terra, com base em relações socialmente justas e economicamente viáveis. Práticas pretensamente analisadas a partir de suas potencialidades e complexidades para a reprodução do campesinato, consideradas essenciais à elaboração dos fundamentos da ciência agroecológica.

1 RECRIAÇÃO CAMPONESA ANTE A MONOPOLIZAÇÃO DA TERRA E ALIMENTAÇÃO

Pelo segundo levantamento consecutivo, o Censo Agropecuário, análise do IBGE que trata do estudo sobre a produção agrícola e pecuária no Brasil, mostrou que aproximadamente 70% da produção dos alimentos que abastecem o país são provenientes dos estabelecimentos da agricultura camponesa familiar. Embora isso coloque em evidência a relevância de seus sujeitos – a classe camponesa – para a garantia da alimentação diária dos brasileiros, historicamente, no país, a extensão da área ocupada por esse tipo de agricultura não ultrapassa 30% daquela ocupada pelos estabelecimentos rurais no Censo de 2017 (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

A pouca expressividade da área ocupada revela a própria formação do agrário brasileiro, em que a classe dos proprietários latifundiários, visando obter a renda provida a partir do monopólio privado da terra, interditou qualquer possibilidade de redistribuição fundiária (MARTINS, 1981). Por outro lado, numa unificação de classe inexequível, latifundiários que também se tornaram capitalistas estabeleceram o monopólio simultâneo sobre os meios essenciais de reprodução da sociedade – terra, matéria-prima, materiais e ferramentas – subjugando-os à lógica de acumulação do capital com o intuito de extrair lucro e renda da terra (A. OLIVEIRA, 2007, 2009, 2016). Portanto, terras que eram ou poderiam ser destinadas à produção de alimentos ora têm função de reserva de valor, ora estão sujeitas às ações especulativas.

Ademais, através de um sistema alimentar capitalista (FRIEDMANN, 2004; MCMICHAEL, 2016; PLOEG, 2008) coeso aos mercados mundiais e à agroindústria, esses latifundiários capitalistas têm coordenado as regras que determinam o funcionamento da produção, distribuição e consumo de alimentos, coagindo camponeses de todos os cantos do mundo a abastecerem um mercado sem pátria, enquanto a produção e estoque de alimentos em escala local são duramente impactados, agravando ainda mais o quadro de insegurança alimentar e de fome.

Visto isso, neste capítulo buscamos destacar a maneira como renda da terra e alimentos são subordinados à lógica do capital, com repercussão sobre a reprodução camponesa. Para tanto, analisam-se a terra e o alimento

enquanto sinônimos de mercadoria no capitalismo, e algumas políticas de gestão da estrutura fundiária brasileira. Também se estudou o lugar do campesinato e o sentido da alimentação no sistema alimentar capitalista, as influências do Estado, mercado e os interesses de classe.

1.1 TERRA, ALIMENTOS E CAPITAL COMO DENOMINADOR COMUM

Considerando os modos de produção pré-capitalista (escravismo e feudalismo), definidores de algumas sociedades tal como são hoje, por certo, dentre os estudos a respeito da formação da sociedade brasileira, há aqueles apoiados na assertiva de que a gênese do uso e ocupação das terras no país seguiu o modelo europeu e estruturou-se a partir das relações feudais entre o senhor e o camponês servo (VALVERDE, 1985), na qual a agricultura,

[...] obedecia a uma lógica interna própria, na qual, portanto, a servidão era traço fundamental da coerção. Concretamente o senhor feudal dividia suas terras em duas partes: O *domínio*: era a parte de suas terras, em geral de ampla extensão, onde, sob sua tutela ou de seus agentes, os servos trabalhavam os "dias de dádiva", horas de trabalho para o senhor, a *corvéia*. Essas terras diretas do senhor abrigavam as suas habitações, as construções que se destinavam à exploração agrícola, as oficinas e as casas dos servos que trabalhavam diretamente apenas para ele. As *parcelas*: formavam a outra parte das terras do feudo, que eram divididas e concedidas aos camponeses. Estes, por sua vez, ficavam obrigados a entregar tributos exigidos sobre a produção de sua parcela e, além disso, prestar dias de trabalho pessoal (*corvéia*) para a exploração do *domínio* direto do senhor. Em geral, essa jornada de trabalho gratuito era a cessão de renda em trabalho para o senhor feudal. Além disso, estavam os servos camponeses obrigados a utilizar o moinho ou o forno senhorial, pelos quais também pagavam em espécie. Assim, a fração da produção entregue pela cessão da terra e pelo uso do moinho eram rendas em produto transferidas dos camponeses ao senhor feudal. Portanto, duas formas de renda da terra aparecem no feudalismo: no início era mais forte a presença da renda em trabalho, que, em função das lutas dos camponeses contra a *corvéia*, foi diminuindo em vários lugares, aumentando a participação da renda em produto. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 13-14, grifos do autor).

Todavia, ainda que à primeira vista algumas relações sociais estabelecidas no campo se aproximassem do modo feudal de produção,

indícios históricos evidenciam que enquanto no pós-escravismo o campesinato parcelar europeu obteve a seu bel-prazer a irrestrita concessão de terras onde pudessem garantir sua reprodução social, no Brasil, desde a Colônia até os dias atuais, o monopólio privado de grandes latifúndios nas mãos dos proprietários é a principal ferramenta para manter o campesinato divorciado da terra.

Considerando a assertiva de Marx (1974, p. 706), quando afirma que o modo capitalista de produção “[...] na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro [...]”, Martins (1981) e A. Oliveira (2007) entendem que o monopólio privado da terra e o bloqueio ao campesinato estabeleceram as condições elementares para o desenvolvimento do capital na agricultura, deixando explícito que a formação do agrário brasileiro não foi engendrada com base nas relações feudais, mas nas relações capitalistas.

[...] Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver. (MARTINS, 2010, p. 48).

Ocorre que a constituição da propriedade fundiária, comum a todos os modos de produção, autoriza certas pessoas a dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular (MARX, 1974). Porém, no modo capitalista de produção de forma singular, essa ação monopolizadora controlada pela classe dos proprietários de terra passa a ser o ponto de partida para que outras classes sejam expropriadas dos meios de produção e estejam condenadas à exploração necessária para geração de lucro e renda.

Dentre as classes exploradas, estão os trabalhadores assalariados, sujeitos do campo e da cidade totalmente desprovidos de capital e dos meios de produção – terra, máquinas, matérias-primas –, encontrando na alienação da sua força de trabalho a única forma de reprodução social. Assim, o trabalho

é condição e meio que se renovam sempre para adquirir parte do valor (salário) criado pela sua sujeição. Salário que permite à classe assalariada acessar os serviços e meios de subsistência, inclusive o alimento, necessários para sua reprodução social.

A classe beneficiária dessa alienação é representada pelos capitalistas. Sujeitos também desprovidos dos meios de produção, mas que dispõem de recurso – capital –, utilizando-o para explorar economicamente setores da produção. Ainda que, à primeira vista, isso indique interesse do capitalista em produzir mercadorias, o real intuito é subordinar a força de trabalho de outrem para a extração da mais-valia, renda procedente do trabalho não pago (MARTINS, 1981).

No campo, o capitalista aparece como “[...] o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção”. Para tanto, não dispendo da propriedade fundiária, além de pagar pela força de trabalho, o capitalista “[...] paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora [...]” a renda fundiária (MARX, 1974, p. 710).

Essa renda aparece no modo capitalista de produção como o pagamento exigido pelo proprietário para colocar parte do globo terrestre sob seu domínio à disposição: da sociedade, para suprir sua necessidade em se alimentar e morar; do capitalista, para desenvolver atividade produtiva.

[...] a renda da terra sob o modo capitalista de produção é, na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial**; e é, na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**. Embora, na prática, seja difícil distinguirem-se as duas partes da renda da terra, cabe esclarecer a essência dessas duas espécies de renda. A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 43-44, grifos do autor).

Quando disponível ao capitalista, o tipo de exploração das terras forma a propriedade privada capitalista, em que: “[...] a terra constitui-se em objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, logo de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação, [...] reserva de valor” (PAULINO, 2006, p. 40).

A respeito dessa análise, cabe um adendo. Ainda que funcione com os mesmos princípios do capital – mecanismo de exploração do trabalho alheio –, a terra não pode ser considerada capital. Isso porque, como explica Martins (1981, p. 158, 159-160): capital “[...] é produto do trabalho, é materialização de trabalho não pago, é mais-valia extraída do trabalhador, valor a mais gerado pelo trabalhador, além daquele que o capitalista gastou em salários [...]. Já a terra: “[...] não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho [...]. Assim, ela é [...] um instrumento de trabalho quantitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra [...].”

Dessa forma, a conversão da terra em fonte de lucro e renda ocorre a partir do seu fruto, sendo ele a mercadoria “[...] que incorpora em seu valor de troca uma quantidade de trabalho realizada, que não é paga ao trabalhador, mas que é apropriada pelo capitalista [...]” (TALASKA, 2016, p. 17). Nesse sentido, na propriedade privada capitalista,

[...] o investimento na agricultura é realizado com o objetivo de se produzirem mercadorias que, ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido e assim sucessivamente. Neste caso, o fim último da propriedade privada da terra é a exploração do trabalho alheio, para a extração da mais-valia (PAULINO, 2006, p. 40).

Podemos identificar esses investimentos tanto na pecuária extensiva ou intensiva quanto na larga produção de uma única cultura, seja de grãos, cana-de-açúcar, silvicultura, entre outras produções direcionadas prioritariamente ao mercado de *commodities*. Assim, os modos de propriedade privada capitalista “[...] são, na maioria das vezes, inteiramente especializados num número muito reduzido de produções particularmente rentáveis”, cujo processo produtivo não

é estabelecido conforme o tempo da natureza, e sim no tempo do capital; por isso, elas aparecem “[...] equipadas com tratores pesados e grandes máquinas, fazem maciçamente apelo aos adubos minerais, aos produtos fitossanitários, aos alimentos do gado, a variedades de plantas e raças de animais altamente selecionados [...]” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 425-426).

Para Paulino e Almeida (2010b), antes de qualquer coisa, é a oscilação positiva do preço das culturas comerciais que determina o interesse dos latifundiários em direcionar parcelas de seu domínio à produção de grãos, cana-de-açúcar, silvicultura. Ocorre que o aumento da demanda no mercado mundial pelos produtos derivados dessas culturas – como etanol, ingredientes culinários e ração animal – contribuiu para a disparada de seu preço e, simultaneamente, à valorização imobiliária.

Em se tratando da natureza, também ela é gradativamente mercantilizada (PAULINO, 2006) e artificializada pelo manejo industrial (MOREIRA; CARMO, 2004), o qual interfere diretamente na característica própria e ininterrupta que os bens naturais – solo, água, minerais e flora – possuem em se autorrenovar, autorregular e autossustentar (GUZMAN CASADO; GONZALEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMAN, 2000).

Para Marx (1974), com base nessas relações de produção e propriedade, a sociedade no modo capitalista de produção se estruturaria em três classes: proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores assalariados. Dentre as três,

[...] o proprietário das terras desempenha papel no processo capitalista de produção, pela pressão que exerce sobre o capital, por ser a grande propriedade fundiária (que despoja o trabalhador de seus meios de produção) condição prévia da produção capitalista, mas, sobretudo, por personificar ele uma das condições mais essenciais da produção (MARX, 1974, p. 943).

Certamente, o universo objetivo manejado pelo autor é o da Europa Ocidental da segunda metade do século XIX, momento em que o modo capitalista de produção enfrenta, tanto no ramo industrial quanto no agrícola, a primeira das suas recorrentes crises econômicas, e torna-se mais evidente a

separação radical entre o trabalhador e os meios de produção. Todavia, no globo terrestre como um todo, abundavam os sujeitos cuja terra acolhia a reprodução do modo de vida com base no trabalho próprio e do grupo familiar, dentre os quais os camponeses. Em referência, as comunas camponesas na Rússia, cujo destino no capitalismo fora questionado por Vera Zasulitch (1881) em correspondências encaminhadas para o próprio Marx (MAGALHÃES; BEZERRA, 2005).

No âmago de suas dúvidas, Zasulitch procurara compreender como as singulares relações não tipicamente capitalistas contidas na agricultura camponesa baseadas em “[...] formas autônomas de trabalho, derivadas do controle dos meios de produção pelos proprietários da força de trabalho [...]”, viabilizando sua reprodução “ao mobilizar a família e, esporadicamente, contratar força de trabalho complementar [...]” (PAULINO, 2006, p. 39) iriam sobreviver frente a aquilo que Marx compreendia como funcional para o modo capitalista de produção: a irremediável expropriação dos agricultores da terra.

Embora Marx estivesse em duras lutas contra a doença que tiraria sua vida em 1883, a preocupação de sua remetente conduziu o autor a rascunhar quatro reflexões, elencando os condicionantes que tanto contribuíram para a manutenção das comunas nos modos de produção anteriores, como aqueles que poderiam acarretar sua extinção no sistema de produção em transição, o capitalismo (MAGALHÃES; BEZERRA, 2005). Diante das distintas possibilidades, desde o final do século XIX abrolham diversas assertivas referentes ao destino do campesinato.

Aquelas apoiadas nos estudos de Lênin (1985) e Kautsky (1980) analisam a expropriação do campesinato como “[...] uma consequência necessária e inevitável para que o capitalismo pudesse se desenvolver via mercado e divisão do trabalho [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 70). Acreditando-se na extinção do campesinato, divorciados da terra, os agricultores do campo tornar-se-iam capitalistas ou assalariados, únicas classes que constituiriam as relações sociais no modo de produção capitalista, não abrindo espaço para a reprodução social de outras.

Porém, contrariando essa tese e seus seguidores, a classe camponesa resiste à homogeneização das relações sociais se diferenciando de capitalistas e assalariados. Organizada num modo de vida, ao tornar-se proprietária de

uma parcela do território capitalista, determina a propriedade privada camponesa, a qual se [...] constitui terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar; assim, essa não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família" (PAULINO, 2006, p. 40).

Essas características permitem aos agricultores serem, ao mesmo tempo, donos do meio de produção próprio e da força de trabalho necessária para sua reprodução social, o que confere ao grupo familiar autonomia em relação ao que será cultivado e ao tempo de trabalho nele aplicado. Distinguem-se dos assalariados, cujo produto resultante do trabalho e as horas despendidas para sua produção são definidas pelo capitalista.

Como a pretensão é suprir as necessidades da família, nesse tipo de propriedade a aposta na "[...] produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para aquisição de mercadorias que não são produzidas, mas que são indispensáveis à reprodução da família" (PAULINO, 2006, p. 40). Avaliando que as mercadorias produzidas são resultado do trabalho, e que este é a única forma de gerar valor e riqueza (MARTINS, 1981), são elas a fonte da renda camponesa.

Já que ocupa pequenas parcelas de terra, a produção de mercadorias tem como foco a policultura, sistema de produção agrícola que tem se desenvolvido na agricultura desde antes do século XX, quando:

[...] os estabelecimentos agrícolas produziam uma grande variedade de produtos destinados a satisfazer diretamente, por autoconsumo, a maior parte das necessidades da própria população agrícola. Cada estabelecimento procurava produzir seu grão, sua batata, seus legumes, seus frutos, seu porco, suas aves, seus ovos, seu leite, seu vinho, sua cidra ou sua cerveja, sua lenha etc., além de tentar confeccionar sua manteiga, seu queijo, suas carnes conservadas com sal, assar ou mandar assar seu pão, prensar seu azeite, fiar e tecer seu linho, seu cânhamo ou lã, destilar sua aguardente etc. Nesses sistemas de poliprodução vegetal e animal, muitos produtos e subprodutos eram destinados ao autoabastecimento, ou seja, o abastecimento do estabelecimento em meios de produção: cada estabelecimento agrícola renovava a maior parte de suas sementes e de seus animais reprodutores, produzia sua forragem verde, o feno, as raízes, os tubérculos e seus grãos forrageiros, sua palha, seu esterco, sua madeira para construção e uma parte de seus utensílios (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 424-425).

Em virtude de todo o processo de autoabastecimento de que trata os autores depender direta e indiretamente do solo, dos recursos hídricos e das florestas, a natureza torna-se elemento fundamental para reprodução social do grupo familiar. Isso faz com que as práticas de manejo ocorram sem perder de vista a recomposição e manutenção da biodiversidade local (BUQUERA, 2015; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Além da possibilidade de manter o poder de decisão em relação à produção, os camponeses igualmente podem ter autonomia na efetivação das trocas mercantis, escolhendo como e com quem querem estabelecê-las. Considerando que a produção camponesa é composta majoritariamente por alimentos semiperecíveis, interessa ao grupo familiar realizarem trocas na comunidade, centros urbanos próximos e escalas regionais, evidenciando sua relevância para o rebaixamento dos índices de insegurança alimentar e fome.

[...] por meio da venda de variados excedentes, a poliprodução vegetal e animal assegurava igualmente um amplo abastecimento dos mercados locais. [...] [Assim] participavam, através de suas vendas, do abastecimento das cidades e de outras regiões, e, com esse objetivo, desenvolveram em particular tal ou tal produção especialmente vantajosa para elas, haja vista suas condições físicas de produção e as condições de escoamento de suas mercadorias [...]. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 425).

Também nos mercados locais é onde predominantemente adquirem as mercadorias de que necessitam (ARLINDO, 2020). Isso faz a constituição da propriedade privada camponesa significativa para o desenvolvimento econômico localmente, já que todo o processo de geração, distribuição e circulação da riqueza é definido nas escalas locais e regionais.

Os pesquisadores que analisam a permanência do campesinato entendem que sua recriação reflete um processo contraditório e desigual específico do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Apoiados nos estudos de Luxemburgo (1976), Shanin (1983) e Martins (1981), explicam que essa contradição decorre do fato de que no capitalismo a geração de capital “[...] não está circunscrita apenas à produção imediata”, quando a mais-valia é gerada a partir do trabalho não pago, “mas também à circulação de

mercadorias” que contém a mais-valia anteriormente gerada e permite que ela seja por intermédio da troca “por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias” (OLIVEIRA, A., 2007, p. 20), devidamente apropriada.

Enquanto, na indústria, esse processo contraditório de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, A., 2007) advém da sujeição real do trabalho ao capital, classe que detém poder sobre os meios de produção – máquinas e ferramentas, na agricultura, além da sujeição dos trabalhadores assalariados do campo, o que também está sujeita ao capital é a renda da terra.

Como observado anteriormente, a renda é o pagamento exigido pelo proprietário para colocar a terra à disposição do capital. Ela pode aparecer no momento em que o proprietário vende ou arrenda a terra ao capitalista, que tem o capital necessário para desenvolver atividade produtiva. Quando as classes de proprietários e capitalistas são antagônicas, ou seja, representadas por sujeitos diferentes, a renda da terra acontece ao fim da etapa de circulação de mercadorias, quando “[...] o capitalista entrega (transferindo) ao proprietário a renda da terra” (OLIVEIRA, A., 2010b, p. 6).

Esse tipo de extração da renda fundiária ocorre inicialmente quando a terra é cedida pelo latifundiário ao capitalista, a partir da venda ou arrendamento; a terra aparece como monopólio do capital, enquanto aqueles que a trabalham, trabalhadores e camponeses, responsáveis pela produção de riqueza, estão divorciados dela, alienando sua força de trabalho ao capitalista.

A subordinação direta e indireta da produção que contém o trabalho do camponês igualmente representa uma forma de sujeição da renda da terra ao capital. Para entender essa sujeição, também nos apoiamos em Martins (1981, p. 176), quando analisa que:

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair junto lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda [...]. É um fato que toda a renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola. O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros

dos empréstimos que faz [...]. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela [...].

Paulino (2006, p. 45) ressalta ainda que a produção camponesa também serve como matéria-prima para a atividade econômica do setor industrial de substâncias comestíveis processadas e ultraprocessadas, assim como para manutenção de valores baixos do salário, sem que isso interfira na extração de mais-valia dos capitalistas, pois,

[...] o excedente de renda gerado é passível de ser apropriado pelo capital [...] direta, num circuito que passa pelo rebaixamento do preço inicial do produto à sua supervalorização nas etapas subsequentes; indireta, ao serem despendidos menos recursos com o pagamento de salários, visto que a reprodução da força de trabalho tem o custo reduzido quando parte dos alimentos é produzida sem que a remuneração dos produtores [diretos] seja mediada pela extração do lucro médio.

Como observado, nessa sujeição da renda da terra, o camponês, juntamente com sua família, trabalha a terra e produz a riqueza sem necessariamente serem expropriados. Contudo, ainda que o trabalho na terra não se estabeleça pela alienação da força de trabalho ao capital, o grupo familiar tem pouca ou quase nenhuma autonomia sobre o que será cultivado, como e para quem será comercializado, ficando o poder de decisão a critério do capital. Dessa forma, também a riqueza gerada pelo trabalho familiar não retorna ao camponês como mercadoria, mas transfere-se para o capitalista e proprietário como renda camponesa da terra (OLIVEIRA, A, 2007).

Assim, embora os camponeses sejam considerados resquício social em vias de extinção (LÊNIN, 1985; KAUTSKY, 1980) por apoiarem-se em relações não tipicamente capitalistas, as formas pelas quais o capital se apropria da renda camponesa da terra desnudam que,

[...] a existência do campesinato não deve ser vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção. [...] a atividade camponesa não inverte as bases da acumulação ampliada; nota-se exatamente o contrário, pois o fato de estar assentada em relações não tipicamente capitalistas possibilita a maximização da acumulação nos setores capitalistas [...] (PAULINO, 2006, p. 45).

Outra propriedade que não escapa às regras do capital é a propriedade privada capitalista. Nela, quando latifundiários e capitalistas não são antagônicos e personificam-se em latifundiários capitalistas, há a fórmula direta de produção e reprodução do capital, bem como extração simultaneamente de lucro e renda. Pois, nesse caso,

[...] A subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital [...]. (MARTINS, 1981, p. 162).

Sumariamente, o que podemos depreender do processo contraditório e desigual específico do desenvolvimento do modo capitalista de produção é que na agricultura ele “[...] se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital)” cria diferentes formas para colocar em movimento o processo de acumulação ampliada de capital: “pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, A, 2007, p. 11).

Com base no monopólio privado da terra, esse tipo de extração direta e simultânea de lucro e renda é regido pela interdição de qualquer possibilidade de redistribuição fundiária, inclusive a constituição de outros tipos de propriedade – no caso, a camponesa –, que requerem necessariamente a democratização do acesso à terra. Para os estudiosos da questão agrária brasileira, essa interdição foi a regra central que norteou a gênese do uso e ocupação das terras no país, impulsionou “[...] politicamente a *irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado [...]*” (MARTINS, 1994, p. 79), com o fim único de acumulação de lucro e renda.

Contudo, no início do século XIX, em algumas regiões localizadas na extensão territorial Centro-Sul e Nordeste do país já se recriava ao lado do latifúndio “[...] um campesinato composto de uma mistura de portugueses

pobres, povos indígenas e africanos [...]” (WELCH et al., 2009, p. 24). Evidenciando que, mesmo sendo o cerne da malha fundiária brasileira, o monopólio privado capitalista da terra não era hegemonicó.

Essa recriação ocorria em diferentes formas: recriação na terra própria – posseiros (sem titularidade) e sitiante (compra); recriação em terra alheia na forma de concessão de uso – arrendatário (concessão de uso a partir do pagamento em dinheiro), meeiro (concessão de uso a partir do pagamento em mercadoria), arrendatários moradores/colonos/agregados (concessão de uso e morada); recriação via concessão de uso e morada, associada com trabalho remunerado – agricultor agregado (responsável pelos tratos na lavoura), retireiro ou boiadeiro agregado (responsável pelos tratos com gado) (BRANDÃO, 1994).

Nada que fosse duradouro, uma vez que o acesso já precarizado agravou-se ainda mais frente às constantes “[...] pressões do sistema mundial capitalista, entrando em sua primeira fase de industrialização”, que, no país, “estimularam políticas e ações que acabaram por acirrar a precária situação de sobrevivência dos cultivadores pobres livres no período imperial [...]. Desde então, “[...] numa estrutura social marcada pelos poderes dos senhores da terra [...] constituíram as bases para o fortalecimento do poder local e de constrangimentos [...]” dos camponeses (WELCH et al., 2009, p. 24), constantemente subordinados, expulsos e marginalizados.

Para Paulino e Almeida (2010b, p. 16) são os interesses opostos em relação ao domínio territorial entre os camponeses e os latifundiários capitalistas que fazem do campo brasileiro um território em acirrada disputa.

[...] carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. É um bem finito, não pode ser reproduzível à vontade, mesmo tendo nela inserido o trabalho. Portanto, por mais que estejamos vivendo em um mundo urbano-industrial, com modernização agrícola, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa!

Assim, a permanência do campesinato e sua inserção na agricultura brasileira não se restringem somente às relações de sujeição e expulsão, como igualmente são delineadas pela incessante busca de condições que garantam sua reprodução social, via o acesso igualitário à terra; contra o capital; a favor da sua autonomia sobre os resultados gerados pelo trabalho familiar.

A luta pela terra que o campesinato tem deflagrado é uma luta pela sua recriação. Recriação, porque se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa descontinuidades. Esta é uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que responde de formas variadas à lógica social mais ampla. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico (OLIVEIRA, B., 2001, p. 265).

Dentre as bandeiras de lutas do campesinato está a redemocratização da terra através da reforma agrária. Gerida pelo Estado, que, via de regra, tornou-se gestor jurídico do uso e ocupação das terras no país após a aprovação da Lei de Terras de 1850, a reforma agrária pode ser implementada tanto por política fundiária quanto agrícola.

A política fundiária refere-se ao conjunto de princípios que as diferentes sociedades definiram com aceitável e/ou justo para o processo de apropriação privada da terra. Assim, existem países que adotaram limites máximos e mínimos para o tamanho da propriedade privada da terra, bem como países que não colocaram qualquer limite para a extensão das propriedades. [...] Na política fundiária está incluído, também, o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra; as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder; e programas de financiamentos para a aquisição da terra. A política agrícola, por sua vez, refere-se ao conjunto de ações de governo que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão incluídos nestas ações: educação e saúde públicas, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infraestrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias, etc. A política fundiária e a política agrícola

formam os dois pilares da reforma agrária. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 70-71).

Porém, como discorreremos no decorrer deste trabalho, longe de provocar mudanças estruturais que modifacassem a estrutura fundiária altamente concentrada e disponibilizassem condições de reprodução ao campesinato assentado, considerável número de assentamentos implantados atualmente enfrenta nítida inoperância proposital do Estado em cumprir os critérios mínimos definidos por Lei. É como A. Oliveira (2007, p. 67) assevera: seria essa “[...] uma das estratégias da expansão do capitalismo no campo, ou seja, a necessidade de esgotar historicamente a possibilidade de reprodução da produção camponesa [...]”.

Entendemos como proposital porque, ao mesmo tempo que implanta projetos de reforma agrária sem ou quase nenhuma infraestrutura que garanta inclusão social, econômica e produtiva aos povos da terra, o Estado destaca-se com relevante participação nas ações de setores industriais do campo e está entre os principais repressores das organizações camponesas de luta pela terra.

Frente a essa realidade, concordamos com Lessa e Tonet (2008, p. 31) que, analisando os estudos de Marx e Lukács, entendem que a propriedade privada e o Estado são relações sociais que coexistem na organização socioeconômica da sociedade como mecanismo de sujeição. O Estado é “[...] essencialmente, um instrumento de dominação de classe [...]”, concebido pelos exploradores (senhores de escravos, senhores feudais, latifundiários e capitalistas) para repreender e atenuar a sublevação dos explorados (escravizados, servos, camponeses e trabalhadores assalariados).

Os autores supracitados ressaltam ainda que, diferentemente do papel desempenhado pelo Estado no escravismo e feudalismo, sob o modo capitalista de produção, é ele (o Estado) que “[...] mantém e reproduz a desigualdade social afirmado a igualdade política e jurídica entre os indivíduos [...]”, mas, não esconde seu caráter classista, e “[...] todas as vezes que os conflitos [autonomia dos camponeses] ameaçarem a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas [...]” e latifundiários (LESSA; TONET, 2008, p. 31).

Não à toa, nos projetos de reforma agrária, objeto deste estudo, a inoperância do Estado na prestação de infraestrutura mínima inevitavelmente tem conduzido os camponeses assentados a buscarem alternativas de reprodução a partir da sujeição às regras do capital. Situação que desnuda o papel do Estado como mantenedor dos mecanismos de acumulação primitiva do capital.

1.1.1 As Mediações Do Estado Classista Na Definição Do Agrário Brasileiro

[...] contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado que cria e garante condições dessa sujeição [...]. (MARTINS, 1981, p. 9-10).

Com Estado vigorosamente aparelhado para resguardar os interesses das classes agora unificadas – latifundiários capitalistas –, a apropriação privada da terra foi instituída como base fundamental para a formação do território capitalista brasileiro. Para tanto, Talaska (2016) ressalta que alguns instrumentos legais foram de suma importância para estabelecer a regulamentação dessa apropriação no país: Sistema de Sesmarias (1532-1822); Posse livre (1822-1850); Lei de Terras (1850) e Estatuto da Terra (1964) – cujo papel foi significativo para o contexto da questão agrária instaurada em todo o território nacional.

Para o autor, o Sistema de Sesmarias, coordenado por Portugal em fins do século XIV, na Colônia recém-descoberta, expressa a primeira forma de regulação do uso da terra no Brasil, já procedente de uma disputa territorial, visto que,

[...] decorreu da necessidade de Portugal garantir a posse em face da disputa com a Espanha pela partilha do novo continente, bem como de evitar a ocupação (e/ou invasão) por parte de outros interessados, obedecendo, portanto, precauções políticas e econômicas. (TALASKA, 2016, p. 29).

Precauções econômicas, que não eram algo restrito apenas a Portugal, mas a todos os países do continente europeu que estabeleciam, no desfecho do século XV, sua hegemonia econômica, combinando políticas mercantilistas e alargamento dos limites fronteiriços de acumulação do capital (VALÉRIO, 2019).

Talaska (2016) destaca que a vasta extensão de terras no Brasil Colônia foi subdividida, e tais divisões concedidas a partir de carta de doações, formando 15 capitania hereditárias, cujo comando de distribuição, uso e ocupação ficou sob a tutela dos capitães ou donatários, portugueses com influência militar e política em Portugal. As terras repartidas formavam as sesmarias, outorgadas pelos donatários aos sesmeiros mediante concessão de posse.

Criado em fins do século XIV por Dom Fernando I, na metrópole (Portugal), o Sistema de Sesmarias previa solucionar a crise de abastecimento e a ociosidade de terras geradas pela apropriação desenfreada por senhorios que não as cultivavam e, menos ainda, as arrendavam aos camponeses para a formação de pequenas posses ligadas à produção de autoconsumo. Para tanto, Portugal, desejando a ocupação produtiva de suas terras, “[...] procurava conceder terras aos colonos que tivessem condições de cultivá-las, o que significava nos marcos coloniais homens com recursos suficientes para possuir escravos [...]” (SILVA, L., 2008, p. 50-51).

Dessa forma, na Colônia, mesmo que os donatários tivessem licença de gerir as capitania hereditárias, sua utilização não ocorria à revelia dos interesses da Coroa, devendo os sesmeiros beneficiados cumprir suas prescrições essenciais; do contrário, poderiam ser desapossados: “[...] administração e o aproveitamento total das terras doadas; [...] trabalhar a terra com seus próprios recursos [...]”; sujeitar-se “[...] a cobranças de dízimo, de foros e de tributos que tinham que pagar ao rei e aos donatários [...]” (TALASKA, 2016, p. 31).

Marés (2003, p. 184) lembra que a obrigatoriedade do uso produtivo da sesmaria também era requisito para que, além do direito de uso, fosse adquirido o direito de propriedade da terra. Situação que, segundo o autor, já revela a função da propriedade da terra no processo de acumulação do capital, pois, com isso, o sesmeiro tornava-se proprietário, “[...] podendo vendê-la, doá-

la ou transferi-la por contrato [...]. Plenos poderes sobre a terra, que não tardaram em distorcer as regras de utilização das Sesmarias no Brasil Colônia.

Certamente, as sesmarias foram concedidas para aqueles que obtinham poderio econômico – à época, os próprios donatários e alguns sesmeiros, que, além de serem senhores de escravizados, já eram “senhores e possuidores de terras” (MOTTA, 1998)¹. Mas, diferentemente de as sesmarias serem redistribuídas em pequenas dimensões, como a Coroa de Portugal exigira, aqui serviram para os senhores instituírem grandes propriedades privadas, capitalistas e improdutivas.

É justamente nesse período que se delineia o modelo de agricultura monocultora e escravagista, caracterizado pela inserção da colônia no mercado mundial, com a produção de produtos tropicais de que a Europa carecia, especialmente o açúcar.

Nas poucas áreas destinadas à produção havia, além dos escravizados, camponeses posseiros, totalmente desprovidos de capital e dos meios de produção, constrangidos ao domínio dos senhores pela necessidade de reproduzir-se na terra dada a estes em sesmarias: podendo morar ao redor dos engenhos e, anualmente, pagavam um aluguel aos proprietários de terras para ali cultivarem suas lavouras; ou que tinham sua morada e sítio na extensão das terras de engenho, cultivando suas roças policultoras ao mesmo tempo que cuidavam do trato dos canaviais; e até mesmo trabalhadores assalariados não escravizados.

Para J. Castro (1961, p. 190), a inserção precoce do Brasil no mercado mundial foi fortemente apoiada pelos proprietários de terras, por servirem como engrenagem para a constituição de latifúndios.

Intimamente ligado a este tipo de exploração agrícola colonial, visando a produção de gêneros para a exportação está o fenômeno do latifúndio agrário. Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males do continente, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, consequentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar [...].

¹ Segundo Motta (1998, p. 209), a categoria de “Senhor e Possuidor” de terras era integrada por fazendeiros, ex-deputados, juízes de paz e vereadores em várias legislaturas de terras.

Houve também a consolidação da pecuária bovina como atividade extensiva. L. Silva (2008, p. 78) destaca que, inicialmente, foi esse crescimento o responsável pelo surgimento das “reservas” patrimoniais, já que os latifundiários pecuaristas “[...] tinham o hábito de constituir ‘reservas’ de terras, isto é, se ‘apropriavam’ de muito mais terras do que cultivavam para garantir o futuro [...]”, constituindo o que se denomina “latifúndios improdutivos”: grandes propriedades que cultivam a terra abaixo da capacidade produtiva ou não desenvolvem qualquer atividade, ou seja, fora dos requisitos de produtividade, outra distorção agrária das Sesmarias.

Apesar de todo o aparato da tecnificação agrícola no campo brasileiro, a propriedade privada improdutiva não ficou restrita apenas àquele momento histórico. Conforme estudos de Teixeira (2011), em 2010, o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) – plataforma do INCRA – evidencia que, das 130.515 grandes propriedades rurais distribuídas em 318,9 milhões de hectares, 69.233, ocupando uma área de 228,5 milhões de hectares, não alcançaram os 100% do Grau de Eficiência da Exploração (GEE) e os 80% do Grau de Utilização da Terra (GUT), índices utilizados pelo INCRA para verificar a produtividade dessa categoria de imóvel.

Assim, mesmo com todo aporte tecnológico e políticas de facilitação de créditos para produção, os imóveis que poderiam ser classificados como produtivos correspondiam a apenas 47%. Lembramos que os dados do Cadastro são autodeclaratórios; logo, a confissão da improdutividade provém espontaneamente dos pretensos proprietários.

Enquanto se negligencia a permanência do latifúndio improdutivo no campo brasileiro, a política de reforma agrária se mantém estagnada e as propriedades improdutivas são escamoteadas graças à artimanha linguística falseadora traduzida na expressão “agronegócio”, que dissemina o mito da eficiência produtiva tanto no setor de *commodities* quanto no de alimentos no país.

Para Fernandes (2004), o agronegócio também é mais um jargão, utilizado desde 1990 pelos latifundiários capitalistas como *marketing* para maquiar a permanência dos latifúndios no campo brasileiro, além de facilitar, senão legitimar, a intensificação da concentração fundiária liderada pela propriedade capitalista no país, e a subjugar os camponeses. Não se pode

esquecer que, na manutenção desse quadro, há considerável tutela do Estado, aqui não reconhecido como gestor dos interesses da sociedade, mas como principal responsável por resguardar os privilégios da classe dos latifundiários capitalistas.

Em alguns casos, essas propriedades estão estabelecidas em área maior do que a registrada em cartório. No Brasil Colônia, antes de serem apossadas de forma indevida, estavam em poder da Coroa, ou pertenciam a grupos indígenas, ou ainda a camponeses – não raro violentamente expulsos quando suas pequenas porções de terras eram incorporadas, sem o seu conhecimento e/ou consentimento, nas cartas de concessão expedidas por Portugal. O que nos evidencia que, já no Sistema de Sesmarias, os senhores de terra e escravizados:

[...] lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e a seu derredor, eram, mais cedo ou mais tarde, expulsas com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E, se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão de obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios. (GUIMARÃES, 2009, p. 45).

Em 1822, o sistema de sesmarias chegou ao fim, incentivado por pelo menos três acontecimentos: o desejo de autonomia do Brasil Colônia em relação aos domínios de Portugal; a ânsia da Grã-Bretanha em aumentar seu mercado consumidor; e a revolta dos escravizados contra suas condições sub-humanas. No entanto, a questão agrária existente no país distanciou-se ainda mais de soluções legítimas, já que o declínio das sesmarias não interrompeu o movimento de monopolização da terra nas mãos dos latifundiários capitalistas – ao contrário, deu origem a novas formas de sustentação (PAULINO, 2006).

De acordo com L. Silva (2008), desse momento até 1850, a posse passaria a ser o único mecanismo que possibilitaria o domínio sobre as terras. Na ocasião, compatibilizava-se com as condições objetivas existentes no campo brasileiro, dada a disponibilidade de terras. Na compreensão de Motta

(1998, p. 104, grifo da autora), as posses estabelecidas pelos fazendeiros entre os anos de 1834 e 1850 ocorreram de forma indiscriminada, especificamente sobre as matas consideradas virgens, impossibilitando o acesso à terra por parte do camponês posseiro, a quem caberiam duas alternativas:

[...] aceitava a condição de agregado do fazendeiro, assegurando o uso de uma parcela de terras, mas reconhecendo o fazendeiro como o *senhor e possuidor* da área ocupada; ou insistia em ser reconhecido como um posseiro, um possuidor de boa fé, que diante do questionamento do seu direito à parcela ocupada, passou a lutar pela afirmação não somente de sua condição de posseiro que agira de boa fé, mas também pela salvaguarda de seu domínio, assegurando-o através do Direito, ou seja, legalizando a sua ocupação [...].

Em fins dos anos de 1850, manifesta-se nesse quadro conflituoso o Estado, como instrumento jurídico para legalizar as posses indiscriminadas dos latifúndios capitalistas; mecanismo regulador para reprimir a luta pelo reconhecimento de posse do campesinato expulso. Para execução de suas funções distintas, mas correlacionadas entre si, o Estado passou a estudar algumas propostas de controle da apropriação da terra, as quais, segundo Guimarães (2009, p. 45), após serem transformadas em leis, serviram naquele momento para:

[...] institucionalizar a subordinação do campesinato nordestino (ao mesmo tempo em que buscará restringir igualmente a liberdade dos imigrantes europeus dirigidos aos cafezais paulistas e fluminenses) com a promulgação de um punhado de leis que, tomadas no conjunto, podem ser interpretadas como um grande movimento anticamponês, na medida em que essa série de instrumentos e mecanismos legais mutilava a autodeterminação dos cultivadores pobres livres e colocava no papel sua nova condição de classe subalterna fundamental no nascente sistema agrário [...].

Dentre as primeiras propostas de Lei institucionalizada pelo Estado brasileiro, e vigente até os dias atuais, está a aprovação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Estava norteada por, no mínimo, três objetivos: estabelecer critérios para a regularização da propriedade territorial; impor a cobrança de impostos sobre a terra; e garantir ao Estado a venda de terras públicas. Essa legislação “[...] dispôs sobre as terras devolutas, sobre as

donatarias criadas pelo sistema de sesmarias que não atendiam às exigências legais e sobre as posses em conflitos [...]” (TALASKA, 2016, p. 32).

Contudo, mesmo que a Lei contemplasse o interesse da classe dominante, o critério de regularização não agradou a todos, em especial àqueles que teriam dificuldade de legalizar as áreas apossadas indevidamente. Assim, se valendo da considerável influência que tinham sobre as forças políticas municipais e regionais, latifundiários envolvidos com a pecuária e comercialização local da produção agrícola tentaram protelá-la, mas não ao ponto de sua revogação, devido ao caráter de mercadoria que daria a terra. Confirmam a análise de Lessa e Tonet (2008, p. 31), quando definem o Estado como uma “[...] organização da classe dominante em poder político [...]”.

Outro ponto que dificultou a aplicação da Lei refere-se ao próprio entendimento do latifundiário a respeito do direito à propriedade, considerando que seu poder não era definido pelas delimitações físicas que a lei lhe imputava, mas pelo direito à posse que as Ordenações lhe conferiram, ao denominarem-no “Senhor e Possuidor de terras” (MOTTA, 1998). Título igualmente apropriado pelos fazendeiros para constituir posses ilegais, tornando-as parte integrante de seus domínios – ou seja, a expansão das terras para além dos limites originalmente concedidos pelas Ordenações era prática corriqueira. Assim:

[...] a Lei de Terras é gerada dentro de um conflito entre duas concepções de propriedade e política de terras que persiste do século XVI ao século XX: de terra da Coroa a terra pública; de doação por recompensa a doação para exploração econômica; de signo de prestígio social a signo de poder econômico [...]. (PAULINO, 2006, p. 78).

Não é à toa que, num primeiro momento, a ideia do Estado como o regulador das posses foi recusada por boa parte dos latifundiários capitalistas, o que fez a lei permanecer no papel até 30 de janeiro de 1854, ano em que foi aprovado o Decreto nº 1.318, que determinava a sua execução.

[...] apesar das dificuldades de regulamentação e implementação, [a Lei] altera a composição de classes e sua respectiva força política no cenário nacional e, por outro lado, representa a consolidação da questão agrária, pois o pressuposto da mercantilização implica uma postura ainda

mais conservadora e excludente que o acesso precário, via posse da terra, permitira até então. (PAULINO, 2006, p. 77-78).

Entre outras coisas, ficou estabelecido que, daquele momento em diante, a posse da terra devoluta se daria perante o pagamento, e não mais como posse livre, outrora designada pela concessão direta da Coroa. L. Silva (2008) entende que o acesso à terra via compra tencionava o fim da posse ilegal e, ao mesmo tempo, atendia aos interesses dos latifundiários, apesar do seu descontentamento, pois a lei garantia a eles o registro e o título legítimo de proprietários de seus terrenos, fossem eles cadastrados e/ou grilados.

Marés (2003), analisando os efeitos da Lei sobre as terras de Sesmarias, ressalta que ela igualmente beneficiou os latifundiários donatários e sesmeiros, já que legalizou juridicamente a conversão do direito de uso em direito de propriedade.

Outro aspecto, agora identificado por Martins (2010), é que a posse via compra tornou a terra cativa nas mãos dos latifundiários, colocando à sua disposição o suprimento de força de trabalho suficiente para a atividade agrícola – uma vez que escravizados libertos, imigrantes, pobres e despojados de pecúnia suficiente para comprar terras tinham na oferta da força de trabalho a forma imediata de garantir sua reprodução no campo.

Esses sujeitos constituíam o grupo de camponeses despossuídos da terra. Antes da aprovação da lei, dificilmente teriam condições de estabelecer sua posse; depois da promulgação, teriam que sujeitar sua força de trabalho aos proprietários latifundiários, numa relação de acesso precário à terra, à mercê das ordens dos senhores. A esse respeito, Bersani (2014, p. 33) pondera que:

A transformação da terra em propriedade capitalista levou os camponeses a estabelecerem relações diferenciadas de trabalho, com a finalidade de garantir a reprodução social de suas famílias; relações estabelecidas no trabalho no interior das fazendas. Elas ocorreram de diversas maneiras, o que lhes atribuíram nomenclaturas também diferentes, como: foreiro, agregado, morador de condição, etc. Os camponeses, destituídos de terra, mantinham suas roças nas grandes fazendas, cultivadas a partir do trabalho familiar. Para isso, submetiam sua força de trabalho ao fazendeiro pagando o *foro*, seja em trabalho e/ou em produto (rendas camponesas), entregando parte da produção [...].

Assim, a lei serviu como um bloqueio legalizado pelo próprio Estado, instância máxima da confraria latifundista, como bem considera Martins (2010, 125), quando analisa que:

[...] Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.

Donos da terra e do poder político, os latifundiários capitalistas conseguiram estabelecer essa legislação com brechas suficientes para cumprir sua ânsia de extração de lucro e renda.

Esse seria o momento de definição da questão agrária, tal qual é percebida hoje, pois a referida Lei é portadora de uma dada concepção de controle e gestão do território que, em última instância, apresenta desdobramentos nas diversas esferas da sociedade, seja política, jurídica ou econômica. Ao preconizar a transformação da terra em mercadoria, sendo artificialmente elevados seus preços, busca-se não apenas ordenar a apropriação fundiária a partir de uma orientação concentracionista, mas sobretudo persegue-se a subjugação da força de trabalho em favor de uma classe numericamente inexpressiva, mas politicamente hegemônica. (PAULINO, 2006, p. 78).

Ademais, o caráter de mercadoria atribuído à terra após a lei não tardou a eclodir numa autêntica indústria de grilagem, processo que, segundo A. Oliveira (2007, p. 66), é “[...] o caminho ‘gratuito’ do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la”. E, nesse momento, a partir dos anos de 1870, ocorre especialmente quando a terra passou a alcançar altos valores, fruto da procura de novas terras férteis para a formação dos latifúndios. Valorização que surge após o desabastecimento alimentar em escala mundial, que conduziu diversos países com classe industrial emergente – e, posteriormente,

devastados pelas guerras – a aprovar o livre comércio para obter os insumos de que careciam.

Com rotas cada vez mais distantes, a demanda por alimentos no mercado exportador assoberbou os olhos dos latifundiários capitalistas, tornando-se esse cenário favorável à especulação não apenas da terra, mas também dos alimentos procedentes da pecuária e da larga produção de monoculturas.

[...] Todo um conjunto de atividades lícitas e ilícitas tinha um preço e esse passou a ser o principal componente do preço da terra. As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro no preâmbulo do nosso capitalismo agrário. Em troca, o fazendeiro recebia a terra livre e desembaraçada, cuja propriedade dificilmente seria contestada judicialmente. A renda capitalizada passou a ser, em parte, contrapartida do tributo pago pelo fazendeiro ao grileiro. Formalmente, o avanço da propriedade privada sobre as terras devolutas acontecia por meio da compra, através de títulos reconhecidos pelos tribunais [...] (MARTINS, 2010, p. 61-62).

Ora, inseparável da grilagem e da especulação, a barbárie no campo eclodiu sempre que os camponeses lutaram para conquistar o direito de acesso e permanência na terra, enquanto os latifundiários capitalistas garantiam o direito prioritário e incontestável sobre a terra e todo o processo de produção e circulação dos produtos agrícolas, com objetivo último de extração simultaneamente de lucro e renda. Situação que entendemos estar no cerne da insegurança alimentar e da fome que afligem nossa sociedade, pois, ainda que os camponeses forneçam os maiores volumes de alimentos:

[...] en este fenómeno de concentración de tierra a manos ricas y poderosas. Esto tiene dos peligrosas consecuencias: por un lado, la concentración de la tierra agrícola está directamente relacionada con el creciente número de personas que padecen hambre cotidianamente y, por otro, si esta tendencia no se detiene, los campesinos y las campesinas perderán su capacidad de alimentar al mundo y el mundo perderá la capacidad de alimentarse a sí mismo (GRAIN, 2014, p. 6).

1.2 SISTEMAS ALIMENTARES: POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO VIÉS DO CAPITAL

Posto em prática entre os anos de 1870 e 1930 na Grã-Bretanha, o sistema alimentar fomentava inicialmente a abertura do comércio agrícola local para produtos importados, e do mundo por meio da exportação de seus bens manufaturados. Isso acontece num momento em que a Inglaterra acompanhava um cenário caracterizado pela alta especialização manufatureira que, ao lado da notória supremacia nas relações comerciais, deram o aporte necessário à Primeira Revolução Industrial.

[o sistema alimentar] envolve a submissão de rotas internacionais de produtos alimentícios a um preço de mercado administrado. A forma como se define esse preço é secundária em relação ao processo de integração das regiões produtoras, que submete produtores de todo mundo capitalista a um preço único. É esse efeito de preço que expressa o princípio organizacional central de determinado regime [sistema], visto que constitui poder de mercado para fins políticos. (MCMICHAEL, 2016, p. 41).

Para Correia (2007), a Revolução implicou pelo menos três mudanças na agricultura da Inglaterra: a elaboração de leis que limitavam o acesso à terra; o incentivo à adoção de técnicas agrícolas mais avançadas nas grandes e médias propriedades; e o intenso movimento de expulsão dos camponeses do campo e sua migração para os centros urbanos, em benefício do fornecimento de força de trabalho à indústria.

A migração dos camponeses atingiu diretamente a produção de alimentos, e não demorou muito para debilitar o abastecimento local. Situação que favoreceu os grandes proprietários, com capital suficiente para serem donos da terra e produtores de grão, já que a queda da produção, simultânea com o crescimento da classe operária industrial, aumentou no mesmo ritmo a demanda por comida, elevando o seu preço. O que significa, para essa classe, aumento na auferição da renda da terra absoluta,

[...] obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção

geral [...]. [Neste caso] o lucro extraordinário obtido [...] não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim, fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Ou seja, toda a sociedade é obrigada a pagá-lo (este lucro extraordinário chamado renda da terra absoluta) aos proprietários de terras. É o monopólio da propriedade privada das terras, a base sobre a qual se assenta, esta forma de renda da terra [...]. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 55).

McMichael (2016) ressalta que a classe dos grandes proprietários já se beneficiava da Lei de Cereais (*Corn Laws*) que regia o comércio britânico internamente. Implantada pelo parlamento desde os anos de 1815, essa lei impedia a importação de vários cereais pela Inglaterra, inclusive o trigo (principal produto da cesta básica da classe operária), sendo seu abastecimento de total responsabilidade dos produtores locais, que controlavam a produção de alimentos básicos num volume suficiente para manter alto seu preço e, consequentemente, elevando a aferição da renda da terra absoluta. Circunstância que colocava a classe proprietária de terra como opositora a qualquer tratado comercial de importação de alimentos que ultrapassasse as fronteiras da Inglaterra.

Todavia, com o setor industrial emergente, o acesso a alimentos básicos, baratos e em quantidade suficiente para pressionar a queda do preço da comida nacionalmente interessava ao império britânico, como instrumento para controlar a sublevação da classe operária, que já reivindicava acesso aos bens e serviços básicos à sua reprodução. Situação que obrigava não só a Inglaterra a criar mercados para efetuar transações de trocas de seus produtos manufaturados, como também zonas produtivas que garantissem seu abastecimento alimentar.

Para tanto, o Parlamento britânico, almejando estabelecer o livre comércio, selou aliança com a classe dos capitalistas industriais que, na proeminência da Revolução Industrial, se tornaram consideráveis apoiadores do tratado, visto que a importação de grãos baratos serviria como mecanismo para rebaixamento dos gastos trabalhistas – o salário, calculado com vista a garantir ao trabalhador acesso básico a serviços e alimentação –, e aumentaria a taxa da mais-valia (MCMICHAEL, 2016).

Mesmo num cenário conturbado, dependente tanto dos fluxos de importação (abastecimento alimentar) quanto dos de exportação (manutenção da indústria manufatureira), para avançar com as técnicas industriais, em 1846 o Parlamento britânico revoga a Lei de Cereais (*Corn Laws*). Enquanto dominava os mercados consumidores de bens manufaturados a partir do subsídio à evolução industrial de outras regiões, exportando maquinários e tecnologia, abria o comércio local para o açúcar, os grãos e a carne de baixo custo.

O conjunto de produtos alimentares básicos importados procedia de diferentes zonas produtivas, estruturadas pelo império britânico justamente para lhe fornecer os produtos de que dependia. Nelas, tanto os processos de produção quanto as regras de comercialização alinhavam-se gradativamente ao interesse do mercado capitalista do Império, sob duas formas de controle:

[...] espacialmente e temporalmente. No espaço, ele se caracteriza pelo distanciamento entre produtores e consumidores. Grande parte dos alimentos percorre milhares de quilômetros até ser consumido pela população, ao mesmo tempo em que agricultores familiares/campões locais não possuem canais de comercialização suficientes para sua produção. No tempo, percebe-se cada vez mais a utilização de mecanismos de controle dos recursos genéticos com o intuito de maximizar o processo produtivo, todavia, desprezando os conhecimentos tradicionais da população do campo. (COCA, 2016, p. 35).

Friedmann (1987) considera que essa é a razão que coloca o império como aquele que liderou a primeira ação monopolizadora capitalista sobre a produção e preço de comercialização do setor alimentar, estruturando o início do sistema alimentar – a “[...] consolidação do controle dos alimentos como mecanismo de reprodução do capital [...]” (VALÉRIO, 2019, p. 81).

Aproximadamente seis décadas mais tarde, a abertura do comércio local da Grã-Bretanha, somada à dependência externa, provocaria períodos de quedas exacerbadas dos preços do trigo e a sublevação no campo, coordenada pelos produtores nacionais duramente impactados pelo comércio mundial de alimentos (FRIEDMANN, 2004). Assim, aquilo que seria estopim da economia do Império registra momentos subsequentes de recessões que

resultam na sua pior depressão econômica e no declínio do sistema alimentar coordenado pelos britânicos.

Criadas prioritariamente nas Colônias europeias localizadas na América, as zonas produtivas tinham enfoque para monocultivo dos principais grãos comerciais e a cana-de-açúcar, privilegiando, posteriormente, trocas mercantis delineadas pelos fluxos de importação e exportação entre elas e a Inglaterra (WELLER, 2006; COCA, 2016).

Para Valério (2019, p. 89-90), a formação de zonas produtivas mediante o interesse do mercado mundial de alimento “[...] levou a uma crescente substituição dos insumos biológicos utilizados na policultura pelos insumos comerciais, o que revelava indícios do processo de agroindustrialização que ligava a agricultura à indústria [...]. Segundo Rubio (2009, p. 34), é também nessa ligação que o capital, representado pela indústria, determina, a partir de dois elos, o controle sobre a agricultura:

[...] uno referido a la forma como se vincula la agricultura con la industria en general a través del aporte de alimentos para el establecimiento de los salarios, el aporte de divisas y de fuerza de trabajo, y el otro referido al dominio particular de aquellas industrias que utilizan los bienes agropecuarios como materias primas para su transformación o distribución: agroindustrias, industrias alimentarias, distribuidoras y comercializadoras de productos agropecuarios que aquí referimos bajo el término genérico de agroindustrias. El primer vínculo beneficia a la industria en su conjunto, especialmente a la de punta y el segundo a una industria en particular. El primero implica un dominio indirecto, normalmente a través del Estado, que fija los precios de los bienes agropecuarios, los impuestos a la exportación, etc., mientras que el segundo significa un dominio directo de la agroindustria sobre la agricultura, pues transforma las pautas técnico-productivas sin mediaciones. El primer vínculo de dominio apuntala el proceso de acumulación industrial y permite a la agricultura y a los productores insertarse en el proceso de reproducción del capital global, mientras que el segundo sustenta el desarrollo de una industria específica e implica por tanto una inserción limitada de la agricultura al proceso de acumulación. En cada fase de desarrollo industrial se establecen formas particulares de dominio de la industria sobre la agricultura, que determinan la forma de inserción productiva de los agricultores así como los mecanismos de explotación a los cuales son sometidos.

Não à toa, o primeiro produto cobiçado pelos ingleses era o açúcar, que, a partir da 1^a Revolução Industrial, começa a ocupar papel de destaque na

cesta básica da classe operária emergente, pois serviu como “[...] um insumo universal nas dietas das classes mais baixas, utilizado como um combustível calórico para sustentar trabalhadores fabris e suas famílias na era industrial emergente [...]” (MCMICHAEL, 2016, p. 43). Prontamente, por meio da fixação de colônias de exploração como Caribe e Brasil, eles criam e se apropriam dos principais celeiros produtores e garantem condições para seu próprio abastecimento alimentar.

Já para os outros produtos, como trigo e carne, os ingleses empenham-se para dominar o crescente comércio exportador, investindo capital na formação de regiões especializadas, implantadas sobre terras indígenas, com consequente genocídio de vários grupos. Essas regiões eram constituídas por três grandes grupos: as colônias europeias, responsáveis por exportar produtos para o Império, formadas pelos agricultores de grãos (notadamente do trigo) e pecuaristas, que migraram da Europa para Austrália, Argentina e Canadá. Depois, as regiões submissas às relações de exportação, localizadas nos portos Báltico e Black Sea, mais Sibéria e noroeste da Índia Britânica. E, não menos importante, nas planícies dos Estados Unidos da América (EUA) (FRIEDMANN, 2004).

Considerados os acordos de liberalização comercial no império britânico, cabe refletir sobre o papel dos países da América no tocante às necessidades de abastecimento da Grã-Bretanha. Coca (2017, p. 4) salienta que a investida da Inglaterra para garantir seu abastecimento alimentar a partir das Colônias da América foi engendrada para atender interesses intimamente ligados aos princípios da produção e reprodução do capitalismo.

A produção de alimentos na periferia do capitalismo [...] foi funcional à expansão das relações capitalistas e, consequentemente, do modelo de trabalho centralizado na fábrica. Na medida em que aumentava o êxodo rural e a massa trabalhadora se estabelecia nas cidades, os alimentos produzidos pelas colônias se tornavam valiosas ferramentas para o barateamento da mão de obra e o desvio de pressões sociais.

Para Porto-Gonçalves (2006, p. 24-25, grifo do autor), as próprias especificidades da América – servidão de indígenas e escravizados, vasta reserva de bens naturais e o saber evoluído das culturas maias, incas e

astecas em relação às técnicas de extração de metais – foram igualmente relevantes para a Europa ultrapassar o Oriente e assumir posição hegemônica sobre as rotas comerciais. Nas palavras do autor,

A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo e isso ao preço da servidão, etnocídio e, até mesmo, genocídio de povos indígenas e da escravização para fins de produção mercantil de negros trazidos da África, com a consequente desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais por todo lado (ecocídio). [...] Foram o ouro e a prata levados da América Central e Andina, aproveitando-se, diga-se de passagem, do sofisticado conhecimento científico expresso na metalurgia da cultura dos maias, incas e astecas e, ainda, por causa das diversas *plantations* que depois se desenvolveram (de cana, de café, de cacau, de algodão, de banana, entre tantas), quase sempre com base no trabalho escravo, sobretudo dos negros, e no trabalho servil, quase sempre indígena, que grande parte das florestas da América foi dizimada, seus melhores solos praticamente esgotados e as principais minas de ouro e prata exauridas.

Em vista disso, o império britânico determinava o controle comercial de livre comércio com a desculpa de garantir o abastecimento da sua classe industrial emergente, quando, na verdade, elaborava os fundamentos para subordinar os países do continente americano à sua lógica de acumulação. Não obstante, a subordinação seria distinta entre a América Latina e a América do Norte.

Nas Colônias de exploração, localizadas especialmente na América Latina, a produção de açúcar foi ingrediente crucial para empoderar proprietários de terras, que também eram capitalistas, ao formarem inúmeros latifúndios canavicultores. Para J. Castro (1961, p. 190, grifos nossos), a escolha desse continente pelas atividades agrícolas envolvendo uma só cultura traz, sem dúvida nenhuma, os antecedentes do fenômeno da fome.

A fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história de sua exploração colonial, de tipo mercantil, desdoblada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo, etc. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se

inteiramente no monocultivo ou na *monoexploração de um produto*, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região [...].

Acontece que, consolidada a demanda de consumo das classes operárias europeias, a relevância do açúcar no mercado de alimentos assoberbou os olhos dos latifundiários capitalistas da América Latina. Ao ritmo da expansão do monocultivo, terras sob diferentes sistemas de uso por camponeses não proprietários foram tomadas. Não demorou muito para essa ação provocar sérios problemas ao abastecimento alimentar, visto que era o excedente da produção camponesa que assegurava o alimento à mesa da família dos grandes proprietários de terras até os centros urbanos próximos e regionais. A região Nordeste do Brasil é um exemplo ilustrativo da correlação entre fome e expansão do monocultivo de cana-de-açúcar,

[...]. Nessa área, das poucas tropicais de solo realmente fértil de clima propício à agricultura, e recoberta primitivamente por um revestimento florestal extremamente rico em árvores frutíferas, vamos encontrar hoje uma das regiões de fome do continente, em consequência da absorvente e autofágica indústria açucareira, que açambarcou todas as terras disponíveis na região para recobri-las inteiramente de cana-de-açúcar. A ausência de cultivo de frutas, verduras e legumes, e da criação de gado, na região, tornaram assim o problema alimentar extremamente grave, numa área que poderia dispor de uma infinita variedade de alimentos, se sua exploração se tivesse orientado para a policultura. (CASTRO, J., 1961, p. 190).

O autor referenciado lembra ainda que a região já lidava com os reflexos mais perversos do acesso limitado ao alimento, em decorrência da arcaica estrutura agrária prevalecente no campo, que impedia seu progresso econômico e alimentar.

Tal interpretação confrontaria tanto o senso comum quanto as ideologias geográficas próprias dos consensos de classe que abundam na academia: como regra, atribui-se a fome dessa região às condições naturais do solo que, em tese, seriam “impróprias para produção agrícola”. O desenrolar dos fatos confirmaria a premissa de J. Castro, pois, como sequela da concentração fundiária e correspondente direcionamento de largas extensões de terras para

o monocultivo de um único produto – cana-de-açúcar –, triunfaria o negligenciamento da produção de gêneros alimentícios.

Segundo Andrade (1980), as mudanças no agrário nordestino começaram quando a concorrência desleal no mercado exportador com o açúcar de melhor qualidade produzido na Europa (açúcar da beterraba) e nas Antilhas causou intensa crise econômica aos engenhos ali localizados. Importante destacar que, inicialmente, ao seu funcionamento interno foi consubstancial a agricultura camponesa familiar sob um regime de sujeição pessoal, como foreiros, moradores e agregados.

Em tempos da plantação e colheita da cana, esses camponeses trabalhavam nos canaviais, obtendo remuneração ou não. Já na época de crise do açúcar e recuo dos canaviais, eles pagavam um foro ao senhor de engenho, o qual, durante sua vigência, lhes garantia autonomia para ali permanecerem de forma individual ou juntamente com suas famílias, reproduzindo seu modo de vida e garantindo o abastecimento alimentar local.

Todavia, a partir de 1870, a crise econômica dos engenhos incentivou os proprietários de terras e senhores de engenhos a aprimorarem as instalações no campo, convertendo-os em usinas, momento em que a produção de açúcar branco no país era alavancada. Como novo insumo alimentar, o incremento do açúcar à dieta acompanhara a evolução industrial, e não demorou muito para a lei da oferta e da procura resultar no aumento do preço. Andrade (1980, p. 94) comprehende que no compasso da procura, foram sendo cultivadas mais terras, culminando num surto que agradou muitos chefes de estados, como, por exemplo, Barbosa Lima, enquanto assumira o governo de Pernambuco (1892-1896). Sendo:

[...] muito generoso na concessão de empréstimos à nova indústria, empréstimos estes que eram condicionados à utilização pública das estradas de ferro que se construíssem e a outras cláusulas que tentavam [...] beneficiar apenas os proprietários. Também contribuiu para o surto usineiro a grande elevação do preço do açúcar na década de 1890-1900, uma vez que o tipo cristal chegou a valer quase 10 cruzeiros antigos por arroba (15 quilos) [...].

O autor (1980, p. 96-97) destaca ainda que nos anos 1920 a tendência de conversão das unidades produtivas de açúcar sob o novo formato se

consolidou em pelo menos seis estados. Um dos exemplos mais ilustrativo foi Pernambuco, onde houve “um processo de concentração fundiária a ponto de haver usinas [...] como a Catende, a Central Barreiros e a Santa Terezinha, que controlam áreas enormes, superiores a 35.000 hectares em cada uma delas [...]”.

Mais do que nunca, estão dadas as condições para a estrutura altamente concentrada da terra nas mãos de latifundiários capitalistas, porque diante da elevação do preço do açúcar no mercado internacional, como nos pós-crises entre 1890-1900 e, posteriormente, nos anos de 1939-1945,

[...] muitos senhores de engenho que viviam de ‘foros’ na cidade resolveram voltar à atividade agrícola ou encontraram melhores ofertas de renda para suas propriedades por parte das usinas. Trataram então de expulsar os foreiros, às vezes indenizando as benfeitorias e outras sem lhes dar indenização alguma, apenas alguns meses para colherem as lavouras temporárias. Também ocorreu o caso das usinas permitirem que os foreiros permanecessem nas suas posses, chamadas localmente de ‘sítios’, com a condição de que destruíssem os pomares, colhessem as lavouras e se tornassem plantadores de cana [...]. (ANDRADE, 1980, p. 105).

Assim, por meio de instrumentos legais e ilegais, a maioria dos latifúndios ameaçava terras camponesas, a terra de trabalho de tantos povos. Aos que insistiam em manter o vínculo com a terra, restava apenas a condição de moradores dos engenhos. Com pouca ou quase nenhuma autonomia sobre os processos produtivos, eram subjugados ao critério do capital que, gradativamente, os conduziria para o trabalho assalariado; mas, para os expulsos, a direção eram os centros urbanos, onde,

[...]. As consequências das primeiras vitórias dos grandes proprietários sobre os foreiros foram sentidas pelos habitantes das cidades circunvizinhas que viram, repentinamente, diminuir as frutas que eram vendidas em suas feiras, ao mesmo tempo em que os preços subiam assustadoramente. As condições alimentares, que sempre foram precárias na região úmida nordestina, tornavam-se, assim, cada vez mais difíceis. (ANDRADE, 1980, p. 105).

Observa-se, assim, que a participação ativa do país no comércio exportador de açúcar impunha uma dinâmica de concentração fundiária

apoizada não apenas pelos latifundiários, como também pelos capitalistas. Isso confirma que, tradicionalmente no país, houve a personificação nítida entre essas duas classes, dando manutenção ao controle da renda da terra.

[Diferentemente] ao ocorrido nos países da linha de frente do capitalismo, não houve aqui embate de classe digno de nota entre oligarquia e burguesia, pelo simples fato de a segunda ter emergido do próprio seio do latifúndio. Dito de outro modo, no modelo clássico, a burguesia instituiu-se como força contra hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industrial, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industrial, burgueses enfim. (PAULINO; ALMEIDA, 2010b, p. 12).

As medidas tanto de contenção das instabilidades econômicas/sociais quanto de definição da acumulação/exploração também marcam outra distinção entre Brasil e os outros países no centro do capitalismo.

O fato é que, enquanto a República brasileira alinhava as regras que ditavam os acordos de liberalização comercial numa subjugação típica, como se ainda fosse Colônia, optou-se por criar ambiente favorável para as trocas comerciais desfavoráveis com os países desenvolvidos, e desde então: afrouxou os tributos sobre as importações; importou tecnologias prontas, abdicando do próprio desenvolvimento técnico e científico; abriu a economia para investimento estrangeiro, facilitando o monopólio sobre o mercado, fontes de matérias-primas e força de trabalho (OLIVEIRA, A., 2007). Na Inglaterra, agricultores e comerciantes locais, após serem alvos de constantes crises de instabilidade alimentar, agrícola e econômica internas, forçaram seus governos a adotarem medidas protecionistas em relação a sua economia local.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o iminente risco de escassez de alimentos decorrente de possíveis embargos militares conduziu os países diretamente envolvidos com os conflitos a dedicarem-se à provisão e ao abastecimento alimentar internos, com vista a garantir segurança alimentar (SA). Preocupação que, naquele momento, aparecia estreitamente relacionada

“[...] com o conceito de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares” (BURITY et al, 2010, p. 11).

Tal medida atingiu diretamente a Inglaterra, que, comprometida com o desenvolvimento industrial, deixou em segundo plano seu setor produtivo agrícola, apostando no pretenso benefício de abastecer seu mercado local por meio da importação, não dispondo de produção ou estoques de alimentos suficientes para a população, encontrando-se com elevado índice de insegurança alimentar e fome.

Não obstante, a ofensiva aos agricultores locais pela liberalização do mercado interno aos produtos importados de baixo custo foi uma medida estratégica cara ao império britânico. Forçados a comercializarem seus produtos ao preço daqueles importados, quando não abaixo, pequenos produtores e comerciantes locais de grãos ficaram endividados ou foram à falência (MCMICHAEL, 2016).

Tal cenário, somado às quedas bruscas dos preços agrícolas dos grãos, fez com quem irrompessem vários movimentos protecionistas, liderados pelos produtores nacionais descontentes com o domínio comercial do mercado. Perdendo-se o controle dos acordos de liberalização comercial de alimentos, a situação conduziu o Parlamento britânico a restringir as ações do mercado externo, levando ao desmoronamento do livre comércio do sistema alimentar britânico.

[...] O livre-comércio era uma faca de dois gumes. Primeiro, a agricultura deslocalizada [*offshoring agriculture*] permitiu a especialização britânica como “oficina do mundo” por algum tempo, recorrendo ao capital ecológico e à mão de obra familiar das fronteiras coloniais para reduzir o custo de abastecer seu crescente proletariado. E, segundo, provocou uma concorrência industrial e o protecionismo que acabou por desbaratar a ordem monetária baseada no padrão-ouro/libra esterlina e, por conseguinte, o sistema de livre-comércio [...]. (MCMICHAEL, 2016, p. 46. Grifo do autor).

De acordo com Friedmann (2004), esse foi o coroamento de um processo ocorrido no período de 1870 a 1930, em que foram delineadas outras formas de poder, propriedade e comércio. As regiões especializadas,

especialmente da América do Norte, assim se constituíram pelo povoamento dos imigrantes europeus pecuaristas e agricultores de grãos. Na contramão do enfraquecimento da Grã-Bretanha, os estadunidenses destacaram-se como líderes no mercado mundial.

Trata-se de um dilema recorrente, a julgar pelas conclusões de McMichael (2016) sobre os desdobramentos do livre comércio do século XIX que, mais à frente, repercutiram no aperfeiçoamento das práticas agrícolas e na expansão das áreas produtivas, graças à maneira como os estadunidenses confrontaram o comércio de manufaturas britânico, constituindo sua própria indústria manufatureira.

Além disso, a expansão das áreas com produção de trigo deu suporte para que, no mercado mundial, os grãos americanos iniciassem acirrada competição com os britânicos. Como resultado, quedas dos preços agrícolas dos grãos nacionais britânicos limitaram seu mercado de consumo. Paulino (2007, p.170) analisa que a ascensão dos EUA no pós-desmoronamento do império britânico advém tanto da insubordinação às regras imperialistas impostas pela Inglaterra, quanto pela nítida evolução do setor manufatureiro. Precisamente:

[...] além de caracterizar-se como colônia de povoamento, para onde acorreram os dissidentes religiosos da Europa, as Treze Colônias foram beneficiadas pela posição de sua metrópole nos conflitos internos e guerras pela disputa da hegemonia colonial. Daí originou-se um afrouxamento do controle que lhes deu a margem necessária para implantar as bases do desenvolvimento manufatureiro que não mais pode ser contido pela Inglaterra, nem pela força, nem pelo discurso contra o protecionismo que os EUA já adotavam firmemente no início do século XIX, como forma de proteger as indústrias incipientes da concorrência inglesa, que já havia conquistado superioridade técnica e produtiva justamente por ter recorrido a pretéritas estratégias protecionistas.

Segundo McMichael (2016, p.15), não sendo mais reféns dos ingleses, os estadunidenses traçaram novas estratégias para o sistema alimentar, difundindo seu modelo industrial de agricultura e inserindo-se como líderes das transações comerciais, amparados principalmente por projetos de ajuda e subsídio governamental elaborado para suprir a demanda de abastecimento de gêneros alimentícios das nações devastadas pelas Guerras Mundiais. Com

isso, o sistema alimentar fora caracterizado pela reestruturação agroalimentar interna dos Estados, que “[...] desencadeava poderosas forças integradoras, padronizando processos entre regiões ou reconfigurando relações espaciais como elementos diferenciados de um processo global compartilhado [...]”.

Dentre os fatores que colaboraram para essa reestruturação estava a demanda interna dos estadunidenses em garantir administração e manutenção, por parte do Estado (LIMA; DIAS, 2016), dos vultosos estoques de grãos que seus estados acumularam após a intensa especialização do setor agrícola no pós-crise de 1930, em que, vis-à-vis com os últimos suspiros do acordo imperialista dos Ingleses. Foi implantado, para driblar a crise agrícola nacional, o desenvolvimento de:

[...] uma agricultura industrial com apoio governamental, com ênfase em programas de estabilização de *commodities* que tinham apoio financeiro do governo dos Estados Unidos, além da implementação de uma política de administração do abastecimento doméstico por meio do preço subsidiado e da aquisição de *commodities* excedentes [...]. (MCMICHAEL, 2016, p. 52, grifos do autor).

Modelo de agricultura fortalecido apenas a partir dos anos 1940, momento em que suas formas produtivas começaram a ser sustentadas especialmente sobre “[...] algumas culturas comerciais e variedades uniformes com uma estreita base genética, adaptadas às necessidades do mercado, colhidas com maquinaria pesada [...]” (ESTEVE, 2017, p. 47). Fatores responsáveis por inserir no seu manejo fertilizantes, pesticidas e herbicidas inorgânicos (agrotóxicos) produzidos com o nitrogênio – estocado para fabricação de bombas na Guerra, e petróleo. Mineral também utilizado na fabricação de óleo combustível, gasolina e eletricidade (MCMICHAEL, 2016).

Ainda que em escala mundial o processo de industrialização da agricultura não tenha ocorrido de forma homogênea e simultânea, pontos densos passaram a se expandir cada vez mais no Brasil, havendo gradativa tecnificação, quimificação e mecanização das práticas agrícolas (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000; SEVILLA GUZMÁN, 2011; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). As tabelas 1 e 2, que tratam da porcentagem de

estabelecimentos que fizeram uso de maquinários e agrotóxicos nos Censos agropecuários 2006 e 2017, são uma evidência disso.

Tabela 1 – Porcentagem de estabelecimentos por uso de implementos e máquinas – Censo Agropecuário 2017.

Implementos e máquinas	Semeadeiras/plantadeiras			Colheitadeiras			Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário		
	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha
Grupos de área	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha
Norte	0,3%	8,3%	28,9%	0,1%	2,5%	9,5%	0,2%	6,0%	24,6%
Nordeste	0,3%	6,8%	31,0%	0,1%	2,6%	18,1%	0,1%	4,7%	27,0%
Sudeste	3,7%	26,4%	42,3%	2,2%	15,4%	27,1%	5,0%	31,5%	45,6%
Sul	16,3%	58,5%	65,4%	6,6%	40,2%	47,4%	10,5%	42,1%	53,6%
Centro-Oeste	3,4%	25,7%	48,2%	1,3%	12,7%	25,4%	2,7%	24,1%	47,8%

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, (2017) (IBGE)

Organizado: autora.

Na tabela 1 é possível perceber que o uso de maquinários está concentrado nos estabelecimentos acima de 1.000 hectares, o que também se repete em relação ao uso de agrotóxicos.

Tabela 2 – Porcentagem de estabelecimentos por uso de agrotóxicos – Brasil 2006-2017.

Regiões	Uso de agrotóxicos					
	2006			2017		
	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha	Menos 200 ha	Menos 1000 ha	Acima 1000 ha
Norte	13%	14%	18%	21%	34%	43%
Nordeste	19%	22%	28%	24%	27%	41%
Sudeste	24%	32%	44%	41%	41%	58%
Sul	61%	50%	50%	64%	64%	67%
Centro-Oeste	14%	22%	28%	41%	41%	52%

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, (2006 e 2017) (IBGE)

Organizado: autora.

Para alguns pesquisadores, tanto o uso ininterrupto dos agrotóxicos como sua utilização acima do limite de segurança estabelecido por lei têm sido o principal veículo de contaminação do solo, da água e dos alimentos; além disso, causam a diminuição da diversidade de culturas alimentares porque, ao longo dos anos, os agrotóxicos intoxicam as abelhas, o que acarreta sua extinção – elas são polinizadoras naturais de culturas alimentares como trigo e arroz. Tal situação indica elevação da insegurança alimentar.

Atualmente, os poucos estabelecimentos que resistem em termos de diversidade de cultivares, principalmente com agricultura camponesa familiar de manejo mais sustentável, estão cercados por monocultivos preparados para receber altas doses de agrotóxicos. Com isso, são alvos fáceis para a proliferação de plantas invasoras e competitivas ou insetos predadores.

O impacto do monocultivo [...] sobre as áreas de produção de alimentos acontece, não só por meio da substituição da área plantada, mas, também indiretamente, quando inviabiliza determinadas culturas no entorno de suas plantações devido à aplicação de agrotóxicos e o surgimento de pragas. (MELO, T. S., 2017, p. 146).

É na pulverização aérea que o agrotóxico acaba atingindo plantações próximas, adoecendo animais e contaminando a água e culturas alimentares. Alguns especialistas da área da saúde têm advertido que, na atualidade, a maioria dos diagnósticos clínicos de enfermidades congênitas, permanentes e endócrinas possui correlação direta com essa contaminação. A respeito disso, vale destacar as considerações de Brandalise (2019), quando analisa que:

O problema do agrotóxico é que ele lesa o Ácido Desoxirribonucleico (DNA). Ele lesa o GEN [Gene], quer seja do pai, quer seja da criança, quer seja da mãe. Quando você quebra um GEN [Gene] você altera a célula, as células se multiplicam diferente. E é o primeiro passo para aparecer o câncer.

Ela ainda acrescenta que “[...] a sociedade precisa se organizar, pra saber o risco que existe, quando nós respiramos inseticidas, bebemos inseticidas, e comemos inseticidas [...]” (BRANDALISE, 2019). Bombardi (2019), com ênfase na agricultura, quando questionada em entrevista recente se hoje morremos pela boca mais em decorrência do uso de cigarro ou do que comemos, pondera:

[...] Não tenho dúvidas que pelo o que a gente come. Então, por que estou dizendo isso? Porque o Brasil é extremamente permissivo no que diz respeito ao resíduo de agrotóxicos que nós permitimos nos alimentos e na água potável [...] na soja, a gente permite no Brasil, um resíduo de glifosato que é um herbicida mais vendido no mundo, que é utilizado nos plantios transgênicos [...] 200 vezes maior do que o resíduo permitido

na União Europeia² [...]. Na água potável, por exemplo, nós toleramos um resíduo de glifosato que é 5.000 vezes maior do que o resíduo permitido na água potável da União Europeia. Então é isso: morremos pela boca [...].

Apesar disso, o aparelho de Estado, em conjunto com a grande mídia, procura não fazer alarde. Sobre a insegurança alimentar, que se define também pela toxicidade dos alimentos, há muito a ser investigado, lacuna essa que fragiliza o debate público profundo que o problema exige. O silêncio, como bem explica Bombardi (2019), apoia-se no próprio interesse das classes dominantes, já que a territorialização dos latifúndios ligados à produção de *commodities* está entre as causas de o Brasil, numa escala mundial, ser o maior consumidor de agrotóxicos, mirando na expansão territorial de três cultivos: soja, cana-de-açúcar e milho. A esse respeito, valem as considerações de Pignati et al. (2017, p. 3284), que, a partir dos resultados de pesquisa realizada em 2015, concluem que:

No ano de 2015, o Brasil plantou 71,2 milhões de hectares de lavouras dos 21 cultivos analisados e entre elas predominou a soja, que representou 42% de toda área plantada do país (32,2 milhões de hectares), seguido do milho com 21% (15,8 milhões de hectares) e da cana-de-açúcar com 13% (10,1 milhões de hectares). Juntos, estes três cultivos representaram 76% de toda a área plantada do Brasil e foram os que mais consumiram agrotóxicos, correspondendo a 82% de todo o consumo do país em 2015 [...].

Esse modelo de agricultura emanado do centro do sistema explica-se pelos subsídios governamentais que “[...] garantiam, principalmente, que os preços das *commodities* permanecessem a níveis competitivos e satisfatórios e não estivessem vulneráveis à volatilidade da oferta de alimentos no mercado internacional [...]” (LIMA; DIAS, 2016, p. 195, grifo dos autores). A propósito, essa atuação teve como princípio satisfazer os interesses entre capitalistas e latifundiários, afastando qualquer quadro que pudesse deflagrar crise econômica, como aquela ocorrida ao livre comércio da Grã-Bretanha,

² A pesquisadora faz a comparação do índice de consumo entre Brasil e União Europeia porque algumas indústrias multinacionais que produzem e comercializam agrotóxicos com atuação no Brasil possuem a matriz original em países europeus. Em outras palavras: despejam aqui aquilo que eles proíbem em seus territórios nacionais.

impactando particularmente sua participação nas operações de comercialização externas.

Fato é que, apesar da aparente relação “harmoniosa” entre capitalistas industriais e latifundiários no contexto geral do sistema alimentar, em muitas situações, especificamente nas crises, não são suprimidas as contradições típicas do próprio modo capitalista de produção e, muito menos, o antagonismo de classes. Sendo assim, os estadunidenses compreendiam que a nova fase de ordenação do comércio deveria ser executada com correções de rumo, a fim de convergir os interesses entre essas duas classes.

Além disso, havia a reconfiguração do poder geopolítico dos blocos econômicos sob o amparo dos EUA e da União Soviética, ambos representando sistemas político-econômicos contrários entre si. O primeiro almejava total controle das rotas comerciais, alinhando suas ambições aos princípios do modo capitalista de produção. Em contrapartida, o segundo, com vigorosa oposição ao capitalismo e, consequentemente, às ações hegemônicas estadunidenses, objetivava alastrar territorialmente o socialismo (MUNHOZ, 2012). Potências que, mesmo exercendo forte influência sobre diversas regiões, ainda deixavam alguns países vacilantes entre os ideais do capitalismo ou do socialismo.

Por outro lado, a intensa instabilidade política e econômica ocasionada pelas Guerras Mundiais assolava diversas regiões e, demasiadamente, a Europa, onde havia “[...] escassez generalizada de energia, alimentos e habitações. As cidades não possuíam recursos [...] para suprir as necessidades básicas da população e suportar a retomada da produção [...]” (MUNHOZ, 2012, p. 9). Como consequência, as transações comerciais de alimentos foram fortemente impactadas, estendendo insegurança alimentar e fome pelo continente e outras regiões direta ou indiretamente afetadas pelas Guerras.

Foi exatamente nesse período que representantes de quase todas as partes do mundo passaram a se reunir em conferências mundiais para selar acordos mútuos e planejar ações para o enfrentamento da fome. Acordos nos quais, em 1945, prosperou o discurso da necessidade de estabilização da agricultura, capitaneado tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

(FAO), quanto pelas instituições financeiras – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Distintas, elas compreendiam a segurança alimentar de duas formas:

[...] os organismos que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano (FAO e outros), e alguns que entendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (Instituições de Bretton Woods, tais como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial, dentre outros). Essa tensão era um reflexo da disputa política entre os principais blocos em busca da hegemonia. (BURITY et al, 2010, p. 11).

Apesar dos altos índices de subnutridos e vítimas da fome, a proposta não ganhou projeção nesse período; destacou-se apenas no decurso da Guerra Fria (1947-1991), com a pauta do mercado vitoriosa,

[...] a segurança alimentar foi hegemonicamente tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Em resposta, foram instituídas iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas, em especial, a partir dos excedentes de produção dos países ricos. Havia o entendimento de que a insegurança alimentar decorria da produção insuficiente de alimentos nos países pobres [...]. (BURITY et al, 2010, p. 11, grifos dos autores).

A partir desse momento, as estratégias contra a fome ganharam destaque significativo: o alimento como mantimento vital começa a ser visto como produto ideal para os blocos estabelecerem suas supremacias política e financeira na escala nacional/mundial.

A essa altura, o leme do capitalismo mundializado não era mais conduzido pelos britânicos, e muito menos pelos soviéticos, ou quiçá os franceses. Ele estava à deriva, e aquele que conseguisse controlar as transações comerciais de abastecimento alimentar certamente determinaria as regras do jogo, ou, em outras palavras, conquistaria ótima posição, impondo mundialmente seu sistema político-econômico.

Nesse delicado cenário, os Estados Unidos, líder do bloco capitalista, viram-se na necessidade de fortalecer sua área de influência em todos os continentes para frear a expansão do domínio comunista liderado pela União Soviética. Nessa guerra

de posições, a fome e a pobreza deveriam ser combatidas por meio de cooperações internacionais para evitar que se configurassem quadros de instabilidade social e política em países pobres que pudessem desencadear processos revolucionários. Portanto, o combate à fome em escala internacional passou a ser um elemento estratégico importante no jogo de disputas pelo controle geopolítico mundial. (SILVA, S., 1990, p. 9).

Conscientes de que a carência de abastecimento alimentar pós-guerras atingira diversos países localizados no que fora o abastado continente europeu, os estadunidenses elaboraram, em 1947, o Plano Marshall de ajuda alimentar, que consistiu no envio dos excedentes de grãos, além de rações e fertilizantes, aos países cuja agricultura e abastecimento alimentar haviam sido prejudicados. Posteriormente, tal plano foi considerado o grande responsável pela reconstrução econômica da Europa, revertendo o caos que a devastava e, em nível mundial, posicionava os EUA como protagonistas nos acordos de ajudar alimentar.

Foi assim que os estadunidenses conseguiram impor o discurso de “incrementar a produtividade” na luta contra a fome. Legitimou-se a adesão dos Estados aos pacotes tecnológicos que demandaram aumento de capitais na agricultura, o que obviamente não comportava os camponeses. Pois, como observa Paulino (2006, p. 11):

[...] com o emprego intensivo da mecanização e da químificação, o campesinato residente em terras alheias rapidamente passou de solução a problema, pois tais componentes substituíram com vantagem a força de trabalho até então imprescindível à utilização produtiva da terra.

Além disso, como bem observa Munhoz (2012), esse caráter assistencialista do Plano serviu para mascarar seu verdadeiro objetivo – a criação de um programa alimentar nos moldes do capital, de forma a estruturar eficazmente condições para os estadunidenses darem continuidade ao projeto de economia internacional multilateral e de livre circulação mediante: a) controle mundial dos preços dos grãos; b) atendimento simultâneo das ambições das classes dominantes (capitalistas industriais e proprietários de terra); c) estabelecimento da conexão entre Estados e mercados; d)

aniquilamento da União Soviética como potência econômica, impedindo o avanço do socialismo. Com isso:

[...] muito mais do que reconstruir a Europa, o plano tinha por missão edificar uma nova ordem econômica internacional baseada no multilateralismo e na livre circulação de capitais, criando as condições para um mundo estável em que os interesses dos EUA pudessem ser preservados e ampliados. Além disso, o plano almejava redirecionar o modelo de capitalismo autárquico, ancorado na intervenção do Estado na economia, então predominante na Europa. O plano deve ainda ser considerado como peça fundamental na edificação de uma nova ordem mundial alicerçada na universalização dos valores, das instituições e do modelo econômico estadunidense, o que pressupunha não apenas conter a potência rival, mas os próprios aliados europeus [...]. (MUNHOZ, 2012, p. 9).

Dessa forma, não demorou muito para os estadunidenses, em 1954, criarem também o programa político de ajuda alimentar denominado de PL480, culpabilizando a quebra de safras dos principais produtores de alimentos pelo possível atraso da agricultura; agregava, juntamente com os acordos, a abertura de mercados para escoar suas tecnologias agrícolas (LIMA; DIAS, 2016, p. 190).

Apoiados numa lógica geopolítica, foram em direção às regiões em reconstrução ou ascensão econômica, incentivando o banimento das técnicas produtivas tradicionais aplicadas na agricultura de base local em favor da produção de escala. Os países europeus mais industrializados, fortemente aliciados pelas corporações revendedoras dos pacotes de tecnologia estadunidenses, retomaram o investimento para incremento do setor tecnológico industrial e empresarial capitalistas; ampliaram sua participação nas relações de mercado, incorporando ao setor agrícola maquinários, fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas. Colocaram, assim, grandes empresas no comando da produção de grãos e de carne para consumo humano e animal (FRIEDMANN, 2004).

As regiões ainda vacilantes entre socialismo ou capitalismo tiveram sua posição de imparcialidade transformada em ingredientes indispensáveis à elaboração de estratégias para cooptá-las, já que, como gratificação por apoiarem o sistema político-econômico dos EUA, eram apadrinhadas pelo governo estadunidense, recebendo como subsídios tecnologias agrícolas e

grãos de baixo custo (LIMA; DIAS, 2016, p. 190). Assim, os estadunidenses aproveitaram para selar alianças contra o socialismo, enfraquecendo a sua rival soviética.

Não obstante, além de mercados consumidores para bens manufaturados, os estadunidenses demandavam acesso à fonte de matérias-primas de baixo custo para abastecer a indústria manufatureira e alimentar. Essa última, ainda em ascensão, contemplava as indústrias de substâncias comestíveis industrializadas e ultraprocessadas, fabricadas a partir de “[...] doses elevadas de aditivos químicos sintéticos, como corantes, conservantes, antioxidantes, espessantes, estabilizadores, intensificadores de sabor, reguladores de acidez, amidos modificados etc.” (ESTEVE, 2017, p. 118, grifo nosso) pelas indústrias de alimentos estadunidenses.

Para acessar a fonte de matérias-primas de que necessitava, o próximo passo seria expandir os programas de subsídios em direção às nações do Terceiro Mundo, mediante uma parceria com as classes de capitalistas e de proprietários de terra subalternos.

O programa PL-480 [Projeto de Lei (PL)] subsidiou os capitalistas industriais do Terceiro Mundo com alimentos de baixo custo e, por meio da contrapartida de um programa de financiamento, ampliou o escopo da produção agroindustrial com a exportação de tecnologias da revolução verde (agricultura intensiva) para capitalistas agrários nas principais nações do Terceiro Mundo, como México, Brasil, Argentina, Venezuela, Filipinas, Indonésia e Índia. Desse modo, o ‘desenvolvimento nacional’ consolidou os desígnios hegemônicos dos Estados Unidos por meio do apoio às classes dominantes domésticas em prol da segurança alimentar [...]. (MCMICHAEL, 2016, p. 54).

Importa saber que anteriormente a esse período (1950-1970), vários países vivenciavam o processo de substituição das importações com iniciativas de industrialização. Mesmo antes que os estadunidenses lançassem seus tentáculos imperiais, eles haviam organizado suas economias baseados na ideia de que a consolidação do desenvolvimento industrial e agrícola dependeria da maior viabilidade da extração de mais-valia, da elevação da produção nacional e, ao mesmo tempo, da redução das importações. Era esse, inclusive, o cenário na América Latina.

O contexto da mundialização do capital do período pós-guerras viabilizou a modernização das indústrias domésticas, concedendo-lhes um formato de empresas financeiras. Inicialmente, na coordenadoria das empresas domésticas estavam as burguesias industriais, fortemente apoiadas na exploração do trabalho.

La agroindustria tradicional se orientaba a la transformación de materias primas de exportación, hoy llamadas tradicionales, por lo que predominaron los ingenios azucareros, las torrefactoras, las despepitadoras, cordeleras, agroindustrias de tabaco, etc. En consecuencia impulsó una estructura productiva centrada en cultivos como el café, la caña de azúcar, el tabaco, el algodón, el henequén, el cacao, el yute, la copra, etc. Dichos cultivos tenían una participación importante en las exportaciones totales del continente [...]. (RUBIO, 2009, p. 48).

Outra característica destacada pela autora supracitada é que, nos países da América Latina, o trunfo para o setor industrial nacional era uma classe trabalhadora apta a compor o mercado consumidor dos bens industrializados, mas o salário deveria ser alto o suficiente para dar a ela um poder de compra compatível. Não obstante, o dispêndio com a produção e o pagamento da força laboral deveria ser ajustado à maior extração da renda do trabalho não pago (mais-valia).

Nesse estágio de fortalecimento interno, a partir das reservas de força de trabalho e matéria-prima, a apostila dos governos no modelo de agricultura suportado pelos campesinos foi primordial. Primeiramente, porque somente eles conseguiram produzir alimentos baratos e garantir o abastecimento interno.

[...] los campesinos permitían producir bienes baratos por tres razones: la primera porque no captaban la renta de la tierra, la segunda porque su presencia reducía el monto general de la renta captado por los empresarios agropecuarios y la tercera, porque su debilidad estructural permitía que sus productos no fueran retribuidos cabalmente por su precio de producción, con lo cual transferían un excedente de valor a la industria, que se materializaba en alimentos baratos para el consumo obrero. Esta redistribución del excedente campesino era operada básicamente por el Estado, quien a través de múltiples instituciones garantizaba el establecimiento de precios bajos para los bienes de subsistencia popular. (RUBIO, 2009, p. 43-44).

A datar dos anos 1960, a América Latina entra no vetor de expansão de empresas estadunidenses. Não tardou para que, com capital proveniente dos programas de financiamento do governo americano e parcerias com burguesias industriais nacionais, as empresas do ramo alimentar se adaptassem às técnicas de industrialização e de processamento dos alimentos.

[...] emergió en el continente una nueva agroindustria, comandada por las empresas foráneas provenientes esencialmente de los Estados Unidos, quienes generaron una fuerte oleada de inversiones extranjeras directas en la producción agroalimentaria de la región. Las empresas transnacionales ingresaron en este periodo se orientaron a la producción de lácteos, cereales para desayuno, carnes frías y embutidos, raciones para animales, aceites y grasas, colorantes y saborizantes artificiales, conservas de frutas y hortalizas, café soluble y chocolates. Impulsaron por tanto una estructura productiva centrada en la ganadería bovina de leche y carne, granos forrajeros como el sorgo, oleaginosas como la soya, el cártamo y el ajonjolí, la producción de forrajes verdes y algunas frutas para conservas como la fresa, la piña, etc. [...]. (RUBIO, 2009, p. 50).

Em decorrência dessa orientação das empresas agora transnacionais, os EUA conseguiram dar os primeiros passos na conquista de novas fontes de matérias-primas baratas. Uma vez incorporado o modelo agroindustrial no campo latino-americano, a agricultura camponesa se torna funcional ao sistema, para oportunizar a sujeição da renda da terra.

Los cultivos que impulsó la agroindustria transnacional eran también de grandes superficies, por lo que permitieron la incorporación de un amplio grupo de productores como abastecedores de materias primas. Dichos productores eran subordinados a través de una forma de dominio conocida como 'agricultura de contrato', mediante la cual se otorgaba financiamiento por parte de la agroindustria a los abastecedores de insumos bajo la condición de supervisar cabalmente el proceso productivo agrícola. [...] A través de la agricultura de contrato la agroindustria alcanzó un mecanismo para garantizar la calidad del producto obtenido, reducir costos al compactar parcelas e impulsar tecnología de avanzada, logrando con ello una fuerte integración del proceso agrícola al industrial. (RUBIO, 2009, p. 50-51).

Com efeito, o pacto entre capitalistas e latifundiários se traduziu na implementação do que seria uma agricultura mais moderna, em contrapartida àquela dita “ultrapassada” – no caso, a agricultura camponesa que, segundo os defensores do progresso, não atendia aos interesses do mercado. Ziegler (2013, p. 157-158) destaca que, dessa forma, nos países do Sul, o incentivo pela adoção ao pacote tecnológico passou a consistir na seguinte alegação:

[...] a fome constitui, de fato, uma tragédia escandalosa; ela se deve à produtividade insuficiente da agricultura mundial – os bens disponíveis não atendem às necessidades existentes -; assim, para combater a fome, é preciso incrementar a produtividade, o que só é possível sob duas condições: primeira, uma industrialização levada ao limite, mobilizando um máximo de capital e as tecnologias mais avançadas (sementes transgênicas, pesticidas eficazes etc.) e eliminando, como corolário, a miríade de pequenas explorações reputadas ‘improdutivas’ da agricultura familiar [...]; segunda, a liberalização tão completa quanto possível do mercado agrícola mundial.

Contudo, o desenrolar do desenvolvimento da agricultura no capitalismo evidenciaria: fome pouco tem a ver com produção de alimentos; tanto que, ano após ano, os volumes das colheitas estão aumentando. Antes, guarda relação direta com o descompasso entre terra e alimento como elemento vital e terra e alimento como mercadoria. Quando este suplanta aquele, o resultado “é a feia tragédia da fome”, como bem destaca J. Castro (1961, p. 49-50) em seus estudos:

Quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômeno do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade [...] a feia tragédia da fome [...]. Produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e

latifúndio, que permitiram a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero.

No campo brasileiro, a exclusão do campesinato na transição da agroindústria nacional para a transnacional, além de fragilizar o abastecimento alimentar local, aprofundou os conflitos fundiários: os critérios estabelecidos pelas agroindústrias foram mecanismos fundamentais para fortalecer a classe de latifundiários capitalistas em prejuízo dos que seguiram com acesso precário à terra.

[...] A diferença com outras situações históricas é que esses camponeses não encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra, de latifundiários *stricto sensu*. Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificavam em classes sociais diferentes [...]. Isso parece ter ficado claro no caso do Paraná e, particularmente, no caso do Nordeste, quando a burguesia rompeu seu pacto com a esquerda para se aliar com os latifundiários e levar à frente o golpe de Estado contra os camponeses e os operários. Ela foi beneficiária da aliança, que utilizou para alterar em seu favor a composição de forças políticas regionais [...]. (MARTINS, 1981, p. 80).

Ao problematizar a adesão dos capitalistas industriais e latifundiários brasileiros a favor do modelo de agricultura estadunidense, Fabrini (2010, p. 64) considera que ela não estava pautada apenas numa garantia econômica no mercado mundial, mas também idealizava “[...] uma acumulação capitalista de renda derivada da propriedade da terra [...]”.

A. Oliveira (2005, p. 73) destaca ainda que, na agricultura brasileira, sob a égide do capitalismo mundial e no viés do modelo agroindustrial estadunidense, não foram apenas as formas de ocupação da terra que se transformaram, mas “[...] ocorreram as transformações nas relações de produção e de trabalho. O trabalho assalariado (boia-fria) expandiu-se pelo país todo, ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico”.

Estudando a consolidação do assalariamento que se dera inicialmente nas regiões Sudeste e Sul do país, M. A. Silva (1999, p. 15) pondera que tanto a expansão das monoculturas comerciais quanto as novas relações de trabalho

irromperam sincronicamente, acentuando o movimento de expropriação, exploração, dominação e exclusão de vultoso número de sujeitos do campo, sem que isso tenha necessariamente representado a generalização da proletarização e desenvolvimento da agricultura, definindo o momento como modernização trágica.

Trágica porque, como bem explica Ploeg (2008, p. 147): “[...] a modernização começou por ser e por se processar, literalmente, como uma espécie de guerra: os pequenos proprietários e suas culturas foram retirados de suas terras [...]”, restando-lhes agora trabalhar como operários rurais para manter, mesmo que de forma subordinada, seu vínculo com a terra. Todavia, como outrora, o ritmo com que se concentrou a terra e se expandiu as áreas com monoculturas, tanto no Brasil quanto na América Latina, também foi acompanhado pelos movimentos sociais de luta que eclodiram em toda a região, mobilizados pelos camponeses, mas igualmente por outro sujeito social: o trabalhador assalariado agrícola, que tomara parte dos conflitos sociais do campo por melhores condições de trabalho (MORAIS, C., 2006).

As mobilizações das Ligas Camponesas desde 1955, na Região Nordeste do país, são consequência disso. Inicialmente foram representadas pelos foreiros das terras dos engenhos, moradores de condição das usinas e trabalhadores assalariados da cana e, posteriormente, no início dos anos de 1960, expandem-se para outras partes do país³, manifestadas pelos arrendatários, colonos e boias-frias. Todos, camponeses e assalariados, vítimas dos fluxos sincronizados de expulsões, despejos e exploração executados não apenas pelos latifundiários capitalistas, como também por burgueses e grupos econômicos estrangeiros, coordenando grandes empresas agroindustriais que se instalaram no campo, com mediação feita pelo Estado e impulsionadas por investimentos públicos (MARTINS, 1981). Podemos analisar nos dados da CPT:

³ Quando não totalmente expulsos, os camponeses, como forma de permanecer na terra, mudaram as maneiras de garantir acesso a ela. Os posseiros sujeitaram-se aos contratos de parceiros ou arrendatários; os foreiros das plantações de cana-de-açúcar subordinaram-se como moradores de condição e, posteriormente, como trabalhadores assalariados nos engenhos; os colonos do café, ante a extinção dos cafezais pós-crise de 1930, em trabalhadores volantes (boias-frias) (MARTINS, 1981).

Quadro 1 – Territorialidade dos principais conflitos pela terra – Brasil, 1950 a 1970.

Ano/duração	Conflitos
1940 – 1950	Governador Valadares/SP
1945 – 1948	Teófilo Otoni/MG
1948	Urucuá/GO – Revolta de Trombas e Formoso
1950 – 1951	Porecatu/PR – Revolta de Porecatu
1955	Engenho da Galiléia/PE – Revolta das Ligas Camponesas
1957 – 1961	Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema/PR – Revolta do sudoeste do Paraná.
1959 – 1960	Santa Fé do Sul/SP – Revolta do Arranca Capim
1962 – 1967	São Paulo/SP

Fonte: CEDOC⁴ Dom Tomás Balduino – CPT (1950/1970)

Organizado: autora.

Mesmo havendo especificidades regionais, desde a ação até os objetivos, Martins (1981) destaca que alguns pontos cruciais conferiam unidade aos conflitos. Inicialmente, a grilagem das terras que estavam no auge da valorização seria a circunstância desencadeadora da violência contra os camponeses e trabalhadores assalariados. O estímulo à resistência e a persistente luta pelo regresso à terra eram a possibilidade real de sujeição extrema, por meio do assalariamento degradante no que tange às condições de trabalho e à remuneração.

Além de denunciarem a grilagem, as Ligas camponesas revelavam ainda que, no seio da tecnificação agrícola, o latifúndio improutivo e monocultor foi sendo camuflado com uma fachada de produtividade, sem que isso tenha descaracterizado o equivalente de capital, condição para latifundiários capitalistas extraírem lucro e renda fundiária. Nesse contexto, a união dos camponeses se fazia necessária para pelear não somente contra a propriedade da terra, mas contra o capital (OLIVEIRA, A., 1986).

Essa radicalidade foi devidamente analisada por Martins (1981), quando atribuiu as lutas dos movimentos camponeses no Brasil, independentemente da região em que ocorriam, à recusa contra a extração da renda capitalista da terra. Outro autor que igualmente vislumbra uma unicidade contra o monopólio da terra é Stédile (2005). Para ele, a maior expressão dessa “harmonização” foi a elaboração da primeira proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil, redigida a partir da declaração do I Congresso Nacional

⁴ Centro de documentação “Dom Tomás Balduino”.

dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, nos seguintes termos:

É o monopólio da terra, vinculada ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o estadunidense, que nele se apoia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas [...] que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno. (STÉDILE, 2005, p. 74).

Com o passar do tempo, o então presidente João Goulart, que assumiu o cargo em 1961, pressionado pela justa distribuição da terra defendida pelas Ligas Camponesas (que vinham, gradativamente, alcançando proporções nacionais), começa a endossar entre alguns setores da política a necessária realização da reforma agrária.

Segundo A. Oliveira (2007), os primeiros resultados foram a promulgação da Lei n. 4.132, em 10 de setembro de 1962 – primeiro esboço do Estatuto da Terra; e as Leis Delegadas de nº 4 – outorga que a União intervenha no domínio econômico, em vias de desapropriação de bens para interesse social; nº 5 – cria a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB); nº 6 – cria a Companhia Brasileira de Alimentos; nº 7 – cria a Companhia Brasileira de Armazenamento; nº 8 – cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Contudo, como bem destaca o autor, essas ações não contavam com o apoio de todos os segmentos políticos e da sociedade, com destaque aos representantes da oligarquia, militares, latifundiários e capitalistas, para quem a luta das Ligas suscitava certo temor. É que eles tomavam as mobilizações das Ligas como grave ameaça à Nação, fazendo crer que suas práticas conduziriam a uma revolução agrária comunista, tal como as eclodidas em outras partes do mundo entre 1939-1945, o que colocava em risco o projeto de bloquear o comunismo, para as relações do capitalismo se expandirem livremente. Em decorrência disso, passaram a postergar a aprovação de qualquer proposta política que favorecesse a execução da reforma agrária.

Ainda que se apresente como uma tentativa de imobilização ao que seria movimento insurgente comunista, o que realmente determinou as ações de postergação foi que a própria ascensão do que seria a tecnificação no campo já havia sido vislumbrada com a preservação dos latifúndios. Assim, a luta contra as Ligas estava engendrada numa campanha dos latifundiários capitalistas que projetava a inserção da agricultura brasileira no capitalismo com “[...] a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária [...]”, e “com a manutenção da estrutura fundiária” (MENDONÇA, 2010, p. 51).

Entre as ações, destaca-se o ataque às estruturas do Estado de Direito, quando, no ano de 1964, o país foi sobressaltado com o golpe de Estado realizado por militares, destituindo o então presidente João Goulart, que, nos meses antecedentes, mostrou-se adepto à realização de reformas para alavancar o desenvolvimento do país, entre as quais a agrária.

Posteriormente, “[...] o projeto de reforma agrária de Goulart foi liquidado e procedeu-se a uma verdadeira caçada às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas [...]”, conduzindo a sua dispersão (OLIVEIRA, 2007, p. 119). Em seu lugar, aprova-se um Estatuto da Terra, definido como um “[...] conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

Esse critério de produtividade, somado a outros três, formava o que se define como “função social da terra”: imóveis que estivessem em desacordo com ela teriam suas terras recolhidas pelo Estado e destinadas à política de reforma agrária. Assim, segundo o Estatuto da Terra, em seu art. 2º, ficou decidido que:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
 - b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
 - c) assegura a conservação dos recursos naturais;
 - d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.
- (BRASIL, 1964).

Contudo, reelaborado para executar a reforma agrária afinada aos interesses dos latifundiários capitalistas, burgueses e grupos econômicos estrangeiros, o conteúdo expresso em reforma agrária como pauta política do país não sairia do papel. Segundo Martins (1981, p.31; 96), desse momento em diante foi estabelecido mecanismo que,

[...] enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: o Estatuto abre a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave [...] destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos [...] impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe [...].

Mecanismo que caracteriza o que García Nossa (1973) descreve como programa de reforma agrária marginal ou contrarreforma agrária, entendido pelo autor como aquele que preserva a estrutura latifundista, liderado pelas classes de proprietários de terra ou a classe burguesa, objetivando desviar as reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra por meio de alguns mecanismos compensatórios.

O autor ainda destaca que os fundamentos desse projeto de política agrária são o parcelamento marginal de latifúndios e o melhoramento ou readequação dos projetos de assentamento já criados. Dentre os países que o adotaram, destacam-se o Equador, o Chile, a Nicarágua e Honduras, bem como o Peru, anteriormente a 1969, e a Colômbia, no período de 1962-1971. Isso converge à premissa de McMichael (2016), de que, na maioria dos países da América Latina, as políticas de Reforma Agrária estavam mais alinhadas aos interesses dos Estados em amenizar o levante social do campesinato.

Não à toa, no intervalo de 20 anos de administração do governo brasileiro pelos militares, a ação prática daquilo que foi aprovado no Estatuto se restringiu apenas à difusão de projetos desenvolvimentistas, caracterizados pelo considerável incentivo fiscal à instalação de empresas agropecuárias no campo; e programas de colonização, marcados pelo incentivo à migração dos camponeses rebelados para formação de povoados a partir de agrovilas, agrópolis e rurópolis (OLIVEIRA, 2007; SABOURIN, 2008).

Tanto as empresas agropecuárias quanto os camponeses tinham em comum a mesma direção: a Amazônia e parcela do Centro-Oeste; mas o uso e ocupação da terra se deram de maneira díspar. O primeiro, controlando os estabelecimentos acima de 100 hectares, ao passo que o segundo se restringia a aqueles abaixo de 100 hectares (MARTINS, 1981). Devido às extensões, as terras das empresas agropecuárias tornaram-se o fundamento dos monocultivos comerciais, criando as condições aos latifundiários capitalistas para ampliarem seus domínios e, com isso, a concentração dos bens naturais: terra, água e ar.

Nos anos sessenta e setenta, mais especificamente no Brasil, esse processo de expansão capitalista e/ou de modernização no campo teve um novo capítulo acionado doravante pela política de desenvolvimento agropecuária implantada pela ditadura militar, o que, por sua vez, aceleraria enormemente as transformações no campo. De fato, nesse período, não faltaram incentivos financeiros para que as empresas capitalistas e os grupos econômicos – em sua maioria estrangeiros – ocupassem a agricultura e a pecuária, principalmente na região amazônica. Os impactos e as tensões sociais no campo aumentaram de maneira significativa, nessa época, e deram-se justamente por essa penetração do progresso capitalista concretizado através de despejos violentos para abrir espaço às novas empresas (mineração, hidrelétrica e rodovias), assassinatos de trabalhadores, queima de casas, destruição de roças e o esvaziamento de território [...]. (RUBBO, 2012, p. 99).

De acordo com A. Oliveira (2010, p. 10), foi justamente a partir dos incentivos do governo que se desencadeou a primeira fase de aquisição de terras brasileiras por empresas estrangeiras, incluindo novos personagens, sobretudo estadunidenses, delineando o uso e a ocupação das terras no país, mais especificamente na região da Amazônia Legal. Essa circunstância também serviu para impulsionar a máquina de grilagem de terras e a natureza rentista do capitalismo no Brasil, já que, nesse momento, “[...] mais de 20 milhões de hectares de terras brasileiras, a maioria na Amazônia (mais de 15 milhões de hectares), estavam transacionados com grupos estrangeiros [...]”.

Marés (2003, p. 189) lembra também que é interesse do capitalismo a execução de políticas agrária e fundiária, pois elas seriam dispositivo vital para o capital resolver os imbróglilos provocados pelo latifúndio improdutivo ao

desenvolvimento econômico, facilitando aos setores hegemônicos industriais garantirem tanto o acesso a alimentos de baixo custo à classe assalariada industrial quanto a pertinência de diminuir o tributo pago aos proprietários latifundiários.

[...] O capitalismo vê também a necessidade de reformas na política fundiária e agrária para que a terra cumpra duas funções que, como latifúndio improdutivo, não cumpre: produzir matérias-primas e alimentos para baratear o custo da mão de obra e dos insumos industriais e gerar, com salários e rendas rurais, maior volume de consumo para as mercadorias manufaturadas na indústria urbana. É claro que o capitalismo podia aceitar, e setores mais avançados recomendar, uma reforma agrária que expurgasse o latifúndio improdutivo, transformando-o, com dinheiro público, em capital dinâmico, seja pelo valor pago pela terra, seja pela própria terra transformada em meio efetivo de produção.

Para Rubio (2009, p. 58), foi essa necessidade o que motivou, no estalar dos anos 1960, alguns governos na América Latina a acolherem a reivindicação dos movimentos sociais de luta pela terra, pois “[...] el poder de los terratenientes que resultaba infuncional al desarrollo industrial [...] gobiernos que pugnaban por una industrialización autónoma”. Inclusive, alguns países, como o Brasil, as implantaram como mecanismo para distribuir os latifúndios improdutivos sem perder de vista a estratégica medida de remunerar os latifundiários capitalistas, visto que a “[...] aquisição da terra rural deu-se sob a lógica do mercado, ou seja, a terra foi negociada como uma mercadoria capaz de gerar renda capitalizada para os proprietários rentistas [...]” (OLIVEIRA, A. M., 2006, p. 153).

Paradoxalmente, o projeto desenvolvimentista elaborado no pós-golpe de 1964 privilegiou a tecnificação do campo, conciliando simultaneamente os interesses do Estado com os da burguesia agrária, mediante o estímulo à apropriação capitalista da terra.

Estado e capital privado caminham juntos. Este, por meio da venda da terra aos camponeses nos seus projetos de colonização, além do lucro com a venda, foi formando os ‘viveiros de mão de obra’ para utilização nos próprios projetos. O Estado ficou com a tarefa de conter as tensões sociais e fez dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária ‘válvulas de escape’ das áreas de tensão social. Essa é

a raiz histórica da ‘marcha para o Oeste’, da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão do agronegócio na fronteira. Entretanto, contém uma característica específica: o corte monopolista do processo, quer dizer, o processo de ocupação recente traz novas formas de atuação. Não se está diante da lógica ditada pela disputa livre no mercado, há tão-somente a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda esse processo de ocupação é a propriedade privada da terra. (OLIVEIRA, A., 2005, p. 72).

O caso brasileiro não deixa dúvidas de que o projeto imperial dos EUA de tutelar o aperfeiçoamento das atividades de empresas domésticas, transportando-as para escala transnacional, e o domínio sobre novas fontes de matéria-prima barata, triunfara. Contudo, esse processo sofreu percalços, a partir de 1970, quando os estadunidenses depararam-se com o que seria o declínio do programa de ajuda alimentar, ocasionado pela crise econômica e alimentar mundial deflagrada após o esvaziamento dos seus estoques excedentes de grãos.

[...] A crise de alimentos de 1970, que elevou drasticamente os preços no mercado internacional, é justamente o declínio dessa ordem. Fatores exógenos tornaram os estoques norte-americanos difíceis de serem justificados domesticamente, pois o contexto propicia uma excelente oportunidade de lucro por meio do comércio. Em outros termos, os interesses agrícolas, que antes contavam com as compras governamentais para escoar sua produção, passaram a ter oportunidades melhores no mercado internacional. A queda dos estoques prejudicaria a ajuda alimentar internacional norte-americana, uma vez que os excedentes de alimentos eram a base desse tipo de auxílio. (LIMA; DIAS, 2016, p. 195).

No transcorrer dos três anos seguintes, o livre comércio e a agricultura mundializada (OLIVEIRA, 2016) expandiram a crise do petróleo e crise alimentar germinadas nos EUA para todas as regiões do mundo. A primeira, em 1972, resultou da suspensão das vendas comerciais do petróleo realizadas entre os países que constituíam a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e os Estados Unidos-Holanda (ACERVO O GLOBO, 2013). A segunda, em 1973, ocorreu quando da elevação dos preços dos grãos nas transações comerciais, ante a redução dos estoques excedentes de grãos nos EUA.

O impacto na economia e na agricultura estadunidense foi tão significativo que nem mesmo o papel do Estado, que outrora havia mantido estoques de grãos para controlar as flutuações dos preços, foi suficiente para controlar a crise com repercussões mundiais.

Contradictoriamente, a mesma política de liberalização comercial que fundamentara os projetos de ajuda e subsídio alimentar foi a responsável pela queda dos estoques de grãos dos EUA. Vale relembrar que esse episódio também foi experimentado no livre-comércio da Grã-Bretanha, mas com um diferencial: quem estava sofrendo o impacto da crise eram os capitalistas industriais, pois o aumento dos preços dos grãos significava queda na extração de mais-valia. Paradoxalmente, havia bonança dentre os proprietários fundiários.

Nos países da América Latina, a prioridade para as relações comerciais de exportação já havia impactado a produção e estoques de alimentos que compunham a cesta básica e, simultaneamente, no aumento da dependência das importações. A crise no preço de grãos comprometeu diretamente o abastecimento alimentar. Todavia, a crescente insegurança alimentar produzida pelo desabastecimento era a menor das preocupações dos estadunidenses, e até mesmo para as empresas nacionais de capital privado, que nesse período passaram a exercer considerável controle corporativo sobre a economia local (RUBIO, 2009).

Dessa forma, com a crise, o centro das atenções era elaborar outros mecanismos para estabilizar a economia e ajustar os preços comerciais das commodities (MCMICHAEL, 2016). Isso receberia considerável impulso na I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, realizada em Roma, em 1974, quando assertivas que relacionavam o baixo volume dos estoques aos bloqueios à liberalização dos mercados contribuíram para diversas propostas de políticas públicas em benefício da segurança alimentar, ajustadas às pautas estadunidenses.

[...] a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. Ou seja, não era suficiente só produzir alimentos, mas também garantir a regularidade do abastecimento. O enfoque, nesta época, ainda estava

preponderantemente no produto, e não no ser humano, ficando a dimensão do direito humano em segundo plano [...]. (BURITY et al, 2010, p. 11-12, grifos dos autores).

O objetivo basilar era atender às demandas do comércio internacional de alimentos, razão pela qual nações ditas desenvolvidas ou em desenvolvimento dedicaram-se a aprimorar as transações comerciais de exportação. Essa situação é reveladora da primazia do mercado no provimento da comida, ou seja, do sistema alimentar, em que a produção para alimentação é convertida em produção para o mercado.

Holt-Giménez e Patel (2009, p. 1) salientam que isso se dá a partir do “[...] paradigma dominante del sistema alimentario industrial [...]”, que recomienda à FAO alternativas para sair da crise alimentar “[...] basadas en las mismas iniciativas que inicialmente crearon el problema: incrementar la ayuda alimentaria, liberalizar el comercio internacional agrícola e introducir más paquetes tecnológicos y transgénicos [...]”, fazendo com que o “[...] futuro de nuestros sistemas alimentarios se están decidiendo *de facto* por mercados mundiales no regulados, por especuladores financieros y por monopolios globales”.

Tal como nos EUA, quem deveria dar suporte ao mercado exportador seria o Estado, mediante programas governamentais de subsídios à geração de excedentes, prioritariamente grãos e carne. Aproximando-se do que Secchi (2012) designa como tipo *top-down* (de cima para baixo), essas políticas eram implementadas por agentes externos e “[...] concebidas sob uma perspectiva setorial, ou seja, para atender as necessidades e expectativas de um setor específico da economia [...]” (ROSA; FELÍCIO, 2017, p. 6) – no caso, o mercado, sem nenhum alinhamento com as particularidades nacionais, regionais e/ou locais e muito menos estabelecidas a partir do diálogo com os sujeitos diretamente envolvidos com a agricultura.

Em resumo, passou a triunfar “[...] a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais, etc.” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 11), estabelecendo o controle da alimentação pelos monopólios mundiais.

1.3 MONOPÓLIOS MUNDIAIS NO CONTROLE DA ALIMENTAÇÃO

Com a anunciente queda dos projetos de ajuda e subsídio alimentar, a campanha dos EUA para ajustar os preços e estabilizar a economia se deu em duas ações: “[...] deslocalização da manufatura e da agricultura do Norte para o Sul e a elaboração de um regime de dívida a fim de disciplinar Estados endividados com políticas de austeridade combinadas com agricultura de exportação [...]” (MCMICHAEL, 2016, p. 73). Estágio inicialmente se traduziu numa nova fase da investida dos estadunidenses, mas rapidamente tem servido para estabelecer o controle mundializado da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias primas. Isso significa generalizar, geograficamente, o modo capitalista de produção.

[...] una forma de explotación y subordinación que no es capaz de reproducir a las clases subalternas en su condición de explotados, sino que tiende a excluirlos debido a su carácter depredatorio. En el caso de la industria el uso de trabajo temporal y obreros a domicilio impide la reproducción de la fuerza laboral y lleva a la exclusión continua de quienes emplea. Asimismo, los bajos salarios implican una elevada movilidad de la fuerza de trabajo, con lo cual el capital no logra reproducirlos como explotados. En el caso de los campesinos, la imposición de precios no rentables y la sustitución de producción nacional por importada desgasta la unidad productiva, con lo cual resultan excluidos de la producción y no logran reproducirse como explotados. Aunque los explota y subordina como colectivo y se beneficia de la extracción de plusvalía y de excedente que obtiene de ellos, individualmente los excluye una vez que los ha explotado. Esto quiere decir que la fuerza laboral se convierte en desecharable. Se utiliza y se excluye para buscar nuevas fuentes de valor que también tienden a ser desahuciadas. De esta forma la explotación genera exclusión y el capital no es capaz de reproducir la fuente de su riqueza. Por ello, se estrecha el círculo de los que encuentran una integración productiva al sistema. (RUBIO, 2009, p. 102-103).

Na América Latina, a considerável dependência das importações ensejada no final da década de 1970 por uma intensa atividade de agroindústrias exportadoras com “[...] fuerte polarización productiva [...] un avance muy acelerado de la exportación [...]” na medida que se intensificava “[...] el declive de la producción de alimentos básicos para el mercado nacional

[...] y la exclusión de una amplia masa de campesinos [...]. (RUBIO, 2009, p. 27-28) Deflagrou em meados dos anos de 1980, com a ostensiva dos estadunidenses traduzida na elevação dos juros de financiamentos oferecidos pelos EUA para o aprimoramento das técnicas industriais e agrícolas; incentivo a pagar a dívida contraída com as exportações, o período de pior recessão já vivenciado, que inclusive reflete-se até os dias atuais.

Dentre os países estava o Brasil, que “[...] aprofundou a concentração da propriedade associado ao estímulo à mecanização e a monocultura de soja, algodão e cana” que gradativamente foram ocupando as áreas cultivadas com alimentos básicos, “produzindo uma ‘agricultura sem agricultores’ [...]” (ALMEIDA, 2009, p. 6). O que segundo Alvim (2016, p. 37-38), desencadeou a proliferação da fome que, mesmo perceptível em todas as regiões, foi negligenciada pelo governo militar. Situação que conduziu diversos pesquisadores, movimentos sociais, instituições e organizações governamentais, à ação conjunta de denúncia junto a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da fome instituída em outubro de 1982.

O desenrolar do período de recessão evidenciaria que o declínio da produção interna de alimentos no âmago da crise da dívida externa tem suas raízes no projeto imperialista. Rubio (2009) ressalta que os países desenvolvidos, abarrotados de produtos industrializados das indústrias de alimentos, com a pretensão de evitar a obstrução dos ganhos comerciais das transações dos mercados passaram a instigar os países latino-americanos a reprimir qualquer tentativa de fortalecimento da agricultura camponesa. O que respectivamente, diminuiria fonte nacional de abastecimento alimentar.

[...] Se abandonó todo intento por refuncionalizar a la economía campesina y se impulsaron políticas que desalentaban abiertamente la producción alimentaria interna. El agotamiento de la forma de explotación campesina, el lento crecimiento de la producción alimentaria en relación a la demanda urbana, y la posibilidad de establecer bajos salarios merced a la crisis económica, permitieron impulsar políticas públicas que excluían abiertamente a los campesinos como productores de alimentos básicos, centradas en la reducción de los subsidios, el crédito, la capacitación agrícola y el gasto público dirigido al sector. (RUBIO, 2009, p. 72-73).

Com a urbanização disforme associada à diminuição da produção de alimentos em nível nacional, os países latino-americanos viram os preços da cesta básica se elevarem drasticamente, tornando-se incompatível com o salário médio percebido naquele momento. Situação que inevitavelmente levou os governos a facilitarem transações de mercado para acessarem alimentos baratos e em quantidade suficiente para forçar a baixa do preço da comida.

A essa altura, a maioria dos países da América Latina havia sucumbido a nova fase do projeto imperial, com isso, eles seriam forçados a recorrer aos mercados mundiais para assegurar seu abastecimento alimentar. Consequentemente, ao mesmo tempo que impulsionaram novamente a engrenagem das trocas comerciais, exportando commodities para abastecer países abastados, eles também importavam das potências imperiais produtos industrializados derivados dos excedentes dos países desenvolvidos.

Para Ploeg (2008) e Esteve (2017) é essa conjuntura que alavanca as indústrias de substâncias comestíveis estadunidenses e inglesas que se empenhavam na consolidação de um mercado consumidor. Em parceria com as grandes redes de supermercados, inauguraram:

[...] uma nova fronteira de acumulação na manufatura e no varejo de alimentos processados, com o melado de milho de alto teor de frutose, em especial, e outros adoçantes artificiais transformando o mercado de grãos, convertendo-o de simples produtos alimentares, como o pão em matérias-primas de alimentos processados. Enquanto isso, o óleo de soja, originalmente desenvolvido para a indústria de margarinas, foi complementado com alimentos processados de soja, combinado com milho híbrido para a indústria intensiva de criação de gado [...]. (MCMICHAEL, 2016, p. 53).

Inclusive, nos primeiros anos de 1980, o supermercado havia recentemente transformado em lugar de excelência para comprar comida, instigando desde então mudanças no padrão alimentar, banindo gradativamente das suas gôndolas e prateleiras aquela comida que tradicionalmente estava no prato de cada comunidade/país e substituído-a por outros alimentos projetados pelas indústrias. Sobre isso, Pollan (2013, p. 286-292) argumenta:

[...] Onde antes os nomes familiares de comestíveis reconhecíveis — coisas como ovos, cereais matinais ou salgadinhos — sustentavam a posição mais importante nos pacotes coloridos que abarrotavam os corredores, termos novos de ressonância científica como “colesterol”, “fibra” e “gordura saturada” começaram a vir estampados em destaque. Mais importante do que simples alimentos, achava-se que a presença ou a ausência dessas substâncias invisíveis conferia benefícios à saúde de quem os consumia [...].

Segundo o autor, à época esse padrão alimentar baseado em substâncias comestíveis já restringia a importância do alimento para alavancar uma dieta de nutrientes, contando com uma ideologia nutricional que adaptou a pauta de segurança alimentar [...] relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos - e de forma permanente - a quantidades suficientes de alimentos. [...]” (BURITY et al, 2010, p. 12) a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) orquestrada:

[...] para criar e vender todo tipo de novos alimentos processados e permissão para que as pessoas os comam. E cada correção de curso [...] justifica [...] a fabricação de uma nova linha de produtos e o consumo de uma porção de novos itens alimentícios [...]. (POLLAN, 2013, p. 743-747).

Para Esteve (2017, p. 126) é assim que “[...] se desnaturalizam os alimentos, para em seguida vender outros artificialmente naturais, que nos dizem serem melhores.” Com isso “[...] praticamente tudo o que consumimos hoje não é mais, em sentido estrito, comida, e a forma como estamos consumindo essas coisas – no carro, na frente da tevê e, cada vez mais, sozinhos – não é realmente comer [...]” (POLLAN, 2013, p. 174 – 178).

O embate não tem sido fácil, considerando que o complexo nutricional industrial conta, dentre seus quadros, com cientistas e profissionais ligados ao marketing da alimentação. A engenharia nutricional propõe combinações em proporção ideal para o organismo complementando-as, em regra, com alto teor de açúcar, sódio, aromatizantes e corantes químicos, porque somente assim elas se tornam atrativas.

Trata-se de uma estratégia orientada tanto para o aumento do consumo quanto para a redução do custo, pois nessa lógica deve-se diminuir ao máximo a utilização de ingredientes provenientes da agricultura e, na sua presença,

substituir tanto quanto possível os mais nobres e caros. Segundo Esteve (2017, p. 120) estamos:

[...] obcecados por comer bem, mas nunca antes havíamos comido tão mal. As prateleiras dos supermercados estão cheias de batatas fritas, bebidas açucaradas, chocolates, congelados, enlatados, produtos de pastelaria. Vendem-nos uma variedade de comida desnaturalizada, processada com um '*max mix*' de vários aditivos, que têm um impacto negativo sobre o corpo. No entanto, os mesmos que com uma mão comercializam ditos produtos, com a outra nos oferecem alimentos funcionais, 'milagrosos', precisamente para combater os efeitos nocivos deste tipo de alimento. O negócio está servido.

Direcionando a lente para nossa dieta alimentar, esse contexto contribuiu para que na prática “[...] a ingestão mundial de alimentos depende cada vez mais de algumas poucas variedades de culturas. [...]” (ESTEVE, 2017, p. 43). Já que em sua maioria, as substâncias comestíveis são industrializadas especificamente por ingredientes culinários como milho, carne, açúcar e gordura, cujo teor tem dividido a opinião pública e científica a respeito dos riscos à saúde, e consequentemente as condições a insegurança alimentar.

Por certo, há um consenso de que o alto teor dos dois últimos, açúcar e gordura, nas substâncias comestíveis, são considerados os principais ingredientes que tem nos adoecido, devido a sua relação com as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como por exemplo: as cardiovasculares, cânceres, hipertensão, diabetes, colesterol, enfermidades respiratórias crônicas (asma), neuropsiquiátricas (depressão) e Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Relacionadas com o tabagismo, consumo excessivo de bebida alcoólica e sedentarismo, como também com o consumo de alimentos não saudáveis, essas doenças foram “[...] responsáveis, em 2016, por 74% do total de mortes, com destaque para doenças cardiovasculares (28%), as neoplasias (18%), as doenças respiratórias (6%) e o diabetes (5%)” (VIGITEL, 2018 apud WHO, 2018).

Outro problema tem a ver com a mudança do significado cultural e social que a comida possui, situação particularmente ameaçadora aos camponeses, pois a preferência por alimentos com aromas, sabores e aparência diferentes

daqueles cultivados de forma tradicional repercute na demanda, impactando ainda mais a lógica da produção simples de mercadorias, segundo a qual os agricultores necessitam vendê-las para adquirir os bens inviáveis de serem produzidos.

[...] nas últimas três décadas, acompanhando mudanças observadas em várias regiões do mundo, o padrão da alimentação da população brasileira vem sofrendo grandes modificações, caracterizadas por diminuição da participação na dieta dos alimentos básicos e pelo aumento do consumo de carnes e leite e derivados e de alimentos industrializados ricos em gordura, açúcar e sal. Importa notar que, ao longo das três últimas décadas, a participação de frutas e hortaliças no consumo alimentar da população brasileira manteve-se estagnada e bastante inferior ao consumo mínimo diário recomendado de 400 gramas. (VIGITEL, 2006, p. 43).

Retornando ao período de recessão dos primeiros anos de 1980. O aumento das importações repercutiu em explosão das dívidas externas e na elevação da dependência. No caso brasileiro, intentou-se atenuar o descontrole dessa dívida com aumento das exportações. Aliás, foi essa estratégia que conduziu o país à posição atual no mercado mundial, intensificando-se o efeito bumerangue: produzir aquilo que poderá exportar para abastecer o mercado mundial, importar para abastecer o mercado nacional daquilo que já não se produz.

[...] a moderna agricultura brasileira continua fazendo o que sempre fez: produz matérias primas e alimentos para exportação. Por isso, o agronegócio é a reprodução ampliada e atualizada do passado histórico do país. Agronegócio é, pois, sinônimo de produção para o mundo. Mas, assim como exportar em larga escala, o Brasil precisa importar trigo, borracha, arroz, feijão, milho, leite, soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma etc., todos matérias-primas com larga possibilidade de produção no próprio país. Mas o mercado é implacável, cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado, ele destrói qualquer possibilidade de constituir bases nacionais e lança o país nas teias da rede de produção capitalista mundial [...]. (OLIVEIRA, A., 2005, p. 172).

Mesmo diante dos perigos aos quais o modelo de agricultura e sistema alimentar capitalista sujeitou a produção de alimentos que compunham a dieta básica de diversos povos, a Cúpula Mundial da Alimentação das Nações

Unidas (CMA) de 1996, realizada em Roma, revelou não estar equivocado Coca (2016, p. 75) quando analisa que a pauta de segurança alimentar “[...] utilizada por instituições multilaterais e por governos de diversas partes do mundo para solucionar alguns problemas dos sistemas alimentares” tem por objetivo executá-las “sem modificar a correlação de forças que garante a reprodução capitalista, de modo mais específico, o agronegócio [...]”.

Evidência disso é que entre os países presentes foi aprovada por unanimidade a deliberação de que a solução para a fome mundial ainda estava na tecnificação da agricultura – acrescida de um diferencial: tanto a utilização da biotecnologia, a partir da engenharia genética, quanto a liberalização comercial dos mercados de alimentos deveria ser intensificadas. (ACERVO FAO, 1996; DESMARAIS, 2013; PAULINO, 2015). Em 2002, no encontro da CMA+5 também em Roma, na avaliação sobre os avanços obtidos nos últimos seis anos sobre aquilo que fora deliberado, constatou-se que a insegurança alimentar e a fome ainda se mantinham em índices elevados, situação avaliada pelo próprio diretor-geral da FAO em artigo publicado no site da *BBC Brasil*, cujo título trazia um alerta: “Mundo fracassa na redução da fome, diz ONU” (BBC, 2002).

Isso ocorria ao passo que a violenta face da fome marcava o Brasil; apesar das tentativas de combate a esse mal, os dados da FAO⁵ mostravam que aproximadamente 50 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e fome no país em 2003. Inegavelmente, os números refletiam a forma débil e descontínua com que os governantes trataram deste problema e o insucesso de uma política de segurança focada em resolver as questões alimentares pertinentes apenas ao quadro nutricional, sem atacar sua raiz.

McMichael ponderando os estudos de DeWalt (1985), caracteriza a produção com foco na biotecnologia e engenharia genética como a execução da segunda rodada da tecnificação agrícola dos anos 1960 e 1980. Nela:

⁵ Para medir o grau de segurança alimentar de uma nação, a FAO estabelece alguns parâmetros como “[...] relações entre estoques e demanda globais, entre estoques finais e vendas, modificações na produção de três grupos de países e movimentos de preço internacionais, todos esses indicadores referindo-se a cereais. Utiliza-se também um índice domiciliar agregado por país e um monitoramento de tendências e fatores de vulnerabilidade em nível nacional, bem como uma série de outros dados e medições auxiliares cada vez mais sofisticados [...].” (ALENCAR, 2001, p. 141).

[...] um identificável “abastecimento global” corporativo transnacional de alimentos era mais claro nas tecnologias de transformação, resfriamento e preservação de sementes e transportes de frutas e vegetais, que as disponibilizava, em épocas fora da estação ou até mesmo por todo o ano, para consumidores relativamente abastados, por meio da gestão de ilhas de plantações por todo o Sul global. Nesse caso, as corporações transnacionais subcontratavam camponeses do Terceiro Mundo, para produzir frutas e vegetais fora de estação, e processavam alimentos como sucos, frutas enlatadas, vegetais congelados, carne embalada e frango em pedaços (comumente em zonas de processamento de exportação), para expandir supermercados na Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico [...] distinta da primeira justamente por seus *deslocamentos*: da iniciativa pública para a privada, de grãos básicos para alimentos de maior valor (proteína animal, frutas e vegetais, insumos químicos), e de mercados domésticos para globais. (MCMICHAEL, 2016, p. 74-75, grifo nosso).

A partir do momento que o Sistema Alimentar ficou sob a tutela dos mercados, há nos interstícios da fase monopolista do capitalismo mundial a conversão da agricultura internacionalizada para a mundializada. Para entender essa conversão resgatamos as considerações de A. Oliveira (2009, p. 8):

Deve-se destacar de início, que depois da criação da FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e do advento da revolução verde, o mundo capitalista adotou um mecanismo de controle da produção de alimentos baseado no sistema de estoques. Esta sistemática tinha por objetivo garantir excedentes agrícolas alimentares que permitisse simultaneamente, garantir a oferta de alimentos diante do fantasma da fome, e a regulação de seus preços contra as ações especulativas dos *players* capitalistas (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores). Com o neoliberalismo, depois da criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, o sistema adotado foi aquele da colocação dos estoques no mercado e do império absoluto do livre comércio. Ou seja, o mercado através da disponibilidade dos estoques seria o regulador da oferta da produção de alimentos.

Ploeg (2008) analisa que este mercado é regulado por empresas mundiais que, nesse estágio, constituíram o que chama de Impérios Alimentares, corporações que adotam como política a busca pelo controle total

dos setores de produção, comercialização e consumo de alimentos entre países, independentemente de suas distâncias. A relação agricultores e consumidores passam a ser desprovida de importância.

[...] a ascensão do Império, como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização. Assim emergem contradições novas e imanentes. (PLOEG, 2008, p. 28).

Reservando em seus bastidores a aliança entre burguesias nacionais e internacionais em escala mundial, as empresas mundiais: “[...] uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial [...]”. Operação que transpõe o centro de poder das determinações de produção e circulação do capital, que outrora foi fixado nas potências hegemônicas capitalistas como Grã-Bretanha e EUA para o interior dos demais países, e agora “[...] está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 89).

Ploeg (2008, p. 26) enfatiza, ademais, que o modelo de agricultura projetado pelos Impérios Alimentares é aquele guiado pelo capital financeiro e industrial, com produção especializada. Assim é possível atender, preferencialmente, a demanda dos mercados, aos quais estão subordinados os agricultores. Contudo, as relações agroexportadoras conservam especificidades da agricultura empresarial e capitalista/corporativa de grande escala⁶:

⁶ Ploeg (2008) em sua análise caracteriza uma segmentação da agricultura em três modelos, porém em nossa análise agruparemos dois grupos na mesma categoria (Impérios alimentares), a saber: agricultura empresarial e capitalista, considerando que ambas possuem ações similares: atendendo a demanda dos mercados (nacionais e globais) e integradas pelos mesmos agentes sociais (empresários capitalistas, latifundiários capitalistas).

[...] submetendo a agricultura, independentemente de sua localização, a uma ‘pressão externa’ que se transforma, particularmente na agricultura empresarial, em uma ‘pressão interna’ [...] Os agricultores empresariais se envolvem numa luta implacável para conquistar o máximo de espaço possível e, dessa forma, tentam eliminar a competição de outros empresários e mesmo de camponeses.

No Brasil, com o pseudônimo *AGRO - indústria-riqueza do Brasil*, essa agricultura capitalista com caráter empresarial tem se divulgado em horário nobre numa das maiores emissoras de canal aberto do país⁷ como o principal responsável pela produção de itens essenciais da cesta básica. Não obstante, detrás do modelo tecnicista que se coloca favorável à produção de larga e pequena escala nota-se que a estrutura fundiária altamente concentrada que, diga-se de passagem, posiciona o Brasil entre os países que mais concentram terras no mundo. Não por acaso, o Índice Gini – organizado pelo DATALUTA que, em 2003, era 0,816 – elevou-se para 0,860 em 2014. (DATALUTA, 2016).

Talaska (2016, p. 186) investigando a existência dos latifúndios no país conforme as determinações do Estatuto da terra, verifica que, em 2014, aproximadamente 182 imóveis rurais extrapolavam em 600 vezes a dimensão do módulo fiscal dos municípios. Ocupando área de 12.845.381,8 hectares, o conjunto desses imóveis monopoliza área:

[...] superior a área territorial do Estado de Pernambuco (9.814.911,9 ha), ou de Santa Catarina (9.573.397,8 ha), ou ainda, conjuntamente, dos Estados do Espírito Santo (4.609.692,50 ha), do Rio de Janeiro (4.377.795,40 ha), de Alagoas (2.777.499,30 ha) e do Distrito Federal (577.999,90 ha).

A pesquisa revelou também que no mesmo levantamento, cerca de 794.351 imóveis rurais “[...] não são considerados produtivos, eles são explorados inadequadamente e, portanto, não atingem o padrão de produtividade [...] não cumprindo a sua função social [...]” (TALASKA, 2016, p. 186), cujos donos estão aguardando o momento mais propício para vendê-la ou alugá-la. Os pretéritos latifundiários capitalistas, os quais vêm atravessando séculos e manejando muito bem as estratégias de mesclar elementos

⁷ Trata-se da Rede Globo de Televisão.

tradicionais com modernos, confundindo a opinião pública e revigorando-o, inclusive como ofensiva ao campesinato.

Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. (FERNANDES, 2004, p. 2).

Mesmo que alguns autores analisem a ação dos Impérios como forma independente do Estado, percebe-se que no Brasil, ao vender essa ideia de excelência em produção de alimentos, ele mantém o controle sobre a propriedade da terra, preserva a opinião pública a seu favor e também consegue abocanhar a maior fatia do auxílio financeiro governamental proveniente das políticas territoriais à agricultura e à pecuária. Evidência disso é a maneira como o crédito vem sendo disponibilizado pelo governo brasileiro para custear e investir na produção a cada safra – Plano Safra, tanto da agricultura camponesa familiar como da agricultura capitalista, apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos recursos do Plano Safra (em bilhões de reais).

Safras	Agricultura Familiar	Agricultura Capitalista
2009/2010	15	92,5
2010/2011	16	100
2011/2012	16	107,2
2012/2013	18	115,25
2013/2014	21	136
2014/2015	24,1	156,1
2015/2016	28,9	187,7
2016/2017	30	202
2017/2018	30	200,25
2018/2019	31	194,30

Fonte: MAPA (2018/2019).

Organização dos dados: autora.

O descomunal privilegiamento à agricultura capitalista, demonstrado nos dados do MAPA merece uma problematização, pois embora absorva a maior fatia dos créditos governamentais, o valor bruto da produção é inferior ao da

camponesa. Por ocasião do primeiro Censo da Agricultura Familiar realizado pelo extinto MDA em 2009, apurou-se que o Valor Bruto da Produção por hectare foi de R\$ 358, ao passo que a agricultura camponesa familiar gerou R\$ 677 por igual medida de área. (MDA, 2009)

Desta forma, sem conseguir justificar os altos repasses pelo valor de sua produção a agricultura capitalista, juntamente com o latifúndio ineficiente, se apoia no marketing de eficiência produtiva visceral à expressão agronegócio para atrair a opinião pública a seu favor, senão vejamos.

O agro é mais pop, é mais tech do que você imagina. Quanto mais você aprende sobre o agro, mais se surpreende, porque o agro [...] é ainda mais que toneladas de alimentos que abastecem o Brasil e o mundo [...] é o trabalhador do campo [...] muito do que você consome, usa ou faz vem do agro. O agro é hoje, a nossa grande riqueza. (AGRO, 2018, n. p.).

Para Paulino e Almeida (2010a, p. 18), uma das formas de entender essa conjuntura é considerar que o “[...] produtivismo forjado para a agricultura capitalista visa, sobretudo, esconder a essência latifundista da grande propriedade”, como também para desviar a atenção da problemática central, “revelada cotidianamente no avanço concentracionista com fins rentistas sobre as terras camponesas, sendo que a eficiência é mais mito do que fato, sustentado na terra farta e no fundo público.” Esta participação histórica do auxílio financeiro governamental confirma Ploeg (2008, p. 279, grifo do autor) quando adverte que o Estado não desaparece, porque ainda funciona como mediador subjugado pelo interesse de mercado.

O Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados. Um se concretiza no outro e vice-versa [...] O Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista de *ligações* [...] a especificidade histórica dos impérios alimentares atuais reside na combinação contraditória, mas sistemática, de dois princípios orientadores: o mercado global e o sistema da linha de montagem. Combinados, esses dois princípios resultam, por exemplo, nas chamadas cadeias alimentares. Nos impérios alimentares, a produção (incluindo a agricultura) foi segmentada em uma série infinidável de sub-tarefas que são,

em si mesmas, relativamente simples e monótonas, e que constituem operações que formam parte de uma linha de montagem bem mais vasta. Contudo, essa linha de montagem já não está localizada numa grande fábrica, dentro da qual a hierarquia é o princípio orientador central. As partes que compõem essa linha estão agora distribuídas por todo o mundo sob a forma de um arquipélago que está em constante mudança [...].

Assim, o mercado busca eliminar qualquer bloqueio econômico que no passado tenha obstaculizado a produção e reprodução ampliada do capital aos países desenvolvidos, no caso as políticas regulatórias criadas pelos países fontes de matéria-prima, como da América Latina. É nesse momento que o Estado aparece num papel de serviçal colocando os países emergentes submissos às regras do liberalismo disseminadas pelos países desenvolvidos, senão vejamos.

[...]. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho. No entanto, ao passarmos para a relação entre capitais o quadro é bem diferente. Nesse caso, o Estado perdeu, de fato, poder para regular os mecanismos de alocação ou competição, conforme os fluxos financeiros globais escapavam do alcance de qualquer regulação estritamente nacional [...]. (HARVEY, 2005, p. 29-30).

Rubio (2009) frisa que nos países latino-americanos pelo menos três fatores consolidaram a supremacia das empresas mundiais na produção e sobre os agricultores de alimentos: Governos privatizando empresas estatais; aumento das agroindústrias do setor de grãos; cadeias distribuidoras de grãos básicos como arroz, feijão e café.

Em vista de driblarem as oscilações dos preços agrícolas locais, as empresas de capital nacional passam a compor estes monopólios mundiais mediante operações de fusão, aquisição e associação. Além disso, as pautas neoliberais e a mundialização da agricultura não encontraram obstáculos, pois os latifundiários capitalistas atuaram e atuam monopolizando a propriedade

privada da terra, conjuntamente com outros meios de produção. Sob a égide do latifúndio monocultor se movem para extrair renda fundiária ou para atender o mercado segundo o critério estrito da rentabilidade. Isto também quer dizer que a tutoria do Sistema Alimentar nas mãos dos monopólios de alimentos aprofundou ainda mais o poderio da elite agrária, agora não apenas na proporção local, mas mundial.

Assim, empresas monopolistas mundiais, nacionais, e também, as cooperativas, disputam o mercado dos produtos primários oriundos das atividades agropecuárias e da silvicultura. O Brasil que inaugurou seu ingresso no capitalismo mundial como fornecedor de alimentos e matérias primas, continua o processo de reinvenção do passado. Reinvenção essa que revela agora, a aliança mundial entre a burguesia internacional e aquela nacional, expressa em fusões e associações entre empresas. Ou seja, há agora uma fatia do capitalismo mundial à disposição da burguesia brasileira, e o Estado, está colocado como sempre esteve, a serviço dessa nova aliança. (OLIVEIRA, A., 2016, p. 117).

É possível perceber essa aliança se realizando desde a instituição do Plano Real/1994. Durante a administração de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), foram 2.667 operações; no curso dos anos de 2003-2010, houve aumento considerável, chegando a 3.907 transações, período da governança de Lula; posteriormente, no governo de sua sucessora, Dilma há 3.247.

[...]. As ‘receitas’ de políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional-FMI, de há muito tempo se tornaram as políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Foi dessa forma que o FMI e Banco Mundial implementaram o *‘Washington Consensus’* que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate à inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real do governo FHC (PSDB) foi o próprio *Washington Consensus*. Foi, pois assim, que surgiram também, os mercados comuns e as comunidades econômicas que passaram a compor o cenário do comércio mundial. NAFTA, CEE, MERCOSUL, etc. [...]. Aliás, uma das reivindicações da Organização Mundial do

Comércio (OMC) é a remoção de todas as barreiras alfandegárias, ou seja, que o mundo seja finalmente, a pátria única do capital. (OLIVEIRA, A., 2016, p. 88).

Segundo o autor, as empresas mundiais estruturam monopólios mundiais de alimentos e controlam o sistema alimentar sujeitando camponeses e capitalistas à sua lógica de acumulação, a partir de duas ações monopolistas, a saber: territorialização dos monopólios e monopolização do território. Na primeira, as regras da produção são ditadas pela circulação das mercadorias, para isso as empresas/indústrias capitalistas instaladas no campo buscam ampliar o controle da propriedade privada da terra e concentrar os processos produtivos e de processamento da produção agropecuária. Elas seriam “[...] os novos sujeitos da grilagem de terras e do rentismo no campo brasileiro [...]” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 391). A monopolização do território pode ser executada por empresas/indústrias capitalistas que não estejam necessariamente instaladas no campo, mas que conseguem dominar grande parte da comercialização/processamento da produção agropecuária da localidade que estiverem e tem como fio condutor a circulação, ditando o consumo e comandando a produção.

Importa saber que uma ação monopolista não exclui a outra, ou seja, as empresas mundiais tanto podem territorializar seus monopólios como monopolizar o território simultaneamente. Entre os exemplos de empresas monopolizadoras globais, podemos citar a Cargill Incorporated, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Louis Dreifus.

A maior delas é a *Cargill Incorporated*. Foi fundada em 1865, tem sede em Mineápolis no Minessota (Estados Unidos) e atividades nos cinco continentes atuando em 65 países. Produz e comercializa mundialmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, industriais e financeiros. Trata-se da maior corporação de capital fechado do mundo em termos de receitas. Detém 2/3 das ações da *Mosaic Company*, uma das maiores empresas mundiais que produz e comercializa fosfato concentrado e potássio. Outra empresa monopolista do setor de grãos é a *ADM – Archer Daniels Midland Company* que foi fundada em 1902, na cidade de Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos, e, atualmente tem sua sede em Decatur, Illinois, Estados Unidos. Trata-se de um conglomerado que opera mais de 265 plantas industriais em 75 países do mundo, processando grãos de cereais e plantas oleaginosas. Há também, entre as maiores empresas monopolista de alimentos

do mundo a *Bunge Limited*. Foi fundada em 1818, como *Bunge & Co*, em Amsterdã, Holanda, e, tem sua sede atualmente em White Plains, Nova York, Estados Unidos. Entre as quatro principais empresas mundiais do setor de alimentos está também, o *Louis Dreyfus Group*, um conglomerado francês fundado em 1851. Atua na agricultura, petróleo, energia, commodities (processamento, comercialização e *merchandising*), e, transporte mundial. A empresa *Louis Dreyfus Commodities Netherlands Holding BV* tem sede no *World Trade Center Amsterdam* em Amesterdam, Holanda, com atividades em mais de 53 países. (OLIVEIRA, A., 2016, p. 125-126, grifo do autor).

Essas empresas mundiais fomentam o aumento da produção de *commodities* como soja, milho, algodão, cana e eucalipto, entre outras; articulam a comercialização dessas produções na Bolsa de mercadorias e de futuro por multinacionais (*players*) que orientam a circulação; orquestram também o consumo com suas cadeias de (hiper) (super) mercados.

Diante disso, o sistema alimentar recebe um novo formato, ele “[...] não satisfaz as necessidades alimentares das pessoas. Fundamentalmente, o que o move é a lógica do capital, do dinheiro, do benefício econômico [...]”, como bem analisa Esteve (2014, p. 18) em entrevista concedida à equipe Envolverde/Instituto Humanista Unisinos (IHU) *OnLine*. A agricultura orientada à ganância dos mercados mundiais “[...] tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos [...] se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo [...] a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do Estado nacional onde ele é produzido [...]” (OLIVEIRA, A., 2009, p. 06).

Situação que expõe uma questão de fundo da contemporaneidade: a alta do preço dos alimentos e o desabastecimento dos estoques – comuns as crises alimentares, guarda relação direta com “[...] la especulación en los precios de los alimentos – después de que empezaron a subir” (Holt-Giménez; Patel, 2010, p. 8).

Contudo, a valorização dessas *commodities* não engendra mudanças apenas às formas de utilização das terras, conduzindo, por exemplo, os latifundiários capitalistas a direcionar suas áreas a monocultura, como também interfere na sua ocupação. Dado que, a provisão de matéria prima ainda mantida a partir da voracidade sobre os bens ambientais, como terra e água,

não deixaram de aperfeiçoar os velhos mecanismos de violência contra os camponeses. Sujeitos que além de lutar constantemente pelo acesso a terra, quando a detém encontram a manutenção da estrutura latifundista que historicamente sujeita a renda camponesa da terra e age com violência contra os que detêm o acesso precário ou lutam para nela entrar.

Tabela 4 – Violência contra posse e propriedade no período de 1990 a 2019.

Violência	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
	Brasil						
Famílias despejadas/vítimas de despejo judicial	2.544	12.832	16.020	25.618	8.067	13.903	10.362
Famílias vítimas de expulsão	1.681	1.146	6.852	4.366	1.216	795	1.044
Famílias vítimas de destruição de casas	852	1.112	2.108	2.189	1.921	1.904	1.826
Vítimas de destruição de roças	1.175	1.589	1.492	2.967	1.616	4.795	2.212
Pistolagem	--	--	--	16.995	10.274	18.195	10.171

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT (1990 a 2019). Organização dos dados: autora.

A constância da violência ocorre porque, ao valorizar o fruto da terra, simultaneamente as terras também se valorizam, a possibilidade de extração de lucro e renda assoberba os latifundiários capitalistas que avançam, com todas as formas de violência, suas cercas além da área que fora registrado em cartório, indo em direção a natureza, comunidades indígenas e pequenas propriedades camponesas – expulsos novamente da terra.

Além dessa ofensiva via violência e expulsão, os camponeses têm sofrido as duras ações da monopolização do território. A abertura do comércio à importação de produtos a baixo custo tem contribuído para concorrência desleal (VALÉRIO, 2019) com os produtos cultivados nacionalmente cujo preço é reduzido abaixo dos gastos produtivos.

As dificuldades decorrente do reduzido subsídio governamental e a concorrência desleal conduzem muitos camponeses ao endividamento, que para permanecerem na terra têm cedido aos contratos de arrendamentos com as empresas monopolizadoras. E até mesmo, direcionando particularmente suas áreas ao monocultivo, que na maioria das vezes se estabelece pela retração das áreas outrora reservadas à policultura de primeira necessidade. (KUDLAVICZ, 2010, SOUZA, M., 2017) Posteriormente, tanto a produção de arrendo quanto particular é entregue as mesmas empresas monopolistas e/ou

cooperativas integradas aos monopólios mundiais. Consequentemente, esvanece a autonomia camponesa em decidir sobre os processos produtivos e de circulação da sua produção, e são estabelecidos os mecanismos de sujeição da renda camponesa da terra ao capital.

Em síntese, os mecanismos que propiciaram a antidemocratização da terra e do alimento, e respectivamente limites à reprodução do campesinato se revelam como desdobramento nocivo da agricultura e mercado alimentar sob o jugo do capital. No próximo capítulo discutiremos como esses desdobramentos se estabelecem em dimensão territorial.

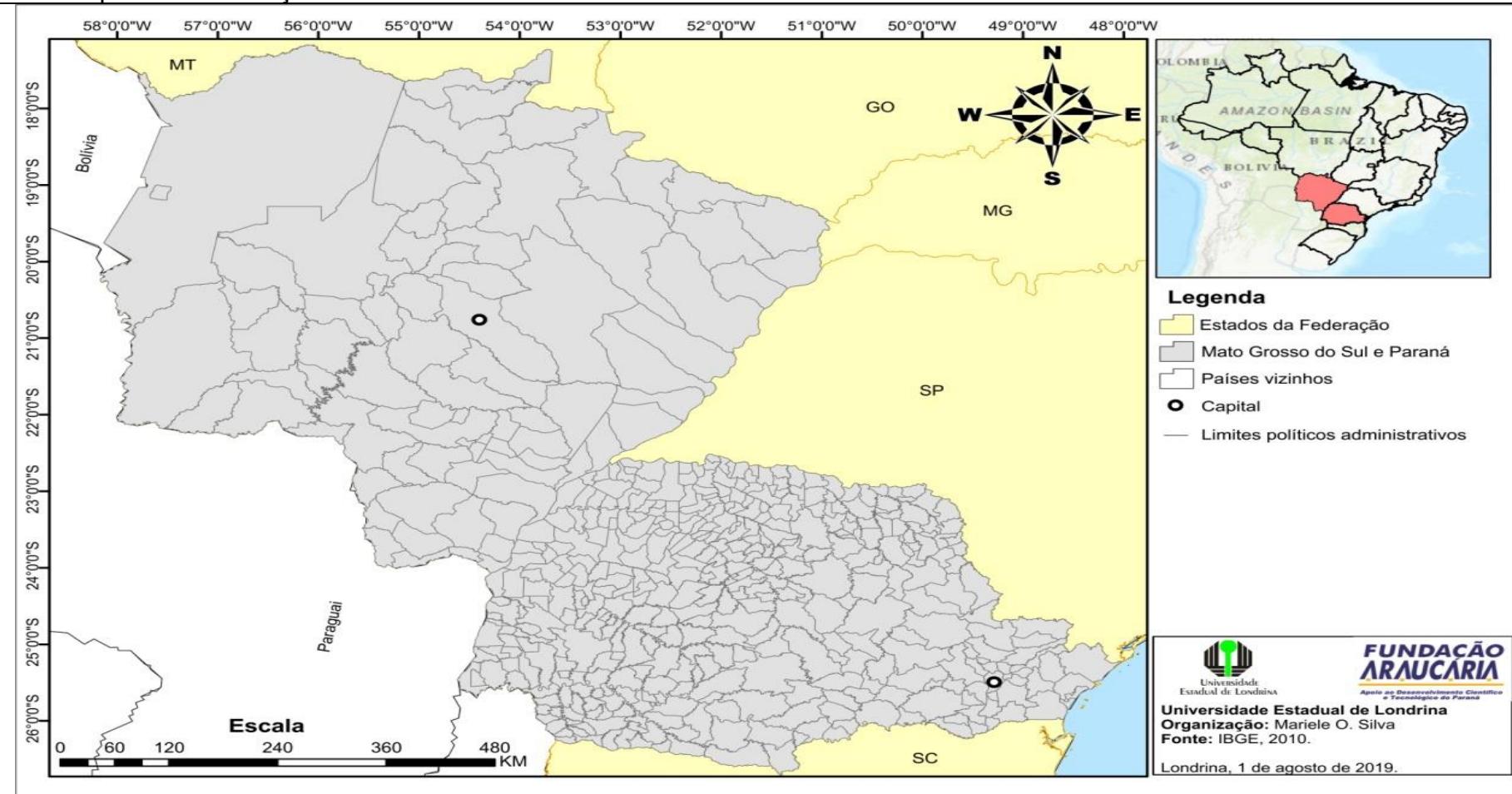
2 MATO GROSSO DO SUL E PARANÁ: CONTRADIÇÕES DA APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA E DA AGRICULTURA MUNDIALIZADA

Como analisamos no capítulo precedente, apesar de a classe camponesa invalidar a assertiva de seu desaparecimento, recriando seu modo de vida na agricultura sob o capitalismo, as formas como a renda da terra e o alimento estão gradativamente subjugados às regras do capital têm agravado a questão agrária e, como parte dela, tem-se procurado esgotar todas as alternativas de reprodução social do campesinato (OLIVEIRA, 2007).

Contudo, ao longo do tempo, também esses camponeses têm superado a interdição e violência que os impedem de acessar a terra, reproduzindo, ainda que precariamente, seu modo de vida com base no trabalho familiar (ALMEIDA, 2006). Dentre as formas de romper a interdição, temos a reivindicação camponesa pela reforma agrária, política que, até o momento, tem contribuído para a territorialização dos camponeses no país, ainda que isso não tenha imposto uma dinâmica estrutural redistributiva das terras.

Nessa perspectiva, é fundamental entendermos que o campesinato brasileiro historicamente se recriou, enfrentando uma estrutura fundiária altamente concentrada, erigida desde a formação do território nacional, com fim único de especular com a terra. Circunstância que, em todas as regiões, impossibilitou à maioria dos camponeses ter sob a sua posse ínfima parcela de terra do quinhão concentrado, a não ser que fosse negociado, particularmente ou pelo Estado, conquantos que fosse o preço de mercado (MARTINS, 1981). O uso e ocupação da terra nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná são exemplos desses processos.

Mapa 2 – Localização dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná.



Fonte: IBGE, (2010).

Tratam-se de unidades federativas reconhecidas nacionalmente como líderes na produção e exportação de produtos primários agrícolas, cuja malha fundiária constitui-se a partir de grandes latifúndios que têm condicionado extensas proporções de terra como reserva de valor, passível de especulação pela compra e venda e, posteriormente, pela territorialização das maiores empresas de capitais nacionais e estrangeiros que atuam nos setores sucroenergético, de carnes, grãos, café e celulose/papel/madeira, com considerável demanda no mercado mundial e, por isso, geradoras de elevada apropriação de renda.

Porém, a territorialização do latifúndio e das empresas não é hegemônica: também nesses estados a resistência camponesa se coloca em movimento de luta contra a cerca do latifúndio e a favor da terra de direito, a partir do assentamento da reforma agrária, onde outras lutas se estendem para melhores condições de reprodução.

As evidências que nos conduziram a tal assertiva foram estudadas e respaldadas em dados neste capítulo.

2.1 USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA DEFINIÇÃO DO AGRÁRIO PARANAENSE E SULMATOGROSSENSE

[...] em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. Essas empresas todo-poderosas, altamente modernizadas, prometem mil empregos, mas ocupam bem poucos braços. Talvez elas bendigam as agências de publicidade e os meios de comunicação que difundem suas mentiras, mas amaldiçoam os camponeses pobres. Os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam. O êxodo rural é a agrária reforma; a reforma agrária ao contrário. Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira (GALEANO, 2010, p. 4).

Vimos que desde o período colonial vários instrumentos legais e ilegais foram fundamentais para apropriação privada da terra em poucas mãos, com exclusão da maioria. Cerne da questão agrária brasileira, que mesmo a

pretensa proposta da Lei de Terras não resolveu o problema, mas o agrava, visto que a cobrança de um tributo para estabelecer a posse da terra foi o primeiro passo para torná-la mercadoria, passível de ser adquirida por aqueles que já tinham o controle dos meios de produção. (MARTINS, 1981).

Segundo Talaska (2016, p. 35-36), a organização do território capitalista brasileiro na República,

[...] em nada alterou a estrutura fundiária [...]. Pelo contrário, a apropriação formal das terras permaneceu a realizar-se pela compra e, paralelamente, por meio da ocupação de terras públicas, de modo, a manter o poder das elites fundiárias brasileiras. [...].

Haja vista que a partir desse momento, além da apropriação e regularização territorial ocorrer mediante interesses econômicos, ela também se baseou em interesses políticos, especialmente quando seu controle foi transferido da União para os estados,

[...] e que estes poderiam distribuir as terras devolutas de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Neste particular, cada Estado tinha a atribuição de desenvolver a sua política de terras, legislando livremente sobre a matéria e transferindo as propriedades fundiárias para quem definissem. Sendo assim, cada Estado deveria regulamentar o acesso às terras públicas que passaram a lhes pertencer, deveriam criar mecanismos para medição, divisão, demarcação, vendas e registros das terras, bem como a legitimação de possíveis posses ou outros tipos de concessões ocorridas no passado. [...]. (TALASKA, 2016, p. 36).

Contudo, localmente as decisões dos representantes políticos eram determinadas pelos os latifundiários donos de terras de café e gado (MORENO, 2007), que na recém República do Brasil fortaleceu ainda mais seu poderio, e ao lado das empresas colonizadoras se beneficiou do controle político para angariar extensas porções de terras no Centro-Oeste e Sul, regiões onde estão localizados os estados aqui estudados, como também no Sudeste. (TALASKA, 2016).

Neste período, a utilização das terras foi alterada em vista do deslocamento espacial do café, a principal lavoura comercial de então. Acontece que, no prelúdio:

[...] do século XIX, o café se localizava no Vale do Paraíba, realizando em seguida os primeiros deslocamentos espaciais da produção para a região oeste da província de São Paulo, através do Vale do Paraíba. Após um período, nos anos 1880 a produção começa a avançar para o Oeste Velho, em direção às regiões que ficaram conhecidas como Mogiana e Paulista. E a partir dos anos de 1910-1920, o café se deslocou em direção ao Oeste Novo, formado pelas regiões Araraquarense, da Alta Sorocabana e, finalmente, da Noroeste. (MARTINS, 2010, p. 105).

Em decorrência dos vultosos débitos contraídos pelos produtores de café, no pós-crise de 1929 muitas fazendas foram perdidas ou vendidas para saldar dívidas. Neste momento, vale destacar os incentivos dados pelo Estado e pelas empresas imobiliárias colonizadoras do Oeste Novo de São Paulo aos imigrantes, com o intuito de formar pequenas propriedades familiares e, simultaneamente, alavancar o preço da terra. Essa situação, aos poucos, permitiu que muitos camponeses colonos comprassem pequenos lotes em áreas de expansão da fronteira agrícola.

[...] Se não tivesse havido a crise, provavelmente a conversão de colonos em proprietários de terra teria tardado, ainda, alguns anos ou, no mínimo, teria sido bem mais lenta. De um lado, os colonos puderam atender sua ânsia pela terra investindo as economias penosamente feitas no colonato. De outro lado, muitos fazendeiros descobriram que poderiam transformar suas terras, diminuídas de preço após a crise, em capital que poderia ser aplicado em outros setores da economia ou que poderia saldar débitos. (MARTINS, 2010, p. 202-203).

Essa formação de pequenas propriedades através dos projetos de colonização liderados por companhias particulares não ficou restrita apenas ao estado de São Paulo. A contar de 1930, houve forte incentivo do estado do Paraná para a ocupação de suas regiões Norte e Oeste, como destaca Girardi (s.d.):

A partir da década de 1920 as porções norte e oeste do estado do Paraná passaram a ser novas regiões da fronteira agropecuária Brasileira. A produção de café foi muito importante na ocupação da região norte do estado. Após ocuparem as terras roxas da região centro-sul do estado de

São Paulo e, em virtude de uma política paulista de taxação de novas plantações de café, os cafeicultores paulistas avançaram em direção ao norte do Paraná nas décadas de 1930 e 1940. O Estado atuou na ocupação do norte e do oeste paranaenses através da concessão e/ou venda de terras para companhias privadas de colonização e pela realização de projetos públicos de colonização. A ocupação foi realizada priorizando a pequena propriedade, com o desenvolvimento de extração florestal, produção de café e produção de alimentos (milho e feijão principalmente) para abastecer o mercado interno brasileiro. A grilagem de terras também foi prática verificada na apropriação da terra. A ocupação contou com contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, paulistas, mineiros e dos estados do Nordeste [...].

Inclusive, esse momento de ocupação marcou o campo paranaense com considerável expressão das pequenas propriedades. Todavia, não podemos deixar de analisar que, antes disso,

[...] a questão agrária no Paraná se explicita imediatamente após sua transformação em Província [1853], na ocasião do desmembramento da Província de São Paulo. Historicamente dominado por enormes latifúndios, construídos às expensas do regulamento sesmarial, os supostos concessionários valeram-se, por longo período, do interesse por arrendamento dessas áreas em função da demanda por erva-mate, espécie nativa e abundante. Esse tipo de monopólio, notadamente calcado em irregularidades, passa a incomodar o poder público estabelecido, além de causar prejuízos na arrecadação de tributos. É o que motiva esforços no sentido de colonizar o estado [...]. (PAULINO, 2006, p. 82).

A autora (2006, p. 82) ainda lembra que a omissão do Estado em cuidar da ordenação fundiária culminou na atuação de destaque das empresas de colonização, estopim para a formação de uma verdadeira indústria de lucro sobre as terras devolutas do Estado. Nesse momento, a “[...] ocupação ficara condicionada ao fator primordial que movia os colonizadores privados: a vantagem econômica nas transações com terras [...]”, mesmo que isso significasse a interminável espera pela valorização ou pela emissão de titulação da mesma parcela de terras a várias pessoas – situação que “[...] implicou o povoamento tardio bem como a constituição de enormes latifúndios e pendências jurídicas, dada a própria conivência dos órgãos que deveriam regulamentar e fiscalizar as ações dessas empresas privadas”.

A. Oliveira (2007, p. 63, grifos do autor) comprehende que é na valorização da terra, que podemos identificar a disparidade entre terra e capital, pois,

[...] a terra não gera lucro, como o faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, **renda capitalizada da terra** e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em **renda capitalizada da terra**, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. É o exemplo das terras sem nenhuma aplicação de capital, e mesmo daquelas que ainda não foram desbravadas e, no entanto, têm um preço. Este preço cabe esclarecer, é resultado da renda que esta terra inexplorada pode vir a dar. [...].

Destarte não interessava as empresas colonizadoras viabilizar a ocupação para que terra cumprisse sua função na agricultura como meio de produção de alimentos à crescente população, mas sim, como meio de produção de capital (MARÉS, 2003) para apropriar-se de maior mais-valia que a sociedade estaria disposta a pagar para que a terra fosse utilizada para garantir a produção de alimentos básicos e/ou *commodities*.

Segundo Girardi (s.d.), outras modificações no campo paranaense aconteceriam entre 1960 e o início dos anos de 1970, com o avanço da tecnificação da agricultura. Neste período, foram desvelados dois processos que marcam o caráter agrário não apenas do Paraná, como do Brasil inteiro: o enrijecimento da concentração fundiária, caracterizado pela formação de grandes latifúndios simultaneamente ao cerceamento da terra ao campesinato; e a concentração do uso graças ao cancelamento dos contratos de parceria e arrendamento dos camponeses cafeicultores estabelecidos em terras de outrem. (PAULINO, 2006). Passamos a entendê-los a seguir.

Vale lembrar que a lavoura de café se caracterizava por ser uma cultura que, tradicionalmente, exigia considerável força de trabalho no trato dos cafezais, situação que possibilitou o acesso do campesinato às terras paranaenses, mesmo que de forma instável, predominantemente pelos contratos de parceria – nos quais os camponeses:

[...] ‘parceiros’, que normalmente trabalham em associações familiares sem mão de obra desconhecida, com base no meeiro, terceiro, quartista etc. [...] No plantio do café o meeiro é o mais comum [...]. A forma de arrendamento ocorre em propriedades pequenas, médias e grandes. Como tempo mínimo de contrato de arrendamento foram fixados três anos, legalmente, a partir de 1966 [...] Em geral o ‘parceiro’ não possui recursos financeiros. O proprietário da terra lhe empresta dinheiro e mercadorias, e com isso ele permanece em dívida, de acordo com a cota de arrendamento. No plantio de café, o ‘parceiro’ é obrigado a cuidar da plantação e realizar a colheita. Utensílios e sementes são disponibilizados para o cultivo de alimentos básicos [...]. (KOHLHEPP, 2014, p. 92-93).

Todavia, quando o café começou a sofrer retração da área nos maiores estados produtores – com destaque para São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo – a partir do projeto de erradicação dos cafeeiros nos anos de 1960, instaurado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) no Paraná (PANAGIDES, 1969), a “[...] maior parte da antiga terra de café foi transformada em pastagens para engorda de gado de corte por conta da situação favorável do preço da carne bovina [...]” (KOHLHEPP, 2014, p. 136).

Subsequente a isso, o camponês paranaense passou a encontrar formas de recriação nas áreas de formação de pastagens, já que ele prepararia o solo para introdução da pecuária em troca do direito de uso da terra, ao mesmo tempo em que se dedicava à roça/horta. A esse respeito, valem as considerações de Paulino (2006, p. 100), quando a autora analisa que:

Com relação aos padrões observados na substituição dos cafezais [...] nota-se que, nas áreas onde foi privilegiada a implantação da pecuária, os estabelecimentos menores não só pereceram em função do pressuposto que essa atividade requer áreas mais extensas, mas, primordialmente, em função da lógica de implantação da atividade, baseada na cessão temporária da terra em troca da formação das pastagens. Em outras palavras, a pulverização no uso da terra foi bastante intensa no período que antecedeu a consolidação da pecuária, em face da estratégia adotada pelos proprietários para obter a formação praticamente gratuita das pastagens, em troca do direito de os camponeses sem terra explorarem-na por um determinado período.

Por outro lado, entre as lavouras que substituíram os antigos cafezais no Paraná, destacaram-se o milho, o algodão, o arroz, o feijão e a soja.

Analisando os estudos de Carvalho (1999, p. 140) entre os anos de 1966 e 1968, é possível verificar sua espacialização na região do Norte Velho e parte do Norte Novo.

Quadro 2 – Cultivos de lavouras Norte Velho e Norte Novo, Paraná – 1966 e 1968.

Cultivos	Norte Velho	Norte Novo
Milho	60.838 hectares (54%)	35.597 hectares (35%)
Algodão	15.209 hectares (13%)	21.759 hectares (22%)
Arroz	12.434 hectares (11%)	---
Soja	---	11.806 hectares (12%)

Fonte: CARVALHO, (1999) Organização dos dados: autora.

Kohlhepp (2014) ressalta que parte daqueles camponeses que tiveram o acesso à terra interrompido em decorrência da eliminação dos cafezais conseguiu se recriar no interior das culturas menos mecanizadas juntamente com seu grupo familiar. A respeito dessa saída, tanto do camponês arrendatário quanto do camponês ocupante, são cabíveis as considerações de Paulino (2006, p. 101), quando enfatiza que:

[...] a classe camponesa, por vezes, se reproduz à revelia da apropriação capitalista da terra, seja com a recusa em pagar renda, ignorando o peso da propriedade privada, seja submetendo-se ao pagamento da renda para assegurar a sua autonomia [...].

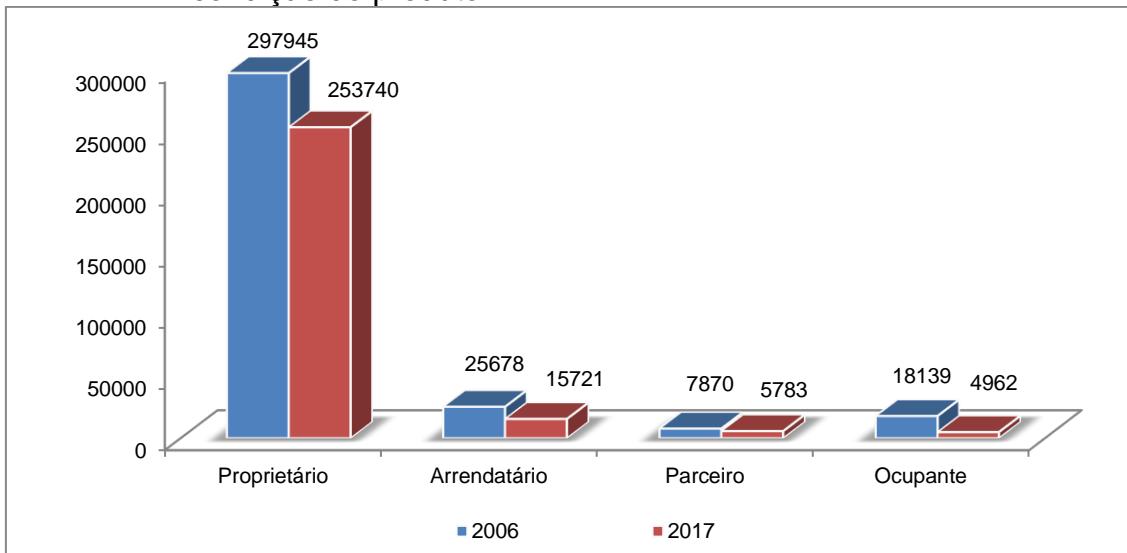
Todavia, além de evidenciar a permanência do campesinato no campo paranaense, essa recriação igualmente nos mostra que, na tecnificação, ainda houve a continuidade do lado perverso da agricultura capitalista – a supressão das terras camponesas, uma vez que,

[...] [à] medida que as pastagens formadas foram se expandindo, as áreas disponíveis para tal prática [camponeses sem terra explorarem a terra e formarem os pastos] foram se tornando mais escassas, até o ciclo de formação se fechar. A partir de então, esses trabalhadores viram limitadas ao extremo as condições de reprodução autônoma na região. O mesmo se aplica àqueles que atuavam como parceiros nos cafezais que foram substituídos pelas lavouras mecanizadas, com baixíssima utilização da mão de obra. Assim, o alijamento da terra impôs a migração em massa desses trabalhadores, seja em direção às cidades, seja em direção à Amazônia, notadamente ao estado de Rondônia que, naquele momento,

apresentava-se como saída para os excluídos das terras paranaenses [...]. (PAULINO, 2006, p. 101).

Disso resulta o movimento de concentração do uso com a manutenção da grande propriedade que não ficou restrito apenas aos anos 1970, mas ainda é realidade no campo paranaense até os dias atuais. Podemos constatá-lo nos dados do Censo Agropecuário referente ao período de 2006 a 2017, no gráfico 1: todas as categorias sofreram redução; todavia, os ocupantes e arrendatários foram os mais impactados com as transformações no campo paranaense.

Gráfico 1 – Variação no número de estabelecimentos no Paraná segundo a condição do produtor.



Fonte: Censo Agropecuário, (2006 e 2017). (IBGE) Organização dos dados: autora.

No gráfico organizado a partir dos dados do IBGE, revela-se que aquele campesinato que conseguia acessar a terra de maneira precária agora sequer consegue permanecer ou entrar nela, uma vez que aproximadamente 23.134 estabelecimentos a cargo de ocupantes ou arrendatários desapareceram num período de dez anos. Outro dado que chama a atenção é a categoria proprietário, afetada no período pela redução de 44.205 estabelecimentos.

Na tabela 5, percebemos que entre os Censos de 2006 e 2017 houve nítida redução tanto no número quanto na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no estado. Os mais atingidos foram os pequenos estabelecimentos.

Isto porque no Censo de 2006 o grupo de área com menos de 50 ha, que no estado define os estabelecimentos pequenos⁸, estava representado por 313.623 estabelecimentos – ao passo que no último levantamento 54.428 deles desapareceram. Isso impactou diretamente a área média do grupo, que recuou de 13 para 12 hectares. A redução também atingiu os estabelecimentos integrantes dos grupos de 200 ha a menos de 1000 ha – que registraram redução de 8%, tanto no número de estabelecimentos quanto na área ocupada.

Paradoxalmente, no grupo de área acima de 1000 ha, entre 2006 e 2017, houve ganho territorial. Nota-se que esse grupo apresenta aumento de 30% no número de estabelecimentos – tendo sido acrescentados mais 745.316 hectares aos seus domínios, chegando a uma área média de 2.407 hectares por estabelecimento. Como visto, eles não são maioria no estado, no fechamento do levantamento de 2017 aparecem representados por 0,5% dos estabelecimentos, mas controlando o equivalente a 26% dos hectares ocupados pela agricultura no Paraná.

Tabela 5 – Aumento da concentração fundiária no Paraná.

Grupos de área total	2006				2017			
	Nº estab.	%	Área estab	%	Nº estab	%	Área estab	%
Menos de 50 ha	313.623	85,5	3.947.306	25,6	259.195	84,9	3.220.614	21,8
50 a menos de 200 ha	34.667	9,3	3.298.003	21,4	31.767	10,4	3.056.471	20,7
200 a menos de 1000 ha	12.732	3,4	5.095.988	33,1	11.682	3,8	4.669.079	31,7
Acima de 1000 ha	1.209	0,3	3.050.485	19,8	1.577	0,5	3.795.801	25,7
Sem área	8.832	2,4	- -	- -	933	0,3	- -	- -
Total	371.063		15.391.782		305.154		14.741.965	

Fonte: Censo Agropecuário (2006 e 2017). (IBGE) Organização dos dados: autora.

O movimento ascendente de concentração fundiária fica mais evidente ao ampliarmos o recorte temporal para aproximadamente duas décadas, valendo-nos dos intervalos censitários. Ao tomar os dados do Censo de 1995/1996, conforme o gráfico 2, a seguir, verifica-se o aprofundamento das assimetrias fundiárias no Paraná.

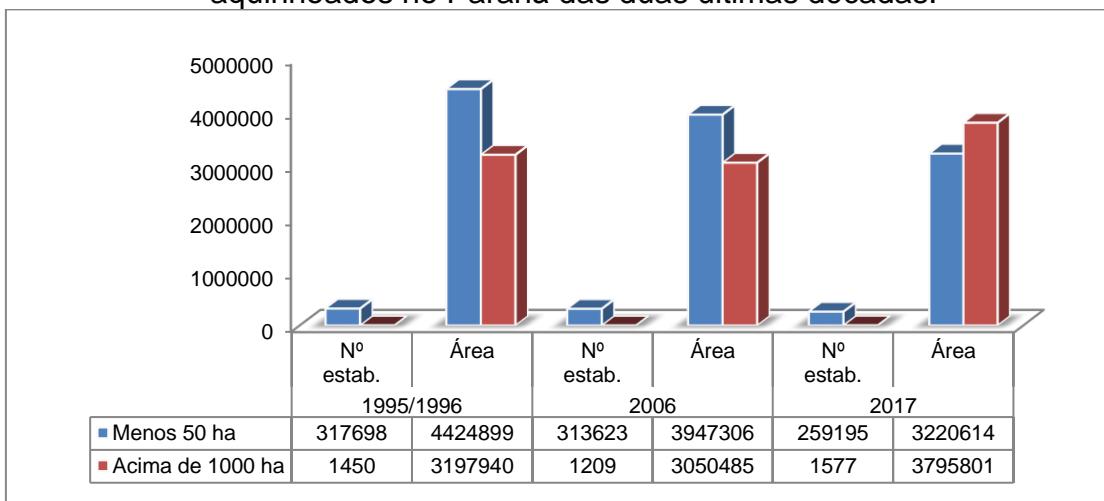
⁸ Ressaltamos que devido a diferença do tamanho do módulo fiscal de cada estado, os grupos de áreas com menos de 50 a menos de 200 ha podem ser considerados médios estabelecimentos no Paraná, mas, podem ser pequenos no Mato Grosso do Sul. Optamos no decorrer do estudo analisar: os grupos de área com menos de 50 ha por classificação de estabelecimentos pequenos no Paraná, e os grupos de área com menos de 200 ha por classificação de estabelecimentos pequenos no Mato Grosso do Sul.

A fração territorial corresponde ao conjunto dos estabelecimentos com até 50 hectares que, seguramente, permite incluir todas as unidades produtivas da agricultura familiar nos termos da Lei 11.326/2006, foi amputada em mais de 1,2 milhões de hectares, o que significa uma perda territorial superior a 27%. Além disso, em termos estatísticos, houve uma redução do seu tamanho médio, que caiu de 13,9 para 12,4 hectares, ou seja, as unidades camponesas encolheram quase 11% em 22 anos.

Por sua vez, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, onde se encaixam todos os latifúndios, sejam eles produtivos ou improdutivos (FONSECA, 2019), engordaram com uma fração adicional média de 201,5 hectares. Objetivamente, era em cada um deles que cabiam cerca de 20 unidades familiares que deixaram de existir.

Nos termos do regramento constitucional em vigor, o marasmo jurídico que torna a Constituição uma figura de retórica quando se trata de aplicá-la aos poderosos, pois somente isso explica uma dinâmica tão nociva primeiro aos camponeses e, segundo, à sociedade de uma maneira geral, dado que terra é irreprodutível e indispensável à vida em todas as suas manifestações. Ao aumentar sua fração privada na divisão da superfície, aumentaram seu poder de dispor da biosfera, pois a propriedade privada da terra institui o direito factual de seus detentores disporem não apenas do solo, mas da biosfera. (PAULINO, 2017).

Gráfico 2 – Menos terras para os camponeses e mais terras para os aquinhoados no Paraná das duas últimas décadas.



Fonte: Censo Agropecuário, (1995/1996, 2006 e 2017) (IBGE).
Organização dos dados: autora.

Uma apuração focada nos dados do último intervalo censitário mostra que a soma da área declarada dos estabelecimentos em 2006 representava 77% da área dos 19.930.524 hectares do estado, dos quais 20% da área correspondia aos estabelecimentos com menos de 50 ha e 15% aos com mais de 1000 ha. Já no Censo de 2017, a área declarada caiu para 74% da extensão territorial do estado, onde os grandes declararam possuir 19% da fração apurada e os pequenos 16% dela. Considerando que superfície terrestre não desaparece e que não houve nenhum processo de destinação de imóveis privados ao patrimônio público, confirma-se mais uma vez a fraude declaratória (PAULINO, 2017). Senão como explicar o sumiço de 649.817 hectares, ou 3,2% do estado do Paraná?

Guardadas as especificidades, as dinâmicas agrárias envolvidas nesses números são extensivas ao Mato Grosso do Sul, onde a divisão desproporcional da terra é ainda mais exacerbada, face ao histórico do processo de uso e ocupação das terras no estado, conforme explica Girardi (s.d.):

No início da década de 1970 o Centro-Oeste brasileiro (região dos cerrados) e a região amazônica passaram a ser a nova fronteira agropecuária brasileira. Configurada até então pela baixa densidade de ocupação e grande disponibilidade de terras, a região passou a receber os contingentes de camponeses expropriados de outras regiões e, ao mesmo tempo, o investimento de capitais produtivos e especulativos. O Estado teve papel determinante na definição desta nova fronteira agropecuária, ainda em expansão atualmente. A ocupação dessas novas áreas de fronteira ocorreu a partir de projetos de colonização públicos e privados em uma parceria entre Estado e capital. Grandes porções de terras foram vendidas a preços irrisórios ou doadas a empresas privadas para o estabelecimento dos projetos de colonização ou extrativismo florestal e mineral [...].

Apesar do adjetivo “espaços vazios” ou, como destaca Girardi, região com baixa densidade de ocupação, o Centro-Oeste e a Amazônia já contavam com a ocupação humana diversificada, especialmente por grupos indígenas, como indicam os estudos de M. C. Borges (2017) a respeito da presença dos

povos Cayapó em aldeamento de Sant' Anna do Paranahyba, situado em região característica do Território do Bolsão.

Analisando as correspondências oficiais de presidente e vice da Província de Mato Grosso, a autora evidencia como as autoridades locais buscavam estabelecer relação harmoniosa com os Cayapó, a quem cabia, tanto abastecer as “[...] edificações de defesa das fronteiras e para sustentar os projetos de ‘civilização e catequese’ [...]” a partir da produção de roças, quanto serviam como bússola a guiar “[...] na perseguição a escravizados fugitivos [...]” (BORGES, M. C., 2017, p. 110).

Na porção Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, além dos grupos indígenas, havia uma miríade de ocupações em vista da atividade econômica que a incorporou às dinâmicas econômicas na fronteira: desde 1880 houve um fluxo de pessoas trabalhando na exploração erva-teira, liderada pela Companhia Matte Laranjeira. Empresa que segundo Fabrini (2019, p. 149) demarca o caráter histórico da apropriação concentrada da terra no Sul de Mato Grosso, quando adquiri concessões sucessivas de arrendamento que totalizam aproximadamente a um milhão de hectares.

Além disso, entre 1895 e 1920, a Serra do Amambaí foi destino certo para imigrantes rio-grandenses, tanto os que fugiram da Revolução Federalista (1893-1895) quanto os que vieram atraídos pela possibilidade de empreenderem a atividade pecuária ou erva-teira. Aliás, essas atividades têm considerável participação na formação da estrutura fundiária no Mato Grosso do Sul, a saber.

Primeiramente, quanto à região que, após outubro de 1977, seria transformada no estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1930 o uso e a ocupação das terras foram consideravelmente marcados pelo programa “Marcha para o Oeste” do governo Vargas. Considerando que, naquela ocasião, o estado de Mato Grosso não dispunha de um sistema de colonização, duas propostas entraram em discussão: aquela que defendia a colonização por meio de concessões a empresas privadas, tal qual ocorreu no Paraná e a que mantinha o Estado como protagonista na gestão do seu quinhão territorial, a quem caberia promover a transferência das terras devolutas a quem quer que fosse.

Prevaleceu a segunda alternativa, pois a partir dos anos 1940, o programa de Vargas iniciou a organização dos núcleos-colônias, que deveriam ser constituídos por propriedades com até 30 hectares. Em 1943, na região Sul do Mato Grosso foi instituído o Território Federal de Ponta Porã pelo Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, abrangendo Ponta Porã (ainda capital), Porto Murtinho, Bela Vista, Bonito, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju. (SANTOS, 2018).

No mês de janeiro de 1944, foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), através do Decreto Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, que “[...] estabelecia a demarcação de 300 mil hectares no território do município de Dourados localizado, na época, no Território Federal de Ponta Porã” (SALES, 2011, s. n.). Fabrini (2019, p. 147-148) ressalta ainda que,

As frentes de ocupação, movidas pela incorporação de novas terras à acumulação capitalista, sobretudo rentista, acarretaram na migração de famílias camponesas que se tornavam pequenas proprietárias nos projetos de colonização. Assim, a partir desses projetos, emergiu um camponês incluído, mas subordinado, inicialmente ao próprio processo de apropriação e exploração capitalista da terra e posteriormente subordinado às empresas de agronegócio. A apropriação e exploração capitalista da terra trouxe também um grande número de trabalhadores despossuídos que serviam de mão de obra nas atividades de derrubada de matas, formação de pastagens, madeireira, dentre outras. O escasseamento de florestas e a intensificação da atividade pecuária implicaram na expulsão de muitas famílias que trabalhavam principalmente nessas atividades de derrubada das matas, formação de pastagens madeireiras.

Projetos que compreendiam uma investida de Vargas para a fixação dos colonos gaúchos e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da então Companhia Matte Laranjeira, que monopolizava grandes extensões de terra e bloqueava sua distribuição para a implantação das colônias. Recordamos que a Companhia, fruto de uma benesse territorial promovida pelo próprio Estado, entre 1880 e 1940 exercia tal poder que cabia a ela fazer concessões de uso de qualquer natureza, a exemplo do arrendamento para exploração de ervais (ABUTAKKA, 2006).

Ora, não é difícil avaliar-se a forma pela qual a Matte Laranjeira fora se transformando de arrendatária, em proprietária, de direito e de fato, das terras arrendadas. Um Estado como Mato Grosso, quase sempre em dificuldades financeiras, encontrava na Matte uma forma de sair delas ou pelo menos de atenuá-la e a Companhia por sua vez, como empresa particular, tratava de procurar os meios que lhe garantissem o retorno dos investimentos [arrendamento de terras]. (BIANCHINI, 2000, p. 145).

Neste período, enquanto a lavoura de café foi o que oportunizou o acesso precário aos camponeses cultivadores no Paraná, para Bianchini (2000, p. 248), no Sul de Mato Grosso, foram os ervais. No entanto, a autora recorda que a exploração da erva-mate não era a única atividade desenvolvida na região; simultaneamente, havia a criação do gado, que avançava à medida que se esgotavam as matas de ervais.

[...] Observou-se também a enorme extensão de terras ocupadas por pastos, a existência de poucas áreas dedicadas a lavoura e, por outro lado, muitas terras inexploradas e improdutivas, chegando-se à conclusão de que os discursos dos governantes no sentido de atrair braços para ocupar a terra eram vazios, não havendo um interesse efetivo em fixar o homem à terra. Por outro lado, notou-se também que a exploração ervateira, da forma em que era realizada, acabou cedendo espaço à pecuária extensiva. [...].

Entretanto, a ação monopolizadora da Companhia era vista como obstáculo pelos latifundiários capitalistas envolvidos com a pecuária, pois seu controle sobre as terras do Estado tolhia os pecuaristas da livre incorporação de domínios onde estavam localizados os ervais. (AMARAL, 2014).

Mesmo gigantesco, o bloqueio era pontual, de modo que os latifundiários acabaram por se apropriar de extensas porções de terra pública localizadas em outras regiões do estado. Como exemplo podemos citar o processo de grilagem realizado por Protázio Garcia Leal e Antônio Trajano dos Santos que se fixaram às margens do Rio Verde, localizada na porção leste do Sul de Mato Grosso, simultaneamente à instalação das linhas férreas da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava Campo Grande (MT) a Bauru (SP).

Em relação a legalidade da posse, a família Garcia Leal, ao se apropriar das terras, distribuía-as, por meio de venda ou doação, entre seus familiares e amigos, entretanto não cabia a eles venderem ou doarem, uma vez que as terras eram públicas, deveriam tê-las comprado do Estado, sendo que, após 1850, estava em vigor a Lei nº. 601 de 1850, a Lei de Terras. Contudo, não constam registros de compra dessas terras. [...] Antônio Trajano dos Santos e Luís Correa Neves Filho foram outros migrantes a ocuparem a região no entorno do atual município de Três Lagoas, se apropriando das terras. Antônio Trajano dos Santos se instalou na área entre o Ribeirão Palmito e o Rio Sucuriú, a qual chamou de Fazenda das Alagoas. Luís Correa Neves Filho se instalou nas proximidades do Ribeirão Beltrão, ao norte do Rio Sucuriú. (LEONARDO, 2020, p. 128).

Segundo Fabrini (2008, p. 60-61), esses latifundiários foram atraídos para a região depois que a “[...] República transferiu o poder sobre as terras para as oligarquias regionais, que passam a decidir sobre a sua propriedade dentro do domínio estadual [...]. Circunstância que, no leste do Sul de Mato Grosso, “[...] contribuiu para a transferência das terras devolutas do Estado através da venda e arrendamento a grandes fazendeiros e empresas capitalistas que atuavam no setor”.

A criação da Colônia CAND e do Território de Ponta Porã serviu como atrativo para a segunda onda de migração, intensificada particularmente a partir de 1950 e 1960, agora formada por paulistas e paranaenses envolvidos com a pecuária nas bordas dos ervais. Isso acabou ocasionando o desmantelamento da Companhia Matte Laranjeira.

Apesar de o projeto das colônias visar à formação de pequenas propriedades, na porção leste favoreceu a permanência dos grilos convertidos em grandes propriedades via pecuária extensiva. O trunfo da monopolização das terras sul-mato-grossenses se explica em vista do controle tanto político quanto econômico das oligarquias latifundiárias, ou seja, quem coordenava a política de colonização eram os próprios latifundiários. Fatores determinantes ao marco histórico da expressão: *vocação pecuária*, característica da região até meados de 2006. (SILVA, M. O., 2014).

Não por acaso, a recriação do campesinato deu-se nos interstícios dos latifúndios do gado, até porque eles foram os responsáveis pela derrubada da mata e formação de pastagens. Tanto quanto no Paraná, uma vez finalizadas

essas atividades, os espaços abertos eram direcionados à criação do gado bovino e ao grupo familiar restava seguir sua jornada em busca de outras terras. Com isso, não se permitia nem a fixação, nem o acesso do camponês à terra.

[Isso] acabou trazendo a necessidade da reprodução camponesa, sem permitir, no entanto, o acesso à terra, já que os trabalhadores não eram proprietários, mas sim, ‘peões’ e famílias de arrendatários que tiveram acesso periódico à terra, devido à sua condição de não proprietários. (FABRINI, 2008, p. 70).

A expansão da tecnificação da agricultura a partir da implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1974, perturbou profundamente essa lógica, pois alavancou a lavoura de soja e intensificou ainda mais a pecuária no estado. Dentre os programas criados pelo governo para impulsionar o desenvolvimento almejado podemos citar: o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), de 1974; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), de 1975; o Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), de 1976; e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Procentro), de 1985.

Na prática, eles repercutiram no aumento da fúria açambarcadora dos latifundiários capitalistas que, aos poucos, foram acabando com os tratos de permissão do uso da terra pelos camponeses nos moldes anteriormente mencionados.

“[O II PND] de modo geral, levou à expulsão do pequeno proprietário, também contribuiu para o surgimento de trabalhadores despossuídos na região, mas de forma secundária” (FABRINI, 2008, p. 71), já que, na sua execução houve o agravamento do “[...] processo de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários [...]” (CORRÊA, 2006, p. 72), em detrimento até mesmo do acesso precário do campesinato à terra.

Almeida (2006, p. 122) relata que a “[...] situação de monopólio da terra e do poder político no Mato Grosso do Sul [...]” exercido pelos latifundiários capitalistas passou a ser “[...] questionada de forma mais explícita no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, pelo movimento dos arrendatários do sul do Estado”. Inicialmente, os confrontamentos ocorriam entre os camponeses

arrendatários e os fazendeiros, devido “[...] ao rompimento do contrato de arrendamento das fazendas [...]”, mas também se mesclavam com “[...] um movimento de reivindicação de terras pela reforma agrária por parte do sindicato dos trabalhadores rurais”.

No entanto, isso não foi suficiente para interromper a progressão da concentração fundiária com amplo bloqueio à recriação do campesinato no estado de Mato Grosso do Sul, a julgar pelos dados do Censo de 2017.

Malgrado a inconsistência entre autodeclaração e dinâmicas fundiárias objetivamente possíveis, pois a área declarada dos estabelecimentos aumentou entre 2006 e 2017, sem nenhuma transferência efetiva de terras públicas para o patrimônio privado, 77% dos 30.549.180 hectares declarados se mantiveram concentrados no grupo de área acima de 1.000 ha, representado por menos de 10% dos estabelecimentos, enquanto 75% estabelecimentos com dimensões inferiores a 200 ha ocupavam apenas 5% do total declarado, conforme mostra a tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Aumento da concentração fundiária no Mato Grosso do Sul.

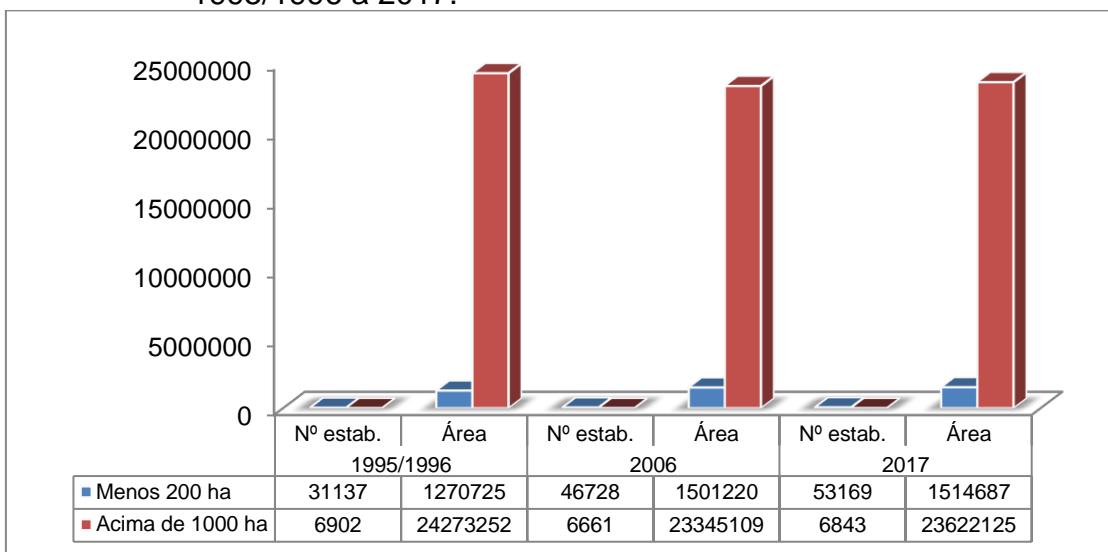
Grupos de área total	Mato Grosso do Sul				2017			
	2006		2017		Nº estab.	%	Área estab	%
Menos de 200 ha	46.728	72,0	1.501.220	5,0	53.169	74,7	1.514.687	5,0
200 a menos de 1000 ha	11.175	17,2	5.428.648	17,9	10.950	15,4	5.412.368	17,7
Acima de 1000 ha	6.661	10,3	23.345.109	77,1	6.843	9,6	23.622.125	77,3
Sem área	300	0,5	--	--	202	0,3	--	--
Total	64.864		30.274.977		71.164		30.549.180	

Fonte: Censo Agropecuário, (2006 e 2017) (IBGE) Organização dos dados: autora.

Embora no grupo dos menores estabelecimentos tenha sido registrado tanto um aumento numérico quanto em extensão, isso não reflete uma dinâmica de desconcentração fundiária. Pelo contrário, é revelador do processo de concentração, pois considerados individualmente, em média perderam aproximadamente quatro hectares em apenas 10 anos, caindo de 32 para 28 hectares. Por sua vez, mesmo tendo havido uma perda proporcional de apenas 1,5% na área média dos maiores estabelecimentos, foram registrados 182 novos estabelecimentos nesse estrato. Juntos, passaram aos seus domínios mais de 628.000 hectares. Isso corresponde a uma fração de superfície capaz de acolher 22.060 estabelecimentos pequenos, o que poderia parecer pouco, caso se desconsidere que esse número corresponde a 41,5% da participação dos pequenos estabelecimentos registrada na estrutura fundiária do estado.

A perda progressiva da capacidade de disputar as condições mínimas para manter a eficiência produtiva está explícita quando se amplia o recorte temporal pois, como pondera Paulino (2018), isso depende primordialmente da fração de solo disponível para cultivar. Indo até os dados do Censo de 1995/1996, chega-se a uma variação menor no tamanho médio dos pequenos estabelecimentos de mais de 30%, ou 12,3 hectares em média por estabelecimento, conforme se pode depreender do gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Evolução da estrutura fundiária – Mato Grosso do Sul – 1995/1996 a 2017.



Fonte: Censo Agropecuário, (1995/1996, 2006 e 2017) (IBGE).

Organização dos dados: autora.

O fato é que malgrado a enorme importância da política de assentamentos, revelada no aumento numérico dos pequenos estabelecimentos, isso não foi suficiente para impor uma dinâmica redistributiva das terras no estado. O último levantamento censitário registrou a existência de 3.452 hectares de área média em cada um dos grandes estabelecimentos, o que significa que 77% da área agrícola declarada em Mato Grosso do Sul está absolutamente monopolizada, pois em dimensões médias, são 121 vezes maior do que os estabelecimentos de nada menos que 90% das unidades produtivas do estado. Situação não muito distinta ficou revelada em análises da estrutura fundiária de Mato Grosso⁹ (PAULINO, 2015a), onde originalmente

⁹ No dia 11 de outubro de 1977, Mato Grosso foi dividido: no extremo sul, foi implantado um novo estado, denominado Mato Grosso do Sul.

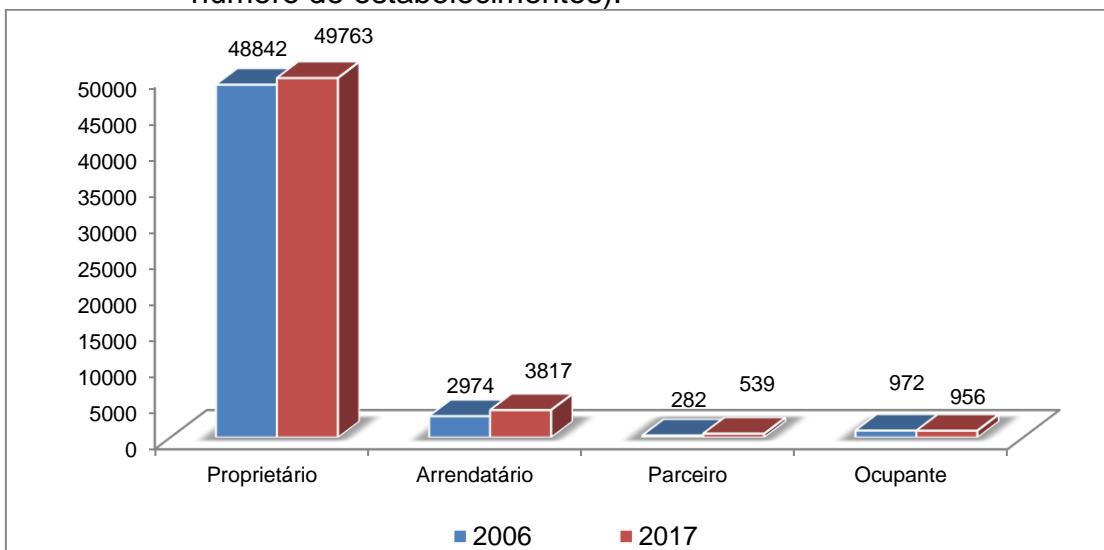
repousam as determinações agora expressas nessa porção do território brasileiro.

Com isso, não se quer sinalizar a aquiescência à premissa clássica que povoou os estudos agrários desde o século XIX de que o destino do campesinato seria, inexoravelmente o da proletarização, temática devidamente confrontada por Chayanov (1974), Shanin (2008), Almeida (2006), Fernandes (2000), Marques (2008), Paulino (2006), dentre outros.

O comportamento do uso e da ocupação de terras em Mato Grosso do Sul preserva o caráter da estrutura fundiária incansavelmente denunciada por Ariovaldo Oliveira em diversas publicações que lhe permitiram afiançar a premissa de que no Brasil há *muitos com pouco e poucos com muito*, dadas as barreiras criadas para a reprodução do campesinato.

Não obstante, formas de acessar a terra de trabalho precariamente estão entre as manifestações de resiliência dessa classe e isso ainda é um expediente identificado em Mato Grosso do Sul, a julgar pelos dados do gráfico 4, a seguir, onde verifica-se que o número de estabelecimentos ocupados por arrendatários aumentou 28%, enquanto aqueles ocupados por parceiros quase dobrou.

Gráfico 4 – Condição do produtor – Mato Grosso do Sul – 2006 a 2017 (em número de estabelecimentos).



Fonte: Censo Agropecuário, (2006 e 2017) (IBGE) Organização dos dados: autora.

Cabe destacar que no período houve redução no número de estabelecimentos cujos entrevistados alegaram ser ocupantes, sendo que ela ocorreu particularmente dentre os estabelecimentos menores. Ocorre que segundo a metodologia do Censo, na categoria ocupantes estão inseridos os camponeses provenientes dos projetos de reforma agrária.

Ademais, a relação de arrendamento não se restringe apenas aos camponeses, sendo também característica dos latifundiários capitalistas, pois em 2017 cerca de 43% dos arrendatários detinham estabelecimentos com mais de 200 hectares.

Ao estudar a região Leste do estado, Kudlavicz (2010) entende que um dos estopins do aumento dos grandes arrendamentos é o direcionamento de terras antes reservadas para a pecuária bovina à ampliação do monocultivo de eucalipto, que avança na região desde 2006. Para isso foi determinante a chegada da Fibria Celulose e Papel, atualmente Suzano Sociedade Anônima (S/A) e, em 2012, a instalação da Eldorado Brasil, duas empresas que na atualidade dominam o setor de celulose e papel no país.

No estado do Paraná, embora os estabelecimentos pequenos predominem nas relações de arrendamento, em 2017 registrou-se que 21% dos estabelecimentos nessa condição controlavam áreas superiores a 50 ha. Esta situação foi constatada por Souza (2017), que analisou a disputa territorial entre grãos e cana-de-açúcar no seio do processo de territorialização do setor sucroenergético no estado. E que segundo ele tornou a estrutura fundiária do estado “[...] cada vez mais concentrada, sendo caracterizada pela diminuição considerável dos pequenos estabelecimentos [...]”.

Os estudos de Kudlavicz (2010) e Souza (2017) expõem os desdobramentos do processo de territorialização do monopólio de celulose/papel/madeira e sucroenergético, em que as empresas mundiais envolvidas, seja pela compra da terra, seja pelo contrato de arrendamento, “[...] atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura)”. Aqui, também se revela a unificação do pacto entre as classes de latifundiários e capitalistas, pois “[...] o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física ou jurídica” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 127).

Segundo Souza (2017, p.139), não se pode esquecer que esta territorialização também ocorre em disputas entre os próprios setores, pois, como “[...] dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço, ganha esta disputa a cultura que proporcionar maior renda territorial” prevalece aquela cujo domínio possui lastro duradouro, ou seja, legítimo ou forjado, é o título de propriedade que define a questão.

Desta forma, soja e milho são culturas decisivas para o atual cenário agrário nos estados, desde que passaram à condição de *commodities*.

Tais condições fazem convergir os interesses dos latifundiários capitalistas e dos capitalistas da indústria de alimentos, reforçando a aliança de classe expressa em unidade política e firmeza ideológica na defesa do sistema alimentar em questão. Para A. Oliveira (2016), é na estruturação desses controles e parcerias que temos a *monopolização do território* na agricultura.

Ação executada por empresas/indústrias capitalistas que não estejam necessariamente instaladas no campo, mas que conseguem dominar grande parte da comercialização/processamento da produção agropecuária da localidade que estiverem e tem como fio condutor a circulação, ditando o consumo e comandando a produção.

Em decorrência dessa estruturação, o mercado vai ficando restrito a poucas culturas, razão pela qual as áreas direcionadas à policultura também são duramente afetadas.

Desta forma, partimos da premissa de que tanto a territorialização do monopólio como a monopolização do território na agricultura são processos que impactam as áreas policultoras do Mato Grosso do Sul e do Paraná, pois “[...] isso está igualmente relacionado às duas lógicas dominantes, a do padrão de racionalidade atrelado ao modelo tecnicista da agricultura mercantil de larga escala e a da propriedade especulativa da terra” (PAULINO, 2006, p. 102).

2.2 ROMPENDO O LIMITE DA TERRA CERCADA: PRESENÇA E LUTA DO CAMPESINATO EM MATO GROSSO DO SUL E PARANÁ

Falar a respeito da recriação do campesinato na agricultura de Mato Grosso do Sul e Paraná, face ao projeto de paralisia da política de assentamentos, ultrapassa nosso ofício enquanto pesquisadores, e transcende

para o nosso compromisso com a justiça social, tão necessária em tempos de ações autoritárias e discriminatórias que se utilizam da instabilidade política e econômica para, sem demora, rapinarem nossos direitos humanos e democráticos.

Inclusive, é neste momento de instabilidade que acompanhamos no país a proliferação da criminalização da luta pela terra e a marginalização de camponesas e camponeses assentados, através da aplicação de uma política de reforma agrária fadada ao fracasso. Ora justificada pelo fato de não haver mais necessidade dessa política, já que os problemas fundiários foram solucionados no pré-lúdio dos anos de 1970, ora porque os assentamentos implantados até o momento precisam passar por uma reformulação, em vista de eliminar as pessoas que não apresentam predisposição para agricultura. Tal assertiva é defendida por autores como Graziano Neto (2004) e Abramovay (1997), que, apoiados na extinção do campesinato, compreendem que: “[...] a generalização das relações tipicamente capitalistas no campo se realizaria através da modernização dos latifúndios e da transformação dos camponeses em proletários ou pequenos capitalistas agrários” (TALASKA, 2016, p. 13).

Essas alegações nos conduzem a questionar qual o real motivo que tem colocado os movimentos sociais em marcha de luta pela terra, e para nela permanecerem, de norte a sul do país, inclusive nos estados aqui estudados? Para auxiliar-nos a pensar possíveis respostas para essa indagação, vale destacar alguns fatores que respaldam esta pesquisa e despretensiosamente estão discorridos mais detalhadamente ao longo deste trabalho.

Entre os principais fatores, temos a desigual distribuição da terra, posicionando o Brasil entre os países com maior concentração fundiária do mundo. Essa concentração é alicerçada a partir da propriedade privada da terra, que, no Brasil, diferentemente de outros lugares do mundo, serviu como pedra fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

É, pois, na permanência da estrutura fundiária altamente concentrada sobre os preceitos da grande propriedade capitalista, e a pressão dos latifundiários capitalistas sobre os camponeses, que, concomitante à instalação de empresas agroindustriais, na chamada tecnificação do campo, floresceram movimentos sociais de luta pela terra, com destaque para o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conduz, em nível nacional, a segunda reivindicação camponesa pela reforma agrária.

Nos anos 1980, o MST fez ecoar o lema - *ocupar, resistir e produzir*. Nacionalmente, as ocupações representaram o rompimento do silêncio contra a tática do Estado de criar assentamentos mais para mitigar os conflitos do que para realizar a distribuição justa da terra.

Elas correspondem às últimas alternativas para aqueles que esgotaram todos os meios legais de reivindicação. Estas milhares de famílias evolvidas revelam no seu rosto um imenso sofrimento, ora vivendo em assentamentos precários – tipo campos de concentração, ora submetidos a condições sub-humanas como boias-frias na Bahia e no Paraná, ora humilhada pela polícia e provocadas pela UDR [União Democrática Ruralista]. Para elas o discurso oficial transmite apenas um recado: ‘Fiquem quietos, tirem fichas e aguardem o chamado’, mesmo que demore 200 anos [...]. (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 1988, p. 43).

Elas também traziam à tona a barbárie manifestada pela burguesia agrária para proteger seus latifúndios. A bandeira de luta não poderia ser outra, senão a denúncia contra a violência que se espalhava pelo campo brasileiro, omitida no discurso de modernização da agricultura e o perigo que ela trazia ao abastecimento interno.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais Sem Terra, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Não apenas nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas anteriores, mas também somos parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que ‘Sem Reforma Agrária não há democracia’. (MST – 84/86).

Por outro lado, o movimento deixava visível uma das maiores preocupações da humanidade: a fome, pois a privação da terra aos agricultores de alimentos é uma ameaça à reprodução de toda a sociedade (RUBIO, 2009).

Algumas das suas reivindicações tiveram êxito, muito embora não tenham interrompido o curso da concentração fundiária. A aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 (Revogado pelo Decreto em vigência nº 9.757, de 11 de abril de 2019) e a implantação dos assentamentos rurais são uma vitória digna de nota, mesmo que sua aprovação tenha se apresentado como desdobramento das determinações do Estatuto da Terra,

O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2º, § 2º, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 125).

Por outro lado, a aprovação do I PNRA serviu para desgastar os movimentos camponeses, ao demandar quase 10 anos para formar apenas 863 assentamentos rurais, a partir da desapropriação de aproximadamente 6.968.965 hectares. H. Rocha (2013) destaca que, apesar da retomada do regime democrático e da aprovação da Constituição Federal em 1988, o governo de José Sarney (1985-1990) deu continuidade à política de colonização instaurada pelos militares na Amazônia.

Para o autor, outras ações, como a repressão e criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, comuns ao golpe militar, também marcaram o governo de Fernando Collor (1990-1992). Por sua vez, Itamar Franco optou pela mediação com os movimentos, implantando maior número de assentamentos rurais no oeste do Paraná e norte do Maranhão, onde havia pontos críticos de conflitos pela terra (ROCHA, H., 2013).

Não obstante, a territorialização dos assentamentos em direção à Amazônia, distante dos focos de tensão pela terra, viria a se repetir também nos governos de FHC e de Luiz Inácio Lula da Silva, o que confirma a análise de Martins (1981) a respeito da administração política da reforma agrária enquanto mecanismo de repressão das tensões no campo, impedindo-as de tomar proporções de classe.

Entre 1994 e os dois primeiros anos do governo de FHC, os conflitos de terra registraram aumento de 72%, havendo dois massacres nacionalmente conhecidos: Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás/PA (1996).

Mesmo apresentando o maior número de assentamentos implantados entre 1985 e 2016, como demonstrado na tabela 7, a política agrária de FHC foi distinta entre os seus dois mandatos. No primeiro, “[...] aproveitando uma baixa dos preços no mercado fundiário, no fim dos anos 1990 [...] distribuiu terras a quase 400.000 famílias sob condições muitas vezes precárias de instalação e apoio à produção [...]” (SABOURIN, 2008, p. 151). Após o ano de 1999, a luta pela terra sofre violenta criminalização, a qual “[...] tinha como intuito barrar as ocupações de terras, vistas como ação com maior visibilidade na sociedade brasileira” (ROCHA, H. 2013, p. 172).

Tabela 7 – Brasil – Reforma Agrária, 1985 a 2016.

Governo/Ano	Assentamentos	Número de famílias beneficiadas	Área destinada (ha)
Sarney (1985-1989)	500	88.484	4.190.014
Collor/Itamar (1990-1994)	363	55.992	2.778.951
FHC (1995-2002)	4.311	464.132	21.495.125
Lula (2003-2010)	3.604	415.035	48.589.334
Dilma (2011-2016)	616	40.987	3.189.734
Total	9.394	1.064.630	80.243.158

Fonte: ROCHA, H. (2013); DATALUTA, (2011-2016). Organizado pela autora.

Ainda no âmbito da política, o governo Lula aprovou o II PNRA, em 2003, que, dentre 11 metas, sinalizava: assentar 400.000 famílias; regularizar a posse de 500.000 famílias; beneficiar 150.000 com o acesso à terra pelo Crédito Fundiário; reestabelecer a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos já implantados; criar cadastro georreferenciado do território nacional e regularizar 2,2 milhões de imóveis rurais; prover reconhecimento, demarcação e titulação das áreas de comunidades quilombolas; entre outras (DHNET, p. 38). Na prática, isso não seria executado como disposto no plano aprovado.

Por um lado, porque priorizou como política agrária as ações de regularização e reordenação fundiária, que dizem respeito, respectivamente “[...] ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação [...]” e “[...] aos casos de substituição e/ou reconhecimento de

famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seu acesso às políticas públicas [...]. Como, também, aos reassentamentos fundiários, que dizem respeito “[...] aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas” (OLIVEIRA, 2007, p. 167).

O fato é que evitou executar uma reforma comprometida com as mudanças necessárias na estrutura fundiária, via distribuição das terras dos grandes latifúndios no país. Estrutura que se torna mais concentrada, como evidencia a elevação do Índice Gini de 0,816 para 0,838 no intervalo de seus dois mandatos (DATALUTA, 2016).

Lembramos que esse índice mede a concentração de terra, variando de 0 (pouco concentrada) a 1 (muito concentrada). Com base no Censo de 2017, é possível verificar que essa estrutura se mantém concentrada por 1% dos estabelecimentos acima de 1000 hectares, que detêm a posse de 48% dos 351.289.818 hectares de terras declarados.

De outro lado, em se tratando dos recursos de crédito agropecuário, “[...] o agronegócio ficou com 85% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural durante os oito anos de governos Lula, com 476,5 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar restaram apenas 15% ou 87,4 bilhões [...]” (COSME, 2019, p. 103), que foram utilizados pelo governo na elaboração e fortalecimento de projetos e programas, entre eles: Programa Luz para Todos; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT); 11 subprogramas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Embora sejam programas que contribuíram para o fortalecimento do campesinato assentado pela reforma agrária, devido ao baixo volume dos recursos, inicialmente priorizou-se a estruturação dos assentamentos rurais implantados por FHC, que apresentavam ausência significativa de infraestrutura social, produtiva e econômica/mercantil (SABOURIN, 2008) Aqueles implantados na gestão de Lula tiveram acesso tardio ou, em muitos casos, bloqueado aos créditos oficiais, tais como: apoio inicial, fomento,

fomento mulher, semiárido, florestal, recuperação ambiental, cacau, habitacional (construção e reforma).

Tais dificuldades estão entre os determinantes da evasão dos assentamentos ao longo dos anos (COSME, 2015), situação a ser mais bem detalhada a partir das evidências nos assentamentos rurais que compõem o presente estudo.

Dando seguimento às mesmas medidas paliativas, o governo de Dilma Rousseff deu ênfase em políticas que estruturassem os assentamentos em condições de precariedade, iniciando assim um processo de paralisação na implementação de novos assentamentos. Processo que se torna o corolário da atual estagnação da política de reforma agrária vigente nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022), como analisa Mattei (2018, p. 304):

[...] verifica-se que durante os anos de 2016 e 2017 nenhuma nova família foi assentada, ao mesmo tempo em que nenhum projeto de assentamento agrário foi criado. Do total de 21 decretos presidenciais de desapropriações de terras para fins sociais publicados no ano de 2016, a maioria deles (20) foi de iniciativa da presidente Dilma no período entre janeiro e abril do mesmo ano.

Além dessa estagnação na implantação de assentamentos, a maioria das “[...] políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural, que no período entre 2003 e 2015 foram fortemente construídas de maneira participativa e visando a inclusão social, passaram a sofrer reveses em diversas frentes de ação [...]” (MATTEI, 2018, p. 299). Somado às dificuldades estruturais dos assentamentos já consolidados, tem comprometido, em todas as regiões brasileiras, a permanência do campesinato na terra.

Ocorre que, como bem destaca Martins (1981), a apropriação privada da terra pelos latifundiários capitalistas torna-se fundamental no processo de acumulação de capital a partir da sujeição da força de trabalho e renda camponesa da terra.

Torna-se histórico o bloqueio de acesso à terra pelo campesinato. Para se ter uma ideia, correlacionando-se a área ocupada pelos projetos de assentamento e a extensão territorial capitalista no Mato Grosso do Sul, eles representam apenas 1% do estado, ao passo que os imóveis privados

correspondem a 92%. Lembrando que ele é o sexto maior estado em extensão territorial do país. No Paraná, o mesmo grupo que compreende os imóveis privados corresponde a 87% do território capitalista do estado, enquanto os assentamentos aparecem com 373.071 hectares, o que seria 2% do estado, que está na décima quinta posição no ranking de maior extensão territorial do país.

**Quadro 3 – Organização malha fundiária Mato Grosso do Sul e Paraná, 2017.
(em hectares).**

Categorias	Mato Grosso do Sul	Paraná
Território capitalista estadual	35.714.489	19.930.481
Assentamentos	523.350	373.071
Imóveis privados e simulados, registrados no INCRA e Cadastro Ambiental Rural (CAR).	32.881.916	17.294.480
Outras categorias fundiárias (Área Militar, Resíduos e Resíduos de Borda).	1.091.831	1.610.500
Terras indígenas e quilombolas	828.062	104.148
Terras públicas não destinadas	10.488	233
Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral	378.842	548.049

Fonte: ATLAS AGROPECUÁRIO, (2017)

Organização dos dados: autora.

Destarte, contraditoriamente, a proliferação da paralisia da política de assentamentos reflete a tentativa de latifundiários capitalistas e do próprio Estado em escamotear a estrutura fundiária altamente concentrada que ainda permanece no campo. Estrutura, como bem destacam Nardoque e Kudlavicz (2019, p. 111), que “[...] têm sua gênese na apropriação capitalista da terra, resultante da transformação das terras indígenas, de posseiros e públicas em particulares, nas primeiras décadas do século XX [...]” a partir de ação violenta. Em outras palavras, apesar de ela ser constituída pela legislação agrária, também é erigida sobre terras cercadas, cujos proprietários não possuem comprovação de que realmente sejam seus donos (OLIVEIRA, A., 2010a).

Segundo estudos de Oliveira (2008) e Fonseca (2019), aproximadamente 1,3 milhão de hectares em Mato Grosso do Sul, e 665.951,8 hectares no Paraná são terras devolutas ocupadas ilegalmente.

Outra característica marcante é que, nos últimos cadastros realizados junto ao INCRA, número relevante de imóveis constantes na categoria de “grande propriedade” não alcançaram os 100% do GEE e os 80% do GUT, utilizados para verificar se esses imóveis estão em cumprimento à legislação, do Art. 2º do Estatuto da Terra, que trata sobre a função social da propriedade

da terra, em especial no que tange à produtividade verificada pelos índices anteriormente mencionados.

Produtividade que, como bem explica Marés (2003, p. 190, grifos do autor), aparece nas primeiras décadas de 1900 com a mesma função das reformas fundiárias e agrárias: sanar a própria necessidade do capital em eliminar os imbróglhos do latifúndio improdutivo ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

[...] Sendo o uso um direito do proprietário, era necessário inventar a *produtividade*. O que se tinha que exigir não era que o proprietário ou quem quer que fosse usasse a terra, mas que o proprietário, e só ele, a tornasse produtiva. O uso é um direito, a produtividade uma qualidade. Isto é, o proprietário teria a obrigação de dar esta qualidade à terra no exercício de seu direito de uso. O sistema estava, com uma única cajadada, resolvendo dois problemas jurídicos: garantir a propriedade absoluta e o uso como direito, e, ao mesmo tempo, criando uma obrigação legal, a de produzir.

O autor lembra também que essa centralidade na produtividade como legitimação da propriedade privada da terra aparece após 1964, quando a tecnificação da agricultura norteia os interesses econômicos no país; mas ela não é a única: ao seu lado há outras ações correspondentes à função social, que, por sua vez, “[...] não estava diretamente atrelada exclusivamente [...] para fazer a terra produzir, mas efetivamente adequar o seu uso [...]” (MARÉS, 2003, p. 192), impedindo, a título de exemplo, trabalho análogo ao de escravo¹⁰; extinção da fauna e flora; degradação do solo e recursos hídricos.

¹⁰ De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais, que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente. Um trabalho de inspeção de estabelecimento realizado em conjunto pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal identificaram, entre 2014 e 2015, oito estabelecimentos com trabalho análogo ao de escravo no Paraná, libertando 24 pessoas, e quatro estabelecimentos no Mato Grosso do Sul, libertando 31 pessoas. (REPÓRTER BRASIL).

Contudo, a desvalorização da relevância social e supervalorização do interesse econômico deixaram central a produtividade.

Ainda assim, em estudos realizados por Teixeira (2011), é possível verificar que, no último cadastro, realizado em 2010, aproximadamente 2.250 imóveis, ocupando 5.151.122 hectares em Mato Grosso do Sul, e 2.854 imóveis, ocupando 2.250.422 hectares no Paraná, sequer contemplavam a regularidade do índice de produtividade.

Importante destacar, nos dois casos: o latifúndio grilado e aquele que não alcança os índices de produtividade, em cumprimento à legislação, devem ser direcionados para a política de reforma agrária. Todavia, essas situações têm sido negligenciadas pelo governo dos dois estados, na medida em que contraditoriamente apoia, com isenções fiscais e destinação de recursos financeiros, novas dinâmicas no campo, com a expansão da pecuária, da cana-de-açúcar, da soja e do eucalipto, liderada por empresas do setor (KUDLAVICZ, 2010; SOUZA, 2017).

Segundo Avelino Junior (2008, p. 124), esse modelo capitalista inscrito no campo provocou alterações na base de uso da terra, tornando a estrutura fundiária altamente concentrada, o que alicerçou condições para o aumento de conflitos e violência no campo sul-mato-grossense. Nas palavras do pesquisador:

O que podemos observar é que se trata de um capitalismo baseado na exclusão dos camponeses, os quais, excluídos da terra, se inserem na luta pela posse e uso da terra, luta pela reforma agrária. Essa realidade tem aumentado os conflitos agrários e a violência no campo, que é gerada pela estrutura agrária concentradora, excludente de milhões de brasileiros de seus direitos fundamentais à vida e à cidadania.

Tabela 8 – Violência contra posse e propriedade, Mato Grosso do Sul – 2006 a 2019.

Violência	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2019
	Mato Grosso do Sul						
Famílias despejadas/vítimas de despejo judicial	1.800	120	280	250	--	249	200
Famílias vítimas de expulsão	--	--	86	--	--	50	1
Famílias vítimas de destruição de casas	--	60	20	163	55	239	1
Vítimas de destruição de roças	--	--	--	--	5	--	--
Pistolagem	270	110	196	1.685	1.741	570	315

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT, (2006 a 2019).
Organização dos dados: autora.

Assim, a insegurança agrária gerada nesse cenário pôs em movimento de luta pela terra, a partir de manifestações, ocupações/retomadas e acampamentos: camponeses e indígenas. Movimentos que, como bem definiu Avelino Junior (2008, p. 128), “[...] vão se consolidando como forma de luta pela reforma agrária, de pressão ao governo e de repercussão na sociedade [...]”, e que não cessam após a conquista da terra, já que novos desafios são impostos, exigindo que outras formas de lutar sejam reinventadas.

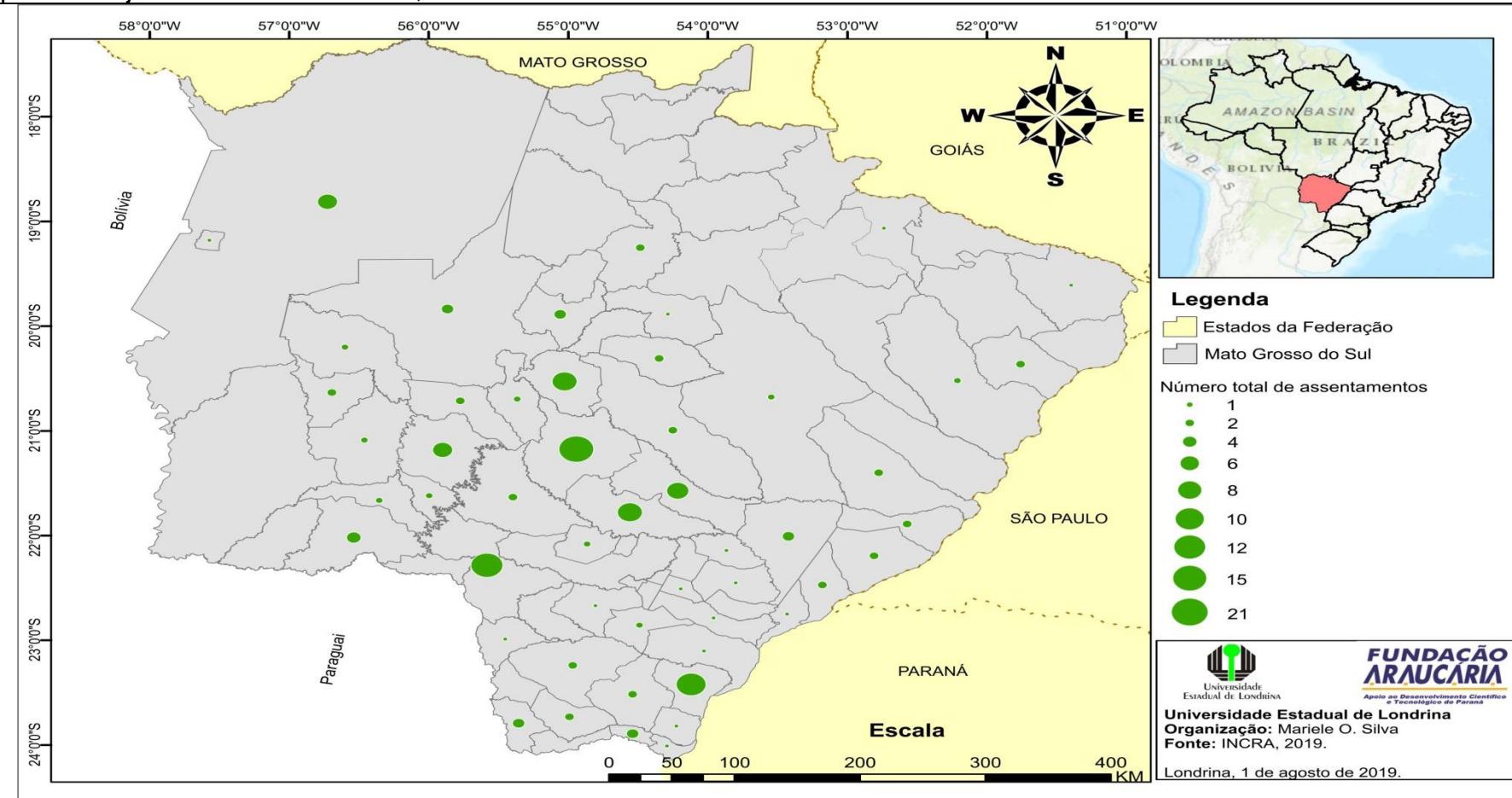
Somente no ano de 2019, o campo sul-mato-grossense foi marcado por 35 conflitos por terra, envolvendo cerca de 6.037 famílias; dentre as formas de luta, as ocupações/retomadas aparecem com maior expressividade (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT). Movimento que tem suas primeiras linhas escritas a partir da:

[...] atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) [Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI] na organização dos camponeses sem terra e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso do Sul, a partir da ocupação da Fazenda Santa Idalina, município de Ivinhema, em 1984 [...]. (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019, p. 111).

Com efeito, já em agosto de 1985, no município de Corumbá, ocorreu a implantação do primeiro projeto de assentamento da reforma agrária, possibilitando a 154 famílias o acesso à terra, a contar da liberação de 3.812 hectares para a formação do Projeto de Assentamento Tamarineiro (INCRA, 2019). Essas terras foram cedidas pelo Grupo Chamma, do ramo da siderurgia, para compensação das dívidas que continha junto ao Governo (CONCEIÇÃO, 2016).

Conforme as informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária do INCRA, expostas no mapa 3: projetos de assentamentos, no Mato Grosso do Sul temos, hoje, aproximadamente 204 projetos de assentamento no estado, contemplando cerca de 27.764 famílias camponesas, como resultado dos longos anos da luta pela terra.

Mapa 3 – Projetos de assentamentos, Mato Grosso do Sul – 2019.



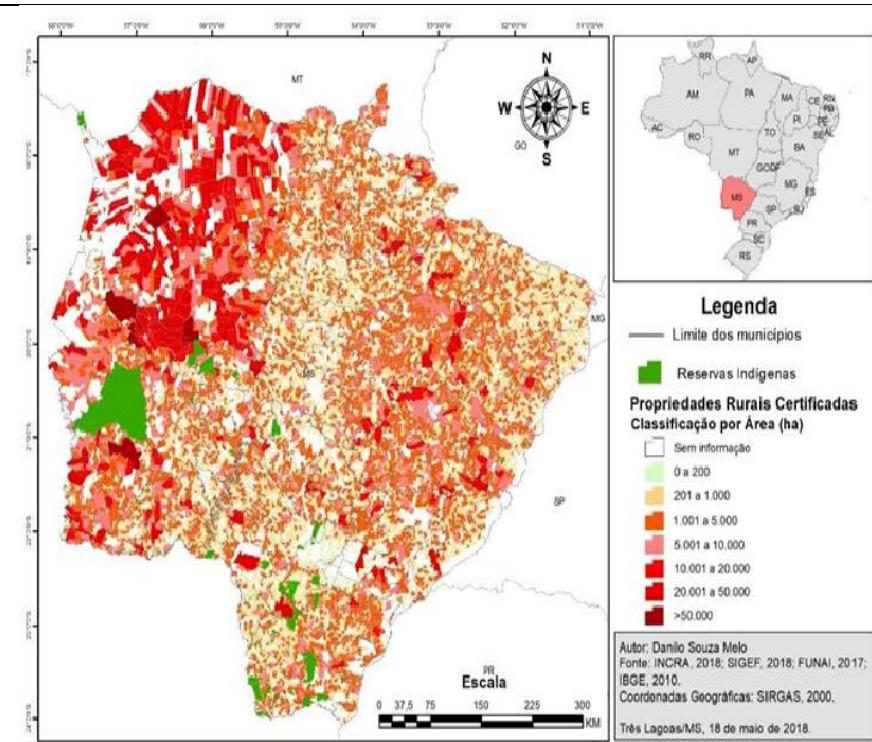
Fonte: INCRA, (2019)

Como podemos perceber no mapa 3, os projetos de assentamentos da reforma agrária estão localizados prioritariamente na região sul do estado, o que, segundo Freitas (2020, p. 127), resulta “[...] das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que têm conseguido definir as áreas de preferência para as intervenções estatais [...]”, assim, “promovendo o adensamento dos assentamentos onde eles exercem maior influência política e social [...]”.

Os três municípios que mais se destacam em número de assentamentos e área são Sidrolândia (23 assentamentos; área: 80.011,41 ha), Ponta Porã (15 assentamentos; área: 64.902 ha) e Itaquiraí (12 assentamentos; área: 46.113 ha). Nardoque e Kudlavicz (2019), analisando a influência desses assentamentos na estrutura fundiária, densidade demográfica e economia dos municípios sede, concluem que eles contribuíram para o retorno dos camponeses à terra, ampliação do comércio local e modificações relevantes na distribuição da terra. Porém, ainda há concentração fundiária por imóveis acima de 1.000 hectares.

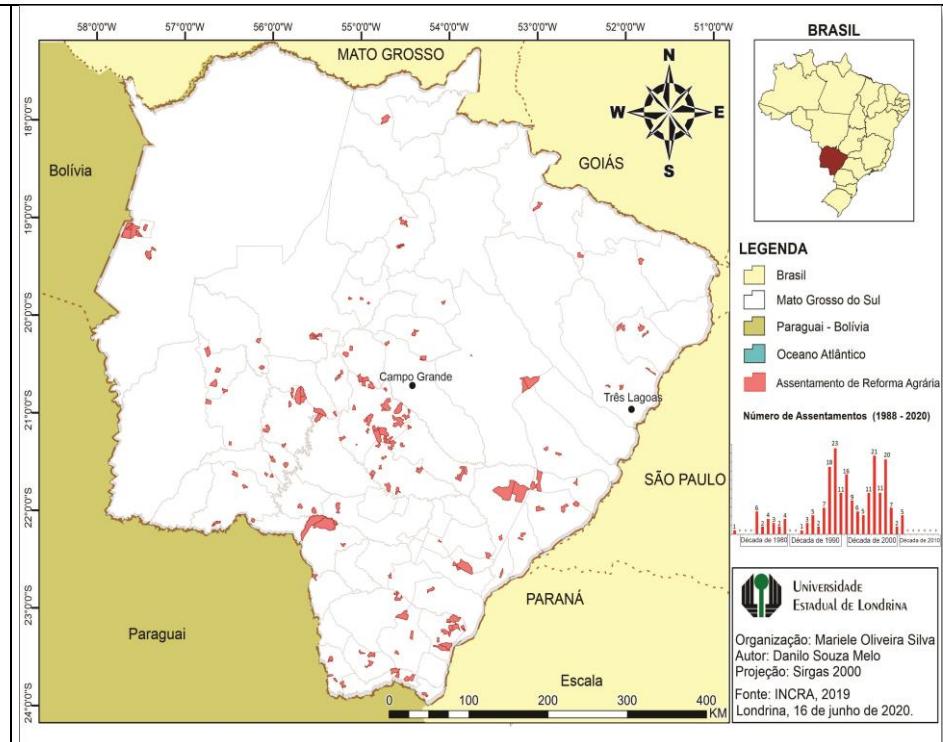
Concentração que justifica a baixa expressividade dos assentamentos, tanto na região Oeste, onde as áreas dos imóveis variam entre 20, 50 e acima de 50 mil hectares, quanto na região Leste, em que as áreas dos imóveis variam de 1.000 hectares a acima de 10 mil hectares (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019). Essa situação fica mais nítida no mapa 4, que trata da estrutura fundiária do estado em 2017, e no mapa 5, que traz a territorialização dos assentamentos em 2019.

Mapa 4 – Estrutura fundiária, Mato Grosso do Sul - 2017.



Fonte: NARDOQUE; KUDLAVICZ, (2019)

Mapa 5 – Geografia dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.



Fonte: INCRA, (2019)

Entre os assentamentos conquistados na região Leste está o projeto 20 de Março, recorte territorial desta pesquisa. Situado a 20°45'45" (Latitude S) e 52°01'09" (Longitude W), está distante 43 km da sede municipal de Três Lagoas. O assentamento resulta dos dez anos de luta pela terra trilhada em meio à estrutura altamente concentrada e às transformações territoriais registradas pelo avanço do monocultivo de eucalipto em direção às terras reservadas à pecuária extensiva no município. A formação do assentamento se deu a partir da desapropriação da fazenda Arapuá, com extensão de área de aproximadamente 1.480,20 ha. Foram contempladas 69 famílias, com lotes cuja área média é de 13,5 ha.

Inicialmente, em torno de um objetivo comum (o acesso à terra), a história de luta desse assentamento alvoreceu no início de 2003, com a formação do acampamento Moeda, articulado pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR) e Fetagri (atual Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de MS - FETTAR-MS), às margens do córrego de mesmo nome, na BR 158, organizado por cerca de 600 famílias, que pleiteavam a desapropriação por improdutividade da fazenda Laço de Ouro.

Cabe destacar que, nesse ano, toma posse na presidência, com o apoio em massa da população, Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), voltado aos ideais populares. Durante as propagandas eleitorais, Lula lançou a campanha “Vida Digna no Campo”, em que “[...] promete o confisco das propriedades onde ocorrer trabalho escravo, a retomada, pela União, de áreas griladas e ‘programa de fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária’ [...]” (VALENTE, R., 2003).

Tal promessa faz renascer, entre os camponeses sem terra, a certeza da execução de uma justa política de distribuição da terra via reforma agrária, e a cessação da violência no campo (CARVALHO FILHO, 2004). Além disso, em entrevista após sua posse, o então presidente Lula esclarece que teria como prioridade assentar as famílias que estivessem organizadas em acampamentos.

Segundo o Sr. E. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, MAIO 2020¹¹), naquele momento, um dos articuladores do STR de Três Lagoas, após o pronunciamento, em comum acordo entre os representantes e associados, decidiu organizar o acampamento próximo ao córrego, “*porque oferecia uma relativa segurança, com uma faixa grande de terra, e tinha água, que era o principal*”.

Sr. E. também lembra que, após aproximadamente um ano, uma das propriedades próximas ao acampamento é vendida para empresa que começa “*a plantar eucalipto, e precisava, na época, fazer pulverizações aéreas*”, e, em reunião, solicitaram que as famílias se retirassem das mediações, em vista de evitar implicações. Apesar de aparentar uma negociação, casos de agrotóxicos pulverizados por aviões sobre acampamentos são uma das ações utilizadas pelos latifundiários para oprimir o movimento, como aquela denunciada em março de 2018 pelos camponeses do acampamento Helenira Rezende, em Marabá/PA, responsável pela poluição química das plantas e hortas familiares, bem como intoxicação dos acampados, que relataram terem reações alérgicas e falta de ar após o ataque.

Em se tratando dos acampados em Três Lagoas, Sr. E. esclarece que “*quem realmente estava ficando lá dentro [acampamento] ficou com medo. Ah, o avião passa, aí joga uma porcaria na gente, a gente morre*”. Somado a isso, tinha a morosidade da desapropriação da fazenda Laço de Ouro, contribuindo para que, mesmo contrários à saída, os camponeses acampados migrassem para as proximidades do Córrego do Pinto, também localizado no município de Três Lagoas. Nele, cerca de 70% das famílias que não haviam desistido do acampamento ficaram por mais três anos.

No ano de 2007, a fazenda Arapuá, onde hoje está o assentamento 20 de Março, entra em análise de desapropriação por improdutividade. Sr. E. recorda que, por não comportar todos os acampados, apenas 100 famílias puderam dar continuidade no acampamento. Após um ano acampados na rodovia em frente à fazenda, 80 famílias que ainda mantinham-se acampadas recebem ligação do INCRA, avisando para “*tomar posse da fazenda Arapuá, porque ela é de vocês*”.

¹¹ Devido às medidas de segurança, por conta da pandemia de COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

Mapa 6 – Projeto de assentamento 20 de Março, Três Lagoas/MS.



Fonte: AGRAER, (2009)

E, antes de completar 10 anos de acampamento, no dia 20 de março de 2009, 69 famílias acampadas conquistam a terra, organizando o assentamento:

[...] que a princípio se chamava Arapuá, foi renomeado para ‘20 de Março’, em alusão à data da conquista da terra pelas/os camponesas/es. Sua principal atividade é a produção de hortifrutí, com ênfase na produção agroecológica, participando dos mercados institucionais (PAA e PNAE) e de várias feiras na cidade de Três Lagoas. Também destaca-se a criação de aves, a indústria caseira artesanal e a produção e comercialização de mudas nativas, por meio de um viveiro [...]. (BORZONE, 2018, p. 91).

Apesar dessa conquista, os acampamentos, ação característica dos camponeses sem terra, têm apresentado considerável redução no estado. Entre as causas, estão o fortalecimento da estagnação da reforma agrária e intensa violência contra os camponeses (SILVA, M. O., 2014). A respeito dessa estagnação, cabe a análise de Nardoque e Kudlavicz (2019, p. 114), quando, a respeito da implantação de assentamentos no estado, segundo a vigência de cada governo, verificam que,

[...] sobremaneira nos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (de 1995 a 2002, em dois mandatos), com 93 instalados e de Luís Inácio Lula da Silva, do PT (de 2003 a 2010, em dois mandatos), com 85 projetos de assentamentos (PAs). Nota-se que nos últimos anos, maiormente a partir de 2011 (início do Governo Dilma Rousseff, do PT), houve paralisação na Reforma Agrária no estado, pois somente um assentamento foi instalado em 2013, mas a situação agravou-se com a tomada do poder por Michel Temer (MDB), por meio de Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista de 2016.

T. S. Melo (2017) analisa que, em decorrência disso, a atuação do MST começou a diminuir gradativamente, o que fez sobressair, assumido o papel principal na luta desde 2012, o movimento indígena, em oposição ao avanço da territorialização e monopolização do território por empresas agropecuárias, que vêm expandindo áreas com monocultivos, soja e cana, sobre territórios indígenas. Nessa disputa de forças,

A falta de acesso aos territórios tradicionais não somente gera a impossibilidade da vivência plena dos usos e costumes por parte dos Guarani e Kaiowá – fundamento garantido na

Constituição Federal de 1988. Gera também números vertiginosos de violência física, ataques a comunidades indígenas e assassinatos. Entre 2015 e 2016 – em um período menor do que um ano – foram registrados mais de 33 ataques de natureza paramilitar contra comunidades Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. De 2001 a 2018 ocorreram 14 assassinatos de lideranças indígenas Guarani e Kaiowá no estado, a maioria em represália à tentativa pacífica dos indígenas em acessar seus territórios tradicionais, já há muito tempo reconhecidos pelo próprio Estado brasileiro. (CIMI, 2018, p. 36).

Em relação ao Paraná, o movimento de luta pela terra, expresso pelas ocupações e acampamentos, também revelou considerável redução. Importante lembrar que foi nesse estado que o MST, no ano de 1984, se articulou enquanto um movimento nacional. Roos (2013) ressalta que essa articulação se inicia entre os anos de 1950 e 1970, registrando dois momentos de conflitos por terra envolvendo o governo do estado e os latifundiários que se destacam na história do Paraná até os dias atuais. Concentrados nas regiões norte e sudoeste, os movimentos referiam-se à transferência realizada pelo governo do estado de terras devolutas, já sob domínio e posse dos posseiros, para latifundiários e empresas colonizadoras; na região oeste, os conflitos envolveram os camponeses expropriados das terras que foram submersas pela barragem da hidrelétrica de Itaipu.

Tabela 9 – Violência contra posse e propriedade, Paraná – 2006 a 2019.

Violências	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2019
	Paraná						
Famílias despejadas/vítimas de despejo judicial	1.280	648	487	137	34	1.730	561
Famílias vítimas de expulsão	49	75	--	--	61	7	69
Famílias vítimas de destruição de casas	194	188	45	--	--	7	80
Vítimas de destruição de roças	--	150	--	--	--	--	--
Pistolagem	764	855	40	--	11	1.507	--

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, (2006 a 2019)
Organização dos dados: autora.

Nos primeiros anos da década de 1980, os camponeses expropriados sem indenização dos empreendimentos das barragens organizam o Movimento Justiça e Terra e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Articulados com a CPT, os STRs e Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), os movimentos supracitados, com ação mobilizadora, incentivam a organização dos camponeses em outras

regiões paranaenses, a saber: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) (ROOS, 2013).

Mobilizados contra a violência ensejada pelo governo do estado e pelos latifundiários, desde a escala regional até a nacional, os integrantes e lideranças desses movimentos e outros movimentos sociais de luta pela terra se reuniram em Cascavel/PR, no ano de 1984, em vista de articular uma ação conjunta. Já nesse momento,

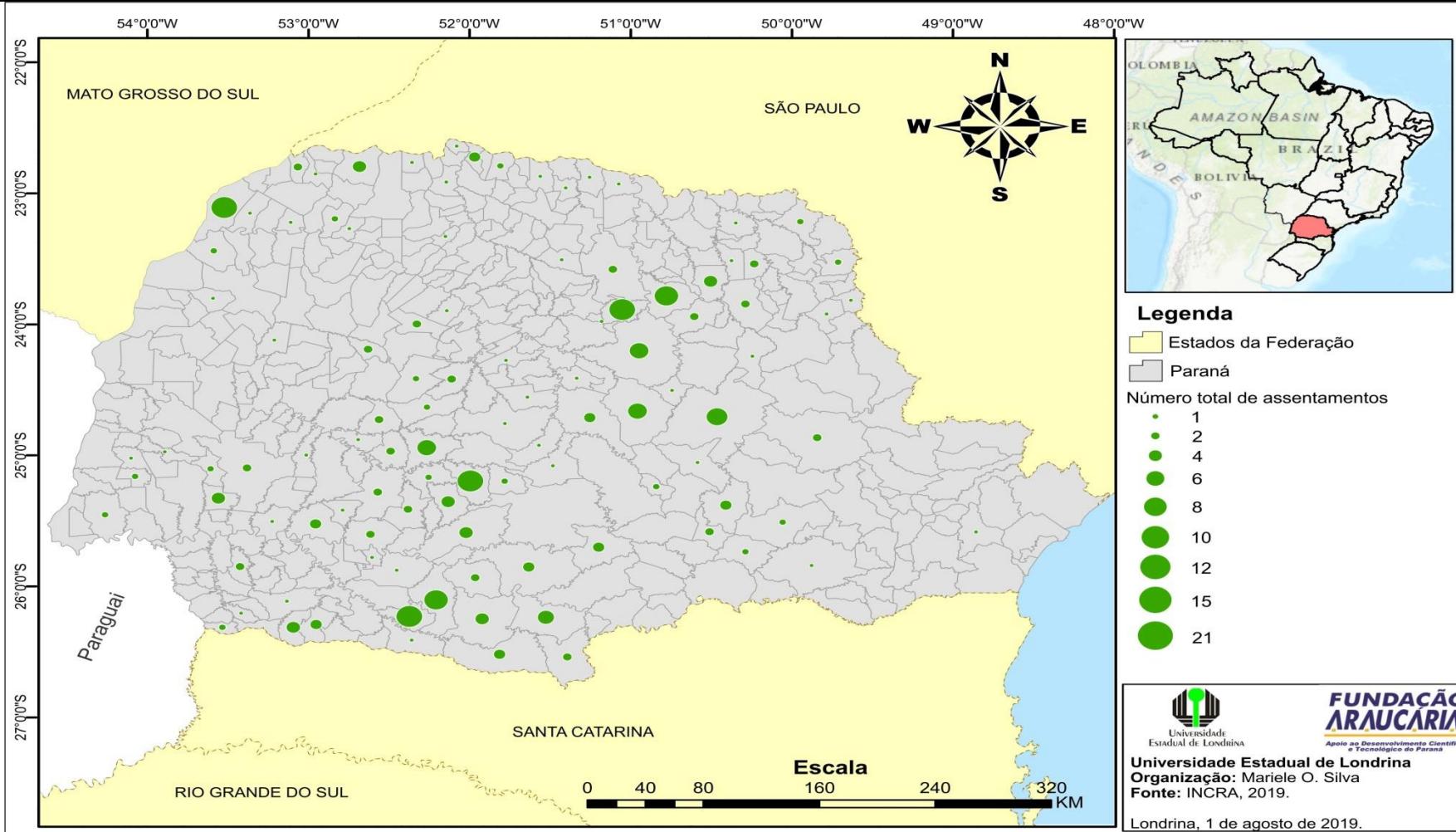
O MST se espacializou, realizando ações massivas com ocupações e acampamentos em latifúndios nos mais variados municípios paranaenses. A resposta dos ruralistas foi imediata e violenta. Diversos camponeses Sem Terra foram assassinados por pistoleiros a mando dos latifundiários paranaenses [...]. (ROOS, 2013, p. 5).

É nessa espacialização que são incorporadas ao movimento de luta dos camponeses outras formas de reivindicação de terra: a ocupação, que dá forma ao acampamento montado de barracos construídos com madeira e lona preta. Em que,

A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 130 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país. (MST, 2014, n.p.).

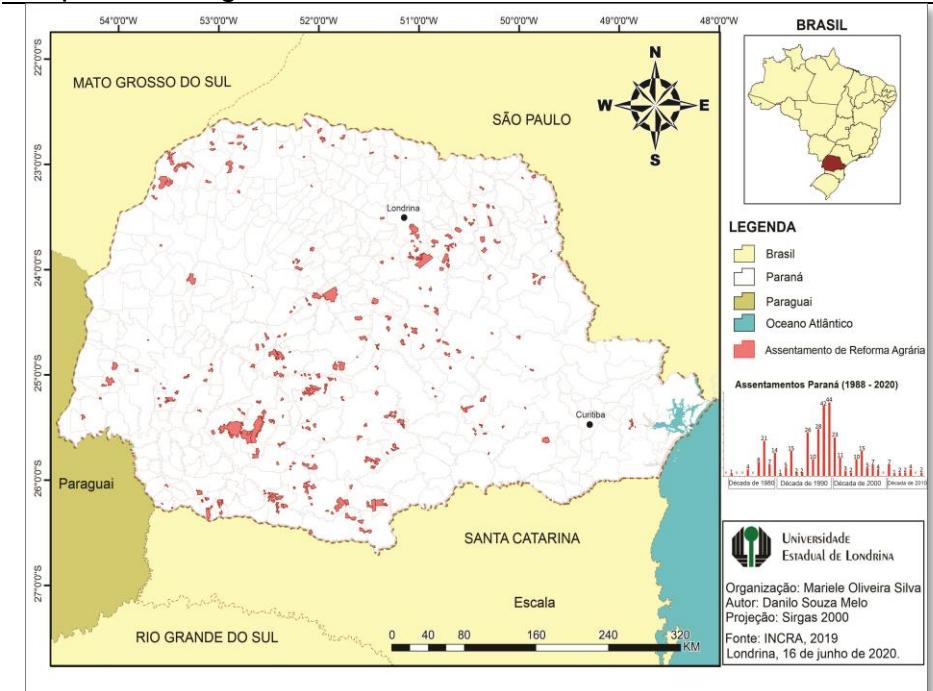
Ação que contribui diretamente para que, em novembro de 1984, no município de Clevelândia, fosse criado o primeiro projeto de assentamento da reforma agrária, propiciando a 126 famílias o acesso à terra, a contar da liberação de 1.551 hectares para a formação do Projeto de Assentamento Serrano. Como observado no mapa 7, atualmente o estado possui 329 projetos, formados por aproximadamente 18.772 famílias camponesas (INCRA, 2019).

Mapa 7 – Projetos de assentamentos, Paraná – 2019.



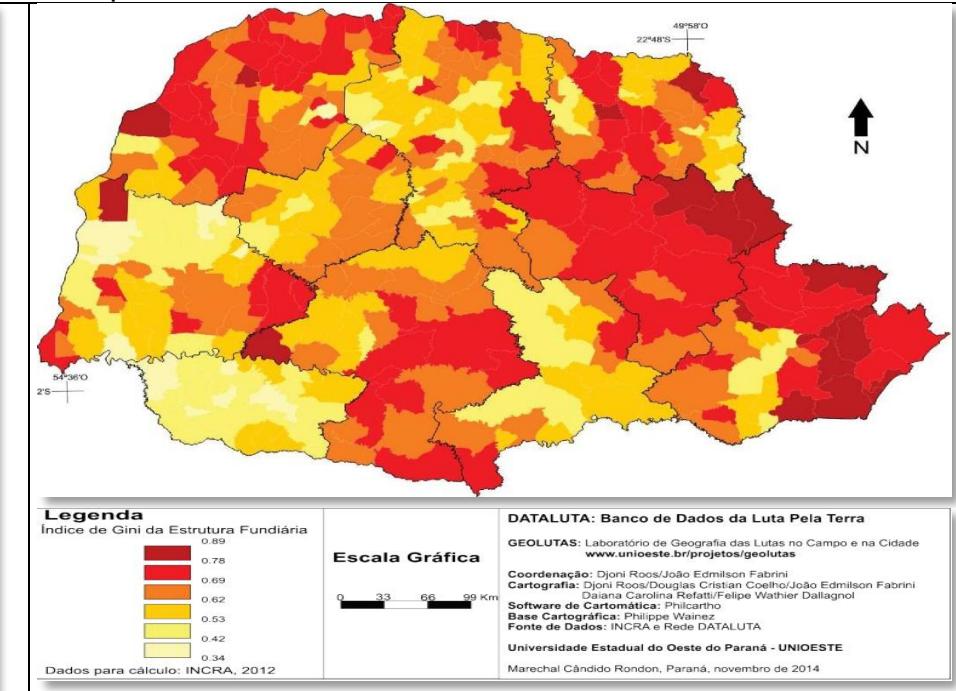
Fonte: INCRA, (2019)

Mapa 8 – Geografia dos assentamentos rurais do Paraná, 2019.



Fonte: INCRA, (2019)

Mapa 9 – Índice Gini da estrutura fundiária do Paraná, 2012.



Fonte: DATALUTA PARANÁ, (2013).

Contudo, ainda que haja expressividade dos assentamentos, também nele as áreas com maior índice de concentração fundiária (mapa 8 e 9) permanecem com poucos projetos de assentamento (quase nenhum).

Dentre os assentamentos, está o nosso segundo recorte territorial de estudo, o assentamento Eli Vive II. Distante cerca de 67 km da sede municipal de Londrina, no norte do Paraná, o assentamento está situado a 23°42'17" (Latitude S) e 50°59'57" (Longitude W), e resulta da luta de aproximadamente 1.000 famílias numa região em que a realidade agrária é igualmente marcada pela concentração fundiária. Se há alguma diferença digna de nota com Três Lagoas, trata-se da natureza do domínio monocultural, ali circundado pela produção convencional de soja e milho.

A Luta pela terra se deu em dois momentos de ocupação muito distantes entre si, tendo sido o primeiro interrompido pelo despejo orquestrado por milícias contratadas por latifundiários. Por sua vez, o segundo registra o retorno da ocupação na mesma área, que resultaria na desapropriação por improdutividade de 7,3 mil hectares de terras, correspondentes a duas fazendas: Guaicará e Pininga, próximas entre si, mas sem contiguidade. Simultaneamente, formariam dois assentamentos: Eli Vive I e Eli Vive II, respectivamente. Este último, lócus de estudo, com extensão de aproximadamente 1.495,53 ha, refere-se à antiga fazenda Pininga, que, partilhada, beneficiou 110 famílias com lotes de área média de nove hectares.

Figura 1 – Assentamento Eli Vive II - Londrina/Paraná.



Fonte: COOPERIGUAÇU, 2012.

Os dois assentamentos são resultado de duas ocupações, separadas num intervalo de 19 anos, realizadas na fazenda Guaicará, a qual entrou em processo de desapropriação por improdutividade. A primeira ocupação ocorreu no ano de 1991, com curta duração, em decorrência da violência praticada contra os acampados depois de despejo, envolvendo milícias contratadas pelos latifundiários e o exército, deixando algumas pessoas feridas (PAIÃO; SACHS, 2019).

A segunda ocupação aconteceu no ano de 2009, momento em que outra fazenda, a Pininga, também entra no pedido de desapropriação por improdutividade. Segundo a Sra. V. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019), inicialmente a ocupação envolveu 1000 famílias, organizadas “*em lonas a beira chão, encostado na cerca, um barraquinho só para dormir, uma pia e fogão para lavar e cozinhar e, depois de uma prosa, conseguimos que entrássemos na fazenda, e ficamos próximo a sede*”. Como a área era muito grande, e diante do risco de outros grupos se infiltrarem na ocupação, os grupos de famílias se distribuíram de modo a ficarem em pontos estratégicos.

Em 2012, após a confirmação da compra da fazenda, todos os grupos ficaram reunidos próximos à sede, quando comemoraram a festa da conquista, e permaneceram unidos por mais um ano, aguardando a liberação e sorteio dos lotes pelo INCRA, o que aconteceu em 27 de setembro de 2013. No total, os dois assentamentos acolheram 501 famílias, e seus nomes fazem homenagem à liderança Eli Dallemole, violentamente assassinado em 2008 por milícias comandadas pelos latifundiários:

ELI DALLEMOLE, um grande militante, lutou pela classe trabalhadora até os últimos dias de sua vida, foi assassinado covardemente em sua casa na presença de sua família, por pistoleiros a mando de fazendeiros; meses depois de sua morte, a Fazenda Guairacá foi negociada... passando a ser a Brigada ELI VIVE, hoje Assentamento Eli Vive, uma justa homenagem para esse companheiro... ELI DALEMOLLE vive no assentamento em forma de produção de Educação, Saúde, Agroecologia, uma vida digna para as 501 famílias [...] (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAIO 2020¹²).

¹² Devido às medidas de segurança, por conta da pandemia de COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

E, nesse movimento, a luta também se torna mais do que conquistar a terra, é um fazer-se reconhecer enquanto classe camponesa, que, oprimida, identifica igualmente seu opressor, a classe dos latifundiários capitalistas. No acampar, ela também se apodera do “[...] seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade [concentradora]; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico” (MARTINS, 1981, p. 22-23).

A princípio, eu não falava desse jeito, eu não conversava, era bem na minha. Nunca tinha saído de dentro de casa. [Lutar pela terra] foi assim uma coisa que eu até [nesse momento a camponesa fica emocionada em relatar sua história, e prossegue] me emociona, porque eu tinha um outro mundo, vivia de outro jeito. E daí, ali [no acampamento] eu comecei a ter tarefas, o bacana do MST é isso: dar oportunidade para todo mundo. Não chega em você e fala: não, você não é capaz. Todo mundo é capaz. (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Importante resgatar os movimentos de luta pela terra, porque foram eles os responsáveis por pavimentar o caminho que conduziu os camponeses assentados do 20 de Março e do Eli Vive II ao acesso à terra. Além de outros tipos de organizações, como o MST, a CPT e os STRs, que foram imprescindíveis para a articulação dessa conquista.

É também esse campesinato, em constante movimento de luta, que tem evidenciado seu protagonismo na agricultura dos estados a partir dos seus pequenos estabelecimentos, como os principais encarregados pela geração de ocupação no campo. Paraná aparece com um total de 917.896 do pessoal ocupado, dos quais 72% estão nos pequenos estabelecimentos com até 50 hectares, ao passo que, no Mato Grosso do Sul, os pequenos estabelecimentos com até 200 hectares aparecem registrando 52% dos 276.001 (IBGE, 2017).

Outra informação relevante no último Censo está relacionada à participação dos camponeses na produção que diariamente compõe a alimentação da população, como arroz, feijão e mandioca: no Mato Grosso do Sul, ainda que ocupando apenas 5% da área declarada no Censo de 2017, a pequena agricultura foi responsável por 15% da produção auferida de arroz,

17% da de feijão e 55% da de mandioca. No Paraná, ocupando 20% da área, os camponeses foram responsáveis por 33% da produção colhida de arroz, 54% de feijão e 65% de mandioca (IBGE, 2017).

Tabela 10 – Produção de alimentos nos pequenos estabelecimentos – Mato Grosso do Sul e Paraná.

Alimentos	Mato Grosso do Sul					
	Arroz		Feijão		Mandioca	
	Área colhida (ha)	Quant. Colhida (ton)	Área colhida (ha)	Quant. Colhida (ton)	Área colhida (ha)	Quant. Colhida (ton)
Menos de 10 ha	0,8%	0,4%	5,3%	3,2%	21,4%	15,0%
10 ha a menos de 50 ha	4,1%	3,6%	12,0%	9,5%	27,5%	22,8%
50 ha a menos de 200 ha	11,6%	11,3%	5,7%	4,3%	14,7%	16,9%
Alimentos	Paraná					
	Arroz		Feijão		Mandioca	
	Área colhida (ha)	Quant. Colhida (ton)	Área colhida (ha)	Quant. Colhida (ton)	Área colhida (ha)	Quant. Colhida (ton)
Menos de 10 ha	5,3%	1,4%	10,7%	7,6%	14,0%	9,1%
10 ha a menos de 50 ha	18,8%	12,6%	24,8%	21,5%	29,6%	27,8%
50 ha a menos de 200 ha	18,6%	19,3%	24,9%	25,1%	26,0%	28,2%

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, (2017) (IBGE) Organização dos dados: autora.

Todavia, é preciso considerar que essa participação se dá num cenário de enfraquecimento do campesinato, com base no travamento da liberação dos créditos necessários à estruturação básica e produtiva do sítio; e cortes nos programas sociais direcionados para viabilização da comercialização da produção. Isso se dá na medida em que se territorializa no campo brasileiro uma agricultura fundada no monocultivo, que “[...] privatizou os bens comuns. Está extinguindo aqueles que se preocupam em trabalhar a terra”, disponde de governos com “políticas que, amparadas por instituições e tratados internacionais, acabam com os pequenos e médios agricultores e com as comunidades rurais” (ESTEVE, 2017, p. 13).

A ampliação dessa agricultura sobre a terra provoca relevante retração das áreas direcionadas ao sistema policultor. Certamente, isso interfere nos padrões de insegurança alimentar e de fome no país. Passemos, pois, a analisar esse comportamento nos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná.

2.3 AGRICULTURA MUNDIALIZADA: PRODUÇÃO PARA QUÊ? E PARA QUEM?

Como comentado anteriormente, desde os tempos do Brasil Colônia, as terras disponibilizadas para agricultura mantêm-se altamente concentradas sob o jugo da propriedade privada capitalista que, ao longo deste período, vêm destinando parte de suas terras à pecuária em regra extensiva e a monocultivos, destinando o restante para reserva de valor imobiliária.

Importa saber que essa valorização resulta da própria necessidade da sociedade em depender da terra para garantir sua sobrevivência, como também a demanda do mercado mundial por produtos como etanol, celulose, açúcar, grãos para ração animal e carne. Para ter uma dimensão, A. Oliveira (2010a, p. 23) aponta que, em 2008, as terras destinadas à produção de grão apresentaram “[...] valorização média no país de 17,83% em relação aos últimos 12 meses [...] as cotações médias passaram de R\$3.276 por hectare para R\$3.860”. Isso desencadeou a segunda fase de aquisição de terras brasileiras por empresas estrangeiras, como ressalta o autor, a seguir:

Assim, os dois principais setores a pressionar o crescimento da aquisição de terras por estrangeiros eram muito mais, o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada, ou seja, onde ocorre a territorialização dos monopólios. O primeiro setor, em função da compra de empresas nacionais (usinas e destilarias) pelas multinacionais que tinham em seus ativos muita terra, além, do crescimento da demanda de etanol motivada pela ampliação da frota de carros flex. E, o segundo porque tinha planos de expansão e necessitava de plantar mais áreas com silvicultura [...]. (OLIVEIRA, A., 2010a, p. 27).

O autor analisa que, apesar de a aquisição de terras por estrangeiros ter recebido atenção considerável dos holofotes midiáticos à época, eles não foram os únicos a aproveitar o momento para adquirir terras no país:

[...] Já onde se dá a monopolização do território, particularmente, no setor de grãos, o crescimento [aquisição de terras] embora contenha também, a presença de estrangeiros, se faz muito mais por segmentos da burguesia brasileira e do campesinato tecnificado, ambos em aliança subordinada com as empresas mundiais [...]. (OLIVEIRA, A., 2010a, p. 27).

O autor ainda recorda que essa aquisição foi menos frequente que aquela verificada durante a ditadura militar a partir dos projetos de ocupação da Amazônia Legal, quando a territorialização do monopólio incluiu grileiros de

terras devolutas e latifundiários capitalistas que, em parceria com setores públicos, aproveitam a valorização da terra para arrendar ou vender parcial ou integralmente seus domínios às empresas de capital estrangeiro ou nacional. Essa territorialização historicamente tem ocorrido em duas direções: terras públicas passíveis de reforma; as terras virgens localizadas prioritariamente na Amazônia Legal.

No primeiro caso, além daquelas terras já reconhecidas pelo INCRA como passíveis de aplicação da política de reforma agrária – cuja ocupação ocorreu de maneira irregular, por meio de grilagem, e é possível comprovar – há aquelas que são improdutivas – nas quais se constata, através de laudo pericial, que a função social da terra não é cumprida.

Considerando que em ambas as situações o regramento legal determina a sua desapropriação para fins de reforma agrária, há um quadro de insegurança fundiária gerada em seu âmago que pode ser analisado nos estados aqui estudados.

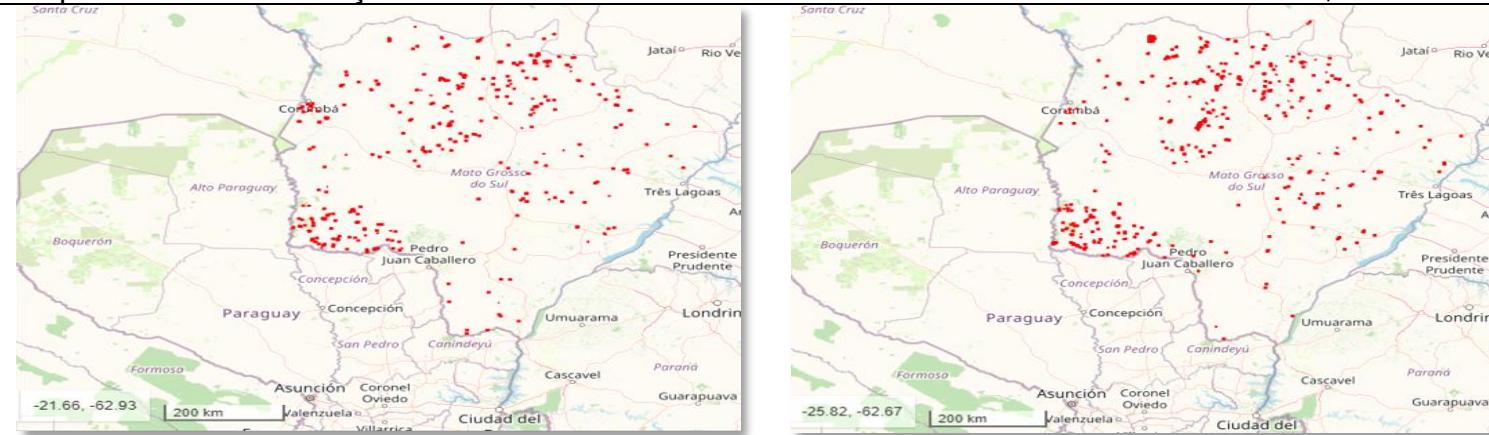
Uma das maneiras de procrastinar a execução é aproveitar a morosidade do processo judicial e sobrepor terras improdutivas com a produção de monoculturas comerciais, antes que a desapropriação seja efetivada. A omissão também favorece as grandes propriedades parcialmente erigidas sobre aproximadamente 309 milhões de hectares de terras que, ao longo dos anos, foram ocupados de maneira irregular em todas as regiões brasileiras. Griladas, elas podem ser tanto terras públicas quanto aquelas que estavam em posse dos tradicionais povos da terra, os quais foram expulsos pela violência – quadro já denunciado por A. Oliveira (2010c, s.d.), com base nas informações do Censo Agropecuário de 2006.

Entre os casos de sobreposição de monoculturas sobre terras griladas notoriamente conhecidos destaca-se o caso da Sucocítrico Cutrale Limitada (Ltda), localizada no interior do estado de São Paulo. Segundo denúncia feita pelo MST, em 2009, aproximadamente 2,7 mil hectares em poder da empresa eram terras públicas e, desde 2005, já estavam em processo de desapropriação tramitando no INCRA. Porém, nesse ínterim, a empresa plantou laranja sobre as terras, conferindo-lhes caráter produtivo. Dadas as circunstâncias, em nota, o MST declarou que “[...] A produtividade da área não pode esconder que a Cutrale grilou terras públicas, que estão sendo utilizadas

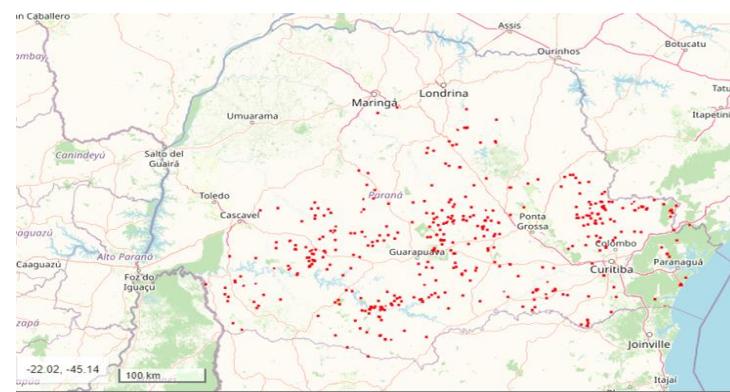
de forma ilegal, sendo que, neste caso, a laranja é o símbolo da irregularidade [...]” (CNM/CUT, 2009).

Mais recentemente, episódios de avanço concentracionista em direção às florestas chegaram a causar comoção global. De acordo com o MapBiomas Alerta, plataforma que verifica alertas de degradação e regeneração de vegetação nativa por satélites, entre novembro de 2018 e novembro de 2020, aproximadamente 2.655.790 hectares foram desmatados no Brasil; destes, ao menos 68.946 hectares estavam em Mato Grosso do Sul e 9.142 hectares no Paraná. Sobrepondo os dados em relação aos imóveis cadastrados no (CAR), identificou-se que cerca de 93% dos desmatamentos em Mato Grosso do Sul e 74% no Paraná eram em imóveis cadastrados, sem que haja evidências de destinação produtiva.

Mapa 10 – Territorialização do desmatamento nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, 2018 a 2020.

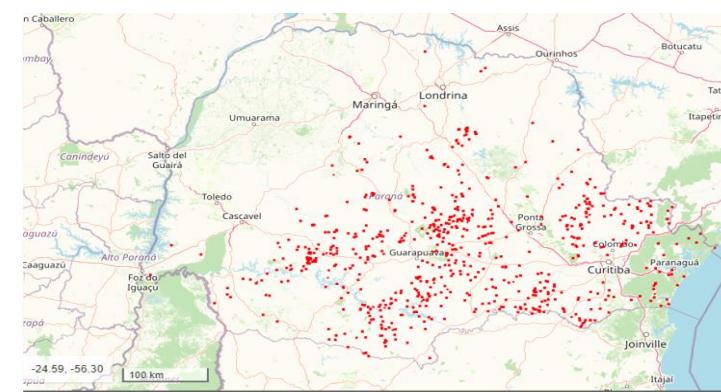


Desmatamento Mato Grosso do Sul: 11/2018 a 11/2019



Desmatamento Paraná: 11/2018 a 11/2019

Desmatamento Mato Grosso do Sul: 11/2019 a 11/2020



Desmatamento Paraná: 11/2019 a 11/2020

Fonte: MAPBIOMAS, (2020).

O MapBiomas evidencia que, em Mato Grosso do Sul, o desmatamento em novembro de 2020 apresentou elevação de 61% em relação a novembro do ano anterior. A plataforma mostra também que o município de Corumbá, localizado na região oeste do estado, registrou a maior área do Bioma Pantanal desmatada no período de 11/2018 a 11/2020. Averiguando essas informações com o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), constatou-se que 4.152 hectares, quase 100% do desmatamento detectado, estão na Fazenda Santa Mônica. Fazenda comprada pelo empresário pecuarista Élvio Rodrigues, em 2016, ganha destaque nos noticiários do estado por adquirir um licenciamento autorizado pelo então governador Reinaldo Azambuja para desmatar 20 mil hectares do Bioma Pantanal (ECOA, 2018). Outro destaque também é a citação do seu nome na operação Vostok, iniciada em 2018 pela Polícia Federal do Mato Grosso do Sul, em investigação de pagamentos de propinas por “notas frias”.

Rodrigues tem diversos investimentos e negócios disseminados na agricultura e pecuária em Mato Grosso do Sul. Além de criar gado e plantar soja e milho, o produtor rural também é o proprietário da empresa Agriseiva Consultoria e Planejamento Agropecuário e foi um dos fundadores da Cooperativa Agrícola Mista Serra de Maracaju (Coopsema) na década de 90. Atualmente faz parte da diretoria do Sindicato Rural do município, como suplente no Conselho Fiscal da entidade. Na gestão de Reinaldo Azambuja frente a prefeitura do município - entre 1997 e 2004 -, Rodrigues foi secretário municipal de agricultura. No ano passado [2017] o produtor foi um dos citados na delação da JBS - a mais polêmica da Lava Jato -, pelos irmãos Wesley e Joesley Batista que afirmaram ter pago R\$ 38,4 milhões - pelo menos R\$ 28,4 milhões foram repassados por meio de notas fiscais frias - em propina a Reinaldo Azambuja. O pecuarista, que tem antiga relação com o governador, emitiu R\$ 7.682.566,20 em notas frias, valor que o colocou como segundo maior emissor para “legalizar” o repasse de vantagens indevidas. Ele só perdeu para o montante emitido pelo frigorífico Buriti Comércio de Carnes com R\$ 12,9 milhões. O pecuarista teria emitido as notas entre os dias 17 de agosto e 19 de dezembro de 2016. Auditoria da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária (ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA), constatou que as notas apontadas pela JBS são frias, porque não houve a entrega do gado apontado nas unidades do grupo em Campo Grande. (YAHN, 2018, n.p.).

No Paraná, a situação não é diferente. Entre novembro de 2019 e novembro de 2020, o desmatamento registrou aumento de 64% no estado. O município que mais se destaca em área com Bioma Mata Atlântica desmatada, entre 11/2018 e 11/2020, é Nova Laranjeiras. Aproximadamente 118,0 hectares, ou 74% do desmatamento, foram detectados na fazenda Pinhal Ralo, um dos imóveis territorializados pela silvicultura e monopolizados pela empresa Araupel, na região centro-sul paranaense. Monopólio que, segundo Fonseca (2019, p. 173, grifo nosso), com base nos estudos de Roos (2015):

[...] se formou na década de 1970, no Rio Grande do Sul, por meio da junção de outras duas empresas: Madeireira Giacomet S. A. e a Marodin Exportação S. A. e que, posteriormente, passou a se chamar Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S. A. [...]. Giacomet-Marondin apropriou-se de dois imóveis denominados de Rio das Cobras e Pinhal Ralo, que somavam mais de 100 mil hectares de terras contínuas, formando o maior latifúndio do sul do Brasil nos municípios, distribuídos entre os municípios de Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e *Nova Laranjeiras* [...] os dois imóveis foram apropriados irregularmente e, posteriormente, legitimados/regularizados pelo governo estadual em prol dos latifundiários.

Quadro 4 – Índice dos desmatamentos Mato Grosso do Sul e Paraná, 2020.

Mato Grosso do Sul			Paraná		
Total de Alertas	Áreas Desmatadas	Velocidade média	Total de Alertas	Áreas Desmatadas	Velocidade média
11/2018 a 11/2019					
432 unidades	29.045 ha	75 ha/dia	431 unidades	3.499 ha	9 ha/dia
11/2019 a 11/2020					
452 unidades	46.680 ha	119 ha/dia	751 ha	5.754 ha	15 ha/dia
Município: Corumbá. Área desmatada: 4.152,52 ha. Bioma: Pantanal.			Município: Nova Laranjeiras. Área desmatada: 159,8 ha. Bioma: Mata Atlântica.		

Fonte: MAPBIOMAS, (2020).

Organização dos dados: autora.

Além de territorializar-se, na agricultura mundializada, as empresas mundiais também tendem a monopolizar o território (OLIVEIRA, 2016), o que pode ocorrer a partir da conversão produtiva das terras já ocupadas pela pecuária extensiva/leiteira e pelos pequenos estabelecimentos, em áreas para monoculturas como silvicultura, cana-de-açúcar e grãos.

Transformações territoriais no campo de Mato Grosso do Sul e Paraná, identificadas tanto na comparação dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, como nos estudos de Almeida (2006), Paulino (2006), Kudlavicz (2010), T. S. Melo (2017), Souza (2017) e Raoul, Almeida (2019) são deveras úteis. Visto que, na comparação entre estrutura fundiária e utilização das terras, notamos que nesses estados, enquanto as lavouras temporárias e florestas plantadas avançaram no período entre os Censos, recuos foram identificados na utilização de terras para lavouras permanentes e pastagem.

No Mato Grosso do Sul, a redução das áreas de pastagem foi de 2.615.285 hectares; no Paraná, o registro foi de 728.564 hectares. Enquanto isso, as florestas plantadas seguiram o ritmo de expansão, e somaram a suas áreas cerca de 1.230.8881 hectares; Mato Grosso do Sul aparece com a maior proporção de expansão – 73%.

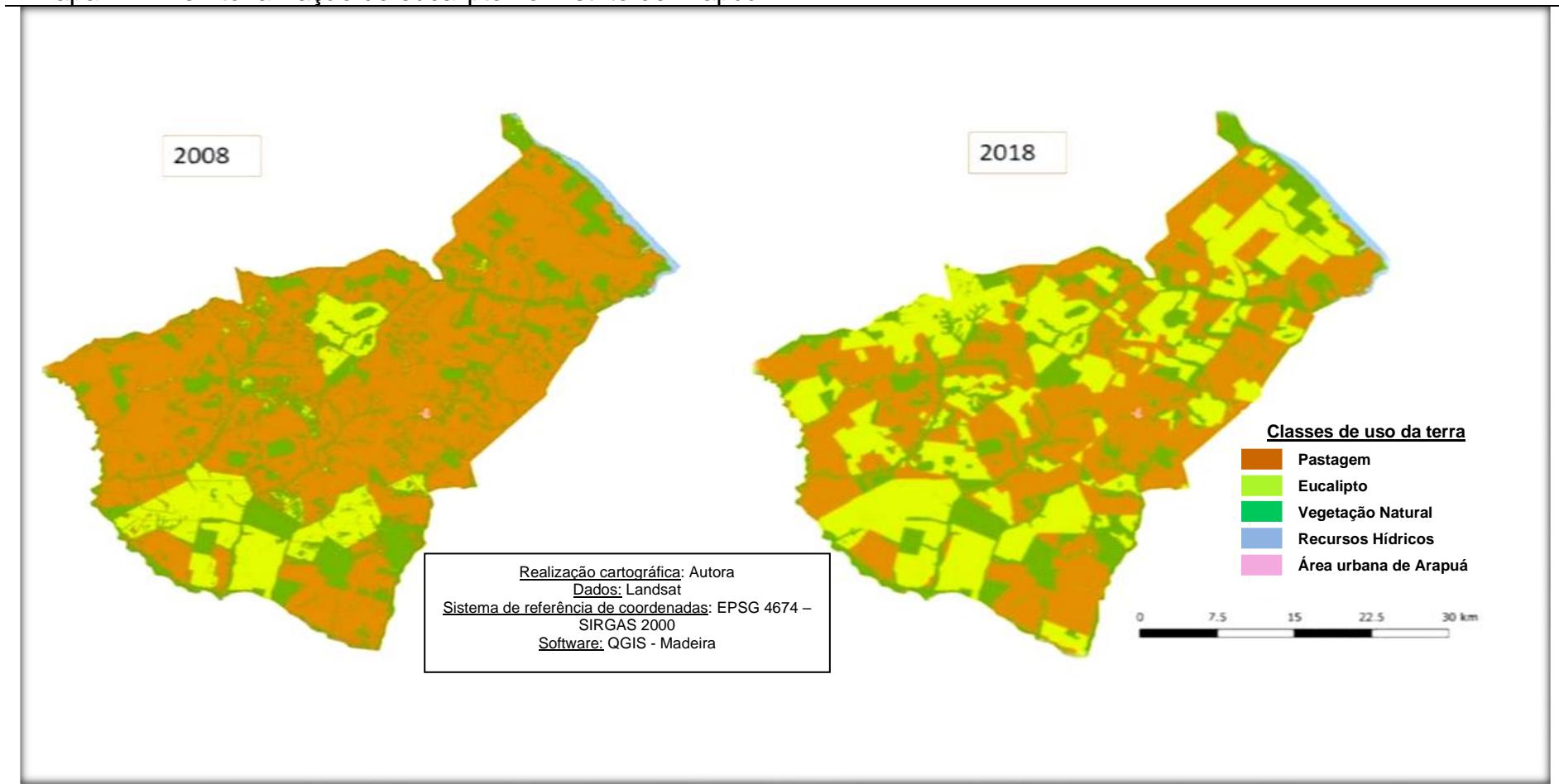
Na região leste do estado é exatamente essa expansão que justifica a redução das áreas com pastagem. Ocorre que, desde 2006, a região onde, historicamente, o uso e a ocupação das terras se deram pela formação de grandes propriedades ligadas à pecuária extensiva de corte e leiteira, passou a sediar a expansão do monocultivo do eucalipto, orquestrado pelas maiores indústrias do setor de celulose e papel do Brasil: Fibria (atual Suzano S.A.) e Eldorado Brasil, instaladas no município de Três Lagoas.

Segundo Raoul e Almeida (2019, p. 8), as atuais transformações no uso e ocupação da terra em Três Lagoas têm impactado diretamente as comunidades rurais localizadas nas redondezas do município, dentre elas a comunidade de Arapuá, que vem apresentando considerável diminuição da população após expansão das áreas com silvicultura. Diminuição que, segundo as autoras, também teve ressonância sobre os aspectos culturais da comunidade, visto que “[...] reduziu até diminuir a frequência e a própria ocorrência de eventos típicos como: bailes, campeonatos de futebol, quermesses, etc. [...]”.

Acontece que a expansão do monocultivo de eucalipto na região se dá em detrimento da expulsão da população do campo, em sua maioria composta por camponeses pecuaristas arrendatários e boiadeiros. Peões que trabalhavam com o trato do gado nas fazendas, e que compunham a população do distrito, mas tiveram que migrar para outras localidades, após as

terras serem arrendadas e/ou vendidas para as empresas do setor de silvicultura (KUDLAVICZ, 2010; SILVA, M. O., 2014). Esse avanço pode ser nitidamente observado no mapa 11, a seguir, e ocorre ao ritmo da insegurança fundiária, que na região está representada pela ocupação irregular de terras a partir da grilagem (LEONARDO, 2020).

Mapa 11 – Territorialização do eucalipto no Distrito de Arapuá.



Fonte: RAOUL, ALMEIDA (2019).

Para Kudlavicz (2010, p. 150), essa expansão também foi responsável pela retração da fruticultura de pequenas propriedades localizadas ao redor. Isso é um dos “[...] indicadores mais visíveis do desequilíbrio ambiental proveniente dos desmatamentos para implantação de pastagens e, mais recentemente, para plantio de eucalipto [...]” no estado, pois os animais silvestres, especialmente as aves, sem opção de alimentos, acabam por buscar comida em hortas, pomares e roças familiares – o que se confirma pelos próprios camponeses, que o relataram ao autor. Entre as empresas do setor, com atuação nas regiões de estudo – norte do Paraná e leste de Mato Grosso do Sul –, temos respectivamente, o Grupo Klabin e a Suzano S.A.

Com 51% das suas ações sob o controle do Klabin Irmãos & Cia, o grupo Klabin possui 16 unidades industriais, territorializadas além do Paraná, em mais sete outros estados brasileiros: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Aproximadamente 458 mil hectares são controlados (terras próprias, arrendadas e de fomentos) pela empresa em SP/PR/SC, dos quais 47% são destinados à produção de pinus e eucalipto, enquanto 53% são para reserva nativa (OLIVEIRA, A., 2016).

A Suzano foi criada em janeiro de 2019, após a fusão entre Suzano e Fibria. As duas já são empresas reconhecidas no setor de celulose e papel, e a fusão veio justamente para fortalecê-las num momento em que os preços de seus produtos tiveram considerável queda na bolsa de valores. Segundo informações disponibilizadas pela Suzano S.A. ao *G1 Economia*, após a fusão, as ações da empresa se dividem em: 46,4% acionistas e controladores da Suzano; 11,1% Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Participações S/A (BNDESPAR); 5,6% Votorantim; 37% outros acionistas. (ALVARENGA, 2018).

Proveniente de outra fusão ocorrida em 2009, entre Aracruz Celulose e Grupo Votorantim, a Fibria já administrava 51% da Portocel, metade da Veracel Celulose S.A. e possuía “[...] quatro unidades industriais localizadas em Três Lagoas/MS, Aracruz/ES, Jacareí/SP e Eunápolis/BA”. A partir dessas unidades, a empresa detinha aproximadamente “[...] 1,080 milhão de hectares de terras (terras próprias, arrendadas e de fomentos), onde tem plantado 675 mil

hectares de eucalipto nos estados de MS, ES, MG, RJ, SP, BA e RS [...]” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 218).

A Suzano Papel e Celulose S.A. no Piauí, possuía uma unidade em Imperatriz (MA), uma em Mucuri (BA) e outras quatro no estado de São Paulo: duas em Suzano, uma em Embu e outra em Limeira. A unidade de Mucuri surgiu após a Companhia Vale do Rio Doce vender 32% de sua participação na empresa Bahia Sul a Suzano, em 2001 (SOARES, P., 2001). A unidade de Limeira também resulta da compra de 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose – Compacel, que pertenciam à Fibria, os quais incluíam “[...] 50 por cento da fábrica de papel e celulose, 76 mil hectares de terreno e 71 mil hectares de florestas” (UOL TERRA ECONOMIA, 2010).

Em resumo, após a criação da Suzano S.A., o grupo passou a contar com 11 unidades, com capacidade de produção de 10,9 milhões de toneladas anuais de celulose, concentrando (áreas próprias, arrendadas e de fomento) aproximadamente 2.474.630 hectares. (RELATÓRIO SUZANO S.A., 2018).

Ao investigar tanto os dados do ABRAF quanto a PEVS – plataforma do IBGE, percebemos que as áreas direcionadas à silvicultura seguem tendência de ascensão ao longo do período de 2005 a 2012, conforme apresentado na tabela 11. Mesmo que no levantamento de 2012, o Paraná registre área superior que Mato Grosso do Sul, a elevação mais expressiva no período foi identificada neste último – que sinaliza um acréscimo de 444.794 hectares direcionados à atividade, enquanto, no Paraná, o aumento foi de 24.798 hectares.

Quando verificamos o comportamento da área plantada por espécie, notamos que, à medida que ambos os estados aumentaram as áreas com eucalipto, houve considerável recuo daquelas destinadas à plantação de pinus. Nesse caso, quem se destaca é o Paraná, onde as áreas com eucalipto indicaram elevação de 82.839 hectares, enquanto as terras com pinus listaram redução de 58.041 hectares. Já em Mato Grosso do Sul, houve aumento de 473.878 hectares nas áreas com eucalipto, enquanto as áreas com pinus registraram retração de 29.084 hectares.

Tabela 11 – Área (ha) ocupada pela silvicultura – Mato Grosso do Sul e Paraná, 2005-2012.

Ano	Eucalipto		Pinus	
	Mato Grosso do Sul	Paraná	Mato Grosso do Sul	Paraná
2005	113.432	114.996	38.909	677.772
2006	119.319	121.908	28.500	686.453
2007	207.687	123.070	20.697	701.578
2008	265.250	142.430	18.800	714.890
2009	290.890	157.920	16.870	695.790
2010	378.195	161.422	13.847	686.509
2011	475.528	188.153	11.871	658.707
2012	587.310	197.835	9.825	619.731

Fonte: ABRAF, (2005 a 2012). Organização dos dados: autora.

As informações mais recentes disponibilizadas pelo IBGE em relação à PEVS não são diferentes daquelas registradas pela ABRAF, e sinalizam a expansão das áreas direcionadas ao plantio de eucalipto somente entre 2013 a 2017 (tabela 12). Mato Grosso do Sul registrou elevação de 466.652 hectares; o Paraná, de 19.133 hectares. A distinção aparece quando voltamos nossa lente à evolução da área por espécie, visto que Mato Grosso do Sul ainda apresenta tendência de retração das áreas voltadas à plantação de pinus – ao menos 5.898 hectares desapareceram no período –, ao passo que o Paraná aumentou 93.074 hectares àqueles já existentes.

Tabela 12 – Área (ha) ocupada pela silvicultura – Mato Grosso do Sul e Paraná, 2013-2017.

Ano	Mato Grosso do Sul		Paraná	
	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus
2013	651.088	11.150	651.821	803.168
2014	886.381	5.700	687.635	909.874
2015	921.404	5.300	681.799	919.664
2016	993.807	4.276	684.382	920.251
2017	1.117.740	5.252	670.954	896.242

Fonte: PEVS, (2013 a 2017) (IBGE).

Organização dos dados: autora.

A justificativa para a retração das áreas com pinus pode estar tanto no seu baixo valor comercial no mercado mundial de celulose e papel como no curto ciclo de produção do eucalipto. Isto porque as empresas envolvidas no setor, na ânsia de abarcar maiores rendimentos em curto prazo, têm retraído a plantação de pinus e sobreposto a elas o eucalipto, apostando cada vez mais na produção de celulose e papel proveniente dessa madeira. Outro fato decisivo para a escolha das espécies é a planta fabril de cada uma: a Klabin

investe tanto na fibra curta, proveniente do eucalipto, quanto na longa, derivada do pinus; já a Suzano S.A. e a Eldorado Brasil apostam apenas na fibra curta. Eis o motivo da redução das áreas plantadas com pinus no estado de Mato Grosso do Sul.

É importante esclarecer que essa expansão marca um novo caráter da reconcentração fundiária, não apenas sob a égide do eucalipto, mas também da soja, milho e cana-de-açúcar.

Ao aproximar a lente em direção à utilização das terras segundo as diferentes lavouras temporárias, notamos que, em Mato Grosso do Sul, seja em relação à área colhida total, seja por estrato de área, monoculturas como milho e soja avançaram territorialmente – e alimentos como arroz, feijão, trigo e tomate apresentaram significativa redução da área colhida, conforme mostra a tabela 13, a seguir.

Tabela 13 – Variação da área colhida no Mato Grosso do Sul (em ha).

Culturas	2006	2017	Comportamento 2006-2017
Arroz em casca	20780	10293	↓ 10487
Batata-inglesa	9	21	12 ↑
Cana-de-açúcar	155391	690994	535603 ↑
Feijão	12727	7909	↓ 4818
Mandioca	26932	30165	3233 ↑
Milho	620117	1803450	1183333 ↑
Soja	1464389	2444042	979653 ↑
Trigo	25893	12045	↓ 5
Tomate	26	21	↓ 13848

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (2006 e 2017) (IBGE)

Organização dos dados: autora.

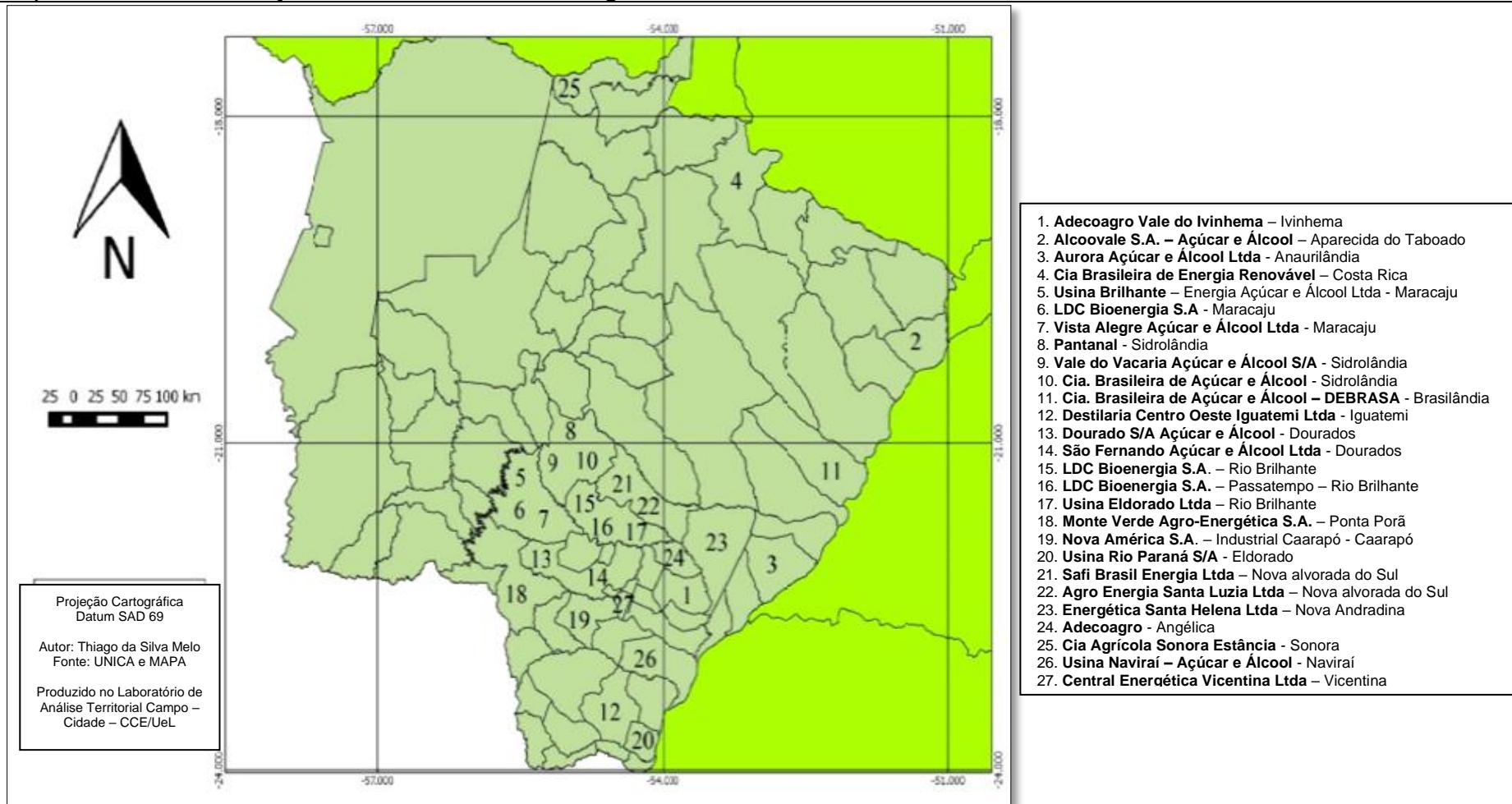
Observa-se que a redução foi de aproximadamente 29.158 hectares de área colhida entre os Censos, dos quais aproximadamente 12.949 hectares estavam nos estabelecimentos com menos de 200 ha que, neste período, foi reduzido em cerca de quatro hectares.

A área colhida da soja somada à do milho e cana-de-açúcar cresceu 2.698.589 hectares, sendo que 98% foram registrados nos estabelecimentos com mais de 200 hectares. Como visto, este grupo controla 29.034.493 hectares das terras reservadas à agricultura no estado. Esses números

evidenciam o intenso processo de territorialização do setor de grãos e sucroenergético concentrado no estado.

De acordo com T. S. Melo (2017), a territorialização da cana-de-açúcar concentra-se na região Sul de Mato Grosso do Sul, liderada por grupos empresariais com forte atuação no mercado financeiro, uma evidência do caráter rentista do capitalismo em expansão.

Mapa 12 – Territorialização das unidades sucroenergéticas – Mato Grosso do Sul.



Fonte: MELO, T. S. (2017).

A partir da análise dos dados do MAPA (2015), A. Oliveira (2016, p. 130) mostra que naquela ocasião o setor sucroenergético brasileiro era composto por 366 usinas/destilarias, das quais 66% produziam açúcar e etanol, 30% apenas etanol e 4% apenas açúcar. Apesar de o estado de São Paulo concentrar a maioria das unidades de usinas/destilarias, Mato Grosso do Sul já aparecia com 22 unidades, das quais 55% relacionadas à produção de açúcar e etanol e 45% ao etanol. Como observado no mapa anterior, dentro de dois anos, esse número aumentou para 27 unidades.

T. S. Melo (2017, p. 138-139) destaca que, além da posição geográfica da região Sul de Mato Grosso do Sul, em proximidade com Paraná e São Paulo – principais estados consumidores de etanol –, as motivações expansionistas centrais foram o preço da terra, a estrutura fundiária e o suporte do Estado:

[...] abundância de recursos hídricos e de grandes extensões de terras férteis com o preço inferior ao dos estados vizinhos. A concentração fundiária foi um elemento importante e vantajoso para o capital por permitir acesso a grandes extensões de terras a partir da negociação com um número reduzido de proprietários. O caráter monopolista da propriedade privada da terra e a sua improdutividade, aliados a avidez dos latifundiários pela realização da renda capitalizada da terra também é um ponto a ser considerado. A ação do Estado, da mesma forma, foi fundamental na atração e territorialização dos empreendimentos, que receberam vantagens como a concessão de terrenos para a instalação das empresas e a isenção do pagamento de impostos por vários anos.

Ambos os autores ressaltam que um claro processo de territorialização do monopólio pode ser identificado nesta região, a partir da Adecoagro Brasil Participações S.A. Com 96,51% das suas ações controladas pelo grupo norte-americano Adecoagro LP, 2,13% pela Adeco Agropecuária S.A. e 1,36% por outros acionistas, a empresa, presente na região desde 2007, controla pelo menos duas unidades do setor sucroenergético: Angélica Agroenergia (Angélica/MS) e Nova Ivinhema (Ivinhema/MS) – duas unidades que tiveram, aproximadamente, R\$ 639 milhões liberados pelo BNDES para implantação de infraestrutura. (MELO, T. S., 2017).

Juntamente com a unidade de Monte Alegre (Monte Belo/MG), essas unidades estão localizadas nas fazendas Kurupay, Monte Alegre e Carmen,

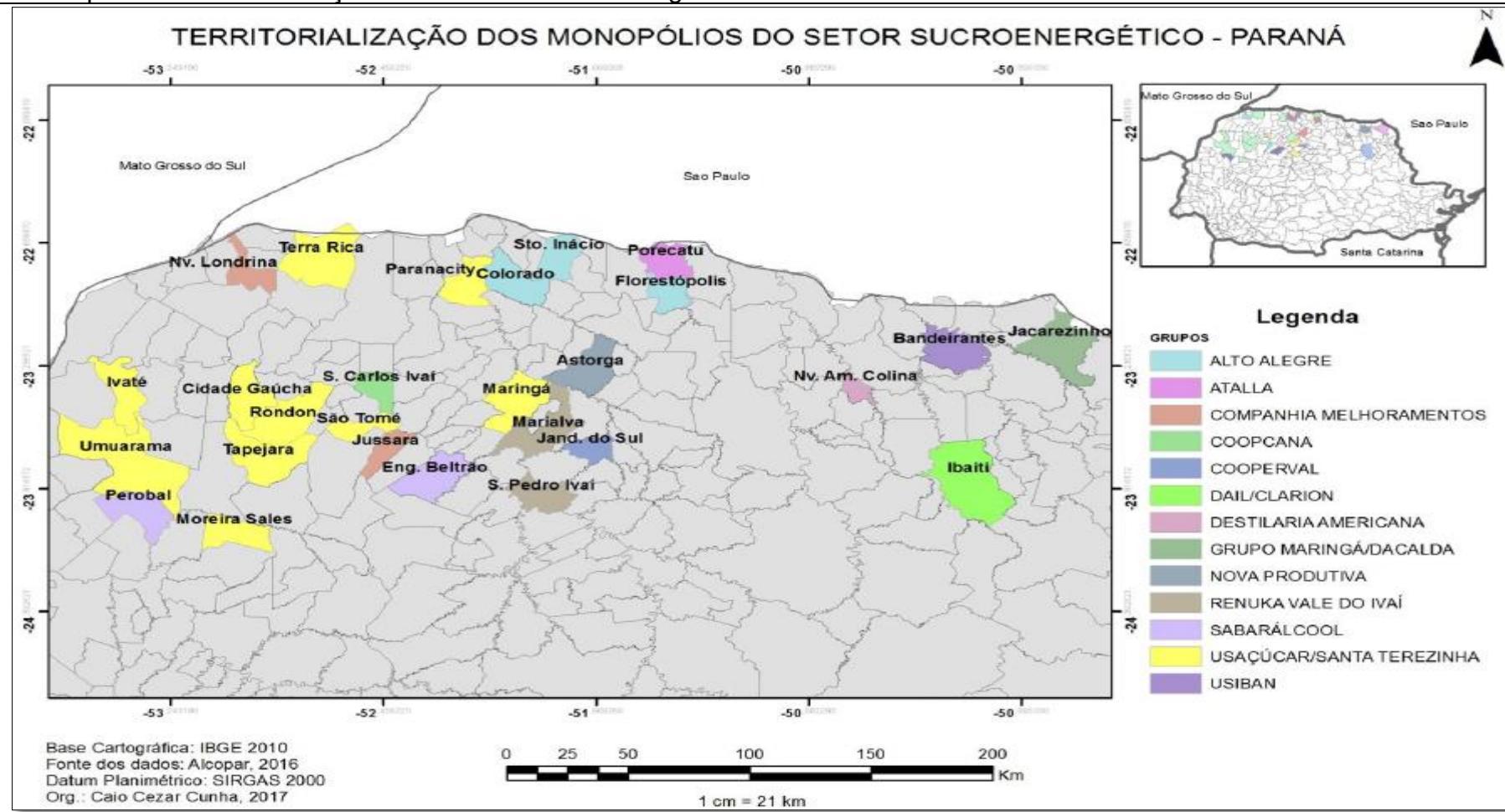
somando aproximadamente 153.690 hectares de terras (próprias e parceria agrícola) nos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Segundo algumas pesquisas, na região Sul de Mato Grosso do Sul, as áreas prioritárias para a territorialização da cana foram aquelas direcionadas à pastagem, como também “[...] áreas que anteriormente eram dedicadas à produção de alimentos e gêneros destinados à exportação [...]” (MELO, T. S., 2017) que estavam menos valorizadas no mercado de *commodities*.

Apesar de ser reconhecido nacionalmente pela considerável escala produtiva de grãos, o Paraná também se destaca com a territorialização do setor sucroenergético na região setentrional do estado. Desde 1980, tem apresentado a mesma dinâmica de retração das áreas com policultura, especificamente alimentar, como resultado da disputa territorial (SOUZA, 2017) devido à expansão do monocultivo da cana-de-açúcar.

A. Oliveira (2016) analisa que ao menos 30 unidades de usinas/destilarias estavam localizadas no Paraná na safra de 2015/2016, 73% delas produzindo açúcar e etanol e 27% ligadas à produção de etanol; segundo informações de Souza (2017), essas unidades se encontram sob o controle de aproximadamente 16 grupos empresariais territorializados no estado, alocados em 29 municípios, como podemos conferir no mapa 13, a seguir:

Mapa 13 – Territorialização das unidades sucroenergéticas – Paraná.



Fonte: SOUZA (2017).

Dentre os grupos empresariais que se destacam na territorialização do monopólio na região está o Usaçúcar/Santa Terezinha. Pertencente à família Menegueti, a empresa surgiu no pré-lúdio dos anos 1960, a partir da modificação de “[...] um pequeno engenho que se dedicava a produção de aguardente numa agroindústria açucareira, no distrito de Iguatemi, em Maringá [...]” (SOUZA, 2017, p.194).

Segundo o autor, no desfecho dos anos 1980, aproveitando tanto a crise sucroenergética, que pegou de sobressalto as empresas do setor com menor taxa de lucratividade, quanto o imensurável apoio financeiro cedido ao grupo pelo BNDESPAR, a empresa deu o pontapé inicial no processo de territorialização a partir da compra de duas unidades: Paranacity (1987) e Tapejara (1989).

A partir do BNDESPAR, o Estado brasileiro tem considerável participação nas ações tanto do setor sucroenergético como naquele de celulose/papel/madeira, o que visibiliza a intenção deste em investir na ampliação dos setores. Logo, as observações de Martins (1994) não estavam equivocadas quando o autor ressalta que, além de se beneficiarem com a apropriação irregular da terra, os latifundiários capitalistas ainda abocanham dinheiro público.

Esta é uma equação sem solução, nos marcos da legalidade do Estado de Direito: por que o Estado brasileiro, ao invés de destinar essas terras à política de reforma agrária, subsidia latifundiários capitalistas que lhe roubaram terras? Acontece que, no Brasil, “[...] a injeção de dinheiro no sistema de propriedade [sempre] modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo [...]”, com nítida intenção de postergar a execução da política de reforma agrária. E até os dias atuais, essa ação se reflete num pacto social e econômico entre Estado e latifundiários capitalistas “[...] de larga durabilidade e não apenas uma opção transitória para esvaziar as tensões sociais no campo” (MARTINS, 1994, p. 80).

Em 1993, o grupo adquiriu a Unidade Ivaté. A partir de 2000, construiu a Unidade de Terra Rica (2003); arrendou duas instalações industriais entre 2008 e 2009 – Coocarol (Rondon/PR) e Usaciga (Cidade Gaúcha) –; e entre 2012 e 2013 comprou as usinas de álcool e açúcar Goioerê (Moreira Sales/PR) e Costa Bionergia (Umuarama/PR). (OLIVEIRA, A., 2016).

Segundo o relatório da própria empresa, em 2018, ela contou com 41.900 hectares de terras para o plantio próprio de cana-de-açúcar, quantidade insuficiente, considerando a capacidade de moagem de 14 milhões de toneladas de cana. (USAÇÚCAR, 2018).

[...] a maior parte da matéria prima processada em suas unidades agroindustriais provenientes do fornecimento de cana através do regime de parceria agrícola, onde são firmados contratos entre a Santa Terezinha e proprietários de terras por um período mínimo de cinco anos, podendo este alcançar os 20 anos, num contexto em que o proprietário fundiário ficaria responsável pelos tratos culturais da cana cultivada em suas terras. (SOUZA, 2017, p. 201).

Em se tratando da área colhida com cana-de-açúcar no Paraná, podemos perceber que os dados do Censo de 2017 indicam que, assim como em Mato Grosso do Sul, houve uma dinâmica de expansão. Aliás, este movimento não ficou restrito apenas à cana, tendo sido comum às demais culturas comerciais no estado.

Na comparação dos dois Censos, o movimento de expansão da área colhida da cana salta aos olhos visto que, sozinha, o aumento foi de 295.987 hectares. Dado importante é que toda a área expandida com cana esteve concentrada no extrato acima de 1000 hectares, formado por apenas 0,5% dos estabelecimentos. A este respeito, cabem as considerações de Souza (2017, p.330):

[...] os municípios com as maiores proporções de suas áreas agricultáveis ocupadas pela cana-de-açúcar, apresentaram maiores níveis de concentração fundiária, sendo relevante ressaltar que seis dos dez municípios com os maiores tamanhos médios de estabelecimentos agropecuários, eram municípios canavieiros. Como consequência desta intensificação da concentração fundiária, os cultivos alimentares sofreram vertiginosas retrações nos municípios canavieiros paranaenses, chegando a praticamente desaparecer naqueles municípios em que a cana-de-açúcar tem sido a principal cultura da agropecuária capitalista. É importante ressaltar que no período que antecedeu a expansão canavieira no Norte e Noroeste paranaense, os cultivos alimentares eram numericamente significativos e ocupavam juntos uma área bastante superior ao de várias culturas da agropecuária capitalista, ao passo que a expansão do negócio

sucroenergético, assim como de outras culturas de escala, resultou na quase extinção desta produção.

A quase extinção das áreas com culturas alimentares sinalizada pelo autor já pode ser constatada no percurso de aproximadamente uma década. A tendência de retração aparece mais intensamente nas culturas de arroz, feijão, mandioca e tomate. O recuo foi de aproximadamente 117.960 hectares.

Tabela 14 – Área colhida no Paraná (em ha).

Culturas	2006	2017	Comportamento 2006-2017
Arroz em casca	24191	13933	↓ 10258
Batata-inglesa	9495	10902	1407 ↑
Cana-de-açúcar	337430	633417	295987 ↑
Feijão	322919	228505	↓ 94414
Mandioca	94297	81470	↓ 12827
Milho	2025107	2492341	467234 ↑
Soja	3494373	4266715	772342 ↑
Trigo	551342	720207	168865 ↑
Tomate	745	284	↓ 461

Fonte: Censo Agropecuário (2006 e 2017) (IBGE) Organização dos dados: autora.

Apesar da expansão da cana, o Paraná está entre os maiores produtores de grãos do país, sendo que a expansão da área colhida do milho, soja e trigo chegou a 1.408.441 hectares. Ao concentrar-se também nos grupos de áreas acima de 50 ha, a expansão dessas culturas dá indícios de que nos dois estados o interesse não é alimentar a população faminta, e muito menos expressa “[...] avanço em termos de soberania alimentar, já que as culturas em expansão são aquelas inseridas no circuito de commodities, reguladas pelas benesses públicas à exportação [...]” (PAULINO; ALMEIDA, 2010a, p. 29).

Desta forma, a obediência aos preceitos e exigências do mercado que conduzem os latifundiários capitalistas a direcionar parcelas de sua terra à produção de monocultura está acomodado no mesmo propósito que os leva a cercear a outrem o acesso à terra: apropriação da renda fundiária.

Por outro lado, observou-se que a expansão das monoculturas também se estabelece a partir da monopolização das áreas ocupadas pelos projetos de reforma agrária, como observado na maioria dos sítios camponeses do projeto de assentamento Eli Vive II.

Ainda que esteja entre as estratégias de reprodução social de algumas famílias, o arrendamento para cultivos convencionais tem ocupado, em especial, nos sítios visitados, o espaço de trabalho caracterizado como roça (E. WOORTMANN, 1982) o que em menos de cinco anos, devido sua proximidade com os espaços de policultura, já tem provocado algumas alterações no desenvolvimento de outras culturas,

Nosso problema aqui é que esse plantio de soja acabou com toda a nossa fruta. Essa é a realidade. O veneno está acabando com tudo. Os abacates [lá na mãe] estão dando uma coisa assim por cima, que ao invés dele ficar com a casca lisinha, fica parecendo uns machucadinhos e a casca toda enrugada. Perdeu tudo, porque estão dando muitas doenças e as frutas abortam por conta do veneno que é passado na soja [glifosato]. (Sra. I², PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Embora essa relação não possa ser confirmada, uma vez que não houve estudo mais detalhado que investigasse a causa das alterações no abacate, alguns fatos empíricos que sustentam esta correlação podem ser observados no estudo de Carneiro et al (2015). Nele, os autores registram relatos de camponeses que em diferentes estados, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo com consideráveis episódios de doenças e queda da produtividade dos seus cultivos entre eles: frutíferas, feijão e mandioca, após os assentamentos serem circundado pelo monocultivo convencional.

Fatos semelhantes também foram identificados por T. S. Melo (2017), em pesquisa realizada no município de Ivanhema, localizado no sul de Mato Grosso do Sul, junto a camponeses assentados em áreas próximas a expansão da cana de açúcar, na qual se identificou redução da produtividade de melancia. Equivalência que também aparece no caso do sítio da Sra. I², considerando que ela observa a manifestação das doenças nos pomares logo após três sítios vizinhos, que circundam o seu, arrendarem áreas para a produção de soja convencional.

Eu, principalmente fruta, perdi bastante, porque, quando está na época da florada das frutas, meus vizinhos aqui, eles plantam soja. E eles vem passar aquele veneno. Aborta tudo e as frutas que sobra não presta. O ano passado [2019], eu perdi muita melancia. Elas já estavam na florada, algumas já tinham até os frutinhos e daí eles vieram passar o veneno ali para a

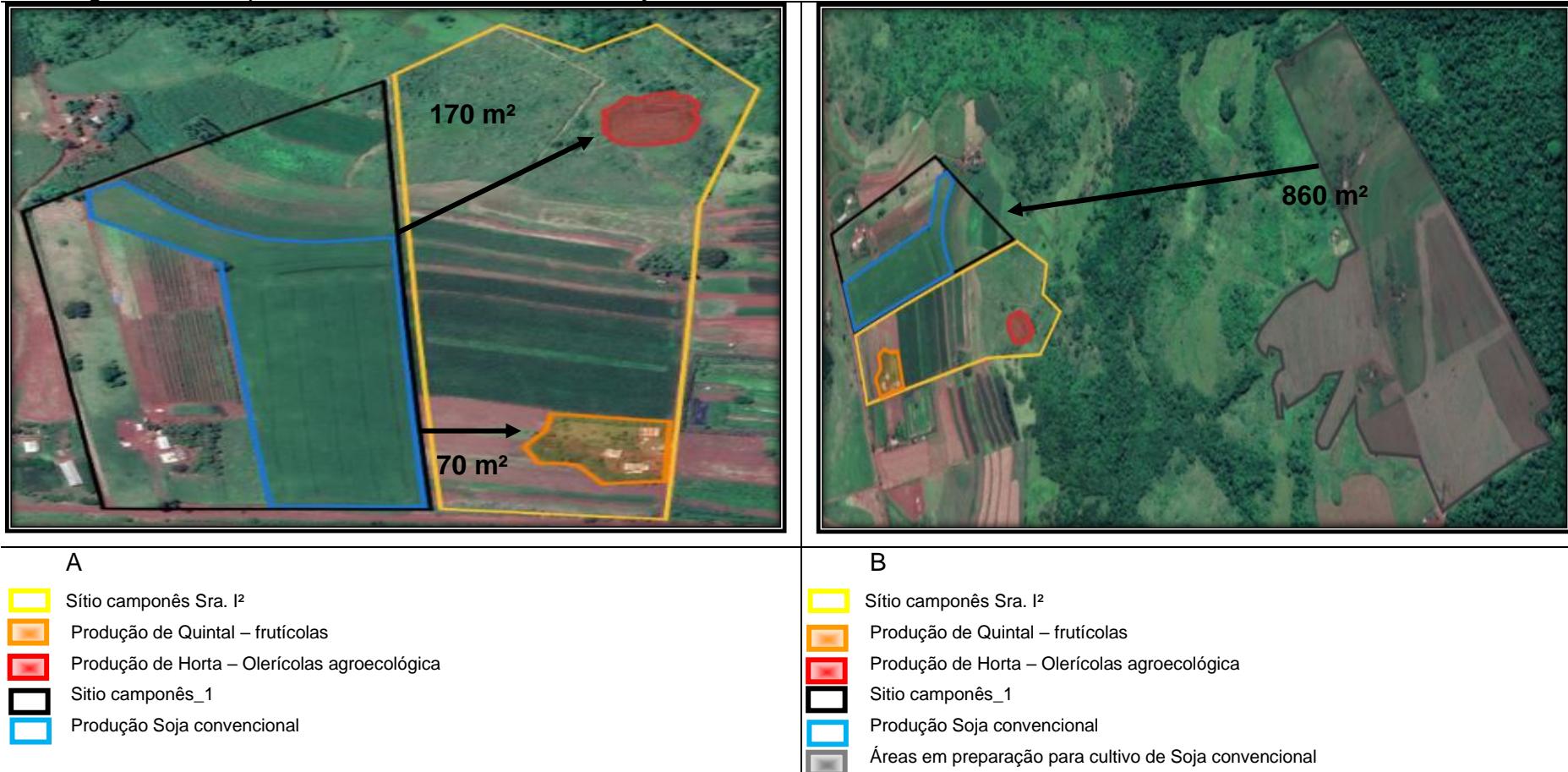
limpa das sojas e eu perdi tudo. E fica complicado, porque nesta produção, entre sementes, adubos e dias de trabalho, nós gastamos uns R\$ 150,00 reais O adubo cama de frango que compramos foi R\$ 50,00 reais a saca de 50 kg. A ideia era para o gasto, mas iríamos tentar produzir para vender, porque no final de ano sempre vende bem melancia. E, caso produzisse, iríamos vender nas sacolas e aqui no assentamento também, por mais ou menos R\$ 1,50 o quilo. Não tenho nem ideia, para falar a verdade, porque aqui tem um rapaz que produziu uma vez, mas não tenho conhecimento com ele. Mas eu comprei essa semana no mercado. Paguei 30,00 reais em uma de tamanho médio. E fica difícil pra nós, porque eu tenho vizinho que planta soja, do lado direito aqui [A], e os dois vizinhos lá de baixo [B], do lado esquerdo, também plantam soja. Porque eles vêm passar com aqueles gafanhotos¹³, sabe? Então pode estar ventando, pode estar do jeito que estiver, eles não ligam, não. Chegam e desce o veneno para a terra. E daí sentimos o veneno, o cheiro do veneno aqui em casa e onde a gente perdeu as frutas. Agora mesmo eles já estão começando a preparar as terras para soja. Aí começa os venenos e começa abortar tudo. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, SET. 2020).¹⁴

Ainda que muitos autores questionem a contaminação de outros cultivos pela deriva, em simulação de distância realizada pelo Google Earth, é possível perceber que a área B distancia-se a quase 900 metros do Sítio da Sra. I², porém a área A está ao lado, numa distância de 70 metros da produção frutíferas. Foi observado também o abortamento da florada.

¹³ Pulverizador agrícola, conhecido como gafanhoto, tem a função de separar o agrotóxico já diluído em água em pequenas partículas, e distribuí-lo sobre o cultivo convencional.

¹⁴ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

Figura 2 – Croquis sítios com arrendamentos soja – Assentamento Eli Vive II.



Fonte: GOOGLE EARTH, Set. 2020.

Segundo Romeiro e Abrantes (1981), a redução de produtividade, aqui expressa no abortamento da florada, é um dos sinais da poluição química comumente observada nos agroecossistemas que estão próximos, ou em cultivos que recebem diretamente a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Esta poluição realiza-se a partir de círculo de degradação que começa no solo:

[...] com a esterilização provocada pelos defensivos – eliminação de flora e fauna de microrganismos e vermes fundamentais à manutenção da fertilidade natural do solo – que juntamente com os processos erosivos levam à maior demanda de aplicação de fertilizantes químicos que normalmente são compostos por apenas três macronutrientes básicos: nitrogênio, fósforo e potássio. A deficiência em micronutrientes, ocasionada pela perda de atividade biológica no solo, gera uma perda de qualidade alimentícia das plantas que as tornam suscetíveis às pragas. Tal suscetibilidade demanda doses cada vez maiores e/ou diversificadas de defensivos, fechando assim o ciclo. (BARRETO; RIBEIRO, 2008, p. 5).

Considerando o ciclo de degradação, o fato de que os solos localizados em terrenos muito declives, como no caso do sítio da Sra. I.², são mais susceptíveis a perda da fertilidade, assim como a simultaneidade entre “*sentimos o veneno, o cheiro do veneno aqui em casa*” e “*a gente perdeu as frutas*”. Entende-se que são elementos que dão indícios de que a proximidade da soja tem interferido no ciclo produtivo das frutíferas, provocando seu abortamento.

Segundo Pignati et al. (2017) do consumo nacional de 899.073.841 litros de agrotóxicos em 2015, 15% foram no Paraná, segundo maior consumidor da substância no país, ficando atrás apenas do Mato Grosso, com 23%; Mato Grosso do Sul aparece em sétimo lugar, consumindo 6%.

Dos litros de agrotóxicos consumidos tanto em Mato Grosso do Sul quanto no Paraná, lideram a plantação de soja e milho, sendo respectivamente, 84% e 72% do consumo – mostrando que a maior concentração do uso de agrotóxicos na agricultura corresponde à produção de monoculturas comerciais.

Tabela 15 – Principais culturas segundo o consumo de agrotóxico, Mato Grosso do Sul e Paraná - 2015.

Estados	Uso de agrotóxicos - 2015			
	Litros consumidos	Soja	Milho	Cana-de-açúcar
Mato Grosso do Sul	58.029.601	49%	35%	11%
Paraná	135.470.543	49%	23%	6%

Fonte: PIGNATI et al. (2017)
Organização dos dados: autora.

Para Bombardi (2019, s. n., grifos nosso), a concentração do consumo de agrotóxicos no monocultivo da soja se dá por diversos motivos; entre eles, está a:

[...] *enormidade dos cultivos*, a gente tem o equivalente a três Portugal e meio só em soja, então, uma coisa é em termos espaciais, o que isso significa, representa muita coisa e a outra é que 98% da soja hoje no Brasil é transgênica. O que significa isso, uma soja transgênica? Uma soja transgênica é uma soja em que a semente foi modificada geneticamente, ela recebeu o gene de uma bactéria e essa bactéria é tolerante a um herbicida. O que é um herbicida? Herbicida é um agrotóxico, é um veneno que mata os outros vegetais e essa semente floresce e cresce e todo o resto morre em volta. Pra que serve isto? Para baratear o custo de produção, porque ao invés de se fazer uma capina mecânica, uma capina física, faça uma capina química que pode inclusive ser feito por avião, através da pulverização aérea, que é um outro grande problema [...].

Num estudo mais detalhado, a pesquisadora destaca a geografia do uso de agrotóxicos no Brasil, evidenciando que, somente na produção desses três cultivos, “[...] convergem 76% de todo agrotóxico comercializado [...]” dois terços do montante de agrotóxicos comercializados no país têm como receptáculo três culturas expoentes da agricultura capitalista brasileira [...]” (BOMBARDI, 2017, p. 33). De todos os agrotóxicos consumidos no Brasil, ao menos 30% são vedados na União Europeia por terem sido considerados carcinogênicos – produtos que, ao serem testados apenas em animais, indicam ter substâncias altamente cancerígenas. Aliás, são causadores de casos graves de contaminação seguida de morte no país.

Bombardi (2017, p. 54) também destaca que os casos de intoxicações por agrotóxicos estão presentes em todas as regiões brasileiras. Porém,

visivelmente se concentram nos estados de GO, MT, MS, SP e PR, razão pela qual a autora explica que:

[...] ao menos três perfis agrícolas espaciais de intoxicação: a área de expansão de soja, por exemplo, no estado do Mato Grosso e no Oeste da Bahia (em conjunto com municípios do Leste do TO e Sul do MA e PI); a área de expansão de cana de açúcar, por exemplo, no Oeste Paulista e no Triângulo Mineiro e a área de fruticultura irrigada nos municípios às margens do Rio São Francisco (PE - BA) e nos perímetros irrigados (CE). Destaca-se ainda o estado do Paraná, com importante produção de soja, cana-de-açúcar e trigo e, também, do Espírito Santo, com significativos cultivos de café e eucalipto.

Segundo essa pesquisa e com base nos dados disponibilizados pelo IBGE sobre o uso de agrotóxicos no Brasil, a média anual da utilização dessas substâncias no Mato Grosso do Sul entre 2012 e 2014 foi de 51.534 toneladas, ao passo que, no Paraná, foram registradas 112.955 toneladas. Identificados desde os pequenos até os grandes estabelecimentos agropecuários, apenas no período de 2007 a 2014, os dois estados, juntos, registraram cerca de 4.047 pessoas intoxicadas por agrotóxicos de uso agrícola, das quais 3.723 foram identificadas no Paraná. Só neste estado, considerável produtor de grãos comerciais, a contaminação ou ingestão de agrotóxicos levou a 231 óbitos – o que escancara a letalidade química que esse modelo de agricultura agroindustrial lança sobre a sociedade.

Outra pesquisa que tem apresentado a forma como são produzidos os alimentos que consumimos nacionalmente e aqueles destinados à exportação é o trabalho jornalístico da *Agência Pública* e do *Repórter Brasil*. O trabalho mostra que pelo menos 27 agrotóxicos foram identificados na água de um em cada quatro municípios estudados.

Analizando aqueles municípios apresentados por Bombardi (2017), nos quais a relação do número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos e o total de estabelecimentos do município foi maior, percebemos que os cinco registrados no Mato Grosso do Sul – Itaporã, Aral Moreira, Laguna Carapã, Fátima do Sul e Douradina – tiveram 27 agrotóxicos identificados; ao menos 11 estão correlacionados com enfermidades como o câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos – são eles: Alaclor, Atrazina, Carbendazim, Clordano,

DDT+DDD+DDE, Diuron, Glifosato, Lindano, Mancozebe, Permetrina, Trifluralina.

Em pelo menos três municípios – Itaporã, Fátima do Sul e Douradina, com respectivamente 26, 25 e 17 substâncias – foram encontrados agrotóxicos na água com concentração acima de 0,1µg/L, limite considerado seguro na União Europeia. O risco é considerado maior em Fátima do Sul, pois esse município listou um agrotóxico – Endrin – com concentração na água acima de 20µg/L, limite considerado seguro no Brasil. Essa substância é proibida no Brasil por possuir classificação brasileira I – extremamente tóxica, uma vez que está na relação de poluentes orgânicos persistentes (POPs) que não são naturalmente destruídos, com capacidade de concentração em tecidos dos organismos vivos; por isso, é muito perigosa para a saúde humana e o meio ambiente.

Em cinco municípios pertencentes ao estado do Paraná – Ivatuba, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Rancho Alegre e Floresta –, a situação também se repetiu: neles, 27 agrotóxicos foram identificados, dos quais 11 estão associados a enfermidades – com exceção de Rancho Alegre, que registrou 24 agrotóxicos na primeira categoria e nove na outra. A respeito da concentração na água, nenhum deles ultrapassou o limite estabelecido no Brasil; já em relação àquele estipulado na União Europeia, somente Sertanópolis aparece com duas substâncias: 2,4D + 2, 4,5T e metamidofós.

O primeiro é a fórmula de um agrotóxico popularmente conhecido por “agente laranja”, hoje apenas denominado 2,4D, já que nessa fórmula ele é altamente cancerígeno. É um dos herbicidas agrícolas usados nas lavouras de arroz, café, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo; mesmo possuindo classificação I – extremamente tóxica –, não é proibido no país e aparecia, no ano de 2014, em segundo lugar no *ranking* dos agrotóxicos mais vendidos no Brasil, perdendo apenas para o glifosato. O metamidofós está na lista de agrotóxicos proibidos no país por ser altamente perigoso; sua classificação também é I e, mesmo com o uso desautorizado, seu limite máximo permitido na água brasileira é de 12µg/L. (AGÊNCIA PÚBLICA; PUBLIC EYE; REPÓRTER BRASIL, 2019).

Apesar desta pesquisa, o ritmo de liberação de agrotóxico no país tem aumentado gradativamente:

Segundo dados do Greenpeace, desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, 290 substâncias foram liberadas para utilização. A análise ainda revela que, deste número total, pelo menos 32% dos produtos já são proibidos em toda a União Europeia. O ritmo da aprovação dessa nova lista já é a maior em relação aos últimos anos. Em 2018, 229 produtos foram liberados entre janeiro e julho, totalizando 422 no ano, enquanto que em 2017, foram 195 produtos no primeiro semestre e 405 no ano [...]

Tal conjuntura tem reforçado a nível nacional o debate acerca da periculosidade que o consumo e o uso abusivo dessas substâncias provocam à natureza e à saúde humana, sendo pauta considerável na agenda de atuação de setores governamentais, sociedade civil e movimentos sociais em prol da segurança alimentar nacional.

Por outro lado, tem conduzido a sociedade a questionar umas das partes precursoras da necessidade de usar agrotóxicos na agricultura: o discurso de que o volume suficiente de alimentos para suprir nossa necessidade alimentar, a preço acessível, só será possível com o uso de veneno. Isto porque na prática, estamos a cada dia pagando mais caro pela comida intoxicada, ao passo que o país se apoia na importação para atender a demanda nacional, e na exportação para absorver o lucro. Além disso, o cultivo da soja no chão da reforma agrária também precisa ser avaliado como reflexo daquilo que Souza (2017, p. 107) identificou como disputas territoriais entre o setor sucroenergético, sojicultor e de celulose, papel e madeira, em que:

[...] muitas culturas que perdem as disputas territoriais para a canavicultura mercantil, buscam realocar-se em outras porções do espaço geográfico, num cenário em que inexistem políticas territoriais específicas que restrinjam a expansão das pastagens, da soja, do milho e de outras culturas praticadas majoritariamente no vetor de expansão da cana-de-açúcar.

No caso do assentamento Eli Vive II, é a policultura que vem perdendo espaço para a soja, isto que, em algumas situações, está havendo o arrendamento total das terras aos arrendatários capitalistas. Situação que consequentemente homogeneíza os espaços de produção do sítio que, uma

vez suprimido, torna mais ociosa a força de trabalho do grupo familiar, suscitando a migração camponesa. Situações já identificadas no estudo de Santos, Ramiro e Veronezzi (2018, p. 1069), também realizado no Eli Vive II.

O arrendamento da terra para o plantio da soja acontece em alguns casos dentro do assentamento, e segundo a Entrevistada 5 (2018), esse fato leva a população a buscar empregos na cidade, pois ao arrendar a terra, por conta da falta de perspectiva, o indivíduo acaba ficando sem ocupação e '[...] por isso que não é viável soja no assentamento, porque soja no assentamento vira fazenda de novo, pessoal sai trabalha fora [...] e isso não é o nosso objetivo, nossa vontade é de ter condição de viver exclusivamente da nossa produção, da conquista da nossa terra, da agricultura familiar', revela a assentada.

Ainda que haja parcela do campesinato que tenha interesse em arrendar suas terras e garantir sua renda somente a partir dos arrendamentos, concordamos com Paulino e Almeida (2010a, p.29) quando analisam que a participação das propriedades camponesas nesses arrendamentos “[...] se deu menos por opção do que por necessidade, em vista da impossibilidade de manter culturas cuja demanda por máquinas, serviços e força de trabalho, deixou de ser atendida [...].” Para entender isso as autoras explicam que:

O favorecimento a culturas cuja marca é a mecanização com concentração da produção, que inegavelmente favorecem a agricultura capitalista em virtude da disponibilidade de terras e, com isso, os ganhos de escala com redução proporcional dos custos fixos, pode se constituir em caminho sem volta. Uma vez instaladas as monoculturas, todo um aparato de infraestrutura, processamento e circulação dos insumos e produtos se territorializa, provocando um processo de especialização produtiva que dificulta, senão interdita, a viabilidade econômica de outras lavouras.

Além disso, observamos que a adesão pelos cultivos se estabelece pela própria necessidade do grupo familiar em buscar o equilíbrio da sua condição monetária. Ocorre que sem fugir à regra nacional estas famílias estão dentre as 98% que não acessaram créditos primordiais à estruturação básica e produtiva do sítio (INCRA, 2017).

O crédito habitacional que poderia chegar a R\$ 34 mil reais para cada família assentada construir e R\$ 17 mil reais para reformar suas casas.

(INCRA, 2020). Não se trata de benesse, pois o acesso a moradia é direito universal para todas e todos “[...] se desenvolver como pessoa, para nascer, crescer, estudar, formar sua família, adoecer e morrer com dignidade [...]”, sendo dever do Estado assegurá-lo “[...] incluindo também as situações em que o próprio indivíduo não puder implementá-lo por esforço próprio, isto é, com economias próprias” (GODOY, 2006, p. 48).

Por sua vez, a previsão orçamentária sob a forma de apoio inicial poderia chegar a R\$ 5.200,00 reais, a ser destinado à compra de equipamentos utilizados na estruturação produtiva do sítio. Some-se também a previsão de fomento, que pode ser dividido nesta categoria juntamente com o fomento mulher, que pode totalizar o valor de R\$ 11.400,00 reais. Montante que de acordo com o INCRA (2020), visa “[...] viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda [...] para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote [...]”.

Além disso, a adesão ao arrendamento é uma das alternativas para driblar a conjuntura de mercado que exige produção além das condições estruturais que o momento inicial de implantação do assentamento permite (PAULINO, 2006). A maioria dos arrendamentos é realizada entre as famílias camponesas, com proprietários de terras vizinhos ao assentamento e cooperativas. Nessas duas últimas situações, em muitos casos, a produção camponesa é repassada a empresas industriais do setor de alimentos como matérias-primas (OLIVEIRA, A., 2016). As mesmas, a partir do controle sobre distribuição e circulação (VALÉRIO, 2019), subjugam a renda camponesa da terra às regras do capital especulativo.

Entre os principais exemplos de empresas monopolizadoras mundiais com atuação nas áreas agrícola, de alimentos, nutrição animal, industrial e financeira, podemos citar a Cargill Incorporated. Presente em 70 países, desde 1965 a empresa americana passou a operar também no Brasil. Atualmente, mantém instalações em 147 municípios brasileiros, distribuídos, além de Mato Grosso do Sul e Paraná, em 15 estados brasileiros, a partir de 19 fábricas, quatro *joint ventures*, 182 armazéns e transbordos, cinco terminais portuários e um centro de inovação (OLIVEIRA, A., 2016).

Chegou ao Brasil acompanhada de seu representante argentino, Antônio Eduardo Marino, que estabeleceu contrato social com o brasileiro José Martins Pinheiro Neto para instituir a Cargill Agrícola Ltda. Nesse mesmo ano, fundou em Avaré (SP) uma usina de beneficiamento com foco na mesma produção de sementes de milho híbrido já desenvolvida no país vizinho, Argentina.

Dois anos depois, em 1967, aproveitando a substituição das antigas áreas de café pelo cultivo de grãos como feijão, soja, milho e arroz, instalou-se no Paraná, onde “[...] a empresa passou a operar no Porto de Paranaguá, visando a exportação de produtos agrícolas [...]” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 234-235). E, a partir de 1973, a empresa começou seu processo de monopolização do setor de grãos no país. Inicialmente, com a instalação, no mesmo ano, da primeira fábrica no Brasil, ligada ao processamento de soja para óleos refinados e farelo, em Ponta Grossa, também no estado paranaense.

Entre **1975 e 1976** – o óleo de soja processado resulta no lançamento do óleo Liza, que conta com uma nova unidade de processamento de soja em Mairinque/SP. Também no estado de São Paulo, há a operação da unidade de processamento de aves em Jaguariúna; a aquisição da indústria nacional Citrobrasil – Bebedouro/SP (as atividades foram encerradas em 2009, sem previsão de retorno) e operação no setor de suco concentrado de laranja; instalação de três fábricas de rações em Paulínia/SP, como também no município de Santa Luzia/MG e São Lourenço da Mata/PE;

1986 e 1987 – inauguração das fábricas de processamento de soja (Uberlândia/MG), e início das atividades de duas unidades de ração (Varginha/MG e Guararapes/SP), em consórcio com a Louis Dreyfus; ganha a chamada pública para operar por 25 anos – renovável por igual período – o Terminal Marítimo nacional no Guarujá/SP;

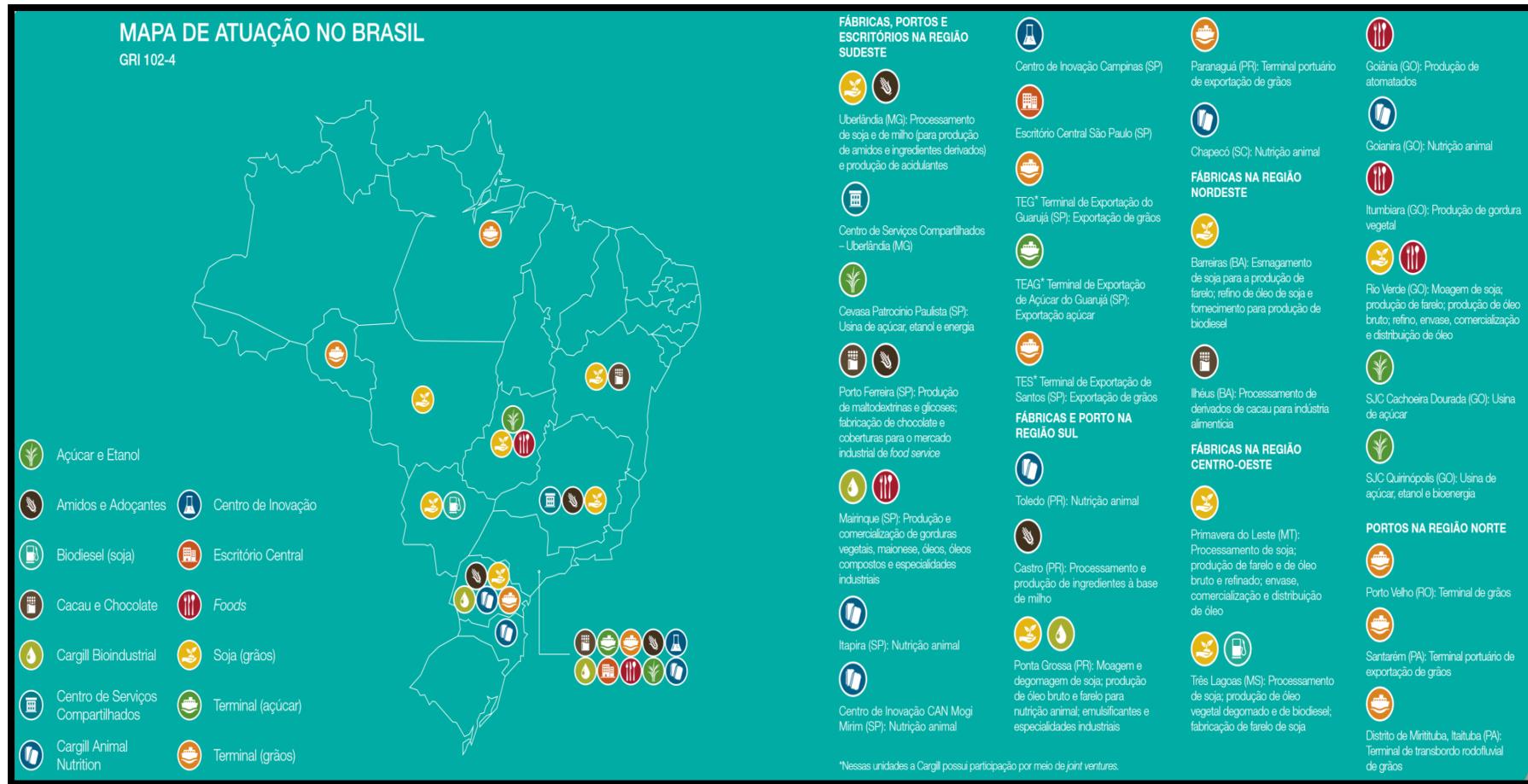
1996 e 1997 – entra no setor moageiro de trigo com a compra do Moinho São Valentin (Tatuí/SP); dá continuidade às atividades do complexo da soja, com a aquisição das unidades de produção, comercialização e armazenamento da empresa de capital nacional Matosul, com unidades em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo;

2000 e 2005 – inaugura as fábricas de adoçantes, amidos e ácidos cítricos em Uberlândia/MG; inaugura o terminal portuário em Santarém/PA, como solução para o escoamento da produção de grãos das regiões Centro-

Oeste e Norte do país; adquire a empresa nacional Seara Alimentos (vendida em 2009 para o Frigorífico Marfrig); arrenda a unidade da Nestlé S.A. em Porto Ferreira/SP para produzir chocolate industrial;

2010 e 2014 – compra os produtos de tomate da Unilever no Brasil, assumindo a distribuição e comercialização das marcas Tarantella, Pomarola, Pomodoro e Elefante; com o início da produção em Três Lagoas/MS, amplia o mercado de biocombustíveis e processamento da soja, lançando as marcas de óleos e azeites: Maria, Mazola, Purilev, Veleiro e Olivia, assumindo o controle da distribuição das marcas La Hespañola e Gallo; realiza a instalação da nova fábrica de processamento do milho para produção de adoçantes e amidos (Castro/PR).

Figura 3 – Territorialização do monopólio do setor de alimentos - Cargill Agrícola Ltda.



Fonte: CARGILL, 2018/2019.

Territorialização que se baseia na maior extração de renda da terra, passível de compreensão a partir das declarações da própria empresa em 2009, que, após inaugurar outra linha de produção de óleo derivado da soja no município de Primeira do Leste, no estado de Mato Grosso, comemora a possibilidade que “[...] amplia a competitividade do produto, já que a fábrica está localizada na região que mais produz a matéria-prima no País e tem fácil acesso a mercados em que havia espaço para aumento da penetração [...]” (CARGILL, 2009). Confirma assim a análise de Paulino (2006, p. 42), quando entende que:

[...] a instalação de agroindústrias obedece ao princípio da fusão entre atividades agrícolas e industriais, de modo a controlar tanto a produção de matéria-prima quanto o processamento industrial; isso permite aos capitalistas o domínio completo sobre o processo produtivo, do qual auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, extraído individualmente dos trabalhadores envolvidos na produção.

Ainda que em um panorama geral, no Brasil é o consumo interno que absorve a maior parte das colheitas, a riqueza extraída não o é. Acontece que, prioritariamente, o consumo interno pauta-se nas culturas de alimentação básica, especialmente arroz e feijão, enquanto, contrariamente, parte significativa do milho e mais da metade da soja são absorvidas pela categoria exportação. Com isso, renda e lucro – a riqueza extraída nacionalmente é captada pelas empresas mundiais responsáveis por estabelecer os mecanismos de reprodução ampliada do capital, suficientemente favorável a suas matrizes (OLIVEIRA, A., 2016).

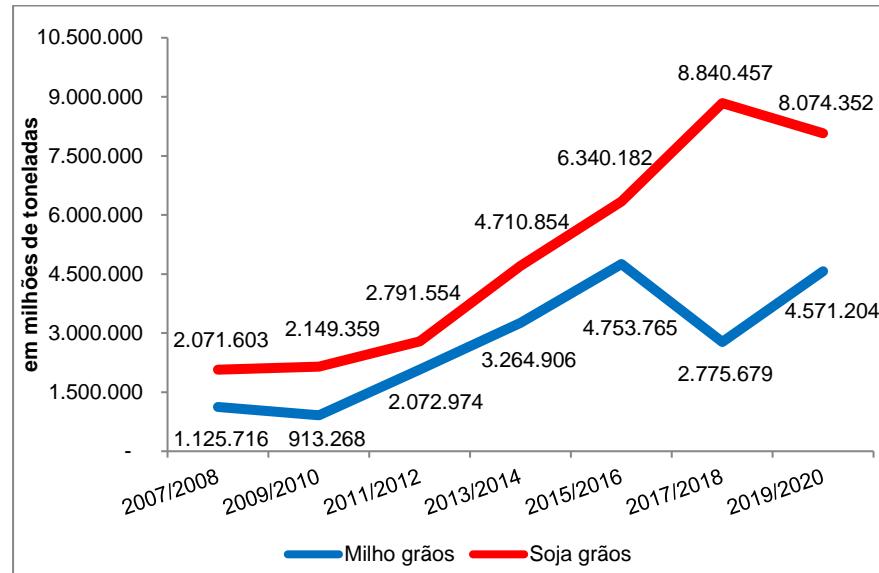
Assim, controlando igualmente a circulação e a distribuição, a Cargill, ao lado da Bunge (empresa holandesa), Louis Dreyfus (francesa), ADM (americana), João Batista Sobrinho (JBS) S/A e BRF S.A (empresas brasileiras) ocuparam as 10 primeiras posições entre as empresas que mais exportaram em 2014. Devido a esse monopólio, elas passam a influenciar tanto em escala nacional quanto mundial na disponibilidade de alimentos, e “[...] passam ‘a dar a origem’ aos produtos que nunca produziram, mas para o mercado mundial, são ‘delas’ os produtos [...]” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 233-234, grifo do autor).

Segundo informações da plataforma Visualizações do Comércio Exterior (Comex Vis), Paraná e Mato Grosso do Sul estão entre os cinco principais estados exportadores de soja e milho no país. Em 2018, o Paraná ficou em segundo lugar

nas exportações de grão de milho e em terceiro na de soja, mesmo triturada; Mato Grosso do Sul apareceu em quinto lugar nas exportações de soja, e se manteve em quarto na de milho em grão. É possível compreender a participação dos estados nas relações de exportação (gráfico 5) a partir do AGROSTAT Brasil, disponível no próprio site do MAPA.

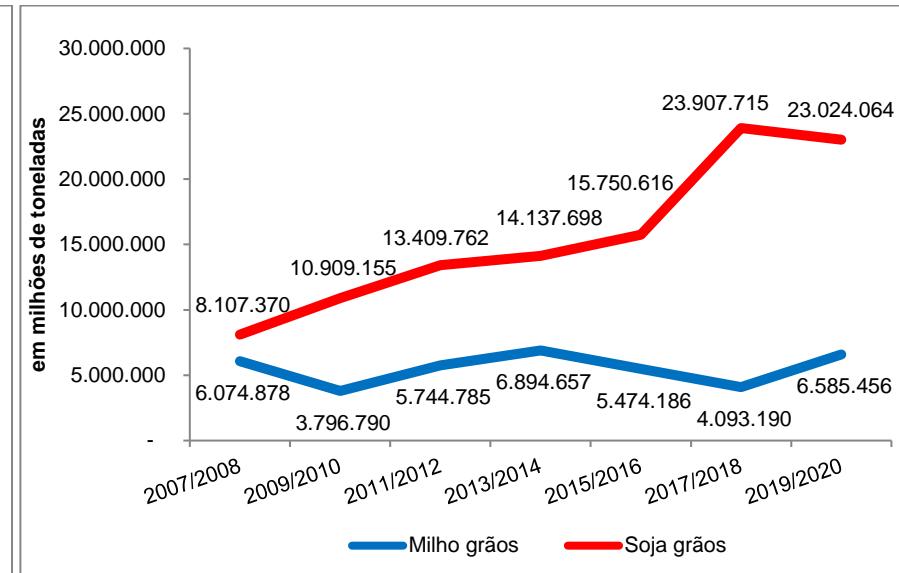
Gráfico 5 – Participação de Mato Grosso do Sul e Paraná na balança comercial – exportação milho/soja – 2007 a 2020.

MATO GROSSO DO SUL



Fonte: AGROSTAT (2007 a 2020).

PARANÁ



Organização dos dados: autora

Averiguando os dados referentes ao período entre 2007/2008 e 2019/2020, é nítida, nos dois estados, a queda no volume de exportações do grão de milho em 2009/2010. Paraná diminuiu em 38% sua participação, enquanto Mato Grosso do Sul registrou redução de 19% frente ao período anterior, 2007/2008.

Apesar da sua relação com os problemas climáticos que prejudicaram a colheita, a queda da participação é resultado claro da baixa do preço do milho no mercado internacional. Diante da crise financeira eclodida em 2008, diversos países importadores do milho brasileiro reduziram suas cotas, provocando um desequilíbrio na balança comercial: muita oferta para pouca demanda.

Considerando que a queda de preço e procura significa retorno monetário menor do que aquele investido na produção, o que de fato provocou a queda na participação das exportações de milho foi o baixo rendimento que essa mercadoria assegurava aos latifundiários capitalistas (PAULINO, 2006). Para especialistas do comércio exterior, isso se refletiu em todo o país, e ainda que não tenha sido realidade no Mato Grosso do Sul e Paraná, atingiu também a soja em outros estados.

E, à medida que soja e milho reduziram suas cotas de exportações, indicando risco monetário abaixo do custo de produção, as empresas nacionais e estrangeiras se seguraram no complexo da cana-de-açúcar, “[...] cuja produção aumentou 4% para satisfazer a crescente demanda mundial, até bater o recorde de 671,4 milhões de toneladas [...]”, como declarou a Agência EFE (2010) ao editorial Mundo do G1. Ou seja: mais demanda, alta do retorno monetário. Outra situação que também confirma a análise de Paulino (2006, p. 42), ao ressaltar que:

Primordialmente, essas duas variáveis, renda e risco, são decisivas para a definição do volume de investimentos capitalistas na agricultura. A renda comparece como lucro extraordinário, desigualmente distribuído entre os diferentes produtos agrícolas. Dessa maneira, há culturas que permitem auferir renda maior, seja pela melhor inserção na equação custo-benefício no momento da produção, seja por condições privilegiadas no âmbito da circulação, razão pela qual se constituem em objeto de interesse do setor agroindustrial.

Posterior à queda brusca, o milho lista ascensão gradativa nos estados em questão, e já chega a sua cota máxima exportada no Paraná em 2013/2014, quando o estado registra exportação de 6,9 milhões de toneladas com faturamento de U\$

1,5 bilhão. No período seguinte, 2015/2016, é a vez de Mato Grosso do Sul chegar a sua cota máxima, 4,8 milhões de toneladas, com ganho de aproximadamente U\$ 795 milhões, seguindo o fluxo da escala nacional.

Segundo a CONAB, isso ainda é resultado da safra prejudicial dos Estados Unidos em 2012/2013, uma vez que o “[...] principal produtor mundial do cereal, sofreu com uma das maiores secas já registradas, que atingiu, sobretudo, o Meio Oeste, região onde se concentra o maior volume de milho e soja [...]. Numa escala mundial, isso desencadeou [...] uma forte redução da participação dos Estados Unidos no mercado externo [exportador]. Este país se viu obrigado a importar 4,2 milhões de toneladas para atender a demanda interna, abrindo espaço principalmente para o Brasil [...]” (CONAB, 2013, p. 123).

Não se deve esquecer que os EUA desaceleraram sua participação na exportação desta cultura, e têm reservado parcela mais significativa para o consumo interno. Todavia, essa decisão não se justifica pela preocupação do país em garantir o abastecimento alimentar nacional; antes de tudo, é a sua aposta na produção de etanol provido do milho que induz tal atitude.

Além disso, os Estados Unidos não conseguiram, até o momento, se recuperar da queda drástica do volume de estoque, desencadeada após 2006, quando “[...] o país vendeu mais de 40 milhões de toneladas [de milho] para Japão, México, Coreia do Sul, Egito e União Europeia”. Situação que, consequentemente, “[...] abre espaço para a entrada de outros exportadores”, como é o caso do Brasil, como ressalta Guimarães (2007, n.p.) ao editorial de economia e negócios do G1.

Um comportamento que chama a atenção é que os dois estados registram simultaneamente queda da cota de exportação do milho e elevação da de soja no período de 2017/2018. Mato Grosso do Sul a eleva em 2,5 milhões de toneladas, ao passo que o Paraná o faz em 8,2 milhões de toneladas. Somente em 2018, o Brasil exportou aproximadamente 83,3 milhões de toneladas de soja, das quais 82% foram destinadas para a China.

Como ressalta Escher (2018), um fator determinante para esse desempenho é a suinocultura chinesa, visto que a soja é o principal ingrediente para a ração desses animais, que se tornaram alimento obrigatório na dieta chinesa após a diminuição do consumo de arroz e trigo. E é justamente nesse consumo que encontramos uma das principais justificativas para o aumento da exportação do complexo no período.

Ocorre que, no decorrer de 2018, Donald Trump, presidente dos EUA eleito em 2016, passou a tomar medidas protecionistas a favor da economia local e contra produtos importados, especialmente os da China, sua atual concorrente na corrida em direção à hegemonia econômica mundial. Situação que, segundo economistas, acabou eclodindo numa disputa comercial que repercutiu diretamente no mercado mundial de *commodities*.

Entre as medidas, podemos citar a sobretaxação de 25% anunciada em março de 2018 sobre aproximadamente 1.300 produtos (médicos, de tecnologia industrial e transporte) importados da China. Perante as novas tarifas, que poderiam chegar a US\$ 50 bilhões, a China divulga em abril do mesmo ano a tributação de 25% sobre cerca de 128 produtos dos Estados Unidos, entre os quais carne, químicos e soja. Em meio ao cenário de retaliações, há a disparada dos preços desses produtos no mercado mundial, como resposta imediata à taxação da China sobre essas importações.

Estados Unidos e Brasil são os dois maiores exportadores do complexo de soja no mercado mundial. A disputa comercial provocou queda da participação dos Estados Unidos nas relações de exportação desse produto, com a perda da liderança, agora assumida pelo Brasil. Segundo o analista da consultoria Safras & Mercado ao editorial Agro do G1, “[...] a China importou em 2018 em torno de 94 milhões de toneladas de soja, sendo 85% desse total do Brasil e 10% dos americanos. Em 2017, o grão brasileiro detinha 60% das vendas contra 35% dos Estados Unidos” (GUTIERREZ, 2019).

Não demorou muito para que o cenário de instabilidade econômica, provocada com a guerra mercantil entre as duas potências, afetasse o dólar no Brasil. Após 16 anos, listou cota máxima em setembro de 2018 – R\$ 4,14 e 4,19. Considerando que, na agricultura mundializada (OLIVEIRA, A., 2016), os preços das *commodities* passaram a ser ditadas pelas bolsas de mercadorias e futuro – dentre as principais, a bolsa de Chicago, onde as mercadorias são negociadas em dólar –, a sua alta também elevou consigo a inflação; logo, o preço dos alimentos também aumentou, apesar de a balança comercial estar favorável para muitos países, inclusive para o Brasil.

Segundo Gavras (2018), em nota para o editorial cotações do Estadão, alimentos como pães e massas, que dependem da importação do trigo, foram os

primeiros a registrar aumento. Sendo o Brasil dependente da importação desse alimento, a elevação do dólar certamente iria interferir no bolso dos brasileiros.

Além disso, a alta do dólar provocou momento favorável para a oferta de *commodities* mais requeridas no mercado mundial, impulsionando a especulação financeira com os produtos agrícolas, na qual “[...] a oferta dos produtos alimentares no mercado não se dá necessariamente pela necessidade de oferta e demanda, mas sim pela oportunidade de especulação, procurando-se sempre os maiores lucros [...]” (SILVA, B., 2017). Essa situação conduz também ao aumento da produção das culturas mais rentáveis, ao passo que gera a redução das áreas com culturas de consumo básico, que, devido à pouca oferta para muita demanda, tem elevação súbita dos preços. Caso identificado em relação ao feijão e arroz em 2018/2019, comentado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a saber.

O feijão seguiu em alta [...]. A cultura do feijão também perdeu espaço para a soja e houve diminuição da área plantada. Em junho, os aumentos foram maiores e o Brasil passou a importar feijão na tentativa de suprir a demanda [...]. O valor do arroz aumentou em 23 cidades [...]. A baixa oferta foi ocasionada pela redução da produção, retenção dos estoques por parte dos orizicultores, com o objetivo de elevar o preço, e pela demanda firme das indústrias produtoras de arroz, o que resultou na alta do preço do quilo no varejo. (DIEESE, 2016, p. 3 – 4).

Assim, não é somente a alta do dólar que definiu e ainda define a alta dos preços dos alimentos. Somada a isso, temos a redução gradativa das áreas com policultura, havendo pouca disponibilidade de alimentos básicos na escala local. O expediente da importação tem sido suficiente para abastecer o mercado; contudo, isso repercute no preço, e contribui para o aumento da cesta básica nacional. Aliás, é esse um dos fatores que impulsionaram a alta no preço do arroz em 2019/2020, quando o risco de desabastecimento em decorrência da pandemia de *Coronavirus Disease* (COVID-19) conduziu diversos países a diminuírem os excedentes alimentares de exportação.

O arroz agulhinha também foi ‘vilão’ em 2020 e a alta de preço passou a ser mais intensa após abril desse ano [2020]. Os motivos que se destacaram foram a desvalorização do real frente ao dólar [R\$ 5,40], que aumentou o custo de produção e elevou o volume de grão exportado; a diminuição da área plantada nos últimos anos; e, o

abandono da política de estoques reguladores por parte do governo. (DIEESE, 2020, p.4).

Segundo Valério (2019, p. 225, grifo do autor), a elevação do preço também é resultado do que o autor denomina “segurança da dependência”, fenômeno nacional que acomete as principais regiões de territorialização de monocultivo como a cana-de-açúcar, onde há considerável “[...] tendência de *redução local e regional* da produção de alimentos hortifrutícolas [...]”, quando “[...] depende de distâncias cada vez maiores e, consequentemente, de custos mais elevados para a sua satisfação [...]” alimentar.

Inclusive, é o aumento dessas distâncias que justifica uma das interferências que as oscilações no preço do petróleo provocam no preço dos alimentos básicos. Ocorre que a alta do preço do petróleo, além de elevar simultaneamente os custos da produção agrícola convencional (altamente dependente dessa matéria-prima para fabricação de agrotóxico e combustíveis utilizados nos maquinários agrícolas), aumenta o gasto com a gasolina, que implica no valor do transporte (SILVA, B., 2017). Custos de produção e transporte aparecem embutidos no preço final dos alimentos. Assim:

[...] quanto maiores as distâncias percorridas entre produtores e consumidores, maiores serão os gastos com transporte e armazenagem, o que implica no aumento dos preços e na redução do poder de compra das famílias, sobretudo em relação às populações de baixa renda. Essa exclusão das populações mais pobres do consumo alimentar aprofunda a mácula da fome e da desnutrição, tornando ainda mais urgentes ações de transformação do atual sistema de produção e distribuição de alimentos [...]. (VALÉRIO, 2019, p. 248).

Outro ponto destacado pelo autor supracitado refere-se ao ocultamento que esse distanciamento provoca a quem, de fato, é responsável pela produção de alimentos básicos – em sua maioria, os camponeses familiares –, visto que, no alargamento das distâncias, a relação entre produção e consumo é gradativamente mediada pelo atravessador, a quem fica a incumbência de negociar as trocas comerciais. Nisso,

[...] a passagem pelo crivo do atravessador é o pressuposto para que a produção se realize no mercado e, assim, possa gerar renda para o produtor. Ou seja, o acesso dos produtores aos mercados e dos

consumidores aos alimentos está, sempre, na dependência da atuação dos atravessadores. A ação destes tem como efeito, além da drenagem da renda camponesa por meio da imposição de preços baixos e do encarecimento dos preços aos consumidores finais, o *aumento das distâncias* necessárias ao encontro entre produção e consumo. (VALÉRIO, 2019, p. 233, grifo do autor).

Para entender a ação dos atravessadores na drenagem da renda camponesa da terra, cabe destacar o exemplo da Sra. I², do assentamento Eli Vive II. Seu sítio está entre aqueles que têm áreas direcionadas ao cultivo convencional, dentre os quais o do milho, que, em relato, ela informa comercializar a partir de três tipos de canais: atravessadores, mercados institucionais e venda direta. Para o primeiro, entrega-se “a caixa com 20 kg de espigas com palha, que sai por 20 reais” (09/2020), enquanto, para o segundo, a mesma caixa, mas “com milho descascado”, “sai a R\$ 2,76 o kg; assim, a caixa sai a 55,20 reais” (09/2020); e no terceiro, o milho com/sem palha pode ser comercializado a cada 6 unidades, o que se aproxima a 2 kg, no valor de 5,25 reais. Assim, a caixa com 20 kg sairia a 52,50 reais (02/2021).

Dessa forma, o retorno monetário da comercialização ao atravessador é 33% abaixo daquele obtido nos mercados institucionais e de venda direta. Todavia, apesar da diferença, o que leva a Sra. I² a entregar para atravessadores são as dificuldades de comercialização e distribuição. É que, na maioria das vezes, “o atravessador cobre os gastos de vir e carregar no sítio”.

Já o encarecimento dos preços aos consumidores foi possível simular a partir de cotação online do preço do milho verde nas três principais cadeias de supermercados de Londrina/PR, a saber: Irmãos Muffato, Viscardi e Musamar. Nas três verificou-se uma variação entre 6,49 e 6,99 reais (02/2021) na bandeja contendo de três a quatro espigas de milho descascadas, com peso de aproximadamente 700 gramas. Com isso, o consumidor não conseguiria adquirir 1 kg de milho verde abaixo do valor de 6 reais, seis vezes maior que o valor pago pelo atravessador à Sra. I².

Para Holt-Giménez, Patel (2010) e Ziegler (2013), é a junção desses três fatores – a lógica do mercado, a especulação financeira sobre a terra e alimento e a demanda por *commodities* dos países desenvolvidos – que foi decisiva para a elevação do preço dos alimentos instaurada junto com o quase colapso do modo de produção capitalista no ano de 2008. Pois essas variáveis definem mundialmente o que se deve produzir e quanto deve custar. Dessa forma, aqueles que não tiverem

poder aquisitivo suficiente para pagar, não comem ou são compelidos a mudar seu padrão alimentar. Situação que, segundo os autores, está no cerne do aumento do número de pessoas expostas ao risco de insegurança alimentar, onde antes não existia o problema, e crescimento onde o problema já estava instalado.

Paradoxalmente, o Brasil escapou a essa tendência, pois medidas governamentais em prol da erradicação da pobreza e da fome foram capazes de atenuar as perversas marcas da crise, tanto que o país conseguiu sair do Mapa da Fome em 2014 (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2014). Nada que fosse duradouro, pois, dois anos mais tarde, tanto as instabilidades econômicas e políticas quanto a eliminação de recursos financeiros para programas sociais fizeram com que a insegurança alimentar voltasse a assombrar o Brasil: a partir desse ano, a elevação dos índices de vulnerabilidade social tem reinstituído o percurso do mapa da fome (REVISTA EXAME, 2018), como se pode perceber a partir da POF e da PNAD.

Tabela 16 – Distribuição dos domicílios particulares, por situação de insegurança alimentar.¹⁵

Referência	Número de domicílios* (em mil domicílios)	Com insegurança alimentar (%)		
		Leve	Moderada	Grave
Brasil				
2004	52.158	18,0	9,9	6,9
2009	59.322	18,7	6,5	5,0
2013	65.258	14,8	4,6	3,2
2017-2018	68.861	24,0	8,1	4,6
Mato Grosso do Sul				
2004	659	13,8	6,7	5,6
2009	772	19,9	6,3	4,3
2013	866	12,7	3,1	2,3
2017-2018	899	25,8	6,7	4,6
Paraná				
2004	3.056	15,3	6,6	4,0
2009	3.423	14,0	4,0	2,4
2013	3.735	11,6	2,5	2,0
2017-2018	3.953	17,6	2,7	2,2

Fonte: POF e PNAD, (2004; 2009; 2013 e 2017-2018) (IBGE).

Organização dos dados: autora.

*Equivale ao quantitativo de domicílios que participaram da pesquisa.

¹⁵ Na *insegurança alimentar leve*, há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, e qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam a não comprometer a quantidade de alimentos. Na *moderada*, há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação, resultante da falta de alimentos. Na *insegurança alimentar grave*, há redução quantitativa severa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio. (CAMPOS, 2020).

Nos dados levantados pelas pesquisas, é possível perceber que tanto em escala nacional quanto no nível dos estados houve uma queda gradativa até 2013 na porcentagem de pessoas em risco de insegurança alimentar. Porém, o levantamento de 2017/2018 registra uma acentuada ascensão, indicando proximidade com o mesmo cenário de 2004, indicando retrocesso dos avanços obtidos contra fome e insegurança alimentar nos últimos 14 anos.

Em suma, as contradições da agricultura mundializada trazem à tona a relevância de rediscutir alternativas que sinalizem para a revalorização do alimento como mantimento essencial para reprodução humana, o que também não se afasta da reestruturação da propriedade e dos usos, assim como a necessidade de outras formas de distribuição e circulação de alimentos que propiciem autonomia tanto para camponeses familiares quanto para os consumidores, em vias de escapar das regras ditadas pela lógica de acumulação de capital. Do contrário, as contradições da produção e abastecimento continuarão repercutindo sobre a sociedade em suas formas mais drásticas.

Considerando que a contundência desse problema é o que mantém uma agenda mobilizadora em diferentes partes do mundo, buscamos no próximo capítulo investigar as diversas ações empreendidas em benefício do que Ziegler (2003) considera como Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):

[...] acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva [...]. (BURITY et al, 2010, p. 163).

3 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CRISE DE ALIMENTOS

[...] De atividade voltada para a alimentação, a agricultura tornou-se um meio de fazer dinheiro. Foram esquecidos suas contingências e seus resultados. Sobretudo o resultado, o homem por detrás do prato. Ora, comer não se reduz a um ato comercial; tanto para os que têm meios quanto para os que sonham com isso, é um gesto cotidiano, quase íntimo, relacionado à sobrevivência e ao mundo. Em todas as culturas, crenças, religiões e filosofias, a alimentação tem seus rituais; ela define uma relação com o mundo. Conforme os continentes, o trigo, o milho, o arroz são mais do que apenas frutos da vontade do homem da terra. São aquilo que é produzido pelas virtudes conjugadas do sol, da água e do solo [...]. (LUNEAU, 2001, p. 18).

Como observado nos capítulos anteriores, medidas para erradicação da fome têm sido empreendidas desde os anos 1940, quando a escassez de alimentos se alastrava por todas as partes do mundo. É nesse cenário que a criação da FAO, em 1945, se dá, com o intuito de zelar pela segurança alimentar em nível mundial, mediante a proposta de organizar a expansão da agricultura e a distribuição igualitária dos alimentos (ZIEGLER, 2013).

Preconizada na equalização entre oferta e demanda, a proposta da FAO foi pilar fundamental para reestruturar a organização mundial do sistema alimentar capitalista, o qual tem empregado tanto a produção de alimentos – padronização da agricultura no viés do modelo capitalista de *commodities* –, quanto a sua distribuição e comercialização – primazia dos mercados mundiais sobre os estoques alimentares.

Ainda que, à primeira vista, essa ação tenha indicado avanços consideráveis em amenizar o risco de insegurança alimentar e fome que atormentavam a maioria dos países fragilizados com as instabilidades econômicas decorridas da súbita queda de estoques alimentares nos pós-guerras, as constantes crises alimentares, com acentuada elevação desses indicadores, desnudaram os limites da proposta de segurança alimentar, impondo correções de rumo, elencando a autonomia dos povos em definir a produção e a comercialização do seu próprio alimento numa escala local no viés da Soberania Alimentar.

Essa premissa se desdobra, de um lado, na proposta original da La Via Campesina, representada pelos povos da terra, homens e mulheres (pequenos agricultores, camponeses, trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores agrícolas,

povos indígenas, pescadores, imigrantes e pessoas que trabalham em atividades artesanais), defendendo que, para ser emancipadora, a Soberania Alimentar deve fortalecer novamente a agricultura camponesa familiar; dar acesso a alimentos saudáveis, cultivados com respeito à cultura local, ecossistema e seus agricultores; impor limites territoriais e ambientais ao avanço do monocultivo de culturas comerciais; regularizar o uso indiscriminado de agroquímicos. O que, em contrapartida, se daria pela viabilização da reforma agrária; incentivos à transição agroecológica e fortalecimento da independência dos mercados locais de alimentos. Tudo isso ocorreria em contraposição à transferência de riqueza para nações estrangeiras.

Por outro lado, há a proposta da política de segurança alimentar, que considera inviável um projeto soberano extrínseco ao modelo de agricultura industrial vigente, alegando que a “tecnificação” guiada pela adoção do pacote de agrotóxicos, (eufemisticamente denominados “defensivos fitossanitários”) permite maior eficiência produtiva frente aos limites da natureza, qualificação dos agricultores familiares às necessidades crescentes de alimentação da sociedade. Também pautam a administração dos estoques alimentares pelas empresas mundiais, já que sua atuação mundial solucionaria as crises de desabastecimento, que, por sua vez, são também reflexo das ações protecionistas.

Dado o relevante embate entre as duas propostas, nos empenhamos neste capítulo em compreender os desdobramentos imediatos da insegurança alimentar e fome no Brasil, bem como analisar os limites e as perspectivas das ações executadas até o momento para contê-las, atendo-se às formas como contribuem igualmente para o fortalecimento da autonomia camponesa.

3.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO MARCO DA PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR CONVENCIONAL

No Brasil, medidas em prol do combate à insegurança alimentar e à fome alinhadas à agricultura e abastecimento local anterior a proposta do sistema alimentar vigente não eram novidade; prova disso foi a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1952, que passaria a compor o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) 20 anos depois. Esse instituto foi encarregado de

elaborar o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), de 1976, julgado como:

[...] o único que se esforçou para associar a distribuição de alimentos com o apoio à agricultura familiar, sobretudo pelo lançamento de dois programas, o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) [1979] e o Projeto de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda (PROCAB), [1977] em parceria com a Cobal, além da criação de polos de compras para escoamento da produção em áreas rurais com a concentração de pequenos agricultores nos estados do Nordeste [...]. (SILVA, S., 1990, p. 21).

De certa forma, o programa foi uma das maneiras que o Estado brasileiro encontrou para subsidiar a [...] elevação da renda do setor agrícola e o aumento da produtividade da agricultura familiar [...], que naquele momento já era duramente prejudicada com a [...] expansão muito grande na produção de produtos exportáveis em detrimento [das áreas] dos alimentos de consumo interno [...]” (PELIANO, 2010, p. 29). Nisso a execução do PRONAN previa três dimensões: combate às carências nutricionais, suplementação alimentar e racionalização do sistema de produção de alimentos.

Na suplementação, podemos destacar a elaboração do Programa de Nutrição em Saúde (PNS), em 1975; o Programa de Complementação Alimentar (PCA) e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), em 1976; e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em 1977. Todos eles serviam como projetos de distribuição de alimentos básicos como arroz, feijão, farinha, mandioca e leite às famílias com pouca ou nenhuma remuneração. (SILVA, A., 1995).

Já na racionalização, a ênfase estava no PROAB e PROCAB; este [...] voltava-se à viabilização da pequena produção a partir da criação de canais específicos de comercialização [...]” e aquele [...] atuava no sentido de proporcionar subsídios aos pequenos varejistas de produtos alimentícios para a compra de doze produtos na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)” (UCHIMURA; BOSI, 2003, p. 389).

Contudo, distante de correlacionar a insegurança alimentar a própria contradição da agricultura e mercado de alimentos no capitalismo (OLIVEIRA, A., 2016), em que a insegurança desponta da desigual distribuição de renda e alimento (J. CASTRO, 1961, 1984; COCA, 2016; VALÉRIO, 2019) as ações de combate a

fome foram concebidas a partir do pressuposto que ela resultava do desequilíbrio entre oferta e demanda. Assim, mesmo sendo utilizados pelo discurso da segurança alimentar, os programas governamentais de compra e distribuição de alimentos serviram para amenizar os perceptíveis impactos já provocados pela subjugação da alimentação a lógica capital.

Avanços importantes na aliança entre agricultura e segurança alimentar seriam obtidos no país ao longo dos anos 1980, com destaque para: (1985) aprovação da política de distribuição gratuita de alimentos pelo Programa de Suplementação Alimentar (PSA), e a comercialização subsidiada de alimentos pelo Programa de Abastecimento Popular (PAP); (1986) à aquisição de 30 litros de leite, mensalmente, no Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC); (1988) a conquista do direito à alimentação escolar, promulgado na Constituição Federal (CF). (LEMOS; MOREIRA, 2013).

Foi também na CF/1988, que o INAN consegue fortalecer a pauta de provisão de alimentos que atendesse a alimentação escolar, assegurando “[...] o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais”, hoje reconhecido nacionalmente como PNAE de Competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Segundo informações do próprio FNDE, lançada ainda em 1940, à época a pauta de alimentação escolar não ganhara a devida atenção em decorrência do contingenciamento dos recursos financeiros por parte do Governo Federal. O que conduziu os gestores dos programas de alimentação recorrer a campanhas com foco nos fundos internacionais para angariar doações que atendesse o público escolar. Já em 1956, apoiada numa campanha nacional há as primeiras articulações do Brasil com os programas de ajuda alimentar dos estadunidenses, dentre eles:

[...] o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). (FNDE).

A articulação com esses programas foi responsável por aproximar a política da SAN à ideia de que a solução prioritária da insegurança alimentar estava “[...] na

quantificação dos nutrientes contidos nos alimentos [...]” (POLLAN, 2013, p. 463) Segundo Valente (1986, p. 42) inserindo na pauta de combate a fome substâncias comestíveis processadas e ultraprocessadas industrialmente, as “[...] novas tecnologias, nutrientes ou combinações de nutrientes” tinha como critério central estabelecer uma alimentação “a custo mais baixo do que poderia ser obtido de itens da alimentação tradicional [...]”.

Isso, em termos de acumulação de capital, alimentação a baixo custo significa rebaixamento dos gastos trabalhistas, exploração exacerbada da força de trabalho e aumento da taxa da mais-valia, assim, a manutenção das condições que levara a sociedade aos índices de insegurança, mas apoiado numa falsa ideia de superação das deficiências nutricionais, a proposta vingou, e atualmente uma alimentação com base em guloseimas, refrigerantes, substâncias comestíveis ultraprocessados doces e salgadas, e fast-food gradativamente tem se tornado habitual.

A relevância dessas políticas contra a insegurança alimentar alicerçada na pauta nutricional foi consideravelmente documentada. Vasconcelos (2005, p. 445) ressalta que, entre 1975 e 1989, houve a redução de 19,8% para 7,6% a desnutrição entre as crianças menores de cinco anos e de 8,6% para 4,2% entre os adultos. Para o autor, a expressiva melhora na situação nutricional é creditada “[...] a um aumento moderado da renda familiar associado à expansão da cobertura dos serviços e programas sociais, entre esses os programas de alimentação e nutrição [...].”.

Contudo, atualmente o consumo alimentar com base nas substâncias comestíveis está associado aos fatores de risco: excesso de peso e níveis elevados de colesterol, que tem aumentado as DCNT (CLARO et al, 2015). Como bem destaca Souza (et al, 2013, p. 191S).

As profundas modificações sociais, econômicas e culturais que vêm ocorrendo no País, nas últimas décadas, levaram a alterações nos hábitos e comportamentos alimentares; por exemplo, o incremento da participação do consumo alimentar fora de casa, o aumento do consumo de alimentos processados e a substituição das refeições e preparações tradicionais por lanches com elevada concentração de energia, gorduras, açúcar de adição e sódio. Tais características da dieta associam-se a condições relacionadas com a nutrição e o metabolismo, como a obesidade, as doenças cardiovasculares, a hipertensão, o diabetes e o câncer, as quais são as principais responsáveis pelos óbitos no Brasil.

Na contramão da proposta de alimentação saudável contraditoriamente defendida pela própria política de segurança alimentar, os indicadores desse consumo, já classificado como não saudável pelos principais órgãos governamentais responsáveis por acompanhar a situação alimentar da sociedade brasileira podem ser averiguados a partir dos dados da PNS e da PeNSE.

Em levantamento realizado no ano de 2013, (tabela 17), a PNS mostra que 22% das 60.202 mil pessoas entrevistadas confirmaram consumir doces regularmente de cinco a mais dias da semana. Mato Grosso do Sul e Paraná o consumo que se destaca é a ingestão de refrigerante e suco artificial, respectivamente, 30% e 27%. Outro dado que chama a atenção refere-se a substituição semanalmente de uma refeição básica (arroz e feijão) por pizza, salgado ou sanduíche.

Tabela 17 – Indicadores do consumo de substâncias comestíveis entre adultos (≥ 18 anos; n=60.202) – 2013 (em %).

Consumo regular ¹⁶	Brasil	Mato Grosso do Sul	Paraná
Refrigerante ou suco artificial	23,4	29,9	27,3
Bolos, tortas, chocolates, balas, biscoitos/bolachas doces	21,7	21,6	24,0
Sanduíches, salgados e pizzas em substituição a pelo menos uma refeição	6,6	7,3	7,5

Fonte: PNS (2013)

Organização dos dados: autora.

Entre escolares 9º ano do ensino fundamental, a PeNSE/2015 mostra que em ambos os estados é o consumo de guloseimas que tem maior proporção semanalmente de cinco dias ou superior, respectivamente 45% e 44% dos entrevistados. Os alimentos ultraprocessados salgados aparecem em seguida, com 30% e 32% dos entrevistados.

¹⁶ O consumo regular definido como consumo de qualquer quantidade em cinco ou mais dias durante a semana

Tabela 18 – Consumo de substâncias comestíveis entre escolares do 9º ano do ensino fundamental – 2015 (em %).

Consumo ¹⁷	3 dias	5 dias ou +	3 dias	5 dias ou +
	Mato Grosso do Sul (184.158 mil pessoas)		Paraná (315.700 mil pessoas)	
Salgados fritos	11,9	12,0	12,2	12,5
Guloseimas	13,2	45,1	12,9	43,9
Refrigerantes	13,8	28,1	12,6	26,2
Ultraprocessados salgados	13,8	29,9	13,5	32,1
Restaurantes fast-food	7,0	5,5	4,4	5,0

Fonte: PeNSE (2015) Organização dos dados: autora.

Algo que chama a atenção é que a ingestão de refrigerante entre os escolares aparece muito próxima àquela registrada pelos adultos, onde Mato Grosso do Sul aparece com 28% dos entrevistados e Paraná com 26%. Dietz (2012) lembra que na dieta das [...] crianças, isso significa um acréscimo de 250 kcal por dia. É uma quantidade pequena em excesso de calorias [consumo diário] que contribui muito para obesidade”.

Para Pollan (2013, p. 463) o consumo dessas substâncias contribuiu para “qualquer distinção qualitativa entre alimentos naturais e processados [...] desaparecer”. Desaparecimento que Esteve (2017) entende estar articulado ao próprio processo de *desnaturalização* do alimento, em que o alimento é fragmentado em grupos de nutrientes que separadamente farão parte dos ingredientes culinários constantes numa substância alimentícia, preparada a partir de uma combinação perfeita em laboratórios e pronta para atender as exigências nutricionais do corpo humano.

Esteve (2017, p. 165) também destaca que outro problema deste novo padrão alimentar é que não [...] entra na conta a qualidade do que comemos, tampouco a informação sobre a origem do produto, o processo de elaboração ou a valorização da nossa alimentação [...] e, muito menos a valorização dos camponeses familiares responsável pela produção de alimentos.

Também nele as indústrias alimentícias aproveitando a [...] falta de uma cultura alimentar estável” passaram a “nos deixa particularmente vulneráveis às adulações do cientista ou dos marqueteiros especializados em comida [...]” não

¹⁷ *Salgados fritos*: Coxinha de galinha, quibe frito, pastel frito, acarajé, batata frita, exceto batata de pacote. *Guloseimas*: Doces, balas, chocolates, chicletes, bombons ou pirulitos. *Ultraprocessados salgados*: Hambúrguer, presunto, mortadela, salame, linguiça, salsicha, macarrão instantâneo, salgadinho de pacote, biscoitos salgados. *Restaurantes fast-food*: lanchonetes, barracas de cachorro quente, pizzaria.

saudável. (POLLAN, 2007, p. 139) Dentre os exemplos de indústrias alimentícias brasileiras temos a Laticínios Tirol, Aurora Alimentos, Cargill, a JBS S/A e BRF S.A¹⁸, que controlam algumas das principais marcas de substâncias comestíveis que varia desde extratos e polpas de tomate, leite integral, carnes embaladas, massas, comida congeladas, iogurte, manteiga, mortadela, salsicha.

Elencando o consumo com base nas substâncias comestíveis como proposta de alimentação básica do capital industrial, acompanhamos certa tendência de as indústrias alimentícias serem os produtores dessa alimentação, em substituição aos camponeses familiares, que seriam simples fornecedores de matéria-prima para as indústrias alimentícias. Nessa dieta alimentar, para garantir nossa alimentação, restaria depender de reduzidas cadeias de supermercados (PLOEG, 2008) que, direta ou indiretamente, estão vinculadas aos grupos que controlam o sistema alimentar, da produção até o consumo.

Figura 4 – Substâncias comestíveis das principais indústrias alimentícias do Brasil.



Fonte: Google imagens, 2020.

Entre os anos de 1985 e 1990, a pauta alimentar também ganharia atenção dos movimentos sociais de luta pela terra, que, naquele momento, exerceram considerável pressão em relação à execução da política de reforma agrária aprovada pelo Estatuto da Terra em 1964, sucedendo a aprovação do I PNRA em

¹⁸ Como comentado no capítulo anterior, a Cargill, JBS S/A e BRF S.A também funcionam como empresas mundiais que administram desde armazéns de grãos como soja e milho; unidades processadoras; fabricação de adoçantes, amidos e ácidos cítricos.

1985. O que promoveu a implantação de alguns assentamentos, possibilitando o retorno e/ou acesso à terra de aproximadamente 98.864 famílias camponesas (DATALUTA, 2016).

Em outubro desse mesmo ano, é criado pelo decreto 91.766 de 10 de outubro o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), após os camponeses assentados integrados ao MST realizarem diversas manifestações reivindicando (LOPES, 2004) o retorno dos subsídios para estruturação produtiva dos sítios camponeses, que foram cortados na passagem da ditadura militar para a Constituição da República (STÉDILE; FERNANDES, 2012). Segundo Silva e Sousa (2012, p. 171):

[...] Embora criado, o PROCERA demorou a ter dotação orçamentária e institucionalidade própria. Somente em meados de 1987, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) determinou a criação de comissões gestoras nos estados, que seriam responsáveis pela implementação do Programa. [...] A coordenação desse Programa coube ao INCRA, além de também poder indicar os projetos de assentamento que receberiam o crédito do PROCERA, entre outras competências. [...].

Stédile e Fernandes (2012) recordam que esse momento marca as primeiras experiências de cooperação agrícola junto aos assentados coordenados pelo MST em parceria com os técnicos do Procera. Parceria que, na avaliação de De' Carli (2013, p. 116), não deu muito certo, depois que a “[...] assistência técnica dos órgãos públicos operou o desenvolvimento de uma agricultura modelada por uma concepção produtivista nos assentamentos e cooperativas [...]” com base no pacote tecnológico da agricultura industrial, o que provocou considerável “[...] endividamento [dos camponeses assentados] para compra de insumos e tecnologias, com falências de inúmeras empresas sociais [...]”.

Na avaliação de Silva e Sousa (2012, p. 173), a própria criação do Procera com “[...] a função de aumentar a produção e a produtividade das famílias beneficiadas” já tinha como critério o balanço entre oferta e demanda, já que seus gestores defendiam que “[...] todos os problemas da agricultura no país iriam ser resolvidos com a inserção destes agricultores no mercado”, principalmente após “[...] um processo de mudança social cuja meta seria a formação do agricultor empresário [...]”.

Além disso, havia certa resistência por parte dos assentados em relação à cooperativa agrícola. Acontece nela parte da produção, em área coletiva separada daquela onde se mantém a casa, o que contrapõe o sentido de sítio camponês, em que o lugar da morada não está separado da produção. Isto é, no sítio camponês há um equilíbrio entre a casa, o pomar, a horta, a lavoura e o pasto, visando atender, em especial, a necessidade do núcleo familiar.

Feitas as ressalvas, importa saber que, nesse período, podemos identificar consideráveis avanços da pauta de soberania alimentar, visto que ele marca o momento em que as cooperativas agrícolas do MST, assessoradas pelo Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap), iniciaram as experiências de produção na perspectiva da agricultura sustentável nos projetos de assentamento da reforma agrária. O que, segundo De' Carli (2013), contribuiu para muitas famílias desvincarem-se do modelo de agricultura industrial e, consequentemente, do endividamento.

Além disso, a produção agrícola dos assentamentos colaborou significativamente para o abastecimento alimentar local e regional, uma vez que esses alimentos eram cultivados na perspectiva da agricultura sustentável, que reforça um manejo com baixo ou nenhum uso de insumos químicos na produção. Isso representava comida saudável na mesa do campo e da cidade.

Todavia, ao ritmo dessas conquistas, no pré-lúdio dos anos 1990, uma ofensiva às políticas de combate à fome (MELITO, 2020) deflagrada no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), pôs fim à maioria dos programas alimentares e da agricultura camponesa familiar. Sobre a investida contra os programas alimentares, valem as considerações de Uchimura e Bosi (2003, p. 390):

No início da década de noventa, verificou-se o esvaziamento da preocupação com a problemática alimentar na agenda estatal e a extinção progressiva de todos os programas de alimentação e nutrição de âmbito nacional, com exceção do PNAE e do PAT, e somente a partir de 1993, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o tema voltou à cena política do país.

Em complemento a essa análise, Lemos e Moreira (2013) ressaltam que parte daqueles programas ainda assumidos pelo Estado teve seus repasses reduzidos paulatinamente, vindo posteriormente à extinção por falta de verbas. Ainda que

precariamente, foram mantidos os programas da merenda escolar e das cestas básicas de alimentos, por meio das reservas públicas.

A investida do governo de Collor contra a agricultura camponesa familiar veio com a interrupção do repasse dos créditos subsidiados do Procera, que, segundo Silva e Sousa (2012, p. 171-172), ocorreu em decorrência de:

[...] Várias mudanças políticas e institucionais. [...] as principais mudanças foram: (a) a extinção da SEPAI do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD) que administrava e gerenciava o Programa; (b) a saída do BNDES do PROCERA, que era o administrador e o gestor do seu fundo rotativo; (c) a política de extinção de subsídios do novo governo; (d) as profundas mudanças administrativas que alteraram inteiramente a tramitação dos projetos de financiamento. Esse cenário de paralisação foi resultado de várias investidas do governo no sentido de enfraquecer o potencial do programa em subsidiar ações que apontassem os rumos para uma verdadeira reforma agrária no país.

Frente às investidas, nos assentamentos coordenados pelo MST, a discussão de dinamização produtiva a partir de formas de cooperação agrícola se fortalecia, principalmente após a palavra de ordem do Movimento migrar de “Terra, para quem nela trabalha” para “Ocupar, resistir e produzir”, em resposta às ações de repressão à luta pela terra e abandono dos projetos de assentamento já implantados por parte do Estado (PACHECO, 2013a, 2013b; LOPES, 2004).

Figura 5 – Cartaz Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1985 e 1990.



Fonte: MST, 2013.

Numa ação mais ampla, foi entregue um documento ao Governo Collor e ao Congresso Nacional, elaborado pelos camponeses no II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Brasília em maio de 1990, que, dentre as pautas, trazia o pedido de urgência na:

Determinação para que o Banco do Brasil passe a operar imediatamente a linha do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) com recursos do próprio Banco, FUNAGRI e com verbas especiais do Governo Federal (atualmente apenas o BNDES repassa recursos, poucos e demorados, que não atendem a todos os assentamentos e que sempre chegam tarde). Garantia de assistência técnica, de acordo com o interesse dos assentados, para viabilizar a produção agropecuária em todos os assentamentos. Garantia de recursos para infraestrutura básica; e para o atendimento de saúde [...]. Apoio governamental, com assistência técnica e recursos, para implantação de Cooperativas de Crédito Rural dos assentados. Implantação de um programa de apoio financeiro para projetos de agroindústrias nos assentamentos, em forma cooperativada. [...] Criação de programas creditícios de apoio e estímulo às associações de cooperação agrícola. [...] Implantação de uma política agrícola (preços, crédito rural, seguro agrícola, armazenagem e transporte) que atenda às diferenciadas necessidades dos pequenos agricultores e suas associações. [...] Implantação de políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, à recuperação e conservação do solo e ao reflorestamento nos assentamentos, com apoio de créditos e recursos [...]. (STÉDILE, 1993, p. 28-29).

Também haveria reivindicação dos setores do governo alinhados a pauta alimentar. Pesquisas desenvolvidas em 1993 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) assinalavam que 32 milhões de pessoas estavam em situação de fome. A causa era o “[...] descompasso entre o poder aquisitivo de um amplo segmento da população e o custo de aquisição de uma quantidade de alimentos compatível com a necessidade de alimentação do trabalhador e de sua família [...]” (PELIANO, 1993, p. 6). Em outras palavras, a fome que se alastrava vitimava pessoas sem renda suficiente para comprar alimentos e se suprir diariamente dos alimentos necessários à sua manutenção.

Naquele momento a fome já aparece na agenda da política de segurança alimentar e nutricional como um dos desdobramentos mais perversos da pobreza. Aliás, foi essa correlação que guiou parte da sociedade civil e de movimentos sociais a se rebelarem contra o retrocesso desencadeado no governo Collor e confiar ao então presidente do Brasil, Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995), o Plano

Nacional de Combate à Fome e à Miséria – Princípios, Prioridades e Mapas das Ações do Governo, em 1993.

Essa ação resultou nos projetos subsequentes: Combate à Desnutrição Materno-Infantil, Merenda Escolar, Alimentação do Trabalhador, Distribuição Emergencial de Alimentos, Assentamentos de Trabalhadores Rurais e de Geração de Renda, criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSAN) (LEMOS; MOREIRA, 2013). Para Peliano (2010, p. 36), essa conjuntura pode ser interpretada por duas lentes:

[...] A primeira, positiva, salienta que essa distribuição rompeu a inércia secular da sociedade brasileira diante do problema da fome e, paralelamente, permitiu dar uma resposta, ainda que parcial e de curíssimo prazo, ao flagelo da falta de alimentação das populações miseráveis. A segunda leitura enfatiza o lado negativo dessa concentração em políticas compensatórias: não se utilizou a mobilização da sociedade civil, e a influência lograda, pelo CONSEA na ação governamental, para a formulação de políticas que gerassem mudanças estruturais que permitissem reduzir a necessidade de políticas compensatórias [...].

O caráter estritamente compensatório dos projetos desenvolvidos até então no país não era diferente daqueles lançados pela FAO, visto que a preocupação universal era ofertar alimentos (em quantidade) para suprir necessidades nutricionais e físicas do ser humano, e não mudanças estruturais mais eficazes na agricultura que naquele momento já apoiada no modelo capitalista industrial davam indícios da conversão do alimento como mantimento vital para reprodução humana em mercadoria passível de especulação. Talvez por isso se justifique a permanência e a elevação dos níveis de insegurança alimentar nos anos de 1996, acometendo aproximadamente 800 milhões de pessoas em diversas partes do mundo. (ALENCAR, 2001).

É justamente pela ausência de mudanças estruturais na agricultura e mercado, bem como a destruição gradativa dos bens naturais que La Via Campesina, em participação na CMA de 1996 fortalece a relevância da soberania alimentar, conceito já em construção por este movimento campesino internacional desde 1993, apoiando:

El derecho de los campesinos y campesinas a un mundo rural vivo; esto implica el pleno derecho a la organización campesina; El derecho a una agricultura diversificada que garantice prioritariamente un autoabastecimiento alimentario sano y de calidad de todos los pueblos del mundo, sobre la base de un profundo respeto del medio ambiente, del equilibrio social y del efectivo acceso del campesino a la tierra; El derecho de cada país a definir la política agraria más consecuente con sus intereses como nación, consensuada con las organizaciones campesinas e indígenas, garantizando su participación real. (LA VIA CAMPESINA, 1993, p. 71).

Assim, articulando aproximadamente 182 organizações articulando em 81 países mais de 200 milhões de agricultores, La Via Campesina tem pautado a soberania alimentar como um projeto alternativo a proposta de segurança alimentar no viés do capital. Explicitando a irracionalidade da especulação com alimento, tem argumentado nos diversos setores da sociedade,

[...] que o alimento não pode ser tratado como uma mercadoria que é usada pelos capitalistas para a ampliação dos seus lucros. Pelo contrário [...] o alimento tem que ser tratado como um direito de pessoas de todos os lugares, de todas as raças, de todos os matizes culturais e de todas as condições econômicas. Com isso, é feito um questionamento quanto ao domínio que as grandes corporações exercem sobre o sistema alimentar global e sobre a capacidade que cada povo tem de prover sua própria alimentação, dependendo o mínimo possível de alimentos vindos de outras partes. (COCA, 2016, p. 75-76).

Tão por isso, propõe debates sobre a distribuição igualitária da terra, água e natureza para que, democratizado os meios de produção, a sociedade possa ter autonomia para adotar uma agricultura que amplie as áreas com policultura. Considerando que milenarmente é no interior das propriedades privadas camponesas que esse modelo de produção se apresenta, partimos da assertiva que uma das características cruciais da soberania alimentar é evidenciar que dificilmente podemos erigir um projeto soberano sem priorizar a reprodução social do campesinato.

O que nos redireciona a discutir também formas que garanta autonomia do campesinato sobre a riqueza produzida a partir do trabalho familiar, o que segundo Valério (2019, p. 239) “[...] pressupõe que o controle do movimento dos alimentos esteja com o campesinato nas escalas local e regional e não a serviço do lucro das empresas nacionais e transnacionais via generalização das distâncias percorridas”

criadas para impulsionar as trocas mercantis desiguais (PAULINO, 2015b), em que os países em desenvolvimento sempre atuarão como fornecedores de matérias-primas a baixo custo para manter em alta a acumulação de capital dos países desenvolvidos.

Contudo, como comentado nos capítulos anteriores, no caso brasileiro, esse papel de subserviente também se transfigurou em mecanismo primordial para classe de latifundiários capitalistas abocanharem tanto a renda quanto lucro proveniente da subjugação da renda da terra e renda camponesa a lógica do capital.

Desta forma, torna-se fundamental colocar como arcabouço central do projeto autônomo a execução da política de reforma agrária. Partindo do princípio de que é direito do povo decidir desde a produção, passando pela comercialização até o consumo – ser soberano especialmente no que tange à agricultura e alimentação.

Para permitir que todos os camponeses do mundo construam e explorem sustentavelmente ecossistemas cultivados capazes de produzir, sem danos ao meio-ambiente, um máximo de gêneros alimentícios seguros e de qualidade é imprescindível parar a guerra dos preços agrícolas internacionais. É preciso romper com a liberalização das trocas, que tende a alinhar por toda parte os preços sobre aqueles mais baratos dos exportadores de excedentes. Como vimos, tais preços empobrecem e deixam famintos centenas de milhões de moradores do campo, que intensificam o fluxo de êxodo rural, o desemprego e a miséria urbana, reduzindo, assim, para bem abaixo das necessidades a demanda daqueles que têm poder aquisitivo. Além disso, ao excluir da produção regiões inteiras e milhões de camponeses e ao desencorajar a produção daqueles que permanecem, esses preços limitam a produção agrícola a muito aquém do que seria possível com as técnicas de produção sustentáveis conhecidas em nossos dias. Tais preços, que engendram por sua vez o subconsumo alimentar e a subutilização dos recursos agrícolas, são, portanto, duplamente malthusianos. Além do mais, eles pressionam negativamente o meio-ambiente, a segurança sanitária e a qualidade dos produtos. Os produtos agrícolas e alimentares não são mercadorias como as outras: seu preço é o da vida e, abaixo de um certo patamar, o da morte. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 34).

Apesar da relevância da pauta de soberania alimentar, a proposta do sistema alimentar capitalista que visava a transmutação da agricultura internacionalizada para a mundializada (OLIVEIRA, A., 2009) tratou de eliminar na CMA de 1996 quaisquer medidas que bloqueasse a ação dos mercados sobre os estoques de alimentos.

Porém, os índices de insegurança alimentar já apresentaram elevação em decorrência dos retrocessos das políticas de combate à fome, conduzindo o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a inserir, no seu primeiro mandato, ações mais efetivas – que entendemos ter se aproximado da pauta de soberania alimentar, na agenda pública do governo em direção à eliminação desse mal que afligia boa parte da população brasileira. Para tanto, foi elaborado o Programa Fome Zero apoiado em quatro ações: “[...] (I) acesso aos alimentos; (II) fortalecimento da agricultura familiar; (III) geração de renda; (IV) articulação, mobilização e controle social” (SILVA, 2010, p. 11). O programa teve forte atuação de movimentos sociais, sociedade civil, setores privados e a colaboração de diversos ministérios.

Diferentemente dos projetos anteriores, o Fome Zero proporcionou diversos avanços em direção à reorganização da agricultura brasileira, visivelmente apresentados na implementação do PRONAF, na criação pela Lei de nº 10.696/2003 do PAA e na reestruturação do PNAE pela Lei nº 11. 947, de 2009.

Desenvolvido com recursos do MDS e o extinto MDA, o PAA foi instituído com considerável atuação dos movimentos sociais. Tanto ele quanto o PNAE estão integrados a dinâmica dos canais curtos de comercialização alimentar (CCCAs), conjunto de “[...] redes alimentarias que articulan la producción y el consumo de alimentos de forma cercana, centradas en la atención de las necesidades alimentarias básicas, bajo criterios de equidad y sustentabilidad [...]” (SOLER MONTIEL; CALLE COLLADO, 2013, p. 258).

De acordo com Renting e Marsden (2003), os CCCAs são organizados por trocas mútuas entre os agricultores e consumidores. Estas trocas são promovidas a partir de três níveis gradativos de interações: face-a-face, proximidade e estendida. Nesta última, entidades institucionalizadas (Órgãos públicos, Organizações Não Governamentais (ONGs), Institutos, Fundações) e organizações comunitárias de agricultores estabelecem códigos (marcas, rótulos e selos) responsáveis por certificar o consumidor da origem e autenticidade do alimento. Para além das escalas locais e regionais, que correspondem aos dois níveis de interação anteriores, esta pode ser nacional e até mundial.

A face-a-face, permeadas pela autenticidade e confiança, as trocas mútuas se estabelecem de maneira pessoal – agricultor e consumidor, podendo ser

dinamizadas em: feira livre do agricultor; entrega em domicílios; comercialização nas propriedades; quitandas de beira da estrada; e lojas geridas pelos agricultores.

Na segunda, proximidade, as trocas mútuas são mediadas por organizações comunitárias, constituídas por aqueles que desejam comercializar alimentos de base agroecológica e aqueles que desejam comprá-los, e promovem essa ação coletivamente a partir de cooperativas, sindicatos e associações. As trocas podem ocorrer por iniciativas de Grupos de Consumo; pela CSA. E aqui que entram os mercados institucionais PAA e PNAE.

Esses mercados ao lado de outras iniciativas, além de constituírem-se como mecanismos institucionais de escala estadual e municipal para comercialização de alimentos cultivados pelos camponeses diretamente às famílias em situação de insegurança alimentar e formação de estoque de alimentos, objetivam com a máxima de desenvolvimento local (GALLAR-HERNÁNDEZ et al, 2012), o fortalecimento produtivo da agricultura camponesa familiar a partir de mecanismos de geração de renda e ocupação da força de trabalho familiar no campo, assim como a dinamização da distribuição e comercialização do alimento na própria região em que foram cultivados. (ASCOM/MDS, 2012).

Acompanhando a máxima de desenvolvimento local, há a dinamização de uma agricultura mais sustentável com foco no manejo ecológico dos bens naturais, em respeito ao saber cultural e tradição alimentar desde a produção até o consumo. Na pauta da soberania alimentar essa agricultura encontra na transição agroecológica seu principal apoio, tanto no que condiz a agricultura como em questão de segurança alimentar, como bem explica Valério (2019, p. 38-39):

As possibilidades de superação da dependência camponesa em relação ao capital comercial e industrial tem, na agroecologia, o fundamento que permite a ‘libertação’ do campesinato tanto em relação aos insumos industriais, caros e danosos para a saúde das pessoas e para o meio ambiente, quanto em relação aos atravessadores, posto que, produzidos com base em princípios agroecológicos, a utilização de insumos externos é reduzida ao mínimo e a escala de produção passa a ser adequada à comercialização direta da produção nas escalas local e regional.

Como comentado anteriormente, à medida que as áreas destinadas à produção de monoculturas têm se expandido, o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo – uma vez que a soja e o milho transgênicos, assim como

a cana-de-açúcar, são tipos de lavoura altamente susceptíveis ao ataque de pragas e plantas concorrentes. Apesar de culturas como arroz e feijão também receberem altas doses de veneno, em virtude do modelo agroquímico brasileiro, inclusive adotado pela pauta de segurança alimentar na perspectiva capitalista com ênfase no discurso de produtividade, o melhoramento genético de grãos como soja e milho foi direcionado para a dependência de agrotóxicos específicos, segundo as plantas fabris dos oligopólios de sementes/venenos.

Também no debate sobre o quadro alimentar, a redução gradativa do uso de agrotóxicos na agricultura é primaz para soberania alimentar porque a aplicação descontrolada de veneno está entre as causas do aumento de doenças congênitas e endócrinas, da redução da diversidade da flora e da extinção da fauna. Além disso, também a alimentação ganha outra dimensão, visto que, comer:

[...] É também um ato ecológico, além de um ato político. Ainda que muito tenha sido feito para obscurecer esse fato bastante simples, o que e como comemos determinam, em grande parte, o que fazemos do nosso mundo – e o que vai acontecer com ele. Ter de comer mantendo a consciência de tudo o que está em jogo pode parecer carregar um fardo, mas na prática poucas coisas na vida podem nos proporcionar tanta satisfação. Em comparação, os prazeres de se comer segundo os ditames da indústria, o que vale dizer comer na ignorância, são efêmeros. Muita gente hoje parece totalmente satisfeita comendo na extremidade da cadeia alimentar industrial sem parar para pensar no assunto [...]. (POLLAN, 2007, p. 251).

Algumas ações já se mostraram bem-sucedidas na luta contra os agrotóxicos; dentre elas, podemos destacar o Projeto de Lei nº 6670/2016, que estabelece a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA). Seu principal objetivo é:

[...] implementar ações que contribuam para a redução progressiva do uso de agrotóxicos na produção agrícola, pecuária, extrativista e nas práticas de manejo dos recursos naturais, com ampliação da oferta de insumos de origens biológicas e naturais, contribuindo para a promoção da saúde e sustentabilidade ambiental, com a produção de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2016).

Para isso, o projeto propõe entre suas metas que se diminua gradativa e ininterruptamente o consumo de agrotóxicos, à medida que sejam incentivadas a implantação e o manejo de produção orgânica com base agroecológica. Porém, na prática, ainda há muitos obstáculos, particularmente acentuados diante do pacto

político vencedor das últimas eleições – uma vez que, em 2018, novas propostas surgiram com o objetivo de diminuir as barreiras que atrapalhavam a liberação de agrotóxicos no país.

Um exemplo a ser citado é o Projeto de Lei (PL) nº 6299/2002, conhecido como “PL do Veneno, que sugere alterações na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (Lei de Agrotóxicos). Entre essas alterações, estão a substituição da terminologia de agrotóxicos para *produto de controle ambiental* ou *defensivo fitossanitário* – e a retirada do Ministério do Meio Ambiente e da Saúde tanto da fase de investigação a respeito da nocividade ou não desses agrotóxicos à natureza e à saúde humana quanto do protocolo de permissão de seu uso, transferindo-as para a competência apenas do Ministério da Agricultura. A última proposta vem sendo duramente criticada, já que, em diversos momentos, a atual ministra Tereza Cristina Dias tem defendido a pauta de liberalização de agrotóxicos. Em entrevista ao *Globo Rural*, questionada a respeito da PL, ela disse que:

É uma Lei que traria modernidade, traria governança, transparência, para que o produtor brasileiro tivesse produtos de geração mais nova no mercado mais rapidamente [...] esses produtos são mais tecnificados, eles atenderiam e seriam menos tóxicos talvez, se usaria menos quantidades, menos pulverizações. (DIAS, 2018).

Isso ocorre porque para a ala mais conservadora, de estreita relação com as maiores empresas monopolistas de produção e comercialização de agrotóxicos, a única forma de atender à demanda alimentar da crescente população urbana de maneira econômica e sem prejuízo à classe trabalhadora é produzir alimentos com agrotóxicos. Em resposta aos estudos que apontam sua periculosidade à saúde humana e da natureza, os conservadores argumentam que a questão não é o uso, mas a forma como se usa.

É nessa conjuntura que a soberania defende a produção de alimentos orientada pelos fundamentos da transição agroecológica, enfatizando na agricultura a racionalização e a redução do uso de insumos químicos; a substituição de insumos agroquímicos por orgânicos e naturais; a diversificação e a integração de culturas; e o redesenho dos sistemas produtivos (FEIDEN; ALMEIDA; VITOI; ASSIS; 2002), ações que amenizariam, a ponto de interromper, a contaminação da natureza, da água e dos alimentos pelos agrotóxicos.

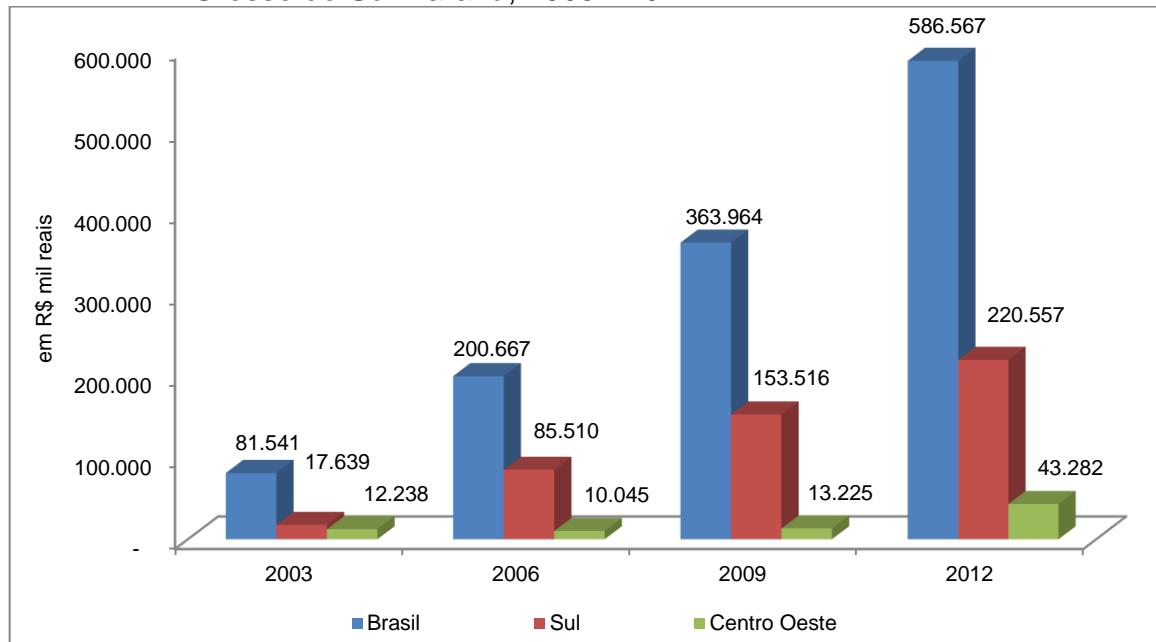
Além disso, afastando-se da lógica de supressão dos estoques de alimentos, o PAA “[...] contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar” (ASCOM/MDS, 2012, p. 3). Dentre os alimentos estão: arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Ação importante, porque, com a manutenção do estoque, o governo amplia suas chances de estabilização dos preços internos frente ao mercado e aos produtos importados, assim como cria chances de os agricultores nacionais responderem às intempéries na agricultura (PERES; MATIOLI, 2019b).

Também afasta-se do esquema de padronização do preço do alimento, independentemente das condições de alimentação de cada localidade; os preços pagos pelo governo pelos alimentos distribuídos nos mercados institucionais são determinados de acordo com aqueles vigentes no mercado local:

O órgão responsável pela compra realiza, no mínimo, três pesquisas no mercado local ou regional. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais. (ASCOM/MDS, 2012, p. 23).

É inegável que, ao garantir a comercialização dos produtos da agricultura camponesa familiar por meio da compra direta, o Estado contribuiu para diminuir a sujeição da renda camponesa da terra ao capital. Um demonstrativo dos recursos aplicados para a compra da agricultura camponesa familiar pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Recursos aplicados na aquisição de alimentos do PAA, Brasil-Mato Grosso do Sul-Paraná, 2003 - 2012.



Fonte: CONAB, (2016)

Organização dos dados: autora.

Como podemos observar, nos anos analisados foi destinado mais de 1,2 bilhão de reais para aquisição de alimentos em nível nacional para o PAA. No Paraná, os recursos foram de quase 480 milhões de reais, ao passo que no Mato Grosso do Sul aparecem próximos aos 79 milhões de reais. Apesar de ser menor em comparação ao Paraná, o efeito desses repasses, já investigados em outras oportunidades (SILVA, M.O., 2014, p. 179), revelou que os mercados institucionais contribuíram consideravelmente para a reprodução do campesinato no chão da reforma agrária.

Segundo informações do balanço da comercialização/2019 da Associação dos Agricultores (as) Familiares do Assentamento 20 de Março, entre 2012 e 2013 a comercialização de alimentos pelos mercados institucionais PAA e PNAE gerou um montante de 251 mil reais, que complementou a renda de aproximadamente 15 famílias no assentamento. Mais de 185 mil reais, o equivalente a 74% do montante total, foram obtidos pelo PNAE.

Tabela 19 – Contribuição do PAA e PNAE na geração de renda para famílias camponesas no assentamento 20 de Março, 2012/2015 (em mil R\$).

PAA CONAB (2012/2013)		PNAE MUNICIPAL (2014/2015)		PNAE ESTADUAL (2013/2015)	
Valor contratado	Valor recebido	Valor contratado	Valor recebido	Valor contratado	Valor recebido
67.200	65.506	109.931	110.016	75.730	75.730
Valor recebido total: 251.252					

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, (2019).

Organização dos dados: autora.

Ainda a respeito do PNAE, as informações do balanço da Associação evidenciam que, somente em 2014 e 2015, a entrega municipal e estadual gerou uma média anual de 62.631 mil reais, o que correspondeu à elevação anual de 114% na renda das famílias que participaram das entregas no PNAE, e que também tinha na feira municipal de Três Lagoas sua principal fonte de renda, visto que a média anual obtida na feira nesse mesmo período foi de aproximadamente 55.000 mil reais. Tanto o PNAE quanto a feira geraram renda média mensal de aproximadamente 9.803 mil reais, dos quais 53% foram pelo mercado institucional.

Tabela 20 – Contribuição do PNAE na geração de renda para famílias camponesas no assentamento 20 de Março, 2014 e 2015 (em mil R\$).

Período	PNAE MUNICIPAL	PNAE ESTADUAL	FEIRA MUNICIPAL*
Anual	32.400	30.231	55.008
Mensal	2.700	2.519	4.584
Semanal	675	630	1.146

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, (2019).

Organização dos dados: autora.

* com base na média de venda/semana

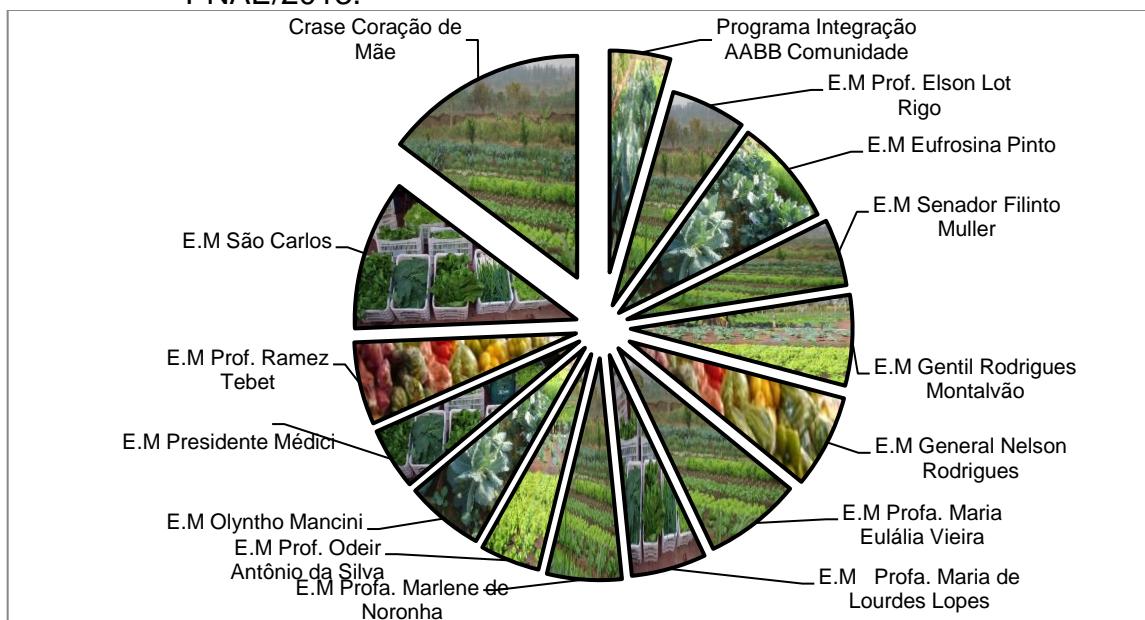
Conforme relatos, a participação nesses mercados foi fundamental para a geração de renda das famílias no sítio, bem como a permanência no assentamento, enquanto não haviam acessado os subsídios de instalação e produção (SILVA, M.O., 2014). Mas não somente isso: em se tratando de segurança alimentar e nutricional, os mercados institucionais foram deveras relevantes. Para agricultura camponesa familiar, dinamizaram canais de distribuição da produção, cujo excedente, desde 2010, vinha sendo parcialmente descartado em decorrência de dificuldades de comercialização, como nos relata a Sra. M.^a (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Sem conseguir comercializar, dando os produtos para os outros, dando para as vacas. Tinha morro de pepino jogado fora, e olha que eu gosto de pepino, mas não dei conta de comer, não. E isso foi em todos, pelo menos no primeiro ano, todos tiveram perdas.

Situação que confirma a análise de Coca (2016) e Valério (2019), quando compreendem que é um equívoco justificar a insegurança alimentar e a fome com base no possível desequilíbrio entre oferta e demanda, como propõe a política de segurança alimentar da lógica industrial, já que os imbróglhos no abastecimento alimentar têm mais correlação com os bloqueios e dificuldades de distribuição do que com a produção em si.

Na outra ponta dessa distribuição – o consumo –, o alimento que outrora era descartado compôs a refeição de centenas de alunos de 13 escolas municipais e de 2 entidades sociais em Três Lagoas/MS, que atendem crianças e adolescentes em risco de insegurança alimentar. No gráfico 7, organizado a partir do cronograma de entrega da Associação, observando-se o número limite de matrículas permitidas por cada escola e a média de crianças e adolescentes atendidos pelos projetos sociais, é possível dimensionar a democratização do acesso aos alimentos cultivados no chão da reforma agrária.

Gráfico 7 – Escolas e entidades recebedoras de alimentos da Associação dos Agricultores (as) familiares do Assentamento 20 de Março, PAA-PNAE/2013.



Fonte: OLIVEIRA (M.O, 2014)

Organização dos dados: autora.

Como podemos perceber, o Centro de Referência de Assistência Social e Educacional (CRASE) Coração de Mãe é: “[...] um dos principais projetos de alcance social realizados no município” (PANTANAL FM, 2019) de Três Lagoas/MS. Foi a entidade com maior número de pessoas beneficiadas, cerca de 1,5 mil, que tiveram alimentação complementada com uma variedade de alimentos cultivados pelas famílias campesinas do Assentamento 20 de Março em 2013. Considerando que o projeto tem como objetivo a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de insegurança social, não se pode ignorar a relevância dos mercados institucionais e da agricultura camponesa para o combate à fome em vias de soberania alimentar, ao fornecer alimentos saudáveis à parcela da sociedade que se encontra em insegurança alimentar, devido ao acesso irregular, à alimentação inadequada ou à quantidade reduzida.

A recomposição dos estoques de alimentos também obteve avanços na escala estadual e nacional. O demonstrativo da formação de estoques a partir do PAA mostra evolução de 17% no estoque público nacional, e no Mato Grosso do Sul e Paraná, com 63% e 27%, respectivamente (CONAB, 2011; 2012).

Para Peres e Matioli (2019a), a formação desses estoques foi estratégica para a soberania alimentar; de um lado ganha a população, porque os alimentos dos estoques também são direcionados para parcela da sociedade em risco de fome e insegurança alimentar; e, por outro, ganham os agricultores camponeses familiares, pois os estoques “[...] servem tanto para garantir o abastecimento de pequenos agricultores quanto para regular os preços do mercado de alimentos básicos”.

Ainda no decorrer de 2004, a pauta de soberania começa a ampliar significativamente a própria concepção da política de segurança alimentar quando, na II CNSAN, definiu-se que a:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CASTRO, A., 2010, p. 24).

Com essa nova postura da SAN, outras melhorias na luta contra a insegurança alimentar e a fome viriam dois anos depois, acompanhadas da sanção da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – enfatizando a discussão que elencava o acesso à alimentação de qualidade como um direito garantido por lei, ou seja, pelo Estado (BRASIL, 2006).

Convém destacar que a lei também propunha medidas em prol do combate à insegurança alimentar e à fome alinhadas com a agricultura e destacou, no seu art. 4º, a importância do aumento da disponibilidade de alimentos a partir da produção da agricultura camponesa (tradicional e familiar); a ampliação do abastecimento e da distribuição de alimentos; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais e, por fim, o estímulo à produção, à comercialização e às práticas alimentares saudáveis que respeitassem a diversidade étnica, racial e cultural da população.

Para colocar essas medidas em ação, órgãos, entidades e instituições privadas envolvidas com a segurança alimentar e nutricional integravam o SISAN, que também contava com o apoio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do CONSEA – este último composto por membros da sociedade civil (dois terços) e do governo (um terço), pautado na metodologia do diálogo participativo. As comissões permanentes e grupos de trabalhos para aproximação entre agricultores e consumidores foram méritos alcançados pelo CONSEA. Assim, ele era:

[...] um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do SISAN. (MACHADO, 2017, s. p.).

Segundo Kudlavicz (2021)¹⁹, um dos conselheiros (representando a sociedade civil/pastoral CPT) do Consea municipal de Três Lagoas, a criação do Conselho foi primordial em organizar os agricultores para comercialização os mercados institucionais, pois “em âmbito nacional e estadual já existiam atuando os

¹⁹ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

programas de PAA e PNAE. Mas em Três Lagoas não". Kudlavicz comenta ainda que as famílias do assentamento 20 de Março "estava começando a se organizar. Ainda não trabalhavam no sistema agroecológico. É a partir do Conselho que se organizam para produzir para vender ao PAA e PNAE. E o Conselho foi fundamental nessa intermediação.

Advoga-se que o CONSEA é primordial no debate sobre segurança alimentar em vias de soberania, pois a partir dele ocorre a articulação e a promoção do diálogo entre a sociedade civil e os órgãos/entidades (governamentais e privadas) atuantes em atividades relacionadas à segurança alimentar e nutricional em prol da implementação de ações públicas do SISAN. A esse respeito cabem as considerações de I. Castro (2019, p. 1-2):

Importante conquista da sociedade civil após a redemocratização do Brasil e exemplo para diversos países, o CONSEA foi um espaço de diálogo, de articulação, de aprendizado mútuo e de concertação entre governo e sociedade. Além de atuar junto ao Executivo na esfera federal, também estabeleceu diálogo com os poderes Legislativo e o Judiciário e, ainda, com as Unidades da Federação, por meio dos CONSEAs estaduais e municipais. O CONSEA atuou em agendas estratégicas como: inclusão do direito à alimentação na Constituição Federal; defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas e comunidades quilombolas; fortalecimento das culturas alimentares em consonância com os biomas e ecossistemas brasileiros; fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica; redução do uso de agrotóxicos; avanço da agenda regulatória, por exemplo, no âmbito da rotulagem de alimentos (transgênicos, ultraprocessados) e da tributação de alimentos e insumos; avanço do código sanitário de forma a torná-lo mais includente e adequado à produção em pequena escala e à comercialização em circuitos curtos, entre tantas outras. Em um ciclo virtuoso de realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, o CONSEA contribuiu para a concepção e/ou o aprimoramento de políticas públicas para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. [...].

A inclusão de direitos na CF/1988 de que o autor, refere-se a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que alterou o artigo 6º da Constituição Federal e incluiu a alimentação como direito social. Onde se lia: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 2010).

Passou a vigorar com a seguinte redação:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010).

A partir do levantamento suplementar da PNAD, na tabela 19, podemos notar em números o êxito na batalha contra a insegurança alimentar e a fome no Brasil alinhado à pauta de soberania. Verifica-se que houve aumento gradativo no número de domicílios em que os moradores acessaram, em quantidade e qualidade, sem possíveis bloqueios, os alimentos necessários para garantir alimentação suficiente – ou seja, eles se encontravam em segurança alimentar. Entre o período de 2004 e 2013, esse aumento foi de aproximadamente 16.917 milhões; apenas no levantamento de 2013, houve aumento de 57% no número de domicílios em segurança alimentar.

Tabela 21 – Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar.

Referência	Número de domicílios ²⁰ (em mil domicílios)	Com segurança alimentar (em mil domicílios)	Domicílios com Segurança Alimentar (%)
Brasil			
2004	52.158	33.607	65,1
2009	59.322	40.909	69,8
2013	65.258	50.524	77,4
2017-2018	68.861	43.587	63,2
Mato Grosso do Sul			
2004	659	480	73,8
2009	772	523	69,5
2013	866	709	81,9
2017-2018	899	566	62,9
Paraná			
2004	3.056	2.271	74,1
2009	3.423	2.737	79,7
2013	3.735	3.133	83,9
2017-2018	3.953	3.065	77,5

Fonte: POF e PNAD, (2004; 2009; 2013 e 2017-2018) (IBGE).
Organização dos dados: autora.

Os estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná seguiram a mesma dinâmica nacional e também apresentaram aumento gradual de domicílios com segurança alimentar. Somente em Mato Grosso do Sul, entre 2004 e 2013, o aumento chegou a 48%, enquanto no Paraná foi de 38%. O levantamento da PNAD ilustra o quanto conseguimos avançar contra a insegurança alimentar e a fome no país ao longo de dez anos do Programa Fome Zero.

²⁰ Equivale ao quantitativo de domicílios que participaram da pesquisa.

Todavia, a tabela mostra o quanto ainda é necessário avançar: considerando o número total de domicílios pesquisados, o último levantamento evidencia queda considerável de domicílios em segurança no período, após os avanços alcançados até 2013, momento que a batalha contra a fome representou umas de suas melhores vitórias até hoje, quando diminuímos em 84,7% a quantidade de pessoas que não tinha acesso regular aos alimentos – e saímos do Mapa da Fome.

A queda em questão refere-se ao fato de que, na medida que os programas e projetos proporcionaram melhorias em relação à autonomia camponesa e simultaneamente a soberania alimentar, desde 2015, numa ofensiva (ARLINDO, 2020) similar àquelas ocorridas no governo de Collor no ano de 1990, caracterizada pela extinção de programas e cortes orçamentários nas políticas alimentar e da agricultura camponesa familiar, passaram a retroceder alguns, senão todos, os avanços obtidos nos últimos 18 anos. Dentre os programas extintos está o CONSEA, e dentre os que sofreram supressão dos recursos o PAA.

Em grande parte, entendemos que isso decorre da influência do CONSEA e PAA na definição do novo caráter que a política de segurança alimentar começou a desenvolver no país, deixando de lado a distribuição de alimentos em quantidade a fim de ceder espaço a uma política que assegurasse soberania alimentar a partir das mudanças estruturais na agricultura e no mercado de alimentos.

O CONSEA teve participação primordial nisso, porque ao aproximar agricultores, consumidores e o Estado, mostrou a importância da política pública do tipo *bottom-up* (de baixo para cima). Diferentemente daquelas de tipo *top-down* adotadas até então pela agenda da segurança alimentar, essas políticas são orientadas pelos preceitos da soberania alimentar e tendem a ser “[...] pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço [...]” (OLIVEIRA, R., 2002, p. 8-9). Por meio disso, desempenhariam seu papel de resgatar a relevância das peculiaridades locais, regionais e nacionais, valorizadas mediante o fortalecimento do diálogo participativo entre comunidades e seus governantes. Dessa forma, o CONSEA:

[...] bravamente, assumiu a defesa da dimensão sociocultural da alimentação e da valorização de um sistema alimentar justo, saudável e sustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, onde sejam valorizados e protegidos a biodiversidade, a comida de verdade sem veneno e os padrões alimentares tradicionais com o respeito e o resgate das identidades, memórias e

culturas alimentares. Fez, assim, a defesa do alimento como elemento central da vida, um direito social, um bem material e imaterial e parte do patrimônio cultural do povo e da nação brasileira. Há que se reconhecer o choque paradigmático com setores que, em outro extremo, veem o alimento apenas como mercadoria dotada de valor monetário, em uma economia nacional ancorada nas *commodities* agropecuárias. (JAIME, 2019, s. p.).

O mercado institucional PAA por sua vez, foi fator decisivo para que a riqueza gerada pelo trabalho familiar – a renda camponesa da terra fosse apropriada pelo grupo familiar (ARLINDO, 2020) contribuindo, como constatei em M.O. Silva (2014) para uma reprodução social em vias de emancipação. E, ainda que parcialmente, para a permanência na terra em condições mais autônomas porque a drenagem da renda para as mãos dos atravessadores e, sobretudo, do capital comercial é, certamente, a forma perversa não apenas de prender o camponês a um circuito de reprodução na miserabilidade, mas também uma ameaça constante de expulsão. Assim o PAA foi:

[...] uma conquista para camponeses com efeitos à sociedade, pois tem atuado em duas frentes: na inclusão produtiva, incentivando a produção e possibilitando vida mais digna; e no combate à pobreza por meio do acesso à alimentação pelas pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional. (ARLINDO, 2020, p. 119).

Presumidamente, é dessas conquistas abordadas por Jaime (2019) e Arlindo (2020) que podemos tirar os reais determinantes das ações executadas pelo presidente interino Michel Temer (2016-2017) quando, em 2016, aprovou,

[...] um conjunto de medidas, com destaque para a Medida Provisória 726 (MP 726), de 12.05.2016, que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao mesmo tempo em que se fundiram as atividades do antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com as atividades agrárias na nova estrutura institucional denominada de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), e para a Medida Provisória 759 (MP 759), publicada no dia 22.12.2016, que procura reestruturar a política agrária do país. (MATTEI, 2018, p. 297).

Como também, a continuidade dos retrocessos no atual governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), para quem: *Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira*, levando a extinção do CONSEA a partir da medida provisória 870; Redução dos recursos aplicados para aquisição de alimentos pelo PAA; Não

elaboração do Plano que define as diretrizes para política de segurança alimentar e nutricional. (MELITO, 2020) Simultaneamente, houve desmobilização dos órgãos, entidades e instituições privadas que integravam o SISAN, havendo inclusive interrupção das Conferências de nível nacional, estadual e municipal da Segurança Alimentar e Nutricional.

Entendemos que essas ações colaboraram, desfavoravelmente, para o avanço da pauta de segurança alimentar, principalmente porque o MDA teve papel de destaque nos governos anteriores na reorganização da agricultura brasileira nos propósitos do Programa Fome Zero. Sua extinção, acompanhada, recentemente, pela dissolução do CONSEA, e redução do recurso orçamentário do PAA representa grande risco – prova disso é que o país desde 2016 revive o aumento de pessoas em insegurança alimentar a ponto de sinalizar seu retorno ao Mapa da Fome (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2018) em 2019 após as pesquisas de acompanhamento do quadro alimentar nacional apontar que 2017/2018 fecha com mais de 25,3 milhões de domicílios em insegurança alimentar, 3,1 milhões sentiram fome.

O impacto das ofensivas para agricultura camponesa familiar de Mato Grosso do Sul e Paraná podem ser dimensionados a partir dos dados da CONAB, quando percebemos que a participação dos beneficiários fornecedores²¹, considerados nessa pesquisa como agricultores familiares, reduziu drasticamente ao ritmo dos cortes nos recursos aplicados no PAA.

Paraná, o desfalque orçamentário de 86% foi acompanhado pelo decréscimo de 78%, 1.017 famílias não foram beneficiárias do mercado institucional em 2019. Mato Grosso do Sul os cortes foram mais drásticos, com redução de 92% do recurso, no último levantamento apenas 129 famílias haviam comercializado seus alimentos pelo PAA, número quase seis vezes menor que o registrado em 2014.

²¹ Segundo a Conab, consideram-se beneficiários fornecedores: agricultor familiar, pescador artesanal, assentado, indígena, quilombola, atingidos por barragens, agroextrativistas, povos da terra que tem como base o trabalho familiar e a agricultura de policultura, cuja produção é direcionada tanto para o consumo quanto para comercialização, por isso optamos considerá-los agricultores familiares.

Tabela 22 – Retrocessos no PAA, 2016 a 2019.

Ano	Paraná		Mato Grosso do Sul	
	Recurso Aplicado (em mil R\$)	Agricultores	Recurso Aplicado (em mil R\$)	Agricultores
2014	8.902	1.296	5.181	745
2015	15.383	2.114	5.893	740
2016	6.910	884	3.411	429
2017	4.693	766	1.690	226
2018	2.006	279	911	129
2019	1.252	-	390	-

Fonte: CONAB, (2016) Organização dos dados: autora.

Indagados a respeito de possíveis impactos na escala local em decorrência dos cortes orçamentários, as famílias do assentamento 20 de Março, até o momento da pesquisa (novembro de 2019) alegaram não haver alterações significativas nos rendimentos, como aquelas dos agricultores vizinhos do estado de São Paulo que tiveram parcela considerável da renda comprometida. (VALÉRIO, 2019; ARLINDO, 2020). Contudo, percebeu-se a ofensiva delineada por outras formas, como a delonga na abertura de chamada pública para submissão dos projetos, como nos informa a Sra. I e o Sr. JV:

Sr. JV.: No início, aqui, quem entregou para o PAA, dava gosto de ver, entregava uma vez por semana. O caminhão da merenda Brasil vinha buscar. Aí começou a sobrar verdura. Nós éramos 20, 22 pessoas que estava no projeto do PAA. Daí falamos com eles para virem buscar duas vezes na semana. Começou a sair uma média de 1.500 a 1.600 quilos [de alimentos] cada entrega. Agora você vê: era verdura! Ia uns maracujás, mamão, limão, repolho, abóbora. Tudo do quintal mesmo. Dava gosto de ver aquelas caixas viu.

Sra. I.: Agora, esse ano [2019], nós temos um novo projeto do PAA., Vamos ver se vai sair esse ano! Se sair... É porque demora. O último PAA, a gente começou em julho. Atrasou muito, muito, muito [tramitação da aprovação do projeto nas instâncias competentes]. E esse a gente, não está ouvindo falar. (CASAL CAMPONÊS, PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Mesmo que para os camponeses não tenha havido impacto imediato dos cortes monetários sobre a renda, consideramos que a delonga deve aqui ser compreendida como uma ofensiva contra agricultura camponesa familiar porque prejudica o planejamento produtivo das famílias; impacta na diversificação dos alimentos entregues aos mercados institucionais, devido o desencontro entre abertura da chamada pública e o tempo de maturação de algumas culturas, brecha temporal que também abre margem para atuação dos atravessadores.

Por outro lado, entende-se que o impacto imediato na renda dos camponeses do assentamento 20 de Março tem sido postergado devido a relevante participação

em outros canais curtos de comercialização direta, comentada com mais detalhes nos próximos tópicos.

A redução de recursos também refletiu nos estoques públicos de alimentos, que já vinha padecendo com a venda dos armazéns Conab, sob a assertiva de que “[...] os armazéns públicos são [...] um custo que deve ser cortado [...]” levando ao encerramento das atividades de aproximadamente 27 dos 92 armazéns entre 2016 a 2019. (PERES; MATIOLI, 2019b). Na escala nacional o estoque formado a partir da compra pelo PAA decaiu 76% entre 2012 e 2019, sendo neste último as compra fecharam em 935 toneladas, enquanto em 2012 chegaram a 59.211 toneladas. (CONAB).

Na entrevista do secretário da agricultura e do presidente do sindicato da agricultura familiar de dois municípios de Mato Grosso do Sul concedida à Peres e Matioli (2019b) podemos dimensionar os desdobramentos desta ofensiva sobre a segurança alimentar e agricultura camponesa familiar:

No Mato Grosso do Sul, Dourados é vista como uma das cidades mais afetadas. Alceu Júnior, secretário municipal de Agricultura Familiar, lembra que os programas públicos vêm perdendo fôlego nos últimos anos. ‘Já vinha a conta-gotas num processo informal de desativação e, agora, caminha para consolidar’, diz. ‘Uma situação dessas impacta toda a cadeia. A cadeia tem que se reinventar. O produtor, os insumos e a comercialização nas feiras livres deixa de fomentar. Porque querendo ou não, quem produz para atender o PAA não atende só isso. O PAA permite se capitalizar e produzir um pouco além disso para a comercialização local.’ No mesmo estado, Chapadão do Sul oferece uma fotografia do futuro de Dourados. Joeder Pereira de Paula, presidente do Sindicato da Agricultura Familiar local, recorda que a Conab chegou a ter duas estruturas na cidade. ‘O pagamento é muito mais fácil com a Conab. A gente tinha boas vantagens. E, com a atuação privada, isso muda. Os preços são maiores e as oportunidades são menores do que a gente tinha. Num todo, acabou prejudicando o pequeno produtor’.

Outro indicativo dos retrocessos em relação aos mercados institucionais e a queda de estoques refere-se aquilo que “[...] chega ou deixa de chegar ao prato de milhões de brasileiros [...]” (PERES; MATIOLI, 2019b) elevando o risco de insegurança alimentar, especialmente entre aqueles atendidos pelos programas sociais do governo que sentiram de imediato a redução dos recursos orçamentários, já que isso representou redução dos alimentos disponibilizados e doados pela Conab. Mas não somente este grupo, como também considerável parcela da

sociedade que sofrem com a gradativa alta dos preços dos alimentos, devido não haver estoques suficientemente necessários para regular as flutuações dos preços dos alimentos.

No Brasil, é possível acompanhar a variação do custo dos alimentos por meio do banco de dados da PCBA, realizada pelo DIEESE. Atuando desde 1959, aos poucos o Departamento ampliou sua abrangência e, em 2016, pôde enfim comemorar o alcance nacional da PCBA, uma vez que passou a analisar o conjunto de bens alimentícios básicos nas 27 capitais do Brasil.

Agrupadas em três regiões²², a análise dos bens alimentícios nestas capitais é realizada a partir do levantamento do gasto médio mensal despendido na compra de uma cesta de alimentos, constituída, em cumprimento ao Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, por 13 produtos em quantidades essenciais para suprir uma pessoa adulta por um mês, conforme as especificidades de cada região, como verificado na tabela a seguir.

Tabela 23 – Composição cesta básica (consumo per capita mensal).

Alimentos	Região I	Região II	Região III
Carne	6,0 (kg)	4,5 (kg)	6,6 (kg)
Leite	7,5 (litr)	6,0 (litr)	7,5 (litr)
Feijão	4,5 (kg)	4,5 (kg)	4,5 (kg)
Arroz	3,0 (kg)	3,6 (kg)	3,0 (kg)
Farinha	1,5 (kg)	3,0 (kg)	1,5 (kg)
Batata	6,0 (kg)	-	6,0 (kg)
Legumes (Tomate)	9,0 (kg)	12,0 (kg)	9,0 (kg)
Pão francês	6,0 (kg)	6,0 (kg)	6,0 (kg)
Café em pó	600 (gr)	300 (gr)	600 (gr)
Frutas (Banana)	90 (unid)	90 (unid)	90 (unid)
Açúcar	3,0 (kg)	3,0 (kg)	3,0 (kg)
Banha/Óleo	750 (gr)	750 (gr)	900 (gr)
Manteiga	750 (gr)	750 (gr)	750 (gr)

Fonte: Dieese (2016).

Organização dos dados: autora.

Nos últimos anos, é perceptível que o valor despendido para a compra de alimentos básicos de nossa refeição diária apresentou gradativo aumento, dentre os quais que chamaram mais atenção tem o caso do feijão, carne, arroz, açúcar e óleo. Segundo o Dieese, o aumento anual do preço pago por um dos bens indispensáveis à sobrevivência humana: o alimento, correlaciona-se a junção de pelo menos três

²² Região I (R I): Goiânia, Brasília, Rio de Janeiro, Macaé, São Paulo, Vitória e Belo Horizonte; Região II (R II): Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Porto Velho, Rio Branco, Aracaju, João Pessoa, Fortaleza, Maceió, Salvador, Natal, Recife, São Luís e Teresina; e Região III (R III): Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Cuiabá.

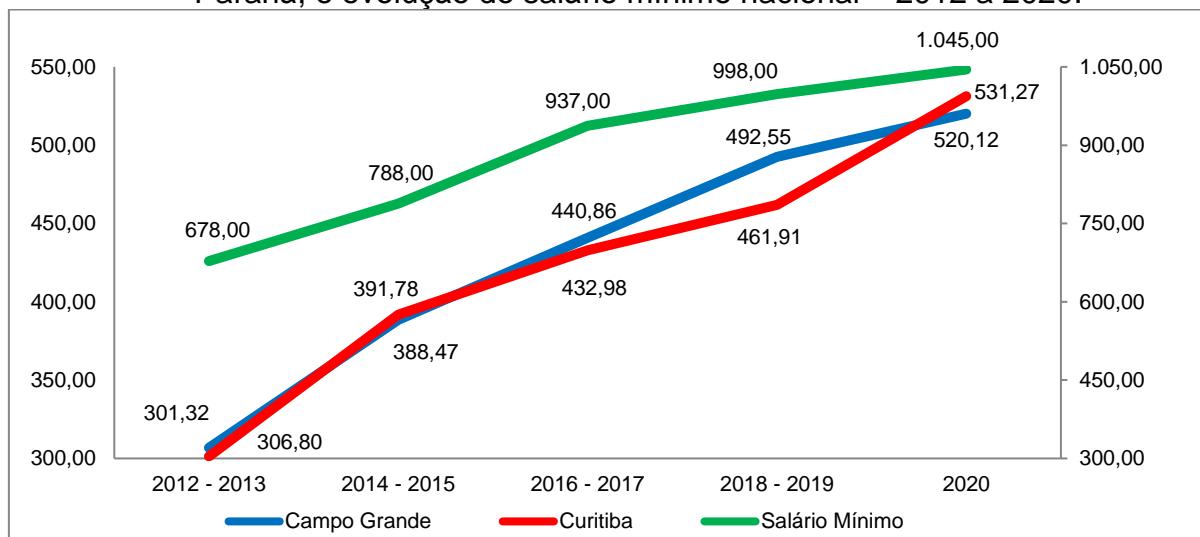
fatores: a queda progressiva dos estoques nacionais, o alto custo dos insumos e a elevação das taxas de exportação devido a demanda externa. (DIEESE, 2020).

Aproximando a lente das capitais dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, representados respectivamente por Campo Grande e Curitiba, entre outubro 2019 a outubro de 2020, o gasto para comer significou na primeira um aumento de 27%, ao passo que na segunda, a elevação foi de 24%. A dimensão nacional da alta do preço dos alimentos no final de 2019 e seus possíveis motivos podem ser observados no editorial Economia do jornal Estadão:

O tradicional prato feito do brasileiro – arroz, feijão, bife, batata e ovo – está pesando mais no bolso do consumidor. A alta de preços de quase todos os alimentos básicos acumulada nos últimos 12 meses até novembro supera a inflação geral do país, de 3,27% para o período. A inflação deve fechar este ano com folga abaixo do centro da meta de 4,25% fixada pelo governo [...]. O sinal de alerta de que se alimentar ficou mais caro sóu quando o preço da carne vermelha disparou, puxada pela alta de preço do boi no campo. Na média nacional, a carne vendida ao consumidor aumentou 14,43% nos últimos doze meses e mais da metade só em novembro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Analistas consideram que ocorre uma tempestade perfeita no mercado de carne bovina. O aumento de 10% das exportações em volume neste ano, puxada pela China que enfrenta problemas na oferta de proteína animal, atraiu os exportadores que recebem em dólar pelo produto. Somado a isso, o consumo doméstico, que normalmente cresce nesta época do ano por causa da injeção do 13.^º salário, ganhou vigor com o dinheiro extra do FGTS [...]. (CHIARA, 2019).

Avaliando essa progressão em relação ao orçamento de um salário mínimo, percebe-se que garantir alimentos nos parâmetros do decreto está cada vez mais inexequível: paga-se para comer mais do que se ganha para comprar. Situação confirmada no gráfico a seguir, quando notou que nas capitais, ao julgar o maior preço da cesta de alimentos no decurso de oito anos, um trabalhador assalariado tem progressivamente comprometido sua remuneração para adquirir alimentação, registrando mais de 50% em 2020.

Gráfico 8 – Evolução do custo da cesta de alimentos em Mato Grosso do Sul e Paraná; e evolução do salário mínimo nacional – 2012 a 2020.



Fonte: DIEESE (2012 a 2020)

Organização dos dados: autora

A representação deste gasto no orçamento familiar pode ser analisada a partir do cálculo que o próprio Departamento realiza para apurar o valor do salário mínimo necessário para um grupo familiar constituído por dois adultos e duas crianças²³ garantir uma cesta de alimentos mensalmente.

Quadro 5 – Cálculo do Salário Mínimo Necessário.

Fórmula original	Fórmula considerando o mês de Outubro de 2020 em Campo Grande	Fórmula considerando o mês de Maio de 2020 em Curitiba
$C.F.A. = 3 \times C.C$ = C.F.A.	$C.F.A. = 3 \times 520,12$ = 1.560,36	$C.F.A. = 3 \times 531,27$ = 1.593,81
$C.F.A. = 0,3571$ $X = 1,00$	$1.560,36 = 0,3571$ $X = 1,00$	$1.593,81 = 0,3571$ $X = 1,00$
$0,3571 \cdot X = C.F.A.$ $X = \frac{C.F.A.}{0,3571}$ $X = \text{Salário Mínimo Necessário}$	$0,3571 \cdot X = 1.560,36$ $X = \frac{1.560,36}{0,3571}$ $X = 4.369,53$	$0,3571 \cdot X = 1.593,81$ $X = \frac{1.593,81}{0,3571}$ $X = 4.463,20$
Equivalente a R\$ 4.369,53.		
C.F. A refere-se ao Custo Familiar de Alimentação, ou, gasto mensal grupo familiar; C.C. o Custo da Cesta Básica de maior valor, ou, maior gasto mensal per capita; 0,3571 a porcentagem que a alimentação representa das despesas das famílias de Estrato 1;		

Fonte: DIEESE (2020).

Organização dos dados: autora.

Conforme o quadro acima, uma família sul-mato-grossense constituída por quatro pessoas deveria obter o proporcional a R\$ 4.369,53 no mês de outubro para

²³ O Dieese considera que as crianças em tese, consomem menos e, juntas, são consideradas uma pessoa adulta. Desta forma, para estimar o custo da cesta para atender uma família, verifica-se anualmente em cada capital o maior valor pago pela cesta, e multiplica-o por três: pai, mãe e dois filhos.

garantir a todos os seus membros o consumo da cesta de alimentos. Se apenas um integrante da família fosse remunerado, seu salário em Campo Grande deveria ser 4,52 vezes maior que o salário mínimo vigente (R\$ 966,63)²⁴ em 2019. Já em Curitiba, o mês de maio, momento que a cesta básica registrou maior elevação, exigiu ao integrante remunerado do grupo familiar dispêndio 4,62 vezes maior que seu salário, o proporcional a R\$ 4.463,20.

Se considerar os últimos dados do estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontando que a média salarial em agosto de 2020 na capital sul-mato-grossense Campo Grande era de R\$ 1.857,10 reais, e na paranaense de R\$ 3.241,36 reais (NERI, 2020), percebemos que nas situações estudadas, uma família cuja renda tem por base apenas um adulto remunerado, dificilmente conseguirá adquirir a cesta básica que esteja cumprindo rigorosamente sua necessidade de alimentação como definido pelo Decreto-Lei nº 399.

Entretanto, se para estes grupos familiares garantir a cesta é tarefa árdua, a situação está mais difícil para aqueles que se encontram à procura de trabalho e não dispõem sequer do salário mínimo. Circunstância preocupante, já que o índice de pessoas nessa situação também aumenta a cada ano, e em 2020 se torna mais grave com a demora do governo brasileiro em aprovar medidas paliativas às demissões acentuadas com a elevação da crise econômica brasileira durante o protocolo de isolamento social aprovado como enfrentamento a pandemia COVID-19.

Segundo a PNAD Contínua, pesquisa do IBGE responsável por esse levantamento, no trimestre de junho a agosto de 2019, numa escala nacional havia 12,6 milhões de pessoas desempregadas no país. Esse número cresceu 9,8% (mais 1,2 milhão pessoas) em relação ao mesmo período de 2020, quando 13,8 milhões de pessoas estavam nesta situação. (PNAD, 2020). Mato Grosso do Sul e Paraná também seguem a tendência nacional e registram elevação no número de pessoas desempregadas.

No trimestre de abril a junho, em Mato Grosso do Sul, 11,4% (150 mil pessoas) da população estava desempregada em 2020; houve aumento de 3,1% (mais 30 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2019, cuja porcentagem era 8,3% (120 mil pessoas). O Paraná, mesmo apresentando maiores índices de

²⁴ O Salário Mínimo já está calculado com o desconto da Previdência Social. No ano de 2019, o salário era de R\$ 998,00 – com o desconto de 8%, R\$ 918,16. Em 2020, o desconto da Previdência Social caiu para 7,5%, o salário foi para R\$ 1.045,00 – após o desconto, R\$ 966,63.

pessoas desempregadas em relação a Mato Grosso do Sul, apresenta menor taxa de elevação – ao registrar crescimento de 0,6% no número de pessoas nessa condição, saindo de 9,0% (545 mil pessoas) no trimestre de 2019 para 9,6% (564 mil pessoas) no mesmo período de 2020. (PNAD, 2020).

Segundo Esteve (2017, p. 121-122) o encarecimento da alimentação combinado com salários reduzidos é fator preocupante para a segurança alimentar, visto que, os altos custos dos alimentos forçam aqueles que não possuem recurso suficiente para comprá-los diminuir sua aquisição, conduzindo-as “[...] a comprar produtos mais baratos e menos nutritivos [...]. Assim “Compra-se pouco e barato e se come mal [...]”.

Confirmado a análise da autora, em levantamento de dados realizado no ano de 2019, (tabela 24), a PNS mostra que aproximadamente 49,5 milhões de pessoas alegaram ingerir bebidas gaseificadas e açucaradas regularmente em cinco ou mais dias da semana. Essa frequência de consumo também aparece em relação a substituição do almoço por sanduíches, salgados e pizzas, confirmada por 3,3 milhões pessoas, concentrado principalmente entre aqueles que se encontravam empregados no momento da pesquisa, cerca de 68% dos entrevistados.

Tabela 24 – Consumo de substâncias alimentícias e fast food, 2019 (em 1.000 pessoas).

Consumo regular ²⁵	Brasil			
	Total	18 a 24	25 a 39	40 a 59
Refrigerante/refrigerante açucarado/ suco de caixa ou lata /refresco em pó	49.581	24,7	35,1	26,9
Substâncias alimentícias doces	2.361	22,3	31,0	28,2
Substituição do almoço por sanduíche, salgados e pizzas	3.324	25,6	32,5	28,5
Mato Grosso do Sul				
Refrigerante/refrigerante açucarado/suco de caixa ou lata/refresco em pó	796	24,0	39,3	23,4
Substâncias alimentícias doces	292	20,9	31,8	28,8
Substituição do almoço por sanduíche, salgados e pizzas	28	32,1	39,3	14,3
Paraná				
Refrigerante/refrigerante açucarado/ suco de caixa ou lata /refresco em pó	3.528	24,7	36,5	26,3
Substâncias alimentícias doces	1.449	25,7	29,6	29,4
Substituição do almoço por sanduíche, salgados e pizzas	215	29,3	34,9	24,7

Fonte: PNS, (2019).

Organização dos dados: autora.

Outra informação relevante é que o consumo de substâncias alimentícias e fast food foi mais frequente dentre aqueles cujo rendimento (salário) variava entre mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, ou seja: R\$ 459,08 a R\$ 918,16 reais (2019), representando 31%. Quando comparados os estados de Mato Grosso do Sul e

²⁵ O consumo regular definido como consumo de qualquer quantidade em cinco ou mais dias durante a semana.

Paraná, a situação prevalece, principalmente entre aqueles com idade de 25 a 39 anos. Situação que indica uma tendência da alimentação da classe assalariada com menores salários estarem alinhando-se ao consumo de comida não saudável.

As características do atual padrão alimentar também podem ser observadas na tabela abaixo, a qual demonstra nítida redução da aquisição alimentar de alimentos como arroz e feijão, enquanto elevaram-se refeições preparadas e misturas industriais.

Tabela 25 – Evolução da aquisição alimentar (*per capita* anual Kg), 2002/2018.

Aquisição alimentar	Mato Grosso do Sul				Paraná			
	2002/3	2008/9	2017/18	Variação 2002/18 (%)	2002/3	2008/9	2017/18	Variação 2002/18 (%)
Arroz	43,63	31,52	25,29	-42,03	28,17	24,59	16,20	-42,48
Carnes bovinas	22,19	21,99	22,32	+0,60	17,30	18,17	13,54	-21,72
Farinha de mandioca	0,93	0,95	0,28	-70,40	0,74	0,92	0,40	-45,63
Farinha de trigo	7,06	5,18	2,62	-62,81	12,26	11,35	5,23	-57,33
Feijão	9,37	7,29	4,67	-50,16	8,94	7,44	4,42	-50,55
Frango	9,29	8,72	7,97	-14,14	12,61	10,09	8,65	-31,39
Frutas	18,27	29,43	26,43	+44,70	27,92	34,16	29,45	+5,47
Hortaliças	24,76	31,15	28,73	+16,05	30,31	31,80	26,10	-13,89
Leite de vaca	35,01	19,05	7,19	-79,45	16,19	11,79	1,79	-88,94
Leite de vaca pasteurizado	25,30	23,54	23,02	-9,02	16,19	36,39	27,58	+70,38
Pão francês	8,46	8,80	8,50	+0,45	9,09	8,01	5,70	-37,27
Refeições preparadas e misturas industriais	2,36	3,65	5,54	+134,73	3,50	5,42	3,87	+10,64

Fonte: POF, (2002/2003, 2008/2009, 20017/20018)

Organização dos dados: autora.

Ainda que os estados, principalmente Mato Grosso do Sul no último levantamento, 2017/18, indique aumento da aquisição de alimentos como hortaliças e frutas, em comparação com o levantamento anterior, 2008/9 podemos perceber tendência de redução dessa aquisição. O que inclusive pode-se confirmar no município de Três Lagoas/MS, quando pesquisa realizada por Mercadante (2018, p. 97) junto a 115 consumidores nas principais redes de supermercados do município destaca uma dieta alimentar “[...] de baixo valor nutritivo, porém, rica em calorias. Refrigerantes, macarrão instantâneo, leite em pó, cereal, margarina, achocolatado em pó, iogurte e leite condensado [...]” dentre outras substâncias alimentícias ultraprocessadas e processadas.

Com 35% dos entrevistados com idade até 30 anos e com remuneração de 1 a 2 salários mínimos, ou seja: R\$ 877,68 a R\$ 1.755,36 (DIEESE, 2018) na pesquisa de Mercadante (2018, p. 93-96) predominou-se a propaganda, mas, principalmente, com o preço como “[...] fator mais importante a ser considerado no momento da compra dos alimentos [...]. Chama a atenção que o consumo das substâncias

comestíveis no lugar dos alimentos cultivados na perspectiva da transição agroecológica, também analisado pela autora, vem atrelado “[...] a ideia de produto saudável como mais caro, dependendo de mais investimentos financeiros para aumentar a qualidade dos hábitos alimentares [...]”.

Para Jacoby (2012) é em decorrência dessa tendência que “[...] os bons alimentos não podem ser caros”, pois, as indústrias alimentícias e redes de fast food dispõem de capital, provido a partir do acesso à matéria-prima de baixo custo gerada pela própria exploração da classe assalariada e subjugação da produção camponesa, para fazer com que “[...] os alimentos ruins para a saúde [sejam] mais baratos do que os alimentos saudáveis [...]”.

Figura 6 – Propagandas de redes fast food, Três Lagoas/MS e Londrina/PR, 2020.



Fonte: autora, 2020; PERFIL NEWS, 2020.

Analizando as informações da PNS (2013-2019) em relação a qualidade da saúde, (tabela 25) é possível perceber que junto a tendência de aumento no consumo e ingestão de alimentação não saudável também houve a elevação das DCNTs relacionadas a alimentação entre a população.

Na escala nacional, em 2013, 31,3 milhões de entrevistados referiram a diagnóstico de hipertensão arterial e 18,3 milhões de colesterol alto, já em 2019,

pessoas diagnosticadas com essas DCNTs aumentaram 22% e 35% respectivamente. Vale lembrar que elas têm relação direta com consumo excessivo de substâncias alimentícias e alimentos com alto teor de gordura – nosso inimigo quase que mortal devido sua relação com a DCNT obesidade.

Tabela 26 – Registro de doenças crônicas vinculadas a alimentação, 2013 e 2019 (em 1.000 pessoas).

Tipos de DCNTs	2013				2019			
	Brasil				Total	18 a 29	30 a 59	60 a 64
	Total	18 a 29	30 a 59	60 a 64				
Hipertensão arterial	31.315	3,5	53,8	11,9	38.082	2,6	47,7	13,17
Diabetes	9.122	2,5	45,1	13,4	12.293	1,8	41,7	14,79
Colesterol alto	18.352	5,9	59,1	11,9	23.200	6,1	53,6	12,63
Mato Grosso do Sul								
Hipertensão arterial	373	4,8	59,7	12,2	486	2,3	50,2	16,3
Diabetes	138	2,8	61,2	14,7	156	3,2	45,5	13,5
Colesterol alto	171	10,4	60,0	15,4	251	5,2	55,8	15,1
Paraná								
Hipertensão arterial	1.722	4,0	55,7	9,9	2.017	4,0	44,5	15,0
Diabetes	462	4,3	56,9	7,3	677	2,5	44,6	12,7
Colesterol alto	1.023	4,8	57,0	12,8	1.169	4,3	54,3	15,1

Fonte: PSN, (2013 e 2019)

Organização dos dados: autora.

Nos dois levantamentos, ainda que apresentando uma queda de diagnósticos, o grupo de 30 a 59 anos foi o mais acometido pelas doenças, assim como em Mato Grosso do Sul e Paraná. Mato Grosso do Sul, mesmo que de forma menos expressiva, também registra suas maiores proporções nas DCNT, hipertensão arterial e colesterol alto. No ano de 2013, 373 mil pessoas que participaram da pesquisa relataram que estavam com hipertensão, ao passo que 2019 o número salta para 486 mil, demonstrando aumento de 30%. Paraná a elevação de DCNT diabetes tem mais destaque, registrando aumento de 47% dos diagnósticos entre os dois levantamentos.

Segundo Matos (2012) as principais pandemias relacionadas à alimentação que tem afligido atualmente a sociedade tem precedente direto da obesidade, entre elas: diabetes (tipo 2), doenças cardiovasculares, depressão, estresse e com alguns tipos de cânceres. Para Pollan (2007) os índices dessas doenças é um dos piores indicativos da substituição dos alimentos pelas substâncias comestíveis, consequentemente doenças ocasionadas por uma alimentação não saudável e prejudicial a nossa saúde. Assim, o quadro de insegurança alimentar em todas as partes do mundo está sendo agravado paralelamente à transição da comida à produto alimentício.

Vale lembrar que os avanços seguidos de recuos no que concerne à questão alimentar e agrários no Brasil não são de hoje. Inclusive para A. Oliveira (2016, p. 123) os retrocessos descritos anteriormente são resultados das reestruturações do processo de produção e de reprodução do capital, que desde a mundialização da agricultura são coetâneas à pauta do liberalismo, mais vivaz do que nunca, debatendo a íntegra liberalização comercial em nível mundial, fundada na abolição da administração do Estado para ceder lugar à supremacia do mercado.

[...] passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais de soberania alimentar, mas sim de segurança alimentar. Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Para S. Silva (1990, p. 7), essa circunstância nos revela que, mesmo inseridas na agenda de atuação do governo, as ações do SAN:

[...] em geral, resultaram em estruturas e políticas públicas com pouco poder quanto a recursos, baixo poder de cobertura, falta de critérios bem definidos de elegibilidade, além de serem marcadas por institucionalidade frágil. Todas essas questões tiveram como consequência um ambiente político-institucional pautado por descontinuidades, com avanços e retrocessos de acordo com as diretrizes de governo assumidas pelos gestores responsáveis, sem que o problema da fome e da miséria fosse eficientemente combatido no país.

Assim, evidencia-se que há um persistente quadro de insegurança alimentar e fome no país ainda não solucionado. Na análise de Jonsson (1986), ao longo da evolução humana essa persistência pode emanar de fatores históricos, ecológicos/tecnológicos, culturais/ideológicos, econômicos e políticos. Mesmo que

alguns deles prevaleçam sobre os outros, há uma raiz que “[...] permite uma interpretação sistemática de todos os possíveis tipos de causas, onde cada tipo está relacionado a certos aspectos ou componentes da estrutura socioeconômica da sociedade” (JONSSON, 1986, p. 59). Ou seja, a situação de insegurança alimentar e fome fluiu do próprio formato de sociedade em que os países se desenvolveram, a forma como são produzidas as mercadorias e como se dá sua distribuição social e geograficamente.

Os históricos abrangem os outros quatro fatores, conectados aos estágios dos modos de produção. No capitalismo sinalizam a duradoura relação existente entre a fome e o colonialismo, a escravidão, o neocolonialismo, o imperialismo, a divisão de trabalho, as leis de herança, a religião, as guerras, as tecnologias, entre outros.

Segundo o autor supracitado, ecológicos/tecnológicos abrangem os recursos naturais e o melhoramento técnico dos materiais e das técnicas de produção para provisão, por exemplo, do alimento. Nela, a fome relaciona-se as características do clima, a fertilidade do solo, a disponibilidade de água, estabelecidos desde condições naturais quanto em decorrência das ações humanas. E aqui caberia como ótimo exemplo a inserção das máquinas e insumos químicos na agricultura para superar possíveis limites naturais a produção de alimentos. Aliás, claramente expressa nas últimas liberações de agrotóxicos no país, justificadas como serviços essenciais.

Apesar de parecer incabível tal assertiva, a liberalização de agrotóxicos no Brasil vem ganhando destaque justamente porque há um entendimento de que, para conseguir garantir a produção de alimentos em quantidade necessária para abastecer a população, em gradativa ampliação, é preciso utilizar substâncias químicas. Isso se confirma no seguinte pronunciamento da então ministra da agricultura, Kátia Abreu, em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal, em 2010, quando diz:

[...] milhares e milhares de brasileiros, que ganham um salário mínimo ou que não ganham nada [...] precisam comer *com defensivo [agrotóxicos]* sim, porque é a única forma de se fazer o alimento mais barato [...]. Se nós pudéssemos produzir orgânico para todo o Brasil e todo o mundo nós íamos precisar no mínimo, eu nunca fiz essa conta, no mínimo três brasis eu acho ou quatro, dai

para mais para produzir o mesmo tanto que produzimos hoje para os brasileiros e para exportar [...]. (ABREU, 2010, grifo nosso)²⁶.

Assim, enquanto o Projeto de Lei nº 6299/2002 segue sendo debatido nos espaços políticos sob forte pressão da ala ruralista e contestado diariamente pela opinião pública, aprova-se na prática o PL do Veneno e constantemente somos surpreendidos com a máquina de liberação e registro de agrotóxicos acelerando a todo vapor, superando em 2019 o [...] recorde histórico de aprovações de agrotóxico, com 475 novos produtos sendo liberados. E 2020 segue o mesmo passo, com um total de 150 produtos recebendo registro desde o começo do ano". (GRIGORI, 2020).

Isso num momento em que a maioria dos países está procurando aprovar projetos de enfrentamento à pandemia COVID-19, e mais ainda, propostas mais ecológicas na relação homem natureza para que se evitem desequilíbrios que facilite vírus, como o novo Coronavírus (Sars-Cov2), rompa [...] seu ciclo natural e alcançou outros seres, como o homem, cujo organismo ainda não está preparado para combatê-lo" (GIMENES, 2020).

Jonsson (1986) entende que as causas culturais/ideológicas, como o próprio nome diz, correspondem ao conjunto de ideologias, religiões, opiniões, concepções morais, crenças, hábitos e leis tradicionais que formam e compõem uma sociedade, seja em nível local, regional ou nacional. De maneira geral, essas causas estariam relacionadas a uma ordem natural/cultural.

Por último, mas não menos importantes, há os fatores de dimensão econômica e política, respectivamente conectados a condições sociais e ao Estado. Segundo esses fatores, a insegurança alimentar e a fome estão ligadas às relações de propriedade, posse ou acesso aos meios de produção, à divisão do trabalho, à estrutura de poder, à exploração, à política, à lei, aos direitos democráticos, entre outras causas. A forma como se estabelecem a monopolização dos meios de produção – a terra, e o controle da alimentação, são exemplares.

²⁶ Importa saber que as palavras da Ministra ocorrem num momento em que pesquisas realizadas por Palma (2011) no Mato Grosso, estado reconhecido nacionalmente pela forte expressão produtiva da soja – cultivo com maior consumo de agrotóxicos no país, indicava elevado índice de contaminação da água e alimentos, consequentemente a população de Lucas de Rio Verde, principal município de expansão da soja. Situação que ativou o alarme do risco que os agrotóxicos traziam a saúde humana e da natureza, especialmente porque se constatou a presença de seus resíduos no leite materno de algumas mulheres que estavam amamentando ainda nas primeiras oito semanas pós-nascimento.

Ensejados da própria contradição de segurança alimentar elencada pelo capital, é nessa última dimensão que encontramos a ligação existente entre a agricultura mundializada e mercado mundial com a crise de alimentos que se alastrou pelo Brasil, a mesma comumente denunciada por J. Castro (1984, p. 40), em suas obras, desde suas primeiras expressões ainda em 1940, como podemos verificar no trecho abaixo, retirado do livro *Geografia da Fome*, no qual ele diz que:

[...] mesmo quando [o fenômeno da fome] se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante [...].

Destarte, o âmago da crise de alimentos, para o autor, não está apenas na pobreza que acomete relevante parte da sociedade brasileira, mas também na inquietante questão agrária não solucionada, que deriva da terra altamente concentrada nas mãos dos latifundiários capitalistas que controlam agroindústrias direcionadas prioritariamente à produção de monoculturas. Todavia, apesar da relevante obra de Josué de Castro a política de segurança alimentar na pauta capitalista tal como é hoje, pouco ou nada se propõe em termos de limitação das áreas direcionadas às *monoculturas* e/ou dos latifúndios improdutivos, e muito menos a respeito de ações mais efetivas contra a atuação das empresas mundiais na monopolização do mercado de alimentos.

O que confirma a análise de Valente (1986, p. 77) quando pondera que isso advém do fato de que, no país, “[...] os distúrbios nutricionais são inerentes à própria organização social de produção capitalista. Ou seja, a produção social da fome/desnutrição em amplos setores da classe trabalhadora” e camponesa “no Brasil é parte integrante do mesmo processo que gera lucros fenomenais” para aqueles que monopolizam privadamente os meios de produção: latifundiários, “capitalistas industriais e financeiros, nacionais e estrangeiros”. Assim, ao passo que terra e alimento alinharam-se cada vez mais ao processo de acumulação de capital, certamente como “irmãos siameses, um (o lucro) não viveria sem a outra (a fome)”. O autor ainda destaque que:

A organização capitalista da economia brasileira caracteriza-se pela exploração do trabalho assalariado; pela expulsão violenta dos pequenos produtores de alimento do campo, transformados, agora, em assalariados; pela produção e manutenção de um enorme exército de desempregados e subempregados, que ao mesmo tempo servem de mão de obra barata e rebaixam o valor do salário daqueles que trabalham; pela produção voltada unicamente para o lucro e não para atender às necessidades reais da organização social. Este sistema produz e reproduz não só a fome como os próprios famintos. (VALENTE, 1986, p. 77).

Contudo, como pudemos verificar, ao longo da história, não é apenas a via de proletarização, o único caminho para reprodução dos camponeses, tão por isso que é essa organização da sociedade brasileira retratada por Valente (1986) que “[...] gera para eles a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas sobretudo a luta contra o capital.” (OLIVEIRA, A., 1986, p. 82) Desta forma, é na contradição dessa segurança alimentar estabelecida pela dependência (VALÉRIO, 2019) que se fortalece a segurança alimentar pelas ações mais autônomas, verificadas na pauta de soberania alimentar, que tanto no assentamento 20 de Março quanto no Eli Vive II tem se mostrado efetivas contra a insegurança alimentar e fome a partir da viabilização da transição agroecológica e dinamização dos canais curtos de comercialização de alimentos.

Soberania, cuja pauta, após as ofensivas engendradas por um governo classista, delineia sua maior expressão em escala nacional durante a pandemia COVID-19 a partir das doações de alimentos cultivados por diversas famílias camponesas para aqueles em risco de segurança alimentar na cidade. As famílias camponesas do assentamento 20 de Março e Eli Vive II tem feito parte dessa mobilização ímpar levando alimento saudável cultivado no chão da reforma agrária.

Segundo Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira (2020)²⁷ integrante do Núcleo de Estudos Agroecológicos (NEA) /BOLSÃO)/UFMS-CPTL, em Três Lagoas/MS foram arrecadadas, no mês de setembro de 2020, 32 cestas básicas de alimentos em parceria com a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) Nacional e Seção Local de Três Lagoas, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS) e a Universidade Necessária/UFMS-CPTL. As cestas foram entregues as famílias em risco de insegurança alimentar residentes no Loteamento Jardim das Primaveras conquistado pelo movimento de luta por moradia

²⁷ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

do município em 2013. Dentre os doadores estão três famílias da Associação do assentamento 20 de Março, que juntas conseguiram doar 32 sacolas agroecológicas com hortaliças folhosas, repolho, abóbora, pepino.

Figura 7 – Doações de cestas agroecológicas feitas pelas famílias camponesas do assentamento 20 de março a famílias de Três Lagoas durante a pandemia COVID-19, Três Lagoas, 2020.



Fonte: arquivos NEA/BOLSÃO, 2020.

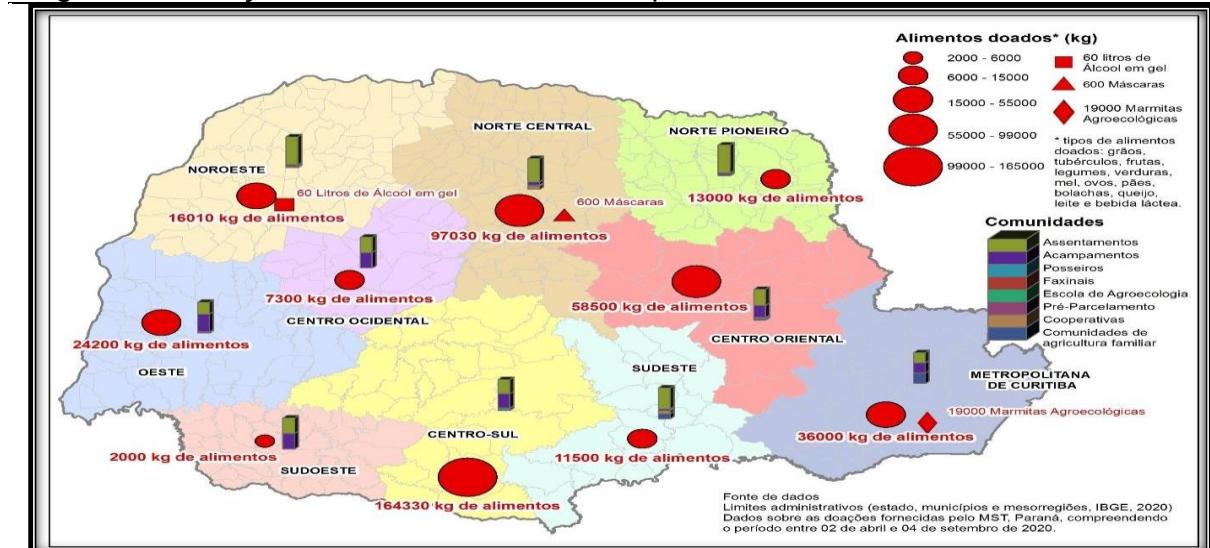
Além de participarem dessa mobilização, as famílias também têm feito outras doações para as entidades sociais do município de Três Lagoas: Associação de Pais e Amigos dos Expcionais (APAE), Lar dos Idosos e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Lar da Tia Nega.

No Paraná as doações de alimentos, iniciadas em abril de 2020 e em tempo registrada no artigo de Roos et al (2020), tem sido promovida pelo MST em articulação com os inúmeros acampamentos e assentamentos de atuação do Movimento; como também outros camponeses faxinalenses, posseiros; unidades da agricultura familiar e escolas agroecológicas; cooperativas e STRs. Segundo os autores, até a primeira semana de setembro, nessa ação de solidariedade:

[...] foram entregues 429.870 kg de comida no Paraná, ou seja, uma média de 2.773,35 kg de alimentos diáários. As camponesas e camponeses de 54 acampamentos, 123 assentamentos, 21 comunidades de faxinalenses, posseiros, unidades de produção da agricultura familiar, escolas de agroecologia, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais de 81 municípios distribuídos em todas as regiões do estado fizeram chegar gratuitamente uma parte da sua produção para bairros periféricos, ocupações urbanas, hospitais públicos e Santas Casas, asilos de idosos, associações de moradores e de catadores, abrigos, pessoas em situação de rua e comunidades indígenas. Nesse período foram doadas 19.000 marmitas agroecológicas, 600 máscaras de tecido, 60 litros de álcool 70%, além de 80 tipos de alimentos entre grãos, tubérculos, frutas, legumes, verduras, mel, ovos, pães, bolachas, leite, bebida láctea, queijo e macarrão caseiro. (ROOS et al, 2020, p. 181).

Compiladas as informações, é possível observar a territorialização da mobilização solidária a partir da imagem 8 organizada pelos autores. Nela observamos que do total de comida doadas, aproximadamente 97.030 kg foram majoritariamente dos projetos de assentamentos coordenados pelo MST.

Figura 8 – Doações de alimentos durante a pandemia COVID-19, Paraná, 2020.



Fonte: ROOS (et al, 2020, p. 181)

Aproximadamente 44.850 kg, ou seja, 46% do total de alimentos foram arrecadados por 11 comunidades do MST, e num único dia, 20/06/2020, doados as famílias da zona sul de Londrina. Os alimentos foram organizados em 1.700 kits composto por 15 kg de alimentos como laranja, banana, abacate, milho verde, tomate, batata doce, mandioca, feijão, pães, bolachas caseiras, hortaliças (alface ou almeirão) e 2 litros de leite.

Distribuídos em caminhões com faixa trazendo a palavra de ordem *Alimentos em todas as mesas: reforma agrária já*, os alimentos foram doados as famílias de três regiões de Londrina: Zona Sul: bairros União da Vitória, Cristal, São Lourenço, Jamili Dekechi, Nova Esperança e Franciscato; Zona Leste: bairro Califórnia; Zona Norte: bairro Maria Cecília e Vista Bela; e duas ocupações do movimento de luta por moradia Primavera e Flores do Campo.

Dentre as comunidades doadoras, está o assentamento Eli Vive I e II, que conforme informações de Sandra Aparecida Costa Ferrer²⁸, coordenadora Estadual do MST, uma das responsáveis do setor de produção do assentamento Eli Vive e mulher camponesa da Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive (AMCEV) até fevereiro de 2021, as famílias dos assentamentos, cultivaram, colheram e doaram 50 toneladas de alimentos, dos quais, somente a mobilização do dia 20/06/2020 foram aproximadamente 22.620 kg de alimentos e 2.067 litros de leite. Também a AMCEV arrecadou junto a oito mulheres 200 kits de alimentos diversificados.

²⁸ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

Figura 9 – Doações de alimentos pelas famílias camponesas do assentamento Eli Vive II durante pandemia, 2019.



Fonte: arquivos AMCEV, 2020; registros da autora, 2020²⁹.

²⁹ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, os registros de autoria foram realizados seguindo todos os critérios de distanciamento.

Alimentos que cultivados com base no manejo agroecológico, no marco da soberania alimentar visa produção ecologicamente saudável, culturalmente sensível, socialmente justa e economicamente viável (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000) tanto no campo como no prato do consumidor na cidade. Tão por isso Ferrer (2020) ressalta que a mobilização para as camponesas e os camponeses assentados “*não é apenas doar, mas, compartilhar a sua fartura, o que eles têm de melhor na sua casa, do seu sítio para as famílias que passam por esse processo difícil no momento*”. Como igualmente evidenciar que “*o melhor projeto para matar a fome do mundo é o projeto da Reforma Agrária Popular*”.

Nos dias atuais, diversas pesquisas têm evidenciado como a transição da agricultura convencional para uma base agroecológica tem auxiliado tanto a recriação emancipatória do campesinato quanto o fortalecimento da segurança alimentar em vias de soberania.

Para Norgaard (1989) a transição fortalece a recriação camponesa porque, distinta das bases científicas que dedicam seus estudos nas tecnologias agrícolas ligadas a modificação genética das sementes; aprimoramento de máquinas colheitadeiras, plantadeiras, pulverizadoras, e tratores; fabricação de pesticidas e fertilizantes químicos; e as apresentam como receita para camponeses se desenvolverem.

Os estudos agroecológicos buscam aprender, com base nos ensinamentos destes camponeses, como eles moldam sistemas agrícolas que resistem as secas, ataques de insetos danosos e inimigos naturais, solos com baixa fertilidade, apoiados num movimento de tentativas, mescladas por erros - acertos, e sem a adoção de pacotes tecnológicos. Para com isso, elaborarem os fundamentos da ciência agroecológica, o que exige prioritariamente a manutenção de condições que dê continuidade da existência desses sistemas, como exemplo a promoção igualitária no acesso à terra e estruturas que possibilite a seus sujeitos reprodução social e econômica.

É na constituição dessas estruturas que há na escala produtiva a viabilização das práticas de manejo agroecológica, e na distribuição, a dinamização de canais curtos de comercialização que promova a interação direta agricultor-consumidor, impedindo que outros atores abocanhe a renda camponesa familiar. Situação que permitiria disponibilizar alimentos com preço justo e acessível à comunidade local, remunerando dignamente os seus agricultores. Assim,

[...] a agroecologia é um recurso economicamente sustentável porque se baseia na utilização de recursos locais, o que lhe permite desenvolver uma proposta muito mais barata e não dependente. Também é ambientalmente saudável, porque não pretende modificar o ecossistema camponês, tenta sim otimizá-lo, diferente da agricultura tradicional que tende a destruí-lo. A maioria dos movimentos sociais vê a agroecologia como uma ciência, que fornece as bases científicas para uma transformação da agricultura, mas comprometida com uma agenda de desenvolvimento social e sustentável muito clara, ou seja, socialmente justa, que contempla a reforma agrária, o protagonismo dos camponeses e o respeito pelas culturas. Por isso, os movimentos camponeses perceberam que a agroecologia oferece uma ferramenta muito importante, e que é compatível com os seus objetivos de soberania alimentar. (ALTIERI, 2007, p. 72-73).

Durante trabalho de campo, notamos que nos assentamentos 20 de Março e Eli Vive II, experiências desenvolvidas por algumas famílias camponesas, apoiadas na perspectiva da transição agroecológica foram essenciais para sua permanência na terra no momento inicial de implantação do assentamento. Hoje estão entre as principais estratégias que tem garantido sua reprodução, estando vinculadas à organização interna do sítio à base do trabalho familiar assim como geração de renda e autonomia, ainda que parcialmente em relação ao que foi auferido pelo trabalho familiar. (PAULINO, 2006) Antes de analisar as complexidades e potencialidades dessas experiências no chão destes assentamentos cabe ressaltar breve diálogo com os estudos que abordaram a evolução da transição agroecológica clássica e no Brasil.

3.2 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: DE AUTONOMIA AMEAÇADA A POSSIBILIDADE DE RECRIAÇÃO

Como ressaltado no começo do texto, as experiências de transição para uma agricultura mais ecológica e sustentável verificadas em nosso estudo envolvem 25 famílias do assentamento 20 de Março e Eli Vive II, que praticam ou praticaram o manejo com base agroecológica na dinamização da produção do sítio, particularmente a horticultura – olerícolas e frutícolas.

Como ciência, agroecologia investiga o conjunto de estratégias desenvolvidas pelos que se dispõem a estabelecer sistemas agrícolas compatíveis com a dinâmica

ecológica da natureza, na qual o manejo dos bens ambientais apoia-se no resgate e conservação da biodiversidade.

A relevância destes sistemas agrícolas como campo de análise na agroecologia explica-se pelo fato de que, uma vez moldados sem adesão do pacote tecnológico, apoiados a atividades agrícolas que ao longo dos anos se ajustaram frente a diversos determinantes (edafoclimáticos, ecossistêmico, técnico-agronômicos, socioeconômico) com o mínimo de dano ambiental o torna excelente lugar de estudo na busca de soluções aos impasses ecológicos e sociais provocados pela tecnificação da agricultura como: degradação do solo e recursos hídricos; contaminação dos alimentos e meio ambiente por agrotóxicos; eliminação da fauna e flora; precarização da força de trabalho e sua substituição por maquinários; desintegração de pequenas propriedades camponesas, comunidades indígenas e quilombolas.

[A ciência agroecológica] tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia (particularmente na exploração da pesquisa de ecossistemas tropicais), nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. Cada uma destas áreas em questão têm diferentes objetivos e metodologias, ainda que tomadas juntamente, todas têm influência legítima e importante no pensamento agroecológico. (HECHT, 1989, p. 30-31).

Segundo Hecht (1989), as sistematizações metódicas da agroecologia tiveram três alicerces: os agrônomos, o movimento ambientalista e os ecologistas. As primeiras sistematizações ocorreram em meados dos anos de 1950, com pesquisadores das ciências agrícolas, mais especificamente agrônomos como Klages (1942) e Azzi (1956), preocupados em entender como elementos não apenas fisiológicos e agronômicos, mas também históricos, tecnológicos e socioeconômicos interferiam no progresso produtivo das culturas na agricultura de diversas regiões. Já no desfecho dos anos de 1970, somam-se ao debate os estudos de Rich e Gliessman et al (1981) e Altieri (1982), inserindo nas pesquisas agronômicas o contexto social das escalas regionais e a necessidade do manejo ecológico de pragas comuns nas plantas.

Já as pautas da degradação ambiental contribuem para agroecologia a partir do movimento ambiental (HECHT, 1989), organizado sobre três linhas de estudos. Aquele representado por Ehrlich (1966) e Hardin (1968) que influenciados pela teoria

do crescimento populacional de Thomas Malthus (1766-1834) indicavam haver uma correlação entre o aumento da população e a destruição dos recursos naturais. Outros estudos como o Blueprint for Survival (1972) e Schumacher Small is Beautiful (1973), aparecem como contraponto ao anterior, evidenciando como sociedades alternativas evoluíam utilizando os bens ambientais de forma sustentável, evitando sua degradação.

A terceira linha de estudo do movimento ambientalista, com destaque para aquele realizado por Pimentel (1973) se apresenta mais alinhada às questões ambientais no âmbito da agricultura. Assim, atentava-se aos riscos ambientais causados pelo uso do petróleo como principal matéria prima na produção de agrotóxicos. Por um lado, pelo fato dele ser um recurso energético não renovável, e por outro, pela possibilidade de contaminação do solo e da água pelo uso massivo de agrotóxico na agricultura.

Muito próximo desta linha ambientalista, estavam os ecologistas (HECHT, 1989) transitando com pesquisas entre os impactos ecológicos desencadeados com a homogeneização da agricultura e as práticas ecológicas desenvolvidas nos sistemas agrícolas tradicionais. Historicamente estruturados em comunidades indígenas e camponesas ainda espalhadas em alguns países, entre os quais o Brasil, estes sistemas, “[...] exibem elementos importantes de sustentabilidade; [...] estão bem adaptados ao ambiente, têm alicerces nos recursos locais, produzem em pequena escala, são descentralizados e conservam os recursos naturais [...]” (ALTIERI, 1989, p. 83).

O autor também lembra que devido à facilidade em ajustar às condições locais, estes sistemas permitiam que pequenos agricultores camponeses e indígenas surpriessem:

[...] suas necessidades de subsistência por séculos, mesmo sob condições ambientais adversas (solos deficientes, áreas secas ou propensas a inundações, com recursos escassos), sem depender de mecanização, pesticidas ou fertilizantes químicos [...] [e n]uma combinação de atividades de produção e consumo. (ALTIERI, 1989, p. 87).

Além disso, os sistemas tradicionais se apoiam na agricultura alternativa, cujos processos produtivos possuem tanto “[...] uma tendência que tenta fornecer produções sustentáveis através do uso de tecnologias e manejos ecologicamente

sadios [...]”, quanto técnicas que envolvem “[...] conceitos ecológicos tais, que o seu manejo resulte em reciclagem de nutrientes e de matéria orgânica otimizados, fluxo e sistemas energéticos fechados, populações de pragas e pestes equilibradas e crescente múltiplo uso da terra” (ALTIERI, 1989, p. 18).

Isso acontece porque a produção da agricultura alternativa centra-se no combate às pragas a partir do uso de fertilizantes, inseticidas e repelentes de base natural em contraposição à utilização do conjunto de agrotóxicos (fungicidas, herbicidas, inseticidas) de base industrial.

O respeito aos ciclos e às exigências dos cultivares é compatível com uma alimentação diversificada e qualitativamente nutritiva, ao mesmo tempo em que garante a cobertura e proteção do solo de maneira escalonaria e um ambiente naturalmente equilibrado entre invasores e predadores. As múltiplas variedades tendem a ritmos díspares de crescimento, o que resulta no aproveitamento mais eficiente dos benefícios advindos dos insumos ambientais: nutrientes do solo, água e radiação solar.

A preservação da fertilidade do solo e disponibilidade de água é igualmente importante. Para tanto, a reutilização de esterco (gado, porco, galinha), caule e tronco de árvores mortas, folhagens (verdes e secas); intercalação de culturas resistentes à secas e chuvas prolongadas; são práticas comumente desenvolvidas pelos agricultores camponeses para evitar o processo de lixiviação no solo, decorrente da sua exposição direta, e a evaporação hídrica e inundações, provenientes das variações da precipitação.

Sendo a agroecologia uma ciência relacionada aos estudos da agricultura inserida no contexto ecológico, as influências das outras ciências somadas ao registro das estratégias utilizadas pelos camponeses e indígenas para preservação e manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais com ênfase na agricultura alternativa, apresentava conteúdo teórico e prático necessário para fundamentar a ciência agroecológica.

Todavia, apesar da capacidade milenar de preservar as condições culturais e ecológicas dos sistemas agrícolas locais, a tecnificação agrícola dos anos de 1970 desencadeou “[...] un largo y paulatino proceso de cambio en la naturaleza del manejo de los recursos naturales, produciéndose la sustitución de una tecnología agraria de naturaleza artesanal por otra de naturaleza industrial” (SEVILLA

GUZMÁN, 2006, p. 11-12) e, em algumas situações, gerou degradações ecológicas irreversíveis.

Com isso, concomitantemente as transformações, em alguns países da América Latina, a troca de conhecimentos entre pesquisadores da ciência agroecológica e os camponeses e indígenas [...] que, por gerações, tinham sustentado suas produções sem o uso de mecanização, sementes hibridas, fertilizantes químicos sintéticos ou agrotóxicos [...] (GLIESSMAN, 2000, p. 23) fortaleceu-se para construir ferramentas que viabilizassem a formação de sistemas agrícolas sustentáveis. Para Siliprandi (2009, p. 106) é aqui que temos a singularidade da agroecologia [...] a afirmação do protagonismo dos agricultores/camponeses/indígenas como elemento central na construção de um novo desenvolvimento rural”.

Conforme Gliessman (2002, p. 303) esta viabilização ocorre a partir do emprego dos conceitos e princípios da agroecologia no (re)desenho e manejo dos sistemas produtivos (produção) e reorganização do sistema alimentar (circulação ao consumo). Movimento que propiciará não só a disseminação de agroecossistemas sustentáveis, como a conversão de práticas agrícolas convencionais para alternativas, através do que o autor denomina de transição agroecológica.

[...] un agroecosistema sostenible como aquel que mantiene el recurso base del cual depende, se apoya en un mínimo de insumos artificiales externos al sistema de producción, maneja las plagas y enfermedades mediante mecanismos internos de regulación, y es capaz de recuperarse de las perturbaciones ocasionadas por las prácticas de cultivo y cosecha.

Para Sevilla Guzmán (2006) esta transição agroecológica pode ser estruturada em três dimensões: ecológica e técnico-agronômica; socioeconômica e cultural; e sociopolítica. A primeira centra-se na produção, o intuito é resgatar a importância da formação de agroecossistema em total respeito e equilíbrio com a dinâmica ecológica da natureza.

Assim o manejo dos recursos naturais: solo, água e natureza apoiam-se no resgate e conservação da biodiversidade, evitando sua degradação. Algumas etapas da transição agroecológica em nível de produção são: racionalização e redução de agrotóxicos, diversificação genética vegetal, preservação do ecossistema natural, ciclagem de nutrientes, conservação do solo e água.

Posteriormente, a socioeconômica prioriza o resgate da equidade social, elaborando ferramentas que promovam de maneira justa a circulação e o consumo da produção de base agroecológica. É nela que encontramos a dinamização e fortalecimento de mercados locais, que reestabeleça a proximidade entre camponeses e consumidores, com a finalidade de disponibilizar alimentos com preço justo e acessível à comunidade local, remunerando dignamente os seus agricultores.

Uma vez que, o atual projeto elaborado sob os preceitos do modo capitalista de produção em sua fase neoliberal tem intensificado impactos socioambientais, que em alguns casos são irreversíveis. A dimensão sociopolítica pauta-se na elaboração de normas científicas e legislações institucionais que estimulem mudanças sociais, econômicas e políticas em vista de pavimentar caminhos para novo projeto de sociedade que resgate a autonomia dos povos e soberania de cada país.

Reconhecendo que esse projeto de sociedade não pode ser concebido sob uma estrutura de poder em que seletivo grupo hegemônico subjuga o conhecimento e a prática de outros, a agroecologia visa a unificação entre aqueles que paulatinamente tiveram seus direitos democráticos recusados (trabalhadores assalariados, camponeses, indígenas) para que, articulados coletivamente, mobilizem as ações necessárias para reassegurá-los, independente de sua raça, gênero e religião.

Na agricultura, a articulação do movimento camponês está expressa na reivindicação por soberania alimentar que trata do direito de “[...] acesso dos camponeses à terra, sementes, água e mercado local e, complementarmente, criação de suportes institucionais, como políticas econômicas, incentivos financeiros e oportunidades de mercado” (PAULINO, 2015b, p. 182-183).

Tudo isso só pode fazer sentido no contexto de um projeto includente de sociedade sem abdicar da parcimônia ambiental, o que parece estar contemplado nas experiências de transição agroecológica assim definidas por Sevilla Guzmán (2011, p. 13):

[...] el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado

por el neoliberalismo actual. Su estrategia tiene una naturaleza sistémica, al considerar la finca, la organización comunitaria, y el resto de los marcos de relación de las sociedades rurales articulados en torno a la dimensión local, donde se encuentran los sistemas de conocimiento (local, campesino y/o indígena) portadores del potencial endógeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural. Tal diversidad es el punto de partida de sus agriculturas alternativas, desde las cuales se pretende el diseño participativo de métodos endógenos de mejora socioeconómica para el establecimiento de dinámicas de transformación hacia sociedades sostenibles [...].

Nacionalmente, embora as experiências de transição agroecológica tenham se projetado após a crise alimentar desencadeada em 2008, estudos indicam que ela já datava desde os anos de 1970. E segundo I. C. Silva (2015, p. 40) tem sido praticada “[...] em áreas de sítios, acampamentos, assentamentos, territórios de comunidades tradicionais e indígenas desde os primórdios da ocupação e utilização do território por esses sujeitos”.

Devido sua proximidade com a vertente das práticas agrícolas, cujo manejo se baseia no uso de adubos e fertilizantes naturais sem a utilização de agrotóxicos, e ração animal sem componentes transgênicos, estas experiências de transição aparecem constantemente associadas à agricultura orgânica. O IBGE, partindo desta premissa, constatou no levantamento do Censo Agropecuário de 2016, que mais de 90 mil estabelecimentos já fazia uso do manejo orgânico na agropecuária. Segundo a distribuição por regiões, o Nordeste lidera o número de estabelecimentos orgânicos, 47%; Sudeste e Sul vêm em seguida, ambos com 21%. Enquanto o Norte e Centro Oeste apresentam o menor número de estabelecimentos com agricultura orgânica, 7% e 5%, respectivamente.

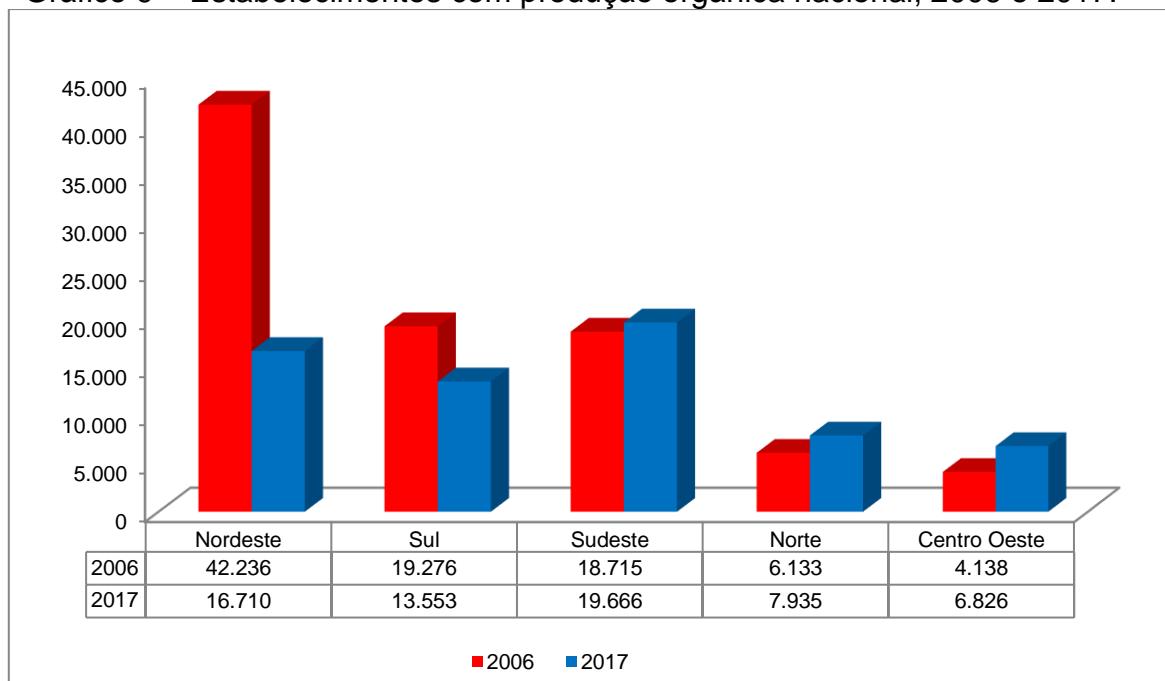
Os principais promotores das experiências de transição dos manejos convencionais para orgânico são pequenos estabelecimentos com menos de 200 hectares, somente no Nordeste eles correspondem a 92% (38.9012) dos declarantes. Aproximadamente 43% dos agricultores relataram praticar a transição com as lavouras temporárias.

Mesmo considerando as mudanças metodológicas que suprimiram informações a respeito da agricultura camponesa, no Censo Agropecuário de 2017 é notável que, enquanto nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste o número de estabelecimentos orgânicos tiveram tendência de aumento. Nesta última, mais 2.688 estabelecimentos aparecem somados aqueles do Censo de 2006. Houve redução

drástica no número de estabelecimentos com experiências orgânicas no Nordeste e Sul. Somente na região Nordeste houve decréscimo de 60% (menos 25.526 estabelecimentos), fato que pode estar relacionado com a redução tanto no número (menos 920 unidades) quanto na área (menos 1.522.860 hectares) dos pequenos estabelecimentos agropecuários até 200 hectares registrados entre os Censos.

No Centro-Oeste, onde houve maior aumento no número de estabelecimentos orgânicos, 91% (6.188 estabelecimento) são aqueles com menos de 200 hectares. Estas experiências estão distribuídas entre a produção vegetal, com aproximadamente 3.102 estabelecimentos; produção animal, cerca de 2.451; e agropecuária (envolvendo as duas anteriores), 635.

Gráfico 9 – Estabelecimentos com produção orgânica nacional, 2006 e 2017.



Fonte: Censo Agropecuário, (2006 e 2017).

Organização dos dados: autora.

Destarte, ainda que as informações coletadas e organizadas pelo IBGE estejam pautadas numa estimativa da realidade, analisando estes dados, é possível perceber que mesmo perpassando mais de três décadas, quantitativamente na agricultura brasileira, a adoção pela transição agroecológica e/ou agricultura de base alternativa ainda é pouco expressiva. Todavia, diversas pesquisas têm demonstrado a relevância destes manejos para dinamização de sistemas produtivos mais sustentáveis.

Para Monteiro e Londres (2017) tais experiências surgem indissociadas da articulação dos movimentos sociais de camponeses, e sua evolução é marcada por quatro momentos importantes: surgimento do movimento agroecológico (1970); fortalecimento dos debates acadêmicos sobre agricultura alternativa e criação do Projeto de Tecnologias alternativas (PTA) (1980); ingresso da discussão sobre agroecologia no Brasil e sucessão conceitual de agricultura alternativa para agricultura agroecológica (1990); organização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e a formação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (2002). Em 2012, a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Segundo os autores, o movimento agroecológico tem seu marco inicial a partir das ações desenvolvidas pelos grupos religiosos articulados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) nas comunidades rurais e entre os sem terra. Comunidades que vinham desde 1960 denunciando a violenta expulsão dos camponeses da terra como uma das consequências da tecnificação da agricultura, bem como fortalecendo aqueles que resistiam com metodologias que visavam,

[...] a valorização das práticas culturais locais, das iniciativas inovadoras das famílias e das formas de convívio social e cooperação voltadas para otimizar o uso dos recursos locais para a construção de crescentes níveis de autonomia material e de conhecimentos nas comunidades rurais. Muitas das alternativas técnicas hoje consagradas na agroecologia foram promovidas pelas CEBs como, por exemplo, uso da adubação orgânica, de adubos verdes e outras práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças. No plano organizativo, foram incentivados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos e execução de serviços, como as casas de farinha, os bancos de sementes comunitários, as roças coletivas, os mutirões e outras modalidades de associativismo. Teve grande destaque também o estímulo à produção para o autoconsumo das famílias, buscando minimizar a dependência em relação aos mercados e promover uma alimentação sem agrotóxicos. (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 55).

Enquanto isso, as consequências ambientais relacionadas à tecnificação vinham ganhando atenção nos espaços acadêmicos a partir dos estudos como os de Lutzenberger (1976), Costa (1978), Paschoal (1979), Primavesi (1980) e Machado et al (1985). Dentro do campo da engenharia ambiental e da agronomia, em uníssono aos movimentos ambientalistas, foram se consolidando as discussões

acerca da agricultura alternativa de base ecológica e suas potencialidades enquanto respostas aos problemas ambientais desencadeados pela agricultura industrial. (LUZZI, 2007). Posteriormente, esse grupo de pesquisadores se aproxima das organizações e agricultores envolvidos com a agricultura alternativa, e juntos expandem em nível nacional suas discussões através dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA).

O I EBAA foi realizado em Curitiba (1981), reunindo cerca de 400 participantes. O II EBAA foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, (1984) e reuniu cerca de 1800 pessoas. O III EBAA foi realizado em Cuiabá (1987) e contou com a participação de mais de 3000 pessoas. O IV EBAA foi realizado em Porto Alegre (1989) e reuniu cerca de 4000 pessoas [...]. (LUZZI, 2007, p. 17).

Luzzi (2007, p. 19) relata que nos dois primeiros EBAAAs, composto por aproximadamente 2.200 participantes, entre os quais, pesquisadores e estudantes de engenharia e agronomia, extensionistas das Empresas Estaduais de Extensão Rural (EMATERs), representantes de cargos públicos e agricultores com níveis mais elevados de renda, os debates relacionados aos impactos sociais da agricultura industrial não foram contemplados, prevalecendo aqueles:

[...] mais técnicos, no qual eram destacadas as consequências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxico (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças [...].

A autora destaca que, nesses encontros, as experiências de agricultura alternativa de base ecológica com maior destaque foram o modelo biodinâmico praticado por duas famílias desde os anos de 1972 na Estância Demétria localizada em Botucatu/SP e o sítio de Yoshio Tsuzuki em Cotia/SP, estruturado nos anos de 1973 no modelo orgânico.

Apesar das duas experiências estarem concentradas no estado de São Paulo, iniciativas para o fortalecimento da transição de sistemas convencionais para agricultura orgânica e biodinâmica já vinham sendo realizadas por aproximadamente 15 agricultores familiares no município de Agudos do Sul, localizado há aproximadamente 63 km de Curitiba, sede do I EBAA. (ZONIN, 2007) Estas seriam

as primeiras iniciativas da agricultura mais ecológica e sustentável no estado do Paraná.

Elas já recebiam apoio da Emater, através dos extensionistas que desenvolveram ATER junto aos agricultores vislumbrando esses dois modelos de agricultura alternativa “[...] como uma estratégia de desenvolvimento local, envolvendo a organização de alguns produtores de olerícolas que realizavam vendas diretas aos consumidores de empresas públicas e privadas em Curitiba”. (EMATER) Na experiência de Agudos do Sul:

[...] Foram desenvolvidos trabalhos com sementes crioulas, melhoria do padrão genético dos animais de tração e integração de agricultores orgânicos com grupos organizados de consumidores, mediante a entrega de cestas orgânicas a trabalhadores de uma empresa (Paraná Equipamentos) que apoiava a proposta. Toda a comercialização da produção se dava por meio da venda direta de cestas ou sacolas, entregues principalmente para grupos de consumidores de algumas instituições públicas, como a própria SEAB, a EMATER e o IPARDES. Nesse período, os trabalhos foram apoiados pelos programas existentes, como o PMISA, com recursos de um programa de agricultura alternativa. (SEAB, 2011, p. 15).

Também nesse período, o modelo orgânico recebeu atenção de discentes e docentes em agronomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que, além de incentivarem a discussão entorno da agricultura alternativa de base ecológica nas dependências da universidade, desenvolveram experiências de produção de hortas orgânicas, que tiveram seus produtos disponibilizados ao consumidor “[...] por meio da venda direta de sacolas, da entrega em domicílio e da venda em restaurantes naturais e vegetarianos [...]” (SEAB, 2011, p. 16).

Desde então no Paraná, juntamente com a EMATER, a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná (SEAB), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), e outros setores da sociedade têm articulado medidas de racionalização do uso dos bens naturais; viabilização do desenvolvimento rural sustentável; estímulo a métodos produtivos com vista a preservação do solo e água; dinamização de canais de comercialização com foco na aproximação de agricultores e consumidores.

O terceiro EBAA com mais de 3.000 pessoas contou com relevante participação de indígenas e agricultores (assentados e sem terra) acompanhados pelo PTA da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

(PTA/FASE) e CPT, lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra (MST, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)), e pesquisadores das áreas de ciências sociais e economia, além dos anteriores, incluindo na pauta do debate também as temáticas sociais. Deste encontro em diante,

[...] os problemas ambientais existentes na agricultura convencional passam a ser vistos como problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. As discussões se deslocaram da crítica ao pacote tecnológico da Revolução Verde – que provocava degradação do meio ambiente e contaminação dos alimentos e do agricultor – para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento – que era excludente e causava dependência tecnológica aos agricultores, favorecendo apenas uma parcela pequena de grandes e médios produtores que tinham melhores condições financeiras e de infraestrutura. (LUZZI, 2007, p.24).

Cabe ressaltar que o PTA/FASE é um dos principais incentivadores da dinamização da transição agroecológica no campo brasileiro. Coordenando desde sua criação (1983) amplo grupo de ONGs que guiadas por “[...] metodologias participativas para o campesinato [...] inicialmente desempenham o papel de divulgação e disseminação da agroecologia no campo; fomentando o movimento agroecológico [...]” para além da academia. Visto que foram elas que motivavam “[...] as famílias de agricultores a manejarem a terra agroecologicamente através de um suporte técnico-educacional, o qual acompanhava essas famílias durante o processo de transição agroecológica” (SILVA, I., 2015, p. 39). Além disso, a partir de um enfoque social até 1990 foram as primeiras que “[...] enfatizavam o trabalho de identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores [...]” (LUZZI, 2007, p. 30). Destarte, a abertura nos diálogos dos EBAAs à realidade das propriedades camponesas contribuiu para que estudiosos da agroecologia começassem a perceber que as ações de transição deveriam representar:

[...] muito mais que transformações técnicas relativas à eliminação dos insumos químicos na unidade produtiva. A transformação também não está limitada à unidade produtiva camponesa, está baseada em questões sociais, econômicas e culturais, valorizando as formas tradicionais de manejo. (SILVA, I., 2015, p. 41).

Para Luzzi (2007), foi também no diálogo entre técnica, prática e comunidade que o saber camponês se torna primordial para o avanço da transição agroecológica, tendo sido dados os primeiros passos que consagrariam a agroecologia enquanto ciência. Além do enfoque social, o movimento (ação) das organizações integrantes do PTA/FASE reconhece que:

[...] as tecnologias alternativas tinham uma dimensão política importante. Elas representavam tanto a possibilidade de fortalecer a capacidade produtiva dos pequenos produtores, visando sua permanência no meio rural, quanto um meio para enfraquecer as relações de dominação e dependência que os agricultores estariam sujeitos ao aderiram os pacotes tecnológicos [...]. (LUZZI, 2007, p. 46).

Em decorrência disso, a reivindicação pela devida distribuição dos bens naturais - terra, água e natureza - constantes na pauta dos movimentos sociais de luta pela terra começa também a fazer parte da agenda de atuação do PTA/FASE. Desvelando a indissociável potencialidade entre reforma agrária e sistemas de produção ecológicos,

[o Projeto] [...] teve grande importância nas denúncias sobre as consequências ambientais, econômicas e sociais do padrão tecnológico dominante. Ele conseguiu reunir pessoas e instituições com objetivos e motivações bastante diferenciadas, destacando-se por um lado, as diversas correntes e experiências produtivas existentes na agricultura alternativa e, por outro lado, uma diversidade e instituições (públicas e privadas) e movimentos sociais que lutavam por mudanças mais profundas na sociedade. (LUZZI, 2007, p. 36).

Havia também a atuação prática do Projeto coordenado pelos Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs) que, combinando prática e teoria tinha inicialmente a função de atender a demandas específicas de cada propriedade camponesa em relação a dificuldades decorrentes de fatores biológicos e ambientais dos sistemas alternativos em transição. Todavia, para atender as disparidades existentes entre as regiões brasileiras, os Centros também funcionavam como espaços de capacitação para agricultores, técnicos e representantes de movimentos sociais. O objetivo era elaborar os PTA cada vez mais adaptados aos ecossistemas locais e de comum acordo com as especificidades de cada comunidade e propriedade camponesa. Assim:

Além de centros de pesquisas, os CTAs eram também espaços para a realização e cursos intensivos de capacitação, tanto de pequenos produtores (lideranças e pessoas que se “dedicavam pelas suas habilidades inovadoras”) quanto de técnicos e assessores de movimentos sociais que trabalhavam com estes agricultores. O objetivo era que os participantes se tornassem agentes multiplicadores destas tecnologias alternativas [...]. (LUZZI, 2007, p. 48).

Com a aprovação do I PNRA/1985 e da CF/1988, o momento fora propício para o desenvolvimento de propostas que contribuísssem para a formação do que seria uma sociedade democrática, em comum acordo com a demanda da população. Por outro lado, é também nesse momento que as discussões a respeito da Soberania alimentar em contraponto à Segurança Alimentar ganhavam força entre os movimentos sociais de luta pela terra, pois,

[...] a estratégia quantitativa não tinha erradicado o problema da fome, assim foram incorporadas outras dimensões como: questões nutricionais, de saúde e bem-estar. Além do reconhecimento das variações de dietas alimentares de acordo com questões culturais, ecossistêmicas e religiosas de cada povo. (SILVA, I., 2015, p. 43).

Paralelamente, mudanças significativas ocorreram na rede de articulação nacional da agroecologia, e na própria estruturação da PTA/FASE. No primeiro caso, uma incompatibilidade de ideias a respeito de nova dinâmica do EBAAs em adotar ou não “[...] mudança na estrutura do encontro visando dar espaço para os agricultores falarem de suas experiências, suas práticas e suas dificuldades [...]” (LUZZI, 2007, p. 33) conduziram o afastamento entre alguns pesquisadores do segmento acadêmico e representantes do PTA/FASE, e no encerramento dos encontros após o IV EBAA.

Após um conturbado momento, o PTA compreende ter alcançado independência suficiente para formar outra base e se desagregam da FASE, que continua com sua base, enquanto o PTA funda outra plataforma, a AS-PTA.

O encerramento dos EBAAs e a desagregação entre Fase e PTA não seriam as únicas mudanças a marcar o desfecho dos anos de 1980. Relatos das experiências de agricultura alternativa descritas pelos representantes da Rede PTA – Brasil, Peru e Chile – para o principal precursor da ciência agroecológica na América Latina, Miguel Altieri (LUZZI, 2007) evidenciaram que, apesar da

tecificação industrial ter causado considerável transformação na agricultura brasileira, ainda assim camponeses e indígenas haviam conservado sistemas agrícolas tradicionais com base no manejo ecológico.

Uma vez que a conversão de práticas agrícolas convencionais para alternativas estava firmadas em manejo ecológico, havia conteúdo e bases iniciais para o que viria ser a transição agroecológica.

Segundo Trovatto et al (2017), essa evidência foi responsável por promover o ingresso da discussão sobre agroecologia no Brasil e a elaboração do termo conceitual de agricultura agroecológica que, durante os anos 1990, sucederia aquele de agricultura alternativa. Algumas ações foram primordiais para esta sucessão, como exemplo a formação do Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES) em 1989; a tradução para o português e publicação nacional do livro de Altieri (1989) Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa, já abordado anteriormente.

Apesar da relevância destas ações, o que de fato fez do Brasil um dos principais expoentes da transição agroecológica foi a metodologia de trabalho realizada pelas ONGs da Rede PTA e dos movimentos sociais que passaram a apreender e incorporar na abordagem técnica-científica da agroecologia os conhecimentos e estratégias concebidas pelos camponeses para viabilizar sistemas agrícolas sustentáveis em equilíbrio com a biodiversidade local. Elegendo os camponeses como sujeitos da práxis da ciência agroecológica.

Desde então, as experiências em transição agroecológica em âmbito nacional começaram a ter mais destaque, envolvendo toda uma rede de articuladores representantes de ONGs, camponeses, igreja, movimentos sociais, instituições públicas, o que viabilizou “[...] instrumentos para o efetivo envolvimento comunitário nos processos de desenvolvimento local e facilitaram a crescente interação de pesquisadores de universidades e centros de pesquisas [...]” (LUZZI, 2007, p. 69) às experiências que estavam sendo realizadas.

Desde 1993, respeitando as especificidades de cada região brasileira, a AS-PTA, se apoiou numa readaptação das metodologias participativas – os Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPAs). Utilizados pelas escolas francesas e inglesas para promoção do desenvolvimento agrícola:

[O DRPAs era] [...] empregado para a descrição e análise do funcionamento de agroecossistemas de uma dada região, tanto pode enfocar o conjunto dos agroecossistemas como orientar-se por recortes temáticos, vinculados aos subsistemas de produção (sistema pecuário, sistema de abastecimento hídrico, ocupação e uso dos solos, por exemplo). São dois os seus produtos: a análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistema presente; e a mobilização das comunidades rurais e organizações locais no processo de análise. O primeiro fornece subsídios para a formulação de estratégias técnicas de conversão ecológica dos agroecossistemas. O segundo, estimula os atores locais a assumirem o papel protagonístico no processo. (PETERSEN; SILVEIRA, 2002 *apud* MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 61).

A partir deles a Rede criou alguns Programas de Desenvolvimento Local: o Agreste Alto da Paraíba e Sertão Central de Pernambuco – Região Nordeste/1993; Contestado – Região Sul/1994; e Agricultura Urbana no município e região metropolitana do Rio de Janeiro – Região Sudeste/1999. Neles, as experiências de transição agroecológica eram colocadas em prática a partir de quatro ações de trabalho: conservação e uso sustentado de recursos genéticos, agrícola e animal; manejo ecológico do solo; agrofloresta; diversificação da produção, segurança alimentar e mercado (AS-PTA, 2014).

No Programa de Desenvolvimento Local do Contestado, abrangendo municípios distribuídos em duas regiões (Planalto Norte Catarinense e Centro-Sul do Paraná), a baixa inserção dos camponeses começou a mudar, quando os representantes da AS-PTA buscaram articulações junto aos STRs, e integrantes das igrejas luterana e católica, prefeituras municipais, colégios agrícolas, cooperativas e associações de agricultoras/agricultores ligados ao Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná (REGO, 2016).

Segundo Relatório de Atividades da AS-PTA (2013, p. 9), o Programa de Desenvolvimento Local Centro-Sul do Paraná exerce “[...] ação concentrada em 3 municípios da região: São João do Triunfo, Palmeira e São Mateus do Sul, irradiando efeitos em rede para outros 12 municípios [...]. Além da promoção da transição agroecológica referente à produção, também se expandiam no estado as primeiras atividades de circulação e comercialização de alimentos orgânicos, aquelas coordenadas pelo MST a partir da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) /1993; criação da feira de produtos orgânicos – Feira Verde de Curitiba/1993; formação das Associações: Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA)

/1995, dos Consumidores Orgânicos do Paraná (ACOPA), e a dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina e Cornélio Procópio (APOL) /2000; implantação de núcleos regionais da Rede Ecovida de Agroecologia no Paraná/1998, e a organização do Conselho Estadual de Agroecologia (CEAO) /1999 (SEAB, 2011).

Com considerável articulação no recorte territorial estudado neste trabalho, a Rede Ecovida tem função relevante na ampliação das experiências de transição agroecológica, como também na dos canais curtos de comercialização, do tipo feira, e outras formas de trocas que prezam pela relação direta entre camponeses e consumidores (ROVER; LAMPA, 2013, p. 23).

Em decorrência da expressividade desde a escala local até a regional, com aproximadamente “[...] 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios [...] aproximadamente, 340 grupos de agricultores (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs [...]” (ECOVIDA, 2019), a Rede, desde 2006, organizou o Circuito Sul de circulação de Alimentos da Ecovida, que:

[...] funciona com base em seis estações-núcleos, cada qual equivalendo a um núcleo da Ecovida. As estações são pontos de reunião e distribuição dos produtos para a comercialização. Para cumprirem essas funções, existem alguns princípios que orientam suas organizações e que diferem significativamente dos mecanismos convencionais de acesso aos mercados: a) para integrar o circuito, os produtos devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar e ser produzidos em sistemas diversificados que priorizem o autoabastecimento alimentar, tanto das famílias produtoras como dos mercados locais; b) as organizações que vendem devem também comprar produtos no circuito, para garantir o intercâmbio de produtos entre as regiões e a ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas em cada região; c) há redefinições coletivas periódicas sobre os critérios para a formação dos preços, buscando assegurar que o trabalho das famílias agricultoras seja justamente remunerado e, ao mesmo tempo, que os produtos sejam acessíveis aos consumidores. (ROVER; LAMPA, 2013, p. 23).

Na produção dos alimentos dos camponeses inseridos na Rede Ecovida, destaca-se a metodologia de certificação participativa, em que a transição do manejo convencional para o agroecológico é praticada numa troca pedagógica de dinâmica social e de participação solidária entre os próprios camponeses:

[...] a primeira instância de certificação é a palavra do agricultor e de sua família. A seriedade do trabalho desenvolvido pela família é referendada pelo grupo do qual ela faz parte, através da Comissão

de Ética deste grupo. Esse grupo, por sua vez, tem seu trabalho referendado pelo Núcleo Regional do qual ele participa, através da Comissão de Ética do Núcleo. Os produtos oriundos deste Núcleo são respaldados por todos os demais Núcleos, que possuem em comum normas de produção e 4 patamares mínimos de funcionamento, o que os permite legitimarem-se mutuamente, através da Rede Ecovida de Agroecologia. (ECOVIDA, 2019).

Também nesse período, o avanço na transição de sistemas convencionais para agricultura mais ecológica e sustentável ocorria em Mato Grosso do Sul, por meio do Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia, coordenado a partir de 1999 pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (Idaterra), com o intuito de:

[...] beneficiar diretamente agricultores familiares, horticultores urbanos, comunidades indígenas e quilombolas, bem como, indiretamente, a sociedade em geral. Esse Programa compreende um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação do Idaterra, com o objetivo de ‘promover a reflexão para uma nova práxis social, ambiental, econômica e tecnológica dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural, buscando contextos de sustentabilidade, equidade social, desenvolvimento cultural e de qualidade de vida para a agricultura familiar de MS’. (PADOVAN et al, 2002, p. 122).

Segundo os autores supracitados, o Programa resulta da própria mobilização dos camponeses (pequenos produtores, assentados, povos tradicionais, pequenos chacareiros) articulados com a Escola Família Agrícola, Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul (COAAMS), MST, Departamento dos Trabalhadores Rurais (DTR) da CUT, Fetagri, CPT, Secretaria de Estado da Produção, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), prefeituras municipais, associações de agricultores orgânicos, Arcoporã e ONGs ligadas à agricultura.

Dentre as primeiras práticas de transição com base no manejo agroecológico em projetos da reforma agrária, estão as experiências desenvolvidas por aproximadamente 141 famílias do Assentamento Dorcelina Folador, no município de Ponta Porã/MS. Coordenado pelo MST, o grupo de famílias se destacou com a produção de feijão pelo manejo orgânico. Próximas dali, no município de Amambaí/MS, outras 50 famílias no Assentamento Sebastião Rosa da Paz, coordenado pela CUT, distinguiram-se na produção de sementes do milho crioulo.

Já entre os pequenos agricultores estavam os camponeses das Colônias Agrícolas do programa de vagas integradas ao Grupo de Apoio ao Desenvolvimento da Cafeicultura Orgânica e Tradicional de Glória de Dourados, que, desde 1997, após trocas de experiências com agricultores do Paraná e Minas Gerais, vinham dinamizando no município de Glória de Dourados o cultivo de café com base no manejo agroecológico (KOMORI et al, 2010).

Reconhecido em nível estadual e regional, atualmente o grupo representa a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), que, segundo Padovan (et al, 2002, p. 123), tem papel relevante para a transição dos agroecossistemas convencionais, pois “[...] tem desenvolvido um amplo trabalho de organização e estímulo à produção agroecológica no Estado [...]”.

Desde 2005, após trocas de experiências com os camponeses também da região Sul do país, e agora com a Rede Ecovida do Núcleo Regional de Chapecó/SC, estagiários colaboradores da APOMS também iniciam as primeiras aproximações com a metodologia de certificação participativa. Nos três anos consecutivos “[...] em nível interno entre seus associados, se intensificaram as discussões sobre esta modalidade de certificação como alternativa ao processo por auditoria”. Já em 2008, a Associação “aprovou um projeto junto ao MDA com o objetivo de promover ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visando a Implantação de Sistema Participativo de Garantia (SPG) na Rede de Agroecologia MS [...]” (KOMORI et al, 2012, p. 2).

Ainda em 2001, outras instituições, como UFMS e a Embrapa Oeste, viriam somar forças ao projeto de transição agroecológica no estado de Mato Grosso do Sul, com a formação dos fóruns do Núcleo de Agroecologia, que têm como meta “[...] incrementar a agricultura ecológica no Estado de Mato Grosso do Sul, na perspectiva de uma visão sistêmica, integrada ao meio ambiente, democrática, participativa e que leve em consideração aspectos políticos, econômicos e sociais. [...]” (PADOVAN et al, 2002, p. 124). Em Glória de Dourados, no ano de 2010, o Núcleo consegue articular junto à UEMS a criação do curso superior de Tecnologia em Agroecologia (KOMORI et al, 2010).

Aliás, tanto a APOMS quanto a Embrapa têm papel relevante na dinamização das experiências de transição agroecológica e mercados locais das famílias acompanhadas pela pesquisa, especialmente a partir da participação de seus representantes em dois eventos na UFMS/CPTL. A palestra: *Pensando a*

agroecologia: perspectivas para uma agricultura ecológica, ministrada por Alberto Feiden – Embrapa e Mieceslau Kudlavicz – CPT/GETT (2013); e o *Seminário sobre Transição Agroecológica: limites e possibilidades* (2014).

Com ativa participação dos camponeses assentados/associados do 20 de Março, discentes, docentes e comunidade civil, o último evento compreendeu o diálogo em duas mesas – Transição agroecológica e políticas de Estado (PLANAGRO); Produção Agroecológica: desafios para a comercialização. Nessa mesa, a articulação aconteceu com representantes dos agricultores de cada comunidade relatando suas experiências de produção agroecológica, vantagens, desafios, dificuldades de autonomia e outros temas pertinentes. Além disso, representantes da APOMS dialogaram sobre certificações e exigências para comercialização da produção agroecológica e representantes da CPT expuseram os meandros da comercialização dos produtos da agricultura camponesa familiar via PAA e PNAE. Simultaneamente ao Seminário, realizava-se a *Feira da Produção Agroecológica da Agricultura Familiar*.

É justamente desse seminário que se articulou a primeira fase do Projeto de Extensão *Dinamizando a agricultura familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas – MS* (PREAE/UFMS/CPTL/2015), coordenado pela Prof.^a. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida (2015), que, destacado na introdução deste trabalho, foi um dos projetos que instigou esta pesquisa.

Nesse período, em nível nacional, como forma de articular espaços de diálogos coletivos a respeito das experiências de produção e comercialização de alimentos na perspectiva da agroecologia, que se multiplicava em todas as regiões do país, a AS-PTA, juntamente com outros movimentos sociais, “[...] promoveram encontros locais e regionais para levantar as experiências existentes e mobilizar os diferentes atores locais envolvidos com a promoção da agroecologia e a agricultura familiar” que atualmente tem expressão nacional a partir do ENA e ANA (LUZZI, 2007, p. 73).

Luzzi (2007, p. 69) recorda que foi a partir disso que as experiências em transição agroecológicas em âmbito local começaram a envolver toda uma rede de articuladores representantes de ONGs, camponeses, movimentos sociais e instituições públicas, o que viabilizou “[...] instrumentos para o efetivo envolvimento comunitário nos processos de desenvolvimento local e facilitaram a crescente interação de pesquisadores de universidades e centros de pesquisas [...]” às

experiências que estavam sendo realizadas. Como resultado dessas articulações, é criada a ANA no ano de 2002:

[...] um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. (ANA, 2018).

Figura 10 – Redes e movimentos da Articulação Nacional de Agroecologia, 2021.



Fonte: ANA, 2021.

Reunindo aproximadamente 10 mil pessoas dos mais variados movimentos de camponeses/as, trabalhadores/as da educação, quilombolas, indígenas, pescadores/as “[...] em defesa da democracia, da agroecologia, contra os retrocessos e perdas de direitos que acometem o país desde o impedimento da presidente Dilma Rousseff [...]” (ANGOLA; OLIVEIRA, 2018), em seu 4º Encontro, ocorrido no mês de junho/2018 em Belo Horizonte/MG, o ENA promovido pela ANA é, com certeza, a principal ação de articulação nacional que deu visibilidade para a transição agroecológica que vem sendo pavimentada no país. Entre as principais

conquistas das articulações, temos a aprovação do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, que institui a PNAPO, a qual traz no seu Art. 1º:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Parágrafo único. A PNAPO será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas. (BRASIL, 2012).

Juntamente com ela, fica definida a instituição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que já está na sua segunda vigência após a aprovação do PLANAPO 2016-2019 pela Portaria Interministerial nº1 de 3 de maio de 2006. Resumidamente, no conjunto dos sete objetivos do Plano, temos o fortalecimento e a ampliação da produção e comercialização dos alimentos orgânicos e de base agroecológica provenientes do campesinato e suas cooperativas e associações.

No Paraná, todo o conjunto de articulação dos movimentos sociais de luta pela terra, dos camponeses assentados da reforma agrária e das ONGs reverte, ainda em 2002, na organização do mais relevante encontro anual de atuação política a nível estadual – Jornada de Agroecologia, que, no ano de 2019, teve a sua 18ª edição. Com forte atuação política, a Jornada:

[...] apresenta os objetivos estratégicos e o lema original: Jornada de Agroecologia – Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos. Atua em rede de cooperação potencializando os processos políticos-organizativos, econômicos, culturais locais e regionais num movimento camponês agroecológico com maior densidade e expressividade política e social. [...] tem impulsionado a transição agroecológica associada à luta política que culminou na aprovação de legislações e políticas governamentais coibitivas aos transgênicos e aos agrotóxicos. (SEAB, 2011, p. 18).

No Mato Grosso do Sul, o seminário bianual de agroecologia AGROECOL, realizado desde 2002, tem reunido em espaços de diálogos e trocas de experiências sobre a temática de agroecologia agricultores, consumidores de alimentos agroecológicos/orgânicos, técnicos da extensão rural, pesquisadores, docentes,

discentes, gestores. Devido a essa diversidade, o seminário passou a reunir também participantes de países vizinhos, exigindo que ele agregasse gradativamente outros eventos: um Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul, em 2008; mais dois Seminários – Seminário de Agroecologia da América do Sul e o Seminário de Sistemas Agroflorestais em bases agroecológicas no ano de 2014; e uma Jornada Internacional de Educação do Campo no ano de 2016 (PADOVAN et al, 2016, p. 1).

De acordo com a análise de Tardin (et al, 2019) a respeito das Jornadas no Paraná, e de Padovan (et al, 2016) dos Seminários em Mato Grosso do Sul, os relatos de experiências em cada edição dos eventos não deixam dúvidas de que, nos dois estados, está em curso uma considerável ampliação da transição das técnicas convencionais para práticas agroecológicas envolvendo comunidades tradicionais, indígenas e camponeses. O que, concomitantemente, representa ganhos no caminho da soberania alimentar, visto que o avanço dessas experiências tem articulado cada vez mais setores da sociedade que têm contribuído para a aprovação de políticas necessárias a esse projeto.

Contudo, os autores reconhecem que os relatos também expõem a permanência dos históricos desafios contra a agricultura camponesa familiar, tanto no que condiz à produção quanto no referente à circulação e comercialização, fruto do próprio caráter agrário dos dois estados, como ainda do sistema alimentar capitalista vigente, evidenciando que, passadas mais de duas décadas, ainda há muito a ser feito. São esses desafios, bem como as contribuições da transição agroecológica para saná-los no chão da reforma agrária, que averiguaremos no capítulo a seguir.

4 AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO CHÃO DA REFORMA AGRÁRIA: PROJETOS DE ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO E ELI VIVE II

Hoje eu sou o programa e fruto da reforma agrária popular. Essa que sou hoje nasceu no programa de reforma agrária e, antes, eu era só mais uma empregada. Não tinha noção de nada disso não, trabalhava para comer, debaixo de chicote, para criar as crianças. Daí eu nasci em 2008, quando fui acampar. Meus filhos têm uma consciência de olhar para o próximo, olhar para frente. Entender como funciona a luta, que permanecer na luta se faz necessário, continuar mostrando que o projeto de reforma agrária não é só ocupar a terra, não é só estar aqui. Nós da roça temos capacidade de produzir. Temos capacidade de alimentar o mundo com alimento de qualidade. (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Este capítulo se deterá nas complexidades e potencialidades da formação de sistemas agrícolas de base ecológica – transição agroecológica, a partir de evidências concretas expressas em experiências de sujeitos do campo atendidos pela política de reforma agrária nos assentamentos 20 de Março, em Três Lagoas/MS, e no Eli Vive II, em Londrina/PR.

Como comentado nos capítulos precedentes, trata-se de famílias camponesas que após anos na terra não haviam, até o momento da pesquisa (2019), recebido nenhum crédito habitacional, apoio inicial e fomento. Conforme as regras pretéritas, tais subsídios deveriam ter sido obrigatoriamente disponibilizados pelo INCRA, sendo inclusive critério para emancipação dos assentamentos.

Isso contribui para que a luta camponesa transcendia ainda mais a conquista da terra e faça do assentamento “[...] ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente [...]” (LEITE et al., 2004, p. 260). Como as estratégias adotadas para alcançarem esta dupla viabilização são múltiplas, comumente dão margem para interpretações equivocadas, as quais advoga sua conversão em outra classe - quiçá seu desaparecimento.

É na contramão dessas interpretações que a agroecologia tem oferecido “[...] princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis [...]” (ALTIERI, 2004, p. 21),

sistemas reproduzidos ao longo dos anos pelas comunidades indígenas e camponesas familiares.

Além dos estudos desses ecossistemas, a agroecologia igualmente se propõe como alternativa para reprodução do campesinato. Devido a isso, hoje é considerada pauta que não está dissociada das atuais ações coletivas em busca de autonomia e vida digna dos movimentos sociais do campo e da cidade espalhados em diversos países da América Latina. Movimentos que, mesmo dispare, estão articulados em torno de uma reivindicação:

[...] direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). [...] movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc. [...] movimentos globais ou globalizantes, como o Fórum Social Mundial [...]. São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, essa forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio. (GOHN, 2008, p. 439-440).

Luta por direitos básicos que faz da pauta agroecológica relevante estratégia para a reprodução camponesa entre algumas famílias dos assentamentos 20 de Março e Eli Vive II, como podemos verificar no relato a seguir.

Antes era suficiente ter a terra e morar nela, produzir e alimentar a família. Agora, não mais. Não consigo mais ficar retida a esta luta. Eu já vejo que é preciso a gente se somar cada vez mais com outras lideranças, outros movimentos sociais, outras lutas: os sem-teto, os caminhoneiros, tudo mais. Porque é uma luta para o Governo olhar para a gente, entender que a reforma agrária é um processo que dá certo, que nós podemos produzir para muita gente comer e com qualidade. Se houver incentivo, políticas públicas, recursos. (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Desta forma, a partir do diálogo com as famílias, realizamos breve histórico do caminho percorrido até o momento da transição das técnicas de manejo convencionais ou não para a prática de manejo agroecológico. Posteriormente, buscamos evidenciar as inter-relações entre campesinato e agroecologia, a fim de demarcar o lugar destes sujeitos na formação de sistemas de produção mais ecológicos e sustentáveis. Em um último momento, destacamos a forma como a transição agroecológica se apresenta como potencialidade e desafio para reprodução destas famílias frente a infraestruturas mínimas no chão da reforma agrária.

4.1 A PRÁXIS AGROECOLÓGICA: O ASSENTAMENTO COMO PONTO DE PARTIDA PARA PRODUÇÃO DE RIQUEZA E DE COMIDA

O INCRA não deu nada, não ajudou a gente como era preciso. Era para fazer o Minha Casa Minha Vida pra gente estar melhor. Não fez nada. Mandar empréstimo [crédito] para nós. Não mandou até hoje. (Sra. G., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Reflexo de uma prática particular de inoperância do Estado na prestação de ATER e liberação de créditos (instalação e produção), pesquisas realizadas em todas as regiões do país têm evidenciado que relevante parcela do campesinato de Reforma Agrária não dispõe de infraestruturas mínimas que lhe garanta inclusão social, econômica e produtiva. (LEITE et al, 2004; NEVES, 1997; FERNANDES, 2004; COSME, 2015).

Um panorama parcial dessa situação pode ser observado no próprio site do INCRA (2017), órgão público competente pelo repasse de créditos. Segundo esse instituto, das 972.289 famílias beneficiadas até 2017 pela política de reforma agrária, apenas uma margem de 2% tiveram acesso aos recursos: Minha Casa Minha Vida e Habitação Rural (habitação); Apoio Inicial e Fomento Mulher (crédito instalação).

Isso ajuda a explicar por que, após quase dez anos de implantação do assentamento 20 de Março, apenas 21% dos lotes contam com edificações comuns à reprodução inicial da unidade camponesa, conforme comprovado em mapeamento realizado por A. Silva e M. Silva (2018). Tal estudo se deteve na variável casa e também instalações complementares à produção, a exemplo de currais, galinheiros, galpões e pocilgas.

Ainda que tenham sido contempladas 69 famílias, conforme informações coletadas entre os próprios camponeses, apenas 54 lotes estão efetivamente ocupados como unidade familiar camponesa. Isso significa que 22% das famílias que participaram da luta e foram beneficiárias desistiram ou não moram no lote.

Questionados a respeito, a maioria dos entrevistados alegou que a desistência de lote está vinculada a delongas na liberação de recursos de habitação e crédito instalação (Apoio Inicial e Fomento Mulher), como nos relata o Sr. M.: “*Mas é igual eu falo para você. O povo desistiu por causa disso aí. Não teve ajuda nenhuma.*” (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Ainda que a não liberação dos créditos aos assentamentos esteja vinculada à inoperância em termos de política de reforma agrária, no assentamento 20 de Março, há outro agravante, pois está entre aqueles que foram atingidos pelo bloqueio dos créditos de fomento da reforma agrária no Mato Grosso do Sul em 2010, após ação deflagrada para investigação das denúncias de corrupção no INCRA/MS. (KUDLAVICZ, ALMEIDA, 2014).

Mesmo que essa demora na liberação de créditos seja apontada como principal fator que tem tornado árdua a permanência na terra, não é o único. O atraso na criação das estruturas relativas ao fornecimento de água que demorou cerca de um ano e a de energia elétrica que variou de um a cinco anos, pós-implantação dos assentamentos, surge, com frequência, como motivo primordial à desistência, tendo sido associado aos momentos mais difíceis para reprodução na terra, como podemos observar no relato da Sra. I.

Olha, se você me perguntar, vou dizer que fácil não foi. Eu deixei na cidade um pouco das minhas coisas. O barraco não era tão grande. Com criança pequena [neto que mora com a Sra. I. desde os acampamentos] foi difícil. Cinco anos sem energia. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Institucionalmente, o atraso na liberação de energia elétrica foi justificado por dois fatores: o primeiro seria a dificuldade dos governos federais em cumprir os prazos para liberação dos recursos ao programa Luz para todos (COSTA, 2012), instituído pelo Decreto nº 4.873, de novembro de 2003. Outra razão seria a exigência de algumas concessionárias em executar a ligação de energia elétrica somente em habitações com estrutura de alvenaria, com exclusão daquelas de

madeira ou lona. Devido à inexistência do crédito habitacional, assim eram as moradias da maior parte dos assentados no 20 de Março.

No Eli Vive II, a situação não destoa. Além das dificuldades em decorrência da falta de liberação dos créditos, essas famílias camponesas também não acessaram nenhum recurso para a capacitação, distribuição e fornecimento de água, havendo o uso compartilhado de minas de água, dispostas em poucos lotes.

Se por um lado a ausência do Estado é fator condicionante à desistência do lote; por outro, é justamente diante das adversidades decorrentes desta lacuna que as famílias organizam um conjunto de estratégias para garantir a permanência na terra: ora são verificadas por ações externas à família e à terra, ora pela organização interna do sítio e do trabalho familiar. Para entendê-las, é preciso considerar que são próprias dos momentos de alternância habitual a que Chayanov (1974) concebe como “balanço trabalho/consumo”.

Em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*, o referido autor explica que, devido ao fato de o campesinato não subjugar a força de trabalho assalariada na unidade econômica camponesa, para viabilizar sua organização produtiva, ele se ampara na força de trabalho do grupo familiar. Trabalho, que após o acesso à terra, é componente fundamental para reprodução do campesinato.

Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción. Y puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Sendo a força de trabalho familiar a responsável pela provisão de alimentos e de renda da família, o campesinato pauta-se no equilíbrio entre: a quantidade dos trabalhadores *versus* a quantidade dos consumidores – “o balanço trabalho/consumo”, para definir como ocorrerá a organização interna da unidade econômica produtiva.

Cada familia, entonces, según su edad, constituye en sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo con su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperación compleja. (CHAYANOV, 1974, p. 55).

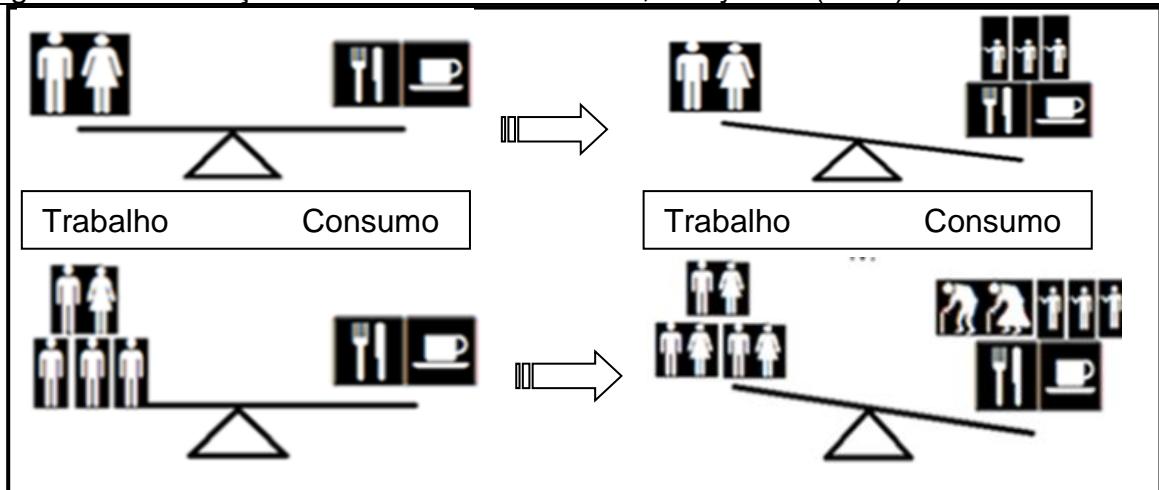
Entretanto, o balanço trabalho/consumo sofre interferências diretas das alternâncias que ocorrem na formação do grupo familiar como, por exemplo, a composição biológica e etária e a quantidade de integrantes da família camponesa.

[...] A força de trabalho, dessa forma, manteria íntima relação com os membros capacitados da família. Por essa razão, considerou imprescindível levantar a composição biológica e etária dos seus componentes, em virtude de haver uma variação conjunta e indissociável entre as fases da família e o balanço entre trabalho e consumo [...]. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 116).

Na figura 11, temos algumas simulações destas alternâncias. Notamos que, no momento inicial do matrimônio, o trabalho realizado pelo jovem casal camponês se mantém equilibrado com o consumo. Posteriormente, este equilíbrio sofre alteração com o nascimento dos filhos, que por formar força de trabalho ainda inativa, promove “[...] um rápido aumento en la proporción de consumidores en relación con los trabajadores [...]”, o que exige mais trabalho dos pais. (CHAYANOV, 1974, p. 55).

Contudo, o autor destaca que “[...] no deja de ser cierto que para esta época se aligera la carga de los consumidores sobre los trabajadores de la familia, porque cada año los hijos van tomando mayor parte en el trabajo [...]”. Assim, conforme os filhos vão crescendo, sua força de trabalho começa a ser despendida nas atividades produtivas e o trabalho iguala-se novamente ao consumo. (CHAYANOV, 1974, p. 55).

Figura 11 – Balanço entre trabalho e consumo, Chayanov (1974).



Fonte: SILVA, J., 2019.

Chayanov (1974, p. 49) salienta também que a base da família camponesa “[...] sigue siendo el concepto puramente biológico de la pareja matrimonial que vive junto con sus descendientes y con los representantes ancianos de la generación mayor [...].” Destarte, na medida em que filhos permanecem na unidade camponesa após a união matrimonial e os pais vão envelhecendo, outro desequilíbrio é provocado, exigindo agora dos jovens casados mais trabalho, iniciando novo ciclo.

Outro ponto destacado por Chayanov (1975, p. 56) é que além das interferências relacionadas com o desenvolvimento natural da família, fatores como a dimensão territorial da unidade camponesa, os níveis de fertilidade do solo, ferramentas e o acesso à infraestrutura também são determinantes para o balanço trabalho/consumo. No momento em que tanto as interferências quanto os fatores se interconectam, a recriação do grupo familiar a partir da terra é consideravelmente limitado, forçando-os a buscar alternativas para além da força de trabalho da família e da unidade econômica camponesa: “Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos so el medio principal para ello [...].” São esses fatores que tende a ser a base de qualquer estratégia de reprodução da família camponesa.

Aliás, percebeu-se que foram essas necessidades, surgidas pela inoperância do Estado e somadas a escassa força de trabalho dos filhos, que incentivaram as famílias entrevistadas a adotarem como estratégias de reprodução a recuperação de práticas de manejo da agricultura mais ecológica e sustentável, como forma de

reorganizar e diversificar a produção do sítio camponês. Caracterizado por E. Woortmann (1982) de quintal, o sítio é constituído em oposição ao latifúndio, situação expressa na fala da Sra. S., na qual a terra aparece como “*terra dos outros*”, recordado por ela como lugar de “*sofrimento.*” (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Isso condiz com o posicionamento de Brandão (1994), para o qual o camponês meeiro, arrendatário, lavrador e criador planta para o patrão, mas, muitas vezes, mal consegue comer, sendo frequentemente expulso: “*Se plantava alface, não podia comer. Estava contado, ele contava. Morava numa casa, mas não era minha. Eu não podia pintar a casa de amarelo nem a pau, porque o patrão não gostava de amarelo. [vivia] Pisando em ovos e, se quebrava, tinha que correr e arrumar antes do homem vir.*” (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

O sítio próprio constitui a parcela de terra onde o camponês institui a esfera casa quintal – morada familiar e autoconsumo. Verificou-se que neste a Sra. S., juntamente com sua neta, pode cultivar pés de mamão e, mesmo derrubados por um vendaval, a neta consegue “*plantar de novo, porque aqui é nosso, [e pudesse sair] comendo o mamão que ela plantou*”. Diferente de “*sofrimento*”, o lugar é agora “*parte da minha luta de ter melhor qualidade de vida para meus filhos, meus netos [cuja casa se pode], pintar de amarelo. Eu gosto de amarelo e quero ver quem que vai me fazer pintar de verde*” (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Essa casa amarela, tal quais as outras visitadas, foi edificada mediante a autoconstrução realizada pelos próprios integrantes do grupo familiar, vizinhos ou familiares.

O INCRA não ajudou nós em nada. Aqui foi tudo na luta. Sobrinho meu, que morava em Andradina³⁰, que sempre me dá uma mão. Um dá o bloco, o outro me dá um saco de cimento e foram ajudando. E a luta mais braba foi construir: é que eu era o servente. O Sr. T., ali, que fez para mim. Era o pedreiro e eu tinha que pegar e pegar firme [risadas]. E era tudo mexido a massa. Tudo na enxada. Não era betoneira nem nada não. Para levantar tudo isso daqui, foi na enxada. (Sr. M., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

³⁰ Município do interior do estado de São Paulo cerca de 43 km da sede municipal de Três Lagoas.

Habitações que, aos poucos, vão sofrendo reformas para garantir mais segurança. Durante o trabalho de campo, foi comum ver, próximo das casas, materiais para construção providos com recursos do próprio sítio, como nos relata a Sra. I. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Essa casa ali, barraco nosso, a gente tem que tirar, porque cai e não cai. Ela não está aguentando não. Nós ficamos uns seis ou sete anos ali dentro e [durante o período] duas ou cinco vezes foi descoberto: vinha o temporal, assim oh, e jogava lá longe. Eu com criança pequena aqui dentro. Era um sufoco. Os recursos [para construção da casa onde a família mora no momento] vieram aos pouquinhos. Pegava dinheiro da horta, a maioria é da horta. A gente fez dois quartos e um banheiro. Depois mudamos para ficar mais seguro. A cozinha continuou ali [no barraco]. Quando foi um ano bom dos projetos [comercialização para mercados institucionais], fomos comprando materiais e amontoando. Quando estava tudo comprado, a gente foi ajuntando o dinheiro para pedreiro. E a gente foi, assim, aumentando aos poucos.

Figura 12 – Habitações – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponeses, 2020; registros autora, 2019.

O sítio também é o lugar em que o camponês organiza a esfera dos espaços produtivos roça/pasto – onde será provida a produção animal e vegetal tanto para autoconsumo quanto o excedente para comercialização. Para o Sr. A. “é muito melhor [em relação à cidade porque] come tudo da natureza. Natural mesmo. Não tem esses negócios de químico. O químico que nós comemos é só óleo que compra e outra coisa enlatado que vem de lá.” (Sr. A., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Para este senhor, o sítio também é o lugar que lhe permite mesmo sem dinheiro “tirar dos braços [a partir do trato da vaca] um leite para a gente beber, não precisa comprar um queijinho. Os meninos [filhos e netos que não moram no sítio], quando vêm aqui, quer fazer doce. Eles fazem, eles comem”. O mesmo se aplica aos suínos “ter uma banha, e que dê também para os vizinhos. O óleo é mais químico e a banha é mais saudável que o óleo. Com banha [comida], se satisfaz; agora, com óleo, você come e dali a pouco está com fome de novo.” Na horta e na roça “plantando e colhendo” aquilo que “se Deus abençoar, agora a gente não perde mais, porque tem para aonde entregar. Produzindo o que tenho, eles vêm buscar, leva lá e entrega”.

Destarte, casa (quintal) e roça (pasto), organizados em múltiplos espaços de trabalho, são responsáveis por formar o sítio enquanto uma unidade produtiva, centrada na produção de valores de troca e de valores de uso. Nas palavras da Sra. L. “por mais que seja difícil” é onde “você consegue manejar. Se eu não conseguir produzir para vender, pelo menos para consumir. Lá [na cidade] não tem jeito. Se você não tem dinheiro para comprar, passa fome.” Por conta disso, tem insistido no “sonho de ver isso aqui produzindo a maioria das coisas que eu consumo, ir na cidade para buscar só o que você não consegue produzir na terra.” Para ela e as outras famílias entrevistadas, o “sonho era ter um pedaço [de terra] para eu viver dentro Não queria riqueza, fazenda. Eu queria um lugar onde eu pudesse plantar, colher. O sítio é isso, pra você viver dele, por isso que eu lutei por um pedaço de terra.” (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Para E. Woortmann e K. Woortmann (1997), o sítio como unidade de produção é também uma das alternativas que o campesinato encontra para organizá-lo como lugar do trabalho familiar em condições mais autônomas. Garantindo da própria terra os bens necessários para autoconsumo/excedente e

ocupação da força de trabalho familiar. Terra, trabalho e família (ALMEIDA, 2006), bases que interconectadas tornam centrais a reprodução do campesinato. Interconexão que, a nosso ver, tem sido promovida com maestria pela transição dos sistemas de produção para manejo mais sustentável e ecológico.

Segundo relatos das famílias do assentamento 20 de Março, as experiências de manejo de agricultura mais sustentável iniciaram no decurso do ano de 2010 a partir da articulação delas com a empresa Fibria (atual Suzano). Naquele período, essa havia lançado, no município de Três Lagoas/MS, o Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT), um dos programas de relacionamento disseminados pela empresa com as comunidades negras, indígenas e de luta pela terra, com vistas a tentar diminuir os impactos sociais e ambientais ocasionados pelo setor tanto nos municípios em que tem a unidade industrial, quanto nas comunidades rurais e assentamentos localizados nas áreas de influências do plantio de eucalipto do polo industrial. Comunidades que, segundo relatório da empresa, são atendidas com projetos que visam:

[...] capacita[r] agricultores familiares e se orienta por três eixos: assistência técnica à produção e estímulo ao uso de tecnologias de baixo custo, com redução do impacto ambiental; gestão de associações e redes; e incentivo e orientação para acesso a políticas públicas que ampliam as possibilidades de comercialização dos produtos. (FIBRIA RELATÓRIO, 2017, p. 37).

Além disso, o desenvolvimento do PDRT nos municípios da região de Três Lagoas também está correlacionado ao fato de uma das determinações do BNDES para disponibilizar à Fibria financiamento próximo do valor de R\$ 834 milhões para implantação em 2009 “[...] de uma linha de produção de celulose branqueada de eucalipto com capacidade de 1.300.000 toneladas/ano, no município de Três Lagoas-MS [...]” era aplicar “[...] investimentos sociais em áreas de influência da empresa no período 2008/2009”. (BNDES, 2009, n.p.). Situação que nos leva a concordar com Kudlavicz e Almeida (2014, n.p.), quando entendem que, longe de serem ações sociais, o que de fato os programas e projetos da empresa representam são:

Práticas empresariais que devem ser entendidas num contexto específico, qual seja o de que as empresas receberam volumosos incentivos fiscais (e ambientais) para se estabelecerem na região e

que devem conduzi-los em forma de “desenvolvimento sustentável” – leia-se restituir parte destes benefícios em favor da comunidade local na forma de projetos sociais. A isso se mescla a necessidade de adquirirem o selo de origem que funciona como sinal aos consumidores globalizados que o produto, ou seu componente, é proveniente de uma floresta que não impactou seu entorno, em outras palavras: ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo.

Importante destacar estes pontos, porque como já investigado por Silva M.O. (2014) era quase unânime a percepção entre as famílias de que a empresa, a partir de projetos vinculados ao PDRT, foi a principal indutora das experiências de transição com base agroecológica presente no assentamento, inclusive parceira das famílias camponesas, como podemos perceber no relato da Sra. N. em vídeo organizado pela empresa em 2018.

Com o PDRT a gente aprendeu muito. Aprendeu nossos direitos. Fizemos bastante cursos. Que hoje você vê que maravilha de horta que a gente tem. Hoje nós aqui dentro do assentamento 20 de Março, eu falo para você que nós temos um presente de Deus. (FIBRIA, 2018).

Relevância também destacada na descrição do vídeo, em que a empresa declara que através de “[...] auxílio dos cursos do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT), a Comunidade pode construir hortas agroecológicas, que geram bons frutos e renda para todos.” (FIBRIA, 2018). Todavia, conforme as experiências vão sendo relatadas, também evidenciam que os resultados, qual seja, as hortas em transição, resultam prioritariamente das próprias estratégias das famílias em tornar os projetos executáveis porque “*na Fibria foi comprado uma briga danada, porque ninguém acreditava em assentamento.*” (Sra. M², PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Além disso, observou-se também que a ação da empresa junto ao assentamento caminha numa direção de transformar os sítios camponeses num projeto de empreendedorismo. Para tanto, em muitos momentos, as famílias camponesas acabam perdendo o poder de decisão sobre o que produzir; como produzir; e para que produzir. Distanciando-se do projeto de transição agroecológica que incentiva a reprodução camponesa em condições mais autônomas no chão da reforma agrária.

As primeiras experiências com o manejo de agricultura mais sustentável, realizado pela empresa, envolveram cerca de 20 famílias camponesas na Produção Integrada Madeira e Alimentos (PIMA), referente ao cultivo consorciado entre eucalipto e alimentos (mandioca, milho, abóbora e banana) realizado sem a aplicação de insumos químicos.

Praticado prioritariamente pelos homens, chefes de família, enquanto mulheres e filhos eram excluídos. Esse cultivo era realizado em lotes de terras, com aproximadamente 600m² a 700m², localizados entre as fileiras de eucalipto, dentro das propriedades arrendadas ou compradas pela empresa.

A gente plantou seis ruas de milhos, acho que quatro de mandioca, e mais duas de abóbora. Daí eles deram tudo, prepararam a terra [gradeação com máquina], deram a semente. Eu plantei meu milho, risquei tudo com a enxada de cumprido, depois plantei tudo semeado que nem a plantadeira planta. (Sr. M., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Ainda que dentre seus objetivos o PIMA pretendesse “Ampliar as oportunidades de geração de renda em comunidades rurais [...]”, o projeto acabou gerando perdas e prejuízos às famílias. Acontece que focando mais em “[...] demonstrar que no solo onde se planta eucalipto é possível produzir outras culturas” (FIBRIA, 2010, p. 63), os gestores do projeto não priorizaram a proximidade das áreas de cultivo consorciado com o assentamento e sítio camponês, o que resultou no deslocamento dos camponeses a uma distância de 12 km a 15 km do assentamento. Situação que se tornou fator limitante às famílias, já que a empresa exigia a frequência diária no trato da roça e “*muita gente não tinha recurso de ir, e era meio longinho.*” (Sr. A.; PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Com isso, não demorou muito para que a frequência esporádica na roça criasse ambiente propício para que a produção de abóbora e banana de alguns camponeses sofresse ataques de maritacas e capivaras. Animais silvestres com severas restrições alimentares devido à dificuldade de encontrar alimento nas áreas de expansão do eucalipto. (KUDLAVICZ, 2010; RAOUL, ALMEIDA, 2019).

Àqueles que conseguiram produzir, a falta de veículo e a distância em relação à Três Lagoas igualmente inviabilizaram o escoamento, restando como alternativa, “*plantar mandioca, mas não aproveitar porque não tinha para quem vender e ficou lá*

a abóbora e milho, dava para tratar das criações por muito tempo.” (Sr. M., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Foi então que as famílias, articuladas principalmente pelas mulheres, propuseram à empresa desenvolver projetos dentro do assentamento, mais especificamente nos sítios familiares, pois “*se a Fibria queria investir que investisse no assentamento.*” (Sra. M², PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019). Assim, diferentemente do primeiro, realizado em áreas externas ao assentamento, o segundo projeto veio com a implantação de 34 hortas tradicionais por unidade familiar, amparadas com assistência técnica, com base em manejo sem o uso de agrotóxicos diretamente na produção. Tinha por objetivo atender tanto ao autoconsumo do grupo familiar, como o excedente para geração de renda às famílias.

Conforme informações, as hortas tinham dimensão de 600m². Para estruturá-las, as famílias receberam “*tela de mesmo tamanho, eucalipto tratado, e sombrite para 300m², para cobrir metade da horta.*” (Sra. M², PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019) Para produção, obtiveram também em igual quantidade, sementes e mudas de olerícolas, entre as variedades estavam: alface, couve, chicória, almeirão, cebolinha, salsinha, banana, coco, cenoura, abóbora, mandioca, melancia, beterraba, repolho, espinafre, agrião, rabanete, ervilha, pepino, entre outras.

Por certo, após as dificuldades de estruturação produtiva com a inoperância do Estado, a possibilidade de produzir alimentos no próprio sítio é um dos pontos considerados mais importantes pelas famílias, pois contribuiu para melhorarem “*a alimentação e a autoestima, porque estar ali plantando e vendo aquilo tudo produzido, era muito bom.*” (Sra. M², PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019). Assim, a produção de comida no sítio “[...] é a comida do trabalho que simboliza uma moralidade camponesa e a lavoura – na terra de trabalho – representa a interação adequada com a natureza – que pelo trabalho [...] se torna morada de vida [...].” (K. WOORTMANN, 1988, p. 10).

Porém, um conjunto de incompatibilidades dos projetos com a realidade camponesa acabou gerando certa resistência das famílias, que passaram a evitar sua adesão. Primeiramente, porque nem todas as famílias receberam o sombrite no início, e este “*veio depois, porque tinha muita gente que reclamava que o sol estava muito quente, e estava matando as verduras*” Ao ser disponibilizado não foi

suficiente: “não era muito, porque não deu para fechar a metade: ficou metade sem cobrir”, tinham também diferença de formato, “de quem a horta estava melhor, recebia um sombreiro melhor, mais grosso, e bem mais fechadinho.” (Sra. L²., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Além disso, naquele período, as famílias dispunham apenas de um poço artesiano que atendia o assentamento inteiro e, para não faltar água, foi estabelecida a contenção do uso, sendo de prioridade suprir a necessidade diária das famílias, o que não incluía atividades produtivas que exigiam muita água, no caso a produção olerícolas.

Como a maioria das famílias não tinha curso d’água ou recurso financeiro para perfurar poços individuais, para manter a horta, acabavam utilizando a rede de água geral, sobrecarregando a capacidade do poço. Com isso frequentemente a bomba queimada e o conserto levava dias ou até semanas para ser realizado e distribuir água novamente ao assentamento. Consequentemente, isso provocou “perdas na produção” das hortas.

Dentre as alternativas para diminuir a sobrecarga do poço geral, parte das famílias adquiriu com recursos próprios: “para fazer o poço e garantir água própria no sítio vendemos umas cabeças de gado que tínhamos” (Sr. M.; PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019). Por sua vez, outras conseguiram junto à indústria Fibria a perfuração do segundo poço, compreendendo que “era de interesse dela, que o investimento nas hortas não fosse perdido”. (Sra. M.²; PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Somado as perdas, outra situação que ganhou notoriedade nos relatos das famílias foi os consecutivos descartes que tiveram que realizar após a empresa Fibria não cumprir o acordo de comprar ou viabilizar a comercialização da produção. Como continua a relatar a Sra. M.² (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019): “No começo eles sempre assinalaram que era para comercialização, mas, principalmente para melhorar a alimentação, porém, ninguém dava conta de comer uma horta de 600 m², e duraram uns dois anos a gente perdendo na horta”.

No início do projeto, a quantidade de produção causou considerável preocupação entre as mulheres agricultoras, visto que não havia até naquele momento formas de escoamento, o que inclusive conduziu as famílias a articular com a empresa formas também de comercialização. (Sra. M²., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019). Porém, devido à pouca, ou quase nenhuma,

autonomia em relação ao planejamento dos projetos da empresa, nada puderam fazer para evitar a superprodução em excedente que resultou em descartes e perdas.

Em 2012, após a segunda tentativa frustrada dos projetos da empresa, muitas famílias acabaram encerrando as atividades das hortas com base nos critérios estabelecidos por esta, receosos principalmente com a capacidade dos projetos de apoio produtivo da Fibria de gerar renda para reprodução da família.

Durante esse período, a maioria acabou por reservar a produção das hortas prioritariamente para o autoconsumo e dentre as opções para geração de renda das famílias destacaram-se a pecuária leiteira e o trabalho acessório. Uma vez que este último também envolvia postos de trabalho na área urbana de Três Lagoas, em alguns casos, famílias acabaram migrando para o município.

Outras permaneceram no projeto e, dispondo de transporte particular, passaram a participar da Feira Municipal de Três Lagoas, bem como elaborar projetos para submeter à chamada pública do PAA e PNAE. Esses mercados institucionais, como destacado no capítulo anterior, colaboraram para a implementação de renda das famílias. Porém, a súbita paralisação³¹ da entrega para o PAA, no segundo semestre de 2013, criou novos obstáculos à comercialização da produção, impactando seriamente na geração de renda do grupo familiar. Foi nesse momento, no decurso de uma visita de campo no assentamento, que a situação de descartes e perdas de canteiros das hortas chamou a atenção de alguns integrantes do GETT. A partir de então, a parceria com a UFMS para dinamizar a comercialização começou a ser estabelecida na formação do *Grupo de Consumo Sacolas Agroecológicas* em 2015.

Segundo Couceiro Arroyo et al. (2016, p. 9) é considerado grupo de consumo aquele em que há: “[...] grupos de personas que se unen para comprar productos de forma colectiva, en general directamente a los productores o reduciendo en lo posible los intermediarios”, o que promoveria “mayor conocimiento sobre los alimentos que consumimos, calidad ecológica y salud, fomenta la biodiversidad, la producción local y la agricultura de temporada [...] y asegura las condiciones de

³¹ A interrupção da Venda e Compra pelo programa ocorreu devido ao processo de investigação iniciado pela Polícia Federal, decorrente de irregularidades no uso da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAPs), entre elas a utilização dos cadastros dos camponeses por outras pessoas, sem o seu conhecimento e consentimento.

trabajo dignas para los productores". Assim, estabeleceria as condições básicas para soberania alimentar.

No caso do Grupo de Consumo Sacolas Agroecológicas, a estruturação se dava em três outros subgrupos: fornecedores, mediadores e consumidores. Os primeiros eram representados por alguns camponeses assentados que integravam a Associação 20 de Março e a Associação de Atividades Pluriagrícolas – Cinturão Verde. A ação deles no projeto era fornecer sacolas com alimentos a serem entregues na UFMS. Essas eram organizadas por eles com total autonomia, respeitando a sazonalidade dos alimentos e o planejamento produtivo das famílias camponesas.

O grupo dos mediadores era composto pelos discentes e docentes que compunham o GETT, bolsistas e voluntários de projetos de pesquisa, ensino e extensão. A função de mediar relacionava-se com a organização do grupo de consumidores, que abrangia técnicos administrativos da educação, professores e alunos da UFMS; receber, organizar e entregar as sacolas aos consumidores uma vez na semana, prioritariamente no período da manhã para conservar os alimentos frescos; e repassar o valor auferido pela entrega dos alimentos integralmente aos camponeses assentados.

Como desdobramento desta iniciativa, em 2015, a Associação 20 de Março passou a participar também de outros canais de comercialização como *Feiras Agroecológicas* tanto na dependência da UFMS quanto para além do campus. Essa última partiu da própria demanda da comunidade. Alguns consumidores que conheceram o projeto na UFMS expuseram a vontade de ter acesso aos alimentos nos moldes da feira, em outros dias da semana, no condomínio em que moravam. (MERCADANTE, 2018).

Atualmente, devido à pandemia, o projeto da *Feira Agroecológica* tem continuidade em forma *on-line*, cujo pedido é realizado por cada consumidor a partir do formulário *Cognitoforms* e/ou grupo do aplicativo *WhatsApp*. As entregas são realizadas pelos camponeses semanalmente diretamente na residência do consumidor.

Em 2017, as experiências dos grupos de consumo tornaram-se centrais para elaboração e aprovação do projeto de extensão e pesquisa: Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e produção orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS. Com foco na promoção da transição

agroecológica a partir do NEA, o projeto tem como objetivo garantir a “[...] superação das desigualdades de renda e gênero via articulação institucional e operacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.” (EDITAL DO PROJETO, 2017, p. 5). O projeto piloto foi implantado no assentamento 20 de Março com duas unidades demonstrativas, visando:

[...] apoiar a transição agroecológica no PA 20 de Março, estimular o resgate das sementes crioulas, a produção de mudas dentro do assentamento, viabilizar os canais curtos de comercialização (CCC), articular os membros dos projetos e os agricultores familiares camponeses, dentre outros. (FERREIRA, 2019, p. 70).

A partir de parcerias da coordenadora do projeto com outros docentes tanto da UFMS quanto de órgãos externos, as famílias com horta em transição agroecológica receberam apoio técnico para análise de solo (docentes do curso de geografia da UFMS); viabilização da automação de estufa do grupo das hortas (docente do curso de Eixo Tecnológico do IFMS/Três Lagoas); construção de biogestor para produção de biofertilizante e gás (Docente do curso de Zootecnia da UFGD). Com os recursos financeiros do projeto, as famílias também receberam monocultivador; triturador; sementes e substratos.

A possibilidade de parcerias com outros órgãos e entidades permitiu às famílias mais poder de barganha, diferentemente das interferências da empresa Fibria nas hortas em transição, e respectivamente mais autonomia em relação à organização produtiva do sítio.

Figura 13 – Projeto UFMS, equipamentos, materiais de consumo e insumos – Assentamento 20 de Março.



Fonte: Projeto NEA Bolsão; arquivos pessoais camponeses; registros autora, 2016 – 2020.

Observou-se que o acesso a estes equipamentos garantiu mais autonomia produtiva para as famílias, assim como aumento produtivo sem que isso provocasse sobrecarga da força de trabalho familiar, visto que, com os equipamentos, as atividades relacionadas à produção foram executadas em melhores condições de trabalho.

Em 2016, o projeto da UFMS tornou-se o plano piloto para o projeto de Extensão Rural Fomento a sistemas agroecológicos para inclusão tecnológica, produtiva e mercantil de mulheres camponesas (UEL/CCE/2016). O próprio título do projeto já faz referência ao objetivo de fortalecimento de sistemas agroecológicos conduzidos por mulheres camponesas, segundo o princípio do empoderamento feminino, aumento da renda familiar camponesa e inclusão tecnológica-produtiva-mercantil..

É em vista de contemplar o último processo inclusivo – o mercantil, que também se consolidou as Sacolas Camponesas, com base nos canais de comercialização da CSA (SILVA; GODOY; ARLINDO, 2017), nas quais os proponentes exercem a função de mediadores da aproximação entre agricultores, no caso em específico, as mulheres camponesas e os apoiadores, consumidores de alimentos. Não fugindo as regras dos CCCAs, o objetivo é eliminar a figura do intermediário, interrompendo a transferência de renda camponesa da terra para mãos de outrem.

O CSA contribui também para a soberania alimentar, porque preza pelo fator origem local dos produtos, cuja prática tem como princípios os manejos orgânicos/agroecológicos, articulando, assim, mercado para famílias camponesas, como também, tornando acessíveis aos consumidores, articulados com o CSA, alimentos saudáveis e cultivados de maneira mais ecológica, e socialmente justa.

Ações que em conjunto visavam garantir maior autonomia das mulheres camponesas na “[...] organização da produção e comercialização da produção [...] de quintal, aquela que compete às mulheres e é tomada como desprezível para a manutenção da família.” (EDITAL DO PROJETO, p.2, 2016). A proposta do projeto direcionado para autonomia da mulher camponesa veio da aproximação das coordenadoras com a realidade do assentamento Eli Vive e dos diálogos com a liderança do Coletivo de Mulheres que hoje formam a AMCEV.

Segundo Sra. S. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, AGO/SET 2020), o Coletivo de Mulheres nasce em 2009 durante o próprio acampamento, dentre os espaços de

trabalho comuns e as organizações de luta dirigidas pelo MST, que “*tem por formação fortalecer tanto no acampamento quanto no assentamento as questões de gênero, sendo mais tranquilos para pautas diversas, porém depende muito das forças das Companheiras.*” Assim como em outros espaços da sociedade, em que a mulher lida diariamente com ações opressoras, são espaços de formação que possuem “*algumas dificuldades à articulação da mulher*” que, com muita luta, estabelecem, a partir dos coletivos, maneiras de “*fortalecer as mulheres coletivamente, uma cuidando da outra*”.

Posteriormente, já efetivado a implantação do assentamento, surge desta rede de reciprocidade o estímulo autônomo das mulheres camponesas em fixar no assentamento espaço para articulação de ações que revertesse sua invisibilidade nas atividades produtivas do sítio e promovesse sua emancipação, “*pois, somente assim teríamos a força que temos hoje, tanto na produção de alimentos, quanto nas questões domésticas.*” (Sra. J., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019). Atitudes que organizaram as primeiras ações rumo a AMCEV.

Foi numa conversa de duas vizinhas que aconteceu esta associação, buscávamos uma forma de ocupar as mulheres e ter uma renda extra para o sustento das dificuldades do lar. No início, queríamos formar um grupo, porque para nós seria muito importante mostrar respeito ao nosso trabalho., É que ainda temos um pouco de dificuldade, pois o machismo é muito grande. Não somente pelos homens e isso influenciou a formação do grupo. (Sra. J. PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Outra ação que influenciou a formação do coletivo foi a parceria instituída no decurso de 2015 com a Cáritas de Londrina. A entidade vinha há quatro anos realizando projetos junto ao assentamento e, nesse momento, tinha interesse em promover um projeto cujo objetivo era dinamizar hortas comunitárias com foco na “*produção orgânica, livre de agrotóxicos, envolvendo as famílias*”. Dialogou-se entre a instituição e o Coletivo a possibilidade de trazer o projeto para dentro do Eli Vive, mantendo a pauta da família, mas que as atividades da horta fossem realizadas “*a partir do trabalho das mulheres.*” (Sra. J., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Desta parceria, surgiu a organização de duas hortas comunitárias no Eli Vive I e II. Segundo informações das mulheres, essa seria uma das ações precursoras da transição com base numa agricultura mais sustentável e ecológica nos assentamentos. As mulheres explicam que as famílias já vinham de práticas

semelhantes desde o momento de acampamento quando produziam na área intitulada de quarentinha, “*pedacinho mais próximo da onde acampávamos e podíamos plantar mandioca, coisas mais miúdas*” e que, uma vez reservada para autoconsumo, não utilizava nenhum tipo de insumo químico, enquanto outra área, cultivada para comercialização, possuía manejo convencional. (Sra. I. PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Outro ponto relevante, comumente relatado pelas mulheres, foi o ponto fixo na Feira do Cincão. Umas das reconhecidas feiras, situada e organizada em Londrina, voltada especificamente para Agricultores que tenham produção baseada em práticas mais sustentável comercializarem seus produtos. Isso reflete outra relevância da parceria com a Cáritas, pois a conquista foi possível devido à diversificação da produção de olerícolas agroecológicas das hortas comunitárias.

Ainda que o projeto da horta comunitária tenha sido “*uma ajuda muito importante*”, com menos de dois anos, acabou perdendo força. Oito mulheres das 10 que haviam iniciado projeto no Eli Vive II desistirem em decorrência de diversas dificuldades. Dentre elas, os limites de escoamento da produção devido à falta de transporte e a carência de manutenção/pavimentação das estradas no interior do assentamento ou que interligam a cidade.

Segundo a Sra. J. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019) também “*uma parte delas saiu do grupo por causa da distância de lote, porque a montagem da horta foi realizada em seu sítio e acabava ficando longe para elas irem até o local de trabalho.*” Contudo, a Sra. J. ressalta que, para além dos problemas estruturais e de logística, o determinante para a desistência das mulheres foram as dificuldades que vinham enfrentando por conta do machismo: “*outras companheiras não continuarão por causa do machismo, pois os maridos não aceitava que elas participassem e outras largarão dos esposos e foram embora para as cidades*”.

Migração justificada tanto pela dificuldade de ocupação da força de trabalho familiar no sítio camponês, assemelhando ao ocorrido com algumas famílias do assentamento 20 de Março, quanto, especificamente no caso da mulher, pela “[...] desvalorização do seu trabalho no campo e a falta de perspectiva que elas vivenciam [...]”, como destaca Costa (2010, p. 50), ao analisar as causas da migração entre jovens mulheres do assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis há aproximadamente 77 km de Londrina.

No plano de fundo desta desvalorização está o patriarcado, relação que segundo Saffioti (2004, p. 45, grifo da autora) se expressa num tipo de dominação-exploração que os homens exercem sobre a mulher, limitando sua autonomia de decisão. Apesar de alguns estudiosos afirmarem sua superação pela então sociedade moderna, a autora ressalta que assim “[...] como os demais fenômenos sociais, também o **patriarcado** está em permanente transformação [...]. Diante disso, o patriarcado:

[...] não é exclusividade da sociedade atual, nem da sociedade capitalista, perpassando diferentes sociedades, mas se acirrando com o capitalismo e assim como o conceito de gênero, resultando de uma construção histórica. Todavia, também aos homens a estrutura do patriarcado pode ser considerada como uma opressão, impondo a estes, desde meninos, posturas e comportamentos que ferem a própria corporeidade, inibindo ou mascarando suas dores. Não obstante as dificuldades de muitos homens e as decorrências nefastas do regime patriarcal para estes, a opressão é inexoravelmente maior para as mulheres, que são penalizadas física e emocionalmente diante das posturas construídas historicamente pelos homens. Ao longo das últimas décadas tem aumentado os questionamentos e a tentativa de rompimento com estes padrões. Entretanto, essas lutas ainda são minoritárias e não afetam, de modo contundente, a sociedade patriarcal. Da opressão patriarcal deriva privilégios aos homens que podem ocupar os espaços, assim como suas ideias tendem a prevalecer quando nos referimos a produção e ordenamento espacial. [...]. (SANTOS, R., 2020, p. 235)

Segundo Paulino (EDITAL DO PROJETO, p.5, 2018), é justamente disso que “[...] emana a proposta de uma atuação focada em mulheres, tendo em vista a tradição patriarcal que conserva profundas raízes no campo e que, frequentemente, as torna órfãs da autonomia [...].” Situação que pode ser atenuada a partir de mecanismos que garantam a essas mulheres “o controle sobre as receitas monetárias da unidade produtiva familiar”.

Ademais, dentre as mulheres do coletivo, notou-se também que a pauta de autonomia primeiramente tinha que ser assumida pelas mulheres, porque algumas tinham baixa autoestima e não confiavam que podiam obter renda a partir do seu trabalho. Assim, procurou-se realizar espaços de diálogos, em que a conversa foi direcionada não apenas para reflexão a respeito do machismo expresso “*pelos homens*”, mas na necessidade das próprias mulheres se perceberem como “*capazes de conquistar*” seu espaço. (Sra. J., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019). O que foi propiciado por outros dois objetivos do projeto da UEL que tratam

da inclusão tecnológica e produtiva das mulheres, dinamizada com vista a “[...] potencialização de organização da produção [...] de quintal, aquela que compete às mulheres e é tomada como desprezível para a manutenção da família.” (EDITAL DO PROJETO, p.2, 2016).

Para a dinamização produtiva, o grupo de mulheres contou com assistência técnica de docentes e discentes das áreas de geografia, assim como de biologia, agronomia e direito. O que auxiliou na organização produtiva no sítio; planejamento do cultivo e comercialização da produção; cursos de práticas de conservação ambiental; assistência jurídica para a institucionalização e funcionamento da AMCEV. (PAULINO; MOREIRA, 2019).

Tais parcerias, somadas aos recursos financeiros do projeto, viabilizaram a concessão pela UEL de uma Kombi, responsável pelo transporte semanal das sacolas do assentamento até a universidade, a compra de equipamentos, materiais de consumo e insumos, a saber: tela sombrite, mangueiras encanamento de água, mangueiras para irrigação, bandejas plásticas para mudas, telas de arame, caixas plásticas para verduras. Tais equipamentos foram os principais responsáveis por garantir estrutura física necessária para as mulheres montarem as hortas. Aos poucos, o acompanhamento técnico e a realização de cursos possibilitaram a diversificação da produção de quintal com excedente suficiente para autoconsumo e para atender apoiadores, não somente do projeto Sacolas Camponesas como as Feiras da Cidadania organizadas na UEL, reconquista do ponto fixo na Feira dos Agricultores do Cincão e outro ponto na Feira do Distrito de Lerroville/PR.

Durante a pandemia, o projeto das Sacolas Camponesas tem continuidade de forma *on-line*, cujo pedido é realizado por cada consumidor a partir do formulário *Cognitoforms* e/ou grupo do aplicativo *WhatsApp*. As entregas são realizadas pelas mulheres camponesas semanalmente diretamente para o consumidor em dois pontos de entrega: Espaço Terrara Alimento e Economia Solidária.

As mulheres também relatam que a conquista do projeto de produção e comercialização elaborado com foco na mulher camponesa tem contribuído para o estabelecimento de relações mais autônomas no sítio camponês, auxiliando-as, a partir da geração de renda, a participarem da divisão dos custos domésticos como pagamento de energia, compra de gás e mantimentos, roupas e acessórios para elas e filhos.

Figura 14 – Projeto UEL, equipamentos, materiais de consumo e insumos – Assentamento Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, arquivos pessoais camponesas, 2016 – 2020.

Em suma, observou-se que os projetos das universidades, ao dinamizarem o manejo agroecológico nos sítios camponeses, contribuíram diretamente para a ativação de espaços de trabalho, resgatando o significado da terra como lócus do trabalho por excelência e, concomitantemente, a possibilidade central da produção e reprodução do campesinato, uma vez que, do trabalho ali aplicado, as famílias auferiram produção tanto para atender a demanda de autoconsumo quanto o excedente a ser comercializado para compra de mercadorias que não produziam (PAULINO, 2006), confirmando as análises de E. Woortmann e K. Woortmann (1997), Chayanov (1974), dentre outros.

Figura 15 - Atividades dos projetos de extensões nas Universidades UFMS e UEL.



Fonte: Projeto UFMS, 2015-2018; Projeto UEL, 2016-2018.

Na tabela a seguir buscamos traçar uma estimativa da renda gerada às famílias pelos projetos Sacolas Agroecológicas e Sacolas Camponesas. Em se tratando das sacolas da UFMS, estima-se que a entrega de 60 sacolas gerou uma média mensal de R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais) ao grupo de famílias do 20 de Março que participou do projeto em 2016. Na UEL, a entrega de 40 sacolas proveu renda média mensal de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) às mulheres do Eli Vive. Em 2018, essa renda pode chegar a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

Tabela 27 – Contribuição dos projetos Sacolas Camponesas e Agroecológicas na geração de renda para famílias camponesas, assentamento 20 de Março e Eli Vive II 2016/2018 (estimativa em R\$).

SACOLAS UFMS ³²			SACOLAS UEL		
ANO	QUANTIDADE*	VALOR UNITARIO	ANO	QUANTIDADE*	VALOR UNITARIO
2016	25/60	R\$ 16,00	2016	40	R\$ 20,00
2017	15	R\$ 17,00	2017	42/43	R\$ 20,00
2018	10	R\$ 18,00	2018	60	R\$ 25,00

Fonte: Projeto UEL (2016-2018); ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, (2019).

Organização dos dados: autora.

* unidade semanal

Conforme os relatos e as evidências em campo, notamos que parcela considerável da renda obtida serviu para melhorar a condição de vida das famílias como construção e reforma das casas; foi revertida para melhorias produtivas do próprio sítio como a compra de equipamentos e insumos para ampliação e diversificação da horta; eliminação de bloqueios à comercialização com a compra de transportes como o minifurgão e Kombi, garantindo mais autonomia sobre o processo de circulação da produção.

³² Segundo Mercadante (2018, p. 80) [...] A queda não representou um fator negativo, pois houve a migração desses consumidores para a feira agroecológica, que representa o ideal do projeto devido ao contato direto entre agricultores e consumidores e a inexistência de intermediários no processo [...].

Figura 16 – Transportes adquiridos pelas famílias camponesas, Assentamento 20 de Março e Eli Vive II



Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, 2019; registro autora, 2019.

Outra evidência constatada em campo a respeito da potencialidade da transição agroecológica no chão da reforma agrária diz respeito ao patrimônio natural do ecossistema, que na propriedade privada capitalista “[...] é algo a ser removido [...]” ao passo que, na propriedade privada camponesa, “[...] é algo a ser preservado, como parte mesmo do espaço de trabalho, ou utilizado apenas à medida das necessidades de reprodução social.” (E. WOORTMANN; K. WOORTMANN, 1997, p. 27-29).

Essa singularidade provém do fato de que a vegetação remanescente faz do sítio camponês um sistema de insumos e produtos “[...] uma fonte de exploração de recursos renováveis” onde as práticas tradicionais de manejo, centrais para a reprodução social camponesa, podem ser aplicadas. Apesar de alguns autores afirmarem serem compatíveis, sendo possível conviverem de forma pacífica (ABRAMOVAY, 1997; VEIGA, 2004), estudos têm atestado sua incompatibilidade quando sobrepostas no território, situação que, inclusive, pode ser observada nos sítios visitados.

No contexto da territorialização dos latifúndios, da monopolização de extensas áreas direcionadas a culturas comerciais, a captura dos camponeses para

práticas de manejo direcionadas à tecnificação da agricultura tem transformado gradualmente os seus espaços de trabalho, colaborando progressivamente para o sítio perder a característica singular de sistema insumo-produtos.

Em contrapartida, respostas aos limites de reprodução engendrados por tais transformações podem ocorrer: a recuperação e preservação da vegetação natural e o incremento de práticas de transição para uma agricultura mais sustentável e ecológica, com base na agroecologia, transforma novamente o sítio enquanto fonte de recursos.

4.2 CAMPONESES ENQUANTO SUJEITOS EM BUSCA DE ECOSISTEMAS SUSTENTÁVEIS

No que condiz à recuperação e preservação da vegetação natural, duas ações foram identificadas: recomposição florestal da mata nativa e reconstituição das matas ciliares. As duas têm ocorrido a partir da sucessão ecológica (ODUM, 1988): plantio gradual de espécies arbóreas, sendo elas frutíferas e florestais. A recomposição florestal direciona-se aos locais com considerável invasão da vegetação do tipo secundária, ou seja, aquela que sucedeu da vegetação natural alterada por ação antrópica (CFAR)³³, responsável por diversos desequilíbrios à biodiversidade.

No assentamento 20 de Março, a vegetação secundária predominante é a braquiária (*Brachiaria decumbens*), resultante do sistema de pastagem extensiva anterior à implantação do assentamento. Essa variedade praticamente baniu a vegetação natural formada por gramíneas, arbustos e arbóreas tortuosas, típica do Cerrado predominante da região.

No Eli Vive II, essa gramínea, juntamente com o colonião (*Panicum maximum*), acabou sucedendo a vegetação arbórea característica da Floresta Estacional Semidecidual e da Floresta Ombrófila Mista, no idêntico sistema de pecuária extensiva precedente ao assentamento.

Segundo Matos e Pivello (2009, p. 28), tanto a braquiária quanto o colonião são tipos de capins exóticos de origem africana, disseminados no Brasil

³³ O Curso de Formação – Agentes de Reflorestamentos (CFAR) é um projeto organizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), com a parceria de outras instituições, elabora diversas apostilas que têm por finalidade promover a formação de técnica dos agentes do projeto de reflorestamento do rio Macacu.

propositamente ou accidentalmente, com o fim de formar pastagens. Devido a seu potencial de proliferação, crescimento e dispersão, os dois capins são considerados,

[...] sérias ameaças à biodiversidade, pois, além de competirem com as populações nativas, podem alterar o regime de fogo das áreas invadidas devido à produção de grandes quantidades de biomassa, altamente inflamável na época seca, propiciando a ocorrência de incêndios. Ao formarem densa camada de biomassa, reduzem a luminosidade na superfície do solo, podendo impedir os processos de germinação e o recrutamento de espécies nativas presentes no banco de sementes. Ainda, devido à intensa captação de nutrientes durante seu crescimento, podem alterar os ciclos de nutrientes, como o nitrogênio.

Ambos recobriam as áreas onde estão localizados os lotes (AGRAER, 2009; COOPERIGUAÇU, 2012). Considerando as temperaturas máximas de 30,5°C a 32,3°C, a intensidade do fogo por conta da braquiária seca pode ser potencializada, a julgar pelo relato a seguir:

Passado cinco meses que nós estávamos aqui [agosto], menina, pegou um incêndio ali. Ah! Eu não morri de medo, porque medo não mata, mas me deu uma vontade de voltar embora pra trás [risos]. A braquiária estava desta altura, sequinha. Veio o fogo até pertinho de casa. No dia, veio a Polícia Federal. Chamaram um monte de homens do assentamento para apagar, mas que apagar nada. O fogo era feio. Nunca tinha visto. Foi o dia inteirinho eles tentando. Olha esse mato verdinho aí. Queimou tudinho. Só via o pretão. (Sra. G.; PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Com temperaturas que variaram de 24º a 40º, no começo de outubro de 2020, episódios de incêndios foram registrados em pelo menos três assentamentos da região do município de Três Lagoas. Dentre eles, estava o assentamento 20 de Março, com episódio de incêndio, novamente iniciado próximo a BR 262. O fogo se alastrou rapidamente, atingido a pastagem de aproximadamente sete sítios, dos quais cinco foram visitados: do Sr. J.; Sra. N.; Sra. E. e Sr. V.; Sra. I e Sr. JV.; e infelizmente também da Sra. G. e do Sr. O.

Figura 17 – Episódio de incêndio – Assentamento 20 de Março.



Fonte: arquivos pessoais camponeses, 2020

Conforme informações, o fogo não alcançou as casas das famílias. Foi controlado, mas não antes de queimar as pastagens. Importa dizer que toda a extensão do sítio camponês é espaço de trabalho, é morada da vida, situações como estas significam perdas e não são esquecidas.

Assim, dentre as alternativas para inibir a proliferação da braquiária, os camponeses têm realizado a recomposição florestal no espaço de trabalho caracterizado de quintal, localizado próximo às casas. A escolha do quintal para fazer a recomposição aparece justificada nas falas dos camponeses por diversos motivos. Entre eles, está o fato de chegar ao lote sorteado pelo INCRA e perceber que a vegetação natural, lugar onde tradicionalmente o campesinato obtém madeiras simples, frutos silvestres e plantas medicinais (E. WOORTMANN; K.

WOORTMANN, 1997) estava parcialmente ou totalmente comprometido pelo avanço dos capins, como observado pela Sra. G. e Sr. O. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Sra. G: Quando nós viemos para cá, aqui era pelado. Um calor, menina. Não tinha nada, era uma pastagem. Uma coisa, vixe, que não era meio usado não.

Sr. O: Só tinha mato! Cerradão grosso.

Sra. G: E tinha braquiária dessa altura assim, oh! As galinhas entravam pra dentro de casa, porque não tinha sombra, sabe, e aquele sol quente, e nós ficávamos caçando um lugar para tomar um ar, e as galinhas ficava no pé da gente.

No relato, os trechos “era uma pastagem” e “só tinha mato”, evidenciam o desserviço ecossistêmico (BUQUERA, 2015) da pecuária extensiva sobre os agroecossistemas. A considerável devastação da biodiversidade se traduz na percepção sobre o terreno “pelado” e sem “sombra”.

Daí eu disse: “não, galinha, eu vou plantar muita sombra pra você.” Aí eu sentei árvore. Agora tem muita planta que a gente já plantou e deu [frutos]: ponkan, limão, goiaba, jabuticaba, caju, graviola. O pé de laranja, olha lá, está carregadinho. Tem manga que dá para dar para os porcos. O angá, os tucanos vêm e adoram. Essa aí é jambolão, até as galinhas gosta de comer, os passarinhos adora comer. Aquela lá [maria-preta], acerola, amora também é dos passarinhos, eles comem. As maracanãzinhas adoram vim comer as frutinhas daquela árvore. Isso tudo é de comer. Essa fruta ali, a folha dele é boa até pra câncer. Dá que cai no chão. Lá tem pé de canela. Olha lá que orgulho. Eu que plantei esse pé de mamão. Tem mamão! Ali atrás tem outra carreira. Pé de abacate, eu que plantei, eu que molho. Esse daqui fica branquinho de flor. As abelhas tiram o mel. Elas ajudaram, porque dizem que elas transmitem. Tudo foi nós que plantamos, porque antes tinha só braquiária, nada mais. (Sra. G., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Os trechos “sentei árvore”, “também é dos passarinhos” e “as abelhas tiram o mel” revelam como os agroecossistemas manejados pelos camponeses são potencializadores de serviços ecossistêmicos que, para Buquera (2015), se dividem-se em produção – “a folha dele é boa até pra câncer”, culturais “Olha lá que orgulho, eu que plantei” – e regulação – as abelhas “ajudaram”.

Além dos serviços ecossistêmicos serem dinamizados nesta ação de recomposição manejada alternadamente com as espécies arbóreas, principalmente frutíferas, distribuídas sem uma organização espacial pré-definida em toda a

extensão do quintal, no assentamento 20 de Março, entre 2018 e 2019, também houve, a partir de projetos implementados pela empresa Suzano, uma tentativa dos serviços ecossistêmicos serem realizados a partir dos Sistemas Agroflorestais (SAFs):

[...] sistema de uso de terras em que árvores são associadas espacialmente e/ou temporalmente com plantios agrícolas e/ou animais. Combina elementos de silvicultura e representa uma forma de uso integrado da terra particularmente adequada a áreas marginais e sistemas de baixo uso de insumos. O objetivo da maioria desses sistemas é otimizar os efeitos benéficos das interações dos componentes lenhosos com os demais componentes vegetais e animais, visando obter um padrão de produção superior ao que geralmente se obtém nas monoculturas, com base nos mesmos recursos disponíveis, sob condições sociais, ecológicas e econômicas determinadas [...]. (ALTIERI, 1998, p. 73).

Todavia, com menos de um ano de execução o projeto disseminado pela empresa, que cabe relembrar é implementado para cumprir os requisitos obrigatórios de compensação dos impactos socioambientais ocasionados por ela às comunidades rurais circunvizinhas, não se efetivou, visto que “não foi aceito” pelas famílias em decorrência de diversas dificuldades, como bem explica Sr. J.:

Em relação ao SAF, a simbiose implantou aqui entre 2018 e 2019. São vários pontos questionáveis e a primeira coisa que a gente tem que entender é que o agricultor que vai implementar esses manejos diferenciados tem que ter perfil, porque isso acaba trazendo várias responsabilidades e a pessoa tem que entender o que ele tem que fazer. Então, a primeira questão é o perfil do agricultor. O SAF é um manejo que demanda muita mão de obra inicial, mais serviço, porque você precisa controlar a sombra com podas, triturá-las para incorporar no solo, toda hora precisa manejar as plantas. Demanda um conhecimento técnico maior para controlar o sombreamento, senão você perde tudo. [O tamanho das áreas, pois a ideia do SAF é introduzir árvores num lugar onde futuramente vão ter somente elas. Então, na hora que elas ficarem adultas, não poder mais podar, aquele espaço vai embora. Você não vai mais plantar embaixo dele e precisa ter essa consciência, que essa terra que vai usar no SAF com o tempo vai diminuir a produtividade por área, não dando um retorno econômico. Um dia, cedo ou tarde, vai ficar uma floresta. Para quem tem uma grande área e tem interesse de migrá-la para uma área de floresta é um caminho bacana, é bom Ele usa o solo enquanto as árvores não crescem e não predomina. Porém, tem lado ruim para os pequenos agricultores que geralmente na unidade [familiar] trabalha sozinho [não contrata força de trabalho externa]; trabalha com horticultura dependendo de espaço limpos com pouca sombra; ganha por quantidade de produtos vendidos, precisa gerar

renda. Fica um pouco complicado. Por esses motivos que não deu certo, o SAF não foi aceito, não foi bem executado e as pessoas acabaram desistindo. E por isso quando orientar as pessoas a um determinado manejo precisa levar em conta esses fatores. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, NOV. 2020).

Algo que chama atenção no relato do Sr. J. é que algumas dificuldades no projeto SAF, como o sombreamento excessivo sobre as olerícolas, são exemplos nítidos de erros técnicos na execução do distanciamento espacial entre as culturas, seleção de plantas e nos procedimentos de podas. Técnicas, que em qualquer documento ou cartilha que trata do SAFs são apresentadas como exigências mínimas para sua implantação. Situação que desnuda o despreparo da equipe técnica de consultoria ambiental, agora contratada pela empresa Suzano, em relação às práticas mais sustentáveis.

Cabe relembrar que não é a primeira vez que a equipe técnica de consultoria ambiental contratada pelas empresas do setor de celulose comete erros de gestão na execução de projetos com enfoque sustentável no assentamento. Caso similar aconteceu na gestão da Fibria, quando nos anos iniciais do projeto das hortas agroecológicas falhas no planejamento produtivo e de comercialização da produção excedente por parte da equipe técnica, conduziram as famílias a desistirem do projeto. Questionado a respeito da similaridade dos episódios, Sr. J. comprehende que isso resulta da forma de trabalho das empresas, que determinam os projetos de cima para baixo, sem atentar-se as especificidades de cada assentamento e sítio familiar.

As empresas têm um padrão e uma forma de trabalhar definida, então elas já chegam no assentamento falando: é isso, isso e isso. E quando chegaram no assentamento para implantar o SAF disseram assim: esse ano vamos dar assistência para quem está no SAF, os recursos, insumos que vier será para quem é do SAF. Enfim, é dessa forma que eles trabalham, de cima para baixo, não tem uma flexibilidade para trabalhar caso a caso. E isso é uma coisa ruim, a gente tem que lembrar que a situação no campo hoje para os agricultores é difícil devido a vários e vários problemas, começando por não ter ajuda [em decorrência da] evasão dos filhos e não ter uma assistência técnica com conhecimentos na área de agricultura e até mesmo do SAF. As pessoas [técnicos] muitas vezes pegam projetos, ideias, igual a do Ernest [Götsch - precursor do SAF no Brasil] que é uma ideia bacana, uma ideia aplicável, [sem entender o tipo de manejo] e misturaram várias [plantas] com telhados de sombreamento diferente, depois ficou difícil controlar esses telhados: árvores de grande porte misturado com pequeno porte, misturado

com plantas rasteiras. E senão souber fazer essas misturas, o processo é todo inviabilizado. Também não dá para você soltar essa ideia na comunidade e voltar lá de quinze e quinze dias. Então tem sim a parte da falta de experiência da consultoria, da assistência técnica. E nossa agricultura familiar daqui da região precisa de gente que entendam de agricultura, que entendam os vários tipos de manejo. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, NOV. 2020).

Para além do despreparo, é também no relato do Sr. J. que novamente percebemos como os projetos sociais implementados por essas empresas na prática agem como mecanismos de subjugação do campesinato a seu benefício próprio, com o fim último de convencer a opinião pública e as instituições certificadoras de que são ambientalmente sustentáveis.

De outra forma, diferentemente da frustrada tentativa da empresa Suzano, a organização produtiva do sítio envolvendo associação de árvores e a agricultura, semelhante à proposta do SAFs, é para Sra. N. herança de família, repassada pelos pais a ela e aos irmãos que também lidam com a terra.

A gente sempre morou em fazenda. Meu pai era funcionário do dono da fazenda, que dava uma terra para ele mexer. Trabalhava assim: nas coisas para ele, mas na fazenda do homem. Nós trabalhávamos, eu e mais nove irmãos, com lavoura de milho. Então, nós já tínhamos o conhecimento. Toda vida na agricultura [risos]. Até hoje meus irmãos mexem com fazenda. Alguns não tem a terra e vão mexer nos sítios apenas nos finais de semana. Outro irmão também pegou do INCRA [é beneficiário da Reforma Agrária] lá em Minas. Ele já conseguiu a posse. Aí trabalha ele, a esposa dele e os meninos. Aqui eu tenho a agrofloresta que organizamos desde quando nós chegamos, porque nós já tínhamos o conhecimento, como falei para você. Éramos de fazenda, então já tínhamos conhecimento de como ela funciona, porque minha família fazia. Meus pais ensinou tudo, e agora eu fiz em casa [risos]. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

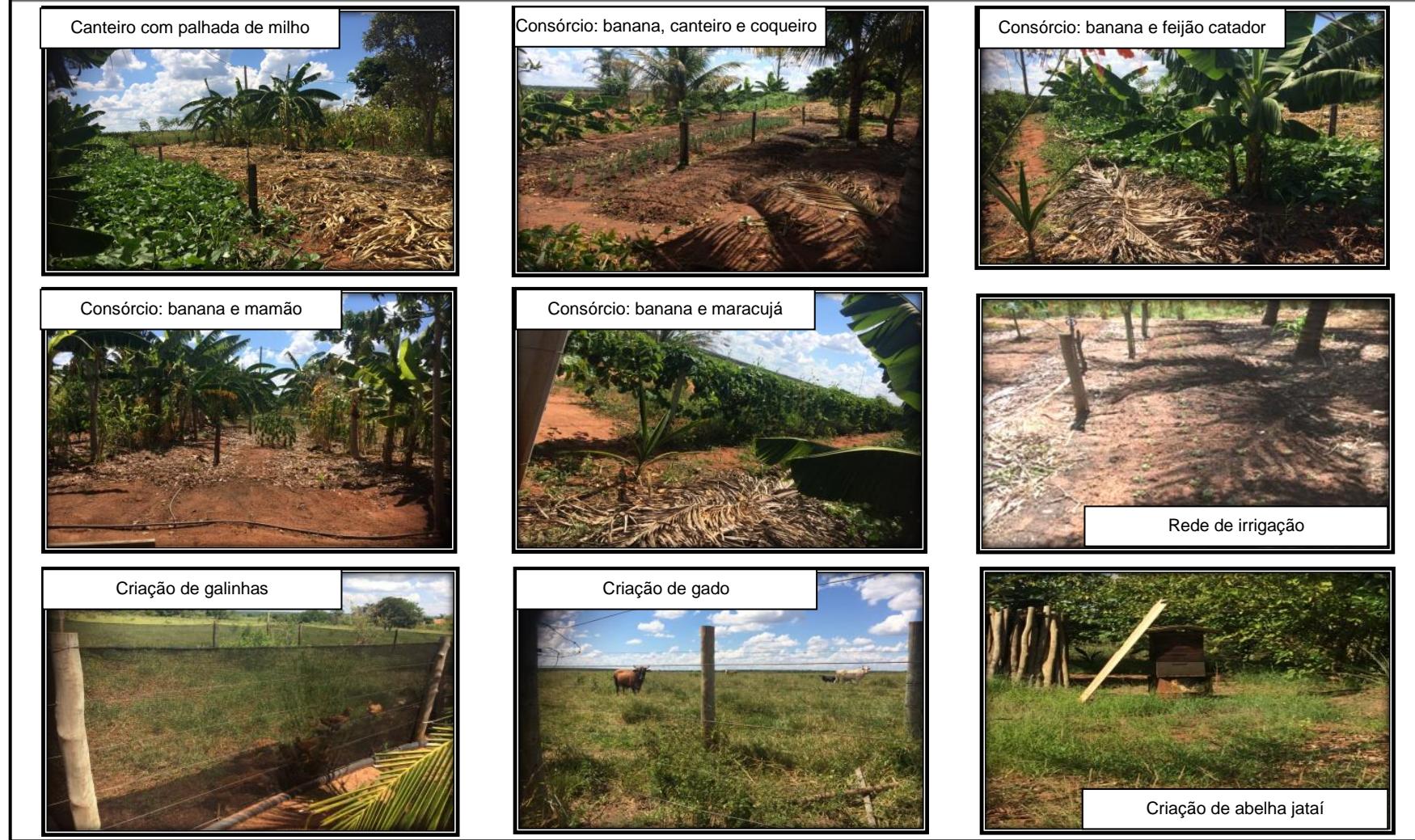
Conforme a Sra. N. mostrava seu sítio, ela transmitia conhecimentos e práticas empregadas no manejo da agrofloresta que ocupa aproximadamente um hectare.

Aí aqui é assim moça: eu planto o milho e a banana. Depois que eu tiro o milho, fica tudo assim, oh, como você está vendo: com as palhas no chão, que é nosso esterco orgânico, a forragem para o solo. Depois eu faço os canteiros [da horta] tudinho no meio e planto, a gente rotaiza os dois: milho e canteiro. A banana ali, eu planto em consórcio com o mamão e napier, com o feijão catador e com o maracujá. Lá embaixo naquele último canteiro, eu estou fazendo

muda de alface, couve, muda minha mesmo. Ali em cima, eu tenho a roça de mandioca que está no meio do mato. É que choveu bastante por esses dias e carpi hoje, e a amanhã está cheio de novo. E a gente não teve tempo ainda, e só resolve com a enxada comendo alto. Aqui eu vou plantar berinjela e o jiló, é bom para berinjela, porque elas não podem ficar expostas a muito sol, porque podem queimar. Mas ainda nós vamos ergue os canteiros, igual você está vendo ali que te mostrei, onde já fizemos, entre as bananas e os coqueiros Aqui dá umas verduras bonitas, precisa ver, e sem sombrite. A gente mesmo que montou a irrigação e fica legal, porque assim tem como molhar tudo Se quero que molha aqui, eu desligo lá e abro ali, oh! Ou levo aquela rede para lá e ligo. Lá estão minhas galinhas, num cercadinho, quando tem bastante a gente vende. Eu tinha mais, mas, por conta do [gasto com o] trato, matei as mais velhas e fiquei com as novinhas. E meus gadinhos estão lá em cima, oh! Daqui você consegue ver uns que chegaram ali, oh! Olha lá: [nesse momento a camponesa começa a reunir as criações pelo nome] Maiada, Branquela vem. A gente cria também uma caixa de abelha jataí, para fazer o enxerto das plantas, você sabe que elas [abelhas] cruzam os polens? Então elas carregam as frutas de flor em flor. As laranjas não dão flor? Então, esse pomar todo foi trabalho delas, é que ninguém quer, mas, se todo mundo pensasse teria uma abelha no quintal sabia. Fora que eu já colhi quatro litros de mel delas, há seis meses nós tiramos, e usamos para consumo. E é assim, o nosso sistema de agrofloresta, você entendeu?

O relato permite identificar algumas aproximações daquilo que Altieri (1989, p. 89) destaca como sendo características ecológicas da agricultura praticada e herdada pelos camponeses. Dentre as quais podemos destacar a diversificação e continuidade produtiva tanto na escala temporal, a partir da rotação entre o milho e as hortaliças, quanto na escala espacial, promovida pelos cultivos consorciados com a cultura principal de banana e coqueiro.

Figura 18 – Práticas de manejo de agricultura mais sustentável para formação da agrofloresta – Assentamento 20 de Março.



Fonte: registros da autora, 2019.

Nesta diversificação, é possível identificar o aproveitamento dos recursos disponíveis no próprio sítio para o provimento da produção. No consórcio em linhas intercalares banana e coqueiros, há o sombreamento necessário para proteger as hortaliças da radiação solar direta. A palhada do milho, folhas de poda do coqueiro e bananal e o consórcio banana-feijão catador fornecem a cobertura verde e a cobertura morta que interditam a proliferação de ervas daninhas, braquiária e colonião.

O cultivo do capim napier aparece com pelo menos três funções: em primeiro lugar, cobertura vegetal para o solo que abriga o consórcio entre banana-mamão; depois ele tanto pode se transformar em insumo para criação do gado, como triturado para servir de cobertura morta nos canteiros das hortaliças. Canteiros que também podem ter o solo enriquecido com o composto orgânico do tipo esterco proveniente dos dejetos do gado.

Considerando que a produção de frutícolas, hortaliçase criações são fontes de renda dos camponeses entrevistados, nota-se que a recomposição florestal tanto dispersa quanto nos SAFs atende a necessidade econômica da família sem perder de vista a recuperação da vegetação. Práticas que nos evidenciam o protagonismo do campesinato na promoção de uma agricultura ecologicamente sustentável. (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000).

[...] a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir autoregulação e sustentabilidade [...] Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais. O aproveitamento de interações e sinergismos complementares pode resultar em efeitos benéficos [...] (ALTIERI, 1998, p. 24).

Dentre estes efeitos, destacam-se aqueles relacionados ao solo: controle e redução de processos como erosão, compactação e salinização; minimização das perdas e aumento da ciclagem de nutrientes; melhoramento da infiltração e retenção de água; formação de população microbiana associada ao controle de patógenos; entre outros. Principais efeitos responsáveis pelo incremento e manutenção da fertilidade e conservação do solo. (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000; EMBRAPA, 2020).

O manejo conservacionista é primordial para o bom desempenho de atividades agrícolas nas áreas dos assentamentos aqui estudados. No PA 20 de Março, prevalecem os solos arenosos, assim descritos pela AGRAER (2009): “Latossolo Vermelho Escuro álico – LE textura média; Podzólico Vermelho Escuro álico ou distrófico – PEa textura arenosa; e Podzólico Vermelho Amarelo álico – PA textura arenosa a média”.

Tais solos caracteristicamente se apresentam com baixa retenção de nutrientes, são demasiadamente intemperizados, com alto teor de acidez e baixo teor de fósforo e matéria orgânica.

Por sua vez, no PA Eli Vive II, há prevalência de solos argilosos cuja sucessão é:

Latossolo Vermelho Eutroférico – LVef textura argilosa até franco argilosa; Nitossolo Vermelho Eutroférico – NVef textura argilosa; Cambissolo Háplico Ta Eutrófico – CXve textura média a muito argilosa; Cambissolo Háplico Ta Eutrófico e Neossolo Regolítico Eutrófico – CXve+RRe textura média a muito argilosa, e franca; Neossolo Regolítico Eutrófico – RRe textura franca” (COOPERIGUAÇU, 2012).

Ali ocorrem áreas pedregosas, com má drenagem e consequente ameaça contínua de alagamento. Esses traços tendem a reduzir a fertilidade e, paralelamente, o aumento do risco iminente de erosão.

No assentamento Eli Vive II, a erosão é por demais preocupante em razão do relevo, que possui declividade de classes variando entre ondulado (%: 10-15), muito ondulado (%: 15-25), e forte ondulado (%: 25-47). Somadas, compõem aproximadamente 71% do assentamento, condição adicional de risco para cultivos frágeis, especialmente a olericultura.

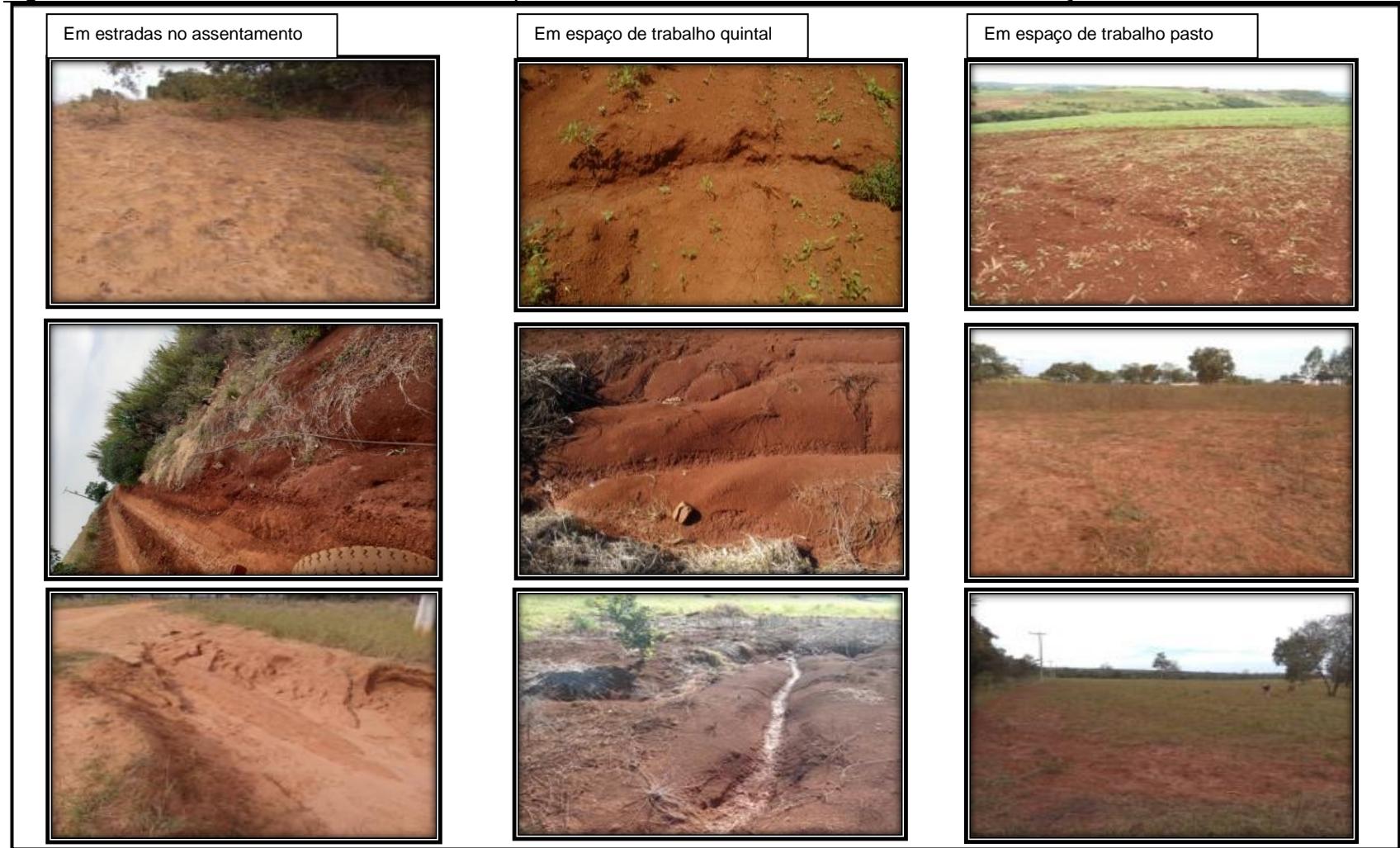
Eu tenho a horta lá no fundo que, agora com o projeto, dá um dinheiro que ajuda muito, mas ela está abandonada agora. Meu marido foi lá, tombou e nivelou a terra, o filho da V³⁴. veio ali fez tudo os canteiros, que ficaram alto assim. Nossa, ficou a coisa mais linda. Fomos lá e plantamos os canteiros. Aí, por conta de ser muito baixada, o meu marido fez uma valeta funda assim do lado para a água cair dentro. Mas, naqueles dias de chuva, desceu muita terra, a erosão comeu tudo os canteiros, levou tudo embora. Nós tínhamos pagado, se não me engano, 85 reais de hora de trator para fazer os cinco canteiros, mais o que meu marido gastou para tomar, nivelar.

³⁴ Sra. V. acompanhada por nossa pesquisa.

Ah!, pode por aí uns 200 reais e, em dois dias, foi tudo embora. Aí eu desanimei. Aí agora vou tentar de novo, mas preciso ver como vou fazer, porque os canteiros altos levou tudo e está o chão duro de volta. Nossa, no dia, quando eu cheguei lá e vi a horta, eu agachei, assim, e até chorei, porque eu disse: ah, você faz lá e a erosão desce moendo tudo Eu achei pé de alho, pé de cebola, tudo na beira do capim, porque do jeito que desceu levou tudo, tudo. [neste momento a camponesa se emociona]. (Sra. I²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Ainda que a morfogênese interfira na capacidade de suporte do solo, seria um equívoco naturalizar problemas como erosão e baixa fertilidade. De um modo geral, as terras destinadas à reforma agrária foram dilapidadas pelos proprietários ao ponto da culminância na improdutividade, condição para a desapropriação.

Figura 19 – Problemas com erosão, solo exposto e declividade – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: registros projeto UEL; SILVA, 2018; registros da autora, 2019.

Tais estágios de degradação exigem preparação técnica, equipamentos e recursos apropriados, dos quais boa parte destes camponeses não possui (BERGAMASCO, 1997). Situação agravada diante da ausência significativa dos profissionais encarregados pela assessoria técnica e produtiva que deveria ser disponibilizada pela ATER. Assim é frequente relatos como a seguir: “*Então praticamente não temos assistência técnica. Não temos ninguém que acompanhe.*” (Sra. V²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAIO 2020³⁵).

Nos assentamentos em questão, o manejo ambiental criminoso no passado tem ocasionado consideráveis limites à reprodução da agricultura camponesa, aumentando custos e exigindo estratégias que os revertam ou pelo menos os minimizem.

A recuperação e preservação das nascentes é uma das mais emergentes, pois pode fortalecer o sítio enquanto fonte de um recurso que, nos dizeres de Galizoni (2005, p. 11), seria “único, insubstituível, base da vida.” Apreendido em todas as partes do mundo como uma “segunda natureza”, sua extinção e/ou inacessibilidade temporária compromete definitivamente a sobrevivência humana. Trata-se de uma realidade cada vez mais próxima, havendo considerável parcela da população submetida à interdição do uso em quantidade ou qualidade adequada.

[...] de um lado o aumento dos desastres climáticos (secas, enchentes) e, do outro, a contaminação dos cursos d’água que tornam cada vez mais caro o abastecimento de água potável para a população planetária. Poluição esta que é consequência da expansão da economia e práticas produtivas que impulsionam o desenvolvimento dos países, além da extração de recursos naturais e da persistência pela exploração e expansão da energia fóssil [...]. (JACOBI; EMPINOTTI; SCHMIDT, 2016, p. 1).

Para os camponeses e a transição agroecológica, este recurso é duplamente indispensável “[...] essencial para beber, mas também para produção de alimentos. A ‘água bebida’ e a ‘água comida’ são dimensões inseparáveis [...]” (GALIZONI et al., 2008, p. 18). Entretanto, a limitação ao acesso é proeminente dentre as famílias visitadas, sobretudo porque a dotação desse bem quando da implantação dos assentamentos não foi respeitada pelo INCRA.

³⁵ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

Quando chegamos aqui, não tinha nem água. Ficamos muito tempo aqui carregando água dos córregos para sobreviver. Se tinha animal, tinha que carregar nem. E para tomar a gente pegava lá na sede, água para tomar. E foi difícil. Ficamos um ano sem água. (Sra. I. PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Sobressaltos em relação à interrupção do acesso à água são comuns nos assentamentos: “*Quando queimava a bomba do poço, a gente penava. Os produtos da horta morriam e o dinheiro investido também ficava perdido, porque ficava mais de quatro dias sem água. Da última vez, foram 11 dias, aí desanimamos de vez.*” (Sra. C. e Sra. M, mãe e filha, PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

A falta de água, quando combinada com altas temperaturas, agrava o problema. O assentamento 20 de Março está localizado numa região onde o prolongamento da estiagem frequentemente aparece definido como limite à reprodução campesina: “*Esses dias o sol estava demais. Colocava a mudinha no chão, chegava de tarde, a bichinha estava fritando e olha que eu jogava água e água. Mesmo assim foi difícil, perdi bastante. Esse ano foi difícil, não só para mim, mas para todo mundo.*” (Sra. A²., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Essa combinação pode ser inviabilizadora, principalmente nos sítios localizados em área seca, ou seja, onde não há cursos d’água e menos ainda sistemas adequados de distribuição de água, ainda que haja poços artesianos implantados.

No assentamento Eli Vive II, mais da metade dos sítios não possuem cursos d’água. O acesso precário tem sido possível graças ao uso compartilhado dos córregos, minas d’água ou açudes dispersos pelo assentamento, como explica a Sra. S.: os cursos d’água “*é cedido pelo assentado para se formar coletivos d’água com as famílias que estão em sua volta. Geralmente varia de 10 a 13 famílias usando a água desse lote*”.

Em razão disso algumas “*famílias têm cavado poços comuns, mas, para dar água, estão chegando a 30/40 metros. Além disso, chegam a uma altura que dá pedra*” e por conta disso “*teria que ser artesianos, que são muito caros.*” (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAIO 2020).

Dos nove sítios visitados, seis possuem cursos d’água, sejam rios ou nascentes. Ainda que as famílias aspirem a sua manutenção, tanto pela preservação da mata ciliar quanto pelo isolamento da nascente com madeiras capazes de evitar

assoreamento, De Paula (2019, p. 16) destaca que dois sítios aparecem com APPs em regeneração, mas quatro com degradação.

Isso guarda relação com a degradação ambiental anterior ao assentamento, a julgar pelo parecer da Cooperiguacu (2012, p. 52), terceirizada que realizou os estudos técnicos e elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

[...] ocupação do solo anterior a consolidação do PA Eli Vive II, devido à retirada da vegetação natural para a implantação da agricultura e pecuária convencional, com alto uso de agrotóxico e intenso revolvimento de solo. Como consequências disso, são observados os seguintes problemas: assoreamento dos cursos d'água, erosão, empobrecimento e degradação do solo e perda da biodiversidade.

Embora isso caracterize desserviços ecossistêmicos de longo prazo, estudo recente realizado por De Paula (2019, p. 16-17) conclui que há desserviço influenciado pelo uso e ocupação atual de frações internas ao assentamento.

Os problemas ambientais existentes mais citados nas entrevistas foram a deriva de agrotóxicos vinda de lotes vizinhos (que estavam sendo utilizados para cultivo convencional de soja, milho ou trigo), a disponibilidade de água, a presença de pontos de erosão, a ocorrência de incêndios e presença de gramíneas exóticas invasoras nas APPs. À exceção da deriva de agrotóxicos, que afeta diretamente as atividades de agricultura orgânica e a saúde das famílias que vivem nos lotes, todos estes problemas relatados afetam de alguma forma as atividades de restauração. Dentre os problemas mais sérios estão a presença de gramíneas invasoras e a ocorrência de incêndios, que apresentam realimentação positiva: os incêndios destroem a vegetação nativa mas não afetam a sobrevivência das gramíneas, que por sua vez produzem grande quantidade de material combustível, que torna os incêndios mais prováveis e de maior intensidade.

O fato é que, apesar de as famílias conseguirem acessar de maneira coletiva a água, a limitação do uso apareceu com frequência nos relatos como sério limite para a produção.

Então, a horta é um pedaço de terra que tinha lá, que a gente nunca tinha mexido, porque era colonião sabe. Depois um dia, pegou meu marido e os meus filhos desceram lá, limparam, queimaram e tinha muita pedra, mas ainda deu um pedaço de terra plana. Quando a Sra. S. fez a proposta para gente estar participando do projeto, tivemos a ideia de fazer lá por causa da água, porque lá a gente tem água à vontade, mas o problema nosso lá agora é a erosão, que

sofre lá embaixo. E, para fazer a horta aqui encima, o problema é a água, porque ela é minha e da Sra. V., é uma roda para nós duas. Aí, se for nós duas molhando as hortas, a roda não aguenta, porque, além da casa, ainda molhar a horta? (Sra. I², PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Não resta dúvida que o provimento insuficiente de água têm sido um limite para a reprodução das famílias, o que dá relevância para ações que possam amenizar, e até mesmo reverter tais dificuldades, como a realizada pelo casal Sra. L. e Sr. N. no assentamento 20 de Março. Trata-se de um serviço ecossistêmico inequívoco, cujo benefício – a recuperação de uma fonte de água – não fica restrito apenas à família que a executou, mas a toda sociedade.

Figura 20 – Camponeses multiplicadores dos serviços ecossistêmicos – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.

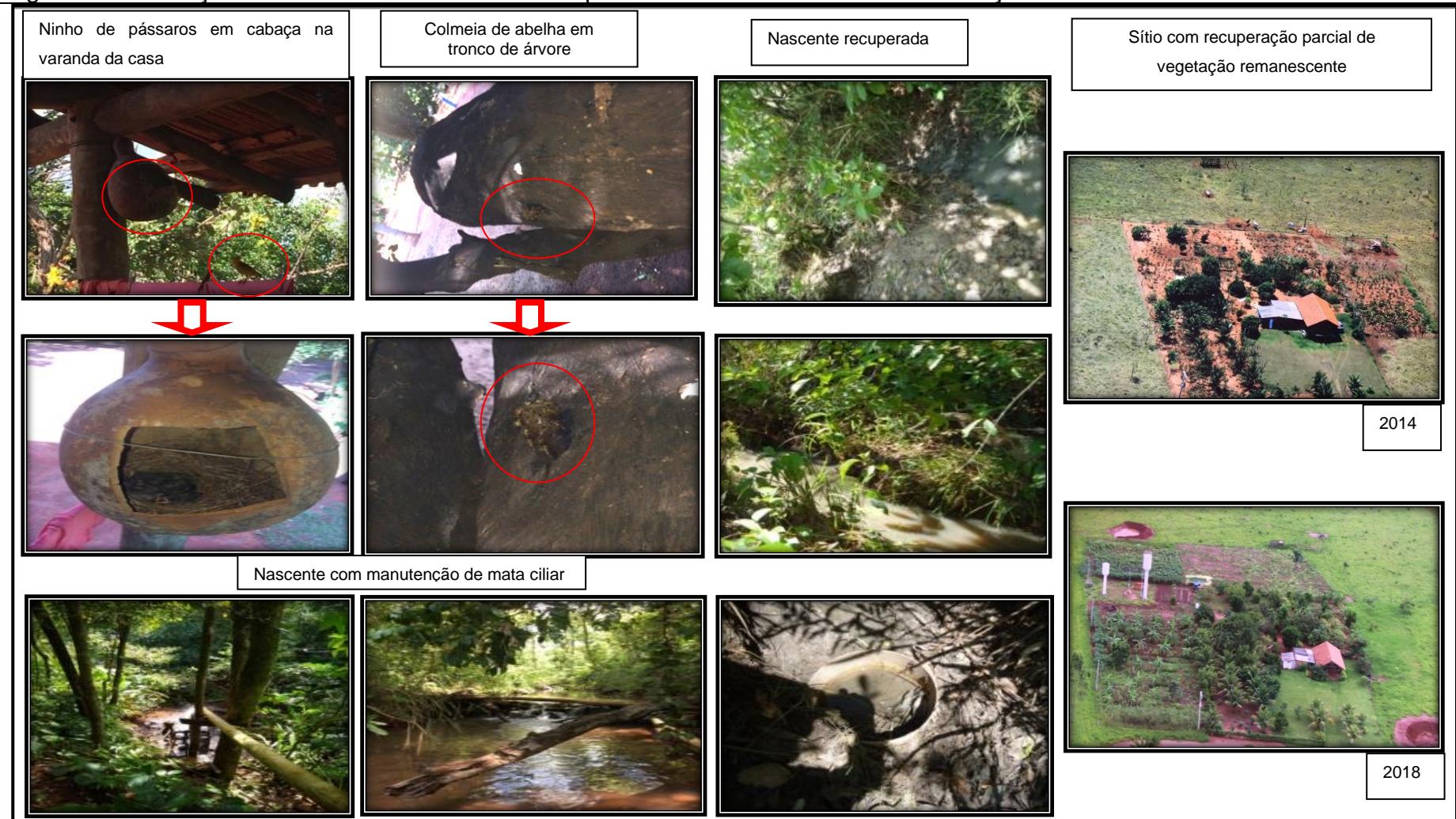


Fonte: SILVA JUNIOR, KUDLAVICZ, ALMEIDA, 2012; projeto UEL, 2016; registros da autora, 2019.

Cabe ressaltar que malgrado a correlação entre as práticas camponesas e os serviços ecossistêmicos, não se pretende aqui incorporar o conceito economicista de Serviços Ambientais. Contra ele depõe todo um referencial segundo o qual as ações mais sustentáveis promovidas por determinados indivíduos ou grupos devem ser encaradas como serviços passíveis de remuneração, como compensação aos impactos por vezes desencadeados por eles próprios. (WUNDER; BORNER, 2009).

Antes, concebe-se que as formas como o campesinato, manejando a biodiversidade natural a partir de práticas tradicionais, organiza o sítio enquanto lugar de trabalho e produção, ao mesmo tempo resgata e preserva a capacidade contínua dos ecossistemas de “[...] *automantenimiento, autorregulación, o autorrenovación* [...]” (GUZMAN CASADO, GONZALEZ DE MOLINA, SEVILLA GUZMAN, 2000, p. 86, grifos no original), como mostra a figura 21.

Figura 21 – Serviços ecossistêmicos nos sítios camponeses – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponeses, 2019; KUDLAVICZ, 2012; registros autora, 2019.

Longe de evocarem serviços ambientais nos termos anteriormente descritos, expressam memórias bioculturais que segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 23-24) resistiram à lei do tempo e permaneceram nas mãos e mentes dos camponeses ao longo da sua coevolução com a natureza.

A memória da espécie humana pode ser dividida em, pelo menos, três tipos: genética, linguística e cognitiva, sendo expressa na variedade ou diversidade de genes, línguas e conhecimentos, ou sabedorias. As duas primeiras expressões de heterogeneidade do ser humano, que têm sido suficientemente documentadas por meio da pesquisa genética e linguística, permitem traçar a história da humanidade, situando-a em diferentes contextos espaciais, ecológicos e geográficos [...] A terceira, muito menos explorada, sintetiza e explica essa história, ao revelar as maneiras como os diferentes segmentos da população humana foram se adaptando à grande variedade de condições (especiais, concretas, específicas, dinâmicas e únicas) da Terra. Em conjunto, testemunham uma série de recordações, ou seja, configuram um arquivo histórico ou, em suma, uma memória [...].

Eles lembram ainda que esta memória reserva em si práticas milenares utilizadas para manter e conservar a biodiversidade (paisagens, espécies, vegetação e genes) e tem sido transmitido de geração em geração. Os camponeses aparecem como seus guardiões [...] a quem coube a tarefa de interagir com os mais ricos acervos de diversidade biológica do planeta. São eles que manejam e conservam a diversidade agrícola [...]." (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 57).

Para Petersen (2015, p. 5), tais elementos comprovam que [...] a diversidade biológica e cultural são construções mutuamente dependentes enraizadas em contextos geográficos definidos [...]." No caso dos camponeses e ecossistemas, a evolução biológica própria deste último é codependente da memória biocultural dos primeiros. Todavia, esta memória só é possível a partir da coevolução dos camponeses com o seu meio – o ecossistema. Resultado vivo das constantes estratégias camponesas de adaptação às diferentes dinâmicas que limitam e/ou potencializam sua reprodução.

Depreende-se que foram as memórias bioculturais que permitiram ao casal camponês, Sra. L. e Sr. N., identificar e reativar uma nascente morta pelo desmatamento da mata ciliar que compõe a Área de Preservação Permanente (APP) localizada no fundo do seu sítio. E que a recuperação só foi possível porque

camponeses e ecossistemas se coevoluem (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). O relato da Sra. L. no ano de 2012³⁶ dá indicativos desta memória e desta coevolução quando da recuperação da nascente que, em suas palavras, foi a “melhor coisa” que já encontrou.

Eu gostei disso, melhor coisa que eu já achei. Antes de pegar este lote, eu tinha pego um do outro lado da pista, mas meu marido tinha falado que não queria e o senhor daqui, também, não quis. Daí ele disse para o meu marido que, se eu quisesse trocar, ele trocaria. Aí eu vim aqui e andei com ele [marido] e disse: “ah! Esse daqui é tão menos que o meu lá.” É que este, todo torto, parece menor que o outro que era reto. Mas aí andamos [para conhecer o lote], chegou ali [próxima a APP] eu disse: “ah! Agora eu quero o lote. Eu quero, porque isso daqui vai virar água.” E deu certo. (Sra. L, PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, 2012).

Interessa observar que o lote, atual sítio onde Sra. L. identificou a presença de água, havia sido estudado e declarado pelo INCRA como área seca, informação confirmada por ela pessoalmente junto ao representante do órgão por ocasião de uma visita técnica ao assentamento:

[O INCRA] deu como área seca. Aí depois que a gente estava aqui e o F.S. [representante do INCRA] estava aí, eu falei: “F. S., eu peguei um lote que tem sinal de água e ele olhou no mapa e falou: “não. Lá está como área seca.” Inclusive, eles até me mostraram, no computador, que era área seca, que não tem sinal de água ali, que tinha água até os buritis, está vendo os buritis lá.

Isso inclusive conduziu o INCRA a autorizar uso agrícola em toda a área, o que não seria permitido caso houvesse algum recurso hídrico, a exemplo de nascentes. Pela legislação em vigor, o cessionário deve preservar a APP, responsável por “[...] preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” (EMBRAPA, 2020).

Contrariando a caracterização de lote seco que, diga-se de passagem, foi pautada em tecnologias consideradas modernas, a Sra. L. decidiu não dispor da área para uso, optando por conta própria a fazer a preservação: “eu falei vou usar nada, né, vou fechar ela ali”.

³⁶ Depoimento gravado e gentilmente cedido pela pesquisadora Rosemeire Aparecida de Almeida.

A decisão partiu do fato de que ao caminhar onde deveria ser a APP, notou que havia “*um reguinho*” e o solo caracterizava-se por “*terra escura*”. Elementos que lhe indicavam a presença de água, que só iria “*minar*” com a retirada dos “*pés das vacas lá de dentro*”; preservando e cercando “*a área que a gente achou mais úmida, passamos os araminhos ali*”; e a remoção da areia que bloqueava a emersão da água, a partir da perfuração “*lá na nascente, que meu marido mesmo fez com a cavadeira*” e o controle de novo assoreamento realizado com “*um cano sem fundo*”.

No outro dia, voltamos e ela estava correndo. Encheu aquele buraco que eles fizeram e estava vazando uma água branca. Como era aqui em baixo, a gente largamos o buraco e fizemos outro lá na nascente, que meu marido mesmo fez com a cavadeira e um cano sem fundo. Como não deu para cavar muito, ele enfiou o cano e deixou para ver se a água saia limpa, porque branca não tinha como beber. Quando ele voltou lá, no outro dia, o cano estava transbordando e a gente foi deixando. Aí, em 2009, que ela brotou, essa água, e não secou mais Secou um pouco assim: a mina ficou presente, mas não corria água. Ela começou a correr a partir de 2011 para cá, que ela não secou mais, e, até agora, ela está aumentando. Está subindo, para cima da mina já está direto úmido, uma lama que não seca. E agora, graças a Deus, eu tenho água até na minha divisa ali, que já é corrente desde essa nascente. (Sra. L, PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, 2012).

Dimensões que conduziram a Sra. L. observar que as práticas que reativaram a nascente não seriam suficientes para garantir sua preservação e manutenção, sendo relevante também “*isolar a área até o açude, sabe, porque as vacas ainda estão andando lá dentro. Eu acho, se totalmente retirar o peso de gado ali de dentro e plantar algumas coisas ela volta*”, exigindo um determinado “*tipo de madeira, arame*”, além de plantas típicas do cerrado. Procedimentos que a Rede REBOB (2017) define como estratégias essenciais para preservação de nascentes.

Ciente disso, mas não dispondo de recursos para sua execução, a Sra. L. procurou angariar parcerias que lhe ajudasse a “*ver um córrego correndo desde meu açude até... Sair daqui dia de domingo e sentar lá. Tem dia que eu vou lá para minha matinha, sento e fico escutando os passarinhos cantar. Um casal de mutum³⁷ que tem ali dentro.*” O que foi possível a partir do projeto intitulado – Recuperação de área degradada no Assentamento de Reforma Agrária 20 de Março, financiado pelo Instituto Mãe Terra em parceria com a UFMS, a Companhia Energética de São

³⁷ Ave típica do Cerrado, que dentre inúmeras outras, corre perigo de extinção por conta da eliminação do habitat natural (FERNANDA, 2019).

Paulo (CESP) e a Associação do Assentamento, como destacam Silva Junior, Kudlavicz e Almeida (2013, p. 5-6).

Os primeiros trabalhos de campo junto à comunidade foram realizados no ano de 2012, a partir da preocupação demonstrada por uma das famílias em relação à situação de degradação da cabeceira da nascente que fica localizada no interior do seu lote. Como as famílias estão em dificuldades financeiras para custear com seus próprios recursos o trabalho de recuperação da área, foi elaborado um projeto pelo Instituto ‘Mãe Terra’ e enviado a Cáritas Brasileira solicitando recursos para a construção de cerca e de bebedouros para o acesso de animais a água - evitando assim a presença deles na APP. Para a aquisição das mudas para o reflorestamento e assistência técnica buscou-se a parceria com a CESP.

Parcerias que em conjunto com as práticas já realizadas são essenciais para continuar impulsionando o processo evolutivo do ecossistema de autorrenovação – “*Aí em 2009 que ela [a mina] brotou essa água*”; autorregulação – “*e até agora ela está aumentando. Está subindo, para cima da mina já está direto úmido, uma lama que não seca*”; e a automanutenção – “*E agora, graças a Deus, eu tenho água até na minha divisa ali, que já é corrente desde essa nascente.*” Processos que somente foram possíveis a partir das informações contidas na memória biocultural da Sra. L. engatilhada pelo inconformismo com o sítio sem aquilo que lhe é essencial.

Sem água não vive. Eu consigo ficar o dia inteiro sem comer, mas, sem água, eu não fico não. Bebo água o dia inteirinho. A comida, eu fico de um dia para o outro, se deixar. Eu penso comigo: “sem água não tem como ter nada.” As pessoas aqui falam: “ah! Eu preciso da luz, sem a luz não dá para viver.” Eu não. Acho que sem a casa dá para viver, porque você faz um barraco, vive debaixo. Sem a luz, você vive também, porque tem a lamparina, tem vela. Agora, sem a água, fica difícil. Acho que nada sobrevive sem a água. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, 2012).

Apesar da certeza de que a recuperação e preservação da mata ciliar e nascente seriam ações essenciais para manter a emersão da água, o risco proeminente do monocultivo do eucalipto, que tem “*secado tudo*”, “*destruído tanto a terra*” e que “*estraga a natureza em geral*”, aproxima-se mais do assentamento. Outra questão que aparece em tom de preocupação é o controle da área que corresponde ao assentamento em decorrência da possibilidade da empresa, enquanto dono da terra, manter os camponeses que ali estão e obrigar-lhes “*a plantar eucalipto para ela*”:

[Será que a Fibria] pode ficar com a fazenda? Onde cada um será obrigado a plantar eucalipto para ela? Mas, se isso acontecer, e eu não sei se vai, para mim, é má ideia, porque eu vou ter que perder minha água. Aí sim, aí será o fim, porque, se eles me obrigarem plantar dois alqueires de eucalipto no meu lote, que é cinco alqueires, para onde vai minha água? Daí o vizinho planta mais dois; outro lá planta mais dois. Vai cercar tudo a nascente de eucalipto. O eucalipto seca tudo. [Da proximidade] Deste lado aqui, ele não pode plantar, porque naquela mata ali eles não podem mexer. Eles vão mexer nesta área de pastagem ali, que já estão arrendadas para eles, que, também, está me prejudicando muito, porque é bem na cabeceira da minha nascente. Mas, se ter uma distância boa, acho que não vão conseguir.

A preocupação, expressa na indagação “*para onde vai minha água?*”, de que o monocultivo de eucalipto, que avança próximo ao assentamento, ocupe igualmente a área do sítio, comprova que, longe de ser “[...] pura bobagem contrapor agricultura familiar a agronegócio [...]”, como alega Veiga (2004), a incompatibilidade de convivência destas lógicas sobrepostas no território é fato constatado nas áreas aqui estudadas.

Evidencia-se que está incompatibilidade vai além daquelas de caráter social, discutidas nos capítulos anteriores, abrangendo dimensões ecológicas somadas a outros limitantes como aqueles decorrentes da morfologia acidentada do terreno, erosão pelo escoamento superficial da água e dias prolongados de estiagem. O monocultivo tem comprometido a sustentabilidade dos ecossistemas próximos aos assentamentos, inclusive, é considerado um dos motivos que influenciam a atual redução de emersão da água na nascente, após 11 anos da sua reativação e sete anos de recuperação da mata ciliar:

Então, eu queria que fosse igual àquela época que eu cavouquei lá um palmo de fundura, mais ou menos um palmo e meio, e aí já começou a chorar água da terra. Eu queria que agora fosse igual. Ela [a nascente] agora está seca e o açude que tinha água, durante um bom tempo, secou tudo mesmo, que secou e virou areia. É até bom vocês virem aqui tirar uma foto para ver a situação que foi a seca este ano. Se você vier aqui, vai perceber que não está legal. O açude da sede, aquela represa da sede, está tudo sequinha. Não tem água mais, tem apenas um miolinho de água. Eu falo que o problema agora desta nascente estar secando é por conta da estrada de areia. É que a gente teve também uma dificuldade com a estrada de areia, cortada pelo INCRA dentro do assentamento, que fica ali perto da cabeceira, e ela joga muita areia para baixo aqui. Quando chove, a enxurrada dali vem muito forte. Então, vem muita areia lá de cima,

que toma conta, e vai entupindo a nascente. Eu imagino também que tenha sido por conta do clima, porque este ano foi um ano muito seco, as coisas estão ficando cada vez pior. Porque, cada ano que passa, a chuva está sumindo mais, que também, às vezes, tem haver com esse excesso de eucalipto na região, porque eu acho que eles sugam muito a umidade do tempo. Eu não entendo muito disso, mas, se ver por esse lado, tem também esta complicação. Como eu não tenho eucalipto aqui plantado nas cabeceiras, próximas a minha nascente, então, eu acho que não seja tanto, mas, querendo ou não, ele influencia. E, como eu estava te falando, o clima está ficando cada vez pior. Há uns cinco, seis anos atrás, a gente via chuva todo mês de agosto, do dia 15 ao dia 20, chovia. Já tem bem um tempo que a gente não vê isso acontecer. Está passando para o final [de agosto], está passando para setembro, daí do meio de setembro para frente. Está ficando muito difícil. (Sra. L., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, SET. 2020)³⁸.

Ainda que as situações destacadas no relato se apresentem como limitações que fazem o estado açude, “que secou e virou areia”, parecer irreversível, no modo de vida camponês a resiliência se sobressai.

Mas eu acho que, se a gente cuidar, dá para conseguir voltar um pouco da água. É que, mesmo do jeito que está agora, eu não perdi a esperança de ver ela com água não. Ela já teve muita água. Então acho que vai voltar. (Sra. L. PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, SET. 2020).

Para o enfrentamento da enxurrada que desce “a vegetação toda teria que ser renovada.” Evitar que junto dela venha a areia que bloqueia a emersão da água “depende de isolar esta estrada.” Para garantir a umidade novamente, é importante manter a área recuperada e só “cuidar bem do pedaço que está feito aqui.” Quanto à estiagem, o jeito é “confiar que volta pelo menos o mínimo, e pedir a Deus que mande chuva para nós.” A medida para inibir os desdobramentos do monocultivo de eucalipto já estava pronta desde 2012, é preciso cultivar “uma madeira que não destruisse tanto a terra.” O que pode ser avaliada a partir da recomposição florestal, comentada anteriormente, e, além disso, uma recomposição que valorize a flora e fauna local.

A título de exemplo desta última, temos o planejamento do MST em repovoar as áreas dos assentamentos rurais organizados pelo Movimento em um período de 10 anos. A campanha sob o lema “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”

³⁸ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

visa dar respostas aos atuais desafios desencadeados pela questão ambiental intensificada após a naturalização das queimadas registradas em áreas da Amazônia Legal, com a meta de “[...] plantar 100 milhões de mudas de árvores nativas e frutíferas nos próximos 10 anos.” (MEDEIROS, 2019).

Campanha que já teve sua primeira ação no assentamento Eli Vive I e II, no dia 21 de setembro de 2020, a partir do replantio de 1000 mudas de árvores nativas arrecadadas em parceria com o Viveiro da UEL. Essa data que, no calendário nacional marca o Dia da Árvore, registra a ação “[...] contra o desmatamento, o fogo, e o cuidar das águas”, também é um ato de resistência, como aparece no lema “Plantemos a resistência contra os genocídios e os despejos.” (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, SET. 2020).

Figura 22 – Replantio de mudas nativas – Assentamento Eli Vive II.



Fonte: arquivo pessoal, camponesa assentada Eli Vive II, 2020.

No assentamento Eli Vive II, a ação tem como objetivo restaurar a vegetação localizada próximo aos cursos d’água, onde recentemente ocorreram episódios de incêndio e já apresentava sinais de degradação provocados pelas atividades anteriores ao assentamento. As árvores nativas também foram cultivadas na extensão dos quintais camponeses, dentre as espécies estão: Palmeira, Pitanga, Gabiroba, Gurucaia, Cajarana, Imbaúva do Brejo, Vacum, Capixingui, Jenipapo, Uvaia, entre outras.

Ação que consideramos relevante uma vez que se observou, em trabalho de campo, elevado número de sítios com baixa diversidade produtiva e vegetações. Especialmente, naqueles com os espaços de produção arrendados integralmente ou parcialmente para atividades ligadas à agricultura convencional de soja, milho e vassoura. Arrendamentos que têm gerado discordância de opiniões entre pesquisadores e gestores públicos sobre sua efetiva viabilidade para permanência do campesinato na terra.

No assentamento, esta discordância existe entre os próprios camponeses visto que a inserção de culturas com manejo convencional, principalmente a soja, escapa à proposta inicial do plano de ação elaborado pelas famílias que tinha como meta principal tornar o Eli Vive II modelo de assentamento sustentável, com vista a:

[...] fortalecer uma agricultura sustentável, de base ecológica, mas, principalmente, visa o empoderamento dos (as) agricultores (as) familiares, não se configurando apenas em uma proposta política para o setor rural, mas como uma ação urgente e necessária para equidade entre o campo e a cidade, bem como para o combate as desigualdades socioeconômicas, políticas, de gênero e geração. (COOPERIGUAÇU, 2012, p. 84).

Esse plano de ação foi de certo modo compatível com diversas tentativas de alteração, mas, no decurso do ano de 2016, após reunião coletiva, a maioria dos votos foi favorável à liberação do arrendamento para o cultivo de soja, mesmo a contragosto das famílias que têm dinamizado no assentamento a produção de olerícolas com base agroecológica, dentre as mulheres acompanhadas por nossa pesquisa. Enquanto a liberação ou não do arrendamento é uma questão ainda em discussão no assentamento, as famílias têm explorado algumas alternativas para proteger seus agroecossistemas sustentáveis a partir da formação de cordões de contornos.

Como este foi nosso primeiro plantio de melancia, eu comprei as sementes e adubos e vou plantar novamente. Mas a ideia agora é como vou fazer um pedaço aqui perto de casa para plantar as coisas miúdas: pipoca e amendoim. Aproveitar para formar uma barreira ali para ver se ajuda, porque senão nem tem condições, porque você não consegue colher nada. (Sra. I^a, PA ELI VIVE II, LONDRINA, SET. 2020)

Tradicionalmente usados como quebra ventos e cercas vivas, estes cordões “[...] melhoram o habitat para a vida silvestre e insetos benéficos, além de fornecer madeira, matéria orgânica, recursos de polinização para abelhas, modificando a velocidade do vento e o microclima [...]” (ALTIERI, 1998, p. 67). Ao funcionarem como barreira de vento, os cordões evitam as perdas em decorrência de episódios de rajadas, normalmente caracterizadas por ventos súbitos e de elevada velocidade, como relatado pelo Sr. B.: “*Olha, essa semana, passou uma rajada de vento aqui. Olha, os pés de banana que tinham cachos caíram todos, arrancou os pés de mandioca. Banana, a gente vende, o PAA pega.* (Sr. B , PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Figura 23 – Bananal atingido por rajadas de vento – Assentamento 20 de Março.



Fonte: registros autora, 2019.

Segundo Resende e Vidal (2008, p. 5), outra função dos cordões é funcionar como tampão fitossanitário para áreas, cuja produção tem como manejo práticas sustentáveis, como no caso da produção orgânica, mas estão próximas a produção convencional e, como observamos anteriormente, susceptíveis à livre circulação das partículas de agrotóxicos.

São faixas de vegetação que circundam a propriedade, permitindo isolamento das áreas de cultivo convencional circunvizinhas, e utilizados também para divisão dos talhões de cultivo. É um componente fundamental na organização de uma propriedade orgânica voltada para a produção de hortaliças. Apresentam múltiplas finalidades como o funcionamento como barreiras

fitossanitárias, dificultando a livre circulação de pragas e doenças entre propriedades vizinhas e entre os talhões de cultivo; a criação de microclimas mais propícios ao cultivo de hortaliças; a formação de áreas de refúgio e abrigo para inimigos naturais de pragas e outros pequenos animais úteis. Resumindo, a instalação dessas faixas de vegetação permite a criação de condições climáticas favoráveis à redução do estresse sofrido pelas plantas e é fundamental para o manejo fitossanitário da propriedade orgânica.

Outra atividade em que este círculo de degradação tem sido comprovado por estudos é a pecuária bovina que “[...] provoca, a partir do pisoteio excessivo, alterações significativas na estrutura da camada superficial do solo e na composição das espécies vegetais [...].” Quando não manejada corretamente, a partir da correção do solo e renovação das pastagens, “[...] intensifica a compactação dos solos e a subtração da cobertura vegetal, favorecendo o processo de erosão. [...]”. (LEITE et al., 2011, p. 59).

Degradações que, segundo Almeida (2015), são transmitidas como herança para considerável parcela dos assentamentos da reforma agrária localizados no Território Rural do Bolsão, inclusive, o assentamento 20 de Março, onde estudo de A. Silva e M. Silva (2018) já identificou tais evidências.

Conforme mapeamento realizado pelos autores, além da influência desta herança deixada pela pecuária extensiva, as pastagens direcionadas para pecuária leiteira, que ocupam 48% da área total correspondente ao assentamento, também têm contribuído para o agravamento ou aparecimento de pontos de degradação nos sítios camponeses.

Contudo, mesmo apresentando uma importante gama de floresta preservada, foram identificados na área do assentamento 20 de março aspectos de degradação ambiental, tais como: Pastagem e florestas degradadas, solo exposto e erosões. A área de pastagem degradada trata-se de áreas de gramíneas esparsas mostrando fragilidade do terreno, com algumas áreas sem cobertura vegetal, dadas por atividades antrópicas e/ou falta de manejo adequado da pecuária. Essas áreas foram identificadas nas extensões dos lotes e em geral apresentam-se em médias proporções. (A. SILVA; M. SILVA, 2018, p. 107).

Dentre as explicações para o manejo inadequado das pastagens, destaca-se o fato de que esta atividade exige acompanhamento expressivo de assistência técnica específica, o que se encontra consideravelmente limitada em todas as regiões brasileiras. E, no caso do assentamento 20 de Março, não é diferente.

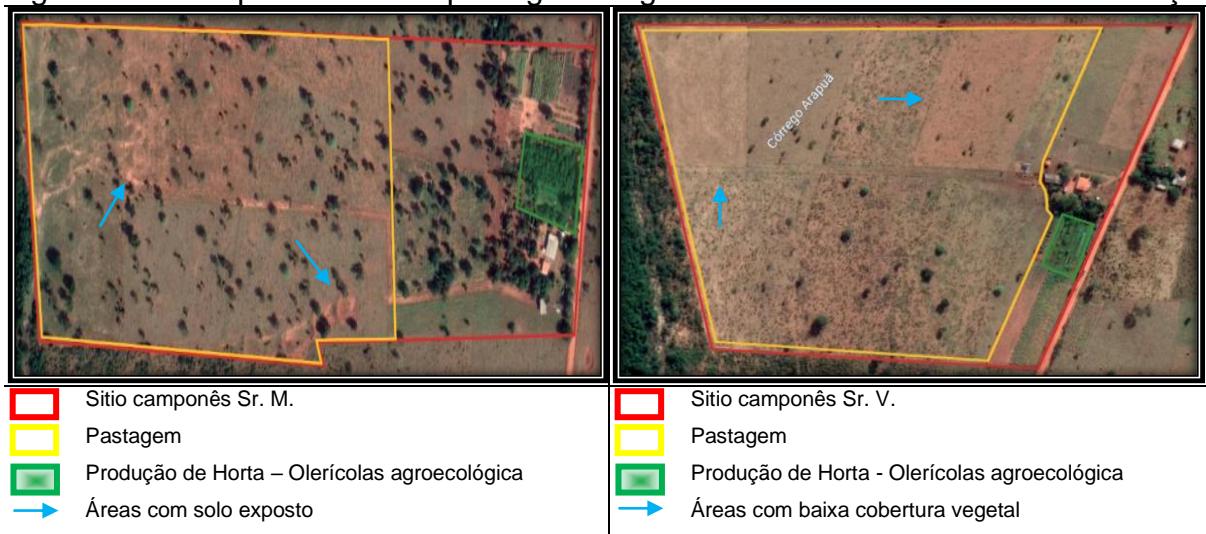
Nos sítios visitados, onde a atividade ocupa o espaço de trabalho caracterizado como pastagem (E. WOORTMANN, 1983), notou-se que as etapas de manejo do solo e recuperação das pastagens são realizadas pelos camponeses com pouco ou quase nenhum acompanhamento de assistência técnica.

A respeito da assistência técnica para pecuária, por enquanto aqui é muito pouca. Só temos a Simbiose, para dar assistência. A Agraeer muito pouquinho, quase nada. E a nossa dificuldade é aprender a plantar o capim capiaçu e irrigar ele para ter ração na época da seca. É que, na época das águas, o capim natural vem, mas, na seca, não tem. E esse capim, que estou falando para você, é para fazer ração para esta época. A AEMS deu a muda para nós e aí muitas pessoas estão tendo este capim já. Mas, se não tiver uma assistência técnica, que explique certinho para o pessoal entender como plantar deste capim, zelar dele, colher e fazer a silagem para guardar e o gado poder comer na seca, vai acontecer de todo ano o gado ficar sem comida na seca. Igual agora: seco e não chove e todo mundo comprando ração. Uma saca de 40 quilos, que sai por aproximadamente 50 reais. (Sr. V., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, SET. 2020).

A falta de assistência também é um limite para os camponeses que possuem a prática de como manejear o solo e a pastagem, mas não possuem os recursos necessários para controlar as manifestações de doenças nos capins.

Esse ano eu passei um sufoco que até o meu gado passou fome, passou necessidade. Mesmo eu limpando os pastos, veio uma praga do caramba, que tem atacado os meus pastos, e eu tenho que dar um jeito nela. Tenho uns garrotes para vender, para poder gradear e jogar umas sementes, mas eu não acho quem compra, porque os preços estão lá embaixo. E tem outra, ninguém tem pasto [para arrendar]e daí fica tudo difícil. (Sr. M., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Figura 24 – Croquis sítios com pastagens degradadas – Assentamento 20 de Março.



Fonte: GOOGLE EARTH, Set. 2020

Notou-se em trabalho de campo que, apesar do gradativo processo de diversificação da vegetação nos sítios visitados, a paisagem do assentamento apresenta reduzida biodiversidade. Situação que já despertou a atenção dos próprios camponeses e resultou na ação ainda em planejamento com foco no resgate de sementes de plantas nativas para o “embelezamento” do assentamento como relata Sr. J., entusiasta da ação. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, SET. 2020).

Segundo Sr. J.³⁹, o desejo de resgatar o fruto Araçá-Boi para a diversificação do ecossistema local, justifica-se porque o fruto típico do Cerrado, Bioma característico da região, só “vai achar mais para o lado de Dourados, para o lado de cá, a gente quase não tem.” Essa percepção se confirma nos estudos de Raoul e Almeida (2019, p. 10) dedicados ao dimensionamento dos impactos do avanço do eucalipto sobre as espécies típicas do Cerrado.

Preiteando parceria junto a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), o propósito inicial do Sr. J. é “conseguir sementes” e depois “fazer umas mudas aqui e daí começar um pequeno plantio. Desta espécie que não tem aqui e ela é do Cerrado Então, quer dizer, não está fora do lugar dela.” Como o sítio carece desta diversificação, pensa em “introduzir Araça-Boi lá no sítio, como quebra vento, como também usar os frutos para polpa, que é muito comum em Goiás e no norte de Mato Grosso, usar essa árvore para fazer este tipo de coisa”.

³⁹ Depoimento encaminhado por telefone e gentilmente cedido pela pesquisadora Rosemeire Aparecida de Almeida.

Todavia, não são as possibilidades de renda com o fruto que ganham centralidade na pretensa ação de resgate da espécie. Seu projeto é de envergadura coletiva, pois juntamente com a Associação do Assentamento, a ideia é garantir:

Alimento dos animais nativos, porque o que a gente está vendo é que está, cada vez mais, escassa a alimentação para os animais silvestres que estão ali mesmo. E, no assentamento, a gente tem uma grande quantidade de animais silvestres: macacos, pássaros, antas e outros roedores. E os alimentos estão escassos.

Conforme Raoul e Almeida (2019, p. 9), em Arapuá e ao redor do assentamento, o processo de “[...] supressão da vegetação natural [...] impactou a fauna da região, pela destruição do ambiente que possibilitava a alimentação desses animais”.

Transformações que as autoras identificam como erosão cultural e que se aproxima daquilo que Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 12) avaliam como memoricídio cultural. O distanciamento dos ecossistemas faz com que “[...] as especificidades locais, conferidas pelo caráter peculiar dos ecossistemas e das culturas rurais deixam de funcionar como centro gravitacional das dinâmicas de inovação técnica e social.” Oposto dos camponeses que acionam a memória biocultural para justamente harmonizar os ecossistemas.

Agora nós somos responsáveis pelo viveiro. Então, eu quero dar uma paginada no viveiro. Eu conversei com Sr. V., Sr. L. e Sra. E., [representantes da Associação do assentamento] e todos eles toparam também. Então, esta semana, a gente já começou com um trabalho de colheita de semente, que achamos um pouco importante. Pensamos em frutíferas do cerrado e as árvores que embelezam, tipos os Ypê, Jacarandás, que dão flores bonitas e tudo mais. A gente não está pensando muito em comercialização. Se vender bem, senão vender, nós estamos pensando em implantar principalmente as frutíferas perto da reserva. Como temos uma área muito grande, estamos pensando em fazer esta faixa de recuperação, porque já tem a reserva tudo lá, mas estamos pensando em fazer este outro trabalho, focando nesta parte de alimentação de animais silvestres, a fauna local com o bioma local. (Sr. J., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, SET. 2020).

Cabe ressaltar que o aumento da biodiversidade frutífera com o intuito de disponibilizar alimentos para a fauna é extremamente importante para as famílias camponesas, em especial, porque, quando o desequilíbrio entre “uma grande quantidade de animais silvestres” e “a alimentação cada vez mais escassa” aparece

no espaço do assentamento, o resultado é prejuízo, desencadeando sério ataque dos animais silvestres à criação animal e produção vegetal que estão dentro dos sítios. O que se torna fator preocupante, porque a produção no sítio é reserva para o autoconsumo, como também excedente passível de comercialização.

Aí vim e trouxe umas 30 cabeças de galinhas ou mais, porque, desde o começo que a gente mudou para cá, o meu ramo é vender ovo, galinha botadeira, frango. Meu ramo sempre foi esse. Mas, aqui, nesse período, o lobão vinha e comia as galinhas na porta. Tinham até me falado para não criar galinhas, porque ele já tinha comido uns 19 frangos de um povo ali. Mas eu não queria me desfazer das minhas galinhas. Aí eu falei que no meu sítio não comia [risos]. Comprei uma tela bem grande, fiz um cercadão para as galinhas dormir de noite, cercando umas árvores que tinham para elas ficarem com sombra de dia dentro da tela. Mas teve um dia que não teve jeito. Tinha uma galinha que gostava de ficar naquelas árvores ali, que não eram tão pequenas. Eu até coloquei um tacho perto da galinha, para ela poder botar o ovo ali mesmo, mas o lobão veio de noite, arrancou a galinha por baixo e comeu. (Sra. G., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Percebe-se nos relatos supracitados que o gatilho da memória biocultural e o resgate de algumas práticas tradicionais correlacionam-se aos momentos em que o campesinato, diante de um limite, precisa mobilizar estratégias que assegurem sua reprodução, confirmando assim a análise de Petersen (2015, p. 15), para quem:

A agricultura camponesa é a principal força social que molda dialeticamente essas construções bioculturais. Sempre que operando com margens de liberdade suficientes para reproduzir seus modos de produção e de vida, o campesinato estabelece metabolismos socioecológicos de elevada sustentabilidade e resiliência, uma vez que seus arranjos técnico-institucionais se baseiam em um conjunto de princípios comuns ao funcionamento da natureza: a diversidade; a natureza cíclica dos processos; a flexibilidade adaptativa; a interdependência; e os vínculos associativos e de cooperação.

Construções bioculturais, materializadas nos sítios e assentamento, os tornam igualmente lugares de reprodução camponesa e resiliência cultural. Contudo, não podemos deixar de considerar que estes ecossistemas ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000) são resultados de um processo dinâmico e se constituem a partir de constantes readaptações, acompanhando a própria reprodução do campesinato.

Inclusive, trazem em si algumas marcas registradas pelo desenraizamento social e cultural que o campesinato brasileiro experienciou frente ao bloqueio, expulsão e mudanças na agricultura pós-mundialização do capitalismo e que são perceptíveis em diversas situações, tanto no assentamento como nos sítios camponeses visitados, entre elas a presença da agricultura convencional. (BOSSI, 1987).

Agricultura que, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015), além de minimizar a capacidade dos ecossistemas de se regenerar, possui um tipo de manejo que tem eclodido certa amnésia cultural nos sujeitos nos/dos agroecossistemas. Isto porque, ao serem inseridos em ambientes modificados geneticamente, dependentes do uso de tecnologias avançadas, estes sujeitos tendem a aderir à técnica que gradativamente vem sendo forjada no uso imediato e sem precedentes dos ecossistemas. Uma vez que as práticas tradicionais são substituídas por estas técnicas, estes sujeitos ficam gradualmente órfãos das memórias bioculturais.

Daí a importância que os autores dão à transição agroecológica como um percurso que “[...] abre caminhos para o pleno reconhecimento da estratégica importância das práticas de manutenção, revalorização e adaptação híbrida contidas na memória biocultural [...]” dos camponeses (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 21), o que resulta na garantia de sua reprodução. Transição que, no chão da reforma agrária, prioritariamente constituídas por camponeses que num dado período foram atravessados pela amnésia cultural, leva-nos a crer que, além da memória biocultural estar sendo engatilhada, tem sido recriada e multiplicada com base em erros e acertos.

As experiências de transição agroecológica praticadas pelas famílias no espaço de produção de quintal evidenciam sua singularidade, não apenas como sujeitos, portadores de práticas ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis, mas igualmente, socialmente justas e economicamente viáveis. (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000).

Contudo, vimos que o campo é notícia no Brasil prioritariamente por ter se tornado lócus para exportadores de grãos e etanol do mundo, título este creditado ao setor que representa a agricultura capitalista nos dias atuais. Ótica que recobre a resistência cotidiana de outros sujeitos e seus modos de vida, os camponeses que, com múltiplas formas de fazer agricultura, coexistem com os ecossistemas.

Não obstante, as pressões advindas das inúmeras crises alimentares, ambientais e sociais desnudam o campo brasileiro, mostrando como as crises estão correlacionadas com a agricultura capitalista e a forma de ocupação de grandes extensões de terras. Tão por isso que as alternativas de uso mais sustentável e ecológico dos agroecossistemas começaram a ter centralidade no debate da agricultura, em especial, aquela resgatada por parcela considerável de camponeses espalhados por todas as regiões. Entre esses estão as famílias camponesas, sujeitos desta pesquisa, que vêm adotando práticas mais sustentáveis como estratégia de reorganização dos espaços produtivos dos sítios, como forma de garantir sua reprodução.

4.3 A PRÁXIS AGROECOLÓGICA: A REVALORIZAÇÃO DO SÍTIO CAMPONÊS COMO ESPAÇO DO TRABALHO FAMILIAR E AUTONOMIA CAMPONESA

As práticas mais sustentáveis inseridas à agricultura camponesa familiar vêm de “[...] uma memória coletiva (no caso, a produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão), a qual se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade e permanência àquela classe.” (BOSI, 2003, p. 22).

Assim, são práticas resgatadas da memória, de “sempre”, “quando éramos pequenos, olhava a mãe manter a horta na fazenda onde morávamos” ou, “sempre teve uma hortinha em casa assim, sempre morou no sítio. Então, nunca foi de passar veneno por causa de uma mosquinha, não tem nem por que ficar se matando.” São aquelas práticas que se pesquisa e sempre vai se aperfeiçoando, porque entende assim, igual o povo fala: “tem que saber um pouco da natureza. Se você só vai sugando, sugando a terra, você sempre tem que jogar o adubo químico e tem muita vida ali”, depois, “se você for só colocando esterco, batendo, batendo a terra não vai ficar daquele jeito bom para produzir.” (Sra. I.; Sr. A²., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019; Sra. D., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

São práticas transmitidas, quando o filho “se perdeu no começo, achando que, se plantar, iria produzir sozinho, daí ensinei que tem que estar atento, limpar e molhar todo dia”, e se “vai lá, tem que catar matinho, olhar para ver se tem bichinho [lagarta], porque, se tem, precisa passar a calda, senão o bichinho come de um dia para o outro.” Apreendidas a partir dos técnicos que “não davam as mudas,

resgatava-se as sementes e ensinou como fazer a muda. Não entregou a calda pronta, fez com a gente. Não eliminou as pragas, mostrou como colocar a isca.” (Sra. L.; Sra. I.; Sra. M. PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019. Sra. I²; Sra. V.; PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

São também práticas renovadas no coletivo, na troca do conhecimento prático e científico, porque, diante do diferente, dialogava-se. Quando, por exemplo, “os técnicos vieram” com aqueles canteiros de horta rasos no chão e sem a cercadura, que “com o tempo vai acabando, terminava de colher as verduras, tinha que refazer tudo de novo. Conforme ia jogando a água, a terra ia se espalhando. Olhava para as hortas e nem parecia que tinha canteiros.” (Sra. L², PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Não eram canteiros “igual àqueles que aprendi ainda pequena” no momento que “ajudava a minha avó na horta, em que colocava uns paus do lado, enchia de terra e esterco, mexia bem a terra e daí plantava.” Por isso, depois de mostrar que nos canteiros ensinados pelos técnicos “a horta estava bonita, mas os canteiros acabavam tudinho”, demonstraram que ao lado, onde “fizemos dois canteiros bem largos e colocamos telhas do lado, enchemos de terra. Produzia-se bonitas cenoura e beterraba e não precisou ficar repondo a terra no pé dela”.

A comprovação de que a prática resgatada da memória era eficaz, com base na produção de “cenoura e beterraba”, é que “na lembrança, a minha avó também produzia bastante na horta dela, mas era só para o gasto de casa. Não vendia, também não tinha nem como vender.” Então, “se produzia alface, almeirão, couve, salsinha e cheiro verde, mas berinjela, cenoura e beterraba não tinham, porque só produzia essas verduras mais práticas.” (Sra. L², PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Para as técnicas e técnicos que fizeram o acompanhamento da transição das famílias são práticas que “contribuíram muito, para minha profissão, tanto na relação entre aqueles que também deram assistência, porque todo trabalho era em grupo. Um aprendizado de convivência no coletivo”, quanto de forma pessoal ter “conhecimento da produção agroecológica e orgânica, porque muita coisa eu não sabia de pronto. Então, pesquisava na literatura, trocava ideias, buscava ver estudos

de casos para atender da forma que fosse possível a demanda” dos sujeitos em transição. (ROCHA, 2020)⁴⁰.

Rocha (2020) também comenta que outro aprendizado fica para vida pessoal, “os camponeses e as camponesas têm uma história de luta e modo de vida que todo mundo precisava experientiar”, pois, mesmo diante das dificuldades que parece complicado de resolver, tentam encontrar uma alternativa. Assim, com eles acompanha-se “na prática, mesmo, como lidar com as dificuldades.” (ROCHA, 2020). Assim, confirma-se a ideia de Shanin (2008, p. 28) quando ressalta que:

[...] Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário [...].

Vejamos como esta flexibilidade camponesa tem sido observada entre as famílias acompanhadas. Nos sítios visitados do assentamento Eli Vive II a pecuária comercial é pouco frequente, havendo considerável diversificação produtiva manejada nos espaços de roça e quintal. O mesmo ocorre no assentamento 20 de Março, tornando-se um traço nos sítios visitados, embora a pecuária leiteira seja a atividade predominante no assentamento. São os três espaços de produção: roça, quintal e pastagem que, assegurada a casa, são constantemente organizados e reorganizados pelo trabalho para garantir a reprodução das famílias na terra.

Esta organização produtiva dos sítios é reflexo da própria ocupação dos camponeses em momento anterior ao assentamento. No Paraná, que se distingue entre os principais produtores de grãos do país, percebemos famílias que mantiveram vínculo como agricultores meeiros, cultivando suas roças em terras alheias. (BRANDÃO, 1994).

Como eu sou daqui da região, quando 1981 ocuparam pela primeira vez a fazenda que é hoje o Eli Vive, lá no Guairacazão, eu estava casando. Então, ouvimos comentários, mas também não demos

⁴⁰ Engenheira Agrônoma e Mestra em Ciências Biológicas, bolsista do Projeto UEL. Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

atenção. Aí os anos se passaram e por 2008, mais ou menos, o MST retorna para cá com a mesma finalidade da fazenda. Meu marido estava na cidade e ouviu comentários de que o MST faria uma prosa, no centro de Lerroville, com as famílias que tivesse interesse em lutar pela terra e querer um pedacinho de chão e, em seguida, faria o cadastro. Ele chegou, em casa, já estava nós, eu, ele e as crianças pequenas, e disse que talvez já estava na hora da gente, de nós irmos, porque nós trabalhávamos de porcento para os outros. Tínhamos aquele contrato anual, a cada três ano renovava. Nós tocávamos [lavoura de] café, então, era porcentagem: 60% para o patrão e 40% para nós. No dia, fomos nós dois. Ouvimos a prosa e que condizia, na verdade, com a nossa realidade. E ali a gente, ouvindo uma possibilidade, decidimos que era a hora. (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

A “prosa”, que condizia com sua realidade, falava a respeito de outras famílias que, assim como a dela, mantinham vínculo com a terra e que, desde a infância, os pais já estavam estabelecidos como “*empregados dos outros.*” Após o casamento da entrevistada, início de outro ciclo, ela vislumbra uma possibilidade de autonomia, pois o modo de vida de então dependia das determinações do patrão. Até podiam “*plantar um pé de alface*”, mas “*não podíamos comer*”, sem “*possibilidade de sermos livres, tocar a vida sem precisar depender de alguém mandando na gente*”.

A hora de lutar por liberdade e autonomia ficaram mais evidentes no momento em que os filhos ainda estavam pequenos e “*passando necessidade.*” Aquele que tinha controle sobre a terra e força de trabalho “*não tinha compreensão, chegava e queria a parte dele.*” A outra parte que lhes “*sobrava*” de antemão “*era bem pouquinho*” porque em terras dos outros “*trabalhava para alimentar o patrão.*” (Sra. S., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Entre as famílias do assentamento 20 de Março, a situação não destoa. A atividade do leite correlaciona-se à própria ocupação dos camponeses como pecuaristas arrendatários de pequenos pastos nas comunidades rurais tradicionalmente produtoras de leite e também boiadeiros (ALMEIDA, 2002), “*peões*” responsáveis pela lida com gado nos latifúndios que dedicavam parcelas de suas terras para pecuária extensiva. (BRANDÃO, 1994). Atividade que marca a formação de Três Lagoas em Mato Grosso do Sul.

No Sr. I, eu trabalhava de peão mais o V. [marido]: eu andava a cavalo, tirava leite, fazia cerca, carpia, fazia de tudo. Ficamos lá de 1996 até 2007, quando começamos a trabalhar autônomos, e arrendamos um sítio, no [re]assentamento da CESP, e trabalhamos por 10 meses neste sítio alugado por 500 reais ao mês. Ficamos

mais 1 ano, neste sítio. Depois, um rapaz da fazenda vizinha saiu e o V. arrumou serviço lá. Com isso, passamos a morar na fazenda e mantendo o sítio até vencer o contrato. O V. foi e falou com o homem do sítio para saber da renovação do contrato. Aí ele disse que não iria renovar, porque estava precisando do sítio e o V. teve que falar com o Dr. P. [dono da fazenda onde moravam] para ver se conseguia deixar o gado lá e ele disse: “não, vamos fazer assim: eu pago para você o salário, só um salário, e você pode levar seu gado para lá que eu não cobro aluguel do seu gado.” E ficou assim e trabalhávamos na fazenda também mexendo com gado. E tudo era gado. Era eu e o V. olhar o pasto, olhar o cocho de sal, chamar o gado, reunir o gado, para ver se estavam bichados, ajudava a fazer cercas, tudinho. E eu fazia isso tudinho. (Sra. E., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019)

São famílias marcadas pelas andanças. Primeiramente, saíram da terra, cuja morada durou 11 anos, sendo suprimida pela monopolização do setor eucalipto-celulose e papel (RAOUL; ALMEIDA, 2019). A expulsão se deu “*porque alugou a fazenda para eucalipto e nós saímos.*” Depois, terras arrendadas, em que a renda cobrada pelo uso era superior aquela obtida pela sua produção, “*só trabalhávamos tirando leite ali*”, então “*pagar 500 reais não dava, tivemos que sair para outro canto*”.

A terra outra, ao mesmo tempo em que permitia a recriação, pois “*o pasto para o gado e o leite que tirávamos era nosso*”, também representava a exploração da força de trabalho familiar, “*trabalhávamos na fazenda os dois, quando ele não estava, eu que tinha que ir, mexer sozinha*”, porém, “*ele ganhava só um salário mínimo*” e precisava dar conta dos gastos. (Sra. E., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Além destes vínculos mantidos de forma precária com a terra, expondo as formas de recriação da maioria das famílias acompanhadas, também identificamos aquelas que residindo na cidade também buscaram alternativas para manter seu modo de vida. Entre elas, famílias que moraram na cidade, “*mas sempre trabalhei em fazenda, nunca trabalhei na cidade, e só sai da cidade, quando entrei no assentamento, porque aqui é melhor, o padrão de vida, não assim, financeiramente, mas de viver.*” (Sr. V²., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Há aquelas que conseguiam intercalar entre a lida do trabalho na cidade, momentos de trato “*numa hortinha, onde a gente produzia apenas para consumo mesmo umas couves, plantava mandiocas às vezes.*” Para melhorar a terra, usava-se “*esterco de gado recolhido na fazenda de um amigo. A gente trazia e amotinava*

num canto, que daí aquilo dava.” (Sr. JV.; Sra. I., casal camponês, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019)

Outras famílias também relatam a experiência nas cidades: “*antes de acampar, trabalhávamos o dia inteiro. Eu recolhendo reciclagem, meu marido trabalhava numa cooperativa, o meu filho⁴¹ trabalhava de montar computadores e a V. estudava⁴².*” Por conta das diferentes atividades “*a gente tinha uma vida regularmente boa, mas era bem trabalhada, aquela correria de cidade: não nos víamos, chegava de noite em casa cansados e nem conversava um com outro, iria dormir, porque de manhã já saia.*” Então decidiram ocupar e acampar para “*realizar o sonho de ter a terra.*” Estão também entre aquelas famílias que, no caminhar da luta, foram vítimas do “*despejo*”, momento de experiência “*que não foi muito boa não, recebemos a notícia da ordem e também que a polícia podia baixar a qualquer momento.*”

Foram acometidas pelo medo “*de acontecer alguma coisa, de perder um filho ali*” e ao invés de “*pegar a terra, ser enterrado num pedaço dela.*” Medo que fez querer “*ir embora, retornar para a cidade*”, os fez ainda “*ficar uma madrugada acordados e ver, começando a clarear o dia, depois da ponteinha de um rio, realmente descer ônibus, ônibus e muito ônibus cheio de policiais, com cachorro e tudo.*” Mesmo que buscassem “*negociação, não teve conversa. Tivemos, em dois dias, que desmanchar barraco e desocupar a área, colocando tudo encima de caminhão, meio sem rumo*”, mas seguiam em busca de terra.

De posse da terra, no momento inicial, “*você não conquista dinheiro todo dia, porque depende da roça, mas tem hora que a roça não dá e você perde.*” Todavia, “*mesmo assim decidimos continuar aqui, porque acho que a luta já está no sangue e não consigo voltar para mesmice que vivíamos.*” E os filhos também “*sabiam*” pelas memórias relatadas pelos pais “*do tempo que moraram no sítio que a vida ali era mil vezes melhor. Você planta, você colhe e sabe o que está comendo.*” (Sra. V.; e Sra. V², mãe e filha, PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Desta forma, não escapando à regra da formação do campesinato brasileiro, as famílias camponesas vieram de acentuada mobilidade espacial, estigmatizadas pelo bloqueio e expulsão, como também marcadas pelas inúmeras formas de acessar e permanecer na terra. Nesta última, uma das principais estratégias é a

⁴¹ Esposo da Sra. I. também acompanhada pela pesquisa.

⁴² Sra. V²., também acompanhada pela pesquisa.

diversificação produtiva a partir da organização dos espaços de trabalho no sítio, tanto de autoconsumo, como excedente para comercialização. (ALMEIDA, 2002).

Dentre os cultivos e criação, identificamos apenas a vassoura, com valor prioritariamente de troca. Enquanto as outras produções possuem tanto valor de troca quanto valor de uso: na roça – o milho, café, amendoim, feijão, mandioca, cará, inhame, entre outras; na pastagem – o gado, para provisão do leite e seus derivados queijo e doce de leite; e no quintal – olericultura e fruticultura.

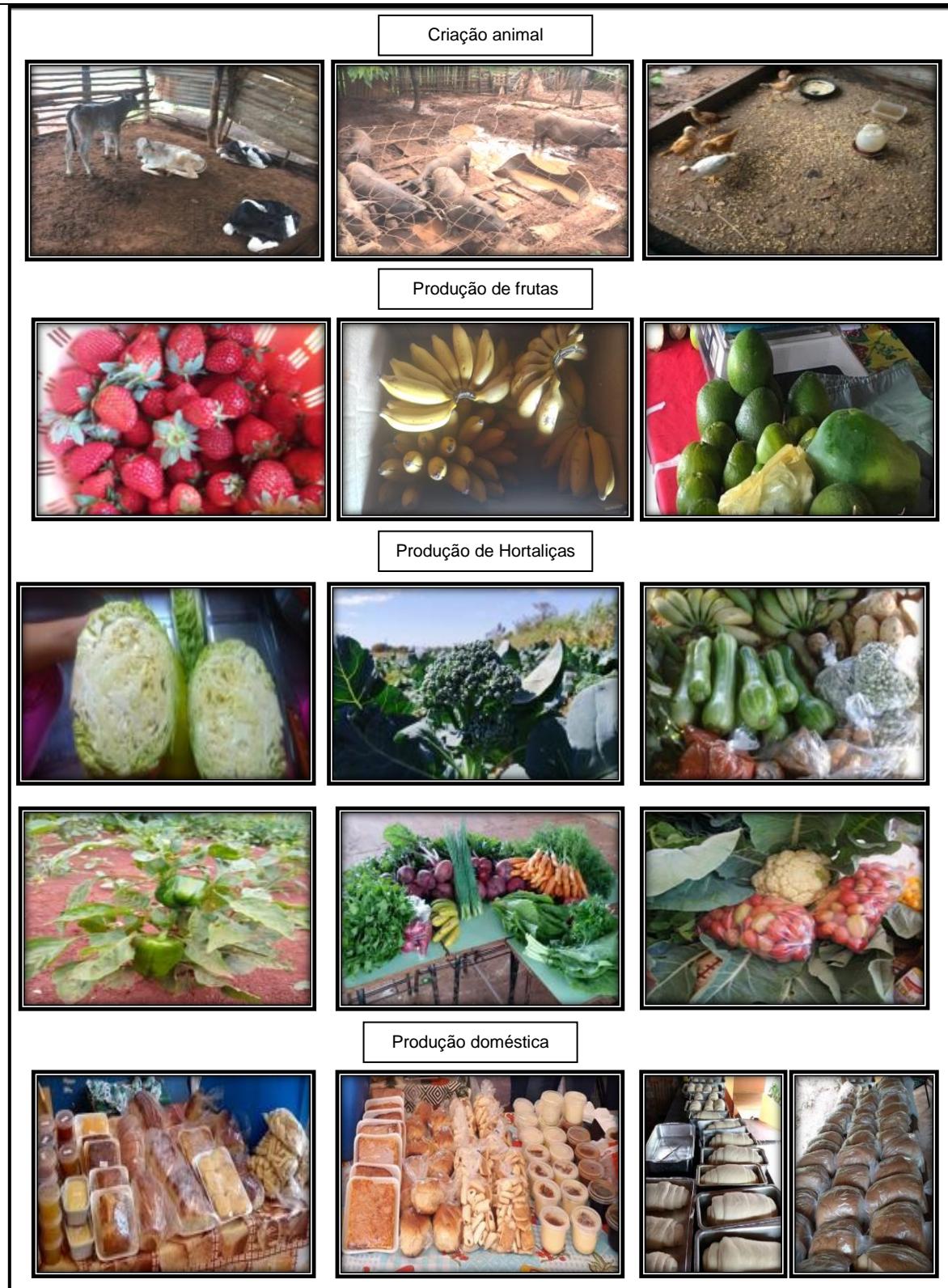
Quando chegamos aqui, sem dinheiro, levantamos a casa com a ajuda dos outros. Aí enchemos o lote de batata doce, era a febre do momento. O meu companheiro saia para cortar vassoura e eu e os moleque, que estava em período de férias, levantava de manhã, tomava café, ia limpar batata. Depois que conseguimos nos organizar, percebemos que negócio de batata doce era só fumo, porque as arrancamos e não fizemos nem o suficiente para pagar o que devíamos. Começamos a mudar: o negócio é a gente plantar um pedaço de cada coisa. Aí plantamos um pedaço de milho, um pedaço de batata, um pedaço de feijão e fomos indo. Aí, agora, o que mais plantamos é milho doce. Tem um pedaço de cará aqui e vai ter outro pedaço de vassoura, outro de feijão, tem mandioca, tem batata e tem a horta: com alho, cebola, repolho, tomatinho cereja, rúcula, alface, cebolinha, almeirão. (Sra. I²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019)

As práticas de manejo são variadas. Na roça alguns cultivos são manejados com base em técnicas agrícolas convencionais, dentre elas: vassoura, milho e feijão. Na pastagem, a criação se dá pela solta em pasto, que às vezes aparece dividido por cercas, para fazer o rodízio. Nele identificamos vacas leiteiras, novilhos, éguas e cavalos.

Além destas produções, que aparecem mais frequentes, temos outras que não foram foco de análise da pesquisa, mas cabe ressaltar: produção doméstica, criação de porcos, galinhas e peixes.

Articulado com a roça e pastagem, temos no quintal o pomar e a horta, com manejo de práticas agroecológicas. É o espaço de trabalho que “tem de tudo um pouco”, devido à diversidade que encontramos nos sítios visitados nos dois assentamentos, podemos dizer que são aproximadamente 50 tipos de frutas, cerca de 20 plantas medicinais, mais de 45 espécies de hortaliças (folhosas, leguminosas e tuberosas em geral), e próximo de 15 temperos.

Figura 25 – Produção de autoconsumo e excedente – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponesas, Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora, 2016 – 2020

Como o milho e feijão também vão para “consumo da família”, no “feijão evitamos os fertilizantes fortes que os agrônomos indicam.” A outra parte, comercializada, é dividida: o feijão, por exemplo, “vendemos no PNAE”, mas, “pela necessidade”, também se entrega para “atravessadores, para quem vendemos a saca de 60 kg por 180 reais, uns 30 reais” a menos que no PNAE. (08/2020). (Sra. I²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019; AGO/SET 2020⁴³).

Todavia, o repasse para o atravessador acaba compensando porque ele “praticamente paga na hora, carrega e já paga. Às vezes em dinheiro, às vezes cheque para 30 dias, mas paga na hora”, no “PNAE, não. Nele demora um pouco para receber. Por mais que entreguemos na cooperativa que tem no Eli Vive I”, a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), “demora, porque daí ela depende do pagamento do estado para passar para as famílias. Por isso que demora”.

No que se refere ao milho, “Também entregamos, mas, é o que sobra”, porque a prioridade é venderem para o PNAE, pois, mesmo que no PNAE, o milho “vá descascado”, e para o atravessador é entregue com palha e isso parece exigir mais tempo de trabalho, entendem que “não, porque o trabalho é quase o mesmo.” Logo, a questão de ir limpo ou com palha não tem diferença.

De maneira geral, manter as duas formas de comercialização são boas, porque “no PNAE, a entrega é feita de 15 em 15 dias e a gente planta 1 saquinho – saco de 20 kg de semente – de milho 1051, o milho doce, por vez. Como sobra milho e no calor, em uma semana, o milho passa do ponto.” Por isso, não se pode esperar para comercializar, “aproveitamos para entregar para o atravessador.” (Sra. I²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019; AGO/SET 2020).

Em outros sítios, no lugar do milho e feijão, encontramos a vassoura, produção que caracterizamos como comercial, visto que não é direcionada para o consumo da família e sim para o mercado. Em média “um alqueire de vassoura” pode “produzir um total de 10 reais.” Normalmente as famílias reservam dois alqueires de terra, que resulta num rendimento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Depois de descontados os custos de produção, “acaba sobrando sempre uns 12 a

⁴³ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

14 mil reais." A comercialização é feita por algumas famílias, há "um assentado" do assentamento mesmo, cuja atividade é "*vender vassoura.*" (09/2020).

A organização do trabalho nos três cultivos milho, feijão e vassoura aparece conduzida pelo grupo familiar de forma autônoma e também pelo sistema de parceria que é estabelecido com outras famílias camponesas do assentamento, tanto pela troca de dias de trabalho quanto pelo arrendamento.

Figura 26 – Cultivo, colheita e preparação para comercialização, Assentamento Eli Vive II.



Fonte: arquivo pessoal, camponesas assentadas Eli Vive II, 2020.

A troca de dias aparece entre aquelas famílias em que nem toda força de trabalho presente no sítio encontra-se ativa, seja decorrente da idade ou questões de saúde e necessitam ser poupadadas ou até mesmo liberadas das atividades. Quando isso é realidade no sítio camponês, há [...] uma sobrecarga dos consumidores sobre os trabalhadores [...] (PAULINO, 1997, p. 16), que pode ser solucionada tanto com a diminuição das atividades, ou pela inserção de força de trabalho externa ao sítio, dentre as quais contratação de trabalho acessório, troca de dias de trabalho, ajuda mútua e mutirão.

Assim, diferente do trabalhador assalariado que subjuga individualmente sua força de trabalho a outrem para garantir, a partir do salário, sua reprodução, o camponês tem na “[...] *força de trabalho familiar* [...]” o motor do processo de trabalho na unidade camponesa [...], provendo coletivamente os produtos necessários a sua reprodução (OLIVEIRA, 2007, p. 41, grifo no original). Desta forma, é comum as atividades concernentes à produção no sítio serem direcionadas de modo a envolver todo grupo familiar. Em outras palavras, é na organização produtiva do sítio que o campesinato igualmente assegurará a ocupação da força de trabalho do grupo familiar. (CHAYANOV, 1974, E. WOORTMANN, 1994)

Essa força de trabalho familiar é tanto constituída por consumidores quanto por trabalhadores. Isso significa dizer que cada integrante consome – alimentos, recebe – renda, a partir daquilo que foi cultivado e gerado por seu trabalho. Quando um integrante não pode cultivar e nem gerar, mas continua no sítio, a sua parte é provida por outrem que, neste momento, passa a trabalhar por dois. O trabalho extra, ao ser excessivo, pode conduzir o grupo ativo a diminuir a carga de trabalho reduzindo as atividades produtivas do sítio ou mantê-la sobre outras formas, para garantir a manutenção do sítio.

Qualquer que sejam as estratégias, elas serão tomadas para manter o equilíbrio entre trabalho/consumo, fundamental à reprodução camponesa (CHAYANOV, 1974, p. 55). Como veremos, é constante na definição tanto da organização produtiva do sítio camponês quanto das formas de trabalho dos camponeses, a julgar pelos relatos a seguir.

*Hoje estamos preparando milho verde para entrega no PNAE.
Colhemos 700 kg de produção toda do meu sítio. Reunimos em três*

famílias: nós, aqui em casa, e meus pais, a V.⁴⁴ com o esposo e uma vizinha também, que estamos fazendo troca de serviços. Ela me ajuda, depois ajudo ela. Fazemos trocas de serviços, porque assim não envolvemos pagamentos em dinheiro. Para quebrar na roça reunimos três. Para descascar reunimos oito. Começamos às 15h, terminamos às 20h. Os filhos: o mais velho [18 anos] ajudou a quebrar e na organização das caixas; a filha [15 anos], na alimentação, fazendo a janta; o mais novo [11 anos] ajuda entregando caixa vazia e ajuntando as palhas para levar para as vacas. (Sra. I²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAIO 2020⁴⁵).

No relato supracitado, a força de trabalho externa ao sítio aparece a partir da ajuda mútua – casal, e troca de dias – que foram acionados no momento que a família da Sra. I² tinha que preparar quantidade elevada de milho para comercialização, mas não tinha na filha e filho menores a força de trabalho necessária para a atividade e também não dispunha de recurso para contratar uma força de trabalho de forma remunerada. Segundo Ross e Fabrini (2012, p. 48-49), tanto a ajuda mútua quanto a troca de dias estão entre as múltiplas práticas realizadas pelos camponeses em vista de garantir sua reprodução na terra.

[...] aparecem como resistência do campesinato, pois são relações que não passam pela esfera de dominação, subordinação e extração da mais-valia dos assentados [...] não possuem uma periodicidade definida, sendo realizadas sempre que algum vizinho apresenta necessidade. No entanto, elas ocorrem principalmente nas épocas de colheita e plantio.

Caron e Sabourin (2003, p. 156) ressaltam que essas são práticas da lógica de reciprocidade dos camponeses, “[...] efetuada sem espera imediata ou sem a certeza de retorno, tendo em vista criar, manter ou regenerar o laço social [...] uma dimensão de gratuidade [...]” com a comunidade, no caso o assentamento, ao qual ele pertence. Por isso, são trocas de ajuda “*ela me ajuda depois ajudo ela.*” Outra expressão da reciprocidade camponesa, analisada pelo autor e identificada no relato, é a alimentação – a janta, preparada e ofertada pela família da Sra. I²., ao final do dia de trabalho, a todos que ajudaram durante cinco horas a preparar o milho para ser comercializado.

⁴⁴ Sra. V²., também acompanhada pela pesquisa.

⁴⁵ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

Também identificamos aquelas famílias que, diferentemente da família da Sra. I², acabam descontando da própria renda obtida com a produção o recurso necessário para a contratação de máquinas e de trabalho acessório para dinamizar a lida do espaço de trabalho, como o caso do sítio da Sra. J. Como tem três filhos, uma das formas que ela encontrou para “*organizar força de trabalho e a distribuição de tarefa*” no sítio foi estruturar três espaços de produção:

Eu só mexo com a horta, que fica perto da minha casa. O restante do sítio, são meus filhos que plantam. Eu tenho só três filhos, aí peguei três alqueires de terra e então dividi um alqueire pra cada um. Então, aqui, é dividido em três: um filho planta vassoura, o outro milho doce e o outro mexe com vaca. Os cultivos convencionais são deles mesmo, nós nunca arrendou. (Sra. J. PA ELI VIVE II, LONDRINA, AGO/SET 2020⁴⁶).

Contudo, apesar de conseguir uma organização no sítio que forneça espaços de produção para cada um dos filhos, dois deles “*moram na cidade porque um é eletricista e o outro é brigadista contra incêndio.*” Por conta disso, eles ainda não conseguem desenvolver todas as etapas pertinentes ao cultivo: “*preparação da terra e corte das vassouras.*” Assim: dos “*10mil reais que conseguem com a produção de vassoura, 8 a 6mil reais são destinados para o pagamento da hora de máquina, a contratação de peões do assentamento para cortar a vassoura e o pagamento do frete.*” (08/2020).

Com a contratação da máquina e da força de trabalho acessória, evita-se a sobrecarga de trabalho da Sra. J. e do outro filho, que também mora no sítio e tem seu espaço de trabalho. Além disso, as ações contribuem para a manutenção dos espaços de produção.

Espaços que deverão ser mantidos, porque são uma das formas que a Sra. J. encontrou para pavimentar o retorno dos filhos que tiveram que migrar e hoje “*tudo o que mais querem é cercar, plantar o alqueire deles, e construir em cima*”, e sendo desejo deles, mas igualmente dela, “*não vejo a hora*” deste dia chegar. Assim como deseja ter os cinco netos por perto, na terra, porque entende que “*criar os filhos no sítio é tudo de bom*”, prevendo que no “*futuro é está geração que dará*” garantias para a reprodução da família camponesa.

⁴⁶ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

Mas eles plantam o alqueire deles e, este ano, eles vão cerca seu alqueire e construir em cima. Vai ficar três chacrinhas de um alqueire. E eu até gosto de ter eles perto e se acertando bem um com o outro. Graças a Deus, são três irmãos que se dão muito bem. Este mês fui avó de novo e hoje fiquei sabendo que vou ser avó em março e será um menino. Vou ser avó de cinco netos já. E criar os filhos no sítio é tudo de bom. Ensinar cuidar da terra e criar os bichinhos, saber da onde vem o leite, os ovos, o queijo [risos] e, pensando no futuro, vou ter cinco pião para trabalhar. Aprendi na organização, força de trabalho, a distribuição de tarefa. Conquista coletiva que aprendi aqui no sítio. (Sra. J. PA ELI VIVE II, LONDRINA, AGO/SET 2020).

Um ponto que merece destaque na situação supracitada é que o contrato de trabalho acessório envolvendo força de trabalho de dentro do assentamento é uma estratégia de recriação de duplo sentido. Por um lado, ajuda a família que não possui força de trabalho necessária, de outro auxilia a ocupar a força de trabalho ociosa de outra família do assentamento. Ociosidade que, ao atingir as mulheres e a juventude, torna-se sério limite para a recriação e sucessão geracional dos camponeses.

Inclusive, percebeu-se que a vassoura convencional tem sido estratégia de algumas famílias visitadas com o intuito de dinamizarem dentro do sítio espaços de produção que forneçam ocupação e renda para os filhos. Segundo Pereira (2006), esta produção é uma das principais atividades que tem atraído os jovens para o campo novamente, pois é um cultivo que exige força de trabalho. Por isso, a possibilidade de inserção da juventude camponesa, como a situação constatada no sistema de parceria por arrendamento envolvendo a família da Sra. R. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAIO 2020⁴⁷).

A parceria por arrendamento ocorre entre os próprios assentados, costumando envolver: de um lado, grupos familiares parceiros que possuem menor renda, assim responsáveis por disponibilizar a terra; e de outro, grupos familiares proprietários, com maiores rendas, encarregados pelos custos de preparação do solo, plantação e corte.

Como não temos uma boa condição de mexer com o sítio, há um ano mais ou menos, eu arrendo a terra para outras pessoas plantar, porque, ao menos arrendando, nós temos a chance de fazer algo, de melhorar, já que eles nos ajudam também. [Arrendamos para um

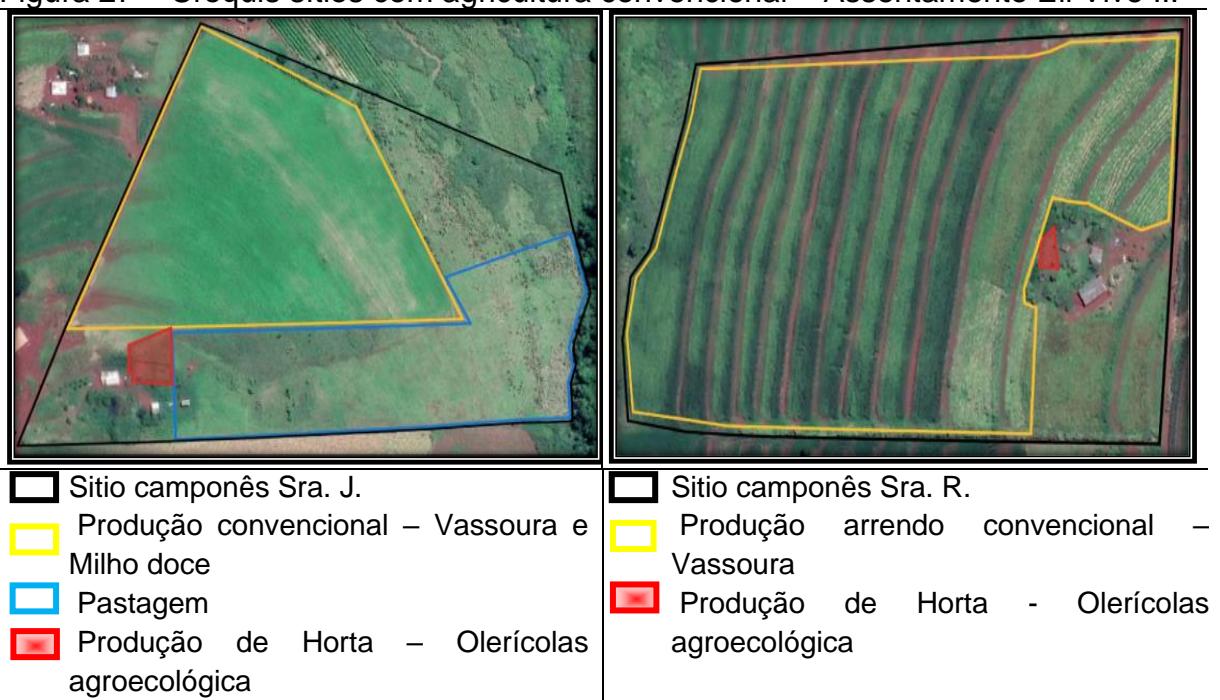
⁴⁷ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

assentado daqui], fazemos de a meio: ele planta dois alqueires e meio e nós um [de], vassoura e milho.

Dentre os motivos que conduziram a família aderir ao arrendo, está o fato da “ajuda” que ele dá para “*deixar a terra limpa*” já que o camponês para quem arrendam “*mexe com a terra para nós e não precisamos pagar trator.*” A hora de roçado costuma pagar aproximadamente R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e “*pagar acaba saindo muito caro*” para a família que não dispõe de muitos recursos. Aqui também identificamos outra expressão da reciprocidade camponesa, quando a atividade ajuda a família que precisa da terra de arrendo, assim como “*nós ajudamos ele também.*” (05/2020).

O arrendamento igualmente auxilia a resolver a ociosidade da força de trabalho do filho da Sra. R., que tanto é responsável pelo trato da área arrendada como trabalha no sítio do camponês proprietário, assim “*ele ajuda meu filho e meu filho ajuda ele.*” Essa organização contribui para que a “[...] parceria se enquadre em uma lógica de complementaridade fundamental para a permanência de ambos na atividade [...]” dentro do assentamento. (PAULINO, 2006, p. 345).

Figura 27 – Croquis sítios com agricultura convencional – Assentamento Eli Vive II.



Fonte: GOOGLE EARTH, Set. 2020

Contudo, ao mesmo tempo em que as atividades têm sido boas estratégias tanto para as famílias responderem aos limites de reprodução quanto para o retorno

dos filhos, contraditoriamente deixam ociosas as forças de trabalho das mulheres, as mães e filhas, que nelas aparecem como ajudantes e não como agricultoras. (DE BIASE, 2010)

Isto porque se observou que nos sítios em que as etapas como plantio, colheita e preparação para comercialização envolviam todo o grupo familiar, os cultivos convencionais são prioritariamente de responsabilidade dos homens, enquanto no milho encontra-se o pai da família, na vassoura nota-se o filho. Diante disso, confirmam-se os estudos de E. Woortmann (1982) ao analisar que tradicionalmente na roça camponesa as atividades são determinadas pela figura masculina. Nisto, o trabalho da mulher aparece mais como atividade secundária.

Nos sítios em que havia adoção pela técnica de mecanização dos processos produtivos e massificação do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, técnicas que pouparam e encurtam a hora de trabalho e/ou substituem atividades como preparação da terra, plantio e colheita, também foram identificadas situações semelhantes. Assim, como destaca Paulino (1997, p. 15) em avaliação do balanço trabalho/consumo, é “[...] aceitável quando havia outras atividades a serem executadas pela mão de obra liberada ou a possibilidade de aumentar os ganhos brutos, mediante a intensificação dos cultivos”.

Em situação contrária, quando não há outros espaços que absorvam a força de trabalho, ou os são comprometidos pelo aumento da área direcionada ou arrendada para os cultivos convencionais, torna-se ociosa a força de trabalho no sítio camponês. O sítio da Sra. R. é emblemático disso, onde é possível perceber, na figura anterior, que a atividade principal e que ocupa visivelmente maior extensão dos espaços de trabalho é o arrendamento para a vassoura, que tem o filho como força de trabalho central, enquanto a Sra. R., mais uma filha e o esposo acabam formando a força de trabalho ociosa e/ou com a função de ajudante.

Segundo Siliprandi (2009, p. 119), esta centralidade das atividades no espaço de trabalho coordenado exclusivamente pelos homens e a inserção das mulheres como ajudantes emana da própria “[...] invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura” e da desvalorização das “suas atividades no conjunto do sistema de produção (como a horta, o pomar, os animais domésticos e todas as atividades consideradas ‘secundárias’ em relação às culturas comerciais) [...].” Invisibilidade e desvalorização do trabalho da mulher que não fica restrito apenas ao campo, mas é reflexo do machismo estrutural que assola nossa sociedade.

[Antes de chegar ao assentamento com o companheiro] a gente já mexia com verdura, mas, no convencional, e era veneno quase todo dia e, não sei, parece que o trabalho não rendia. O ano retrasado [2017], foi quando começamos com a horta, porque eu não tinha horta em casa. Tinha um cantinho, mas não plantava nada, tinha só mato e cebolinha ali. Nos assentamentos que eu morava antes [com os pais], a gente já produzia assim [agroecológico], porque lá não era permitido usar veneno. E, daí, eu falava para meu marido e ele dizia que não, porque sem veneno não tem como colher, não tem como produzir, não sai nada. E também não plantava. Não mexia com a desculpa [do marido] que não tinha água, que não tinha tempo, que não produz sem isso, não produz sem aquilo. (Sra. I, PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Percebeu-se que, além da dinamização dos espaços produtivos das hortas, uma das alternativas adotadas pelas mulheres para lidarem com a ociosidade da força de trabalho e limites da autonomia foi estabelecerem vínculo com trabalho acessório a partir de “diárias no roçado de outros sítios, em propriedades próximas ao assentamento, como também em atividades não agrícolas.” Neste último, um dos exemplos é o caso da Sra. R. que tem mantido vínculo como diarista em Londrina, para garantir ocupação da sua força de trabalho, provendo com isso renda adicional para manter as atividades no sítio.

A jornada de trabalho como doméstica é uma jornada difícil, mas preciso. Porque nem tudo no sítio a gente consegue, temos um sítio, mas não temos uma renda suficiente e fixa nele. Trabalho em umas quatro casas, quando tenho que trabalhar vou um dia antes do serviço e volto numa sexta ou sábado dependendo o horário que eu saio. Quando entro depende do horário que a minha patroa vai sair, às vezes entro às 7h ou às 8h da manhã, e saio umas 6h da tarde, [ou até mesmo mais tarde é que] diarista não tem horário pra sair, sai a hora que o serviço acaba. Vou quando a patroa chama, tem uma que vou toda semana e outras de quinze em quinze dias, mas, varia, é quando elas chamam mesmo, quando estão precisando de faxina. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAIO 2020).

Devido ao volume comercializado de olerícias apresentar um decréscimo e o trabalho acessório de diarista em Londrina começar a exigir mais dispêndio da força de trabalho do qual Sra. R. não dispunha, durante o ano de 2019, o trabalho no espaço de produção de quintal teve que ser temporariamente interrompido.

Analizando as considerações de Kautsky (1980, p. 15), esta interrupção é um dos primeiros exemplos de que o assalariamento, assumido pelo camponês periodicamente e/ou regularmente, combinado com uma possível ineficiência e

incapacidade do campesinato de modernizar-se o conduziria à inexorável eliminação. Já que a possível inaptidão em cultivar “[...] produtos agrícolas que possam levar ao mercado”, subordina-o “[...] a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração”, a partir da outra mercadoria que lhe restam vender – a força de trabalho.

De outra forma, Tavares dos Santos (1984 apud OLIVEIRA, 2005, p. 219), ao estudar as questões centrais da produção camponesa, entende que o trabalho acessório é um “[...] meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho [...]” em atividades tanto rurais como urbanas exercidas fora da unidade de produção. Portanto, este trabalho é para o camponês “uma fonte de renda monetária suplementar [...]” sempre que acionada será para somar-se a outras rendas obtidas a partir da unidade camponesa, dando garantias a sua manutenção.

Assertiva que compreendemos se aproximar mais da realidade das mulheres, já que a renda do trabalho acessório, “*a diária*” no caso da Sra. R., era “*pouco, mas ajuda, para pagar conta, comprar coisas para horta. É para tudo que precisar, e também para manter o sítio.*” Assim, ela tanto faz faxinas quanto lida com o trato da horta para incrementar renda e manter as atividades no sítio.

Já em outros sítios, notou-se que conforme as mulheres camponesas puderam ter renda e autonomia com base no seu trabalho aplicado na dinamização da produção de quintal no próprio sítio, os vínculos que anteriormente se mantinham regulares foram gradativamente interrompidos. Situação que também destoa das alegações de Kautsky (1980) quando o autor analisa que havia uma propensão dentre os camponeses vinculados ao trabalho acessório em converter-se em trabalhador assalariado.

Dos casos identificados temos o da Sra. I. que, anterior às hortas, ao mesmo tempo em que ela não dispunha no sítio espaço produtivo que ocupasse sua força de trabalho, o consumo das duas crianças pequenas, a época com 6 e 8 anos, desequilibrou a balança e começou a exigir mais trabalho. Equilíbrio que foi solucionado com o trabalho acessório assumido por ela a partir de “*diárias no roçado de outras propriedades dentro ou próximas ao assentamento, como complemento as atividades do sítio*”.

Antes de eu começar a mexer com a horta trabalhava quase todos os dias. Semana inteira na diária, arrancar e carregar cará, batata doce; quebrar milho verde ou milho seco; cortar vassoura; carpir ou roçar. Chuva ou sol, saía cedo de casa e voltava à tarde: era o dia todo fora de casa.

No entanto, depois da formação do espaço produtivo no sítio com olericultura agroecológica, ela conseguiu com seu trabalho “*produção de umas verduras bonitas, eu colhi beterraba de 1,200 kg, sem veneno, sem adubo químico, só a terra e um punhado de esterco de vaca.*” Uma vez participando do projeto Sacolas Camponesas da UEL, a comercialização da produção também estava garantida e a renda foi suficiente para complementar “*o dinheiro que entrava em casa*”, ao ponto dela “*fazer minha compra de 600, 700 até 800 reais.*” (03/2019).

A Sra. I. relata ainda que tanto produção quanto comercialização foram dois fatores que colaboraram, no ano anterior a nossa visita “*já não trabalhei, se eu não tiver enganada, trabalhei duas vezes, porque estava muito apurada e eu precisava do serviço, mas não trabalhei direto como nos anos anteriores.*” Evidenciando que o trabalho acessório não é sinônimo da “*inaptidão em cultivar*”, mas alternativa quando as atividades do sítio precisam de renda extra para garantir alguma demanda do grupo familiar.

Inclusive, ela relata também que “*voltar a trabalhar de novo*”, sol e chuva não seria uma alternativa tão cedo, pois, “*desse ano passado, até meus calos sumiram da mão, porque na horta é bem mais sossegado, você vai lá o serviço é seu.*” (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019). Falas reveladoras da forma como a inserção do espaço produtivo da olericultura agroecológica nos sítios tem contribuído para o trabalho autônomo das mulheres camponesas. Assim como confirma a análise de Pacheco (2005, M. n.p.) quando analisa que:

[...] a) a distribuição do produto do trabalho é mais igualitária nos sistemas de produção nos quais a mulher participa das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos; b) não há necessariamente correspondência entre a geração de receita e consumo; a preferência dada aos homens para o consumo de proteína é recorrente em várias situações; c) quando se expande o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolvem, aumentam suas opções estratégicas; d) a família como lugar de cooperação e conflito, onde se expressam interesses distintos. Estes são alguns pontos que merecem um tratamento quando estamos engajados em dinâmicas sociais e experiências de promoção da agroecologia.

Para além da autonomia econômica, outro ganho comumente relatado pelas mulheres foi o reconhecimento da “[...] relevância que sua força de trabalho tem dentro do sítio e o respeito do grupo familiar”, em especial, os companheiros, que antes negava-lhes apoio e depois se somaram como parceiros da transição, não no sentido de assumirem o controle como tradicionalmente ocorria (E. WOORTMANN, 1982), mas incentivar a continuidade da atividade: “para ele era perder tempo, era só reunião, e não dava dinheiro. Somente com o tempo, convivendo, que as coisas foram melhorando. Aí agora ele ajuda, porque no começo ele não ajudava em nada.” (Sra. I; Sra. V²., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Para Sra. D., a olericultura agroecológica permitiu que ela conquistasse um espaço de trabalho no sítio dos pais, o que lhe significou novo sentido a vida “uma coisa que deu um pouco também de entusiasmo sabe” já que “antes eu ficava mais dentro de casa. Sempre fui de ir para roças convencionais, mas em troco de 60 reais, 50 reais, ou bem menos, no dia trabalhado.” E depois estando ela no controle de sua força de trabalho “eu vou ali e trabalho a hora que eu quero, não estou presa naquilo ali, a hora que eu quiser parar eu paro.” (03/2019).

Esse novo sentido de vida igualmente transformou sua percepção a respeito da relevância do seu trabalho em proporcionar uma alimentação saudável para quem mora na cidade, pois “não vou só trabalhar para ganhar 60 reais e comprar uma peça de roupa, eu vou trabalhar porque ali tem vida, não estou matando as pessoas com veneno.” (Sra. D., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Veneno que tem sido substituído tanto no Eli Vive II quanto no 20 de Março por defensivos alternativos – caldas, armadilhas, biofertilizantes. Caldas e armadilhas são defensivos produzidos pelas próprias mulheres com o auxílio das bolsistas e voluntárias do projeto da UEL. No 20 de Março as famílias receberam assistência da equipe da Fibria, Agraer. A produção de biofertilizantes foi dinamizada com a construção de um biogestor num dos sítios visitados a partir de recursos do NEA/UFMS.

Figura 28 – Oficina e preparo de caldas – práticas agroecológicas camponesas e camponeses Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Agricultora Camponesa do Coletivo de Mulheres/PA Eli Vive II em oficina e preparação de calda de cebola



Equipe de técnicas da UEL e Coletivo de Mulheres/PA Eli Vive II em oficina e preparação de calda bordalesa



Agricultor Camponês do PA 20 de Março e equipe técnica do NEA em troca de conhecimentos no 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão/ PA São Joaquim: oficina de calda de cebola

Camponeses do PA 20 de Março em troca de conhecimentos no 8º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão/ PA Pontal do Faia: oficina de calda bordalesa



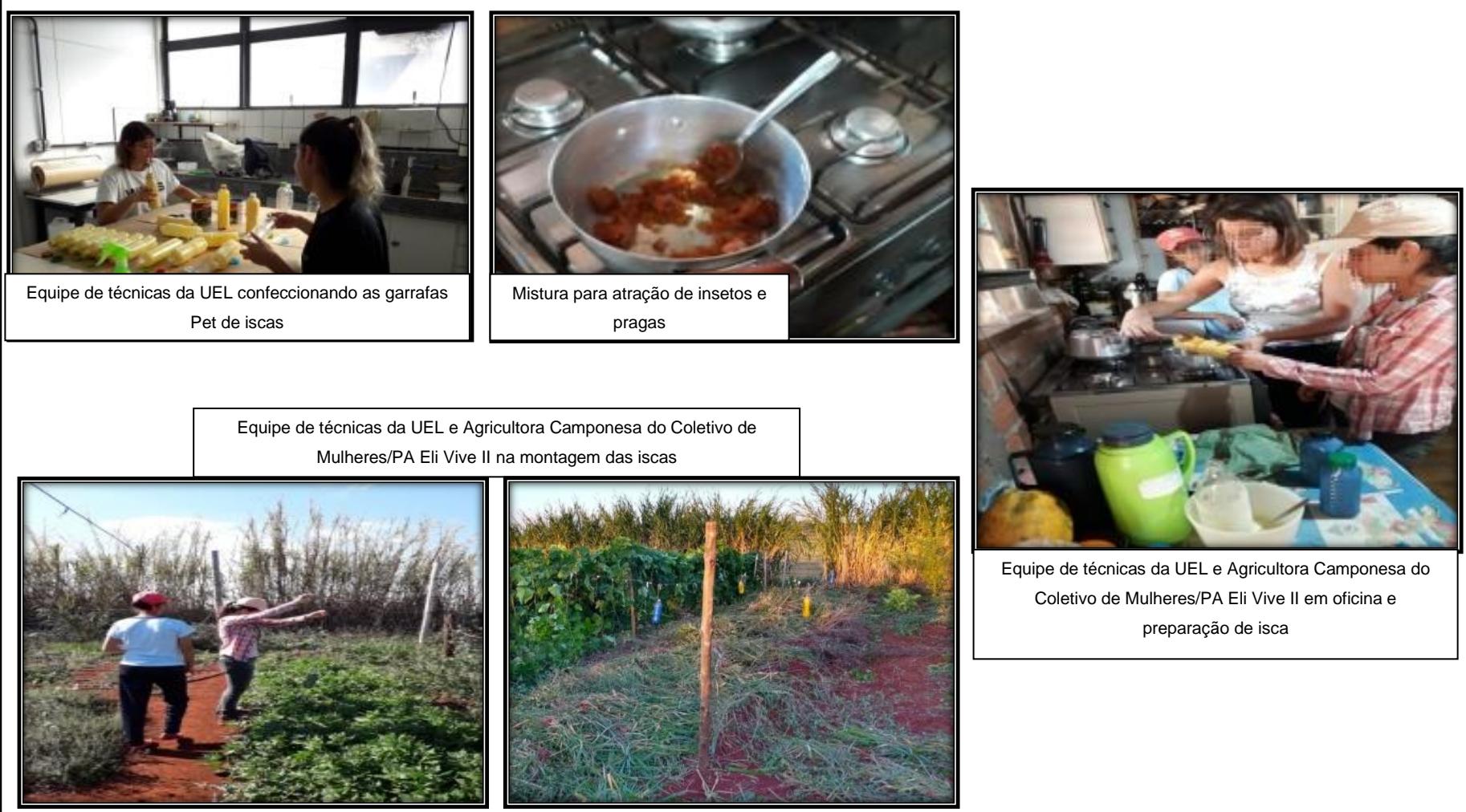
Fonte: Projeto UEL, NEA Bolsão, 2016 – 2020

Dentre as caldas mais comuns, identificamos a calda de cebola e de bordalesa. Conforme *Manual de Práticas Agroecológicas da Emater*, a calda de cebola serve para fazer o controle de ferrugens, melas e podridões. Quando misturada com alho, mostarda e hortelã, alimentos aromáticos que possuem odor forte, e são facilmente encontrados na própria horta, a calda de cebola melhora sua eficiência agindo inclusive no combate de pragas como percevejos. Outro alimento que se encontra na horta até para consumo e misturado apenas com água fervente, funciona, após 15 minutos, como ótimo defensivo alternativo no combate de qualquer tipo de mofo é a cebolinha verde.

Diferente da calda de cebola, a calda bordalesa já exige a compra de produtos como sulfato de cobre e cal virgem que possuem baixo custo, mas não se produz no sítio. Quando misturados com água, esses produtos resultam numa pasta azul que serve como relevante fungicida alternativo para desinfetar cortes de podas, controlar lesões de parasitas, prevenir ataques de brocas, que são enfermidades frequentes em troncos e galhos de pomares.

As armadilhas também são opções de controle alternativo contra o ataque de insetos como: vaquinha, cigarrinha, pulgão, mosca-branca, gafanhoto, burrinho, mosca de frutas, insetos que, segundo Rocha (2020), uma das Engenheiras Agrônoma bolsistas do projeto da UEL que acompanharam as mulheres, são considerados graves pragas nos sistemas agroecológicos, pois, quando atacam, provocam prejuízos à produção.

Figura 29 – Oficina e preparo de iscas – práticas agroecológicas camponesas Assentamento Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, 2016 – 2020

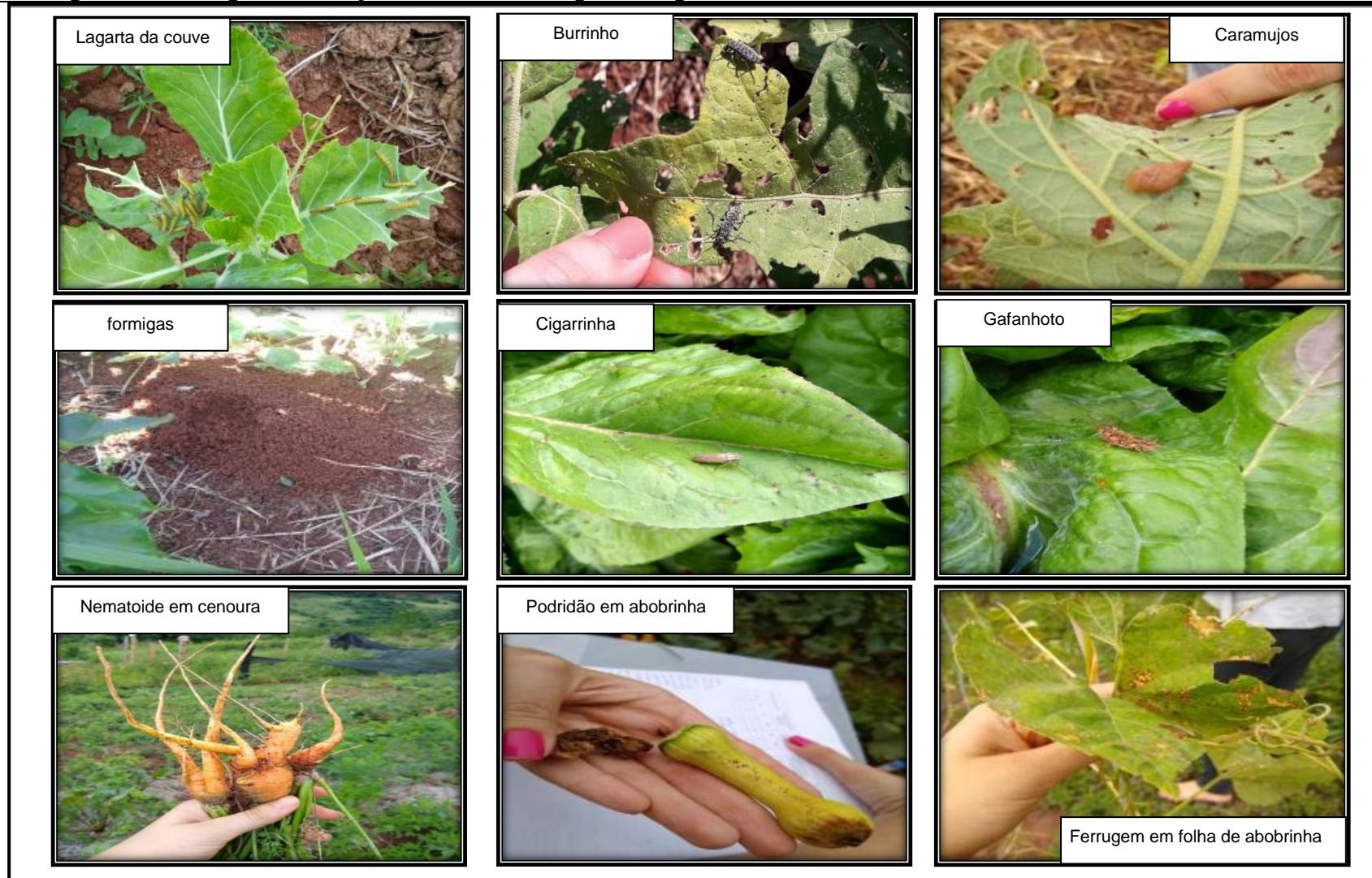
Rocha (2020) destaca que uma das práticas realizadas com as mulheres foi a armadilha artesanal feita com garrafas pet coloridas internamente com azul, cor que: “[...] capturam os tripes, que são insetos vetores que transmitem e disseminam viroses em várias culturas, como morangueiro, tomateiro e cebola”; e garrafas amarelas: “[...] utilizadas para capturar vaquinha (besouros), cigarrinha, pulgão, mosca-branca, mosca-minadora e psilídeos, que atacam plantas de importância agrícola [...].” (EPAGRI, 2019). Além disso, a prática também recebeu algumas adaptações como colocar dentro das garrafas alguma coisa para a atração dos insetos pragas.

Externamente, Rocha (2020) comenta que as garrafas receberam uma cobertura de cola entomológica confeccionada em fogo baixo a partir da mistura do pó de breu e óleo. Após prontas, as garrafas foram distribuídas em pontos das hortas e pomares, com isso “[...] os bichinhos que eram atraídos com as cores amarelas e azuis ficavam colados na cola, por isso serviu muito bem como armadilha”.

Para Rocha (2020), as práticas foram relevantes, pois auxiliaram as mulheres que “[...] tinham muita dificuldade com ataques de pulgão em couve e de vaquinha que atacava desde milho até as hortas.” Porém, destaca que, apesar desta eficiência dos defensivos alternativos, algumas pragas não foram possíveis resolver, como é o caso das formigas:

O que tivemos bastante dificuldade foi com formiga, e não teve controle alternativo que deu conta, e até conversamos com outras pessoas que mais evolvidas com a agroecologia, como o pessoal do Neagro/UEL, eles também relataram as mesmas dificuldades. E pelo que andamos observando, na época que estava bem complicado, parece que toda a área do Eli Vive II está encima de um enorme formigueiro. E formiga é complicada porque de um dia para o outro, ela acaba com a produção. (ROCHA, 2020).

Figura 30 – Pragas e doenças – olericultura agroecológica Assentamento Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, 2016 – 2020

Rocha (2020) ressalta também que, dentre as alternativas para minimizar a presença de pragas, houve a realização de algumas práticas para “restabelecer o equilíbrio biológico” no espaço de trabalho das hortas, já que o surgimento sucessivo de pragas na produção agroecológica é sinal de desequilíbrio biológico: “[...] quando uma praga está em alta população é porque não tem outro bichinho, o que chamamos de inimigo natural, que possa ser o predador das pragas, ou pode ser deficiência do solo.” Para solucionar, explica que foi realizado o preparo de “Microrganismo eficiente (EM) aproveitando-se os fungos do arroz”.

Cozinha-se o arroz sem sal. Coleta-se um saco de serrapilheira de uma mata, preferencialmente folhas que possuam fungos ou bactéria; No chão, espalha-se a serrapilheira sobre um plástico (preferencialmente preto) e mistura-se com o arroz cozido (ou o farelo de arroz); Umedecer a mistura de arroz e serrapilheira com a solução de melaço e água e deixar reposar ao ar livre por 3 dias para fazer a captura (preferencialmente quando não estiver chovendo). É importante monitorar a mistura e observar se existem colônias de bactérias ou fungos de cor esbranquiçada nas folhas. Ao final se obtém um saco de folhas com microrganismos de mata, os microrganismos eficientes. (CODEAGRO, p. 31).

Figura 31 – Armação de microrganismo eficiente – receita de arroz, Assentamento Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, 2016 – 2020

Outra prática que igualmente ajuda a restabelecer o equilíbrio biológico é a barreira de proteção usada “para segurar os insetos daninhos” evitando que se aproximem da produção. (EMBRAPA, 2006).

Figura 32 – Barreiras de proteção – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora, 2016 - 2020

O conjunto destas práticas possibilitaram às mulheres dinamizar uma produção sem o uso direto de agrotóxicos, o que apareceu como ponto relevante, pois “*quando a gente está oferecendo uma sacola camponesa ficamos com uma felicidade a mais*”, por possibilitar que “*a pessoa, que não está mais comendo o veneno lá do mercado, esteja comendo uma coisa que não tem veneno. Então ela vai se alimentar bem mais saudável.*” (Sra. D., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Relato que revela o caráter moral das práticas camponesas, em “dar prioridade à produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade [...]”, bem como garantir “a soberania alimentar das populações.” (DESMARAIS, 2013, p. 41). Assim, evidencia-nos o papel da transição agroecológica e a dinamização dos mercados curtos de comercialização para o fortalecimento da mulher, não mais como força de trabalho secundária e invisibilizada, mas enquanto agricultora, protagonista tanto da produção quanto da comercialização de alimentos provedores de uma boa saúde alimentar.

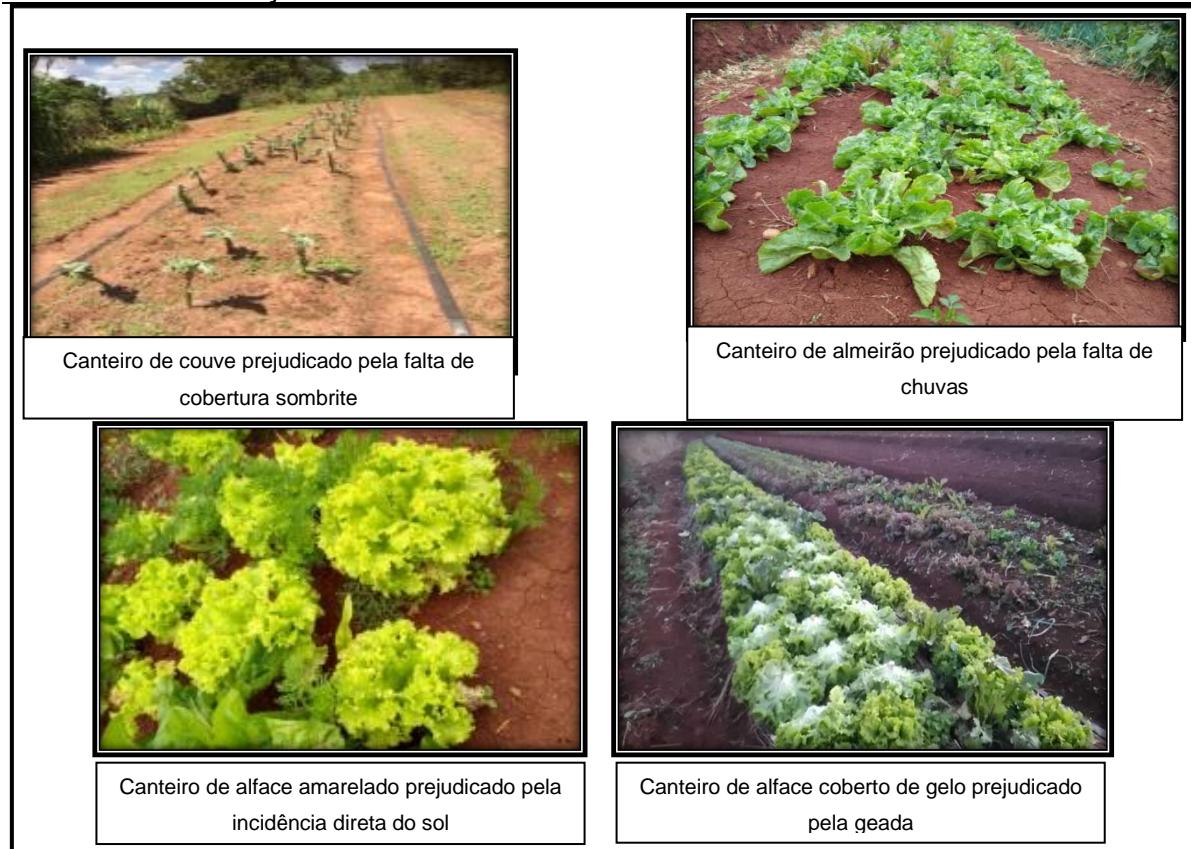
Figura 33 – Mulheres agricultoras camponesas – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponesas, Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora, 2016 – 2020; MERCADANTE (2018).

Os espaços de trabalho no sítio e nos mercados locais, da mesma forma como foram difíceis de serem conquistados, têm apresentado diversos limites para manutenção. No primeiro caso, a falta de distribuição de água e o aumento gradativo da produção de soja convencional, unidas a outros fatores, também observados no assentamento 20 de Março, como épocas prolongadas de estiagem, falta de cobertura da horta (sombrite), cobertura do solo, têm provocado constantes perdas produtivas.

Figura 34 – Limites produtivos – olericultura agroecológica Assentamento 20 de Março e Eli Vive II



Fonte: Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora, 2016 – 2020

A carência de manutenção/pavimentação das estradas no interior do assentamento ou que interligam a cidade também são fatores que contribuem para o bloqueio à comercialização de excedente e prejuízo à produção das mulheres, em especial em dias de chuva.

Figura 35 – Dificuldades de locomoção devido as condições das estradas de acesso ao Assentamento Eli Vive II.



Fonte: registros particulares dos assentados Eli Vive II, 2018-2020.

De outra forma, como bem destaca a Sra. J. “*ainda temos um pouco de dificuldade, pois o machismo é muito grande*”, e ainda tem contribuído para muitas mulheres saírem do Coletivo e desativarem os espaços de produção com olericultura agroecológica.

Importante comentar a respeito das desativações dos espaços de produção em transição, porque algo semelhante foi observado no Assentamento 20 de Março, correlacionado tanto à questão do patriarcado quanto à questão do envelhecimento no chão da reforma agrária.

No Assentamento 20 de Março percebeu-se que os espaços de trabalho e produção subdividem-se entre quintal e pasto. Esse último relacionado à pecuária leiteira, atividade que tem, no assentamento, prática de natureza sociocultural, uma vez que as famílias camponesas são formadas por sujeito que “[...] sempre trabalhou nesta atividade desde moço (tradição familiar e/ou satisfação pessoal) [...].” (NOGUEIRA, 2010, p. 107). Não à toa, relatos como da Sra. G. resumem falas que foram comuns entre as famílias:

[Antes do assentamento] a gente só trabalhava em sítio, trabalhando mexendo com gado para os outros. [Depois que chegou no assentamento] Falaram: “é vai ter um dinheiro que chama fomento.” Aquele ali era para nós, no começo, ter uma madeira para dividir, para arrumar os pastos, porque a gente queria assim: tínhamos um sonho de arrumar a casa bem arrumadinha e fazer um barracão para tirar leite, fazer um cocho com bebedouro de água para as vacas ficarem dentro, fazer umas pastagens boas para tratar bem tratado [do gado]. Isso que nós queríamos. (PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Assim, não era de se estranhar que nos relatos dessas famílias, o gado leiteiro aparecesse dentre as economias que trouxeram das atividades anteriores: “*quando chegamos aqui a gente trouxe umas 30 vacas que mantemos até hoje e foi o que segurou a gente aqui dentro um pouquinho.*” (Sr. V., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019). Como se a pastagem fosse também o espaço de trabalho pioneiro na organização produtiva do sítio, ainda mais por ser uma atividade que characteristicamente exige menos custo econômico em relação à agricultura, que depende do preparo da terra, verificação de qualidade do solo, compra de sementes e mudas, entre outros.

Nogueira (2010, p. 108) destaca ainda que “[...] o gado representa uma segurança socioeconômica em relação aos cultivos [...].” Situação verificada entre as famílias que têm atividade leiteira, em especial, quando na atividade da horta: “*a gente não está ganhando bem e temos, no leite do gado, uma alternativa para manter*” o consumo e renda.

Como exemplificado pelo Sr. V.: “*na época de setembro em diante, até começo de maio, quem manda é o leite, que dá mais futuro, pois são os meses*” de temperaturas “*mais quentes do ano. Por isso, mais fracos da horta.*” Na situação contraria, quando “*final de abril a começo de setembro, meses*” que normalmente datam temperaturas mais baixas, “*é o leite que não está bem, por falta de pastagem, e as vacas produzem menos*”, porém “*é o momento que a produção da horta mais rende, então, ela que sustenta*”.

Tanto os custos quanto a renda, obtidos pelas duas atividades, também são consideradas. Na pecuária leiteira, “*o gasto anual chega numa média 10mil reais para compra de sal, remédio e fazer silagem.*” A renda da atividade “*chega ser em média 1.500 reais por mês*”, calculo feito quando o leite é entregue para o laticínio, que atualmente tem remunerado mais pelo litro, “*que sai a 1,50 reais.*” (10/2020).

Além da forma *in natura*, o leite também pode gerar renda a partir da comercialização dos seus derivados – queijo (500 g – 11,00 reais), doces (pote 250 ml – 10,00 reais) e manteiga (250 ml – 10,00 reais). Produtos encontrados na indústria doméstica. (PROJETO UFMS, 10/2020).

No que se refere à horta, “*o gasto é 6mil reais, por ano, para compra de esterco, bandejas de mudas e a hora de força de trabalho. Nela a renda é um pouco inferior, máximo 8mil reais por ano, com comercialização para o PNAE, PAA e Feira Municipal.*” (Sr. V., PA 20 DE MARÇO, AGO/OUT. 2020⁴⁸).

Outra característica identificada entre as famílias refere-se às criações que se mostram “*para autoconsumo familiar*”, atendendo a necessidade daqueles que vivem dentro do sítio e dos que vivem fora, normalmente os filhos que moram na cidade, porque “*comprar a novilha inteira está saindo mais barato do que comprar em pedaços no supermercado*”.

Também se prefere pela compra e criação dos animais, porque “*estamos sabendo a carne que estamos comendo e como saber a carne do mercado como é*

⁴⁸ Devido às medidas de segurança, por conta da Pandemia COVID-19, as informações que constam neste relato foram cedidas à autora por telefone.

que é?.” Situação que revela o sentido moral da comida para o campesinato: a primeira, carne que se compra, cria e reuni para a partilha – comida do trabalho; a segunda, carne do mercado, que, comprada na cidade, não se acompanhou o trabalho realizado. Por isso o questionamento: “*como é que é?*” – comida comprada. (K. WOORTMANN, 1985, p. 10).

É por estes motivos que a Sra. C. de “*seis em seis meses, escolhe e compra, no assentamento mesmo, uma novilha pequena.*” Sua família tanto “*fica com ela para criação, como pede para matar.*” Numa última vez, a novilha custou “*uns mil cento e poucos reais e foi carne para o ano inteiro.*” (2018). A “*gente mesmo que fez a limpa. Levou o domingo inteiro. Todos que iriam ficar com parte da carne fez a limpeza: a gente aqui de casa, a M. [filha que mora no sítio] e outro filho meu com a nora que mora na cidade.*” É que “*uma vez no ano, a gente se reuni aqui no sítio mesmo para dividir uma novilha, jogamos uma lona no chão*”, limpamos e dividimos. Depois, “*deixamos congelada e vamos consumindo durante o ano inteiro*”.

No sítio, há criação de oito novilhas, “*que são cumprimento de promessa de dar para cada um dos três netos uma novilha.*” Nisto, uma das netas, a mais velha, teve “*a primeira novilha vendida, em troco de três, que já deu crias. Então, no lugar dela ter uma, ela já tem seis.*” “*As duas outras novilhas, do restante de netos, estão para parir a primeira cria*”, já teriam duas cada, até final daquele ano.

Todas as novilhas “*são criadas aqui no pasto do sítio, mas são dos netos*”, para eles terem algo quando crescerem. (Sra. C. e Sra. M., mãe e filha, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019). Caso que confirma a assertiva de Paulino (2003, p. 241) de que o gado é “[...] uma espécie de poupança dos camponeses.” Poupança que só numa “*necessidade*”, por conta da saúde e/ou sinistro que impediu a colheita, “*se vende*”, como podemos verificar na situação do Sr. JV.

Ele e sua esposa, Sra. I, relatam que tinham alguns “*gadinhos desde quando chegamos no assentamento*”, mas três anos antes de nossa visita, Sr. JV. passou por grave problema de saúde que exigia cirurgia. Com a delonga na liberação do encaminhamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o agravamento do estado de saúde, a alternativa foi “*pegar as vacas de leite que tínhamos no sítio e vendermos tudo para pagar a cirurgia, porque do jeito que ele estava, quase não andando mais, não podíamos mais adiar*”.

O médico responsável pela cirurgia já havia informado que “*se demorasse mais um mês para fazer a cirurgia, corria-se risco dele não andar mais, ficar em*

cadeiras de rodas." Situação considerada, à época, limite de reprodução, pois, "se ele ficasse sem andar não teria mais condições" da família permanecer no assentamento. (Sra. I; Sr. JV., casal camponês, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Mesmo os camponeses avaliando que a saúde melhorou após a vida no assentamento, isso se correlaciona mais ao modo de viver do que ao acesso propriamente dito aos serviços de saúde, pois, tanto o 20 de Março como o Eli Vive II, estão entre aqueles que não dispõem de unidade atendimento à saúde, o que torna limitado o acesso a tratamentos: terapêuticos, paliativos, avaliação e preventivos (GOLDIM, 2001) pelos camponeses. Ainda que, em casos de emergências, recorra-se a sistemas públicos como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS e, em última instância, a atendimentos em consultórios particulares, todos estão localizados em distritos próximos – Arapuá/MS e Lerroville/PR, nos municípios de Três Lagoas/MS e Londrina/PR respectivamente.

Outro traço da pecuária leiteira, observado nos sítios, é sua função como pré-aposentadoria do trabalho camponês, em especial, nos sítios em que os espaços de trabalho são prioritariamente conduzidos por mulheres e homens com idade próxima ou acima dos 50-60 anos e 70-80 anos. Nestes, comumente, os relatos são norteados pela permanência dos trabalhos na horta e o peso do cansaço por conta da idade: "*horta, eu estou desde o começo [sete anos], mas agora estou querendo aposentar.*" (Sra. I., 64 anos). "*É que vai ficando de idade e a gente não aguenta mais mexer com horta.*" (e Sr. JV., 70 anos). (PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Cansaço físico que se mescla com aquele esgotamento decorrente dos limites para estruturar a produção: "*a horta, a gente insiste ainda. Eu pensei, quando eu tinha força, que o governo iria apoiar isso daqui, que ele traria verba para a gente manobrar tudo isso daí com trabalho. O que aconteceu? Nada.*" (Sr. V., 59 anos, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019). Situação minimamente superada, a partir da parceria com a Fibria para organização das 35 hortas.

Posteriormente, como bem destaca Sr. V. a produção, ao ponto de gerar excedente, não pôde ser escoada devido aos limites de comercialização: "*A esperança que trouxeram para nós, que foi outra cacetada que a maioria caiu, quando plantamos essas hortas aqui, eu e a E. Olha, que foram alfaces bonitos. Vender para quem?*"

O quadro se contornou após "aparecer o PAA, PNAE municipal, PNAE estadual e as feiras." Contudo, "*agora que está tendo uma vendinha mais ou*

menos", o limite não é tão simples resolver, porque "o que faz limitar é a idade, que vai chegando e diminuindo a força. Aqui ainda é eu e a E. [Sra. E., 49 anos]." Limite que "vai perdendo as esperanças. Eu estou querendo aposentar. Não tem jeito não!" (Sr. V., 59 anos, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Cansaço, intercalado com os limites de saúde, faz com que as atividades da olericultura sejam suspensas temporariamente ou mantidas com poucos alimentos, exclusivamente para autoconsumo familiar: "a horta, eu não mexo mais. Parei, porque estou doente e não posso. É muita coisa e meu marido [Sr. JL.,73 anos], também já de idade, sozinho não dá conta. Nós dois também estamos aposentados."; (Sra. C., 69 anos, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Esses limites revelam ainda as marcas do encontro tardio do campesinato com a terra, como também pode ser compreendido no relato do Sr. A.: "é a primeira vez que a gente tem a terra e fazia tempo que vínhamos labutando, porque saí do sítio para estudar os filhos." Morando na cidade, "entrei numa carvoaria, cortando lenha. Parei um pouco, fui para varrição de rua, ajudei a mexer com construção." Agora que ganharam "essa terra pela reforma agrária, eu já sou um idoso. Não aguento mais mexer com isso daí." (PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Palavras que confirmam Borges (2004, p. 359), quando observa que o campesinato da Reforma Agrária vem de longa travessia, em que "De terra em terra de outrem, os passos foram trilhados. As mãos calejadas e o cansaço são evidenciados em fisionomias que envelheceram antes do tempo no trabalho para o outro".

Cansaço que se justifica pelo fato de que, ao se iniciar "[...] o processo de envelhecimento fisiológico, modificações como perda de massa e redução da resistência e da função muscular, rigidez articular e redução da amplitude de movimento, alterações na marcha e no equilíbrio", começa-se a "comprometer significativamente a mobilidade física da pessoa idosa [...]." (CLARES, FREITAS, BORGES, 2014, p. 238).

Processo que, na percepção de Teixeira (2009, p. 64), atinge todos os estratos da sociedade, mas a forma como seus efeitos chegam a cada um deles são diferentes. Para o trabalhador assalariado, esse envelhecimento pode significar uma problemática social, pelo fato da sua força de trabalho perder "[...] valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida [...]", deixando-o mais vulnerável aos "efeitos imediatos de isolamento, de

exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais".

Nos sítios visitados, percebemos que o envelhecimento, por certo, chega como uma limitação para a continuidade do trabalho camponês na terra, sendo aquele empregado na olericultura com limite maior, visto que exige, em relação às outras atividades, mais flexibilidade e horas de trabalho. (PAULINO, 2003; FERREIRA, 2019).

Situações que, na medida do possível, observou-se serem contornadas por várias alternativas. Num primeiro momento, o caminho é a adoção de atividade que envolva pouca força de trabalho e dinamize, no sítio, espaços produtivos menos desgastantes, como é o caso da criação animal: galinhas, porcos e gado leiteiro.

Também se verificou readaptações da forma de trabalho na horta: "eu quase não aguento mais a horta. Eu acho que vou até mais esse ano. Depois eu vou ver, tentar plantar outras coisas que não precisa ficar muito abaixado assim" (Sra. I., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019); "agora plantar coisas que não dê trabalho, quiabo e abóbora, que será para consumo, joga lá na terra e Deus cuida." (Sra. C., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Diferentemente da exclusão social, é o momento também que se observou o trabalho coletivo, expresso na ajuda de algum vizinho, como entre a Sra. G. e o Sr. V.: "ontem o V. veio aqui me incentivar. Disse que ainda me colocou no projeto [PAA]." Ele que era o responsável "por levar minhas verduras na feira. Ele pegava aqui em casa, pesava, me entregava o peso. Aí não dá preguiça de você trabalhar, porque tem uma pessoa que ajuda." (Sra. G., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019). Ajuda que, além de contar com a comunidade, também pode vir a partir da visita esporádica dos filhos que moram na cidade:

Veio só nós dois. Nenhum [filho] morou com nós, mas meus meninos ajudam muito. Esse caçula, que mora lá na cidade, ajudou a fazer barraco, plantar cana, quintal, fazer cerca. Ajudou em muita coisa. Agora eu e ele [pai e mãe] não damos conta de muita coisa e a horta está ali, coitadinha, desmazelada. [Outro filho] sempre vem ajudar ainda. É dia de domingo e ele vem. O pai [Sr. O., 86 anos] tá velho e ele fica com dó do pai. Vê-se uma porteira mal arrumada ele vai lá arruma. Ele que faz cerca aqui, que ajuda a limpar. (Sra. G., 76 anos, PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Força de trabalho que, em alguns casos, pode se tornar permanente, a partir da inserção gradativa das novas gerações, filhos e netos, como tomadores de decisão sobre as atividades produtivas a serem desenvolvidas, bem como força de trabalho central no sítio. Dentro da chamada sucessão geracional que Stropasolas (2019, p. 26) resume como:

[...] a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Assim, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica também a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural [...].

Sucessão que pode ser compreendida no relato do Sr. A. que, diante das dificuldades de lidar com o trabalho no sítio, destaca que: “*os filhos aguentam. Agora eles que vão trabalhar.*” Dos quatro filhos, dois continuam trabalhando na cidade. O Sr. A². acompanhado do seu filho, neto do Sr. A. e da Sra. M² já estavam “*trabalhando*”, e o outro filho “*que trabalha na rede de internet*”, viria por aqueles dias “*tomar conta, ajudar a cuidar, porque eu não aguento mais pegar um peso, a mãe, também já está doente.*” (PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Assim como aqueles que estão desde o início da transição, ele também faz referências às perdas iniciais da produção em decorrência da falta de mercados para comercializar, mas no sentido de exemplificar que aquela época difícil, quando não “*tinha para quem vender e perdia tudo*” na horta, foi superada, pois os mercados foram surgindo e “*agora tinha o PAA, o PNAE, a entrega para a Fibria, entrega ali para o Sr. J., que também distribui lá na cidade.*”

Deste modo, o trabalho “*seria somente plantar e produzir, porque tem para onde exportar e antes não tinha isso.*” O que agora se resolvia com os filhos e o neto que ali estavam para “*assumir, porque nós temos que viver disso daí, plantando e colhendo.*” Além deles, “*Deus também ajuda que não perde mais, porque tem para onde entregar*”.

O filho, Sr. A²., que também participara da conversa nos relatou que viera para o assentamento há quatro anos por dois motivos. Primeiro, “*eu vim pra cá um pouco para ajudar eles, porque já estavam de idade.*” Segundo, porque anterior ao sítio, ele trabalhou em diversas indústrias de Três Lagoas no ramo de “*cabos e fios*”,

mas queria “*trabalhar comigo mesmo, tentar um negócio para mim.*” Como os pais já estavam lidando com a olericultura em transição agroecológica, “*pensei: é um negócio que é bom, porque sempre quando o ser humano tiver comendo, vai precisar ter comida, então a gente vai produzir, e sempre vai ter venda.*” (PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

No sítio, na medida em que o Sr. A e Sra. M². vão “*parando e somente andando de modo a não entrevar, vivendo na natureza, batendo um papo com os vizinhos [risos].*” O Sr. A². e seu filho ficam cada um responsável pela organização de um espaço de trabalho, enquanto Sr. A². lida com a olericultura, o filho vai aprendendo a tratar das criações – algumas galinhas, porcos e vacas leiteiras. Espaços que, mesmo separados, têm suas funções articuladas em diversos momentos. (E. WOORTMANN, 1983).

A cana e milho que se plantou recentemente ao redor da horta como barreira, tanto terão suas palhas espalhadas sobre os canteiros – cobertura morta, quanto serão moídas para também proteger o solo – cobertura verde. Moídas, a cana também servirá para o filho do Sr. A². tratar as vacas. Assim como o milho também é alimento das galinhas. E os restos da horta, alguns produtos que não se encaixam no perfil de comercialização, que após garantir o consumo da família serão comida para os porcos. (ALTIERI, 2004).

Sr. A². explica que essas são práticas que têm adotado gradativamente, em especial para lidar com “a falta de incrementos” da horta, como sombrite e insumo do tipo esterco. O primeiro que na estiagem e excesso de sol lhe fez perder várias bandejas de mudas: “*nesta época com esse sol quente danado, uma horta assim, tinha que estar coberta*”, pois, “*coloca a mudinha no chão, chega de tarde a bichinha está fritando.*” (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

E a falta de esterco, que frequentemente foi indicado pelas famílias como um dos incrementos que tem gerado mais gasto na produção, já que dependem da compra do tipo cama de frango, cujo custo é até baixo, no máximo paga-se “200 reais” a tonelada, porém, ele é adquirido de um criador do município de Água Clara, que fica há aproximadamente 134 km de Três Lagoas, e devido a distância, o frete chega a ser “500 reais”.

Para compensar a compra, as famílias acabam encomendando “*uma caçamba, que fica por uns 3mil reais e poucos.*” Valor que para o Sr. A². acaba “*ficando caro*”, pois, a horta dele que é 50X50, exige que compre “*uma média de três*

caminhões de compostagem por ano, então gastava aí uns 10mil reais. Dinheiro que saiu da horta, que tem sair da horta.” (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Ainda que seja um limitante, percebeu-se que o adubo é regularmente usado pelas famílias, mesmo dentre aquelas que mantêm pastagem no sítio, isto porque o adubo próprio do tipo esterco de gado não é suficiente para atender a demanda das hortas que, segundo Sr. JV., em tempos de alta produção a “*compra de duas toneladas de esterco é pouco.*” Ele explica que devido ao esterco de gado não render muito, o uso “*do adubo cama de frango acabou virando costume*” após o aumento da produção das hortas, “*porque antes, quando tinham uma hortinha apenas para consumo, eles não tinham esse costume*”, eram acostumados a usar o esterco de gado. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Inclusive, durante a visita, o Sr. A². e o Sr. B. haviam acabado de combinar a compra coletiva de um caçamba, “*para modo dividir os custos do frete*” e evitar “*os prejuízos com perdas de mudas*”, que a falta de adubo deu na produção da horta do filho do Sr. B.: “*esses dias meu filho comprou umas mudas, mas, acho que porque não tinha esterco perdeu tudo, mais de 100 reais.*” Isso também dará um animo para o filho, que já questiona se “*vai dar certo, ele vai continuar na horta, mas, se ele vê que vai tomar prejuízo, disse que só vai mexer com leite.*” (Sr. B., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Em referência aos episódios de mudas e prejuízos à produção, não podemos deixar de falar a respeito da introdução do fungo alternaria nos sítios em transição após a compra de mudas contaminadas que, conforme relato do Sr. J., provocara severo ataque à cebolinha não restando alternativas de controle senão a eliminação total do produto em todas as hortas.

Em 2016 nós tivemos um ataque severo de alternaria na cebolinha, inclusive alguns agrônomos da Agraeer tiveram a capacidade de falar que era ataque de tríceps, que não ataca cebolinha. [Confirmando que era alternaria] Tivemos que fazer um vazio sanitário e tirar todas as cebolinhas que tínhamos plantado, porque atingiu todo mundo e a única explicação plausível é que [a alternaria] veio do viveiro, porque praticamente todo mundo que pegou muda numa determinada época contraiu esse fungo, o que confirma que ele veio com as mudas mesmo. Como não usamos fungicida químico, nós tivemos que fazer o vazio sanitário: remover todas as cebolinhas que tínhamos

plantado, jogar cal nos canteiros, plantar cebolinha bem longe dali.
(Sr. J., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, SET. 2020⁴⁹).

Relato que refletiu a vulnerabilidade aos riscos que a produção camponesa possui frente à dependência de insumos externos, ao mesmo tempo em que demonstrou a consciência ecológica dos camponeses em responder aos desafios da produção, já que, “eliminaram tudo”, ao invés de recorrer à utilização de agrotóxicos do tipo fungicida.

Importante ressaltar que esta opção também tem seu ônus, uma vez que a produção eliminada gerou custo e trabalho. Assim, o jeito é estruturar “[...] sistemas agrícolas autossustentáveis, com baixo uso de insumos externos [...].” (ALTIERI, 2004). Para tanto, “*a gente vai mudando a forma de trabalhar*”, produzindo, por exemplo, “*a cobertura do solo, feita com restos de folhas, silagem da palhada da cana e do milho*” foi prática que contribuiu e “*ajudou bastante*” o Sr. A². a diminuir a dependência pelo insumo tipo cama de frango externo ao sítio. (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

⁴⁹ Depoimento encaminhado por telefone e gentilmente cedido pela pesquisadora Rosemeire Aparecida de Almeida.

Figura 36 – Práticas agroecológicas de cobertura de solo – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora, 2016 – 2020

Além da redução dos custos de produção, essas coberturas possuem função de “[...] proteger o solo contra a erosão, melhorar o microclima, fortalecer a estrutura e fertilidade do solo e eliminar pragas, incluindo ervas, insetos e patógenos [...].” (ALTIERI, 2004, p. 71).

Lá eu tenho a cana, porque tem que ter matéria orgânica Aí, eu cortei e trituro, igual estou fazendo ali, e vou jogando assim para manter a terra sempre úmida. Eu comecei agora, mas, o certo é triturar e deixar uns tempos. Mas está aí e vai começar a se decompor e já vai aumentar a fertilidade do solo. Eu vinha fazendo isso. De vez em quando eu entrava no Google, sabe, o professor nosso lá? A internet. É que, o que eu não sei, a gente pesquisa e sempre vai se aperfeiçoando, porque eu entendia assim igual o povo fala: tem que entender um pouco da natureza, porque se você só vai sugando, sugando a terra, você sempre tem que jogar o adubo químico e tem muita vida aí Se você for só colocando esterco, batendo, batendo a terra não vai ficar daquele jeito [boa para produzir]. E, eu fiz normal mesmo, porque a cobertura eu já sabia que tinha que olhar assim e ter alguma coisa protegendo a terra e ela estava sem nada. Então, de vez em quando, eu já carregava umas folhas, porque eu não gostava de ver aquela terra pura assim, fica meio esquisito. Então, vou melhorando a terra e, conforme for, eu vou mantendo ela deste jeito mesmo. De um jeito que eu não precise, metendo a batata e revirando a terra, porque quanto mais você revira, mais o adubo vai descendo para baixo e você vai sempre perdendo. (Sr. A²., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

A conjunção entre a prática transmitida e aquela apreendida por novos estudos diante de algum limite de produção evidencia a relevância do campesinato como dinamizadores de sistemas produtivos mais sustentáveis.

Figura 37 – Cobertura de solo – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora, 2016 – 2020

Outro ponto observado é o papel determinante que a força de trabalho dos filhos tem para reprodução do campesinato e como a agroecologia tem se mostrado uma opção para a inserção do filho nas atividades concernentes ao sítio. Contudo, mesmo que esta alternativa dos filhos irem, aos poucos, tornando força de trabalho central nos espaços de produção do sítio seja a que mais garanta a reprodução do campesinato nesta fase de envelhecimento, o caso do sítio do Sr. A e da Sra. M² foi exemplo de algumas exceções. Isso porque o que se observou foram sítios camponeses com reduzida força de trabalho dos filhos e presença considerável de pais e mães com idade avançada.

Situação que não foge a realidade do próprio assentamento quando, em levantamento realizado pela Associação no ano de 2019, constatou-se que, em média, 70% a 75% dos camponeses que formam a comunidade do 20 de Março estão acima dos 60 anos. Enquanto que a juventude camponesa, entendida aqui como os filhos (as) e netos (as), é representada por sete jovens (3 mulheres e 4 homens) com idade de 15 a 18 anos; e cinco jovens (1 mulher e 4 homens) com idade entre 19 a 27 anos. (Sr. J., PA 20 DE MARÇO, AGO. 2020).

Além de o assentamento lidar com os limites da comunidade envelhecida, também precisa enfrentar o que Abramovay et al. (1998, p. 36) vai chamar de questão sucessória na agricultura: “[...] quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”.

Contudo, ainda que os autores referenciem essa questão como um desejo natural dos jovens do campo em migrar para a cidade, após não sentirem-se atraídos pela agricultura de base familiar guiada pelo modo de vida camponês, compreende-se que alguns fatores correlacionados aos próprios limites de reprodução do campesinato que têm desencadeado o processo migratório entre a juventude camponesa. A seguir, analisamos alguns pontos desta problemática que fora mais visível entre as famílias do assentamento 20 de Março, e também perceptível no Eli Vive II.

Segundo informações repassadas pelo Sr. J., um dos representantes da Associação no assentamento, a evasão da juventude camponesa está marcada pela migração de “9 mulheres e 7 homens, filhos dos que ainda estão no assentamento e foram para a cidade para estudar ou trabalhar.” (Sr. J., PA 20 DE MARÇO, AGO.

2020) Destes, duas mulheres e dois homens são filhos e filhas de três famílias que visitamos.

Nos relatos, estas famílias explicam que vários foram os motivos da juventude migrar para Três Lagoas, mas um dos pontos que aparece em comum é que a evasão aconteceu logo após os jovens terminarem os estudos do ensino básico e não tem opção no assentamento que auxiliasse na formação profissional. (Sr. V.; Sra. N., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Isso se justifica pelo fato de o assentamento estar entre aqueles que não possuem escola nas suas dependências, fator que contribui para mobilidade destes jovens desde crianças, visto que, para acessarem o ensino maternal, fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio dependem da Escola Estadual Francisco Xavier Trannin, localizada no distrito de Arapuá, cerca de 10 km do assentamento.

Figura 38 – Escola Estadual Francisco Xavier Trannin – Distrito de Arapuá/MS.



Fonte: SANCHES, NARDOQUE, 2018; ARAPUÁ NEWS, 2016.

Mobilidade precoce que não é realidade no Eli Vive II que já conta, desde o pré-assentamento, com educação infantil (C3, P4, P5), ensino fundamental e educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal do Campo Domingues Egidio

Brunetto. Instituída a partir da própria compreensão do MST de que a luta por dignidade não tem como base somente a terra, mas igualmente o acesso a “[...] conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política econômica e social. Arma de duplo alcance para os Sem Terra, a educação tornou-se prioridade do Movimento.” (MORISSAWA, 2001). A relevância da escola do Eli Vive II e da bandeira de luta do MST pela educação pode ser percebida no relato da Sra. I.

Nós não tínhamos terra no Paraguai, trabalhávamos cuidando da propriedade de um brasileiro que tinha terras lá. Entramos nessa fazenda quando eu tinha seis anos e depois de dois dias que fiz 14 anos começamos a acampar [no Brasil] por incentivo meu, porque no Paraguai nós não tínhamos estudos. Nem eu e nem meus irmãos, porque lá não tinha uma fiscalização que obrigava estudar. Quem quer estudar estuda, quem não quer... E no sítio era mais difícil, porque o fiscal iria lá, o pai dava um porco ou galinha, ele iria embora, os filhos ficavam trabalhando. Foi quando eu ouvia sempre no rádio que no Brasil era obrigatório as crianças estudarem, a partir daí comecei a falar para mãe e pai acampar. Em 2006 chegamos ao acampamento Chico Mendes do MST onde ficamos acampados e que tive acesso pela primeira vez à escola. Tudo de lona, que quando chovia chegávamos e não tinha escola porque estava tudo desmanchado, e os pais construíam de volta. O método era o estudo cubano. No início, uns dois anos foi difícil [manter os estudos] porque o pai não queria deixar estudar. Para ele trabalhar não precisava de estudos. E as coisas melhoraram depois que os dirigentes do MST conversaram com ele e explicaram por que a educação era obrigatória para todos. Hoje, eu terminei meus estudos pelo Movimento, fiz o terceiro ano e formatura aqui no assentamento. (PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Figura 39 – Escola Municipal do Campo Domingues Egidio Brunetto – Assentamento Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponesas, 2020.

Importante destacar o papel do MST para a formação educacional das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos, porque, segundo Zótis (2011), é na procura por qualificação educacional e profissional em decorrência da ausência de unidades escolares nos assentamentos que encontramos uma das principais causas da evasão da juventude camponesa. Processo de migração preocupante, pois não são todos os jovens que retornam, visto que muitos deles saiu para acessar e terminar os estudos, mas, acabaram construindo suas famílias, e depois de casados, a gente não pode mais interferir. (Sr. V.; Sra. N., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

Há também aqueles que retornam, mas devido às dificuldades de conseguir negociar “nas famílias mais tradicionais”, o espaço de trabalho, acabam migrando novamente.

Ainda que no assentamento 20 de Março ações da Associação tenham explorado diversas alternativas para assegurar formação profissional para a juventude que permaneceu e, até mesmo, atrair aqueles que migraram, o próprio número de jovens no assentamento acaba sendo um limitante, como nos relata o Sr. J.:

Há um ano fizemos este levantamento [quantidade de jovens no assentamento]. Estávamos formando um desenho do assentamento para participar do edital do Itaú com a Unicef para educação no campo. A proposta era bacana uma verba para estimular o jovem no campo: cursos profissionalizantes, gestão rural, produção de insumos plantio e outros. Mas tinha que ter um mínimo de 15 participantes jovens. Nem chegamos perto e, por falta de jovens, não deu para escrever o projeto. E no momento não temos nada para estes que estão aqui ainda. (PA 20 DE MARÇO, AGO. 2020).

Outra situação que contribuiu para a evasão da juventude camponesa observada por Sr. J. e também identificada nos relatos das famílias refere-se a dificuldade que os jovens possuem em dinamizar no sítio, cuja atividade central é a pecuária leiteira, espaços de produção que garanta a ocupação da sua força de trabalho.

A realidade hoje é mais ou menos assim: os pais, hoje, eles não abrem espaço para os filhos trabalharem e, muitas vezes, nem dá, porque a maioria mexe com a pecuária leiteira e ela não tem um retorno financeiro muito bom. Na verdade, ela trabalha quase no limite. A pessoa usar 13 hectares de terra para ganhar 60 ou 70 reais por dia. Não gera renda, não agrega renda, não transfere renda para os filhos que acabam saindo. E, enquanto não mudar essa visão, que depende dos pais gerar oportunidade para os filhos gerarem renda dentro do sítio fica difícil. (PA 20 DE MARÇO, OUT. 2020).

A “*mudança de visão*” destacada pelo Sr. J. correlaciona-se ao fato de que a pecuária leiteira por si já é uma atividade que exige pouca força de trabalho. Num sítio em que os responsáveis pelas atividades produtivas são idosos, que não dispõe da força de trabalho dos filhos, tal característica faz da pecuária uma alternativa para manutenção dos camponeses na terra. Em situação contrária, em que há força de trabalho dos filhos, dificilmente eles têm poder de decisão sobre a atividade e até mesmo sobre a renda gerada, funções que ficam centralizadas nos pais. Nestas circunstâncias, observou-se que a evasão da juventude camponesa em “*busca de formação profissional*” não aparece desconectada da “*procura por trabalho e renda*.”

Já faz dois anos que as meninas foram embora. Elas foram estudar e trabalhar, mas acabaram casando e ficando na cidade. No começo não tinha essa opção como está tendo agora, que veio os projetos das hortas. (Sra. N., PA 20 DE MARÇO, FEV. 2019).

A falta de “opção” de que trata a Sra. N. pode ser compreendido a partir do relato de um dos jovens que também migrou do assentamento no mesmo período que suas famílias, mas, dois anos antes de nossa visita, tinha retornado.

Na época em que eu fui para a cidade não tinha muita perspectiva aqui no assentamento, por conta da baixa renda. É porque no começo, assim que o governo assenta as famílias, tem toda a questão que fala de apoio e tudo mais, mas este apoio aconteceu assim: muito pouco. [A época] Só havia instalado o assentamento, estávamos nos barracos e ficou cada família por si, o apoio não aconteceu. Então, por não ter como gerar renda na comunidade [assentamento], muitas famílias acabaram indo para cidade. Depois de algum tempo do assentamento feito, começou a aparecer algumas oportunidades de produção. Quem tinha alguns recursos ia fazendo. Mas chegou num ponto que os recursos que a minha família tinha na época não estava dando e a gente teve que ir para a cidade. Aí tive que tomar essa decisão, que não é fácil, devido o carinho e amor que temos pela terra, mas era o que tinha que ser feito. Mas graças a Deus hoje as oportunidades são maiores e melhores. (Sr. L., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, MAIO 2020).

Percebe-se no relato que a migração da juventude camponesa do assentamento 20 de Março está correlacionada com as dificuldades iniciais de estruturação do assentamento, em que a renda obtida com as atividades no sítio não supria a necessidade de reprodução.

[a recriação] se dá mediante processos não lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa descontinuidades. Esta é uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que responde de formas variadas à lógica social mais ampla. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico. (OLIVEIRA, A., 2001, p. 265).

Tratando especificamente dessa trajetória de sujeito histórico a partir da juventude camponesa, percebemos que há uma dificuldade dos jovens em inserir-se nos espaços produtivos dos sítios quando estes estão centralizados num tipo de produção que não absorve muita força de trabalho. Diante isso, destaca-se a relevância da análise de Chayanov (1974) quando ressalta que os espaços produtivos da unidade econômica familiar precisam ser organizados e reorganizados conforme a evolução biológica da família camponesa com vistas a absorver força de

trabalho e garantir renda a todos os integrantes, evitando períodos de ociosidade, do contrário, o próprio jovem Sr. L., explica:

Essa questão do jovem no campo é matemática e um pouco de bom senso dos pais. Independentemente da atividade, se os pais conseguem gerar um montante bom para que o filho também consiga usufruir daquilo ali. Que todos possam trabalhar juntos, se adequando, caso aquela atividade não está dando certo, fazer outra. O sítio em si dá para todo mundo viver. (PA 20 DE MARÇO, OUT. 2020).

Situação que confirma Castro et al. (2009) quando averiguando diversos estudos a respeito da juventude camponesa, chegam a conclusão que a busca de estudos, trabalho e renda estão entre os principais fatores do processo de migração entre os jovens que vivem no campo.

De outro modo, quando o jovem Sr. L. relata no trecho “*tive que tomar essa decisão, que não é fácil, devido o carinho e amor que temos pela terra, mas era o que tinha que ser feito*” também evidencia o equívoco de Abramovay et al (1998) quando trata da questão sucessória na agricultura como resultado único do desejo do jovem em ir embora do campo por vislumbrar na cidade melhores condições de vida, sem perspectiva com a agricultura camponesa de base familiar, como se outros fatores não contribuissem para este processo. A respeito das contradições deste possível vislumbre da cidade enquanto lugar de melhores condições de vida, cabe o relato de uma jovem do assentamento Eli Vive II.

Hoje eu não tenho interesse em voltar para cidade nenhum pouquinho Vishi, já fui, loucura da cabeça. Estava no início do sítio ainda, as coisas estavam encaminhando. Nesse momento tudo é muito difícil. Tem que plantar roça. O dinheiro está curto, é momento de crise. Eu tinha terminado os estudos fazia 30 dias. Fui tentar fazer faculdade de veterinária, mas particular. Até fiz Enem para tentar entrar na UEL. Acho que entrava, porque as notas foram boas, porém, como tinha família estudando na Unopar, fui fazer faculdade nela. E olha desisti, porque foi um ano na cidade e um ano difícil. Eu até tentei voltar depois de um ano, mas estava com aquela coisa: traumatizada pela cidade. Primeiro eu fui sozinha, fiquei na casa da minha tia, depois aluguei uma quitinete, fiquei uns meses sozinha. E, uns seis meses depois, fiquei junto com meu marido, que foi morar para lá também. Ele até arrumou trabalho, mas não conseguíamos nos adaptar. Chegava final de semana a gente corria pra cá. Os outros dias da semana eu ficava com dor de cabeça. Quando eu engravidiei, se já estava difícil para dois, imagina para três. [Porque] no pouco que dava, eu trabalhava e o meu marido trabalhava. Tinha vez que a gente não tinha condição de comprar um pacote de

mandioca para você comer. Não ter uma verdura para comer, não ter alguma coisa [alimento]. Só comendo carne, ifood, só lanche, e coisarada que não enche barriga. No começo foi um perrengue, você imagina: você recebe R\$ 1.300, R\$ 800 vai para o aluguel. O que sobra? R\$ 500 reais. Hoje você não sobrevive na cidade. Por isso, eu vim embora da cidade no início de minha gravidez. No sítio é bem melhor do que na cidade, porque, se a gente não tem nenhum tostão furado dentro de casa, vê um pé de mandioca plantado ali, come, não passa fome. Então quando eu tive a decisão de não morar na cidade, foi o tempo que a coisa estava feia, feia mesmo. (Sra. D., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Importante destacar o relato da Sra. D. porque ele demonstra o quanto próximo está o ideal de vida da juventude do campo com o modo de vida que está na base da agricultura camponesa familiar, em especial, quando nos atentamos para os custos despendidos com o aluguel, que entra em contraposição a terra de morada, conquista pela luta social, assim como sua percepção a respeito do alimento que suas próprias mãos podem lhe garantir, o autoconsumo.

Para, além disso, o alimento que igualmente lhe pode gerar renda suficiente para sanar as necessidades do grupo familiar: “*porque a gente mexeu, mesmo antes de vir para o sítio um pouco com horta sabe, então se fosse para plantar um alqueire de horta aqui, a gente plantava*”, tão por isso não teve dúvidas ao entrar no Coletivo de mulheres, diversificar a produção com práticas agroecológicas e participar do projeto Sacolas Camponesas da UEL afinal “*por que eu vou ficar aqui [cidade], se eu tenho toda a oportunidade vivendo no sítio? Não tem necessidade de sofre na cidade não.*” (Sra. D., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Juventude camponesa que, de forma diferente, vivenciaram a migração pela dificuldade de renda – momento de ir e, dadas novas possibilidades de renda, momento de retornar.

Figura 40 – Juventude camponesa – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponesas, Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora 2016 – 2020

Assim, distante do que seria uma dificuldade de aceitação ou inserção na agricultura camponesa familiar como alegado por Abramovay et al. (1998), nota-se que as dificuldades dos jovens fluem da mesma fonte de dificuldades do grupo familiar em dinamizar no sítio espaços de produção que ocupe e gere renda à força de trabalho. O que tem encontrado limites, especialmente correlacionado à circulação, pois nem todos dispõem de transportes:

Eu vejo uma dificuldade em vender, escoar a produção. Essa é a maior dificuldade. Eu acho que um pouco é pela falta de transporte, porque, se for pouquinha horta, como eu planto, se tiver uma camionete, um carro, ou uma Kombi, o que for, pega, enche [de produtos] vai na cidade e vende. (Sra. D., PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019).

Em outros casos, os limites à comercialização, como identificado no assentamento 20 de Março, estão na delonga na liberação da chamada pública dos mercados institucionais PAA e PNAE: “*eu estava entregando para o PAA, aí eu plantei um punhado, plantei jiló, berinjela, fiz um plantio grande.*” Mas, com a paralisação das entregas devido às férias, “*não estava tendo para quem vender, eu não faço feira, então eu não tive mercado. Daí eu pensei: deixar quieto.*” (Sr. A., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019).

Há ainda aqueles condizentes com a produção, como as dificuldades de manutenção dos espaços produtivos que permitam que a força de trabalho da juventude e da mulher saia da posição secundária. Contudo, vem gradativamente superado pela transição agroecológica na ativação de espaços de produção, o que inclusive justifica o trecho do relato do Sr. L. quando diz: “*Mas, graças a Deus, hoje as oportunidades são maiores e melhores*”. Isso, porque o Sr. L. nesse trecho faz referência à reorganização do sítio com as hortas agroecológicas realizado por sua mãe Sra. L. com vista a garantir seu retorno. É que diante da viabilização da comercialização, a partir dos projetos da UFMS, a Sra. L buscou garantir atividade produtiva que ocupasse e remunerasse a força de trabalho do seu filho, Sr. L., como ela mesma relata à coordenadora do projeto, em Almeida (2018):

Eu fazia várias feiras antes dessa feirinha dentro da faculdade, mas não dava muita renda, mas ajudava bastante na melhoria da renda do marido. No começo dessa feirinha dentro da faculdade, eu não vendia muito, não, mas tinha esperança de melhorar. Depois o projeto foi crescendo, as pessoas conhecendo nosso produto e eu fui

vendo que eu poderia ganhar muito mais se eu melhorasse minha produção. Hoje, eu consigo produzir o meu e ajudar mais algumas pessoas comprando pra levar pra feira. Como eu disse, como assentada-feirante minha renda era muito pouco. A partir dessa feirinha da faculdade a minha família teve uma mudança muito boa, a gente conseguiu comprar um carro pra fazer a feira. E também eu consegui fazer uma coisa que eu esperava muito, que era fazer com que meus filhos participassem da minha atividade, se interessassem pelo sítio. Eu costumo falar que o que a gente adquire em dinheiro, em bens materiais, nem é tanto assim, mas o que eu consegui que ao menos um deles se interessasse pela terra me gratifica muito. (ALMEIDA, 2018, p. 4-5. Entrevista concedida à autora pela assentada-feirante L. [Abril, 2018] Três Lagoas).

Para ela, esse retorno foi um dos maiores frutos conquistados a partir da produção e comercialização com base na transição agroecológica:

Hoje eu me sinto tão feliz... Ele até ajuda na produção, faz queijo, faz bolo pra mim, já faz a feira também, né. O meu mais novo ainda trabalha, mas é lá mesmo, dentro da comunidade, mas já é uma grande vitória ter os dois ao meu lado. Voltando ao assunto do veículo, eu pago a mensalidade desse veículo com o que eu adquiro da feira e outras coisas também que a gente consegue tirar com esse valor que a gente arrecada na feirinha. (ALMEIDA, 2018, p. 4-5. Entrevista concedida à autora pela assentada-feirante L. [Abril, 2018] Três Lagoas).

Confirmando que, assim como no assentamento Eli Vive II, a olericultura agroecológica tem sido relevante tanto para a autonomia quanto para a visibilidade dos camponeses no chão da reforma agrária, desde força de trabalho nos espaços produtivos do sítio até agricultores de alimentos na comercialização.

Figura 41 – Famílias camponesas em transição agroecológica – Assentamento 20 de Março e Eli Vive II.



Fonte: arquivos pessoais camponesas, Projeto UEL, NEA Bolsão, registros autora 2016 – 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguar as formas como a transição agroecológica tem contribuído para a recriação do campesinato em assentamentos da reforma agrária no campo sul-mato-grossense e paranaense exige, antes de tudo, entender as circunstâncias de sua reprodução na agricultura sob o modo capitalista de produção, já que, a partir da implantação desse sistema, a monopolização privada da terra e da alimentação estabelece sérios bloqueios à constituição do campesinato enquanto classe social. A formação do território capitalista brasileiro é exemplar.

Desde a Colônia, a obtenção de renda a partir do monopólio privado da terra demarcou no país a gênese do uso e ocupação do campo. Nisso, uma classe minoritária de proprietários latifundiários e capitalistas passou a definir a utilização da terra tanto por instrumentos legalizados pelo próprio Estado – considerando-se o Sistema de Sesmarias, perpassando pela Lei de Terras, até o Estatuto da Terra – quanto pela ilegalidade a partir da grilagem de terra.

Não diferente da escala nacional, a formação da malha fundiária do Paraná e Mato Grosso do Sul traz indícios dessa conjuntura agrária: o incentivo do Estado aos projetos públicos de colonização do norte e oeste do Paraná, e do sul de Mato Grosso do Sul; e a concessão e/ou venda de terras para companhias privadas, tanto de colonização como de exploração – é exemplar o caso da Companhia Matte Laranjeira, com a doação estatal de aproximadamente um milhão de hectares.

Tal cenário escancarou o caráter de mercadoria atribuído à terra após a Lei de 1850, e para a eclosão de uma autêntica indústria de lucro e grilagem. Em relação a esse último aspecto, terras devolutas do Estado e aquelas outrora ocupadas por grupos indígenas e camponeses foram incorporadas sem consentimento destes aos grandes latifúndios. Como as terras dos povos Cayapó, do aldeamento de Sant' Anna do Parnahyba, situado em região característica do Território do Bolsão, e dos camponeses expulsos pela expansão das fazendas de pecuária extensiva, café e erva-mate, que marcam a constituição do território capitalista do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Essa incorporação foi executada violentamente contra os povos do campo, forçados a abandonarem suas terras após terem casas e roças destruídas, e até mesmo ocorrendo o assassinato de parte do grupo. Barbárie que, aliás, perdura até

os dias atuais, como forma de separar os camponeses do seu principal meio de reprodução.

Assim, aos camponeses expulsos houve intensa interdição de qualquer possibilidade de redistribuição fundiária que possibilitasse sua recriação, o que tem se agravado com o enrijecimento da estrutura fundiária altamente concentrada; não à toa, nos dois estados, os latifúndios acima de 1.000 hectares evidenciam movimento ascendente de concentração de terras. Paradoxalmente, os pequenos estabelecimentos, característicos da agricultura camponesa familiar, registram retração tanto em número quanto em área ocupada. Contudo, ainda que essas transformações indiquem o seu fim, não o são.

Efeito de um processo contraditório e desigual intrínseco ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, historicamente, a classe camponesa luta contra a sua expulsão e conversão em classe assalariada, pelo insistente retorno à terra, bem como procura formas de nela permanecer. O que se notou ser possível, uma vez que interessa para o progresso da agricultura e sua inserção na lógica de acumulação de capital a reprodução do campesinato.

Subordinam, então, sua força de trabalho individual e familiar na conversão de parcela considerável dos grandes latifúndios em propriedade capitalista da pecuária extensiva, de cana-de-açúcar, café, erva-mate, soja e milho. Ou seja, garantem que a terra cumpra sua função social como meio de produção e passível de gerar renda capitalizada para os proprietários rentistas. Trajetória registrada na história das famílias tanto do assentamento 20 de Março quanto do Eli Vive II.

Outra maneira de o campesinato servir ao capital está na própria constituição da propriedade privada camponesa, cuja formação se torna indispensável para o capital resolver os imbróglios provocados pelas grandes propriedades que mantêm proporções de terra abaixo da capacidade produtiva, ou sem desenvolver qualquer atividade, monopolizadas apenas por interesses econômicos como reserva de valor imobiliário, mas passíveis de especulação pela compra e venda em condições favoráveis de maior extração da renda fundiária.

São as mesmas condições que levaram os latifundiários do leste de Mato Grosso do Sul a arrendarem ou venderem parte do seu quinhão concentrado às empresas do setor de celulose/papel/madeira Fibria-Suzano e Eldorado Brasil, após incentivos fiscais via isenção de imposto e financiamento de instituições estatais como o BNDES a empresas de capital privado, incentivando sua territorialização na

região e contribuindo para a disparada do preço da terra e, simultaneamente, à valorização imobiliária. Enquanto isso, as comunidades rurais são suprimidas e as terras da propriedade camponesa familiar se tornam, aos poucos, fonte de matéria-prima de baixo custo para a atividade econômica do setor industrial de alimentos, bem como ao mercado nacional e de nações estrangeiras.

Concentrado nos ramos sucroenergético, de carnes e de grãos, controlados por empresas de capital nacional e estrangeiro, como a Cargill, esse setor industrial, a partir da monopolização do território, determina as regras do sistema alimentar capitalista, instituído para deslocar a riqueza produzida pela exploração exacerbada da força de trabalho e subjugação da renda camponesa das nações em desenvolvimento às potências imperiais interessadas no aumento da taxa da mais-valia pelo rebaixamento dos gastos trabalhistas e aprimoramento das indústrias de manufaturados abastecidas por matéria-prima de baixo custo.

É esse sistema alimentar, justificado numa falsa ideia de desequilíbrio entre oferta e demanda de produtos agrícolas, que estabelece as condições para o mercado ditar as regras, desde a produção, circulação e comercialização até o consumo de alimentos em escala mundial. O que coloca em risco a soberania alimentar de cada nação, conduzindo milhares de pessoas ao risco de insegurança alimentar e fome, à custa de abastecer um mercado sem pátria.

É também pelas ações monopolistas que essas empresas subjugam a propriedade privada camponesa à adoção de um pacote de manejo com base no uso de fertilizantes, pesticidas e herbicidas inorgânicos (agrotóxicos), cuja técnica é altamente mecanizada e quimificada, responsáveis não só pela crescente homogeneização dos espaços de trabalho dos sítios camponeses, como pela ociosidade da força de trabalho familiar no campo.

Desde sua formulação, esse modelo de agricultura industrial se mantém forjado no uso imediato e sem precedentes dos ecossistemas. Tal ação rompe os limites da natureza, contaminando quimicamente culturas de manejo alternativo, e o ecossistema de biomas como Cerrado e Mata Atlântica. Essas circunstâncias são observadas nas transformações agrícolas dos estados, bem como nos assentamentos.

Nisso, solo, água, fauna e vegetação nativa, os bens naturais, vão gradativamente perdendo sua capacidade de se autorrenovar, autorregular e autossustentar. A máxima é transformá-los em recursos, mercadorias passíveis de

gerar capital; sucumbe, assim, a máxima de coevolução, em que a evolução da sociedade não se afasta da sustentabilidade do ambiente, estabelecida desde os primórdios entre humanidade e natureza.

Os efeitos maléficos das dinâmicas agrárias também são sinalizados sobre a vida humana a partir da identificação de agrotóxicos no alimento e na água que ingerimos, e sua correlação com diagnósticos clínicos de doenças congênitas e endócrinas, evidenciando a letalidade que essa agricultura agroquímica lança sobre a sociedade.

Contudo, é imprescindível olhar a reprodução social da classe camponesa para além da recriação determinada pela sujeição às regras do capital, já que ela transgride, ainda que parcialmente, para reprodução social em condições mais autônomas. E é exatamente aqui que a pesquisa identificou a relevância da transição agroecológica, como fator condicionante a essa autonomia camponesa.

A começar pela reestruturação do sítio camponês enquanto um sistema de insumos e produtos, a partir do aproveitamento mais eficiente e ecológico do ecossistema. Isso tem resultado em ganhos ambientais, como a ampliação da biodiversidade a partir da restauração da vegetação próxima aos cursos d'água e a recomposição florestal na extensão dos quintais camponeses, com árvores típicas do bioma local; incremento e manutenção da fertilidade e conservação do solo com base na cobertura vegetal; e recuperação de nascentes.

Essa mentalidade auxilia, de antemão, as famílias camponesas assentadas em questão a minimizar e até mesmo reverter os limites à produção da agricultura camponesa proveniente do manejo ambiental criminoso, cometido anteriormente à implantação do assentamento, a saber: degradação do solo com visíveis pontos de erosão, compactação e salinização; assoreamento das nascentes com desaparecimento de cursos d'água; e redução da biodiversidade, com extinção de espécies da fauna e flora dos biomas locais.

Por certo, muito ainda precisa ser feito, já que, em trabalho de campo, também identificamos algumas atividades que mantêm o círculo de degradação, como, por exemplo, a pecuária leiteira manejada incorretamente, devido à limitada assistência técnica, e até mesmo atividades produtivas ligadas à agricultura convencional de soja. Essas situações têm contribuído para o agravamento ou surgimento de pontos de degradação do solo e na redução da biodiversidade nos sítios camponeses.

Contudo, são situações que gradativamente têm mobilizado os camponeses a manejar a biodiversidade natural a partir de práticas tradicionais, que resgatam e preservam a capacidade contínua dos ecossistemas de autorrenovação, autorregulação e automanutenção, já que isso, para além dos ganhos ambientais, representa ganhos na escala produtiva, visto que o aproveitamento mais eficiente e ecológico do ecossistema também tem revertido em melhor desempenho das atividades agrícolas a partir dos insumos ambientais disponíveis no próprio sítio: correção natural dos nutrientes do solo, disponibilidade de água, sombreamento da produção contra a radiação solar direta, diversificação produtiva e menor vulnerabilidade aos riscos em decorrência de perdas produtivas.

Sem que, para isso, dependesse de técnicas de manejo industrial e agroquímico, o manejo a partir de práticas tradicionais tem colaborado para o rebaixamento da dependência camponesa aos insumos externos (produtos fitossanitários, fertilizantes, agrotóxicos – pesticidas e fungicidas – e adubos minerais) imposta pela tecnificação da agricultura como forma de subjugar os camponeses às empresas mundiais que controlam a produção industrial desses insumos: Cargill Incorporated, ADM, Bunge, Louis Dreyfus, entre outras.

Além disso, o resgate das práticas tradicionais promove a recolocação do campesinato não apenas no lugar de agricultores de alimentos, mas enquanto sujeitos portadores e guardiões da memória biocultural, que reserva práticas milenares de manutenção e conservação da biodiversidade nas diversas regiões do país. O que implica garantir melhores condições à existência humana, não somente à geração presente, como às futuras.

Ademais, esses ecossistemas ecologicamente sustentáveis refletem processo dinâmico de readaptações típico da própria reprodução do campesinato. O que nos conduz a outra contribuição da transição agroecológica para promoção da autonomia camponesa, que trata da ativação e valorização dos espaços de trabalho no sítio camponês, anteriormente desativado devido à inserção de técnicas de manejo convencional.

Para entender, cabe considerar que, em se tratando dos espaços de trabalho e produção, ao menos três foram identificados nos sítios camponeses acompanhados pela pesquisa: quintal, roça e pastagem. Em virtude da diversidade de práticas de manejo, observou-se que cada espaço ocupa de forma desigual a força de trabalho dos integrantes do grupo familiar.

Contudo, no espaço de produção de quintal, uma vez que o manejo agroecológico praticado nas hortas exige a execução de trabalhos como: preparação e aplicação de caldas naturais; uso da capinagem para controle da proliferação de ervas daninha; preparo e utilização de matéria orgânica para cobertura do solo; resgate de semente e preparo de mudas; colheita e preparo para comercialização; entre outras. Notou-se a maior ocupação da força de trabalho do grupo familiar, com destaque para o trabalho da mulher e dos filhos, bem como resgate de relações de reciprocidade entre os próprios integrantes da família.

Todo mundo ajuda, aqui em casa, por exemplo: quando tem que ir para horta, vai todo mundo; se você não tiver ajuda, quase não consegue nada, porque se for pagar tudo, você não aguenta. A gente troca muito dia de serviço com o pai e a mãe: quando eles precisam, a gente vai lá ajudar eles, e, quando precisamos, eles vêm ajudar nós, então trocamos bastante serviço. Se eu não tivesse entrado no grupo das hortas, isso não iria acontecer, porque aí eu teria que me envolver em outra atividade e não teria tempo pra estar juntos. (Sra. I^a. PA ELI VIVE II, LONDRINA, MAR. 2019 – AGO. 2020).

Assim, é precisamente nessa ocupação que a transição agroecológica tem efetivamente contornado um dos maiores imbróglios da reprodução camponesa na terra, a ociosidade da força de trabalho. Visto que, quando os espaços de trabalho nesses sítios têm como centralidade a adoção pelo manejo convencional, constatou-se que as atividades ocupam prioritariamente a força de trabalho masculina, ao passo que deixam ociosos outros integrantes da família, sobretudo as mulheres e os filhos.

Em alguns casos, tal situação limita a autonomia desses sujeitos, já que não detêm poder de decisão sobre as etapas de produção e do que é cultivado, executando apenas a função de ajudantes, até mesmo com pouco ou nenhum controle em relação à renda gerada por seu trabalho, sendo a comercialização também de competência do chefe familiar. Isso acabou forçando-os a estabelecerem vínculo com trabalho acessório externo ao assentamento, para equilibrar a balança de trabalho e consumo no sítio camponês, quando não resultara na sua migração.

Porém, as práticas de manejo agroecológico nas hortas culminaram na ativação do espaço de produção de quintal, que tradicionalmente, no sítio camponês, é ocupado pelas mulheres e filhos, assegurando de maneira mais igualitária e equilibrada a ocupação da força de trabalho familiar na terra, e

atenuando limites históricos à autonomia desses sujeitos, como a invisibilidade do seu trabalho na agricultura camponesa familiar.

Há também de se destacar aqui a pertinência dos projetos Sacolas Agroecológicas (UFMS/CPTL) e Sacolas Camponesas (UEL/CCE), ponto de partida para esta pesquisa. Dinamizados a partir da perspectiva socioeconômica da transição agroecológica, a qual preza pelo respeito e valorização das agricultoras e agricultores, também contribuíram para inserir as mulheres e os filhos nos espaços de comercialização e, concomitantemente, trouxeram autonomia sobre a renda gerada por seu trabalho, além de visibilidade como agricultoras e agricultores de alimentos.

Hoje o assentamento oferece grandes vantagens, grandes oportunidades que aparecem aqui para a gente, sabe? São processos que foram construídos passo a passo, hoje você consegue trabalhar na terra, dar uma qualidade de vida boa para as pessoas. Eu sou uma pessoa que sempre gostei da terra, quando vi que tinha possibilidade de fazer uma renda – no meu caso, as hortas e a produção de derivados de leite, da qual a gente pode viver dela – , mudei para cá de volta, e eu espero que mais jovens mudem assim também. (Sr. L., PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, MAIO 2020).

Ao destacarmos tais potencialidades da transição agroecológica, não queremos sinalizar que a centralidade em atividades convencionais e o patriarcado, identificados na pesquisa como principais determinantes para a invisibilidade de mulheres e filhos, tenham sido totalmente solucionados pelos espaços de produção em transição.

São situações que ainda atravessam a vida de muitas agricultoras, sendo, inclusive, responsáveis, durante a finalização deste trabalho, pela decisão da jovem Sra. D., que, após momentos conturbados no casamento, acabou acompanhando o marido, que desejava migrar para a cidade; e até mesmo a do jovem Sr. L., que não chegou a sair do assentamento, mas teve que sair do sítio dos pais, e agora reside em outra casa, cedida pela Associação.

Contudo, como explica Sr. L., todos os limites podem ser superados: “*Porque a base de tudo é a agricultura familiar, porque é uma agricultura autossustentável, é o que funciona: a geração de renda na própria família*” (PA 20 DE MARÇO, TRÊS LAGOAS, FEV. 2019). Assim, longe de ser o fim da luta, são realidades que “estamos enfrentando com o nosso trabalho mesmo, mostrando que somos capazes

de construir nossa história" (Sra. J., PA ELI VIVE II, LONDRINA, AGO/SET 2020), no chão da reforma agrária.

Luta e trabalho da mulher agricultora ganharam visibilidade em nível estadual no mês de dezembro/2018, com a primeira certificação orgânica realizada pela rede Ecovida em sítio da reforma agrária no estado do Paraná. O assentamento é o Eli Vive II, e a certificada foi a Sra. V., da Associação das Mulheres Camponesas, que vinha desde 2016 recebendo assessoria das técnicas do projeto da UEL juntamente da rede Ecovida para conquistar a certificação.

A Sra. V., anteriormente ao assentamento, trabalhava diariamente como catadora de materiais recicláveis no município de Londrina, e veio para o acampamento do MST para lutar pela terra justamente porque o trabalho na cidade ocorria em condições desgastantes, não lhe dando autonomia para sequer reunir-se com a família. Hoje, a Sra. V. está assentada no Eli Vive II com sua filha e filho, que também têm espaços de trabalho em transição agroecológica em seus sítios, com intenção de certificação.

As famílias do assentamento 20 de Março também deram passos significativos contra a invisibilidade, quando, em setembro de 2020, o Sr. L. e o Sr. J. aparecem referenciados como produtores da agricultura familiar pelo então prefeito, Ângelo Guerreiro, em declaração nas suas redes sociais.

Guerreiro também aproveita para destacar a participação dos assentados nos mercados institucionais, como o PAA e PNAE, e seu protagonismo na produção de alimentos saudáveis que complementam a alimentação escolar de considerável parcela da comunidade três-lagoense, a qual certamente estaria exposta à fome e à insegurança nutricional não fosse a reforma agrária, com ganhos em direção à soberania alimentar. Importa saber que isso marca a primeira vez que um representante político se refere à existência da agricultura familiar no município de Três Lagoas.

Tais conquistas revelam que, na atual rainha da celulose, e naquelas terras dos grãos de soja, há produção de comida pela agricultura familiar, e há reprodução camponesa pela transição agroecológica no chão da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão).

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Tadeu; FERRARI, Dilvan; TESTA, Vilson Marcos. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco Brasil, 1998.

ABREU, Kátia. Audiência Pública do Senado Federal da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **TV Senado**, 30 nov. 2010. [Filme] s.l.: s.n. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/TV/Video.asp?v=40901&m=37102>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ABUTAKKA, Antonio. **O significado da migração populacional para o município de Cáceres (Município de Fronteira Internacional com a Bolívia).** 2006, 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2006.

Agência EFE. Valor da produção agrícola brasileira tem queda de 5,3% em 2009. **Mundo G1**, 20 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/valor-daproducao-agricola-brasileira-tem-queda-de-53-em-2009.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Agro na Globo mostrou a riqueza do campo brasileiro. **Editorial Agro/G1**, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industriariequeza-do-brasil/noticia/2018/12/17/agro-na-globo-mostrou-a-riqueza-do-campo-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2019.

Agrostat. Exportação Mato Grosso do Sul e Paraná, 2007 a 2020. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ALENCAR, Álvaro Gurgel. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista Brasileira de Política internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 137-144, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a09v44n1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

ALMEIDA, Rosemeire A.. Reforma agrária, mulheres e agroecologia: lutas contra a exclusão econômica e social. In: VII Congresso Internacional de Agroecologia, 2018, CORDOBA. **VII Congresso Internacional de Agroecologia**. Cordoba: UCO, 2018. v. 1. p. 01-12.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão agrária na contemporaneidade e

os desafios do movimento camponês no Brasil. Encuentro de Geógrafos de América Latina, XII, 2009 Montevidéu. **Caminando en una América Latina en Transformación.**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Dinamizando a agricultura camponesa e o consumo agroecológico em Três Lagoas/MS. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII; Simpósio Nacional de Geografia Agrária, VIII; Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais, 2015, Goiânia: UFG. **A questão agrária na contemporaneidade:** dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Mobilidade Social e Questão Territorial: mais que um ir e vir. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 2, n. 9, 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1016/1018>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Proposta de Projeto de Extensão Dinamizando a agricultura familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas – MS** (PREAE/UFMS/CPTL/2015). 2015.

ALMEIDA; Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10164/8928>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989.

ALTIERI, Miguel. Os biocombustíveis são um modo de imperialismo biológico. In: **Via Campesina – Brasil.** Soberania alimentar, os Agrocombustíveis e a Soberania Energética. Brasília: Via Campesina, 2007.

ALVARENGA, Darlan. Suzano terá 46,6% da nova companhia após a fusão com a Fibria. **Editorial Economia G1**, 16 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/suzano-tera-466-apos-fusao-com-a-fibria.ghtml>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988.** 2016. 289 f. Tese (Doutor em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016.

AMARAL, Maxwell da Silva. A marcha para o Oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do Sul: deslocamentos, políticas e desafios. **Revista de História**, Dourados, v. 16, n. 28, p. 153-165, 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4549/0>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980, 278 p.

ANGOLA, Catarina de; OLIVEIRA, Laudenice. A rua é nosso lugar. **Encontro Nacional de Agroecologia – ENA**, 3 jun. 2018. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/a-rua-e-o-nosso-lugar/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ANSA. Governo Bolsonaro libera 51 agrotóxicos e totaliza 290 no ano. **Isto É**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/governo-bolsonaro-libera-51-agrotoxicos-e-totaliza-290-no-ano/>. Acesso em: Acesso em: 30 nov. 2020.

Anuário Estatístico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF. Plantios florestais com eucalipto e pinus nos estados do Brasil 2005 a 2012. Brasília, ano base 2009 e 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3887/recentsubmissions>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Aprenda a fabricar armadilha artesanal para capturar insetos. **EPAGRI**, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2021/01/20/aprenda-a-fabricar-armadilha-artesanal-para-capturar-insetos/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

Aprenda a recuperar uma nascente em cinco passos. **Rede Rebob**, 18 jul 2017. Disponível em: <https://www.rebob.org.br/post/2017/07/18/aprenda-a-recuperar-uma-nascente-em-cinco-passos>. Acesso em: 4 jan. 2019.

Área de Preservação Permanente (APP). **Embrapa**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. **Dinâmicas Virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. 2020. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Redes e movimentos. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/redes-e-movimentos/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Articulação Nacional de Agroecologia. O que é ANA. 31 jul. 2018. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

AS-PTA. Relatórios: 2014 e 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/quem-somos/relatorios-de-atividades/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Atlas da Agropecuária Brasileira. **Imaflora**, 2017. Disponível em: <http://www.imaflora.org/atlasagropecuario/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VELINO JUNIOR, Francisco José. A Geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. pp. 113-138.

BARRETO, Clarissa de Araújo; RIBEIRO, Helena. Agricultura e meio ambiente em Rio Verde (GO). **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 3, n. 1, ano 2008.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.11, n.31, pp.37-49, 1997. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BERSANI, André Ricardo dos Santos. **Territorialização camponesa:** fatores de permanência espaço-temporal do campesinato de Itinga, Vale do Jequitinhonha-MG. 2014. 255 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2014.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação de terra do Sul de Mato Grosso 1880-1940.** Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH – USP, 2017, 296 p.

BOMBARDI, Larissa. Entre Vistas – Larissa Bombardi. **Entre Vistas**, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AcpZLQTo7qE>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao movimento sem terra:** práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema - SP. 2004. Tese (doutorado em história) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103170/borges_mc_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 ago. 2020.

BORGES, Maria Celma. Os Cayapó e a propriedade da terra em Sant'Anna do Paranaíba, Sul de Mato Grosso. **Outros Tempos**, Maranhão, vol. 14, n. 23, 2017, p. 105 - 128. Disponível em:
https://www.outrostemplos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/571. Acesso em: 30 ago. 2020.

BORGES, Maria Stela Lemos. A identidade e a luta pela terra. In: BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra: reforma agrária.** São Paulo: Editora Anita, 1997, p. 107-172.

BORZONE, Clariana Vilela. **Mulheres camponesas no Território Rural do**

Bolsão/MS: protagonismo, resistências e contradições. 2018. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRANDALISE, Silvia Regina. Especialista alerta para os perigos dos agrotóxicos na infância. **Ministério Público de Santa Catarina**, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JoZfcKP3Zfs>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida.** São Paulo: Cabral Editora, 1994. Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/a_partilha_da_vida.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. Brasília: **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**, 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-domapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.** Brasília: Diário Oficial da União, 20 ago. 2012.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL N°64.** Brasília: Diário Oficial da União, 4 Fev. 2010.

BRASIL. Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Artigo 1º da LEI nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Planalto, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 08 jun 2018.

BRASIL. **LEI 11.346.** Brasília: Diário Oficial da União, 16 Set. 2006.

BRASIL. **Lei nº 6670/2016. Política Nacional de Redução de Agrotóxicos.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=5D9421460B24E07672332ABDC3DD2DA8.proposicoesWebExterno1?codteor=1697945&filename=Avulso+-PL+6670/2016. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Plano Safra.** Brasília: MAPA, 2009/2010 a 2018/ 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario>. Acesso em 15 set.2016.

BRASIL. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Decreto nº 7.794.** Disponível em: http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Decreto%20n%C2%BA%207794_PNAPO.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 6670/2016.** Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=15

16582&filename=PL+6670/2016. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRUNO, Regina; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: Convênio FAO/Incra, 2000.

BUQUERA, Rodrigo Brezolin. **A agroecologia e os serviços ecossistêmicos: um estudo de caso nos assentamentos do município de Iperó/SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em agroecologia e desenvolvimento rural) Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras, 2015.

BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flavio; RECINE, Elizabetta; LEÃO, Marília; CARVALHO, Maria Fátima de. **Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

Câmara de Três Lagoas homenageia dez anos do Crase Coração de Mãe. **Pantanal FM**, 27 set. 2019. Disponível em: <http://www.pantanlagora.com.br/camara-de-tres-lagoas-homenageia-dez-anos-do-crasedcoracao-de-mae/>. Acesso em: 19 maio 2019.

CAMPOS, Ana Cristina. Insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, 14 nov. 2020. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros#:~:text=Na%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20leve%2C%20h%C3%A1,comprometer%20a%20quantidade%20de%20alimentos>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Cargill. Desempenho dos negócios. 2009. Disponível em: <http://www.relatorioanualcargill.com.br/2009/praticas-humanas/segmento-alimenticio.aspx>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Cargill. Linha do tempo. 2014. Disponível em: https://www.cargill.com/static/brazil-annualreport/2014/pt/03.htm#linha_do_tempo. Acesso em: 15 dez. 2019.

Cargill. Relatórios anuais. 2020. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 30 nov. 2020.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. Camponeses do Sertão Mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, DF. 2003. Disponível em: <https://livilagens.sct.embrapa.br/amostras/00073800.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Reforma Agrária:** a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol.18, n. 50, jan./abr. 2004.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no Norte do Paraná e a política cafeeira. **Revista Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10191>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CASTRO, Anna Maria de. Trajetória do combate à fome no Brasil. In: ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero:** uma história brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, v.1, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3893p/B3893p.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 361.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. 250 p.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno – CEDOC – CPT. Conflitos no campo - Brasil. 1988. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 16 Dez 2018.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno – CEDOC – CPT. Conflitos de Terra no Brasil – 1985 a 2016. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 16 Dez 2018.

Certificações: histórico de participação da rede no marco regulatório da Lei Federal. **Rede Ecovida de Agroecologia**, 2019. Disponível em: <http://ecovida.org.br/certificacao/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

CHAYANOV, Alexander Vasil'evich. **La organización de la unidad económica campesina.** Tradução: Rosa María RussoVich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHIARA, Márcia de. Prato feito pesa mais no bolso do brasileiro. **Estadão/UOL**, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao->

conteudo/2019/12/08/prato-feito-pesa-mais-no-bolso-do-brasileiro.htm#:~:text=O%20tradicional%20prato%20feito%20do,%2C27%25%20para%20o%20per%C3%ADodo. Acesso em: 30 nov. 2020.

CLARES, Jorge Wilker Bezerra; FREITAS, Maria Célia de; BORGES, Cíntia Lira. Fatores sociais e clínicos que causam limitação da mobilidade de idosos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 3, may./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002014000300237#:~:text=Durante%20o%20processo%20de%20envelhecimento,pessoa%20idosa%2C%20predispondo%20a%20quedas%2C. Acesso em: 30 nov. 2020.

CLARO, Rafael Moreira; SANTOS, Maria Aline Siqueira; OLIVEIRA, Tais Porto; PEREIRA, Cimar Azevedo; SZWARCWALD, Célia Landmann; MALTA, Deborah Carvalho. Consumo de alimentos não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2023. **Revista Epidemiol. Serv. Saúde.**, Brasília, 24 (2): 257-265, abr-jun 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/2015.v24n2/257-265>. Acesso em: 10 dez. 2019.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A Abordagem Teórico-Metodológico dos Regimes Alimentares e a Escala Geográfica. Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII; Simpósio Nacional de Geografia Agrária, IX. Curitiba: 2017. **Geografia das redes de mobilização social na América Latina**. Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/gt-17/>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil:** o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em geografia) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

Com Compacel, Suzano se defende no mercado brasileiro de papel. **Uol Terra Economia**, 22 dez. 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/com-compacelsuzano-se-defende-no-mercado-brasileiro-de-papel,2073a8f241d2b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Combate a fome no Brasil se estagnou, afirma ONU. **Revista Exame**, 11 set. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/combate-a-fome-no-brasil-se-estagnou-afirma-onu/>. Acesso em: 13 mai. 2019.

Companhia de abastecimento nacional – Conab. **Boletim da safra de grãos, 2010 a 2019**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/infoagro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos> Acesso em: 20 nov. 2019.

Companhia de abastecimento nacional – Conab. **Compêndio de Estudos da Conab: 2014 a 2019**. Brasília: Conab, 2016.

Companhia de abastecimento nacional – Conab. **Quadro de Oferta e Demanda: 2011 e 2012.** Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/index.php/oferta>. Acesso em: 02 jan. 2020.

Companhia de abastecimento nacional – Conab. **Série Histórica das Safras: 2010 a 2019.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=20>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONCEIÇÃO, Cristiano Almeida da. A agroecologia como estratégia de desenvolvimento territorial em áreas de fronteira: o caso dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário – MS. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul, Laranjeiras do Sul, 2016.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Relatório 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Consulta unificada Fibria Celulose S.A. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**, 2009. Disponível em: https://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Consulta_operacoes/consulta_unificada.html?cpfcnpj=60643228000121&nome=&operacao=operacao_direta&contrato=09201881. Acesso em: 30 ago. 2020.

CORRÊA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

CORREIA, Silvia. O modo de produção capitalista: o exemplo do trabalho feminino. **Revista Formação** (online), Presidente Prudente, v. 2, n. 14, p. 130-140, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/651>. Acesso em: 31 nov. 2018.

COSME, Claudemir Martins. A expulsão de campões assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará. 2015. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COSME, Claudemir Martins. A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. 2019. Tese (Doutorado em geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

COSTA, Fernando Luis Martins. Dinâmica socioeconômica e a juventude do Assentamento Florestan Fernandes. 2010. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000162295>. Acesso em: 30 nov. 2020.

COSTA, Sandra; FRANCELINO, Maria. Rede Ecovida certifica primeira propriedade em assentamento do Paraná. . **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/12/17/rede-ecovida-certifica-primeira-propriedade-em-assentamento-no-parana/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

COSTA, Stéfano Bueno da. **O Programa Luz para todos: uma política pública de inclusão social e cidadania**. Taubaté: XVII Encontro de Iniciação Científica XIII Mostra de Pós-graduação VII Seminário de Extensão IV Seminário de Docência Universitária, 2012.

COUCEIRO ARROYO, Andrés; MARTÍNEZ ÁLVAREZ, Yago; ALONSO GAMIR, Juan; SANTAFÉ BARCOS, Elisa; SARALEGUI DÍEZ, Pablo; ORTEGA LAINA, Eva. **Grupos de consumo: una cultura agroalimentaria sostenible**. Madrid: La editorial de ecologistas en acción, 2016.

Cúpula Mundial de Alimentação (Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação). **Acervo FAO**, 17 nov. 1996. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/FAO-Food-and-AgricultureOrganization-of-the-United-Nations-Organiza%C3%A7%C3%A3o-dasNa%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-aAgricultura/cupula-mundial-de-alimentacao-declaracao-de-roma-sobre-aseguranca-alimentar-mundial-a-plano-de-acao-da-cupula-mundial-da-al.html>. Acesso em: 16 abr. 2019.

Dados sobre o trabalho escravo no Brasil. **Repórter Brasil**, 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>. Acesso em: 4 set. 2020.

DATALUTA PARANÁ. Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011 a 2013. In: **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**. FCT/ UNESP. Coordenação: FERNANDES, Bernardo Mançano; GIRARDI, Eduardo Paulon; - Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriospr.php>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2006 a 2016. In: **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**. FCT/ UNESP. Coordenação: FERNANDES, Bernardo Mançano; GIRARDI, Eduardo Paulon; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.

DE BIASE, Laura. **Agroecologia, campesinato e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-21062010-080227/publico/Laura_de_Biase.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

DE PAULA, Ana Luísa Faria Caetano. **Diagnóstico ambiental e plano de restauração de florestas ripárias em lotes de assentamento rural.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019.

DE' CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado do Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 100, p. 105-130, maio 2013.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Cesta Básica mantém tendência de alta, 2010. São Paulo. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2010/201002cestabasica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, 2016. São Paulo. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em: 01 jul 2019.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Valor da Cesta Básica: 2012 a 2020. São Paulo. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina:** a globalização e o poder do campesinato. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DEWALT, Billie R. **Mexico's Second Green Revolution:** Food for Feed. **Studies/Estudios Mexicano**, Mexicam, v.1, n. 1, p. 29-60. 1985.

DIAS, Teresa Cristina. Futura Ministra da agricultura defende agrotóxicos e assistência técnica para pequeno produtor. **Jornal de alagoas**, 11 nov. 2018. Disponível em:<https://jornaldealagoas.com.br/rural/22855/2018/11/11/futura-ministra-da-agricultura-defende-agrotoxicos-e-assistencia-tecnica-para-pequeno-produtor>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DIETZ, Willian Henry. Muito Além do Peso – Oficial. **Maria Farinha Filmes**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Embrapa. Controle alternativo de pragas e doenças das plantas. 2006. Brasília: Disponível em:
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11942/2/00078790.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ESCHER, Fabiano. O “efeito da China” na economia e na agricultura do Brasil. **Jornal online Sul 21**, 15 jan. 2018. Disponível em:
<https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2018/01/o-efeito-china-na->

economia-e-na-agricultura-do-brasil/. Acesso em: 30 nov. 2020.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida:** quem controla nossa alimentação? Tradução: Omar Rocha. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 279 p.

ESTEVE, Esther Vivas. Um sistema alimentar que produz famintos e obesos. Entrevista especial com Esther Vivas. **Instituto Humanitas Unisinos Online**, 2014. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao442.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul:** uma visão multidisciplinar. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008, p. 53-80.

FABRINI, João Edmilson. Campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. (Orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FABRINI, João Edmison. A existência (e resistência) camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul. Revista Eletrônica da Associação dos geógrafos brasileiros, Três Lagoas, n. 29, Ano 15, p. 147 – 173, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/8111>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Fazendeiro que desmatou mais de 20 mil ha no Pantanal também é alvo de operação da PF. **Ecologia e Ação (ECOA)**, 12 set. 2018. Disponível em: <https://ecoa.org.br/fazendeiro-que-desmatou-mais-de-20-mil-ha-no-pantanal-tambem-e-alvo-de-operacao-da-pf/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FEIDEN, Alberto; ALMEIDA, Dejair Lopes de; VITOI, Vinícius; ASSIS, Renato Linhares de. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência & Tecnologias**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 179-204, 2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8803/4945>. Acesso em: 19 mai. 2019.

FERNANDA, Bruna. Ave Mutum Cerrado. **Portal dos animais**, 2019. Disponível em: <https://www.portaldosanimais.com.br/informacoes/ave-mutum-cerrado/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e Reforma Agrária. In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. **Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FERREIRA, Jhiovanna Eduarda Braghin. **Os caminhos de sustentabilidade e transição agroecológica no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS:** estudo do grupo das hortas. 2019. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2019.

FERRER, Sandra Aparecida Costa. Assentamento Eli Vive mobilizado para doações de alimentos em Londrina-PR. **Mídia Sem Terra**, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/midiensemterra/videos/2617336951856399/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Fibria. Relatório de sustentabilidade. 2010. Disponível em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_downloads/pt/2020/Fibria-2010.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

Fibria. Relatório de sustentabilidade. 2017. Disponível em: <http://r2017.fibia.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Rel-Fibria-2017.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Fichas Agroecológicas: tecnologias apropriadas para agricultura orgânica. **Codeagro**, 2020. Disponível em:

<http://www.codeagro.sp.gov.br/arquivos/fichasagroecologicas/4%20-%20Fichas%202022-36.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FONSECA, Silas Rafael da. **Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no Sudeste paranaense**. 2019. Tese (Doutor em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2019.

FREITAS, André Alexandre Ricco de. **A reforma agrária em Mato Grosso do Sul: os dilemas e as possibilidades na criação de assentamentos rurais a partir da análise dos dados institucionais**. 2020. Dissertação (Mestrado em sociologia) Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados, 2020.

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the empire: the pathologies of globalized agriculture. **Journal Socialist Register**, v. 41, julho de 2004. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5828/2724>. Acesso em: 19 mai. 2018.

FRIEDMANN, Harriet. International Regimes of Food and Agriculture since 1870. In: SHANIN, Teodor. (Ed.). **Peasants and Peasants Societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Histórico PNAE. 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 05 jan. 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio

Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010. 260 p.

GALIZONI, Flávia Maria. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas**. 2005. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2005.
Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279832/1/Galizoni_FlaviaMaria_D.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; LOPES JÚNIOR, Elias Carlos; CHIODI, Rafael Eduardo; REIS, Ricardo Pereira. Agricultura Familiar, Água e Estratégias Produtivas no Rio dos Cochos, Campos Gerais de Minas. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco, 2008.

GALLAR-HERNÁNDEZ, David; VARA-SÁNCHEZ, Isabel; CALLE-COLLADO, Ángel. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Junta de Andalucía: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012. Disponível em:
https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

GARCÍA NOSSA, Antonio. **Sociología de la Reforma Agraria en América Latina**. Bogotá - Cruz de Sul, 1973.

GAVRAS, Douglas. Dólar atinge R\$ 4,14 e já afeta preços de alimentos. **Editorial cotações do Estadão**, 29 ago. 2018. Disponível em:
<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/08/29/dolar-atinge-r-414-e-ja-afeta-precos-de-alimentos.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GIMENES, Erick. Ação humana contra o meio ambiente causou pandemia do coronavírus, diz pesquisador. **Brasil de fato**, 18 mar. 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/18/acao-humana-contra-o-meio-ambiente-causou-a-pandemia-do-coronavirus-diz-pesquisador>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/agricultura_ocupacao.htm. Acesso em: 10 dez. 2010.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processo ecológicos em agricultura sustentável. Tradução de Maria José Guazzelli com o apoio de Augusto Freire, Cláudia Job Schmitt Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000. 653p.

Gliessman, S.R.. *Agroecología: Procesos Ecología en Agricultura Sostenible*. (CATIE, Ed.). Turrialba, Costa Rica.2002.

GODOY, Luciano de Souza. **O direito à moradia e o contrato de mútuo imobiliário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300003&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 30 nov. 2020.

GOLDIM, José Roberto. **Categorias de tratamento**. 2001. Disponível: <https://www.ufrgs.br/bioetica/cattipo.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GRAZIANO NETO, Francisco. O Brasil não precisa de reforma agrária. **Veja especial**, 31 out. 2004. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=37122>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GRIGORI, Pedro. 118 agrotóxicos são aprovados durante a pandemia, liberação é 'serviço essencial'. **Repórter Brasil**. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/96-agrotoxicos-sao-aprovados-durante-a-pandemia-liberacao-e-servico-essencial/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GUERREIRO, Ângelo. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/1496715177206888/posts/2666844730193921/?substory_index=0&sfnsn=wiwspwa&extid=uRT5lu0TB5xQ8owT. Acesso em: 30 nov. 2020.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GUIMARÃES, Ligia. Álcool dos Estados Unidos aumenta produção de milho no Brasil. **Economia e negócio G1**, 02 fev. 2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL3660-9356,00-ALCOOL+DOS+ESTADOS+UNIDOS+AUMENTA+PRODUCAO+DE+MILHO+NO+BRASIL.html. Acesso em: 15 dez. 2019.

GUTIERREZ, Luiz. In: TOOGE, Rikardy. Brasil amplia liderança e tem 56% das exportações mundiais de soja em 2018, diz OMC. **Editorial Agro/ G1**, 31 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/07/31/brasil-amplia-lideranca-e-tem-56percent-das-exportacoes-mundiais-de-soja-em-2018-diz-omc.ghml>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GUZMAN CASADO, Gloria Isabel; GONZALEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMAN, Eduardo. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid/Barcelona/México: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

Hambrientos de tierra: los pueblos indígenas y campesinos alimentan al mundo con menos de un cuarto de la tierra agrícola mundial. **GRAIN**, 10 jun. 2014. Disponível em: <https://grain.org/es/article/4956-hambrientos-de-tierra-los-pueblos-indigenas-y-campesinos-alimentan-al-mundo-con-menos-de-un-cuarto-de-la-tierra-agricola-mundial>. Acesso em: 26 ago. 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In: **ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; **PATEL**, Raj. **SHATTUCK**, Annie. **¡Rebeliones Alimentarias!**: la crisis y el hombre por la justicia. Barcelona: El Viejo Topo, 2010. 257 p.

II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, Produção e qualidade de vida no meio rural. **DHNET**. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Analise da segurança alimentar no Brasil: 2017-2018**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708&t=resultados>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996, 2006 e 2017. Brasil**. Rio de Janeiro:
 IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996, 2006 e 2017. Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro:
 IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996, 2006 e 2017. Paraná**. Rio de Janeiro:
 IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, 2002-2003 e 2008-2009**. Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=24788&t=sobre>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por**

Amostra de Domicílios – PNAD 2004, 2009 e 2013. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-econsumo/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10528&t=resultados>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019.** 2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-ede-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marcode-2019>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, 2013 a 2107.** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>. Acesso em: 10 julh. 2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. **Painel Assentamento Rurais. 2017 a 2019.** Disponível em: [painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=1](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1). Acesso em: 10 ago. 2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. **Sistema de Gestão fundiária. Consulta de Parcelas.** Disponível em: https://sigef.incra.gov.br/consultar/parcelas/?termo=&pesquisa_avancada=True&cpf_cnpj=&proprietario=&cns=&matricula=&codigo=&protocolo=&credenciado=&verifica=&sncr=7230102827237. Acesso em: 13 mai. 2019.

JACOBI, Pedro Roberto; EMPINOTTI, Vanessa Lucena; SCHMIDT, Luisa. Escassez hídrica e direitos humanos. **Revista Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, Jan./Mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2016000100001&script=sci_arttext&tlang=pt. Acesso em: 30 ago. 2020.

JACOBY, Enrique. Muito Além do Peso – Oficial. **Maria Farinha Filmes**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4>. Acesso em: 28 mar. 2019

JAIME, Patrícia Constante. Por que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é necessário. **Jornal da USP**, 07 jan. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/por-que-o-conselho-nacional-desseguranca-alimentar-e-nutricional-e-necessario/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org). **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1986.

KAUTSKY, Karl. Questão Agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no Norte do Paraná:** processos geoconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento em uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução: MATINESCHEN, Daniel; PEREIRA, Caio Heleno da Costa; MATHIAS, Dionei; ANTONIUK, Elisete; BOECHAT, Fernanda Boarin; FÜLLGRAF, Frederico; SILVA, Natasha Pereira da; PAULINO, Sibele; NEUBAUER, Sirlene Nair. Maringá: Eduem, 2014.

KOMORI, Olácia Mamoru; PEDROSA, Rosangela Aparecida; VITA, Eleni Aires; CUNHA, Joedir Silva da; PRATA, Valtair Gonçalves. Sistema Participativo de Garantia: caminhos percorridos pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, Glória de Dourados, v. 7, n.2, 2012.

KOMORI, Olácia Mamoru; SOUZA, Pedro Luiz de; PEDROSA, Rosangela Aparecida; XAVIER, Cláudia Pereira. Rede de Agroecologia MS: Núcleo Glória de Dourados. **Cadernos de Agroecologia**, Corumbá, v. 5, n.1, 2010.

KUDLAVICZ, Miecleslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas.** 2010. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2010.

KUDLAVICZ, Miecleslau. Os impactos do monocultivo de eucalipto na Microrregião de Três Lagoas/MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, n. 14, ano 18, Nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/617>. Acesso em: 10 ago. 2015.

KUDLAVICZ, Miecleslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum.** Blog Grupo de Estudos Terra Território, 2014.

LA VIA CAMPESINA. Declaración de Mons. 1993. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/mons-declaration-may-1993/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp [distribuidor], 2004.

LEITE, Stella Pereira; SILVA, Cristiane Ribeiro da; HENRIQUES, Leandro Calixto. Impactos ambientais ocasionados pela agropecuária no Complexo Aluízio Campos. **Revista Brasileira de Informações Científicas**, Bodocongó, v.2, n.2, p.59-64. 2011.

LEMOS, Jullyane de Oliveira Maia; MOREIRA, Patrícia Vasconcelos Leitão. Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição: um passeio pela história. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 17, n. 4, p. 377386,

2013. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/download/13464/11439>. Acesso em: 28 mar. 2019.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEONARDO, Letícia Alves. **Questão Agrária e Patrimônios Religiosos na Diocese de Três Lagoas (MS)**. 2020. Dissertação (Mestre em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2020.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**: São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI**. Paraíba, v. 1, n. 1, p. 189-211, jun-ago. 2016. Disponível em:
<http://www.ineu.org.br/content/uploads/2016/08/A-ajuda-alimentarinternacional-dos-EUA.-Pol%C3%ADtica-Externa-interessescon%C3%B4micos-e-assist%C3%A3ncia-humanit%C3%A1ria-ThiagoLima-e-Atos-Dias-1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

LOPES, Fábio Júnior. **A reinvenção política do MST**: uma análise do programa de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo da sua história. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2004.

LUNEAU, Gilles. In: BOVÉ, José. **O mundo não é uma mercadoria**: camponeses contra a comida ruim. Tradução: Angela Mendes de Almeida e Maria Tereza Van Acker. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007.

MACHADO, Renato Luiz Abreu. **O que é o Consea?** 28 jun. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-ainformacao/institucional/o-que-e-o-consea>. Acesso em: 24 mar. 2019.

MALAGODI, Edgar; BEZERRA, Rogério Silva. Karl Marx: rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. **Raízes**, Capina Grande, vol. 24, n. 01 e 02, p. 110-123, jan./dez. 2005.

MapBiomass alertas. Relatórios 2019 e 2020. Disponível em:
<http://alerta.mapbiomas.org/relatorios>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da Terra.** São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. 174 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – o processo global de produção capitalista. Livro 3. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1974.

MATOS, Amélio Fernando de Godoy. Muito Além do Peso – Oficial. **Maria Farinha Filmes.** 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MATOS, Dalva Maria da Silva; PIVELLO, Vânia Regina. O impacto das plantas invasoras nos recursos naturais de ambientes terrestres – alguns casos brasileiros. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 61, n. 1, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n1/a12v61n1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MATTEI, Lauro. A política Agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n. 2, p. 293-307, 2018. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes Alimentares e questões agrárias.** Tradução: Sonia Midori. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016. 256 p.

MEDEIROS, Catiana. MST plantará 7 milhões de mudas de árvores no RS. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/12/21/mst-plantara-7-milhoes-de-mudas-de-arvores-no-rs/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MELITO, Leandro. Bolsonaro promove desmonte das políticas públicas de

combate à fome. **Brasil de fato**, 04 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MELO, Thiago da Silva. **A espacialização do latifúndio, os impasses à política de assentamentos e a eficiência camponesa em Ivinhema-MS**. 2017. 255 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Londrina. 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão Agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. In: MENDONÇA, Sonia Regina; STÉDILE, João Pedro (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010. 198 p.

MERCADANTE, Patricia Tozzo de Matos. **Soberania Alimentar e transição agroecológica no assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)**. 2018. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2018.

Ministério da Saúde. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**, 2015. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/pense>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3697318.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SILVA, Ana Paula Moreira da. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA. 2017. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica_nacional_agroecologia_cap02.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

Moradores do assentamento Eli Vive esperam por início da construção de estradas rurais. **Taroba Londrina**, 20 fev. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OkXUhOa7YKI>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 224 p.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento sustentável. **Revista Agriculturas**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de Burla/1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas EdUFMT, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Márcia Maria Menenes. **Nas fronteiras do poder:** conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nossa História. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossahistoria/84-86>. Acesso em: 15 Jan 2019.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nossos símbolos – Lona Preta. Disponível em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/#:~:text=A%20lona%20preta%20%C3%A9%20mais,acampadas%20em%20todo%20Brasil%20carregam>. Acesso em: 05 jan. 2020.

Muito Além do Peso – Oficial. **Maria Farinha Filmes.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Mundo Fracassa na redução da fome, diz ONU. **BBC.com**, 15 out. 2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/ciencia/021015_fomemtc.shtml. Acesso em: 16 abr. 2019.

MUNHOZ, Sidnei José. Kennan e a política externa no EUA durante a Guerra Fria. **Boletim do Tempo Presente.** Pernambuco, n. 2, Set/2012, pp. 1-13. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4226>. Acesso em: 21 dez. 2018.

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Miecleslau. Reforma Agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico. **Revista Geografia em questão, Marechal Cândido Rondon**, v. 12, n. 02, p. 110-123, 2019.

NERI, Marcelo. Onde estão os “ricos” no Brasil. **FGV Social**, 2020. Disponível: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/OndeEstaoOsRicos_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 1997. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Assentamento-rural.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NOGUEIRA, Simone Silva. **Intensificação ou diversificação?** A pecuária leiteira em questão. 2010. Dissertação (Mestre em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Belém, 2010. Disponível em: http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2010/Simone_Silva_Nogueira.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

NORGAARD, Richard B. Base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989.

Nota de esclarecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **CNM/CUT**, 2009. Disponível em: <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/notade-esclarecimento-do-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra>. Acesso em: 05 abr. 2019.

O que é trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 2020. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20artigo,trabalhador\)%2C%20jornada%20exaustiva%20\(em](https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20artigo,trabalhador)%2C%20jornada%20exaustiva%20(em)). Acesso em: 4 set. 2020.

O retorno do Brasil ao Mapa da Fome. **Redação Pragmatismo**, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/retorno-do-brasil-ao-mapada-fome.html>. Acesso em: 11 abr. 2019.

ODUM, E. P, BARRET, G.W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Thomson Learning, 1988, 612 p.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A política de Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial no Ceará. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 19, pp. 151-175, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73996/>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Formas de sujeição e sociabilidade camponesa no semiárido. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, vol. 35, n. 2, p. 255-271, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337141517006.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo. Iânde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 12, 2010a. Acesso em: 11 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista CampoTerritório**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago 2010b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048>. Acesso em: 19 mai. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2004. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/473/0>. Acesso em: 20 jul. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. BR-163 Cuiabá – Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; TORRES, Mauricio (Orgs). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005, p. 67184.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos. Encuentro de Geógrafos de América Latina, XII, 2009 Montevidéu. **Caminando en una América Latina en Transformación**. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os limites do novo Censo Agropecuário. **Correio da Cidadania**, 10 fev. 2010c. Disponível em: <http://www.correiodacidadania.com.br/meioambiente/4312-10-02-2010-os-limites-do-novo-censo-agropecuario>. Acesso em: 20 jun. 2019.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. **Estudos Avançados**, São Paulo, nº 43, vol. 15, pp. 255-265, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300019&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 de Outubro de 2013

OLIVEIRA, Rodolfo O. de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 12, p. 7-16, dez. 2002. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1>. Acesso em: 19 mai. 2019.

Opep mergulha o mundo na crise do petróleo nos anos 70, causando recessão. **Acervo o globo**, São Paulo, 02 out. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/opep-mergulha-mundo-na-crise-do-petroleo-nos-anos-70-causando-recessao-10230571>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PACHECO, Íris. Chicão: “o congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Demos uma nova cara à luta pela terra”. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. 2013a. Acesso em: 19 maio 2019.

PACHECO, Íris. Fátima Ribeiro: “todo processo foi feito com muita convicção na utopia de ver a terra livre”.. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. 2013b. Acesso em: 19 maio 2019.

PACHECO, Maria Emilia. Construindo um dialogo: feminismos e agroecologia. **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE**, 2005. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/construindo-um-dialogo-feminismo-e-agroecologia/>. Acesso em: 19 maio 2019.

PADOVAN, Milton Parron; FEIDEN, Alberto; KOMORI, Olácio Mamoru; MOTTA, Ivo de Sá; PEREIRA, Zefa Valdivina. Grandes eventos tecnológicos-científicos de agroecologia em Mato Grosso do Sul: concepções, realizações e possíveis impactos. Dourados: **Embrapa Agropecuária Oeste**, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/151896/1/Grandes-Eventos-Tecnico-Cientificos-....pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

PADOVAN, Milton Parron; URCHEI, Mário Artemio; MERCANTE, Fábio Martins; CARDOSO, Sandro. Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências. Dourados: **Embrapa**. Campo Grande: Idaterra, 2002.

PAIÃO, Cintia Aparecida; SACHS, Línlya. Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”: a história de uma outra escola. **Revista de História da Educação Matemática Sociedade Brasileira de História da Matemática – HISTEMAT**, São Paulo, ano. 5, n.2, p. 41-65, 2019. Acesso em: 19 maio 2019.

PALMA, Danielly Cristina de Andrade. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PANAGIDES, Stahis. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=2ahUKEwj4xoir67rkAhXXJ7kGHTV7AA0QFjACegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Fojjs%2Findex.php%2Frbe%2Farticle%2Fdownoad%2F1686%2F5880&usg=AOvVaw0WQQy_IhHprjmdZvWARNU. Acesso em: 30 nov. 2019.

PAULILO, Maria Inês. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; GUANZIROLI, Carlos Enrique; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (Org.). **Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda**. Rio de Janeiro: Vozes - IBASE - FAO, 1994. v. 1. 216p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, n.19-20, 1997. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7247>. Acesso em: 25 jul 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Alimento e mercados: uma questão geopolítica e de classes. **Revista Formação (online)**, Presidente Prudente, v.1, n. 14, p. 167-185, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/708>. Acesso em: 10 dez 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Comida e Soberania ou Segurança para o mercado de alimentos?: geopolítica e contra hegemonias em foco. Curitiba: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII; Simpósio Nacional de Geografia Agrária, IX – SINGA. 2017. **Geografia das redes de mobilização social na América Latina.** Disponível em:
https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt17_1504529974_arquivo_definitivo_eliane.pdf. Acesso em: 27 nov. 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro: estudo comparativo. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.10, p.111 - 128, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi. O descumprimento da função social da terra e a invisibilização do latifúndio como estratégia de classe: o caso de Mato Grosso In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.) **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual combinado e contraditório em Mato Grosso.** Campo Grande: UFMS, 2015a, v.1. p. 63-81.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Para não dizer que não falei do crime de lesa pátria de Temer: os Decretos 9.309, 9.310 e 9.311/2018. **Revista Okara**, João Pessoa, v.12, p.275 - 292, 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Projeto de Extensão Rural Fomento a sistemas agroecológicos para inclusão tecnológica, produtiva e mercantil de mulheres camponesas e as Sacolas Camponesas** (UEL/CCE/2016). 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 33, p. 177-204, 2015b. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13702>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná.** 2003. 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102969/paulino_et_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 mar. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 2(1): 199-211, jul./dez., 2008. Disponível em:
<http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/Terra%20Plural.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A eficiência da produção camponesa no Brasil: estudo comparativo. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 35, ano 26, p. 17-34, jul/dez 2010a. Disponível em:
<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/415>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

PELIANO, Anna Maria Medeiros. Lições históricas – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil: In: ARANHA, Adriana Veiga (org). **Fome Zero:** uma história brasileira Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

PELIANO, Anna Maria Tiburcio Medeiros (coord). **O Mapa da Fome:** Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Brasília: IPEA, Documento de Política nº 14, 1993. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019.

PERES, João, MATIOLI, Victor. O fim anunciado dos estoques públicos de alimentos no Brasil. **O joio e o trigo**, 21 nov. 2019a. Disponível em:
<https://ojoioeotrigo.com.br/2019/11/o-fim-anunciado-dos-estoque-publicos-de-alimentos-no-brasil/>. Acesso em: 02 mai. 2020.

PERES, João, MATIOLI, Victor. Por que o fim dos estoques públicos de alimentos do Brasil é um problema. **O joio e o trigo**, 25 nov. 2019b. Disponível em:
<https://ojoioeotrigo.com.br/2019/11/por-que-o-fim-dos-estoque-públicos-de-alimentos-do-brasil-e-um-problema/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. **Banco de Dados Emprego. 2020.** Disponível em:
<http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/pnad-ibge-arquivos-resultadosbrasil-regioes-e-unidades-da-federacao>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Pessoas únicas e suas historias – Neli Cordeiro (Três Lagoas – MS). **Fibria**, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B5joZW-4-s4>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico: reflexões a partir da experiência da AS-PTA no agreste da Paraíba. In: SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido:** avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. In: TOLEDO, Victor M; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PIGNATI, Wanderlei Antonio; LIMA, Francco Antonio Neri de Souza e; LARA, Stephanie Sommerfeld de; CORREA, Márcia Leopoldina Montanari; BARBOSA, Jackson Rogério; LEÃO, Luís Henrique da Costa; PIGNATI, Marta Gislene. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>. Acesso em: 05 jan. 2020.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Eli Vive II. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. COOPERIGUAÇU**. Londrina: Pda, 2012. 170 p.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vinte de Março. **Agraer. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural**. Três Lagoas: Pda, 2009. 106 p.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 378 p.

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida**: um manifesto. Tradução: Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda (Edição do Kindle). 2013, 3413 posições.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca (Edição do Kindle). 2006, 8331 posições.

Por trás do Alimento: Conheça os 27 agrotóxicos encontrados na água que abastece as cidades do Brasil. **Agência Pública; Public Eye; Repórter Brasil**. 12 abr. 2019. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2019/04/12/conheca-os-27-agrotoxicosencontrados-na-agua-que-abastasse-as-cidades-do-brasil/#>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. **ASCOM**, Nov. 2012. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

RAOUL, Marine Dubos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Os impactos da expansão do eucalipto para a comunidade rural de Arapuá, Distrito do município de Três Lagoas-MS: o papel dos elementos culturais no processo de expulsão e resistência territorial. Encontro Nacional da Anpege - ENANPEGE, XVIII. 2019. São Paulo. **A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562638972_ARQUIVO_ArtigoCompletoMDR.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020.

REGINA, Thainá. Juventude Sem Terra do MS doa 1.400 hortaliças em bairros carentes da capital. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**.

2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/02/juventude-sem-terra-do-ms-doa-1-400-hortalicas-em-bairros-carentes-da-capital/>. Acesso em: 4 set. 2020.

REGO, Thelmely Torres. **Formação em agroecologia: programa do contestado da AS-PTA**. 2016. Tese (doutorado em educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry. Understanding alternative food networks: exploring the role of short supply chains in rural development. In: **Environment and Planning A**, 2003, vol. 35, pp. 93-411.

RESENDE, Francisco Vilela; VIDAL, Mariane Carvalho. Organização da Propriedade no sistema Orgânico de Produção. Brasília: **Embrapa**, 2008. Disponível: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPH-2009/34951/1/ct_63.pdf. Acesso em: 4 set. 2020.

Restaurante guru. **Burger King**. Disponível em: <https://restaurantguru.com.br/Burger-King-Tres-Lagoas-2>. Acesso em: 4 set. 2020.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil**. 2013. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro; ABRANTES, Fernando José. Meio ambiente e modernização agrícola. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 43, n.1, p.3-45, jan.-mar. 1981. Acesso em: 4 set. 2020.

ROOS, Djoni. **As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira**. GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, vol. 4, nº 31, p. 1-18. 2 jan 2013, Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/djoni-roos.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

ROOS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência no território camponês. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, 2012. Acesso em: 4 set. 2020.

ROOS, Djoni; PAULINO, Eliane Tomiasi; SOARES, Gustavo; MONTENEGRO, Jorge. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade no MST em fatos e fotos. **Revista Geografia em questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 03, p. 179-201, 2020. Acesso em: 4 dez. 2020.

ROSA, Paulo Roberto; FELICIO, Munir Jorge. Reforma agrária como estratégia para o desenvolvimento com soberania alimentar. Curitiba: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII; Simpósio Nacional de Geografia Agrária, IX – SINGA. 2017. **Geografia das redes de mobilização social na América Latina.**

Disponível em:

https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt17_1503931686_arquivo_reformagrariacomoestrategiaparaodesenvolvimentocomsoberaniaalimentar.pdf.

Acesso em: 27 nov. 2018.

ROVER, Oscar José; LAMPA, Felipe Martins. **Rede Ecovida de agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade,** 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-4.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. Movimentos Camponeses na América Latina e Crítica da modernização dependente do campo: as fronteiras abertas do MST. **Revista Cadernos de Campo/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNESP.** Araraquara, n. 16, p. 95-109, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7318/5180>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos:** los campesinos latinoamericanos en la fase Agroexportadora Neoliberal. México: Plaza y Valdes Editores, 2009. 239 p.

SABOURIN, Eric. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano. 16, v.02, out/2008.

SAFFIOTI. **Gênero, Patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em:
<http://www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SALES, Luciana. **Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND - Vila São Pedro – Dourados – MS.** 2011. Disponível em:
<http://geografiaagrariaufgdluciana.blogspot.com/2011/11/colonia-agricolanacional-de-dourados.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANCHES, Francielle Rodrigues de Macedo; NARDOQUE, Sedeval. As contradições do cerceamento das políticas públicas para a educação do campo em Três Lagoas(MS): Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin e Escola Municipal Profa. Elma Garcia Lata Batista. **Revista Campo Território**, Uberlândia, v. 13, p. 249-279, 2018. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, Ana Paula Rodrigues dos; RAMIRO, Larissa Cristina Figueiredo; VERONEZZI, Fernando. Aspectos Histórico-Geográficos do assentamento Eli Vive, Londrina (PR). Londrina: **Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial, I; Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, XXXIV.** 2018.

SANTOS, Lucia de Moura. **Sanear, educar, povoar: um estudo sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943-1947)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados. 2018.

SANTOS, Roselí Alves dos. Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes?. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, Presidente Prudente, v. 03, n. 18, p. 227-242, maio-ago, 2020. Acesso em: 10 dez. 2020.

SARRAF, Moisés. Agricultores apontam uso de agrotóxicos como arma química em fazenda de Daniel Dantas. **Brasil de Fato**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/10/agricultores-apontam-uso-de-agrotoxico-como-arma-quimica-em-fazenda-de-daniel-dantas>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Sept./Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482006000300002. Acesso em: 31 nov. 2018.

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB. Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico. Curitiba: DIOE, 2011. 67 p.

Segurança Alimentar para um planeta sob pressão. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe**, 2012. Brasília. Disponível em: http://www3.inpe.br/igbp/arquivos/FoodSecurity_Final_LR-portugues.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la sociología rural a la Agroecología**. Serie Perspectivas agroecológicas. Icaria: Barcelona, 2006.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Bolivia: Plural editores, 2011.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHANIN, Teodor. **La classe incomoda**: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarollo (Rússia 1910-1925). Vérslion Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (doutorado em desenvolvimento sustentável) Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TESE_DOUTORADO_SILIPRANDI-Mulheres-e-Agroecologia-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-novos-sujeitos-pol%C3%ADticos-na-agricultura-familiar.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

SILVA JUNIOR, José Antonio Lopes da; KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Projeto de recuperação de área degradada no assentamento de reforma agrária vinte de março, Três Lagoas/MS. Dourados: **ENSUL, XXI, EREGEO, V.** 2013. Disponível em:
<http://www.xxiensul.com.br/anais/index.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 87107, jan/abr 1995. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000100007#21not. Acesso em: 15 jun. 2019.

SILVA, Andressa Ignêz Garcia da Silva; SILVA, Mauro Henrique Soares da. Mapeamento da paisagem do assentamento 20 de Março em Três Lagoas, MS. Três Lagoas: **I Encontro Regional em comemoração ao dia do Geógrafo e Comemoração de 30 anos do Programa de Educação Tutorial em Geografia (PETGeo)**. p. 101-1010. 2018. Acesso em: 15 jun. 2019.

SILVA, Bruno Farias da. Crise dos alimentos: causas estruturais e conjunturais. **PROFES**, 11 jan. 2017. Disponível em: <https://profes.com.br/brunao/blog/crise-dos-alimentos-causas-estruturais-econjunturais>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVA, Izabela Cristina Gomes da. **Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE**. 2015. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2015.

SILVA, Juliano Ricciardi Floriano. **Sujeição, resistência e recriação: faces do campesinato no município de Itapetininga/SP**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

SILVA, Lidiane de Souza; SOUSA, Nírvia Ravenna de. A padronização das políticas de desenvolvimento na Amazônia. **Redes Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 168-191, set/dez 2012.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. In: ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v.1, 2010. Disponível em:
<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2019.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, 370 p.

SILVA, Mariele de Oliveira. **A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria**

em Mato Grosso do Sul. 2014. 211 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; GODOY, Alene Mariana Silva de; ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. Transição Agroecológica: experiências do Projeto Sacolas Camponesas. Londrina: Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, XXXIII. **A Geografia da Diversidade: a produção do conhecimento e suas pluralidades**, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidade e consolidação. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 13 mai. 2019.

SOARES, Pedro. Vale Vende à Suzano parcela de Bahia. **Folha de São Paulo**, 23 fev. 2001. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2302200120.htm>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Sobre: como a rede funciona?. **Rede Ecovida de Agroecologia**, 2019. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

SOLER MONTIEL, Marta; CALLE COLLADO, Ángel. **Rearticulando desde la alimentación**: canales cortos de comercialización en Andalucía. 2013. Disponível em: <https://www.deseosenelinsomnio.com/wp-content/uploads/2013/06/Canales-cortos-de-comercializaci%c3%b3n.-Marta-Soler-y-Angel-Calle.2011.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SOUZA, Amanda de Moura; PEREIRA, Rosangela Alves; YOKOO, Edna Massae; LEVY, Renata Bertazzi; SICHERI, Rosely. Alimentos mais consumidos no Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, supl. 1, fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47s1/05.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Desdobramento da territorialização do setor sucroenergético do estado do Paraná**. 2017. 374f. Tese (Doutor em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2017.

STEDILE, João Pedro (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 240 p.

STÉDILE, João Pedro. De que Programa Agrário Precisamos?. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v. 23, n. 2, p. 17-30, maio/ago. 1993.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a

trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, coedição Perseu Abramo, 2012.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura. Rio de Janeiro: **AS-PTA**, 2019. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/os-desafios-da-sucessao-geracional-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SUZANO. Relatório. 2018. Disponível em:
http://www.suzano.com.br/admin/wpcontent/uploads/2019/07/RA_Suzano_2018_v16_2s.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

TALASKA, Alcione. **Ainda existem latifúndios no Brasil? Uma análise do espaço agrário brasileiro**. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2016.

TARDIN, José Maria; TONÁ, Nilciney; FRIGO, Darci; BITTENCOURT, Naiara. **Jornada de agroecologia: 18 anos de construção de luta**. Curitiba: Cartilha 18º Jornada de Agroecologia, 2019. Disponível em:
https://jornadadeagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha-Jornada-_2019-web.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984.

Tecnologia da Informação a Serviço do SUS – DATASUS. **Pesquisa Nacional de Saúde – PNS**, 2013. Disponível em:
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?pns/pnspa.def>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TEIXEIRA, Gerson. Agravamento do quadro de concentração da terra no Brasil? **BOLETIM DATALUTA**, artigo do mês: julho de 2011. Presidente Prudente. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomest/7artigodomest_2011.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009. Acesso em: 25 jul. 2020.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira; BIANCHINI, Valter; SOUZA, Cláudia de; MEDAETS, Jean Pierre; RUANO, Onaur. A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SILVA, Ana Paula Moreira da. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA. 2017.

Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8806/1/A%20Constru%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

UCHIMURA, Kátia Yumi; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Programas de comercialização de alimentos: uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 387-397, out/dez 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n4/a02v16n4.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

Usaçúcar. História. 2018. Disponível em:

<https://www.usacucar.com.br/verPdf.php?arq=117>. Acesso em: 15 dez. 2019.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org). **Fome e desnutrição**: determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1986.

VALENTE, Rubens. “Não existe a palavra trégua”, diz Stédile. **Folha de São Paulo**, 23 jun. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2606200307.htm>. Acesso em: 15 dez. 2019.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrutis no estado de São Paulo (2006-2007). 2019. Tese (Doutorado em geografia) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul/ago 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VEIGA, José Eli da. **Muita Fantasia sobre um único assunto**. São Paulo: Editorial Mercado - Jornal Folha de São Paulo, jan. 2004.

Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico – VIGITEL. 2006 a 2018. Disponível em: <http://saude.gov.br/saude-de-az/vigitel>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Visualização de Comércio Exterior – ComexVis. Disponível em: ComexVis -<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercioexterior/series-historicas> = <http://www.mdic.gov.br/comercioexterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto>. Acesso em: 05 jan. 2020.

WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

- WELLER, Leonardo. Aderência: liberalismo econômico e política comercial Britânica em 1820 – 1913. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 491-516, Sept./Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482006000300002. Acesso em: 31 nov. 2018.
- WHO. Noncommunicable Diseases (NCD) Country Profiles. Geneva: World Health Organization, 2018. In: **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico – VIGITEL**. 2006 a 2018. Disponível em: <http://saude.gov.br/saude-de-az/vigitel>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. A árvore da memória. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 159, p.1-13, 1994. Acesso em: 31 nov. 2019.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 6, n. 1 (1982), jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6194/7798>. Acesso em: 31 nov. 2019.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. Acesso em: 31 nov. 2018.
- WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, 12(1), 11-73. 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 31 nov. 2018.
- WUNDER, Sven; BÖRNER, Jan. **Pagamentos por serviços ambientais**: perspectivas para a Amazônia legal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- YAHN, Natalia. Produtor Rural responsável por devastação também é alvo da PF. **Correio do Estado**, 12 set. 2018. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br//cidades/produtor-rural-responsavel-por-devastacao-tambem-e-alvo-da-pf/336310>. Acesso em: 31 nov. 2019.
- ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa**: geopolítica da fome. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013. 336 p.
- ZONIN, Wilson João. **Transição Agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba**. 2007. Tese (doutorado em meio ambiente e desenvolvimento rural) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, Município de Camargo/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação tecnológica em planejamento e gestão para o desenvolvimento rural). Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequenc>

e=1. Acesso em: 31 nov. 2018.